

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

12



**A BAIXA ESTREMADURA DOS FINAIS DO IV MILÉNIO A.C.
ATÉ À CHEGADA DOS ROMANOS:
UM ENSAIO DE HISTÓRIA REGIONAL**

por
João Luís Cardoso

2004
OEIRAS

**A BAIXA ESTREMADURA DOS FINAIS DO IV MILÉNIO A.C.
ATÉ À CHEGADA DOS ROMANOS:
UM ENSAIO DE HISTÓRIA REGIONAL**

**por
João Luís Cardoso**

Agregado em Pré-História
Professor da Universidade Aberta
Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do
Concelho de Oeiras
(Câmara Municipal de Oeiras)
Académico de Número
da
Academia Portuguesa da História

Prefácio de Jorge de Alarcão

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2004

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS
Volume 12 • 2004 **ISSN: 0872-6086**

COORDENADOR E
RESPONSÁVEL CIENTÍFICO – João Luís Cardoso
DESENHO – Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO – Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E
REVISÃO DE PROVAS – João Luís Cardoso
MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO – Europress, Lda. – Tel. 21 844 43 40
DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

ÍNDICE

	pág.
Prefácio	9
Apresentação	11
Resumo	17
1 – Âmbito temático e geográfico	21
2 – A consolidação do sistema agro-pastoril do Neolítico Final, na segunda metade do IV milénio a.C. e a Revolução dos Produtos Secundários	23
3 – O Calcolítico da Estremadura.	29
3.1 – Características gerais	29
3.2 – O Calcolítico Inicial, o Calcolítico Pleno e o “fenómeno” da fortificação dos povoados	43
3.3 – A metalurgia do cobre e o comércio transregional de outras matérias-primas	80
3.4 – Difusionismo <i>versus</i> indigenismo nas origens do Calcolítico da Estremadura	111
3.5 – A eclosão das cerâmicas campaniformes e o final do Calcolítico na Estremadura	130
4 – O Bronze Pleno na Estremadura	163
5 – O Bronze Final na Estremadura	177
6 – A Idade do Ferro na Estremadura	227
Bibliografia citada	307

PREFÁCIO

Este é o décimo segundo volume do “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, série de temática arqueológica de índole regional que a Câmara Municipal de Oeiras publica, sem interrupção, desde 1991, através do seu Centro de Estudos Arqueológicos.

Razão, pois, para festejarmos a longevidade de um periódico – sem dúvida a mais antiga publicação no seu género editada em Portugal por uma Autarquia – e, ao mesmo tempo, oportunidade para felicitar o seu responsável desde a primeira hora, o Prof. Doutor João Luís Cardoso, a quem o Concelho de Oeiras tanto deve no campo da investigação, valorização e divulgação do Património Arqueológico concelhio.

A presente obra, que tenho o gosto de prefaciá-la, é um ensaio sobre a marcha de tantas e tantas gerações sucessivas que, desde há mais de cinco mil anos, até à plena afirmação do domínio Romano, ocuparam a região da Baixa Estremadura, ribeirinha do Tejo e do Oceano, onde o concelho de Oeiras geograficamente se integra.

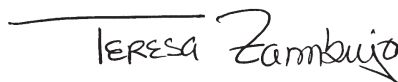
Pelas suas características, passará certamente a ser obra de consulta por todos aqueles – investigadores de História Local ou Regional, arqueólogos, alunos universitários, ou simples leitores anónimos, amadores desinteressados do conhecimento do passado humano – que procurem informação apresentada de forma coerente e sistemática, sintética mas ao mesmo tempo rigorosa, porque alicerçada no estudo dos achados arqueológicos mais importantes até hoje realizados nesta região.

Fica, assim, o Concelho de Oeiras enriquecido com mais uma obra de tomo e a bibliografia arqueológica portuguesa com um trabalho de valor inquestionável e de evidente utilidade prática. Assim sendo, apresento, em meu nome pessoal e no da Câmara Municipal de Oeiras, o meu mais sincero agradecimento ao Prof. Doutor João Luís Cardoso – cuja capacidade de realização foi, mais uma vez, confirmada da forma mais difícil, a da publicação escrita – por mais esta prova do seu reconhecido mérito.

Agradeço igualmente ao Prof. Doutor Jorge de Alarcão, Mestre ilustre da Universidade de Coimbra e decano dos arqueólogos portugueses, a Apresentação com que quis distinguir a obra, distinção que, naturalmente, muito dignifica também a Câmara Municipal de Oeiras, facto que me apraz deixar também devidamente registado.

A todos os que tornaram possível esta obra, o meu Bem-Haja !

A Presidente da Câmara Municipal de Oeiras,



Teresa Zambujo

APRESENTAÇÃO

A Baixa Estremadura, cuja história o Doutor João Luís Cardoso nesta obra escreve, vai do estuário do Sado, a sul, ao paralelo de Torres Vedras, a norte. Aborda o autor uma longa diacronia que abrange o Calcolítico, a Idade do Bronze e a Idade do Ferro – e considera que, ao longo desses mais de 2500 anos, desde os inícios do III milénio aos fins do I a.C., a evolução foi mais determinada pelo dinamismo interno e próprio das sociedades que viveram nessa área do que por estímulos exógenos. Esta ideia será, nesta obra, um *pressuposto teórico* que condiciona a construção histórica ou uma *dedução* feita a partir dos dados examinados com a maior objectividade possível? Parece-nos que a ideia participa, hermeneuticamente, dessa dupla condição: é um *pressuposto*, que o autor assume, citando, logo de início, Jean Guilaine, mas é, ao mesmo tempo, uma conclusão a que João Luís Cardoso chega pelo exame dos dados, que não foram viciosamente manipulados para demonstrar *quod erat demonstrandum*. Aliás, se o carácter sistémico das culturas (isto é, a interdependência das suas partes) exige, do historiador que procura reconstituí-las ou interpretá-las, um raciocínio que supere o fisicalismo da relação unidireccional de causa a efeito e considere que os efeitos são, muitas vezes, causas das próprias causas, assim também os dados dos quais se deduz a história são explicáveis pela própria história que se constrói ou se conta.

Minimizadas como factores do desenvolvimento das sociedades estremenhas, os contactos com o exterior não são, todavia, esquecidos; pelo contrário, são claramente afirmados nesta obra, ou pelo reconhecimento de que certas matérias-primas, inexistentes na Estremadura, provieram de regiões distantes, ou porque a análise tipológica e os paralelos formais de certos artefactos nos obrigam a considerá-los procedentes do exterior.

O *facto* que, a partir dos trabalhos de Afonso do Paço e Savory em Vila Nova de S. Pedro ou dos de Sangmeister e Schubart no Zambujal, tem despertado mais a atenção dos investigadores, é o aparecimento, no Calcolítico, de *povoados fortificados*. Num dos mais importantes, o de Leceia, João Luís Cardoso conduziu 20 campanhas de escavações, entre 1983 e 2002 – e os resultados obtidos nesse “castro” extensa e cuidadosamente escavado foram, sem dúvida, essenciais à interpretação que o autor faz da evolução do Calcolítico estremenho e da relação entre os diversos grupos sociais que viviam nessa região.

Podemos admitir, atentas as consideráveis diferenças das áreas dos povoados, que havia entre eles uma hierarquia e uns dependiam de outros; mas, sem mais atento exame dessa suposta hierarquia, não são ainda claros os eventuais “territórios” que os povoados maiores poderiam tutelar. Aliás, devemos considerar, ao menos como hipótese, a possibilidade de povoados menores terem mudado de sujeição ao longo do Calcolítico. Talvez de uma consideração

de diversos factores – sub-áreas naturais, caminhos mais praticáveis que outros, afinidades de cultura material, etc. – possam surgir algumas ideias sobre as relações de dependência e os limites dos “territórios” – cuja existência é, todavia, apenas um pressuposto ou hipótese credível que carece de argumentação *ad hoc*. As dúvidas sobre a exacta cronologia da maior parte dos povoados e, por conseguinte, sobre a sua contemporaneidade (ou não contemporaneidade) acentuam a dificuldade de estabelecermos hierarquias.

As populações do Calcolítico estremenho, na opinião do autor (como na de muitos outros investigadores), guerreavam-se umas às outras, num estado belicoso endémico. Os dados arqueológicos parecem sustentar o *modelo* que, entre nós, tem sido todavia contestado por Susana Oliveira Jorge a partir das suas observações no Castelo Velho de Freixo de Numão.

A posição estratégica e as muralhas dos povoados sugerem necessidades de defesa: e porque não há defesa sem ataque (pelo menos, sem ataque potencial e, consequentemente, sem receio de ser atacado), terá havido mesmo guerra endémica no Calcolítico estremenho. A refortificação de Vila Nova de S. Pedro ou do Zambujal poderá explicar-se na mesma perspectiva. A abundância de pontas de seta fala ainda nesse sentido, pois não parece convincente a ideia de que tais setas eram usadas principalmente na caça, tanto mais que as análises osteológicas não sugerem grande recurso à caça no Calcolítico inicial, quando já se ocupavam os altos e se erguiam as muralhas. A sugestão de que as muralhas eram essencialmente intimidatórias ou dissuasoras de uma guerra que constituía permanente ameaça mas se não desejava (isto é, o que hoje chamaríamos “guerra fria”) é certamente ponderável mas suscita demasiadas dúvidas que não resolve por inteiro e levanta demasiados problemas a que não dá resposta cabal.

Se havia guerra endémica, porque se atacariam as populações umas às outras? A pergunta é incómoda porque se lhe não entrevê resposta fácil. A escassez de recursos não parece sustentável, dados os indícios de agricultura intensiva (aliás bem valorizados pelo autor, nesta obra) e a abundância de solos agricultáveis para uma população cujo cômputo nos parece não dever ser exagerado. Se o crescimento demográfico, ao longo do Calcolítico (ou na transição do Neolítico Final para o Calcolítico Inicial), parece aceitável, a “revolução dos produtos secundários” (na qual João Luís Cardoso justamente insiste) permitia obter mais víveres sem alargar os espaços explorados e resolvia, por conseguinte, uma eventual crise de sobrepovoamento que outras sociedades, noutros tempos e noutros lugares, solucionaram através da guerra ou do infanticídio (este último, geralmente, selectivo).

Outras explicações da guerra têm sido propostas mas são afastadas por João Luís Cardoso, designadamente a de que os construtores dos “povoados fortificados” eram colonos vindos do Mediterrâneo, exploradores e negociantes de cobre, que teriam de defender-se de adversos indígenas. Esta explicação fez a sua época e é hoje unanimemente rejeitada, até porque a construção das muralhas precedeu o advento do cobre.

O aprofundamento do problema passa por uma reflexão sobre a natureza e funções da suposta guerra endémica.

Podemos imaginar que a população dos “povoados fortificados” calcolíticos da Estremadura estaria organizada em linhagens. Nos povoados maiores poderiam coabitar várias linhagens, com uma delas preponderante sobre as outras. Esta linhagem maior legitimaria o poder pela alegação de maior proximidade ou mais directa descendência de um putativo fundador do grupo.

As funções do sénior ou chefe da linhagem dominante poderiam ser, entre outras, religiosas (pela monopolização da celebração de rituais) e comandatárias de grupos de “guerreiros” não especializados.

Tais “guerreiros” conduziriam expedições eventualmente a longas distâncias para se aprovisionarem de matérias-primas. Como nos diz João Luís Cardoso, nos “povoados fortificados” da Estremadura encontram-se objectos feitos de rochas que não ocorrem na área estremenha mas se encontram no Alentejo. Ao mesmo tempo, ocorrem no Alentejo instrumentos de sílex cuja origem é, provavelmente, estremenha.

No interior da Estremadura, a eventual guerra entre povoados poderia ter como função o roubo de gados e a pilhagem dessas matérias-primas adquiridas a longas distâncias ou de objectos delas manufacturados. O roubo de gados é frequente em sociedades pouco complexas, não tanto por razões estritamente económicas mas, sobretudo, porque a acumulação de cabeças de gado constitui índice de riqueza e prestígio das comunidades ou linhagens. Aliás, sendo os dotes de casamento pagos em reses, quem tiver maior número de cabeças de gado está em melhores condições de “adquirir” mulheres. Ora o problema da “aquisição” de mulheres poderia ser essencial no Calcolítico estremenho se, como sugerimos, não havia sobrepopoamento nem escassez de víveres. Mulheres e muitos filhos, desejar-se-iam. Aliás, a variedade e abundância de itens que têm sido relacionados com cultos ou rituais de fertilidade seriam propiciatórios apenas da fecundidade dos animais e fertilidade dos campos, ou também da fertilidade das mulheres? Isto significa que poderia praticar-se também o roubo de mulheres, de um povoado a outro, e que tal roubo (de que o rapto das Sabinas, em Roma, é o exemplo histórico mais conhecido) poderia ser também um dos objectivos da guerra.

De qualquer forma, parece-nos pouco credível uma guerra que tivesse como fim a destruição de um povoado, a sujeição de uma população ou a ampliação territorial de uma unidade “política” à custa de outra. Pelo contrário, a independência e riqueza das diversas unidades era essencial à reprodução do “sistema”.

As expedições a terras longínquas (isto é, alentejanas) poderiam basear-se em relações não ocasionais mas de longa duração, mantidas através de sucessivas gerações. Poderia haver como que tratados políticos renovados por “presentes” ou dádivas de objectos manufacturados menos correntes ou troca de mulheres.

A emergência e difusão do vaso campaniforme coincidiria, segundo João Luís Cardoso, com o abandono ou semi-abandono de alguns “povoados fortificados”, como o de Leceia, e com a multiplicação de “casais agrícolas” muitas vezes em lugares baixos. Esta passagem de um povoamento concentrado para um povoamento disperso (ou este processo de “fissão social”) não é fácil de explicar. O crescimento dos povoados para além de um determinado “tecto” populacional poderia ter criado problemas de abastecimento, ou melhor, de rendibilidade do trabalho. Para abastecer a população de víveres, teria sido necessário alargar a área de exploração dos territórios directamente dependentes de cada povoado. Os campos iriam ficando cada vez mais distantes do povoado e, a partir de certa altura, o tempo gasto nas idas (e vindas) para (e dos) campos agricultados começaria a ser exagerado e o trabalho tornar-se-ia pouco rentável.

O problema (ao qual podiam acrescer dificuldades de relacionamento pessoal em comunidades de grande dimensão, insalubridades por acumulação de lixos, etc.) poderia todavia ser resolvido pela fundação de outros povoados; não teria de ser resolvido, necessariamente, pela dispersão da população (ou de parte dela) por casais isolados uns dos outros.

Talvez este movimento de dispersão por casais tenha sido concomitante da emergência de uma classe de artífices-comerciantes. A cerâmica campaniforme apresenta, em geral, uma qualidade que não se compagina bem com uma produção doméstica: mais parece produção de oleiros especializados. A esta luz, a “cabana” de Leceia na qual se encontrou extraordinária abundância de cerâmica campaniforme não seria o armazém de um oleiro?

Outros artífices (ou os mesmos) poderiam também ter fabricado peças metálicas. Mas, para além de produtores, estes homens seriam negociantes do que produziam. E aqui põe-se-nos um problema difícil de resolver: seriam os artífices/comerciantes que se deslocariam pelos casais, ou os habitantes dos casais que se deslocariam à residência dos artífices?

O que propomos ou sugerimos não se nos afigura a nós mesmos, porém, inteiramente convincente. Não pode ignorar-se a sugestão de João Luís Cardoso de que os casais correspondem a “aumento de hierarquização social, associada à manutenção de um reduzido número de sítios fortificados ou à fundação de outros *ex novo*” ou a sua ideia de que o novo regime se baseava “na figura do «chefe», rodeado pela elite guerreira a quem competiria a manutenção e vigilância de determinado território”. A dispersão não tem de acompanhar acefalia ou ausência de hierarquias e é perfeitamente compatível com um regime de “senhores” que residiriam, eles mesmos, no campo e não num povoado. A existência de tais “senhores” poderia explicar as jóias e as armas que, como João Luís Cardoso observa, configuram a existência de elites. E se, como diz o autor, “o declínio dos grandes povoados fortificados [é] anterior à emergência destes objectos de luxo”, não poderemos efectivamente falar de “regressão económica e social” mas de transição de um tipo para outro tipo de sociedade, em que a figura de artífice-comerciante seria a de homem independente e não tutelado, cuja livre actividade e circulação interessaria aos supostos “senhores”. Neste outro modelo de sociedade não haveria grandes povoados, que João Luís Cardoso estranha não terem sido até agora referenciados.

Seja como for, a transição de um tipo de povoamento concentrado para um outro tipo, disperso, carece de maior indagação. Podemos mesmo perguntar-nos se não estamos a ser apressados ao assumirmos tal transição. Talvez mais escavações em povoados e casais e mais datações radiocarbónicas venham a demonstrar contemporaneidade de povoados e casais. Nesse caso, e admitindo, como atrás sugerimos, que os povoados não podiam crescer para além de um certo tecto populacional, a opção tomada de dispersão dos excedentes populacionais pelos campos, em vez de fundação de novos aglomerados, explicar-se-ia por uma estratégia de dividir para reinar: um outro povoado poderia ser um foco de resistência ou rebelião aos poderes representados pelos antigos “povoados fortificados”, enquanto uma população dispersa e desunida não constituiria, desse ponto de vista, ameaça.

Subsequente ao declínio dos “povoados fortificados”, ou contemporâneo da última fase de vida desses povoados, o povoamento disperso poria sempre problemas de produção e distribuição daqueles artefactos que não poderiam ser produzidos no quadro de pequenas economias domésticas. É aqui que se insere a suposta emergência do artífice-comerciante especializado.

O que se passou entre 2300 e 2000, aproximadamente, é difícil de entender ou reconstituir, por ausência de dados arqueológicos – a menos que se admita a sobrevivência do vaso campaniforme ou de outros tipos considerados fósseis directores, na Estremadura, até aos inícios do 2º milénio a.C. ou se antedate o chamado Bronze do Sudoeste, que se estendeu até à Baixa Estremadura. Cabe a João Luís Cardoso o mérito de ter valorizado o significado da ocorrência, na Estremadura, de cerâmicas características do Bronze do Sudoeste, as quais, segundo o autor, “mais do que intrusões esporádicas, evidenciam uma realidade cultural que se encontra longe de devidamente conhecida”.

No Bronze Final, casais agrícolas e povoados de altura integrar-se-iam num mesmo sistema, diz João Luís Cardoso. Fácil é admitir que assim possa ter sido. Mas, como observam Raquel Vilaça e Ana Margarida Arruda, os dados são, por enquanto, demasiadamente escassos para nos podermos pronunciar sobre a contemporaneidade (ou não-contemporaneidade) de casais e povoados em locais estratégicos e de grande defensibilidade natural. As duas autoras parecem admitir que, no Bronze Final, os povoados, de considerável extensão, substituem um modelo de povoamento disperso e, aparentemente, pouco ou nada hierarquizado. A reserva do juízo até que se realizem novas escavações e se obtenham mais datas radiocarbónicas parece ser, neste momento, a atitude mais sensata. Mas levantamentos topográficos de alguns povoados e, a partir deles, cálculos sobre o número possível dos seus habitantes permitir-nos-iam, pelo menos, alguma hipótese. Se acaso se verificasse a (ou se suspeitasse da) impossibilidade de um povoado sobreviver da exploração de um território de hora e meia ou duas de marcha, inclinar-nos-íamos para a contemporaneidade de casais agrícolas e povoados de altura, pois a existência dos primeiros e da sua produção seria essencial à sobrevivência dos segundos.

A intensificação da produção metalúrgica que se observa no Bronze Final parece, à primeira vista, mais facilmente entendível num quadro de grandes povoados que num tecido populacional disperso – ainda que tal intensificação ocorra no Noroeste peninsular numa época de pequenos e múltiplos castros, muito anterior à do desenvolvimento das grandes citânias como Sanfins e Briteiros. Na Baixa Estremadura, porém, não parece possível falar de intensificação da produção, mas de intensificação do “comércio”. A Estremadura, pela sua excepcional posição geográfica, teria funcionado como área de convergência de correntes que, de um lado, iriam até à Galiza, Bretanha e Inglaterra (ou proviriam daí) e, do outro, alcançariam a Sardenha, a Sicília e a Itália. Destes contactos com o Mediterrâneo central, o documento mais expressivo é a sepultura da Roça do Casal do Meio (Sesimbra), a cuja reavaliação João Luís Cardoso longamente procede.

Nos inícios da Idade do Ferro, a presença de colonos fenícios e dos materiais que introduziram é tão evidente que corre o risco de obscurecer (e, efectivamente, tem relegado para segundo plano) a investigação do mundo indígena. O povoado de Almaraz, na margem esquerda do Tejo, assume particular relevância, quer pela alegada antiguidade, aí, da presença fenícia, quer pela sua extensão. Se a população de Almaraz não era inferior a 1000 habitantes, não se poderá considerar que se trata de uma feitoria fenícia. Poderia ser, porém, um povoado indígena de considerável importância no qual se teria estabelecido um grupo de imigrantes fenícios que se dedicariam à produção e comércio de cerâmicas, objectos metálicos e outros artefactos. Parece ser essa a interpretação de Ana Margarida Arruda. O mesmo se terá passado em Santarém, ainda que, neste último povoado,

com menor dimensão que o da “colónia” de estrangeiros fixada em Almaraz. Ter-se-ão estabelecido outros Fenícios em Lisboa?

A Baixa Estremadura parece revelar, assim, uma dupla forma de fixação de Fenícios: por um lado, uma autêntica feitoria, a de Abul (no estuário do Sado), de reduzida dimensão – em termos de número de habitantes, não em termos de importância como entreposto comercial; por outro, “colónias” de imigrantes estabelecidos em povoados indígenas, eventualmente em bairros próprios e circunscritos. A publicação dos resultados das escavações efectuadas em Almaraz e em Lisboa assume, pois, particular interesse – mas parece, infelizmente, bloqueada.

Área de Túrdulos e não de *Cempsi* ou *Sefes*, a Estremadura, pelas suas relações de longa data com o mundo dito tartéssico, estava preparada (também pela sua posição geográfica) para atrair Fenícios e receber um legado de cultura material e de ideias que, também a partir do Algarve, do Guadiana e do Sado, se transmitiram ao Alentejo orientalizante (ou orientalizado). Não deixa de ser curioso, e demonstrativo das vicissitudes da investigação, que as influências orientais tenham sido detectadas primeiro em área onde elas chegaram indirectamente e mitigadas, e que só posteriormente se tenham conhecido os Fenícios nas áreas onde eles efectivamente aportaram.

Ainda não é aqui que exactamente termina a longa história que João Luís Cardoso nos conta, mas as referências aos Cartagineses são apenas um abrir de portas a uma investigação a fazer. Os primeiros contactos com os Romanos, a partir dos finais do séc. II a.C., seriam o início de outra história que o autor não pretendeu contar.

A *Apresentação* que João Luís Cardoso nos solicitou e aqui fica escrita (com um agradecimento muito afectuoso pela distinção com que o autor nos quis honrar) ultrapassa (ou desvia-se de) o que é normal na apresentação de uma obra. Mas João Luís Cardoso não carece de encómios, pois tem obra feita e publicada que o acredita como investigador de largo espectro. O que aqui escrevemos tem mais o formato de reflexão ou comentário sobre a obra ou a propósito dela. Talvez, neste comentário, tenha o sapateiro ido além da chinela, pois as idades e a região de que fala não são da nossa especialidade. Mas os comentários feitos são, pelo menos, demonstrativos do interesse e do proveito com que lemos o trabalho. Pelo gosto com que o lemos e pelos ensinamentos que tirámos, julgamos o prazer e o proveito que outros leitores tirarão de uma obra que é, ao mesmo tempo, de investigação profunda e de divulgação séria, tão útil aos especialistas como aos que, iniciando-se no estudo da arqueologia estremenha, poderão sentir-se perdidos por tanta bibliografia existente e aqui encontrarão a bússola necessária.



Jorge de Alarcão

“...cada vez mais temos tendência a confiar na capacidade de mudança, na dinâmica das populações locais e a pensar que essas populações locais puderam iniciar a sua própria mudança cultural, na sequência da sua própria dinâmica interna...”
(Jean Guilaine, 1983/84).

RESUMO

Esta obra trata da sucessão cultural registada na Estremadura portuguesa desde a emergência das sociedades complexas do Calcolítico até à chegada dos Romanos, correspondendo a um lapso de tempo entre os finais do IV milénio e os finais do século II a.C.

Embora corresponda apenas a intervalo temporal de aproximadamente três mil anos, é o que, no registo material da nossa Pré-História e Proto-História, se afigura mais rico e diversificado de informação, com o desenvolvimento e fixação de regionalismos culturais, que na Estremadura cunharam identidades próprias, as quais persistiram nalguns casos até época recente, no quotidiano dos seus habitantes. A percepção geral desta evolução, bem como as suas determinantes, é o primeiro, e talvez mais importante objectivo desta obra, a par de outros a seguir enunciados:

- a génese dos povoados fortificados calcolíticos, em resultado da crescente intensificação económica e da especialização das produções – a Revolução dos Produtos Secundários (RPS), que decorreu ao longo de boa parte do III milénio a.C. – a par do crescimento demográfico, que determinou, por seu turno, a competição inter-grupos, com a consequente necessidade de fortificação;
- a monumentalização / fortificação de alguns dos sítios habitados como expressão da coesão social da respectiva comunidade, acompanhada da emergência de diferenciações inter e intra-comunitárias, indício de diferenciação social, em crescente afirmação, decorrente do processo de desenvolvimento económico complexo, característico do Calcolítico;
- as arquitecturas defensivas do III milénio a.C., como expressão pública indissociável da monumentalização acima referida: exemplos mais importantes no território estremenho, distribuição geográfica, características principais, semelhanças e diferenças: neste âmbito, importa conhecer as diversas teorias explicativas para o seu surgimento, desde o modelo difusionista e orientalista vigente em Portugal (dos anos 40 aos anos 70), passando pelo modelo indigenista (anos 80), até às formas difusionistas mitigadas, de expressão regional, dos finais da década de 80 em diante, e principais argumentos invocados;
- a desarticulação do modelo de sociedade calcolítica, caracterizada pela concentração da população em sítios fortificados ou pelo menos implantados predominantemente em locais altos e defensáveis;
- os moldes em que se processou a acentuação das influências mediterrâneas no decurso do Calcolítico (em especial na metade meridional do território): a generalização do comércio transregional calcolítico e a intensificação e especialização das produções, no quadro da Revolução dos Produtos Secundários

(RPS), exemplificada pela exploração de jazidas cupríferas, como veículo de difusão de novas técnicas (metalurgia), matérias-primas exógenas (marfim) e artefactos ideotécnicos de características até então desconhecidas (generalização do culto da divindade feminina e correspondentes expressões simbólicas, algumas de âmbito estritamente regional), acompanhada da difusão, de Sul para Norte, de novas arquitecturas funerárias (*tholoi*);

- sobre o Campaniforme, fenómeno cultural com identidade própria da fase média e tardia do Calcolítico estremenho, serão discutidas as características e cronologia da sua emergência, na Estremadura (um dos pólos mais importantes, a nível europeu) no quadro da sociedade calcolítica pré-existente: tipo de povoamento e de necrópoles, bem como as relações estabelecidas com as comunidades de tradição cultural mais antiga; o faseamento interno do “fenómeno”, com base nas diferenças identificadas no registo material (em particular a tipologia das cerâmicas); e principais tipos artefactuais que o integram. O campaniforme deverá ser entendido como uma expressão material específica, associada a um novo tipo de povoamento, que resultou do decréscimo do interesse oferecido pelos sítios fortificados edificados no início do Calcolítico. Neste sentido, corresponde a período de transição para a Idade do Bronze: existem argumentos, com base no registo arqueológico (jóias de ouro, artefactos de prestígio) que ilustram o incremento do processo de diferenciação social, então verificado, ao contrário do que uma abordagem mais superficial, com base simplesmente no reordenamento demográfico, faria supor;
- o registo arqueológico do Bronze Pleno configura a acentuação dos regionalismos, apesar de similitudes do sistema de povoamento face ao período imediatamente anterior, o que indicia realidades socio-económicas comparáveis. Importa, assim, conhecer as principais características dos escassos povoados identificados, bem como a organização social a ele subjacente, a partir dos testemunhos arqueológicos conhecidos, incluindo os de carácter funerário;
- segue-se o Bronze Final, período dominado pela plena afirmação do comércio transregional atlântico-mediterrâneo, favorecido pela própria realidade geográfica do território português. Devem valorizar-se os testemunhos materiais desse período e as respectivas balizas cronológicas: Assim, deverão os leitores ficar familiarizados com as produções de carácter atlântico, como as armas, objectos utilitários e respectivas tipologias e com as de cunho mediterrâneo (com destaque para objectos de indumentária e de carácter cultural, embora estes últimos quase se desconheçam na área estremenha), cujo comércio e difusão foi suportado pela existência de solidariedades económicas transregionais, baseadas em prováveis pactos formalmente estabelecidos entre comunidades vizinhas. Os respectivos territórios, de norte a sul do País, apresentar-se-iam cada vez melhor delimitados; o mesmo deverá ter-se verificado na Estremadura. A caracterização da respectiva economia será, por isso, objecto da análise e discussão: embora de base agro-pastoril (com importância evidente na Estremadura dadas as características dos solos e a quase inexistência de minérios de cobre ou de estanho), a produção de peças metálicas de bronze assumiu importância crescente, como se conclui pelas ocorrências conhecidas.

O reforço e a consolidação das elites então verificada, eram necessários para a boa gestão de grandes povoados muralhados que despontam no Bronze Final; na Estremadura, embora os testemunhos de tais centros demográficos não sejam particularmente evidentes, no fim da Idade do Bronze desponta um vigoroso povoamento de altura: seria a partir desses locais que as elites da época, de cunho guerreiro, administrariam territórios bem delimitados. Também a existência de outros testemunhos arqueológicos são concorrentes para a percepção da realidade social: as jóias auríferas, tornadas então relativamente frequentes, deixam transparecer influências ora atlânticas ora mediterrâneas, por vezes reunidas numa única peça (técnicas e tipologias decorativas), expressivas das correntes culturais que, então, se faziam sentir na Estremadura; também as armas, são testemunho da afirmação das elites guerreiras, encontrando-se representadas por exemplares cujas principais características devem ser conhecidas. As diversas práticas funerárias, apesar de escassamente representadas, revelam influências continentais (cremação e campos de urnas, já fora da área estremenha, mas dela próxima: caso dos campos de urnas de Tanchoal e de Meijão, Alpiarça) e mediterrâneas (inumações na *tholos* da Roça do Casal do Meio, Sesimbra), que traduzem um mosaico cultural complexo, reforçando a ideia de se tratar de região receptora de influxos culturais de diversas áreas geográficas em simultâneo: é, no essencial, a compreensão global desta realidade, a um tempo económica, social e cultural, coroando um longo processo de diferenciação social, por um lado e, por outro, de intensificação económica e interacção cultural, que lhe está subjacente, que deverá ter-se presente.

Por último, segue-se o estudo e caracterização das principais estações e materiais da Idade do Ferro, de início (I Idade do Ferro) profundamente marcadas pela presença, directa ou indirecta, de colonizadores fenícios; depois, pelos comerciantes de origem púnica (II Idade do Ferro) e, enfim, pelos exércitos itálicos.

Trata-se, em suma, de processo de características próprias, sempre determinado pelas influências mediterrâneas, largamente dominantes face às originárias do interior peninsular, as quais cunharam uma realidade cultural com características próprias, que persistiu no decurso da dominação romana.

1 – ÂMBITO TEMÁTICO E GEOGRÁFICO

Neste trabalho pretende-se apresentar ensaio de caracterização da evolução da ocupação humana da Estremadura – sendo dado particular destaque à região delimitada, a Norte, pelo paralelo de Torres Vedras e, a Sul, pelo estuário do Sado. Este ensaio basear-se-á nas evidências arqueológicas mais relevantes até ao presente identificadas nessa região, desde os finais do IV milénio a.C. até plena implatação dos Romanos, nos finais do século II a.C., a partir das quais se tecerão considerações de carácter económico e social, numa perspectiva diacrónica, sobre as comunidades humanas que, sucessivamente, ocuparam a região assim definida, sem esquecer os aspectos mais relevantes da superestrutura cultural e religiosa que enformou o seu quotidiano.

As razões para esta escolha decorrem, antes de mais, da grande soma de dados, ainda que heterogéneos, dispersos e de valor desigual mas que, por isso mesmo, justificavam estudo de conjunto, susceptível de lhes conferir maior coerência e significado, no quadro regional proposto. Trata-se, pois, de ensaio histórico de índole regional, que integrou diversos estudos anteriores do signatário, dedicados à mesma área geográfica, desde o Calcolítico à Idade do Ferro (CARDOSO, 1995e, 1997a, 1999/2000b) e, como aqueles, essencialmente destinados à caracterização do povoamento de uma das regiões mais acolhedoras do País para a ocupação humana. Esta situação compreende-se, mercê das condições naturais nela prevalecentes: solos férteis, boa insolação, relevos suaves, abundância de água e uma rede hidrográfica regular, amenidade climática e, ainda, a proximidade dos estuários do Tejo e do Sado, domínios abundantes de recursos, facilmente exploráveis ao longo de todo o ano. Mais tarde, quando os contactos comerciais adquiriram importância determinante na economia regional, esta região ganhou acrescido interesse e importância, mercê da sua posição geográfica, francamente aberta à navegação oceânica, afirmando-se propícia, como nenhuma outra do nosso litoral, à penetração para o interior, através dos rios Tejo e Sado, assim constituídos em importantes vias de circulação de pessoas e de comércio de mercadorias. Deste modo, a Baixa Estremadura, tornou-se uma área-chave para os contactos havidos desde o IV milénio a.C., com carácter regular, entre o Norte e o Sul, o litoral e o interior, sendo o seu conhecimento incontornável para a compreensão dos processos de complexificação económica e de diferenciação social ocorridos ao longo dos três milénios de história retratados nesta obra.

2 – A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA AGRO-PASTORIL DO NEOLÍTICO FINAL, NA SEGUNDA METADE DO IV MILÉNIO A.C. E A REVOLUÇÃO DOS PRODUTOS SECUNDÁRIOS

A consolidação do sistema agro-pastoril que decorreu durante todo o IV milénio a.C. é fenómeno que esteve na origem do desenvolvimento demográfico, então generalizado à quase totalidade do território português. Tal fenómeno, em contrapartida, conduziu à crescente dependência económica das populações daquilo que produziam e, conseqüentemente, à sua sedentarização irreversível, o que, por seu turno, levou à afirmação de uma estrutura social cada vez mais organizada e complexa, que só se evidencia plenamente no Calcolítico; mas o processo é-lhe anterior, acelerando-se a partir da 2ª. metade do IV milénio a.C. O investimento intensivo na preparação e exploração de campos agrícolas e de pastoreio, implicando a desflorestação de áreas significativas de entre as mais propícias a tais finalidades, justificou a crescente agregação da população e a sua fixação a territórios considerados cada vez mais como pertencentes a cada uma das comunidades que os exploravam. O investimento na actividade agro-pastoril encontra-se, por exemplo, reflectido nos resultados dos perfis polínicos executados nas turfeiras da Serra da Estrela, os quais testemunham uma primeira degradação do coberto vegetal – que se expandiu rapidamente por todo o território no início do Holocénico – desde os finais do IV, inícios do III milénio a.C. Neste particular, importa salientar o achado de um machado de anfibolito, acompanhado de elementos de mós manuais, junto à Lagoa Comprida, os quais atestam a presença humana, certamente sazonal (acampamentos de Verão), a altitudes da ordem dos 1500 m, desde o Neolítico Final, portanto compatível com os resultados das análises polínicas supra referidas (CARDOSO & GONZÁLEZ, 2003).

Ademais, para as montanhas ocidentais do centro do País, dados recentes apontam para um início do impacto antrópico devido à pastorícia talvez ainda no decurso do V milénio a.C. A agricultura de corte e queimada teve, sem dúvida, impacte negativo muito grande e generalizado nos biótopos naturais até então conservados.

No início deste processo, que remontará ao final do Neolítico Antigo, situável entre meados do VI milénio a.C. e os inícios do V milénio a.C., os povoados exibem um padrão de distribuição predominante, caracterizado pela instalação em zonas abertas, de encosta ou no interior de amplos vales, desprovidos de condições especiais de defesa, sem ignorar, contudo, a ocupação de áreas de portela, ou mesmo zonas de montanha de baixa altitude em domínio atlântico, como é o caso da serra de Sintra.

Já no Neolítico Final, correspondente globalmente à segunda metade do IV milénio a.C., tanto na Estremadura, como no interior do País, os povoados tendem a implantar-se em zonas mais isoladas, no topo de colinas ou de esporões rochosos. Elegem-se sobretudo pequenos outeiros, dominando os campos adjacentes, como é o caso do povoado do Alto de São Francisco, Palmela (**Fig. 1**), ainda que continuem a existir



Fig. 1 – O povoado do Alto de São Francisco, Palmela, em pequena colina, ao centro, em último plano. Foto C. Tavares da Silva.

povoados planos datados do Neolítico Final, exemplificados, na região em estudo, pelo bem conhecido povoado da Parede (Cascais): o polimorfismo dos núcleos habitados no Neolítico Final constituiu, pois, uma realidade, aliás herdada do Neolítico Antigo. Tal realidade, porém, não poderá obscurecer a crescente concentração do povoamento, por força do desenvolvimento do sistema produtivo, situação tão expressivamente definida por A. Leroi-Gourhan: “O agricultor sedentário constrói o mundo em círculos concêntricos em torno do seu celeiro”... que era o local em ele que próprio vivia.

O provável aumento da população estará, por outro lado, conotado com melhorias tecnológicas introduzidas no sistema produtivo: é o caso do aproveitamento da força de tracção animal, talvez a componente mais expressiva da chamada “Revolução dos Produtos Secundários”, aplicada tanto ao transporte de mercadorias, sem que tal requeresse a existência de veículos e, muito menos, com rodas, como sobretudo à lavoura de solos pesados, de alta aptidão agrícola (especialmente cerealífera), então pela primeira vez tornada possível. Com efeito, a presença de abundantes restos de bovídeos domésticos, em povoados com importantes ocupações do Neolítico Final, com destaque para o de Leceia (Oeiras) (CARDOSO, SOARES & SILVA, 1996), ilustra, a par de outros argumentos, como os numerosos bucrânios do santuário exterior do Escoural (GOMES, GOMES & SANTOS, 1983), a possibilidade de atrelagem de arados com relhas de madeira ou de pedra. Com efeito, na Estremadura, como já se referiu, comprovou-se a existência de sítios implantados em colinas, denunciando não só a procura do domínio visual dos territórios envolventes, explorados pelas comunidades

ali sediadas, mas também a necessidade de adequadas condições defensivas, o que sugere a existência de bens que careciam de protecção, preocupação que, no Neolítico Antigo, se apresentava pouco relevante, acentuando-se drasticamente no Calcolítico, como se irá verificar adiante.

Por outro lado, convém não esquecer que a intensificação da produção não apagou práticas recorrentes de pura recolecção: tal é o caso dos povoados que, na Estremadura, do Neolítico Final ao Bronze Final, se situam perto do litoral ou nas áreas adjacentes aos grandes estuários do Tejo e do Sado, desde sempre constituídas em inesgotáveis fontes de recursos naturais de carácter alimentar. Apesar desta realidade, as comunidades humanas, crescentemente sedentarizadas, passariam a depender de forma cada vez mais acentuada e irreversível, do sucesso das suas colheiras. Como em muitas outras culturas agrárias da bacia do Mediterrâneo, emergem, então, numerosos símbolos ligados à fertilidade, desde santuários a pequenos artefactos, usados como amuletos pessoais, passando por outras manifestações. É o caso das pequenas figurinhas de osso ou de minerais diversos, com furos para suspensão, representando lagomorfos (lebres, coelhos), animais cuja alta taxa de reprodução é bem conhecida (**Fig. 2**). Enfim, nesse mesmo sentido se devem interpretar as belas

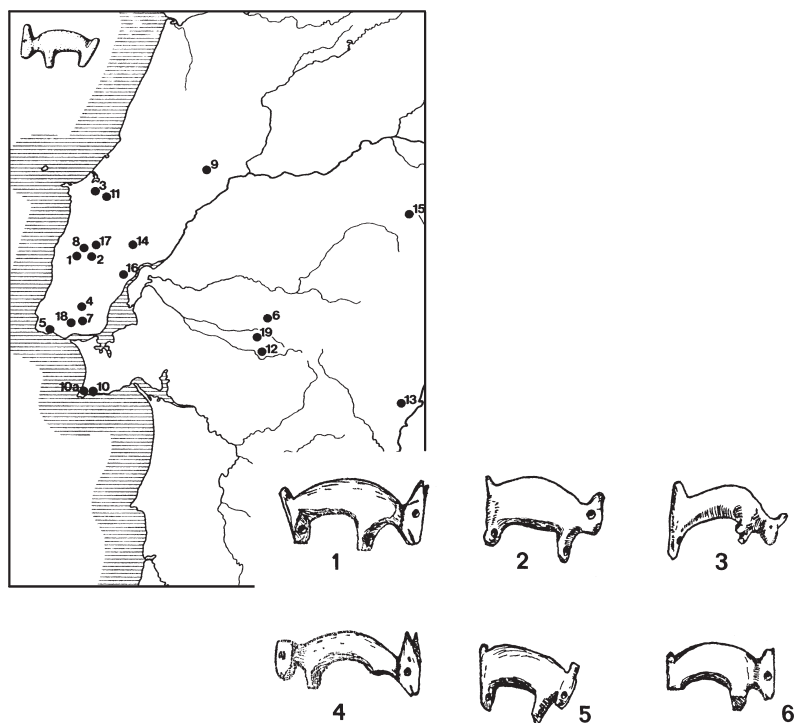


Fig. 2 – Estatuetas de osso e de pedra, representando lagomorfos, com furos de suspensão, para utilização como amuletos, do Neolítico Final. 1, 4 e 6 – sepultura 1 do Cabeço da Arruda, Torres Vedras; 2 e 5 – gruta da Cova da Moura, Torres Vedras; 3 – grutas artificiais de Tojal de Vila Chã, Carenque, Amadora. Comprimento da maior: 31 mm. Seg. L. Trindade e O. da Veiga Ferreira. Em cima, respectiva distribuição geográfica, seg. K. Spindler.

estatuetas de terracota maciças, representando suídeos, tendo também presente a alta taxa de reprodução destes animais e o seu valor alimentar (**Fig. 3**), recolhidas no nível do Neolítico Final do povoado pré-histórico de Leceia, a par de exemplares utilizados como recipientes rituais, como os da gruta do Carvalhal (Turquel, Alcobaça) e o do povoado de Olelas (Sintra), este último de calcário (**Figs. 4 e 5**), e já do Calcolítico.



Fig. 3 – Estatuetas de suídeo, de barro, reconstituída, recolhida na Camada 4 (Neolítico Final) do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras. Comprimento máximo: 21,0 cm. Seg. J. L. Cardoso.



Fig. 4 – Recipiente zoomórfico de cerâmica, representando suídeo, da gruta do Carvalhal, Alcobaça. Comprimento máximo: 17,8 cm. Arquivo M. Farinha dos Santos.

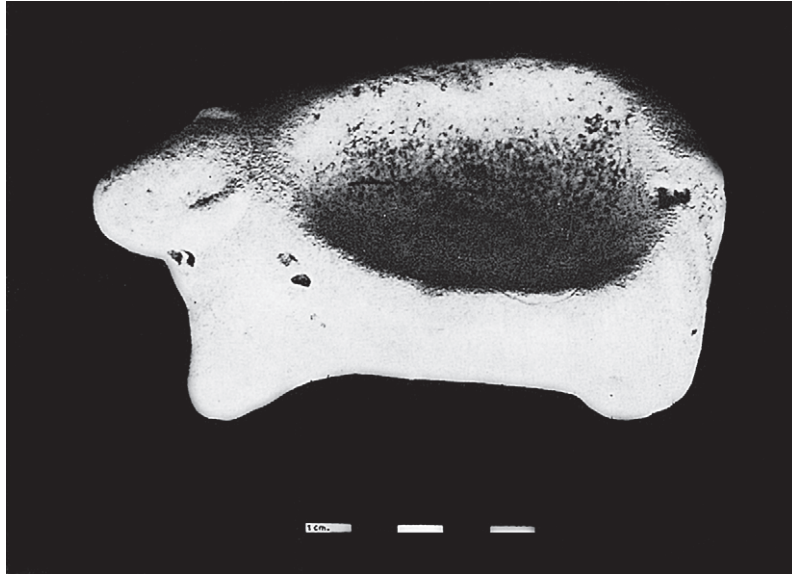


Fig. 5 – Recipiente zoomórfico de calcário, representando provavelmente um suídeo, do povoado calcolítico fortificado de Olelas, Sintra. Seg. E. da Cunha Serrão. Escala em cm.

3 – O CALCOLÍTICO DA ESTREMADURA

3.1 – Características gerais

O processo de intensificação económica, atrás sumariamente descrito, verificado ainda no decurso do Neolítico Final com a adopção de novas tecnologias, torna-se evidente logo no início do III milénio a.C., em todo o território hoje português. Com efeito, a já aludida revolução tecnológica operada nos meios de produção (a chamada “Revolução dos Produtos Secundários”), conduziu a aumentos de produtividade até então jamais atingidos. Verifica-se, então, a efectiva apropriação das melhores terras, por parte de comunidades que nelas crescentemente investiram, e das quais – repita-se – passou a depender, de forma cada vez mais decisiva, o seu sustento e sobrevivência.

Prova disso são as espécies vegetais, então plenamente cultivadas, como as identificadas em Vila Nova de S. Pedro, através de numerosos restos incarbonizados, com destaque para a fava (*Vicia faba* ssp. *celtica nana*); o trigo (*Triticum sphaerococcum* ssp. *globiforme*); a cevada (*Hordeum* sp.) que, a par da bolota, seriam panificáveis (PAÇO, 1954). Recolheu-se, ainda, um importante conjunto de sementes de linho (*Linum humile*) (PAÇO & ARTHUR, 1953) o qual, por si só, atesta a produção têxtil no povoado, actividade que certamente adquiriu importância acrescida no Calcolítico Pleno, época a que deverão reportar-se os numerosos elementos de tear, vulgo pesos de tear, de cerâmica, de formato paralelepípedo, com quatro furos nos respectivos cantos (**Fig. 6**), que abundam nos povoados calcolíticos estremenhos.

O acréscimo da produção então verificado é, a um tempo, o efeito imediato da plena utilização das novas tecnologias, mas também a causa do armazenamento dos excedentes assim proporcionados, tornando necessário, dado o clima de competição então gerado, a sua consequente protecção, por parte de cada uma das comunidades que os acumularam: em tal circunstância reside a génese da generalidade dos povoados fortificados estremenhos, desde os primórdios do Calcolítico. Por outras palavras: verifica-se uma dinâmica de causa-efeito, em cadeia, de início provocada pelas melhorias introduzidas no sistema produtivo, com largas consequências no plano económico e social, repercutidas ao longo de todo o III milénio a.C. (SILVA, 1993).

Crê-se, como se disse, que esta situação é suficiente para explicar, por si só, a origem de muitos povoados, fortificados ou não, que vemos multiplicarem-se pela paisagem, em geral em altos com boas condições naturais de defesa, norte a sul do território português, no decurso da 1ª metade daquele milénio, consequência de uma bem sucedida economia agro-pastoril, então plenamente consolidada. Tal sucesso determinou o acréscimo demográfico, o qual esteve, por seu turno, na origem de muitos dos desequilíbrios sociais de



Fig. 6– Elementos de tear recolhidos no povoado pré-histórico de Leceia, característicos do Calcolítico Pleno, relacionados com o desenvolvimento de certas actividades artesanais então verificado, como a da tecelagem. Comprimento máximo do da direita: 8,2 cm. Seg. J. L. Cardoso.

imediatos verificados. A forte densidade populacional então verificada encontra-se, com efeito, bem expressa nos numerosos povoados calcolíticos identificados na Estremadura (**Fig. 7**).

Nestas condições, o povoado passou a ser o único pólo agregador estável da vida económica e social: nele confluía o esforço colectivo da comunidade, mobilizando energias que antes, no decurso da segunda metade do IV milénio a.C., tinham sido investidas na construção dos grandes sepulcros megalíticos, como os conhecidos na região da Baixa Estremadura (**Fig. 8**), ou, em alternativa, das grutas artificiais, de evidente cunho mediterrâneo, como as quatro da Quinta do Anjo, Palmela, as duas de S. Pedro do Estoril, as quatro de Alapraia, Cascais, ou as três de Carenque, Amadora, todas elas intensamente reutilizadas no decurso do Calcolítico (**Fig. 9 a 13**).

Um inventário das grutas artificiais conhecidas em Portugal evidenciou, para além dos núcleos melhor conhecidos, a distribuição geográfica deste tipo de sepulcros, a cerca de uma dúzia de sítios, quase todos da Estremadura, descontando alguns que não se confirmaram como tais (SPINDLER, 1976). Entre as ocorrências ainda não registadas nesse inventário, por terem sido descobertas posteriormente, destacam-se as duas grutas

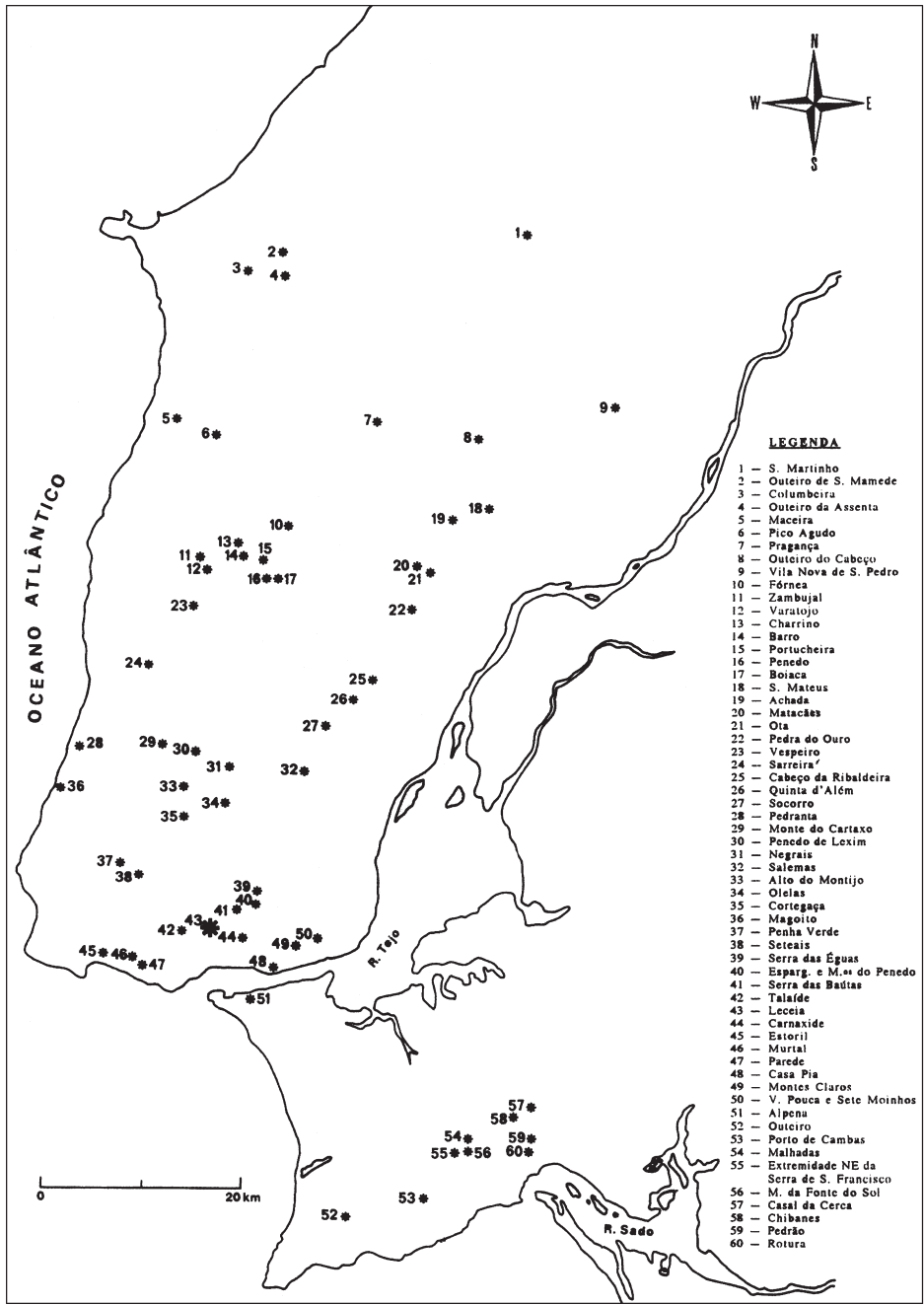


Fig. 7 – Principais povoados calcólíticos da Estremadura. Seg. J. L. Cardoso.



Fig. 8 – O dólmen de Pedras Altas, Sintra, grande monumento megalítico dos arredores de Lisboa. Foto de M. Leitão, obtida no final dos trabalhos de escavação.

artificiais escavadas nos calcários brandos miocénicos perto de S. Paulo, na área urbana de Almada. Infelizmente, de ambas ainda muito pouco se sabe, para além de algumas peças recolhidas em uma delas (BARROS, 1998). A primeira, terá sido utilizada apenas no Neolítico Final, enquanto a segunda, de acordo com o referido autor, foi recorrentemente aproveitada como necrópole até à Idade do Bronze. À primeira fase de ocupação podem reportar-se diversos micrólitos, uma figura zoomórfica de roedor, taças carenadas e placas de xisto com decoração geométrica, enquanto ao Calcolítico se reportam vasos de osso decorados, ídolo de gola e um rico conjunto de materiais campaniformes, que inclui botões de vários tipos, uma caçoila com decoração de triângulos invertidos, a pontilhado, abaixo do bordo, com paralelos em Leceia, adiante referidos.

Os povoados fortificados, evidenciam, pois, a instabilidade social então vivida. De forma compreensível, foram as próprias melhorias nos sistemas de produção, que estiveram no surgimento de potenciais situações de conflito, tão bem expressas pela concentração da população em numerosos lugares fortificados, dispersos de Norte a Sul, por todo o território português.

Na Estremadura, o domínio geográfico até ao presente melhor investigado, no conjunto de dezenas de povoados identificados, são três os sítios mais notáveis, que testemunham tal evidência, através dos



Fig. 9—Passagem da câmara ao corredor da gruta I da Quinta do Anjo, Palmela vista do lado da câmara. Note-se o afeiçoamento em arco de ferradura da abertura. Foto Arquivo O. da Veiga Ferreira.

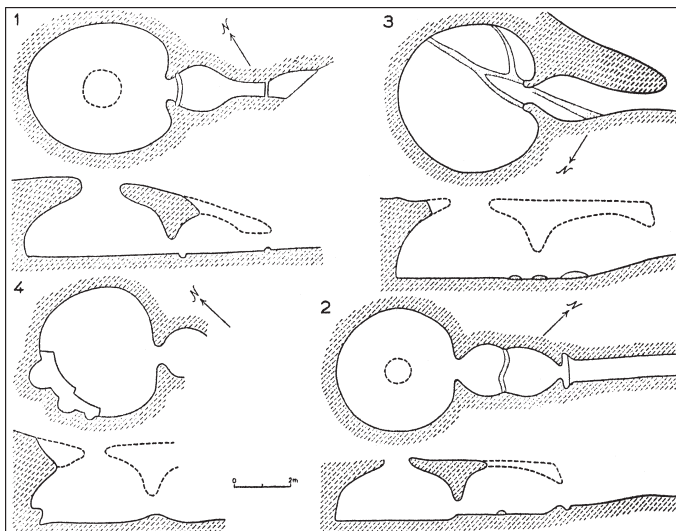


Fig. 10—Planta e cortes das quatro grutas artificiais da Quinta do Anjo, Palmela. Seg. V. Leisner, G. Zbyszewski & O. da Veiga Ferreira.



Fig. 11 – Vestíbulo da gruta artificial IV de Alapraia, Cascais, na altura dos trabalhos ali realizados. Seg. A. do Paço.

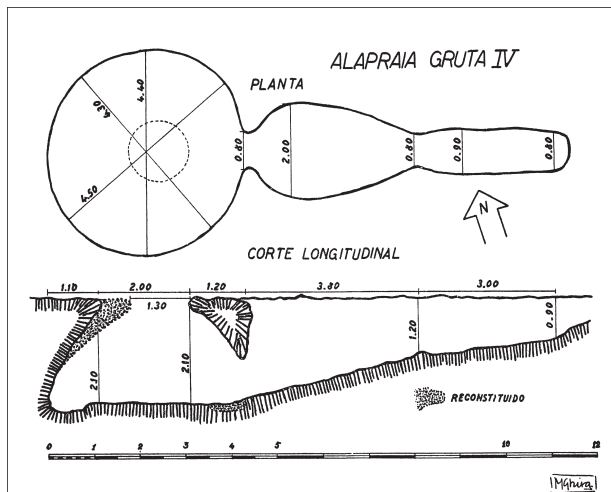


Fig. 12 – Alapraia. Planta e corte longitudinal da gruta artificial IV. Seg. A. do Paço.

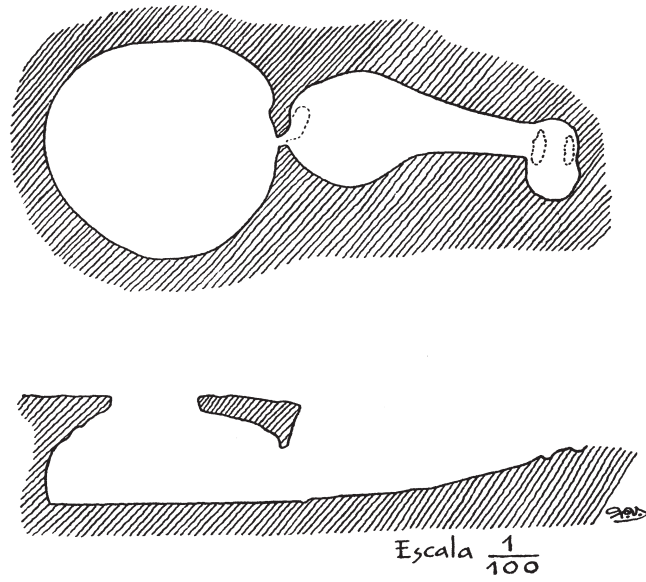


Fig. 13—Gruta artificial II do Tojal de Vila Chã, Carenque, Amadora. Em cima: planta e corte; em baixo, pormenor da entrada, com dois degraus no início do corredor. Seg. M. Heleno. Foto E. Miranda (1970).

imponentes dispositivos defensivos postos a descoberto pelas escavações efectuadas, de entre os mais de sessenta conhecidos, na maioria desprovidos de estruturas defensivas, mas tão-só aproveitando as defesas naturais conferidas pela topografia: trata-se dos povoados de Vila Nova de S. Pedro, Azambuja (**Fig. 14, 15, 16**), Zambujal, Torres Vedras (**Fig. 17, 18, 19**) e Leceia, Oeiras (**Figs. 20, 21, 22**), todos com áreas construídas superiores a 10 000 metros quadrados, como adiante se verá com maior detalhe.

No contexto referido, avultam os resultados obtidos no povoado fortificado de Leceia (Oeiras). As vinte campanhas anuais de escavações ali realizadas entre 1983 e 2002, conduziram a copioso conjunto de materiais estratigrafados, bem como a numerosas observações de campo, susceptíveis de constituir em o ponto de partida para trabalhos a desenvolver futuramente em outros sítios da região. Com efeito, o registo ali obtido denuncia a evolução, ao longo de mais de mil anos, de uma sociedade dinâmica e complexa, explorando de forma cada vez mais exaustiva os recursos naturais disponíveis. Foram as potencialidades agrícolas, rentabilizadas, conforme acima se referiu, pela melhoria progressiva das próprias tecnologias de produção, que possibilitaram a criação de sobre-produção económica susceptível de suportar trocas de produtos e de matérias-primas com outras regiões, trocas essas bem documentadas pela natureza e tipologia dos artefactos



Fig. 14 – Povoado calcítico fortificado de Vila Nova de S. Pedro, Azambuja. Vista da entrada existente na fortificação central, do lado interno para o lado externo. Arquivo O. da Veiga Ferreira.



Fig. 15—Povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de S. Pedro, Azambuja. Vista parcial do lado externo de fortificação central. Foto J. L. Cardoso.



Fig. 16—Povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de S. Pedro, Azambuja, em curso de escavação na década de 1940. Ao centro, G. Zbyszewski. Foto inédita. Arquivo O. da Veiga Ferreira (década de 1940).



Fig. 17—Recinto interior (“barbacã” ou “baluarte”) existente na fortificação central do povoado calcolítico do Zambujal, onde as frestas observáveis foram interpretadas como seteiras, abertas para o exterior, para espaço delimitado por outra linha defensiva. Arquivo M. Farinha dos Santos.



Fig. 18—Entrada do povoado Calcolítico fortificado do Zambujal, Torres Vedras, vista de dentro para fora. Arquivo M. Farinha dos Santos.



Fig. 19—Pormenor da sobreposição de estruturas identificadas no povoado calcolítico fortificado do Zambujal, Torres Vedras. Foto Instituto Arqueológico Alemão (R. Witte).



Fig. 20—Vista aérea do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras, implantado numa plataforma delimitada por escarpa calcária. Foi do lado de mais fácil acesso que se concentrou o esforço construtivo defensivo, corporizado por três linhas muralhadas sucessivas, visíveis na imagem, reforçadas do lado externo por bastiões semi-circulares. Seg. J. L. Cardoso.



Fig. 21 – Vista de um dos bastiões adossados ao paramento externo da primeira linha defensiva muralhada do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras, observando-se o uso de grandes blocos no muro do bastião e de blocos de menores dimensões no muro da muralha. Os paramentos interno e externo do bastião encontram-se separados por um enchimento de blocos de menores dimensões. Seg. J. L. Cardoso.



Fig. 22 – Povoado pré-histórico fortificado de Leceia, Oeiras. Pormenor de uma das entradas existentes na segunda linha defensiva, vista do lado externo. Seg. J. L. Cardoso.

exumados. Estamos, por conseguinte, perante uma comunidade francamente aberta a intercâmbios de produtos e de bens, fortemente sedentarizada e agregada a determinado território, por certo de fronteiras bem delimitadas.

As aludidas relações económicas estabelecidas pelos habitantes de Leceia com o exterior, viabilizaram a introdução de novas tecnologias (a metalurgia do cobre é disso exemplo), tendo ainda expressão em outros aspectos materiais e afirmando-se, também, ao nível mais abstracto de superestrutura mágico-religiosa, como se conclui pela natureza e tipologia dos ideofactos recolhidos, numa clara afirmação da integração dos seus possuidores em universo cultural de raízes mediterrâneas, de que faziam parte integrante: “é na Estremadura que, proporcionalmente, não só ocorre maior diversidade arquitectónica, como o maior número de povoados de “estilo mediterrânico” (tipos A, B e G), segundo JORGE (1994a, p. 472). Esta autora evidenciou, por outro lado, relação directa entre a complexidade arquitectónica e a existência de áreas semi-especializadas intramuros, tanto de produção como de armazenagem, de carácter comunitário, as quais se encontram expressivamente documentadas em Leceia. Ali, reconheceram-se, entre outras, três estruturas pétreas circulares, consideradas como o embasamento de eiras, destinadas à secagem e à malhagem de cereais e de outros produtos vegetais (CARDOSO, 1989, Fig. 73 e 74; CARDOSO, 1994, Fig. 62). Tais estruturas são uma realidade (Fig. 23), bem como as muralhas que as protegem, independentemente de se querer ver (ou não) em tais evidências “a vontade de proteger espaços e actividades socialmente importantes através de arquitecturas com prestígio supra-regional” (JORGE, 1994a, p. 472-473).

Leceia, como outros sítios estremenhos como Vila Nova de São Pedro e Zambujal, constituiria, desta forma, o núcleo de uma massa populacional estável e sedentária, repartida por determinada região envolvente do aglomerado fortificado, habitando em núcleos de menores dimensões, unidos provavelmente por uma origem comum, de consanguinidade; tratava-se, pois na origem de sociedade de carácter tribal. Núcleos semelhantes deveriam existir por todo o território da Baixa Estremadura, como indica a densidade dos vestígios de povoamento conhecidos.

Qual o modelo explicativo da génese e evolução desta sociedade, entre meados do IV e finais do III milénio a.C.? Trata-se, antes de mais, da caracterização de um processo social influenciado por impulsos exógenos, condicionado pelas condições económicas e recursos naturais disponíveis, de cuja interacção (PARREIRA, 1990, p. 29) resultou uma sociedade com marcadas especificidades, precocemente evoluída, articulada com outros grupos humanos, numa perspectiva transregional.

Desde há muito que ao grupo calcítico da Estremadura foi reconhecida identidade cultural própria, expressa pela designação de Calcítico da Estremadura; tal designação adquiriu particular relevância, aquando da definição cultural do grupo calcítico do Sudoeste (SILVA & SOARES, 1976/77). Porém, jamais foi tentada uma síntese dos conhecimentos acumulados apesar de aquela expressão ser de indiscutível validade – aceitando, com HODDER (1982), que a cultura material expressa a identidade cultural subjacente – como tem vindo a ser confirmado, pelo autor, em sucessivos estudos já publicados. Com efeito, tratando-se a Estremadura de região propícia à fixação humana, mercê das condições climáticas, pedológicas, e geográficas, avultando entre estas a proximidade do litoral atlântico e dos estuários do Tejo e do Sado, constituiu-se desde muito cedo como área privilegiada para a ocupação humana. Por outro lado, afigurando-



Fig. 23 – Vista parcial da primeira linha defensiva muralhada do povoado pré-histórico de Leceia, depois das reconstruções nela realizadas, com recurso aos blocos recolhidos nas camadas de derrube correspondentes. Em primeiro plano, observa-se estrutura lajeada de planta circular, atribuível ao embasamento de uma eira. Seg. J. L. Cardoso.

-se como região-charneira entre o Sul e o Norte, o interior e o litoral, importava conhecer, na sequência da proposta de S. Oliveira JORGE (1990a), as fronteiras e relações estabelecidas com outros grupos culturais já identificados nas regiões limítrofes, designadamente o Grupo da Beiras e o do Sudoeste.

Com base nos elementos disponíveis, é usual a consideração, no Calolítico da Estremadura, de três fases culturais principais. Tais fases encontram-se estratificadas em Leceia de forma paradigmática, correspondendo-lhes outras tantas etapas de ocupação com características e conteúdos artefactuais diferentes. Entre estes, avulta a cerâmica, de que alguns tipos podem ser entendidos como verdadeiros marcadores culturais, ou fósseis estratigráficos, para usar uma expressão do foro geológico, de expressão e validade evidentes, por corresponderem a formas e, sobretudo, a padrões decorativos, não só de grande difusão na baixa Estremadura mas também de evidente incidência cronológica (“vida curta”), conforme se ilustra na **Fig. 24**.

3.2 – O Calcolítico Inicial, o Calcolítico Pleno e o “fenómeno” da fortificação dos povoados

No decurso do Neolítico Final, ao longo da segunda metade do IV milénio a.C. assiste-se, na Estremadura, como em outras áreas do território português, à ocupação progressiva de sítios de altura, com boas condições naturais de defesa. Em Leceia estabeleceu-se, então, um vasto povoado aberto, sobre as bancadas rochosas então aflorantes, e no espaço entre elas.



Fig. 24 – Cerâmicas decoradas calcolíticas do povoado de Leceia, Oeiras. Em cima, recolhidas na Camada 2 (Calcolítico Pleno); em baixo, oriundas da Camada 3 (Calcolítico Inicial). Seg. J. L. Cardoso.

As nove datas radiocarbónicas obtidas, situam esta ocupação, com efeito, naquele intervalo de tempo (SOARES & CARDOSO, 1995). Assim, fazendo uso do programa CALIB, foram construídos gráficos de acumulação de probabilidade referente ao conjunto de datas obtidas e calculados diversos intervalos de confiança. Para uma probabilidade de 50%, a cronologia para a ocupação do Neolítico Final corresponde ao intervalo de 3350 - 3040 a.C. e, para uma probabilidade de 95%, ao de 3510 - 2900 a.C. No Alto de São Francisco (Palmela), para só se utilizar um exemplo da região, reconheceu-se uma ocupação única reportável a esta fase cultural; tal como em Leceia, é caracterizada ao nível das cerâmicas, pelas taças carenadas, bordos denteados de vasos altos e por raras decorações impressas, incisas e puncionadas “reliquia” de épocas anteriores, onde abundavam.

Embora não se tenham identificado, em quaisquer destes povoados, até agora, estruturas inquestionavelmente defensivas, a escolha de tais lugares, naturalmente defendidos, pressagia a existência de potenciais situações de conflito, cuja existência remonta seguramente até pelo menos o Mesolítico do vale do Tejo: com efeito, só se defende quem tem algo (além da sua pessoa...) para defender. Que bens seriam esses, que obrigaram tais comunidades a procurar refúgio no alto das colinas da região? Certamente os resultantes da acumulação de excedentes da produção agrícola propiciados pela adopção da força de tracção animal (os grandes bovídeos, como já atrás se disse, abundariam no Neolítico Final em Leceia). Trata-se, afinal, da componente mais frisante da chamada Revolução dos Produtos Secundários (RPS). A energia fornecida pela atrelagem de bovídeos, aplicada tanto à agricultura (presença do arado), como ao transporte (presença do carro), foi avaliada por GIMPEL (1975). Se a velocidade média de um bovídeo for da ordem de 0,73 m/s e a força por ele mobilizada de cerca de 54 kgf, a potência oferecida é de cerca de 40kgf. m/s, superior à calculada para a mula (30 kgf. m/s), mas inferior à correspondente ao cavalo (60 kgf. m/s).

“As muralhas não traduzem apenas economia. Traduzem economia e sociedade.

São construídas para proteger alguém e alguma coisa de outrém. Assim sendo, a definição de esse outrém é fundamental. Como o é sabermos que tipo de sociedades se afrontam. E o contexto económico que o permite” (GONÇALVES, 1991, p. 405). Eis pertinentes observações a que procuraremos dar o nosso contributo, neste estudo.

Em Leceia, após um período de abandono, que poderá ter durado de 30 a 150 anos, mais provavelmente algumas dezenas de anos (SOARES & CARDOSO, 1995), assiste-se, logo no começo do Calcolítico Inicial, situável cerca de 2900 a.C., à construção de imponente fortificação, fundada ora no substrato geológico, ora na camada correspondente à ocupação do Neolítico Final (CARDOSO, 1989; 1994a; 1994c; 1994d; 1995a; 2000a). Tal dispositivo defensivo respeitou, sem dúvida, um plano previamente definido e metodicamente levado à prática. A discordância que se observa entre esta ocupação e o povoado neolítico anterior não chega, porém, para admitir a chegada de novas gentes estranhas à região (teriam certamente existido rupturas de natureza económico-social). Ao contrário, entrevê-se em tal fortificação a consequência lógica do período de instabilidade gerado no Neolítico Final e a preferência por sítios naturalmente defendidos, como então se verificou.

Tal como o Neolítico Final, também o Calcolítico Inicial se encontra datado em Leceia com elevada precisão. As nove datas de radiocarbono disponíveis, permitiram a construção de gráfico de acumulação de

probabilidade (com base no programa CALIB) e, a partir dele, o cálculo a diversos intervalos de confiança. Deste modo, para uma probabilidade de 50%, a duração do Calcolítico Inicial situar-se-á entre 2770 e 2550 a.C. e, para uma probabilidade de 95%, entre 2870 e 2400 a.C. (SOARES & CARDOSO, 1995).

Convém recordar, porém, que o intervalo de 50% representa o *floruit* do conjunto, ou seja, o seu período de florescimento (ver discussão deste conceito em SOARES & CABRAL, 1993, p. 220). Deste modo, tendo presentes os valores referidos, pode afirmar-se que o Calcolítico Inicial na Estremadura terá tido uma duração inferior à do Neolítico Final, correspondendo ao intervalo aproximadamente de 2800-2600 a.C. Assim sendo, a primeira fortificação de Leceia, edificada logo no começo do Calcolítico Inicial, ascenderia a cerca de 2800 a.C., ou talvez a algumas dezenas de anos antes. Por outro lado, o *terminus* desta fase cultural situar-se-á perto de 2600 a.C., conclusão reforçada pelas datas respeitantes à fase seguinte, o Calcolítico Pleno conforme se verifica na **Fig. 25**.

Leceia documenta, pois, a par dos dois casos homólogos mais conhecidos da Estremadura – Vila Nova de São Pedro (Azambuja), onde se recolheram centenas de pontas de seta de sílex em verdadeiros ninhos, talvez constituído arsenais bélicos, no estrato Vila Nova I de A. do Paço (PAÇO, 1964, p. 145), e Zambujal (Torres Vedras) – a pujança do povoamento calcolítico da Baixa Estremadura, articulado em grandes centros fortificados, de características proto-urbanas, cuja localização foi determinada por conjugação de condições naturais de defesa (todos se inscrevem em plataformas elevadas, por vezes delimitadas por escarpas, como Leceia ou o Zambujal ou no alto de cabeços), em conexão com vales agrícolas de elevada fertilidade, dominando as vias de circulação naturais de toda a região adjacente: condições geomorfológicas propícias e aptidão agrícola dos solos foram, pois, os dois aspectos determinantes na selecção para a implantação de tais lugares fortificados.

De facto, as actividades agrícolas em campos ou talhões circunscritos, adequados ao cultivo do trigo e da cevada, espécies que, como se disse, foram reconhecidas em Vila Nova de S. Pedro (PAÇO, 1954), seriam determinantes na economia e bases de subsistência destas populações e, particularmente, das sediadas no esporão de Leceia, debruçado sobre o fértil vale da ribeira de Barcarena.

A importância do cultivo dos terrenos adjacentes, na encosta suave voltada para a ribeira de Barcarena, parece encontrar-se indirectamente denunciada pelo conteúdo polínico de episódio de abandono do Calcolítico Inicial detectado na estação. Com efeito, o Prof. João Pais (Universidade Nova de Lisboa) reconheceu, nos respectivos espectros polínicos, a larga predominância de gramíneas e de compósitas, tradicionalmente associadas a agriculturas cerealíferas, transitariamente dominantes em tais espaços pelo episódico abandono do povoado, o qual poderia, porém, não ter atingido a totalidade da estação.

Os artefactos recolhidos documentam a importância das actividades agrícolas: machados, frequentemente exaustos, com o gume embotado pelo uso, talvez destinados à deflorestação; sachos; e numerosas mós manuais e elementos de foice, de sílex. Enfim, a horticultura, em pequenas hortas ao longo dos vales, talvez recorrendo já a sistemas de irrigação primitivos (PARREIRA, 1990), encontra-se ilustrada em Vila Nova de São Pedro pela existência de fava e sobretudo do linho (PAÇO & ARTHUR, 1953; PAÇO, 1954b).

Em Leceia, embora, até o presente, não se tenha recolhido nenhuma semente das espécies referidas, a prática da agricultura e eventualmente da horticultura encontra-se reforçada, para além dos testemunhos

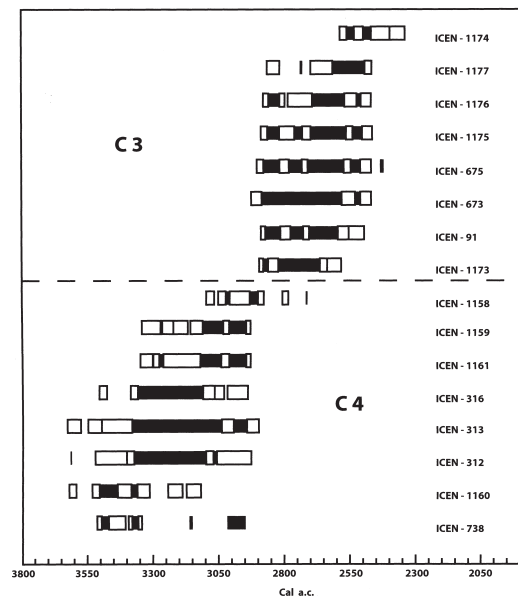
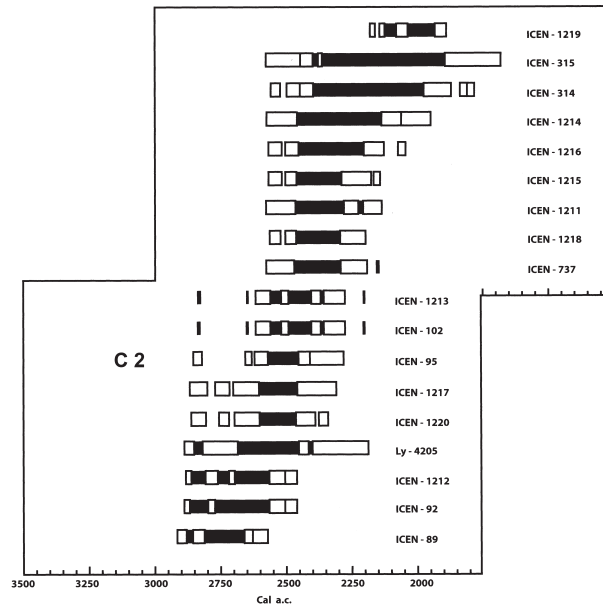


Fig. 25 – Cronologia absoluta da sequência estratigráfica definida no povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras. Em cima, resultados das análises de radiocarbono relativas a Camada 2 (Calcolítico Pleno). Em baixo, resultados relativos à Camada 3 (Calcolítico Inicial) e à Camada 4 (Neolítico Final). A negro, intervalos correspondentes a 1sigma; a branco, intervalos a 2 sigma. Seg. J. L. Cardoso & A. M. Monge Soares.

materiais aludidos, pela existência de três lajeados de planta circular, considerados como o embasamento de eiras (CARDOSO, 1989, Fig. 73 e 74; CARDOSO, 1994a, Fig. 15), também já atrás mencionados. Tais estruturas, que seriam revestidas de argila pisada, ou greda muito dura, à semelhança das eiras tradicionais da actualidade – foram encontrados vestígios deste revestimento em uma delas – destinaram-se não apenas ao processamento dos cereais, mas também à secagem de leguminosas, como a fava. Com efeito, só assim se explica a sua conservação, por incarbonização, em Vila Nova de S. Pedro. Trata-se estruturas únicas, no Calcolítico de Portugal, e que testemunham o vigor da economia agrícola de Leceia. Não certamente por acaso, as três estruturas referidas situam-se no interior da área muralhada, assim denunciando, expressivamente, o clima de tensão social então vigente.

Este sistema de produção era completado pelo pastoreio de ovinos, caprinos e bovinos, de onde os habitantes obtinham a larga maioria das proteínas, bem como pela criação do porco doméstico, o que denuncia a marcada sedentarização destas comunidades e o pleno domínio da manipulação de todas as espécies domésticas que, então como hoje, constituem o grosso da nossa alimentação proteica. A análise sistemática dos restos faunísticos, evidenciou um declínio do Calcolítico Inicial, para o Calcolítico Pleno, do boi doméstico e, de forma menos acentuada, do porco doméstico, em benefício das ovelhas e cabras; tal evolução encontra-se, aliás, em continuidade com o observado neste povoado desde o Neolítico Final (CARDOSO & DETRY, 2001/2002), embora o seu significado seja de difícil explicação no quadro dos conhecimentos actuais.

A caça do veado e do javali documenta a existência de manchas florestais pontuando espaços abertos, ocupados por pastagens naturais, propícias à circulação de manadas de auroques e de cavalos selvagens, também presentes nos inventários faunísticos. A recolheção de moluscos e a pesca, no litoral adjacente, então de mais fácil acesso devido à transgressão flandriana que então acabado de atingir o seu máximo – próximo do nível actual – e ao não assoreamento das embocaduras dos cursos de água – no caso, a ribeira de Barcarena – encontra-se igualmente documentada na maioria dos povoados da região, completando as bases alimentares de tais populações. Com efeito, estudos geoarqueológicos conduzidos no curso terminal do rio Sizandro, que corre na base do morro onde se edificou o povoado do Zambujal, Torres Vedras, evidenciaram também que o fundo do vale, actualmente assoreado até à foz, permitia a navegação de embarcações de pequeno calado até às proximidades do povoado, na época calcolítica (HOFFMANN, 1990). No entanto, não seria necessário percorrer um trecho do litoral norte do estuário do Tejo superior a 5 km, para encontrar todas as espécies de moluscos identificadas, desde as de litoral rochoso, até às de fundos arenosos, passando pelas de leitões vasosos, postos a descoberto na maré baixa, onde recolheriam ostras, como o esteiro formado pela foz da ribeira de Barcarena (GUERREIRO & CARDOSO, 2001/2002).

Enfim, o aludido estado de exaustão de muitos dos machados de pedra polida, denuncia importantes actividades florestais, não apenas no âmbito da produção de campos agrícolas ou de pastagens permanentes, mas também na obtenção de lenhas, associada à exploração de produtos silvícolas, como a bolota, presente em Vila Nova de S. Pedro (PAÇO, 1954), que poderia ser farinada. Entrevê-se, pelo exposto, e no que a Leceia diz respeito, uma comunidade explorando metódica e exaustivamente os recursos disponíveis nos diversos *biota* adjacentes, desde o estuário, passando pelo litoral, até aos bosques ou pradarias que se desenvolviam

pelo interior do território. A proximidade do litoral e a ligação com este mantida, detectada em todos os dezasseis povoados da Estremadura com indícios de muralhas inventariados (JORGE, 1994a, p. 465), expressa, objectivamente, a importância que os recursos ali facilmente colectáveis desempenhavam na economia e bases de subsistência das correspondentes populações. Na Baixa Estremadura, tal importância encontra-se sublinhada pela distribuição dos povoados calcólicos em torno da embocadura do Sado, aproveitando os locais altos que a marginam, do lado Norte (SILVA & SOARES, 1986). O papel dos recursos aquáticos na dieta destas populações é ilustrado pelo estudo, a vários títulos exemplar, consagrado à fauna malacológica recolhida em um deles, o povoado da Rotura (SILVA, 1963), de todos o povoado de onde provém o maior número de anzóis de cobre (**Fig. 26**) (GONÇALVES, 1971), pertencentes ao Calcólico Pleno. Esta importância foi também confirmada no povoado de Leceia, onde não só se recolheram também diversos anzóis de cobre, mas também abundante fauna ictiológica (ANTUNES & CARDOSO, 1995), tal como no Zambujal (DRIESCH & BOESSNECK, 1981), configurando uma pesca litoral, com predominância da dourada e do pargo, feita em pequenas embarcações.

A fase inicial do Calcólico estremenho encontra-se particularmente bem caracterizada, pelo espólio cerâmico, através da bem conhecida decoração canelada, aplicada a dois tipos principais de recipientes: os copos e as taças, os quais assumem o papel de “fósseis estratigráficos” de reconhecida importância. O primeiro dos locais onde a cerâmica canelada e, particularmente, os copos, foram valorizados, como indicador cultural, foi em Vila Nova de São Pedro (**Fig. 27**). Ter-se-ia de aguardar, no entanto, catorze anos após o início das escavações verificado em 1937, para que A. do Paço “começasse a suspeitar” da existência de estratigrafia, e isto apesar de, já na campanha de 1942, se ter reconhecido uma camada anterior à fortificação central (PAÇO & JALHAY, 1943).

Na 15^a. campanha (1951) ali efectuada, registou-se, enfim, a existência, sob o paramento interno da muralha da fortificação central, de duas camadas bem diferenciadas (PAÇO & ARTHUR, 1952, p. 293), precisando-se a ocorrência, na camada inferior, de “uma cerâmica vermelha, muito perfeita, em cuja confecção se utilizaram barros finos e bem peneirados, a que se deu boa cozedura, diferindo completamente dos restantes elementos” (**Fig. 28**). Trata-se, como adiante explicam, de “um tipo de vasos caliciformes, espécie de copo fundo ligeiramente abaulado e abrindo suavemente na boca, cuja decoração se limita a sulcos paralelos, axadrezados ou em espinha, ligeiro brunido feito com um instrumento rombo sobre o barro a que, por fricção, se deu uma espécie de polimento” (*idem, ibidem*). É indubitável que os autores se reportam aos recipientes que vieram a ficar conhecidos na bibliografia arqueológica por “copos canelados”, forma emblemática da fase cultural Vila Nova I, ali definida, podendo considerar-se como o estratótipo (adoptando a terminologia da Geologia Estratigráfica) do Calcólico Inicial da Estremadura. Em pequeno estudo dedicado a tal tipo cerâmico, A. do Paço declara que “El estrato se asentaba directamente sobre la base rocosa del castro, variando su espesor entre los 25 y 30 cm” (PAÇO, 1959, p. 254).

A indefinição entre a relação geométrica de tal camada com a fortificação interna, levou à execução de corte transversal intersectando aquela estrutura, realizado em 1959 (SAVORY, 1970), o qual veio demonstrar a



Fig. 26—Anzóis de cobre do Calcolítico Pleno da Estremadura. Em cima: do povoado de Leceia, Oeiras; em baixo: do povoado da Rotura, Setúbal. Seg. J. L. Cardoso e F. Pereira da Costa. Tamanho natural.

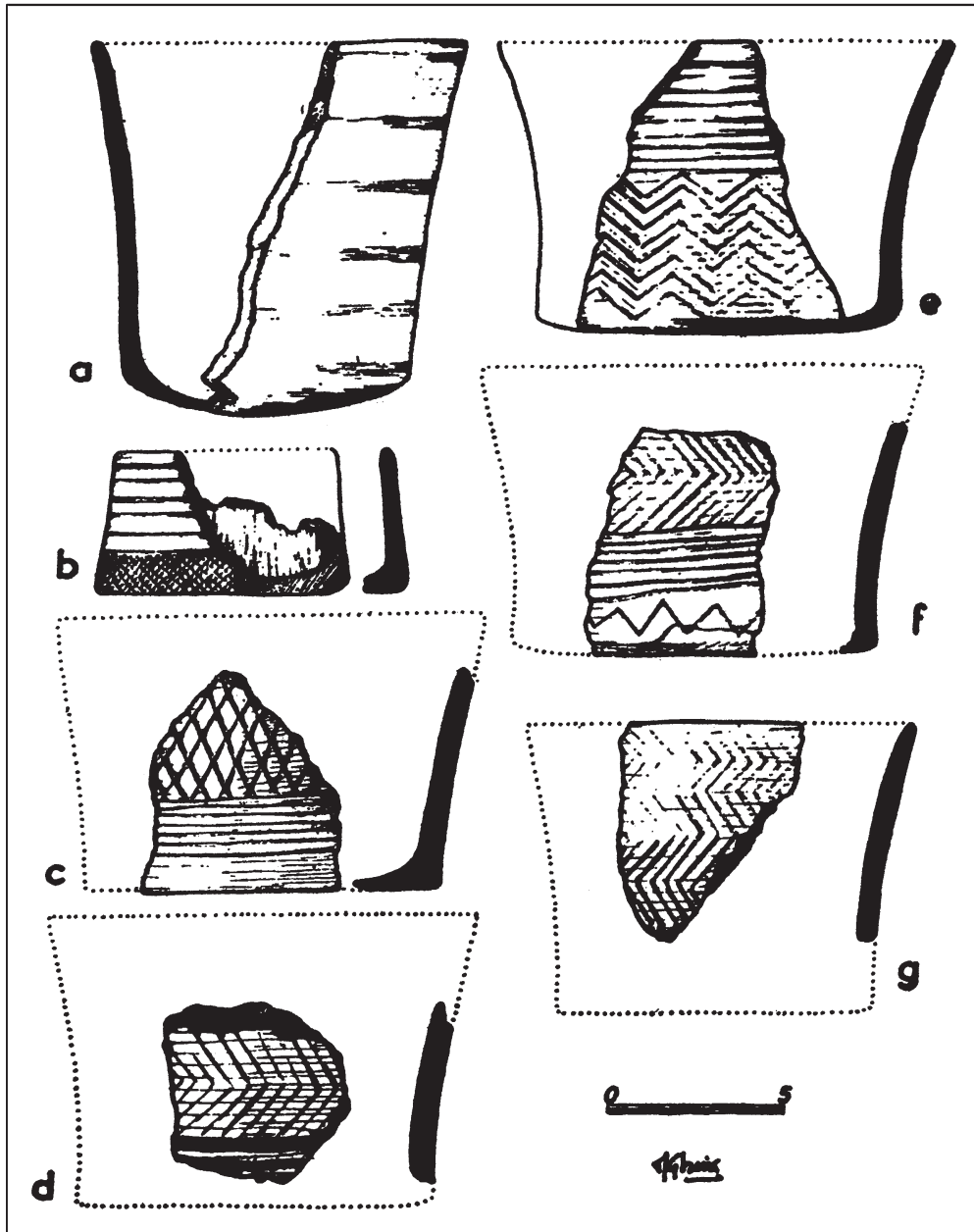


Fig. 27 – Povoado calcolítico de Vila Nova de S. Pedro, Azambuja: vasos em forma de copo, com decoração canelada, do estrato Vila Nova I (Calcolítico Inicial). Seg. A. do Paço.

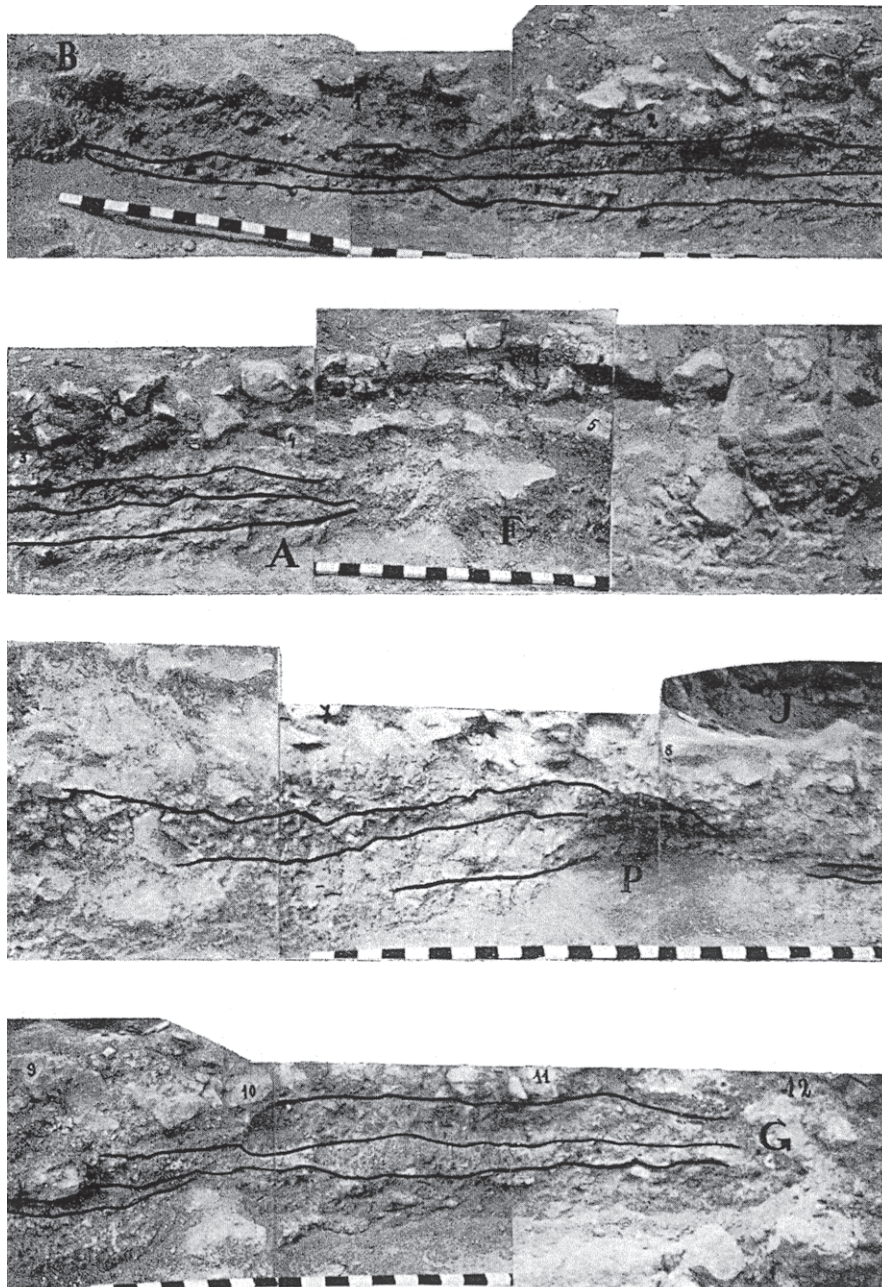


Fig. 28—Sequências estratigráficas registadas em Vila Nova de S. Pedro na 15.^a campanha de escavações, em 1951. Seg. A. do Paço & M. L. C. Arthur.

anterioridade daquela camada (**Fig. 29**), facto depois aceite por A. do PAÇO (1964). Aquela cerâmica – a “Importkeramik” de Sangmeister (PAÇO & SANGMEISTER, 1956a) – assumiria assim grande importância na doutrina colonialista que defendiam, também explicitamente assumida, na mesma época, por investigadores ingleses (BLANCE, 1961), visto que, na sua opinião, era muito semelhante a cerâmicas do Egeu (Cicládico antigo). Diferenciando-se pela sua excelente manufactura, forma e motivos decorativos, das cerâmicas consideradas “indígenas” e não ocorrendo noutra região peninsular, seria lícito admitir, segundo os aludidos autores, uma relação directa do Mediterrâneo Oriental com a Estremadura portuguesa, região considerada como “a porta de entrada de influências orientais chegadas por via marítima” em época pré-campaniforme (LEISNER, 1961). A autora que, neste particular, partilha as opiniões dominantes de então, caracterizadas por posições difusionistas, que hoje diríamos “extremistas”, é explícita em relação a este ponto: “A frequência da decoração em espinhas, que liga a cerâmica pré-campaniforme sobretudo à das ilhas do Mar Egeu, permite admitir um contacto directo com as civilizações daquelas regiões” (*op. cit.*, p. 426, 427), sobretudo pela falta aparente de estações intermediárias suficientemente ilustrativas das rotas desses navegadores, ao longo da

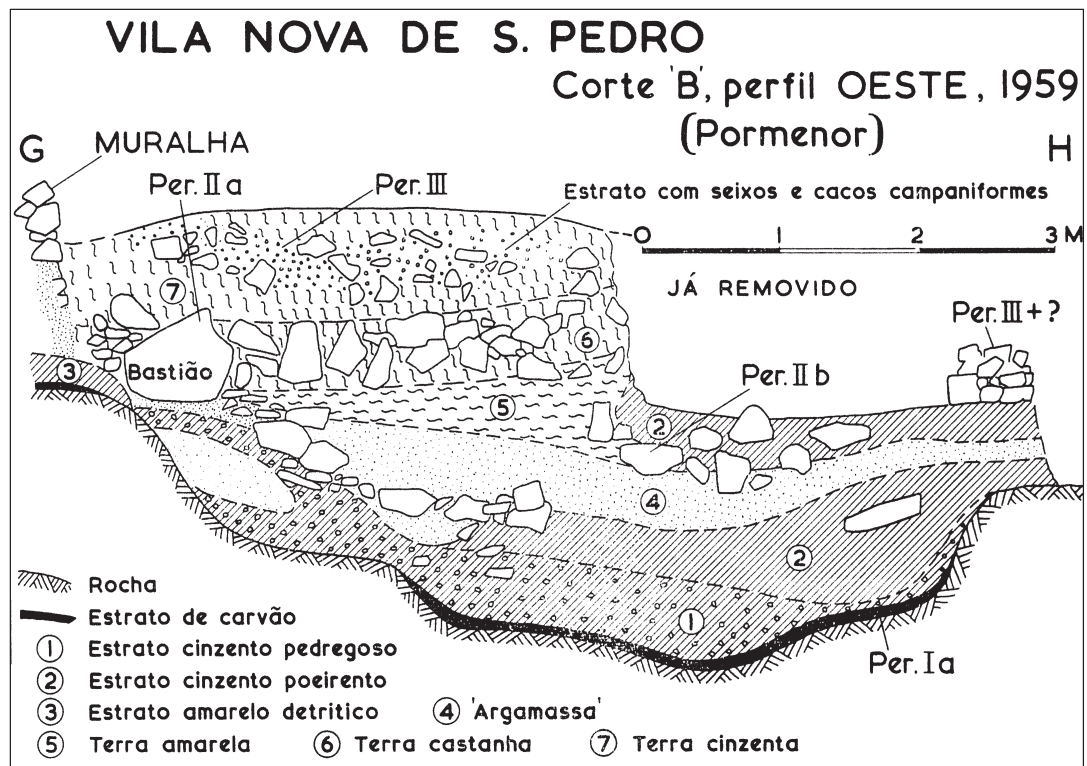


Fig. 29 – Corte estratigráfico realizado na muralha do recinto interno do povoado pré-histórico de Vila Nova de S. Pedro, Azambuja. Seg. H. N. Savory.

costa marítima mediterrânica, facto que, por outro lado, também não deixa de ser argumento contra a existência de tais contactos... A importância do motivo decorativo invocado por Vera Leisner, na óptica de contactos com aquela região do Mediterrâneo, tinha já sido anteriormente sublinhada (PAÇO & SANGMEISTER, 1956b). O entusiasmo de Edward Sangmeister, ao deparar, pela primeira vez, com a imponente fortificação Calcolítica de Vila Nova de São Pedro – declarando que nada de semelhante lhe fora até então dado observar – a par dos bons resultados da campanha de escavações de 1955, cognominada expressivamente a “campanha das muralhas” poderão, em parte, explicar a tónica dada à procura de paralelos longínquos (recorde-se que em Los Millares reiniciavam-se, então, os trabalhos de campo). Relembre-se, a propósito, que não eram só arqueólogos como os citados, que recorriam a doutrinas difusionistas para explicar a evolução material das culturas pré-históricas peninsulares; V. Gordon Childe, que marcou por décadas o pensamento de muitos pré-historiadores europeus, pode ser considerado o pioneiro de tais concepções, sendo, a tal respeito, particularmente explícita a apresentação da sua obra clássica, “The Dawn of European Civilization” (CHILDE, 1925): “With the aid of artifacts, the author traces the colonization of our continent, discloses the migrations, conflicts, and combinations of prehistoric peoples, and shows how religions ideas and inventions were transmitted from Mesopotâmia and Egypt to Crete, thence to Britain and Scandinavia, there to be elaborated into a new and original whole.”

Não esqueçamos, também, a opinião condizente de V. Leisner, ao ponto de admitir, para as pinturas dolmênicas da Beira Alta, parentescos egípcios (LEISNER, 1961, p. 425, 426). Mais tarde, uma “nuance” é introduzida por SAVORY (1970, p. 28 da tradução portuguesa) nestas posições tão pouco consentâneas com a realidade hoje aceite como válida: “Os “copos” podem representar um horizonte cronológico comparativamente estreito e um elemento novo na população, mas, embora as suas origens pareçam ser devidas a um povo que pode ser descrito como “colonizado”, não são certamente importados mas de manufactura local pois, qualquer que possa ser a sua inspiração, não têm paralelos exactos fora do estuário do Tejo”. Deste modo, de importações longínquas, tais recipientes passaram a produções localizadas, visto de facto não ocorrerem fora da Baixa Estremadura. Actualmente, podemos mesmo afirmar que se trata de forma já presente no Neolítico final de Leceia (CARDOSO, SOARES & SILVA, 1983/84; 1995b), a mesma que, no Calcolítico Inicial se apresenta decorada.

Ainda no respeitante às cerâmicas decoradas do Calcolítico Inicial da Estremadura, observa-se a aplicação da técnica canelada à decoração do interior de grandes taças de bordo espessado interiormente (**Fig. 30**), forma que substituiu na Estremadura as taças carenadas do Neolítico Final (além do estudo de LEISNER, 1961, de carácter monográfico, cf. CARDOSO, 1989, Fig. 119, n.º 6; CARDOSO, 1994d, Fig. 118, n.º 2 e 119, n.º 3 e 4). Este tipo de recipientes, são também frequentes noutros povoados calcolíticos da Estremadura (Vila Nova de São Pedro), e ainda, no Calcolítico do Sudoeste, como no povoado de Porto Torrão, Ferreira do Alentejo (ARNAUD, 1993) e no do Monte da Tumba, Alcácer do Sal (SILVA & SOARES, 1987), por vezes com decorações astrais, de carácter simbólico. É interessante referir que, na Andaluzia, conhecem-se, de há muito, taças calcolíticas da necrópole de Los Millares com representações soliformes (SIRET, 1893, Figs. 224 e 225). Seja como for, esta é uma prova da existência, a par de outras, de contactos entra a área Estremenha e a do Sudoeste, no decurso do Calcolítico, a juntar a outras, adiante apresentadas.

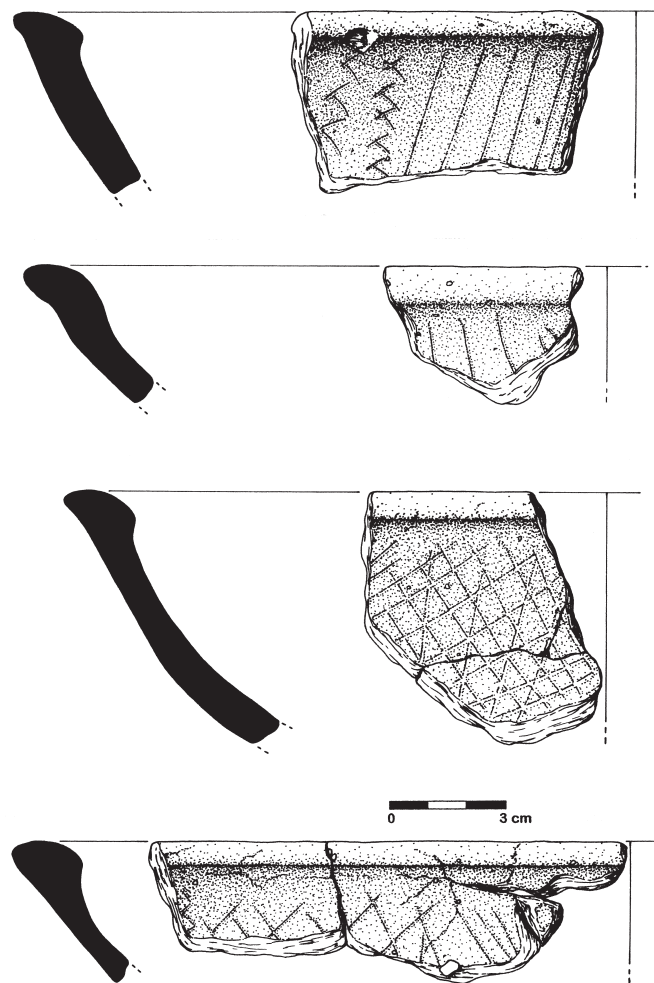


Fig. 30 – Taças calcólicas com decoração interna do povoado do Outeiro Redondo, Sesimbra. Inéditas.

Ao nível do restante espólio do Calcolítico Inicial da Estremadura, evidencia-se a qualidade do talhe bifacial de certos artefactos líticos, por vezes denominado de “retoque egípcio”, outra alusão, não inocente, ao Mediterrâneo oriental, invocada pelo precursor do difusionismo calcolítico entre nós (JALHAY, 1943). Porém, tal técnica de lascamento era já conhecida no Neolítico Final desta região, sendo ilustrada pelas belas alabardas com numerosos exemplos em sepulturas megalíticas ou em grutas naturais da região, como é o caso do soberbo exemplar do dólmen de Casainhos, Loures (**Fig. 31**). Tal técnica tem agora expressão em artefactos finamente trabalhados, como as notáveis pontas de seta mitriformes (**Fig. 32**), desconhecidas no Neolítico Final, cujas características foram conotadas, a par de outros materiais recuperados no povoado de Vila Nova



Fig. 31 – Grande alabarda de sílex, de base convexa, do dólmen de Casainhos, Loures. Arquivo M. Farinha dos Santos. Escala natural.



Fig. 32 – Pontas de seta mitriformes, características do Calcolítico da Estremadura, do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras (x 2,0). Seg. J. L. Cardoso.

de S. Pedro, a exemplares do Egipto pré-dinástico (JALHAY, 1943). Com efeito, o cunho meridional e mediterrâneo destas pontas de seta é evidenciado pela sua própria distribuição geográfica: faltando nos inventários do centro e do norte de Portugal, ocorrem, pelo contrário, nos monumentos calcolíticos funerários de Alcalar, Portimão, a par das pontas de base profundamente cavada (dita de tipo “alcalarense”). Estas últimas – também conhecidas na Estremadura – prolongam a sua distribuição geográfica pela Andaluzia, a par do tipo mitriforme (aqui mais raro), encontrando-se documentadas na necrópole de Los Millares e noutros monumentos megalíticos do Sudeste peninsular (LEISNER, 1945, Est. 6, 11, 13 e 15). A estes artefactos, outros se poderiam juntar, com as mesmas pretensas raízes, como alguns ídolos de carácter feminino, de osso ou cerâmica, ou mesmo de calcário (**Fig. 33**) e, ainda, certos alfinetes de cabeça maciça torneada, com o formato da cápsula da papoila ou do botão da flor de lótus (**Fig. 34**), recolhidos em Leceia. Estas peças podem considerar-se sucedâneas imediatas dos alfinetes de osso com cabeça postiça, lisa ou canelada (**Fig. 35**), cuja cronologia, ainda que essencialmente reportável ao Neolítico Final (segunda metade do IV milénio a.C.),

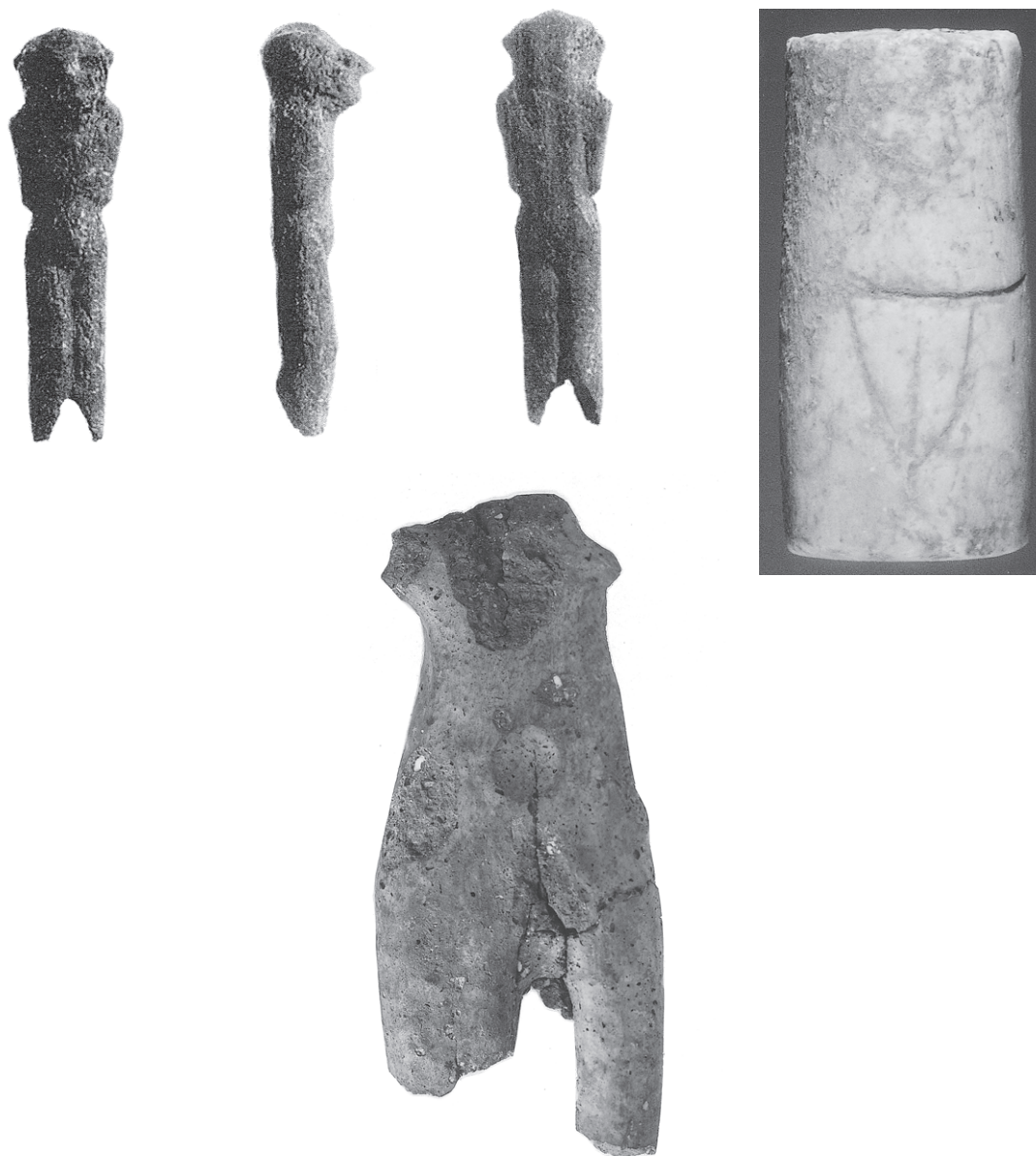


Fig. 33 – Representações femininas calcolíticas, de osso, calcário e cerâmica H. E em cima, à esquerda: estatueta de Vila Nova de S. Pedro, Azambuja, incompleta na base, com as mãos juntas sobre o peito (x 1/1); à direita: cilindro de calcário, de Leceia, Oeiras, com a gravação do triângulo púbico feminino, representando a zona dos grandes lábios (x 1,5); em baixo: fragmento de estatueta da Lapa do Suão, Bombarral (x 2/3). Seg. E. Jalhay & A. do Paço; J. L. Cardoso; e O. da Veiga Ferreira e colaboradores, respectivamente.

atingiu o Calcolítico, na área estremenha, conforme se demonstrou pelas datas de radiocarbono, obtidas por AMS em um conjunto de tais peças (CARDOSO & SOARES, 1995). Algumas provêm da área calcolítica do Sudeste peninsular, corporizando claramente a existência, directa ou indirecta, de contactos dessa região com a Estremadura e vice-versa, de onde proviriam as escassas peças ali reconhecidas como é



Fig. 34 – Leceia (Oeiras): cabeças de alfinete maciças e torneadas, de osso, reproduzindo, eventualmente, o botão da flor de lótus ou a cápsula da papoila. Calcolítico Pleno (ampliadas). Seg. J. L. Cardoso.

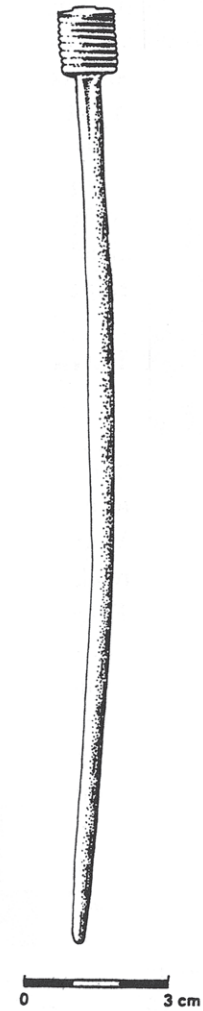


Fig. 35—Alfinetes de cabelo de cabeça amovível, lisa ou decorada por linhas incisadas, de osso, recolhidos na câmara ocidental, escavada na rocha, do monumento da Praia das Maças. Comprimento do exemplar da esquerda: 5,0 cm. À direita: exemplar completo da gruta da Malgasta, Óbidos. Arquivo O. da Veiga Ferreira e J. R. Carreira & J. L. Cardoso, respectivamente.

o caso do exemplar de Foneles, Almería (SIRET, 1893, Fig. 232). Se é mais do que lícito aceitar influências culturais directas entre a Estremadura e o levante peninsular, também o mesmo sucede com outras regiões, como o Norte de África: tal é o caso da presença de um fragmento de alfinete de marfim, recolhido em Leceia em 2002 (CARDOSO, 2003a), cuja cabeça possui evidentes analogias com alguns ídolos com gola (**Fig. 36**).



Fig. 36 – Porção de alfinete de marfim, com cabeça achatada e inclinada, da Camada 3 (Calcolítico Inicial) do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras. Seg. J. L. Cardoso. Escala em mm.

Com efeito, Estácio da Veiga encontrou alguns artefactos de marfim em diversos monumentos funerários calcolíticos do Algarve, incluindo porções de marfim em bruto, destinadas ao afeiçoamento de artefactos de pequenas dimensões (VEIGA, 1886, 1889), mais conformes ao gosto e necessidades locais. Mas, na área da Estremadura, ao alfinete recolhido em Leceia pode somar-se seguramente apenas mais uma peça de marfim,

apesar das frequentes referências a outros objectos confeccionados em tal matéria-prima, resultante da dificuldade de distinguir o osso do marfim, especialmente em peças de pequenas dimensões: trata-se de grande conta de colar, recolhida na gruta III da necrópole da Quinta do Anjo, Palmela (COSTA, 1907, Est. XVI, n.º 386). Conquanto a sua cronologia seja indefinida (poderá ser do Neolítico Final ou do Calcolítico), a descrição do autor não oferece dúvida quanto à sua natureza: “o marfim, de que é formada, está pela sua grande antiguidade a separar-se naturalmente em camadas cylindricas muito regulares, cujo eixo commum é paralelo ao da conta, mas não se confunde com elle”.

Outro documento das relações africanas existentes no decurso do Calcolítico Inicial com a Estremadura é fornecido pelo exemplar de *Patella safiana*, polida e afeiçoada para servir como adorno recolhida no povoado do Pedrão (SOARES & SILVA, 1975; CARDOSO & GUERREIRO, 2001/2002) (Fig. 37), afastada a hipótese de se tratar de uma concha de molusco fóssil, por estas, conquanto existirem a cerca de 30 km em linha recta (Forte da Baralha) serem de muito difícil extracção, sobretudo inteiras.

Em matéria de adornos de concha, importa igualmente referir a concha de *Conus pulcher* (Fig. 37) encontrada na gruta das Fontainhas (Cadaval), espécie que, na actualidade, se distribui desde as ilhas Canárias e Sul de Marrocos, até Angola. Tal como no caso anterior, é de afastar a hipótese de exemplar fóssil reaproveitado (CARDOSO & GUERREIRO, 2001/2002). De mais próximo proviriam as conchas de *Conus mediterraneus* (Fig. 37) encontradas nas grutas do Poço Velho, Cascais, e utilizadas como elementos de colar. Com efeito, trata-se de espécie acantonada em alguns sectores do litoral algarvio na actualidade, não existindo quaisquer provas de que no Calcolítico (ou no Neolítico Final) a sua distribuição fosse diferente.

De salientar a aparente ausência no Calcolítico Inicial da Estremadura, de artefactos de cobre; em Leceia, os escassos elementos reportados à Camada 3, do Calcolítico Inicial, deverão, de facto, ser originários, por deslocamentos verticais e horizontais, da Camada 2, do Calcolítico Pleno. Em Vila Nova de S. Pedro, a deficiência do registo arqueológico impede-nos de maiores rigores, embora SAVORY (1970) não os tenha encontrado, no corte de 1959, na camada com “copos”, pertencente a esta fase cultural. No Zambujal, as escavações foram essencialmente orientadas para o registo rigoroso das diversas fases construtivas ali identificadas, pelo que se torna problemática a aplicação do critério cronológico-cultural definido em Leceia, com base na sucessão tipológica da cerâmica. No entanto, verifica-se nítida predominância dos “copos” nos níveis inferiores da ocupação, enquanto as cerâmicas com decoração em “folha de acácia” dominam nos superiores (KUNST, 1995, 1996).

Em Leceia, o critério que postula a ausência da metalurgia do cobre no Calcolítico Inicial é significativo, atendendo à representatividade da área escavada, demonstrando que a construção desta fortificação foi ditada por necessidades de defesa estranhas à produção de peças de cobre, contrariando as teses desenvolvidas a partir da escavação do Zambujal, nas décadas de 1960 e de 1970, segundo as quais o cobre constituía o “leitmotiv” da presença, nesta finisterra da Europa, de grupos de prospectores, metalurgistas e comerciantes deste metal, oriundos dos confins do Mediterrâneo oriental. Voltaremos a este ponto.

As sucessivas fases de reforço de estruturas, tanto em Leceia (aqui observadas apenas no decurso do Calcolítico Inicial), como no Zambujal e em Vila Nova de S. Pedro (evidenciadas pelas escavações de V. S.

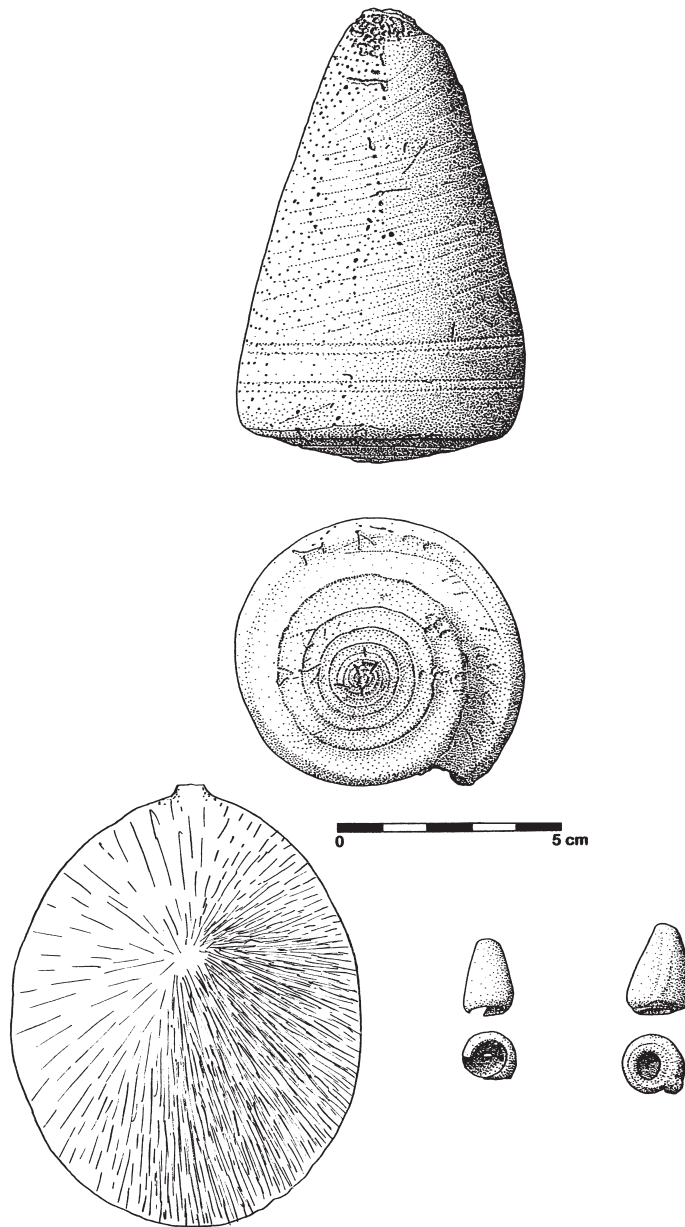


Fig. 37 – Conchas de moluscos utilizados como adornos pertencentes a espécies exógenas à Estremadura, do Neolítico Final / Calcolítico Inicial. Em cima: *Conus pulcher* da gruta das Fontainhas, Cadaval. Em baixo: à esquerda, *Patella safiana* do povoado do Pedrão, Setúbal; à direita, *Conus mediterraneus* das grutas do Poço Velho, Cascais. Seg. J. L. Cardoso & A. Guerreiro e C. Tavares da Silva & J. Soares, respectivamente.

Gonçalves, na década de 1980), respeitaram, tal como a construção inicial de cada um daqueles dispositivos defensivos, um plano global, previamente definido; revelam, outrossim, a manutenção e, talvez, o agravamento da instabilidade social no decurso do Calcolítico Inicial, correspondente, aproximadamente, a período de cerca de 300 anos, entre 2900/2800 e 2600/2500 anos a.C. A imponência de tais construções também traduz a existência de uma sociedade inter e intra-comunitariamente hierarquizada. O modelo tribal, que pressupõe igualitarismo, fortalecido pelos laços consanguíneos, já não se adapta à realidade observada: é mais adequado entrevermos sociedade sedentária, francamente estabilizada no território, cuja abertura aos estímulos exógenos teria propiciado e favorecido a chegada de forasteiros: a presença destes elementos exógenos, teria acentuado uma crescente diferenciação social intracomunitária, expressa pela diversificação e especialização das actividades domésticas, com destaque para a prática da metalurgia, a partir de uma etapa já avançada da fortificação de Leceia. Ganha assim explicação a existência de diversas estruturas habitacionais de qualidade construtiva e tamanhos diferentes, segundo a posição de maior ou menor privilégio que os seus habitantes teriam no seio da área construída: é o caso de imponente casa de planta circular, a qual, não certamente por acaso, se encontra situada na área melhor defendida, enquanto que outras, de menor tamanho e construção mais deficiente – ainda que também pertencentes ao Calcolítico Inicial – se localizam em zonas mais expostas a eventuais ataques inimigos, dentro do espaço intramuros.

Por outro lado, na construção desta imponente fortificação – cuja área construída se aproxima da de Vila Nova de S. Pedro (1 ha) e é maior que o núcleo interno do Zambujal – encontra-se implícita a existência de excedentes alimentares, susceptíveis de permitirem o afastamento das actividades produtivas do segmento mais activo da população, pelo período de tempo correspondente à sua edificação. Este poderá não ter sido muito longo; mas foi com certeza mobilizada a capacidade de todos os seus futuros habitantes, o que pressupõe, certamente, a existência de hierarquização social, de modo a assegurar a coordenação das complexas e diversificadas tarefas subjacentes a esta empresa: exploração da(s) pedreira(s), transporte dos materiais de construção e sua colocação em obra.

Com efeito, entrevê-se, na simples presença destas grandiosas construções, não apenas a divisão social do trabalho (como em qualquer comunidade tribal), mas a própria hierarquização das funções, competindo a determinada “elite” da comunidade a organização e coordenação do trabalho de todos.

A fase cultural designada Calcolítico Inicial da Estremadura, de que tratámos neste ponto, foi encontrada isolada, entre outros, no pequeno povoado do Alto do Dafundo, Oeiras (GONÇALVES & SERRÃO, 1978) e no Pedrão, Setúbal (SOARES & SILVA, 1975).

O primeiro, corresponde a um pequeno sítio implantado no topo de uma colina miocénica, dominando a margem norte do estuário do Tejo. Quanto ao segundo, trata-se de um esporão rochoso de calcário muito parecido com o de Leceia, dominando a chamada “baixa de Palmela”, outrora um braço do estuário do Sado penetrando ao longo da sua margem direita, o qual se domina visualmente do local. Trata-se, pois, de locais estrategicamente escolhidos, não só pelas adequadas condições defensivas que oferecem mas, sobretudo, pelo domínio visual que deles se desfruta.

A posição estratigráfica do Calcolítico Inicial, muito claramente definida em Leceia, onde corresponde à Camada 3 da sequência geral ali definida, reveste-se de muito interesse, visto as escassas estratigrafias

disponíveis na Estremadura possuem, em geral, interesse e significado limitados. De facto, no povoado da Parede, Cascais (SERRÃO, 1983) foi isolada camada (a 4^a), contendo cerâmica canelada; porém, as condições em que decorreram as escavações – que o próprio autor é o primeiro a lamentar, bem como a limitada área intervencionada desta já muito arrasada estação – impediram maiores certezas quanto ao real interesse da estratigrafia ali definida. O outro sítio estremenho é o castro da Rotura (**Fig. 38**). Nos cortes estudados (FERREIRA & SILVA, 1970) (**Fig. 39**), evidenciou-se, na camada basal, um fragmento de taça com decoração canelada e nenhum dos característicos “copos”, observações confirmadas em trabalho ulterior de um dos autores (SILVA, 1971). Ao contrário, ocorriam, de forma abundante, fragmentos de grandes recipientes decorados a punção rombo, a par de outros cuja decoração foi produzida por meio de punção fino (xadrés e outros), característicos do Calcolítico Pleno. Tais factos, a que se soma a presença abundante de metalurgia, representada por numerosos fragmentos de cadinhos de fundição, leva-nos a atribuir a referida camada à transição do Calcolítico Inicial para o Calcolítico Pleno, compatível com a recentemente isolada no castro da Columbeira (GONÇALVES, 1994), onde o uso dos motivos impressos, em “folha de acácia” e em “crucífera” ainda era desconhecido. Tal hipótese responderia, assim, às dúvidas



Fig. 38—O povoado pré-histórico da Rotura (Setúbal), implantado no topo de elevação miocénica, cortada por pedreira antiga (à direita). Foto J. L. Cardoso.

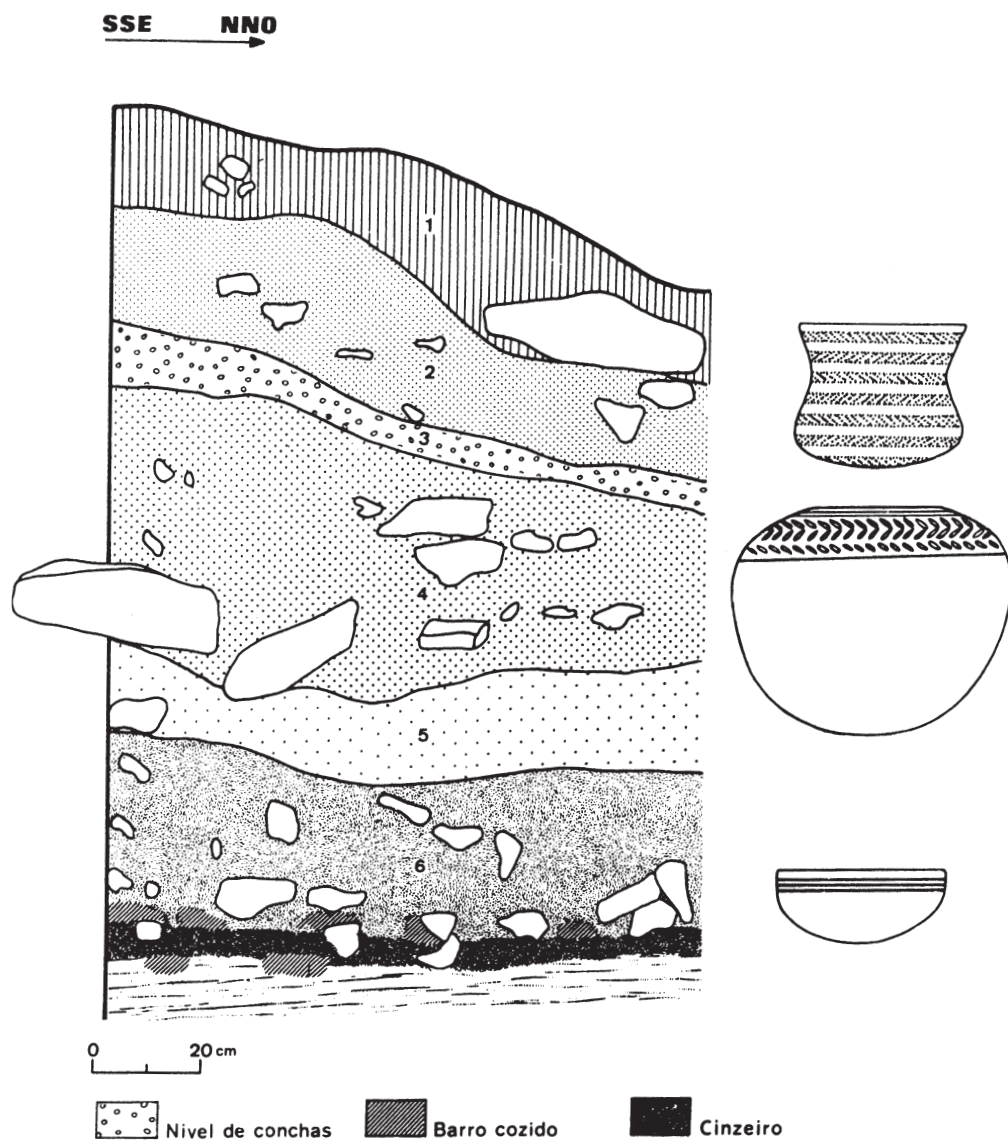


Fig. 39 – Perfil estratigráfico do povoado pré-histórico da Rotura, Setúbal. Fase I (nível 6) – taças caneladas; fase II (níveis 3-5) – cerâmica decorada por «folhas de acácia»; fase III (níveis 1 e 2) – cerâmica campaniforme. Seg. O. da Veiga Ferreira & C. Tavares da Silva.

da atribuição de tal camada “talvez pertencente a um momento tardio do Calcolítico antigo da Estremadura” (SILVA & SOARES, 1986, p. 83).

Existem outras estações de carácter habitacional estremenhas, fortificadas ou não, que forneceram materiais característicos do Calcolítico Inicial. Entre as primeiras, merece destaque o povoado pré-histórico de Outeiro Redondo, Sesimbra, implantado no topo de um cabeço isolado dominando do lado Norte a baía de Sesimbra (**Fig. 40**). As muralhas afloram o solo, tendo sido representadas em esboço por O. da Veiga Ferreira (*in* CARDOSO, 2001). Encontra-se presentemente em execução projecto de investigação, dirigido pelo



Fig. 40 – Vista do povoado pré-histórico do Outeiro Redondo, Sesimbra, ao centro, no topo de colina de calcários jurássicos. Foto de J. L. Cardoso.

signatário, que envolve a realização de escavações, antecedidas do estudo sistemático dos materiais recolhidos, na década de 1960 por Gustavo Marques (MARQUES, 1966), o autor da descoberta deste interessante sítio. A muralha desenvolve-se voltada a sul, possuindo bastiões de planta semicircular, envolvendo o topo rochoso da elevação; trata-se de um recinto de pequenas dimensões, análogo ao encontrado em Olelas, Sintra, recentemente reexplorado e publicado por J. L. M. Gonçalves (GONÇALVES, 1990/1992). Tal como em Sesimbra, a construção defensiva corresponde a um muralha curvilínea voltada a sudoeste, envolvendo uma acrópole rochosa que, do lado oposto, forma escarpado (**Fig. 41**), sendo reforçada por bastiões ou torreões, com uma passagem na parte média do pano da muralha situada entre dois torreões. A construção deste sistema defensivo remonta ao Calcolítico Inicial, como mostra os fragmentos de copos

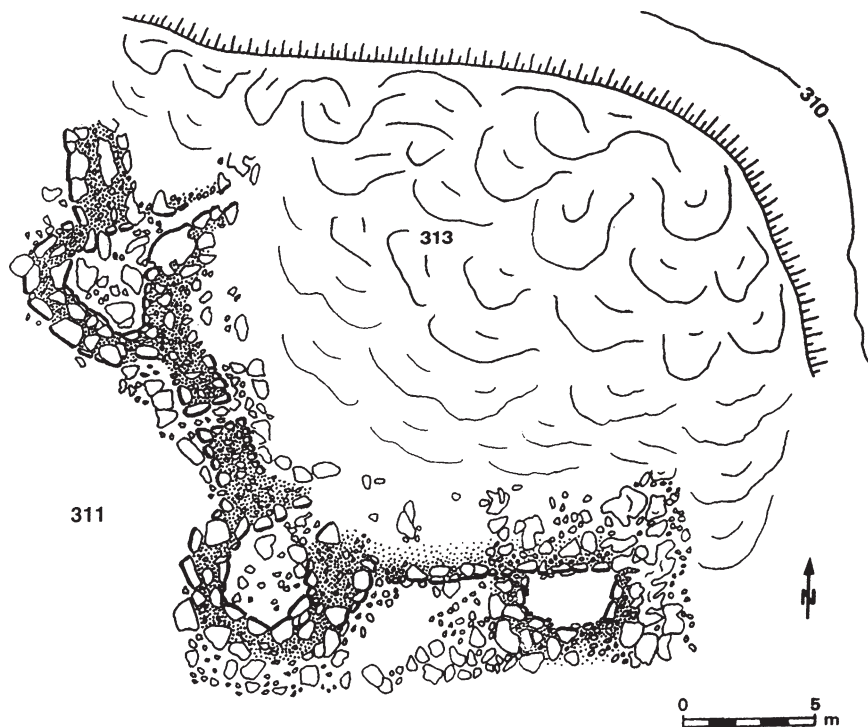


Fig. 41 – Planta da pequena acrópole de Olelas (Sintra), fortificada por uma linha muralhada munida de bastiões de planta curvilínea. Calcolítico Inicial da Estremadura. Seg. J. L. M. Gonçalves.

canelados encontrados por E. da Cunha Serrão e E. Prescott Vicente (SERRÃO & VICENTE, 1958) e, mais tarde, pelo arqueólogo supra-citado, alguns deles “entre as pedras da muralha”. Na campanha de 1992, escavou-se um bastião cuja camada de ocupação só deu materiais do Calcolítico Inicial (GONÇALVES, 1990/1992, p. 39); Com efeito, as duas datações radiocarbónicas para ali obtidas, situam a utilização desta estrutura dentro dos limites cronológicos geralmente admitidos para esta fase cultural: ICEN-879-4400±45BP (3294 – 2910 cal a.C. para 2 sigma) e ICEN-880-4330±120BP (3347 -2610 cal a.C. para 2 sigma). O abandono deu-se ainda no decurso do Calcolítico Inicial, talvez devido ao colapso da mesma, enquanto os outros dois torreões terão continuado operacionais, como mostra a ocorrência de cerâmicas do Calcolítico Pleno, do tipo “folha de acácia” e “crucífera”.

Merece ser ainda mencionado o Castro de Pragança, com ocupação também do Calcolítico Inicial, onde foi detectado, no topo da elevação, uma plataforma de enrocamento, que poderá corresponder, no entender de J. Ludgero M. Gonçalves, a uma torre maciça, cuja face externa se encontra bem definida, cortada por um corredor voltado a Norte (**Fig. 42**). As duas datações obtidas a partir de amostras recolhidas no respectivo enchimento – sendo portanto posteriores à utilização da estrutura – indicam que o seu abandono terá ocorrido

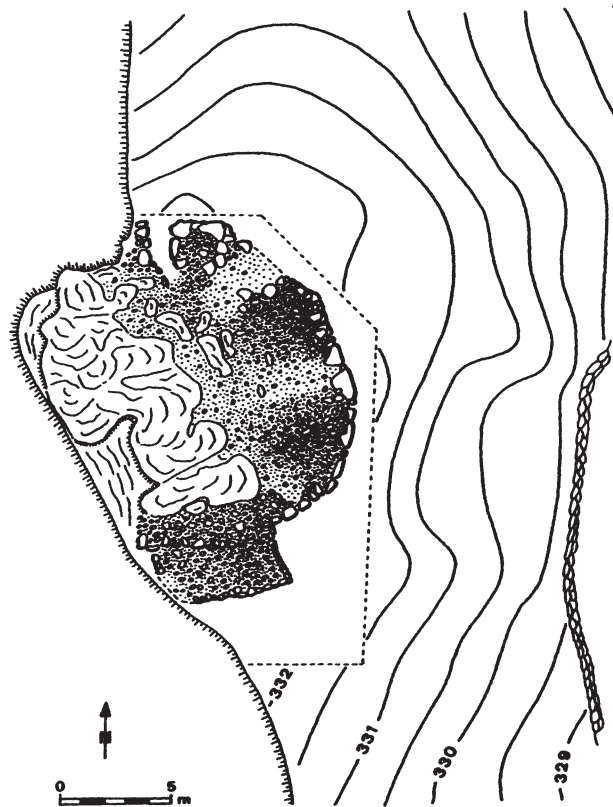


Fig. 42 – Pragança (Cadaval). Planta geral com a definição das estruturas calcólicas escavadas no topo da elevação. Seg. J. L. M. Gonçalves.

ainda durante a primeira metade do III milénio a.C. (GONÇALVES, 1990/1992). A construção em causa será, pois, de reportar ao Calcólítico Inicial, de acordo com os fragmentos cerâmicos dessa época ali recolhidos.

Em conclusão: a par de grandes sítios fortificados conhecem-se hoje, na Estremadura, pequenas fortificações, também construídas no Calcólítico Inicial, as quais em geral, respeitam as tecnologias e arquitecturas defensivas das maiores. Casos há, no entanto, em que tais dispositivos parecem resumir-se a uma única estrutura como a que foi posta a descoberto em Pragança, implantada na parte mais alta da elevação.

Enfim, a ocupação de sítios altos como os referidos, no decurso do Calcólítico Inicial é extensível a muitos outros, como o Penedo, Torres Vedras (SPINDLER & TRINDADE, 1970) e o Penedo de Lexim, em curso de exploração, sob orientação de Ana Catarina Sousa (SOUSA, 2000). Neste, a recolha de materiais cerâmicos (“copos”) veio confirmar a existência de uma ocupação reportável àquela fase cultural, já assinalada anteriormente: trata-se do Estrato 5 da sequência estabelecida por J. M. Arnaud (ARNAUD, 1974/1977). O povoado estabeleceu-se em torno do topo de antiga chaminé basáltica, constituindo uma elevação notável,

sendo visível por muitos quilómetros em redor, distribuindo-se por várias plataformas ou socalcos. As estruturas arqueológicas ali identificadas, das quais a maioria “dificilmente se podem classificar como muralhas”, verificando-se, sobretudo, o aproveitamento das condições naturais do local (SOUSA, 2003) integram, no entanto, alguns panos muralha e verdadeiros bastiões, a ela adossadas, como o que foi posto à vista na campanha de 2004 (agradece-se a Ana Catarina Sousa a autorização para a sua menção). Isto significa que as características geomorfológicas foram determinantes tanto no volume como no traçado das construções a edificar, em cada caso, sem ignorar, no entanto, a existência de certos princípios canónicos (muralhas com bastiões ou torreões adossados ou delas fazendo parte integrante), via de regra respeitados. A importância das condicionantes impostas pelas características geomorfológicas do local de implantação destes sítios fortificados é, na verdade, incontornável. No entanto, só no Zambujal e, em menor escala, em Leceia, se encetou a investigação sistemática do espaço natural envolvente, com a realização, no primeiro dos referidos povoados, de sondagens extramuros (em 1994), ao longo da encosta natural voltada para o rio Sizandro (Fig. 43), que delimita, desse lado, a plataforma ocupada.



Fig. 43 – Vista da escarpa e da encosta que limita o povoado calcítico fortificado do Zambujal, Torres Vedras, objecto de explorações arqueológicas de M. Kunst & H.-P. Uerpmann (em primeiro plano) que revelaram ocupações pré-histórias na zona extra-muros. Foto J. L. Cardoso.

A fase cultural seguinte – o Calcolítico Pleno da Estremadura – cujo início é situável no fim da primeira metade do III milénio a.C., encontra-se em geral bem representada nos povoados ocupados ou fundados na fase cultural anterior; tal fase cultural foi documentada isoladamente em diversos povoados, em geral de pequenas dimensões, à semelhança do verificado nalguns do Calcolítico Inicial e do Calcolítico Final (época das cerâmicas campaniformes), como será adiante referido.

As dezoito datas radiocarbónicas disponíveis em Leceia para o Calcolítico Pleno, conjuntamente com as respeitantes às outras fases culturais ali representadas, fazem deste povoado calcolítico o melhor caracterizado, em termos da respectiva evolução cronológico-cultural, de todos os existentes em território português. O tratamento estatístico respectivo do conjunto permitiu, pela primeira vez, situar a transição entre o Calcolítico Inicial e o Pleno cerca de 2600 a.C. (CARDOSO & SOARES, 1995). Uma maior precisão é, de momento, impossível, atendendo ao facto de as curvas de calibração actualmente disponíveis possuírem uma inclinação muito fraca e com muitas oscilações no intervalo de tempo correspondente ao III milénio a.C. O *terminus* desta fase cultural pode, da mesma forma, situar-se cerca de 2300 a.C., talvez coincidente com o momento em que, em Leceia, como noutros grandes povoados estremenhos, as cerâmicas campaniformes entram em declínio. Isto significa que existiu um período de cerca de 200 a 300 anos, em que as cerâmicas campaniformes coexistiram com as produções estremenhos locais, características do Calcolítico Pleno, cuja ocorrência poderá remontar apenas a cerca de 100 anos antes (a cerca 2600 anos a.C. como se referiu supra).

A especial atenção que continua a ser dispensada às estruturas defensivas, no Zambujal, que continuam a ser objecto de diversas remodelações até época campaniforme (SANGMEISTER & SCHUBART, 1981), não tem equivalente em Leceia, onde todo o dispositivo foi edificado de uma só vez. As estruturas defensivas construídas no decurso do Calcolítico Inicial entram em rápida decadência, encontrando-se muitas delas então já arrasadas até aos alicerces (se é que não o foram intencionalmente), como se comprova pela sua sobreposição por estruturas habitacionais do Calcolítico Pleno. Em Vila Nova de S. Pedro, ter-se-á construído, progressivamente, do exterior para o interior, segundo observações realizadas no decurso das últimas escavações (GONÇALVES, 1994b), de tal forma que a fortificação central é a mais moderna, o que aliás está de acordo com as observações estratigráficas feitas por H. N. Savory, já atrás referidas.

Com efeito, o corte ali efectuado em 1959 (SAVORY, 1970), permitiu a identificação de uma nova fase cultural, com expressão estratigráfica, até então não isolada na Estremadura: eis como o autor a define: “Os fragmentos de “copos”, no corte de 1959, concentravam-se no mais baixo dos níveis pré-fortificação e não ocorrem no nível que formava a base interior e exterior da muralha interna em Vila Nova antes da sua destruição o qual contém a olaria característica, as pontas de seta em sílex e a metalurgia da Cultura Millareense...” (p. 26 da tradução portuguesa). Esta fase cultural, que o autor faz corresponder a colonizadores de Los Millares (SAVORY, 1968), corresponde à aceitação de um novo paradigma: de colonizações a larga distância como as supostamente efectuadas no Calcolítico Inicial, ainda que nunca explicitamente por ele defendidas, passou-se a colonizações intra-peninsulares, o que estará mais próximo dos conceitos difusionistas e de deslocação de pequenos segmentos populacionais, a escala limitada e intra-peninsular, entre a Estremadura e a região do Sudeste, que aceitamos plenamente, até por encontrarem confirmação no registo arqueológico correspondente às duas regiões, realidade já atrás referida e exemplificada.

A correlação cultural da camada sobreposta à dos “copos”, em Vila Nova de S. Pedro (o Período II de Savory), com o Calcolítico Pleno da Estremadura, não é isenta de algumas reservas. Com efeito, Savory valoriza as peças cerâmicas simbólicas com decorações solares, com evidentes paralelos millarenses, mas não menciona uma única vez os característicos padrões em “folha de acácia” ou em “crucífera”. Estes são apenas mencionados (sob a designação de “olaria de Chibanes”, na tradução portuguesa, p. 27), no Período III, coexistindo com recipientes campaniformes. A. do Paço, tendo-os também encontrado, não lhes atribuiu adequado significado cronológico-cultural, bem pelo contrário, como se depreende das suas palavras, a propósito de exemplares do povoado fortificado da Pedra de Ouro, Alenquer (PAÇO, 1966, p. 127): “O problema da cronologia destas últimas cerâmicas é um dos que mais nos tem preocupado, pois até agora não nos aparecem em extracto (sic) verdadeiramente definido. Presumimos que sejam posteriores à cultura do vaso campaniforme”. Esta presunção, como se verificou ulteriormente, não corresponde à verdade. É provável que a sua não ocorrência, na camada sobrejacente à dos “copos”, em Vila Nova de S. Pedro, aquando do corte ali realizado por Savory, tenha a ver, tanto com a exiguidade deste, como com a sabida rarefacção deste padrão decorativo à medida que se caminha para domínios estremenhos cada vez mais setentrionais.

Seja como for, as estratigrafias obtidas nos três povoados referidos, de valor muito desigual, são dificilmente correlacionáveis. Em Vila Nova de S. Pedro, não se dispõe de qualquer registo gráfico de qualidade, a não ser o corte estratigráfico de 1959, de representatividade muito circunscrita, como se disse (o que é reconhecido pelo próprio autor). No Zambujal, o registo gráfico privilegiou a definição das sucessivas fases construtivas em detrimento da execução de cortes estratigráficos e correspondente interpretação cultural, com base na valorização do respectivo conteúdo arqueográfico (SANGMEISTER & SCHUBART, 1981). Com efeito, os escavadores adoptaram o esquema definido em Vila Nova de S. Pedro (PAÇO & SANGMEISTER, 1956b), considerando apenas duas fases culturais: a pré-campaniforme e a campaniforme, o que explicaria a ocorrência, ao longo de toda a sequência construtiva, embora em percentagens variáveis, das cerâmicas do tipo “folha de acácia” ou “crucífera” (Fig. 44) (KUNST, 1987, Abb. 70).

Se o conhecimento é disperso e de valor muito desigual para os três povoados estremenhos mais intensamente estudados, que dizer daqueles onde a pesquisa se limitou a sondagens muito circunscritas, a maioria feitas por métodos obsoletos, sem registos nem indicações estratigráficas adequadas (quando as há) para o espólio exumado? Não obstante, tais sítios, sendo embora menos monumentais, nem por isso o seu valor científico é inferior ao daqueles. Uma das excepções e este panorama quase desolador é a escavação, ainda em curso (Dezembro de 2004) sob responsabilidade do signatário e de João Carlos Caninas do povoado fortificado de Moita da Ladra, Vila Franca de Xira. Implantado no topo de uma chaminé basáltica, de onde se domina um vasto horizonte em redor, especialmente o estuário do Tejo, do lado meridional, a sua ocupação inscreve-se no Calcolítico Pleno (com cerâmicas campaniformes associadas às cerâmicas do tipo “folha de acácia” e “crucífera”. É a tal época que se deve reportar a construção de uma muralha de planta elipsoidal, munida de pelo menos uma entrada e de diversas torres maciças (Fig. 45), intercaladas ao longo do circuito assim definido; a presença significativa de pontas de seta de sílex jaspóide indica a existência de contactos com o Alto Alentejo, aliás sugeridos pela implantação estratégica do sítio. A importância económica deste povoado

– embora de pequenas dimensões, com cerca de 5000 m² de área e certamente ocupado durante curto período de tempo – é indicada pela existência de uma estrutura metalúrgica e de um conjunto de pequenos silos de armazenagem, escavados no substrato basáltico situados no interior da área muralhada. Particularidade digna de realce é a utilização sistemática, nas estruturas defensivas de grandes blocos calcários, especialmente nos paramentos respectivos voltados para o lado de maior visibilidade (o do vale do Tejo), com o nítido propósito

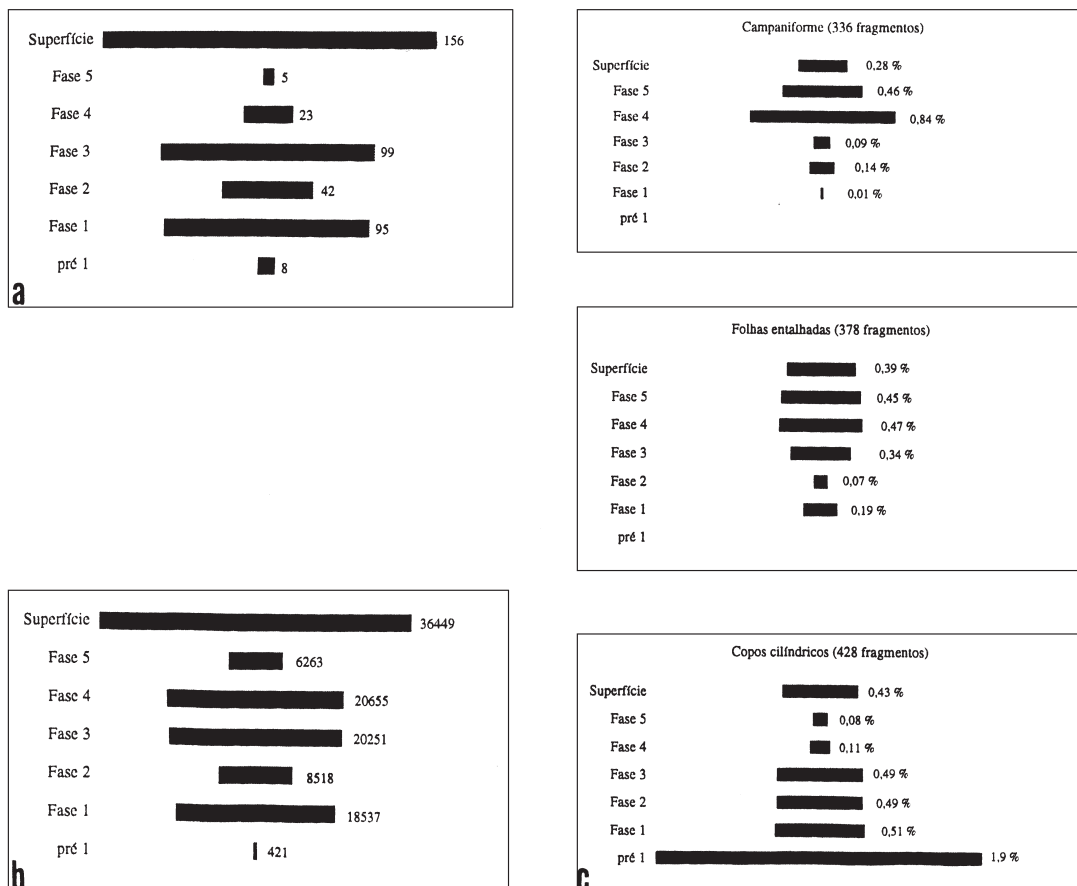


Fig. 44 – Distribuições estratigráficas das cerâmicas no Zambujal: a – repartição dos 428 fragmentos de copos cilíndricos, provindos de complexos de achados pertencentes inequivocamente a uma só fase de construção; b – repartição do total de 111094 fragmentos cerâmicos, provindos de complexos de achados pertencentes inequivocamente a uma só fase de construção; c - repartição de fragmentos de cerâmica campaniforme (em cima), de cerâmica com decorações de folhas entalhadas (ao centro) e de copos cilíndricos (em baixo), provindos de complexos de achados pertencentes inequivocamente a uma só fase de construção. As indicações das percentagens em cada fase referem-se ao total de fragmentos de cerâmica da fase correspondente. Seg. M. Kunst.



Fig. 45 – Vista aérea do povoado do Calcolítico Pleno/Final de Moita da Ladra (Vila Franca de Xira), cujo dispositivo defensivo é constituído por muralha circundante do topo da elevação, correspondente a chaminé basáltica proeminente. Notar o contraste cromático entre o substrato basáltico negro e os blocos calcários que constituem os paramentos da muralha, da zona da entrada (à esquerda) e de uma torre maciça (ao centro), transportados para o local, destinados a conferir maior visibilidade à estrutura defensiva, especialmente do lado sul, voltado para o Tejo. – Foto J. L. Cardoso.

de fazer sobressair o dispositivo defensivo do, ponto de vista visual, pelo contraste cromático produzido com o substrato basáltico, de cor negra.

Deste modo, fica claramente demonstrada a existência de estruturas defensivas construídas de raiz no Calcolítico Pleno Final da Estremadura, em sítios de pequena a média extensão, sendo certo que nos três grandes povoados em causa, o Calcolítico Pleno corresponde a uma fase com situações muito diferenciadas, desde à remodelação dos dispositivos defensivos (Zambujal), provável construção de novos recintos dentro dos já existentes (Vila Nova de S. Pedro) ou de declínio e abandono, com regressão da área anteriormente ocupada (Leceia). Face a tamanha heterogeneidade de situações documentadas, importa averiguar a situação verificada ao nível dos núcleos fortificados mais pequenos, para além do mencionado. Começemos por um dos conhecidos há mais tempo: o povoado fortificado de Pedra de Ouro, próximo da povoação do mesmo nome do concelho de Alenquer. A planta publicada por V. Leisner e H. Schubart (**Fig. 46**) sugere a existência de um

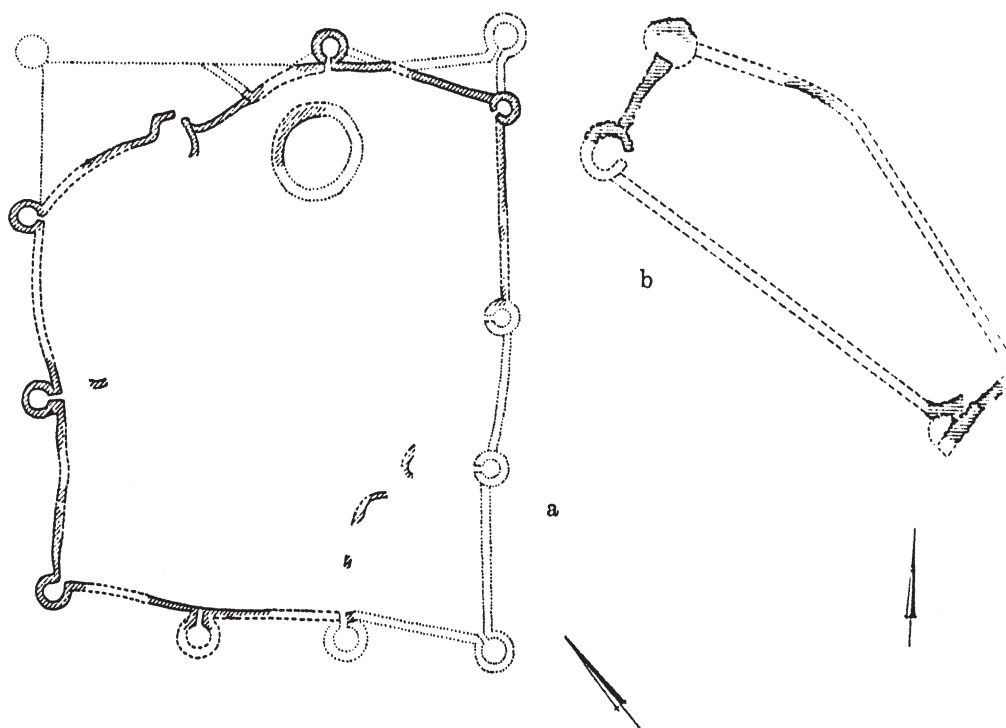


Fig. 46— Comparação do dispositivo defensivo identificado no povoado pré-histórico de Lébous, Montpellier com o reconstituído na Pedra do Ouro, Alenquer (e = 1/1000). Seg. V. Leisner & H. Schubart.

recinto muralhado, de planta sub-rectangular alongada, implantada em plataforma rochosa delimitada por escarpa ao longo de três dos seus lados (Oeste, Sul e Este); os ângulos do recinto seriam ocupados por torres ocas circulares, das quais apenas se encontraram vestígios de três delas. No conjunto assim construído – com evidentes semelhanças com a fortificação, mais ou menos coeva, de Lébous, perto de Montpellier, como os próprios autores referem (LEISNER & SCHUBART, 1966) – espanta a fraca espessura das paredes da muralha e torreões – talvez em consequência da ausência de reforços ou acrescentos posteriores à época da sua construção. Com efeito, o espólio cerâmico publicado tanto pelos dois autores supra-citados, como, no mesmo ano, por A. do Paço, não inclui nenhum exemplar dos clássicos “copos” do Calcolítico Inicial da Estremadura; em contrapartida, abundam os exemplares decorados típicos do Calcolítico Pleno, para além de materiais campaniformes que, tal como o verificado em Moita da Ladra, poderiam ocorrer conjuntamente com aqueles. Que as referidas estruturas são pré-históricas não resta dúvida: um dos torreões foi, aliás, confundido com o aparelho construtivo de uma *tholos* por A. do Paço (PAÇO, 1966).

Ainda que os argumentos baseados em critérios de ausência sejam quase sempre discutíveis, importa referir outros sítios estremenhos fortificados, embora de menores dimensões, onde também não se registaram materiais do Calcolítico Inicial, contrastando com a abundância do espólio pertencente ao Calcolítico Pleno.

É o caso do povoado da Fórnea (**Fig. 47**), Torres Vedras, no qual se identificaram estruturas pré-históricas ocupando parte da plataforma voltada a Este, dominada por acrópole calcária, tal como se observa em Sesimbra



Fig. 47 – Vista parcial do vale tifónico de Matacães, Torres Vedras, pontuado de elevações de calcários dolomíticos do Jurássico Inferior ocupadas pelo homem pré-histórico. Ao centro, o povoado pré-histórico da Fórnea. Foto J. L. Cardoso.

e Olelas (**Fig. 48**). Porém, ao contrário daqueles dois sítios, todos os fragmentos de cerâmica decorada recolhidos nas escavações ali dirigidas por J. L. M. Gonçalves em 1981 (GONÇALVES, 1982) pertencem ao



Fig. 48 – Povoado calcolítico da Fórnea, Torres Vedras. Pormenor do aparelho construtivo da muralha. Seg. K. Spindler & G. Gally.

grupo da “folha de acácia”: o mesmo se verifica no conjunto publicado anteriormente por K. Spindler e G. Gally, onde não se inclui nenhum exemplar de “copo” canelado (SPINDLER & GALLY, 1973).

Outro exemplo de fortificação calcólica, recentemente escavada, ainda que muito parcialmente e onde não se recolheu qualquer exemplar daquela forma característica do Calcólítico Inicial estremenho é a do Castelo, Arruda dos Vinhos, contrastando com a abundância das peças cerâmicas do Calcólítico Pleno (GONÇALVES, 1997). Do antigo dispositivo defensivo, escavou-se apenas uma porção de bastião de planta semi-circular, o qual integrava um dispositivo defensivo que ocupava a parte mais alta do planalto. Implantado no alto de uma crista de relevos miocénicos, também o povoado de Chibanes, Palmela, possui ocupação pré-histórica que remonta ao Calcólítico Pleno. As escavações reiniciadas na década de 1990, puseram a descoberto parte do dispositivo defensivo (**Fig. 49**), a par de diversas estruturas de combustão, muito parecidas com uma escavada no povoado de Moita da Ladra (SILVA & SOARES, 1997 e comunicação pessoal). A título histórico, merece referência a designação de “loija de Chibanes”, já atrás mencionada (COSTA, 1910) (**Fig. 50**).

Chibanes e Rotura teriam, pois, conhecido uma ocupação humana sincrónica, no Calcólítico Pleno. Dada a proximidade dos dois lugares, não é crível aceitar-se uma relação litigiosa entre os respectivos habitantes; por outro lado, a importância, aparentemente idêntica, dos dois povoados, é compatível mais com um estatuto de complementaridade do que de subordinação hierárquica. É lícito, pois, admitir-se que a área de captação de recursos da Rotura se encontrava voltada essencialmente para sul e para o estuário do Sado – aliás sugerida pelo notável conjunto de fauna malacológica recolhida (SILVA, 1963) e pelo importante conjunto de anzóis de cobre já mencionado – enquanto que os habitantes de Chibanes se voltariam, essencialmente, para Norte, até ao estuário do Tejo (SILVA & SOARES, 1997), cujo braço mais meridional atingia na época as proximidades do local.

Aliás, importa sublinhar a presença humana na zona ribeirinha do vasto estuário interior do Tejo, denunciada, pela importante estação da Ponta da Passadeira, Barreiro, situada na praia existente, do lado Sul do esteiro que atinge o Montijo (**Fig. 51**). A cronologia da correspondente ocupação humana, que parece ter sido pouco prolongada, com base em diversas datas de radiocarbono, indica uma época centrada no primeiro quartel do III milénio a.C. sendo, pois, coeva do Calcólítico Inicial da Estremadura (SOARES, 2001). As bases de subsistência dos habitantes do sítio, ocupado talvez apenas sazonalmente, são essencialmente aquáticas, e baseavam-se no consumo de amêijoas, a qual se encontraria disponível no próprio local, cujos restos constituem verdadeiros amontoados, correspondentes a zonas de despejo, acompanhados de duas outras espécies igualmente de fácil recolha: as navalhas (lingueirão) e as ostras. Terão existido também sepulturas, abertas em covachos na área adjacente, como indica a presença de um calcâneo humano, aliás datado por AMS, cuja cronologia se insere no intervalo de 2650-3300 para um intervalo de confiança de cerca de 95%. No entanto, o aspecto mais relevante e singular desta estação, é a presença de uma intensa actividade especializada, que requeria a disponibilidade, em grandes quantidades, de recipientes cerâmicos, os quais seriam produzidos localmente, cuja abundância contrasta com a escassez de indústria lítica associada. Os referidos recipientes – cuja tipologia convinha conhecer em pormenor, para melhor se poder discutir a respectiva funcionalidade, no quadro das actividades desenvolvidas no local –, seriam, de acordo com a arqueóloga responsável pelos trabalhos, fabricados localmente, em diversos fornos identificados na área

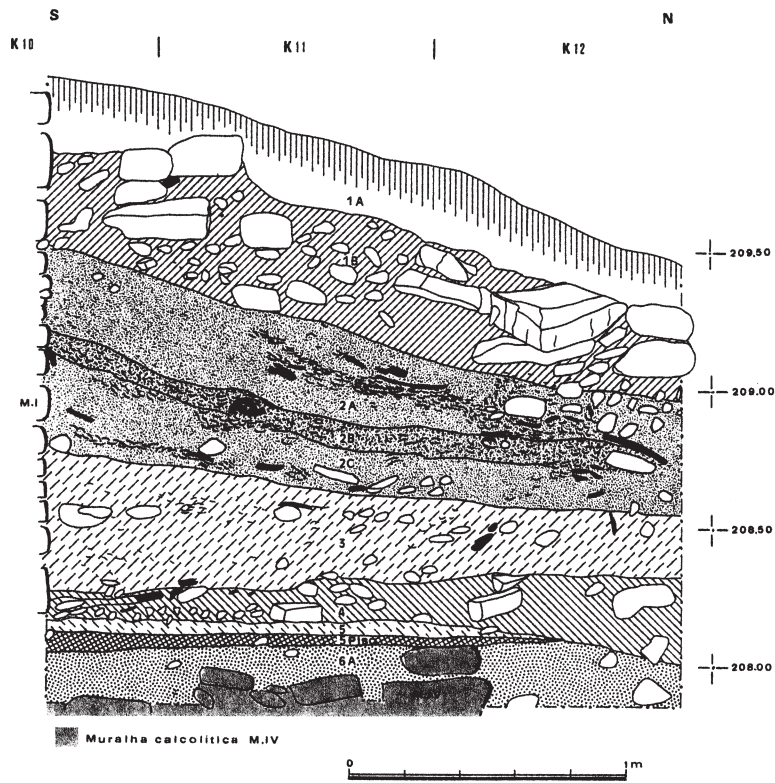


Fig. 49 – Chibanes, 1996. Perfil estratigráfico observando-se na base do mesmo, a parte conservada da muralha calcolítica, sobreposta por camadas da Idade do Ferro. Seg. C. Tavares da Silva & J. Soares.

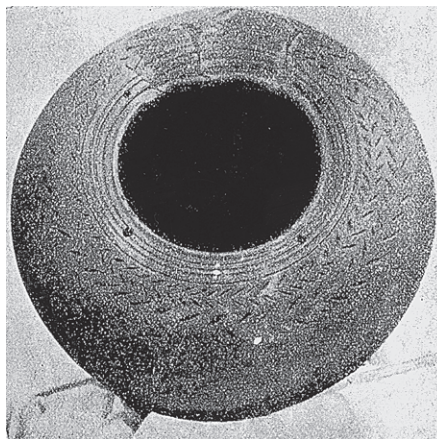


Fig. 50 – “Loiça de Chibanes”, seg. A. I. Marques da Costa. Trata-se da reconstituição (errónea) de grandes recipientes, decorados com os clássicos motivos “folha de acácia” e “crucífera” e com decorações geométricas feitas a função rombo, os quais, ao contrário da proposta apresentada, possuem forma esférica.



Fig. 51 – A praia da Ponta da Passadeira (Barreiro), sobre um dos esteiros da margem esquerda do estuário do Tejo. Note-se, em último plano, a existência de fina camada negra, relacionada com a ocupação arqueológica. Foto J. L. Cardoso.

escavada (SOARES, 2001, Fig. 12) (**Fig. 52**). Uma análise preliminar indica a predominância de formas derivadas da esfera, sobretudo em calote, cujos restos constituem verdadeiras entulheiras, formadas por uma amálgama de fragmentos. Associados, encontraram-se numerosos artefactos corniformes simples, impropriamente designados por “ídolos de cornos”, os quais, como o autor tem vindo desde há muito a insistir, não são mais do que suportes de lareira (CARDOSO, 2003c). No caso, tais peças exibem, como muitas outras, marcas de fogo após a cozedura, facto que não passou despercebido a J. Soares, o que constitui prova acrescida da sua relação directa com actividades de aquecimento ou a cozedura de recipientes, o que justificou a sua designação como “pés de fogareiro”, por A. do Paço, ao descrever há exactamente 50 anos, exemplares idênticos do povoado Calcolítico de Vila Nova de São Pedro, Azambuja (PAÇO, 1954, p. 40). Face ao que foi dito, não parece restar dúvida que a principal actividade da Ponta da Passadeira, constituindo um centro especializado, foi a produção de recipientes cerâmicos de forma massiva. No entanto, tal actividade não teria como finalidade a exportação das respectivas produções, como atesta a existência das assinaláveis entulheiras, que não são constituídas por resíduos ou rejeição de fornadas, mas sim por milhares de fragmentos de recipientes que tiveram utilização. Para J. Soares, “a finalidade dessa intensa actividade (...), continua por explicar” (SOARES, 2001, p. 125); no entanto, é a própria autora a apresentar pistas para a identificação da

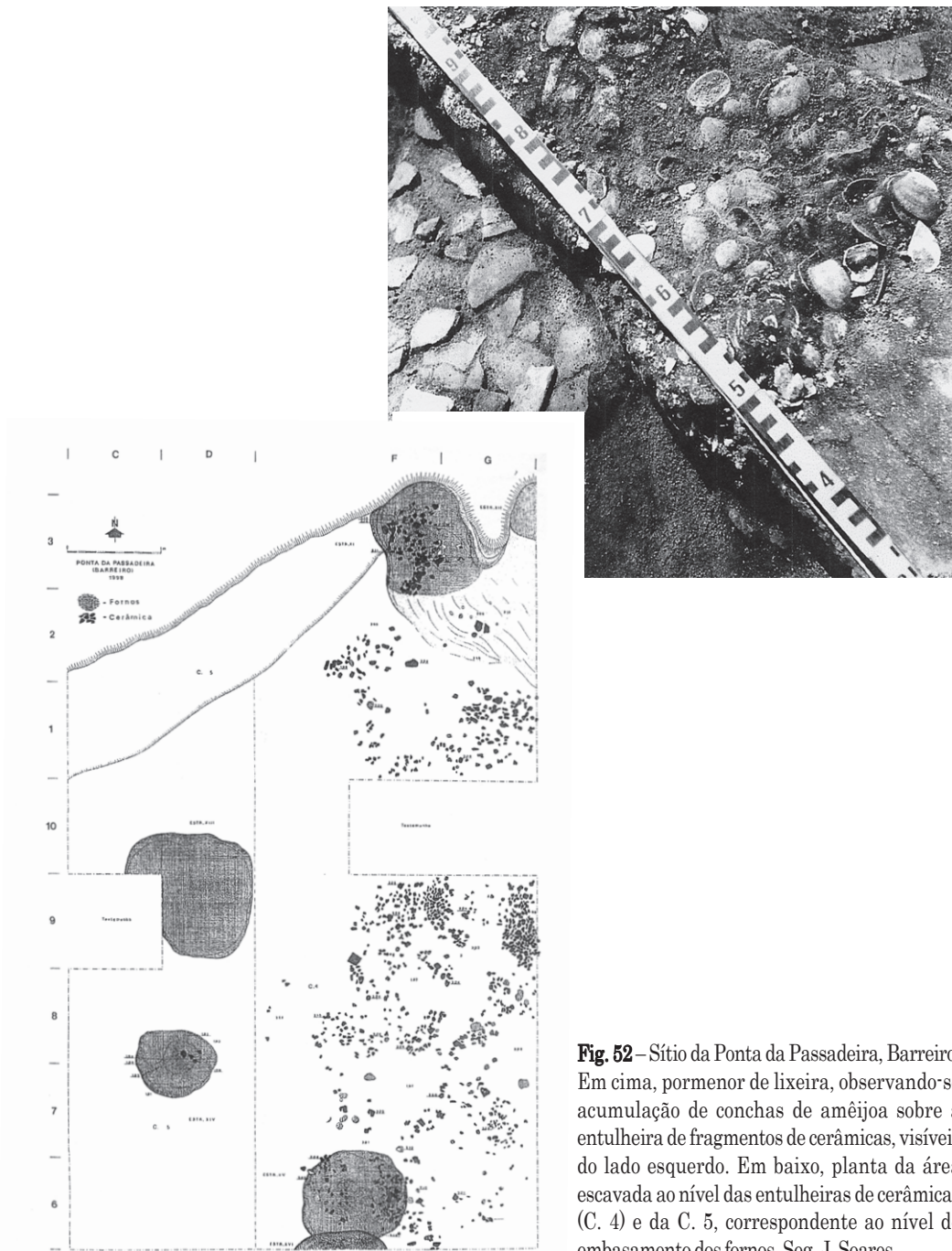


Fig. 52 – Sítio da Ponta da Passadeira, Barreiro. Em cima, pormenor de lixeira, observando-se acumulação de conchas de amêijoas sobre a entulheira de fragmentos de cerâmicas, visíveis do lado esquerdo. Em baixo, planta da área escavada ao nível das entulheiras de cerâmicas (C. 4) e da C. 5, correspondente ao nível de embasamento dos fornos. Seg. J. Soares.

funcionalidade da estação, ao referir o paralelo próximo, constituído pela estação de La Marismilla, na foz do Guadalquivir. Os exploradores da estação andaluza, confrontados, igualmente, com a extraordinária abundância de cerâmica e suportados pelo registo etnográfico actual, concluíram que se tratava de um estabelecimento sazonal especializado na produção de sal a partir do aquecimento das águas estuarinas, em recipientes, submetidos ao fogo. Após a evaporação da água, a extração da crosta salífera requeria a fragmentação dos próprios recipientes onde aquela precipitou: Esta realidade é claramente transponível para a Ponta da Passadeira, explicando-se, desta forma, tanto os fornos – o que justificaria a existência de uma produção massiva local – como os milhares de fragmentos cerâmicos que constituem as entulheiras identificadas. Pelo seu interesse, trata-se, naturalmente, de uma estação que merece desenvolvido estudo de terreno e adequada publicação monográfica. Esta estação tem paralelo próximo em outra ocorrência, ainda inédita, igualmente neolítica, identificada no decurso dos estudos do traçado da A13, próxima de Benavente (informação pessoal de A. Valera, que se agradece).

O que se evidencia, na quase totalidade dos sítios que foram muralhados no Calcolítico Inicial, é a continuidade da presença humana no Calcolítico Pleno. A excepção mais evidente a esta realidade é o povoado do Pedrão, Setúbal que se despovou, enquanto eram ocupados, pela primeira vez, a Rotura e Chibanes, como já antes se referiu. Outros sítios, implantados em locais altos e com boas condições de defesa, mas desprovidos de estruturas defensivas, ou com estruturas defensivas menos evidentes – caso do Outeiro de São Mamede, Bombarral (**Fig. 53**) e do Outeiro da Assenta, Óbidos (**Fig. 54**), entre outros exemplos atrás mencionados – é também esse o padrão de ocupação observado: ambas possuem presenças pouco evidentes do Calcolítico Inicial.

É pena ainda saber-se tão pouco de alguns povoados fortificados que mereciam escavações mais desenvolvidas, como é o caso do povoado da Columbeira, Bombarral (SCHUBART *et. al.*, 1969) implantado na extremidade de esporão rochoso, onde J. L. Marques Gonçalves escavou dispositivo defensivo atribuível à transição do Calcolítico Inicial para o Pleno, constituído por muralhas e bastiões (**Fig. 55**). Importa, também, não descuidar a publicação de espólios de antigas escavações; recentemente, veio a lume um exemplo deste tipo de estudos: trata-se da publicação do espólio exumado por Bernardo Sá no Outeiro de São Mamede, Óbidos, no começo do século XX, conservado inédito nos reservados do Museu Nacional de Arqueologia (CARDOSO & CARREIRA, 2003).

3.3 – A metalurgia do cobre e o comércio transregional de outras matérias-primas

Como atrás se referiu, a metalurgia do cobre só se terá verdadeiramente iniciado ou, pelo menos, desenvolvido, de forma comprovada, na Estremadura, no decurso do Calcolítico Pleno, como é demonstrado pelas mais de 120 peças metálicas recolhidas em Leceia, contrastando com a escassez de exemplares reportáveis à camada subjacente, onde a sua ocorrência se pode facilmente explicar por deslocações verticais. A ênfase dada a este povoado no capítulo da metalurgia justifica-se. Dos três grandes povoados estremenhos conhecidos, é o único para o qual se dispõe de uma estratigrafia de significado cultural incontroverso, alicerçada no respectivo conteúdo artefactual.



Fig. 53 – Outeiro de São Mamede, Bombarral: vista geral da elevação constituída por calcários dolomíticos, dominando a várzea fértil, outrora correspondente a braço lagunar. Foto F. Martins.



Fig. 54 – Outeiro da Assenta, Óbidos: vista geral da elevação, dominante fértil várzea, outrora correspondente a braço lagunar. Foto F. Martins.



Fig. 55 – Povoado pré-histórico da Columbeira, Bombarral. Em cima: implantação da fortificação (correspondente à área escavada, de coloração clara) na extremidade de esporão rochoso, dominando o vale; em baixo: vista do referido esporão, a partir do vale. Fotos F. Martins.

De facto, a referência a peças de cobre na camada pré-campaniforme, designada por Vila Nova I, de Vila Nova de S. Pedro (PAÇO & SANGMEISTER, 1956a; PAÇO & ARTHUR, 1956, p. 536), embora raras, nada prova quanto à pertença de tais peças ao Calcolítico Inicial, visto aquela camada englobar, para os autores, tanto o Calcolítico Inicial como o Pleno. Isto mesmo é explicitamente precisado por SAVORY (1970, p. 20 da tradução portuguesa): “...os cortes de 1959 têm uma importância especial na medida em que demonstraram que a fase consagrada na literatura da especialidade como “Vila Nova I” consistia de facto em duas culturas sucessivas e distintas que podem ser reconhecidas em várias outras estações portuguesas”. Relembre-se que este autor declara não ter encontrado nenhum artefacto de cobre na camada com “copos”, correspondente à primeira ocupação do arqueossítio. O próprio escavador da estação (PAÇO, 1964, p. 144) é categórico quanto à total ausência de metal naquela camada, considerando-a “sem qualquer mescla de metalurgia”.

Assim, pode concluir-se que a actividade metalúrgica reconhecida, por vezes de forma frisante, em diversos povoados da Baixa Estremadura, só foi introduzida em fase já avançada do Calcolítico pré-campaniforme. Em Vila Nova de S. Pedro, encontrou-se uma acumulação de cerca de 13,5 kg de mineral limonítico com incrustações de malaquite por tratar (PAÇO & JALHAY, 1945); no entanto, é discutível que tal constituísse reserva de cobre, dado a natureza mineralógica das amostras (A. M. Monge Soares, inf. pessoal). No Zambujal, identificaram-se áreas destinadas à fundição, constituídas por lareiras agrupadas em círculo ao redor de uma superfície plana de barro cozido, com os bordos elevados, as quais continham centenas de gotas de cobre (SCHUBART & SANGMEISTER, 1987); e são inúmeros os testemunhos em outros povoados de pingos e escórias, como em Leceia, por vezes associados a estruturas de combustão bem definidas. Aqui, produzir-se-ia, em áreas restritas do espaço habitado, um instrumental variado, com destaque para os pequenos artefactos, como sovelas, escopros e punções. Algumas peças, pela sua raridade, têm merecido destaque, e nalguns casos conotações culturais mediterrâneas: é o caso de uma bela faca curva, ainda conservando o cabo de osso, de Vila Nova de São Pedro, que E. Jalhay admitiu possuir ascendência egípcia (**Fig. 56**), à semelhança de outros artefactos atrás referidos (JALHAY, 1943). Na verdade, trata-se de exemplar de bronze, segundo análise entretanto efectuada (SOARES, e.p.). Por outro lado, esta peça possui paralelo próximo em exemplar recolhido nas explorações do século XIX do Castro da Rotura, tendo sido, até, das primeiras peças pré-históricas reproduzidas em Portugal com fins científicos (CARREIRA & CARDOSO, 1996, Est. I.E., n.º 2).

A preferência dada aos pequenos artefactos de cobre explica-se: por um lado, a escassez do então precioso metal, não favorecia o fabrico de grandes artefactos; por outro lado, seriam sobretudo os destinados a funções específicas – aquelas que os seus equivalentes líticos desempenhavam menos eficazmente, como furadores, serras, anzóis, sovelas (**Fig. 57**) – os mais procurados. De facto, os grandes machados de cobre corresponderiam mais a peças de prestígio, ou, tão-somente, a simples lingotes, sem funções práticas, como foi já sugerido a propósito da recolha de peças deste tipo no povoado calcolítico de Porto Mourão, do Grupo calcolítico do Sudoeste (SOARES *et al.*, 1994): é evidente que o cobre puro, de que são feitos, não poderia competir, quanto à dureza e resistência, com qualquer machado de anfibolito, de obtenção muito menos dispendiosa e de produção muito mais simples. A tal propósito, é interessante registar a existência em Leceia de dois gumes

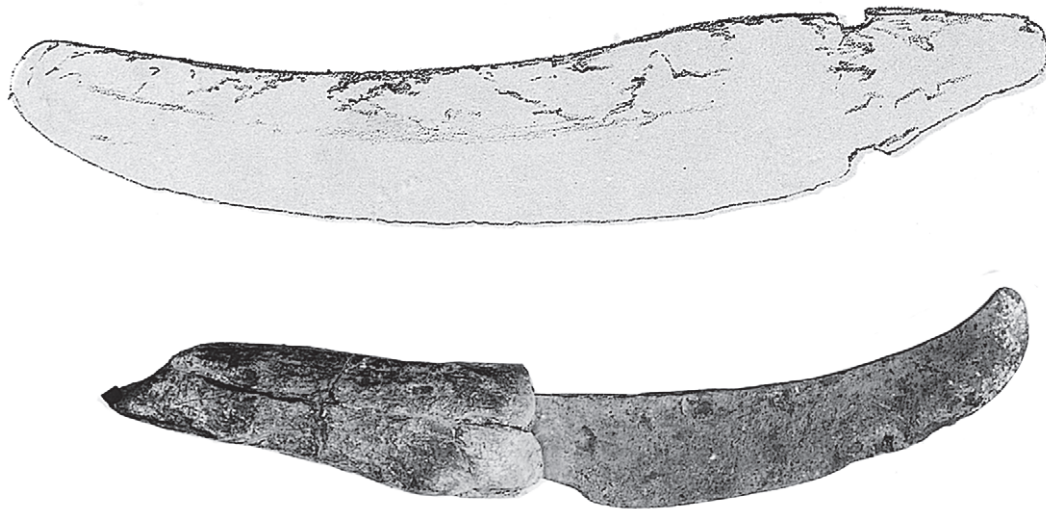


Fig. 56 – Em cima: faca curva de cobre ou bronze do povoado calcolítico da Rotura, Setúbal. Em baixo: faca curva, de bronze, com cabo de osso ou chifre, do povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro, Azambuja. A tipologia destas peças sugeriu a E. Jalhay inspiração em protótipo egípcio. A análise do segundo exemplar revelou tratar-se de uma liga de bronze; sendo peça única entre os materiais com tal composição nos inventários peninsulares, tal facto reforça a hipótese de se tratar de uma verdadeira importação oriental, no decurso do Calcolítico. Seg. F. Pereira da Costa (tamanho natural) e E. Jalhay & A. do Paço (comp. máx. 23,6 cm), respectivamente.

de machados cortados (CARDOSO, 1989, Fig. 108, n.º 13; CARDOSO, 1994a, Fig. 136) (**Fig. 58**), a que se somam outras peças, do Calcolítico do Sudoeste, como a do Monte da Tumba (SILVA & SOARES, 1987, Fig. 4); qual o significado de tais peças? Na Estremadura, reconheceram-se exemplares no Zambujal (SANGMEISTER, 1995, Tf. 6), no Castro do Penedo (SPINDLER & TRINDADE, 1970, Est. XVIII, n.º 430 e 431), e no da Fórnea (SPINDLER & GALLAY, 1973, Tf. 11, n.º 355), para além dos povoados de Vila Nova de S. Pedro (JALHAY & PAÇO, 1945, Lám. XVIII, n.º 20) e do Outeiro de São Mamede, onde se identificaram quatro destes exemplares (CARDOSO & CARREIRA, 2003, Fig. 37, n.º 3 a 6). Cremos que se podem considerar como porções extraídas de machados-lingote, destinadas a ulterior transformação, que não se veio nestes casos a consumir. Com efeito, se o objectivo fosse o reavivamento dos gumes, então tal seria facilmente atingido por nova martelagem (sabendo que tal operação conduz, por acréscimo, a um endurecimento do metal), sem que fosse necessário a eliminação do próprio gume. Acresce que os gumes permanecem cortantes nos dois exemplares de Leceia (**Fig. 58**).

Para além destas peças, em Leceia, encontraram-se alguns verdadeiros lingotes, correspondentes a pequenos blocos maciços de metal, produzidos provavelmente em povoados mineiros situados nas imediações dos locais de extracção, e ulteriormente comerciados, a que se somam outros exemplares do Outeiro de S. Mamede e do povoado do Outeiro Redondo, Sesimbra, este último até agora inédito (**Fig. 59**).

O cobre poderá ser visto, deste modo, apenas como uma extensão da Revolução dos Produtos Secundários (RPS), visando a melhoria da eficiência de determinados instrumentos de produção ou de transformação,

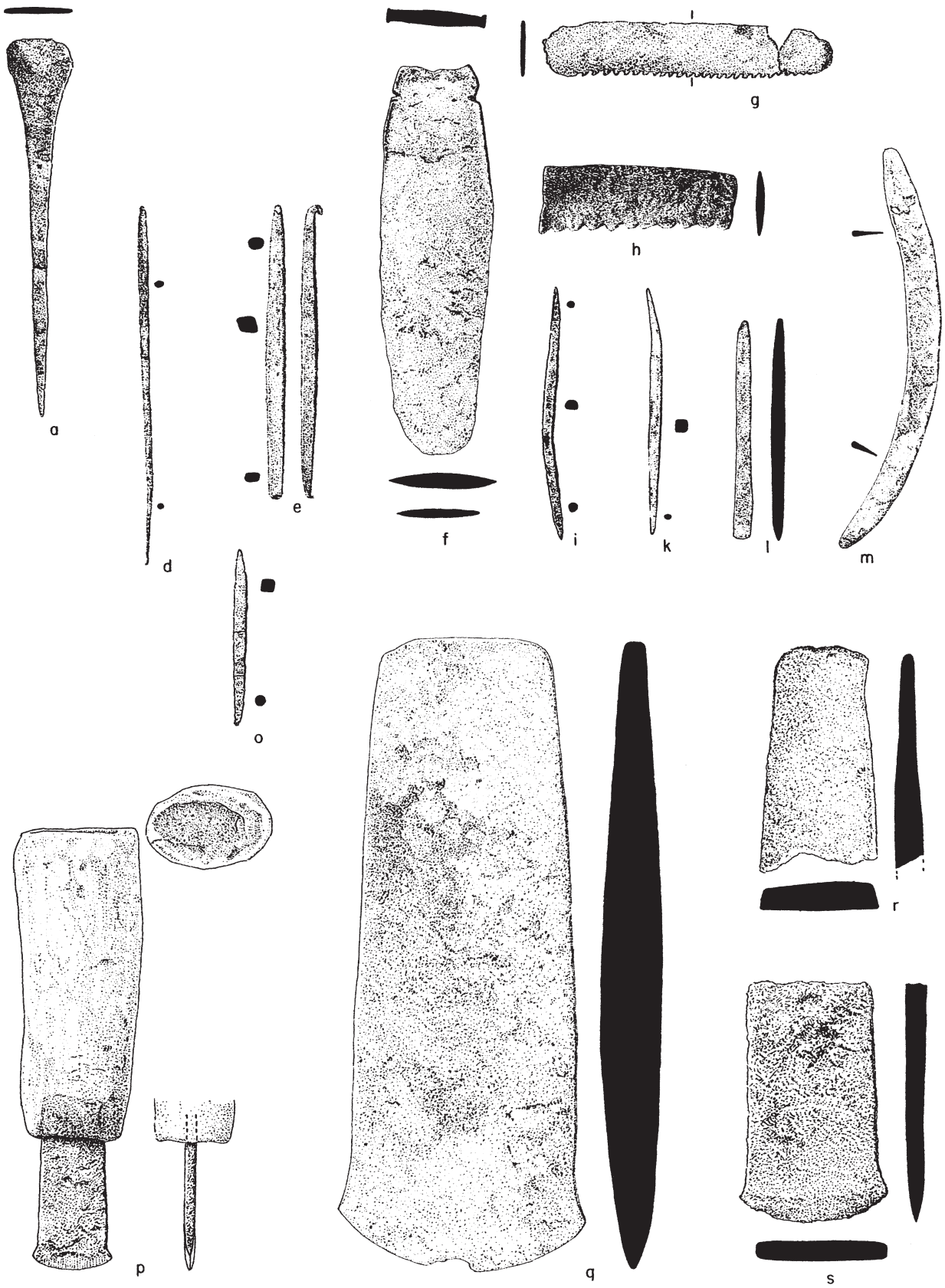


Fig. 57 – Materiais de cobre do povoado do Zambujal, Torres Vedras (x 2/3). Seg. E. Sangmeister & H. Schubart.

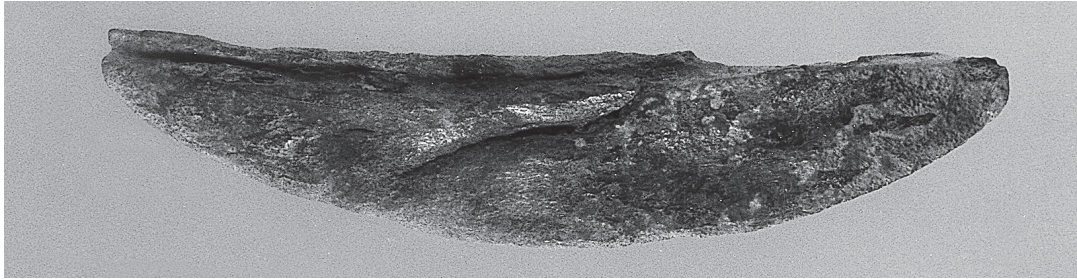


Fig. 58 – Lâmina de machado plano de cobre do Calcolítico Pleno do povoado de Leceia, Oeiras, evidenciando-se serragem intencional na extremidade oposta ao gume, o qual se mantém cortante. Comp. máx.: 9,0 cm. Seg. J. L. Cardoso.



Fig. 59 – Em cima: lingote de cobre do Calcolítico Pleno do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras. Comp. máx.: 4,5 cm. Observe se as marcas de punção destinadas à obtenção de uma porção de cobre para a produção de um pequeno artefacto, possivelmente furador. Em baixo: lingote de cobre do povoado do Outeiro Redondo, de Sesimbra, visto de topo e de face. Escala em mm. Seg. J. L. Cardoso.

conducentes à diversidade e especialização dos bens de consumo, designadamente alimentares. Neste contexto, não cremos que deva ser demasiado valorizada a sua presença como agente de mudança económica ou social. Ao contrário: crê-se que a sua ocorrência, a partir de determinado estágio de desenvolvimento das sociedades complexas calcólicas, que floresceram desde inícios do III milénio a.C. deve ser interpretada mais como uma consequência, afigurando-se como um indicador muito expressivo do estágio de desenvolvimento económico e social atingido pelos seus produtores. Com efeito, a adopção desta nova tecnologia foi determinada e só poderia ser bem sucedida pelas necessidades que a justificassem. É, pois, no quadro da intensificação e diversificação das produções, com o consequente aumento de procura, que poderá ser entendido o “esconderijo” de machados planos de cobre encontrado no século XIX em Espite, Vila Nova de Ourém: “na margem de uma pequena ribeira, na ocasião de ser derribado um velhíssimo carvalho, cujas raízes desciam até 5m, foi descoberto n’aquella profundidade um empilhamento constante de muitos machados, de pedaços de outros e de metal fundido, perfazendo trinta e dois exemplares (...). No nível em que estava o empilhamento, mostrando ser um esconderijo de fundidor destinado á refundição, havia cinzas, carvão e fragmentos de louça de barro.” (VEIGA, 1891, p. 152, 153). Dos dezassete exemplares reunidos por Estácio da Veiga, todos de cobre, 14 foram desenhados (*op. cit.*, Est. XIX, nº 2 a 15): trata-se de um conjunto dominado pelos machados planos, maioritariamente incompletos, a que se junta um fragmento de punhal, ou faca, com chanfro de encabamento e uma porção de forma incaracterística, talvez de lingote. O estado de uso que a larga maioria das peças evidencia corrobora, com efeito, a hipótese apresentada pelo ilustre arqueólogo algarvio, correspondendo a situação descrita a antecedente daquela que, partir do Bronze Pleno e, sobretudo, no Bronze Final se encontra amplamente documentada no território português, como adiante se verá.

Maior importância teria o abastecimento de outras matérias-primas, como os anfíbolitos, verdadeiros recursos “estratégicos”, de que adiante falaremos. Aliás, a importância do cobre, mesmo em regiões em que existe, como a bacia do baixo Guadiana, não pode ser sobrevalorizada. Ali, foram essencialmente os cursos de água, e os solos com aptidão agrícola, mais do que os recursos mineiros, que estruturaram o povoamento calcólico (SOARES, 1992, Fig. 1 e 2; SILVA & SOARES, 1993). Claro está que, nalguns casos, a implantação de certos povoados se pode relacionar directamente com recursos cupríferos, tal a proximidade observada: é o caso da fortificação calcólica de Santa Justa, Alcoutim, muito próxima de mineralizações de cobre, com exploração pré-histórica, através de minas e galerias. A comprová-lo, estão as peças recolhidas no espaço habitado, para além de testemunhos da prática da metalurgia ali recolhidos (GONÇALVES, 1989).

A tardia introdução do cobre na Estremadura, em pleno Calcólico Pleno, acompanha, simplesmente, outras novidades tecnológicas, típicas da RPS, como a fiação – os elementos de tear, já anteriormente referidos, são quase desconhecidos na Camada 3 de Leceia, do Calcólico Inicial – ou a transformação de produtos lácteos, ligada à produção de queijo, como os cinchos, que se desconhecem em ambientes do Calcólico Inicial, tornando-se comuns no Calcólico Pleno (**Fig. 60**). A este propósito, é interessante observar, com todas as reservas decorrentes de métodos de escavação pouco rigorosos e de análise arqueográfica igualmente grosseira, o facto de A. do Paço (PAÇO, 1964, p. 146) ter referido que, em Vila Nova

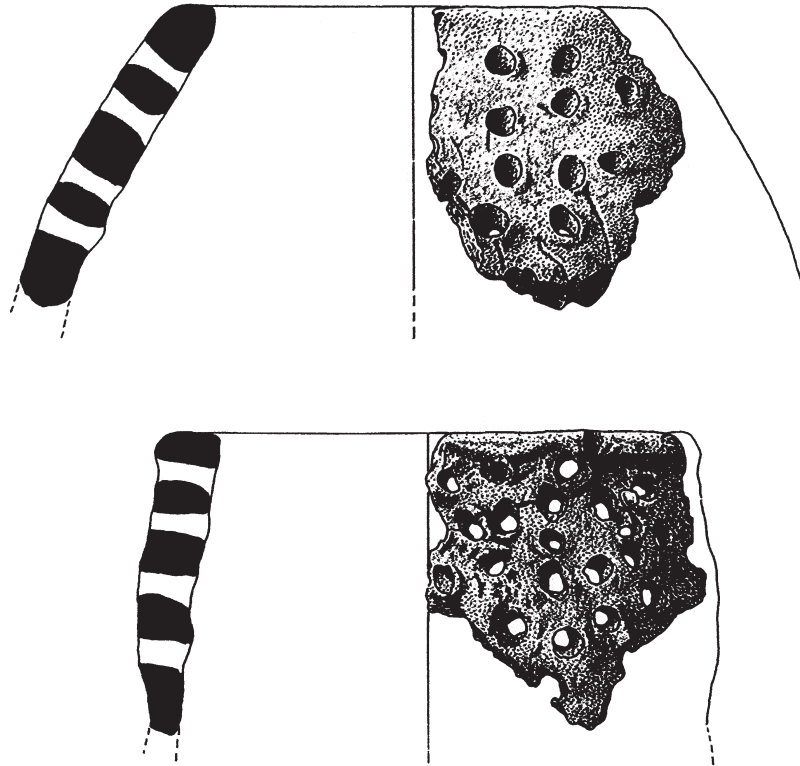


Fig. 60 – Fragmentos de dois recipientes de paredes perfuradas, relacionáveis com a produção de lacticínios. Povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras (Calcolítico Pleno). Diâmetros das aberturas respectivamente: 7,5 cm e 8,0 cm. Seg. J. L. Cardoso.

de S. Pedro, “As condições económicas que sofreram alteração com a vinda dos metalúrgicos do cobre, apresentam agora mais indícios de indústrias de fiação e tecelagem, de fabrico de produtos lácteos...”.

Já na década de 1950 se relacionou a progressão dos construtores de *tholoi* – identificados com populações de prospectores e de metalurgistas do cobre – com a difusão do uso deste metal, da Andaluzia, até à Estremadura, passando pelo Alentejo (FERREIRA & VIANA, 1956; VIANA *et al.*, 1961). Na Estremadura, este tipo de sepulcros são escassos, comparativamente aos conhecidos no Baixo Alentejo e no Algarve (**Fig. 61**). O monumento mais setentrional no território português deste tipo não ultrapassa o paralelo de Paimogo, Lourinhã (GALLAY *et al.*, 1973) (**Fig. 62**), descontando a hipótese – não comprovada – de o monumento desaparecido de Cabecinha Grande, na serra da Boa Viagem, Figueira da Foz, escavado por A. Santos Rocha, pertencer efectivamente a uma *tholos* (GUERRA & FERREIRA, 1968/1970, Fig. 2).

As recentes datações de povoados calcolíticos do Grupo do Sudoeste parecem confirmar a progressão aludida, de sul para norte (**Fig. 63**), ao darem como mais precoce o uso do cobre naquela região que na



Fig. 61 – Vista geral da *tholos* da Tituarria, Mafra, observando-se em primeiro plano o corredor e, em segundo plano, a câmara sepulcral, de planta subcircular, com arranque da falsa cúpula. Arquivo O. da Veiga Ferreira.



Fig. 62 – Tholos de Pai Mogo, Lourinhã, em curso de escavação (Outubro de 1971). Observem-se os dois grandes blocos que definem a entrada do corredor, em último plano. Arquivo O. da Veiga Ferreira.

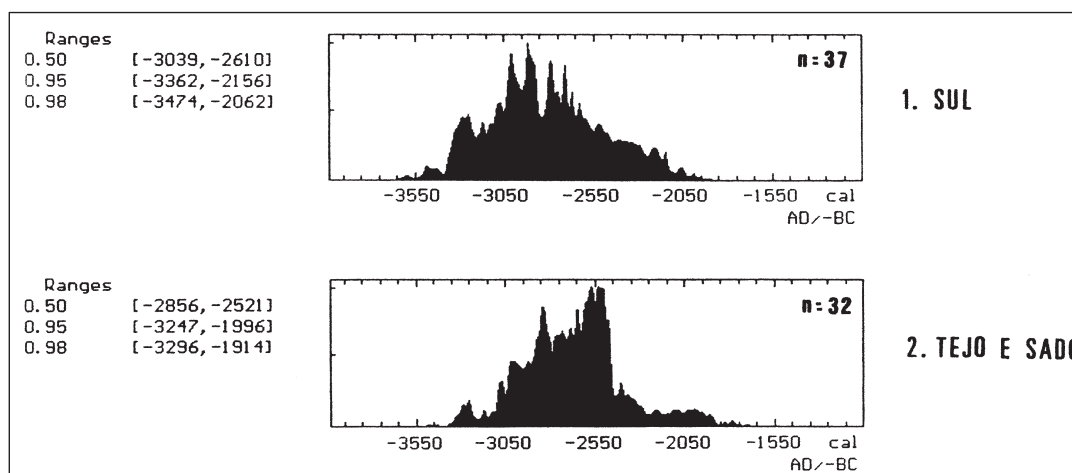
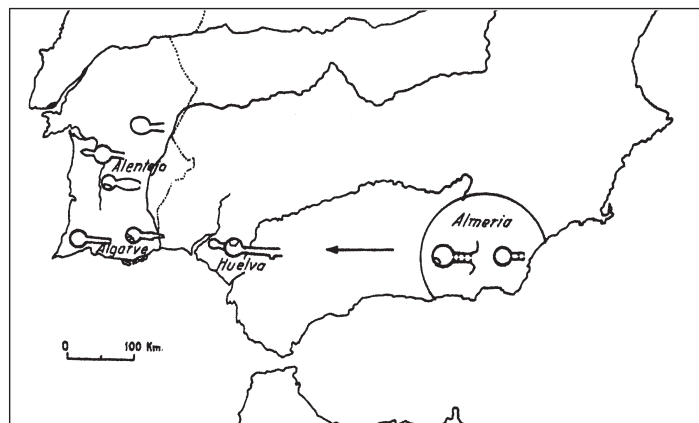


Fig. 63 – Em cima: expansão dos monumentos de falsa cúpula da região do Sudoeste peninsular, para ocidente (Alentejo e Algarve), seg. A. Viana, R. Freire de Andrade & O. da Veiga Ferreira; em baixo, cronologia absoluta para o Calcolítico do Baixo Alentejo e Algarve (1) e da região do Tejo e Sado (2). Verifica-se que, na primeira daquelas grandes áreas geográficas, o início do Calcolítico foi mais precoce do que na segunda. Seg. A. M. Monge Soares e J. Peixoto Cabral.

Estremadura (SOARES & CABRAL, 1993, Fig. 3). Tal como na Estremadura, também no Sudoeste, ao uso do cobre “não é possível conectá-lo globalmente com as fortificações ali conhecidas” (JORGE, 1994a, p. 476).

Com efeito, na Estremadura, são escassos tanto o cobre nativo como os compostos de que então se poderia obter o metal (carbonatos de cobre, como a malaquite). No entanto, admite-se que a riqueza do espólio metálico do Outeiro de S. Mamede (CARDOSO & CARREIRA, 2003), possa ter explicação na exploração de

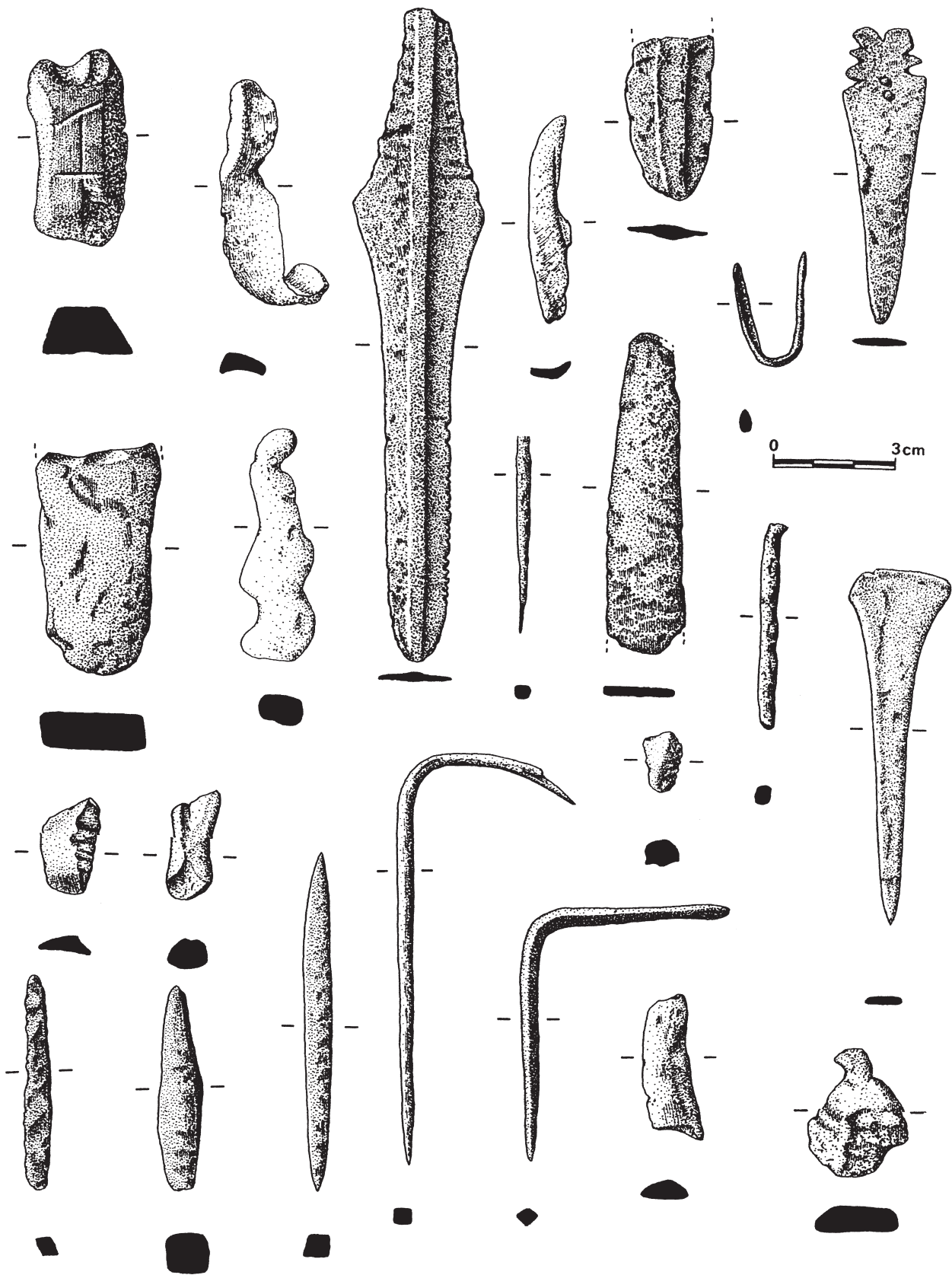


Fig. 64 – Materiais de cobre do povoado do Outeiro de S. Mamede, Bombarral. Seg. J. L. Cardoso & J. R. Carreira.

mineralizações cupríferas hoje difíceis de localizar, situadas nos arredores. Com efeito, no conjunto do espólio metálico (**Fig. 64**), abundam as massas de cobre fundidas, pequenos rebotalhos destinados a refundição, além de verdadeiros lingotes, já atrás mencionados, o que faz crer que o povoado se comportou como importante centro metalúrgico no decurso do Calcolítico Pleno. Nesta perspectiva, importa considerar a existência de afloramentos do Infralias da região de Óbidos / Caldas da Rainha aos quais se encontram associadas mineralizações de malaquite, cuprite e calcosite (THADEU, 1965), que poderiam ser objecto de exploração, ainda que limitada, dando origem à manufactura de diversa utensilagem e sua distribuição pelos povoados estremenhos implantados em zonas desprovidas de tais recursos. Nesta perspectiva, assume idêntico interesse a referência a minérios de cobre em Matacães, cerca de 6 km ENE do Zambujal (SANGMEISTER & SCHUBART, 1981, p. 255), também na dependência dos terrenos do Infralias que ali afloram; tais minérios poderiam ser explorados pelos habitantes daquele e de outros povoados como os do vizinho povoado da Fórnea, onde se encontrou uma extremidade de machado cortado, já atrás mencionado (SPINDLER & GALLAY, 1973, Tf. 11, nº 355), seguindo-se a sua redistribuição a nível regional, atestando o crescente interesse por uma matéria-prima cada vez mais relevante, no decurso do Calcolítico Pleno, até por ser particularmente escassa, na área estremenha.

Um estudo recente veio mostrar que, em Vila Nova de S. Pedro, os artefactos metálicos do final do Calcolítico possuem concentrações de arsénio superiores às dos seus antecessores do Calcolítico Pleno (SOARES, no prelo). Por outro lado, o mesmo autor sublinhou que não é possível estabelecer as origens do aprovisionamento da matéria-prima, dadas as recorrentes refundições de peças fora de uso, pelo menos durante o Calcolítico Final (campaniforme). Dado que em Leceia a presença campaniforme, no interior da área fortificada é escassa, e limitada ao topo da camada do Calcolítico Pleno (Camada 2) a globalidade do espólio é reportável a época imediatamente anterior, possuindo em consequência, maior coerência do que o conjunto oriundo de Vila Nova de S. Pedro. As análises sistemáticas não destrutivas, foram efectuadas através dos métodos de fluorescência de Raios X (XRF) e de FNAA, recorrendo a neutrões rápidos de ciclotrão, tecnologia não disponível em Portugal. Trata-se de método rigoroso, de carácter quantitativo, com a vantagem de não danificar as peças, o qual foi ensaiado em um lote seleccionado, tendo em vista comparação com o método da fluorescência, cuja representatividade tem algumas limitações, devido ao facto de interessar essencialmente a superfície do objecto, cuja composição pode ter sido alterada em consequência do longo período de enterramento (CARDOSO & GUERRA, 1997/1998).

Os resultados das análises feitas sistematicamente pelo método XRF em todos os cerca de 130 artefactos até ao presente recolhidos em Leceia efectuados – um dos maiores conjuntos metálicos peninsulares pré-históricos de características cronológico-culturais homogéneas e provenientes de uma única estação – bem como as cerca de 45 peças submetidas a análise por FNAA permitiram as seguintes conclusões gerais:

- a matéria-prima original é, invariavelmente, o cobre nativo; as análises revelaram, de facto, cobres quase puros, compatíveis com as características de tais minérios;
- o arsénio varia entre 0,5 e cerca de 5% (análises por FNAA). A continuidade da distribuição de tal elemento evidencia o carácter aleatório da sua presença, subordinada à composição dos minérios

utilizados, não sendo consequência de uma sua qualquer adição intencional: esta conclusão confirma, inteiramente, opinião anterior (FERREIRA, 1961, 1970);

- o enriquecimento superficial secundário de arsénio, bem como de ferro, pode ser evidenciado comparando os resultados das análises de FNAA, respeitantes ao interior não alterado das peças e de XRF, respeitantes à sua superfície.

A conclusão de que o cobre nativo constituía a principal fonte de matéria-prima para os metalurgistas do Calcolítico Pleno de Leceia, reforça a hipótese de a sua mineração se efectuar em especial na zona de enriquecimento secundário dos chapéus de ferro dos jazigos de polissulfuretos metálicos da faixa piritosa, além de filões de quartzo com mineralizações de cobre nativo. Não pode, contudo, ser totalmente afastada a hipótese de algumas peças resultarem do aproveitamento de carbonatos de cobre, cuja utilização seria possível, dentro dos recursos tecnológicos da época. Neste contexto, afigura-se importante a ocorrência de um lingote de cobre em Leceia cujo estudo metalográfico tinha sido anteriormente efectuado (CARDOSO & FERNANDES, 1995). As outras ocorrências registadas no Calcolítico do Sudoeste–Santa Justa (GONÇALVES, 1989, Est. 228, n.º 7) e Porto Mourão (SOARES et al., 1994) – podem sem dificuldade relacionar-se com jazigos cupríferos existentes nas proximidades de aqueles dois povoados calcolíticos. O seu achado vem ilustrar a prática do comércio do cobre, sob a forma de lingotes, desde a área de exploração, onde seriam produzidos, até aos povoados estremenhos, onde seriam transformados em diversos artefactos, recorrendo especialmente à técnica da martelagem. Sendo a metalurgia do cobre invariavelmente uma actividade doméstica, nos povoados situados próximos das raras mineralizações estremenhas susceptíveis de exploração, como o do Outeiro de São Mamede, seriam aquelas ocorrências a contribuir para a produção dos artefactos os quais, além de utilizados localmente seriam, no máximo, objecto de redistribuição limitada, pois para mais não dava a quantidade de matéria-prima disponível. Deste modo, as centenas de artefactos encontrados em povoados de maior expressão como o de Leceia, Zambujal ou Vila Nova de S. Pedro, devem ter, sobretudo, origem em zonas onde se poderiam obter quantidades de cobre muito superiores, só compatíveis com as mineralizações alentejanas atrás aludidas. Este abastecimento, oriundo do interior do território (**Fig. 65**), tem paralelo na importação de outras matérias-primas necessárias ao quotidiano das populações calcolíticas estremenhas, como é o caso das rochas duras oriundas do Maciço Hercínico (ou Soco Paleozóico), a seguir tratadas. Em suma: a produção, artesanal e de pequena escala, feita no contexto doméstico de cada povoado, não pode distorcer uma realidade muito mais vasta e abrangente, relacionada com a organização supra-regional do abastecimento das respectivas matérias-primas, que só por excepção poderiam ser localmente obtidas.

A ocorrência de rochas anfíbolíticas nos povoados calcolíticos da Estremadura, onde se desconhece tal tipo petrográfico, ilustra, até mais expressivamente que o cobre, o comércio transregional de matérias-primas estratégicas.

Em Leceia, tal como na generalidade dos povoados calcolíticos da Estremadura, as rochas anfíbolíticas constituem a larga maioria das rochas duras utilizadas na confecção de instrumentos de pedra polida (CARDOSO & CARVALHOSA, 1995). Impunha-se importação de tal matéria-prima, sob a forma de autênticos

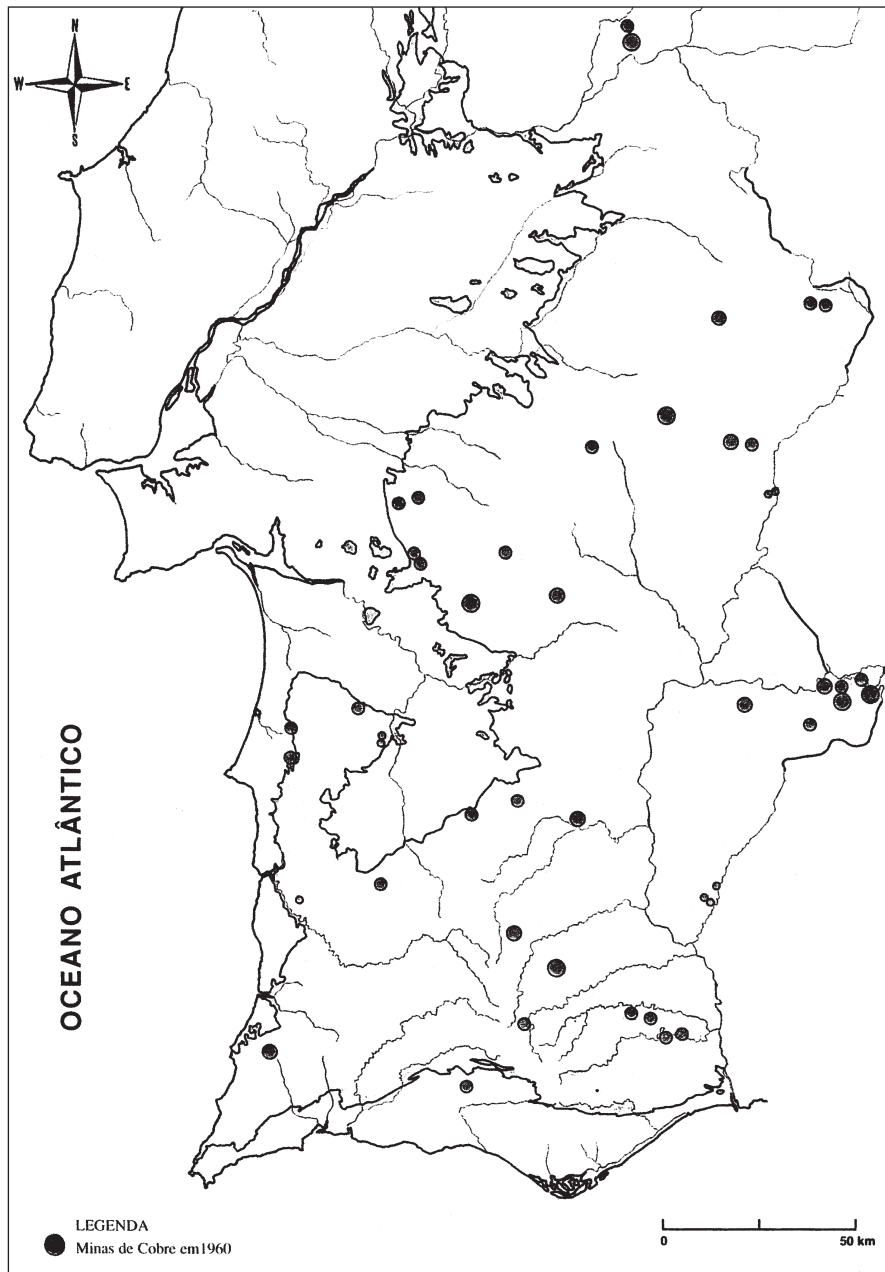


Fig. 65 – Distribuição das minas de cobre concessionadas em 1960 no sul do País. Seg. J. L. Cardoso.

lingotes líticos – alguns exemplares recolhidos em Leceia com escassa ou nula transformação atestam-no (**Fig. 66**) – oriundos do Alto Alentejo, região mais próxima onde este tipo petrográfico ocorre em diversos locais, pressupondo a existência de rotas comerciais e de circulação de produtos, estáveis, permanentes e duradouras.

O vale do Tejo e seus afluentes da margem esquerda teriam, por certo, um papel importante no escoamento desta matéria-prima, já que constituem vias de circulação privilegiadas: a tal propósito, importa salientar a importância dos afloramentos de rochas anfibolíticas na área de Abrantes, sobre o próprio rio Tejo, no quadro descrito da sua exploração pré-histórica.

Apenas pequena parte das rochas duras utilizadas em Leceia – cerca de 20% – são de origem regional, incluindo tipos petrográficos muito variados (rochas ígneas, metamórficas e sedimentares) todas elas disponíveis na região de Sintra – Mafra – Loures. A razão para tal prende-se com as vantagens oferecidas pelas rochas anfibolíticas, a começar pela própria dureza, sem equivalente no cortejo das rochas disponíveis na Estremadura, particularmente adequadas ao fabrico de artefactos de gume cortante como machados, enxós, escopros (na terminologia convencional). Foram, pois, razões de ordem exclusivamente prática que determinaram a importação deste tipo de rochas, cuja transformação em diversos instrumentos polidos era feita ulteriormente, em cada povoado, consoante as necessidades específicas do momento, sem embargo de

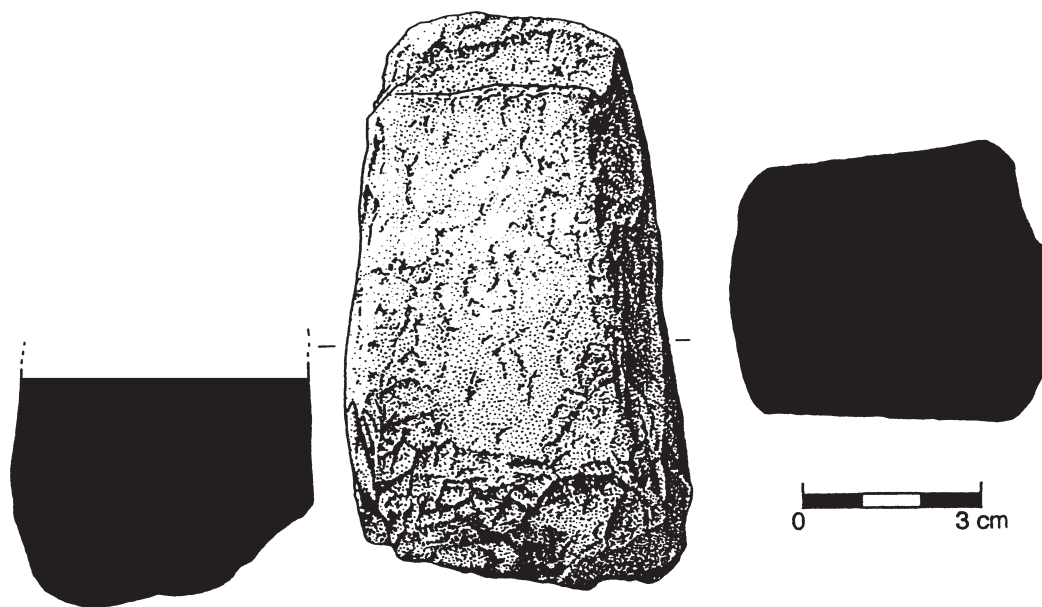


Fig. 66 – Povoado pré-histórico de Leceia. Lingote de anfibolito grosseiramente desbastado, utilizado tal qual como percutor. Recolha superficial. – Seg. J. L. Cardoso.

alguns dos tipos petrográficos disponíveis localmente também terem sido utilizados: é o que mostra uma enxó inacabada, recolhida em horizonte do Calcolítico Inicial, feita de basalto olivínico (**Fig. 67**).

No Castro de Santiago, Fornos de Algodres, situado na bacia do Alto Mondego, documentou-se, igualmente, a presença de “blocos de anfibolito talhados e preparados” (VALERA, 1994, p. 157), para o fabrico de machados

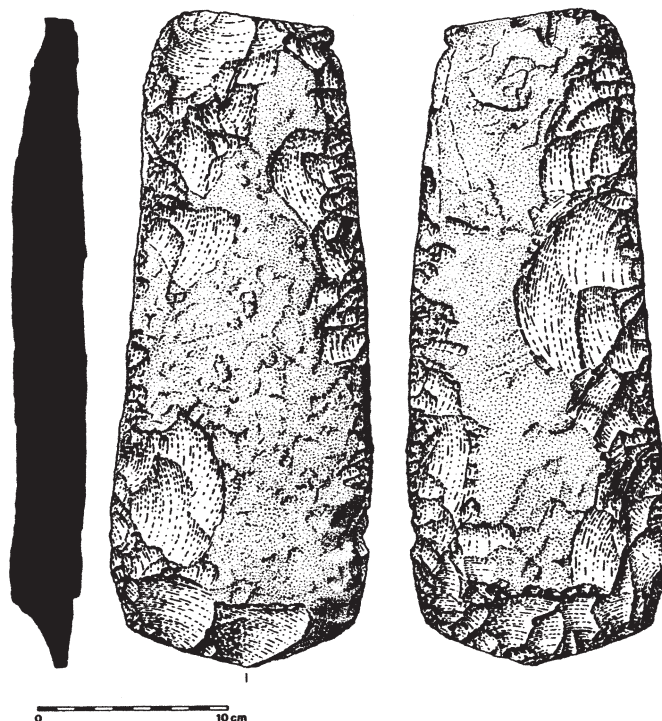


Fig. 67 – Esboço de enxó em basalto olivínico, do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras. Calcolítico Inicial. Seg. J. L. Cardoso.

e de enxós, por certo resultantes da exploração de minas da região. Recentes estudos sobre a utilização de rochas duras para a confecção de artefactos de pedra polida em Leceia (CARDOSO, 1999/2000 a; CARDOSO, 2004) vieram confirmar e precisar as considerações anteriores. Uma das conclusões mais interessantes diz respeito ao acréscimo constante da utilização das rochas anfibolíticas desde a 2.^a metade do IV milénio até à 2.^a metade do III milénio a.C. Os machados, que constituem o conjunto mais numeroso destes artefactos, com 61 exemplares cuja proveniência estratigráfica é conhecida, evidenciam bem tal tendência no uso de tais rochas: de 54,5% de exemplares confeccionados em rochas anfibolíticas no Neolítico Final, passa-se para 83,9% no Calcolítico Inicial e para 85,7% no Calcolítico Pleno, evidenciando bem a intensificação económica, de que resultou o aumento do aprovisionamento de um recurso considerado estratégico para o cabal desenvolvimento das actividades

quotidianas das populações estremenhas, justificando-se deste modo a sua importação. Com efeito, tais rochas documentam a existência de um comércio transregional, não negligenciável, ainda que a sua importância possa afigurar-se exagerada, numa primeira análise. Com efeito, mesmo admitindo que as peças de pedra polida provenientes de Leceia fossem todas de anfiboloxisto, e considerando os cerca de 200 exemplares recolhidos no decurso das escavações ali realizadas, somados aos cerca de 400 conservados no Museu do ex-Instituto Geológico e Mineiro e no Museu Nacional de Arqueologia, teríamos aproximadamente 600 peças. Por outro lado, reduzindo o período de uso de tais peças apenas à fase de efectiva ocupação calcolítica do povoado, de cerca de 500 anos (2800-2300 anos a.C.), teríamos apenas a importação de 1, 2 peças/ano, o que é manifestamente pouco, para se admitir uma importação “maciça” e “em grande escala”: temos sempre de considerar o factor “tempo”, para perspectivar de forma mais realista e não distorcida a evidência arqueológica, seja ela qual for. Por outro lado, o panorama identificado em Leceia não se afasta significativamente do recentemente caracterizado noutros povoados Calcolíticos da Estremadura, como Zambujal, Vila Nova de S. Pedro e Pragança (K. Lillios, comunicação ao IV Congresso de Arqueologia Peninsular, 2004) com a vantagem de, em Leceia se dispor de elementos estratigráficos seguros, que permitiram uma interpretação diacrónica da importação daquele tipo petrográfico, o não foi possível nos restantes casos.

Ter-se-á de considerar, no quadro da vida económica dos povoados estremenhos, outras importações de produtos de origem geológica, ainda que provenientes de menor distância. É o caso dos elementos não plásticos utilizados como desengordurantes nas pastas cerâmicas: as análises petrográficas dos fragmentos cerâmicos de Leceia, evidenciaram larga predominância de grãos de quartzo e de feldspato, acessoriamente de micas, minerais que são incompatíveis com a geologia do local. É, assim, provável que tais elementos minerais provenham da região de Sintra (atendendo à natureza granítica das rochas ali dominantes), com o objectivo de serem adicionados às argilas como desengordurantes, de modo a conferirem-lhes maior resistência à cozedura.

Outros materiais geológicos encontrados em Leceia e objecto de comércio regional são os blocos de arenito silicioso – pesando em alguns casos centenas de quilos – em que foram fabricadas a maioria das mós manuais. Trata-se, igualmente de tipo litológico não disponível no local, mas existente cerca de 5 km para Norte, na região de Cacém e de Belas, ou ainda mais para ocidente, entre Cascais e Sintra.

Foi, deste modo, a existência de um sobreproduto económico, resultante da acumulação de excedentes da produção agrícola, que possibilitou a estas comunidades calcolíticas da Baixa Estremadura o estabelecimento e manutenção de permutas, não apenas de âmbito regional, como as mencionadas, mas mesmo de carácter transregional, conducentes ao aprovisionamento de matérias-primas estratégicas – no caso, os anfiboloxistos e, depois o cobre – de cuja existência dependia a satisfação de actividades quotidianas da comunidade (machados, sachos, enxós, martelos, e escopros no caso dos primeiros; furadores, sovelas, anzóis, e outros, no caso do cobre). Trata-se de exemplo dos mais interessantes, pelas distâncias envolvidas, sempre superiores a 100 km em linha recta, de abastecimento regular de matérias-primas no âmbito da Pré-História europeia, o qual foi já devidamente valorizado. (CARDOSO, 1999/2000; CARDOSO, 2004)

Ocorrem, ainda, nos povoados da Baixa Estremadura, tanto no Calcolítico Inicial como no Pleno, diversas matérias-primas exóticas, utilizadas na manufactura de objectos ditos de “prestígio”. Para além do marfim, já

anteriormente referido, merecem destaque as contas de minerais verdes, pertencentes sobretudo ao grupo da variscite, mineral quase desconhecido no território português, sobretudo em massas susceptíveis de obtenção de contas volumosas como algumas que ocorrem invariavelmente em todos os povoados calcolíticos da Estremadura (**Fig. 68**). Com efeito, as rochas e minerais verdes pertencentes sobretudo ao referido grupo mineralógico, foram registadas nos afloramentos metassedimentares silúricos do norte de Portugal, formando finos veios, de onde se poderiam apenas obter pequenas massas (MEIRELES, FERREIRA & REIS, 1997). Existem referências a minas de minerais verdes, exploradas pelos Árabes, na região de Zamora, o que não significa que não tivessem, estas ou outras, sido anteriormente exploradas (CANELHAS, 1973), bem como na região de Adra-Almería (GONÇALVES, 1979), realidade que, ulteriormente, não se confirmou. O facto de Estácio da Veiga ter encontrado, na necrópole de Alcalar, um bloco de mineral verde em bruto (VEIGA, 1886, 1889), não indica, ao contrário do admitido por aquele arqueólogo, uma origem no actual território português. Com efeito, mais recentemente foi assinalada na Andaluzia Ocidental uma mina pré-histórica cuja localização poderia explicar tanto o abastecimento algarvio, como o da Estremadura: trata-se da exploração de variscite de Encinasola, Huelva, associada a materiais vulcano-sedimentares, também de idade silúrica (EDO, VILLALBA & BLASCO, 1995). A grande distância que separa esta mina da Estremadura – e o mesmo se poderá dizer dos afloramentos do norte do País, onde ocorrem centenas destas contas de variscite – só pode explicar-se pelo valor (simbólico, de prestígio) que lhes estava associado. A sua presença, já abundante em contextos estremenhos bem datados do Neolítico Final (2.^a metade do IV milénio a.C.) vem provar a existência, desde pelo menos essa época, de circuitos transregionais de permuta e comércio de tais matérias-primas, desde pelo menos aquela época. Com efeito, tais circuitos não se limitavam ao território peninsular: oriundos tanto da mina de Encinasola, como de minas da região de Zamora, para além da célebre exploração de Gavá, na Catalunha, foram encontrados exemplares destas contas na região armoricana (Bretanha, França), facto que é bem expressivo da extensão geográfica da circulação das contas e “pendeloques” de minerais verdes (HERBAUT & QUERRÉ, 2004).

Dos pegmatitos graníticos do interior centro/norte do País, a mais de 300 km em linha recta das peças estremenhas conhecidas, provinha a apatite e a fluorite, aproveitada para o fabrico de grandes contas, umas atribuíveis ainda ao Neolítico Final, como os exemplares das grutas naturais sepulcrais da Lapa do Bugio, Sesimbra (CARDOSO, 1992) e da Casa da Moura (CARREIRA & CARDOSO, 2001/2002), outras já ao Calcolítico Inicial: é o caso de um exemplar de Leceia (CARDOSO, 1997, p. 97) (**Fig. 68**).

Ainda com origem em zonas de pegmatitos graníticos, são de referir os núcleos de cristal de rocha, de lâminas e de lamelas, já conhecidos também desde o Neolítico Final em diversas estações estremenhas, tanto povoados como necrópoles. Alguns deles correspondem a massas cristalinas de quartzo com diâmetros superiores a 5 cm, que se afiguram apenas compatíveis com as ocorrências pegmatíticas conhecidas na Beira Alta. Tais peças provêm, particularmente, de necrópoles, como que a sublinhar a relação entre a sua pureza cristalina e a purificação das almas daqueles que acompanhariam na “grande viagem”.

Tais produtos evidenciam, assim, além da existência de crenças do foro simbólico-religioso, a pujança económica destas comunidades, francamente abertas ao estabelecimento de permutas a média e longa

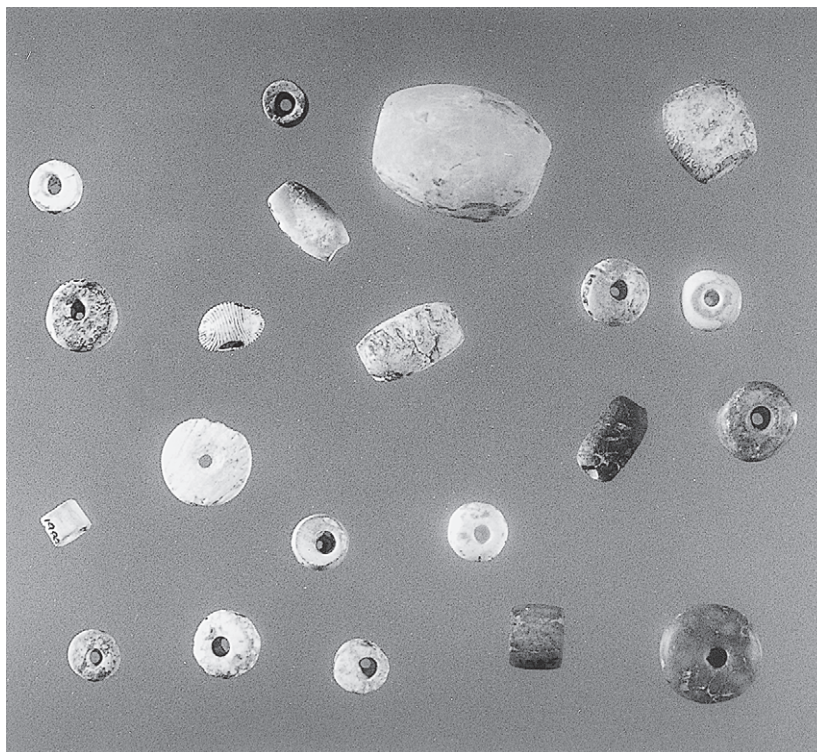


Fig. 68– Contas de minerais verdes, algumas alteradas superficialmente, do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras. A maior é de apatite ou de fluorite e possui o comp. máx. de 2,7 cm. Calcolítico Inicial e Pleno. Seg. J. L. Cardoso.

distância, favorecidas pela localização geográfica dos principais povoados, dominando as principais vias de circulação ou penetração no interior do território. “Em variedade de matérias-primas intercambiadas, a Estremadura ocupa o primeiro lugar” (JORGE, 1994a, p. 475), no Calcolítico, comparativamente às restantes áreas abordadas por aquela autora. Mesmo matérias-primas que substituíam, com menor qualidade, as que abundavam na Estremadura, como o sílex, proviriam, um tanto paradoxalmente, embora em pequena quantidade, do Alentejo. É o caso da ocorrência de pontas de seta de xisto jaspóide avermelhado, que provavelmente vinham por acréscimo no comércio do cobre (e dos anfibolitos). Tais pontas de seta, já anteriormente assinaladas no povoado de Moita da Ladra, Vila Franca de Xira, são também frequentes no povoado da Rotura, igualmente reportável ao Calcolítico Pleno e Final, o que se explica pela sua posição junto ao estuário do Sado, rio que poderia ser utilizado como via de escoamento do cobre, existente mais a montante. A reforçar esta hipótese, assinala-se que, a norte do Tejo, as pontas de seta de xisto jaspóide, tornam-se muito mais raras. Inversamente, em povoados alentejanos, são abundantes, a par de peças cerâmicas de origem estremenha: é o caso de fragmentos decorados com os padrões “folha de acácia” e

“crucífera”, recolhidos no Monte da Tumba (SILVA & SOARES, 1987, Fig. 25, nº. 10 e 11), característicos do Calcolítico Pleno estremenho, além de taças de bordo espessado decoradas interiormente, já referidas, do povoado de Porto Torrão, abundantes no Calcolítico Inicial da Estremadura. No Monte da Tumba também se recolheram alguns fragmentos com decoração canelada afins dos “copos” e contemporâneos destes (1ª. fase de ocupação daquele povoado, cf. SILVA & SOARES, 1987, Fig. 25, nº. 5).

Mas o suporte económico que explica a presença na Estremadura de matérias-primas oriundas do interior alto e baixo alentejano, tem de ser procurado na própria Estremadura. No estado actual dos nossos conhecimentos, crê-se que bastaria um só recurso geológico aqui existente para os garantir: trata-se do sílex. Com efeito, a Estremadura, no sentido geográfico que lhe é conferido por O. Ribeiro, da Arrábida à Serra da Boa Viagem, a norte do Cabo Mondego, é, de todas as regiões do País, aquela que detém as maiores reservas de sílex, indispensável, tanto ou mais do que os anfibólitos ou o cobre, para a satisfação das actividades do quotidiano das populações pré-históricas. Assim, não espanta que esta matéria-prima tenha sido intensamente permutada desde o Neolítico: minas ou vestígios de mineração a céu aberto temos na Estremadura, mesmo junto de Leceia, através de “oficinas de talhe” onde ocorrem, além de milhares de produtos de debitage, núcleos préformatados ou já debitados prontos para serem exportados, em Barotas (CARDOSO & COSTA, 1992) e no Monte do Castelo (CARDOSO & NORTON, 1997); Avultam, em particular, os belos núcleos de sílex cinzento, com origem em nódulos existentes nos calcários cretácicos recifais (Fig. 69). Mais para norte, foi dada

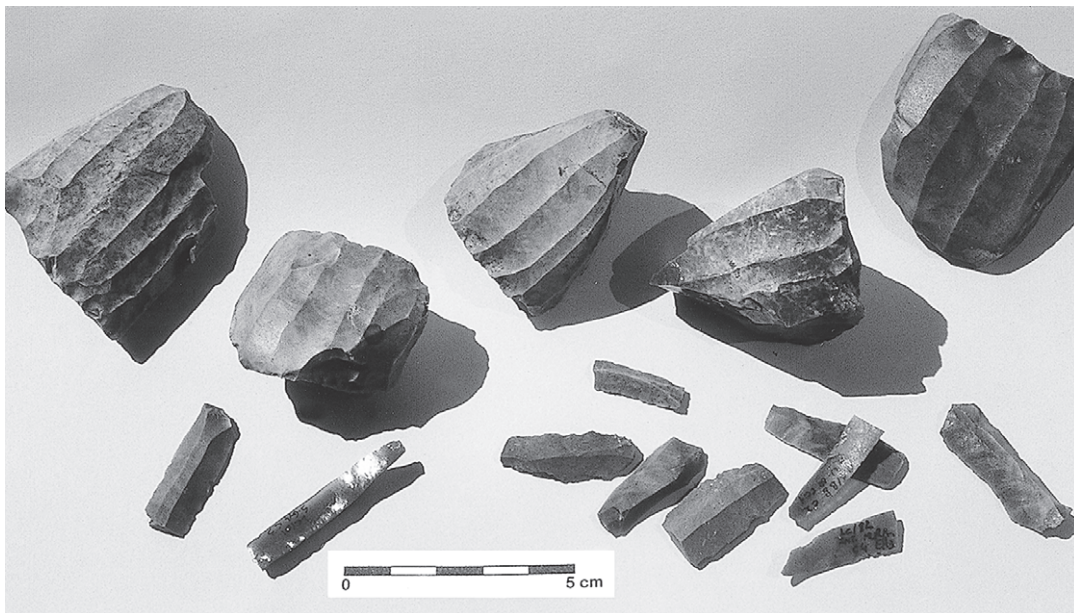


Fig. 69 – Conjunto de núcleos tabulares de lamelas do Neolítico Final e do Calcolítico Pleno do povoado de Leceia, Oeiras e respectivos produtos de debitage, confeccionados em sílex cinzento, disponível localmente. Foto J. L. Cardoso.

a conhecer a oficina de talhe de sílex neo-calcolítica de Casa de Baixo em Caxarias, Vila Nova de Ourém (ZILHÃO, 1994), explorando igualmente nódulos siliciosos existentes nos calcários cretácicos redepositados em cascalheiras. Na região de Rio Maior, a excelente qualidade dos materiais siliciosos, também disponíveis sob a forma de grandes nódulos de coloração castanho-avermelhada redepositados em formações detríticas, permitiu o estabelecimento de numerosas oficinas, especializadas sobretudo na formatação de peças foliáceas calcolíticas; a mesma prática foi identificada em Leceia, onde se reconheceram os sucessivos estádios da produção de tais exemplares (CARDOSO, 1997, p. 56). Porém o mais espectacular testemunho da exploração pré-histórica do sílex nesta região corresponde à galeria descoberta aquando da execução do túnel do Rocio (CHOFFAT, 1889), aberta ao longo da camada siliciosa existente nos calcários cretácicos, no interior da qual se recolheram inúmeros percutores basálticos utilizados na extracção do sílex (**Fig. 70**).

Assim, o sílex proporcionava não só o abastecimento para consumo imediato dos povoados estremenhos, mas também o suporte material para a difusão de influências ao nível da superestrutura religiosa; com origem no interior do território alentejano, é de assinalar a ocorrência, por vezes abundante, em numerosas estações funerárias do Neolítico Final e do Calcolítico da Estremadura, de placas de xisto e de outros objectos de índole ideotécnica, como os célebres “báculos” de xisto, cuja origem alentejana é inquestionável (**Fig. 71**). As placas, muito mais abundantes, persistem nos mais importantes povoados calcolíticos estremenhos, ainda que em quantitativos muito reduzidos: Vila Nova de São Pedro, Zambujal, Leceia, são disso exemplo, para além de outros de menor expressão, como o Pedrão (SOARES & SILVA, 1975) (**Fig. 72**). Tal situação explica-se: sendo artefactos de cunho funerário, a sua manipulação prévia fazia-se nos povoados, à semelhança do verificado para outras peças com aquela finalidade. A produção destas peças era feita em áreas especializadas, como se conclui da descoberta de uma oficina calcolítica de preparação de placas de xisto no cabeço do Pé-da-Erra, Coruche (GONÇALVES, 1983/84), demonstrando que tais peças continuariam então a ser fabricadas. Mais recentemente, o povoado especializado na preparação de placas de xisto de Águas Frias (Alandroal), veio evidenciar de forma muito expressiva aquela realidade (inf. pessoal de M. Calado, a quem se agradece).

Se se encontra demonstrada a influência mútua de carácter transregional entre as áreas culturais calcolíticas do Alto e do Baixo Alentejo e da Estremadura, não parece contudo, que seja lícito invocar na Baixa Estremadura, a chegada de populações exógenas, dali oriundas.

Em um mundo marcado por profundas transformações sociais, em parte decorrentes da sua extrema abertura ao exterior, a difusão de práticas e de conceitos por osmose, entre comunidades vizinhas detentoras de graus de desenvolvimento sócio-cultural idênticos, seria naturalmente possível. É assim que se pode explicar a presença, na região, de variadas peças de calcário marmóreo, de carácter funerário, rocha cuja utilização não tem antecedentes locais, apesar de ser muito comum na Estremadura, a qual, pela mesma época, era também a preferida para a confecção de peças homólogas, de cunho ideotécnico, no Mediterrâneo oriental. A título de exemplo, reproduz-se: uma de várias placas curvas, lisas ou decoradas características da área estremenha (**Fig. 73**); um conjunto de enxós votivas encabadas, atestando a importância desta ferramenta nas actividades económicas e do

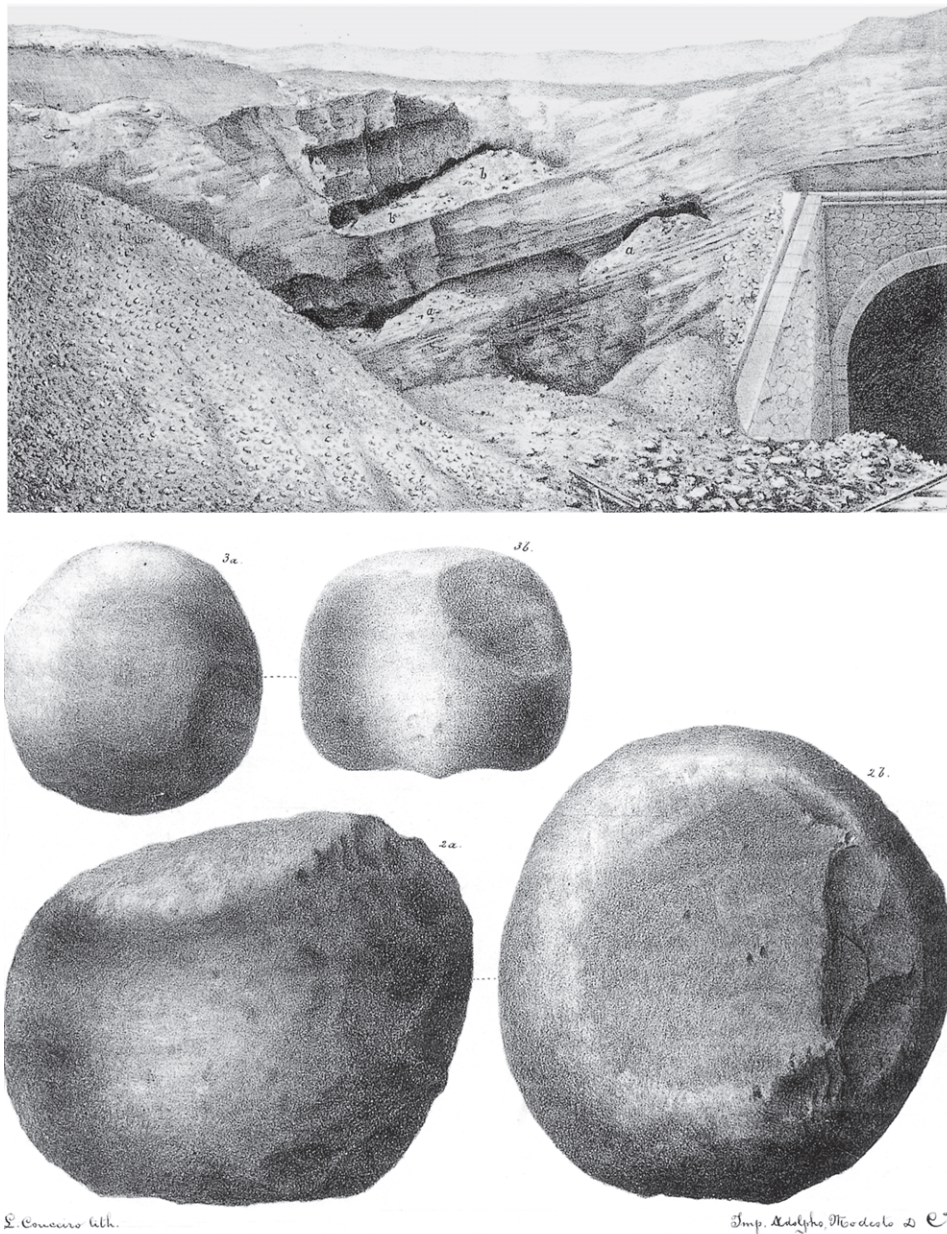


Fig. 70— Exploração pré-histórica de sílex de Campolide, Lisboa. Em cima: vista das galerias seccionadas pela abertura do túnel ferroviário do Rocio; em baixo: percutores de basalto utilizados nos trabalhos, encontrados no interior das mesmas. Seg. P. Choffat.

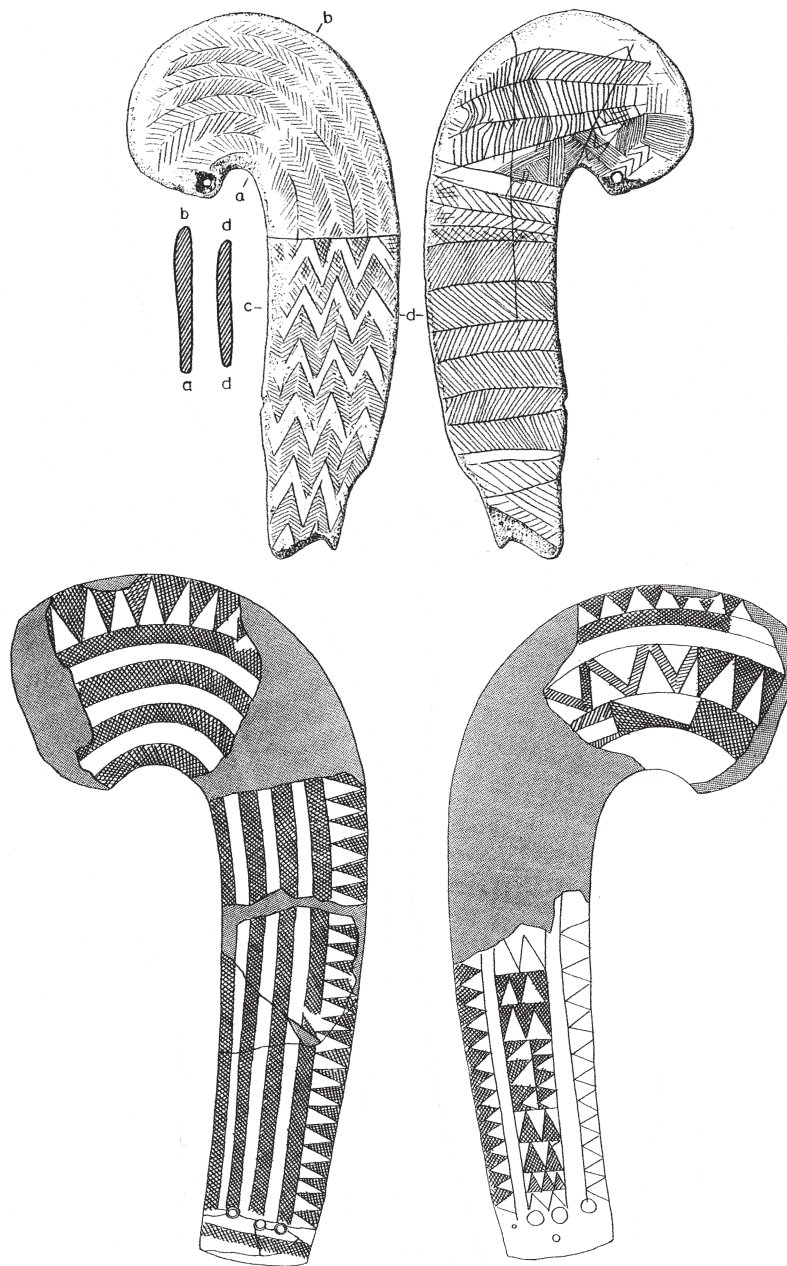


Fig. 71 – “Báculos” de xisto de contextos do Neolítico Final (ou eventualmente do início do Calcolítico) da Estremadura. Em cima, da anta (galeria coberta) da Estria, Sintra; em baixo: da gruta da Casa da Moura, Óbidos. Seg. V. Leisner e J. R. Carreira & J. L. Cardoso, respectivamente. Comprimento do primeiro exemplar – 27,4 cm; comprimento do segundo exemplar – 26,0 cm.

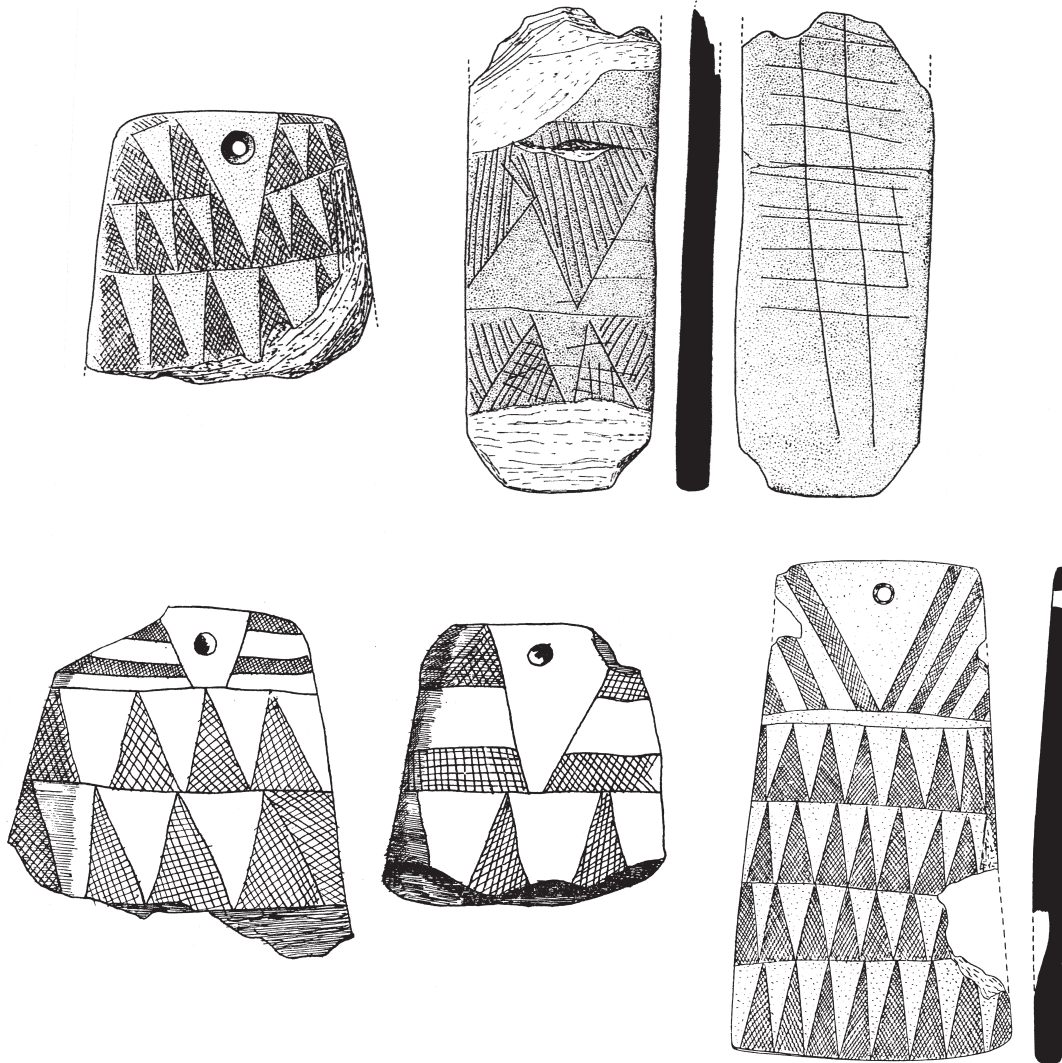


Fig. 72 – Placas de xisto e fragmento de um possível báculo (em cima, à direita) provenientes de povoados calcólicos da Estremadura. Em cima: do Outeiro de São Mamede, Bombarral; em baixo, de Vila Nova de S. Pedro, Azambuja (à esquerda) e do Pedrão, Setúbal (à direita). Escalas diferentes. Seg. J. L. Cardoso & J. R. Carreira; E. Jalhay & A. do Paço; e J. Soares & C. Tavares da Silva.

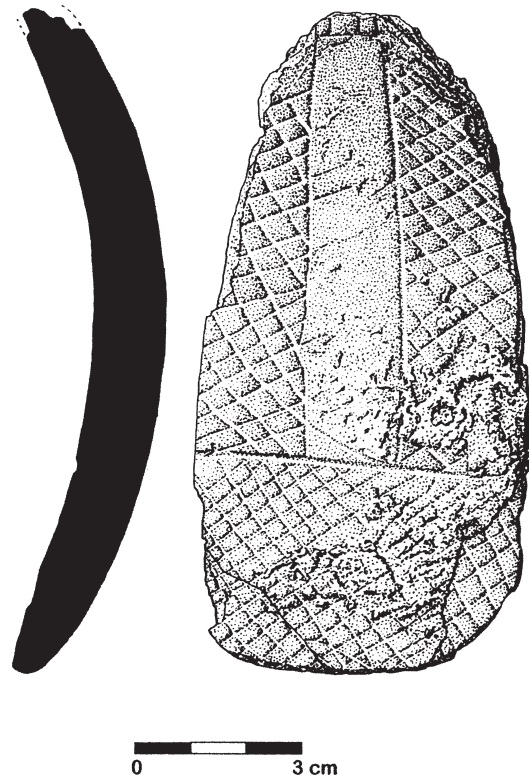


Fig. 73 – Placa de calcário curva, decorada na face convexa. Calcolítico. Gruta natural do Correio-Mor, Loures. Seg. J. L. Cardoso.

quotidiano da época (**Fig. 74**); um par sandálias votivas, também de calcário, da necrópole de Alapraia, Cascais (**Fig. 75**), cuja relação com o seu possuidor não deixa dúvidas; e um par de lúnulas, da necrópole de grutas artificiais de Carenque, Sintra, interpretáveis como simbolizando o renascimento, tal como a Lua em Quarto Crescente, depois do seu desaparecimento, ou “morte” (**Fig. 76**); aliás, a ideia da vida renascida, encontra-se intimamente associada a uma outra, essencial nas religiões primitivas, a da fecundidade e maternidade, expressivamente simbolizada por pequeno cilindro (a simplicidade máxima do antropomorfismo), recolhido em Leceia. Possui gravação do triângulo púbico feminino, já atrás reproduzido, que não deixa dúvidas quanto à representação da omnipresente “deusa mãe” calcolítica, comum a toda a bacia do Mediterrâneo, sob diversas variantes, cuja origem remonta ao Neolítico Final, como ficou claramente demonstrado pelo achado das estatuetas de barro encontradas em Leceia, também anteriormente referidas.

Sendo certo que tais peças representam algo de verdadeiramente novo, sem antecedentes locais no Neolítico Final, a começar pela preferência simbólica dada ao calcário, de que são fabricados a quase totalidade destas peças, é igualmente verdade que a existência de objectos indiscutivelmente importados com origem

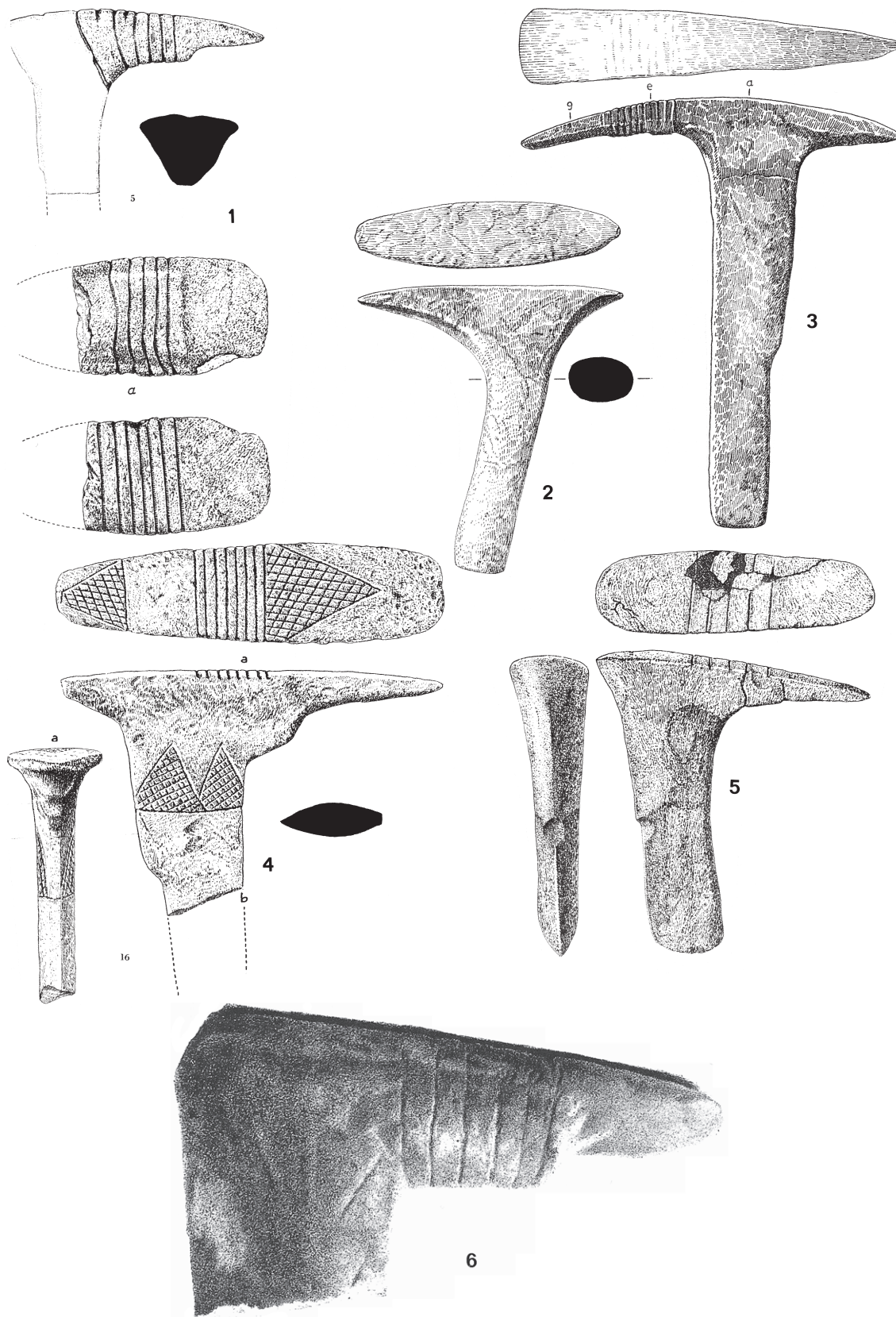


Fig. 74 – Enxós votivas calcolíticas de calcário, de carácter funerário, oriundas de necrópoles da Estremadura, de onde são exclusivas. 1- gruta artificial n.º 1 da Quinta do Anjo, Palmela; 2- depósito de Samarra, Sintra; 3- grutas artificiais do Casal de Vila Chã, Carenque, Amadora; 4- *tholoi* de S. Martinho, Sintra; 5- dólmen de Estria, Sintra; 6- grutas do Poço Velho, Cascais. Todos à escala aproximada de 1/4, com excepção do último, à escala aproximada de 4/5. seg. V. Leisner (n.ºs 1 a 5) e A. do Paço (n.º 6).



Fig. 75 – Sandálias de calcário votivas da gruta artificial II da necrópole de Alapraia (Cascais). Comprimento de 21,2 cm (esquerda) e 21,0 cm (direita). Arquivo O. da Veiga Ferreira.

no Mediterrâneo Oriental, que de alguma forma poderiam suportar a presença directa de elementos populacionais exógenos, não foram até ao presente reconhecidos (SILVA, 1990). Mas o estreito paralelismo entre as sandálias de Alapraia e uma outra, encontrada em Almizaraque, Almería, não pode ser interpretado por simples fenómeno de convergência, somando-se a outras evidências, já mencionada, o que torna inquestionável a existência de contactos com a área do Sudeste peninsular. De qualquer modo, valorizar excessivamente o critério de ausência, seria perigoso: por um lado, a simples presença de um único artefacto oriundo do Mediterrâneo Oriental, deitaria por terra o argumento da ausência; por outro lado, mesmo que aqueles viessem a verificar-se, isso não provaria por si só a presença directa de elementos alóctones entre a população, visto que poderiam ter aqui chegado através de uma longa cadeia de trocas, protagonizadas por outros tantos intermediários. É assim que poderá ser interpretada, a confirmar-se, a recente descoberta de cerâmicas anatólicas calcólicas (do Bronze antigo II, ca. 2600-2200 a.C.) na Andaluzia, em “un contexto característico del Cobre del Sudeste tipo Millares-El Malagón, asociado a cerámica campaniforme.” (GONZÁLEZ PRATS *et al.*, 1995).

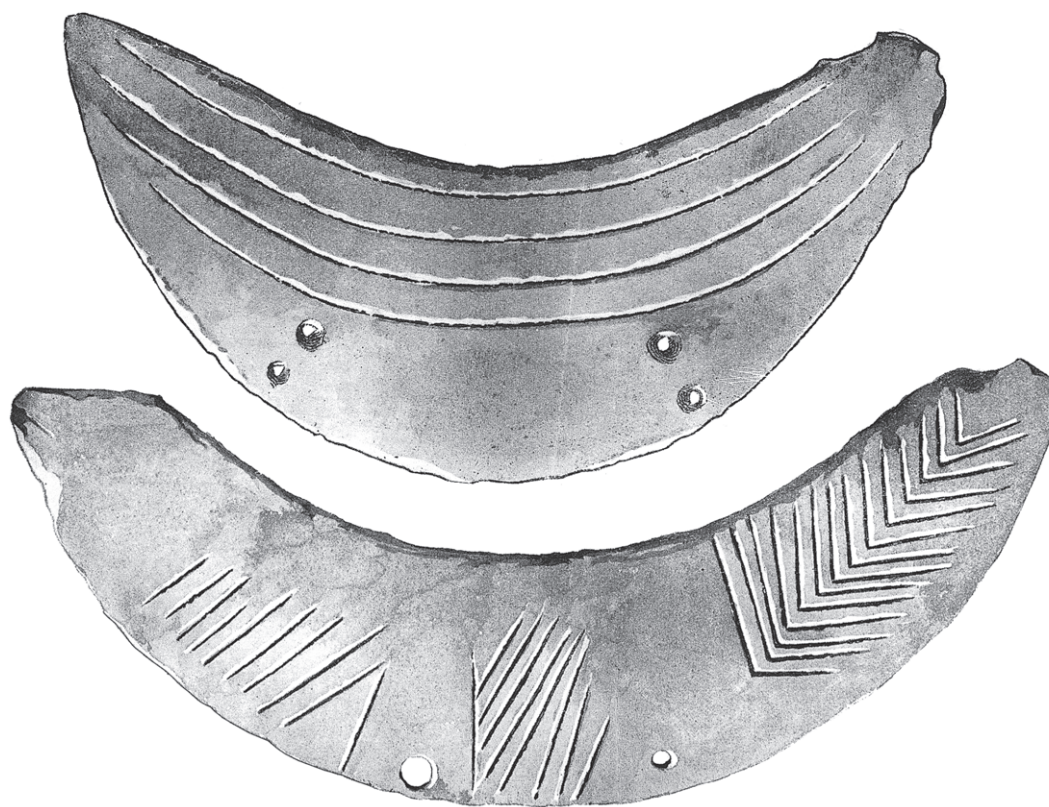
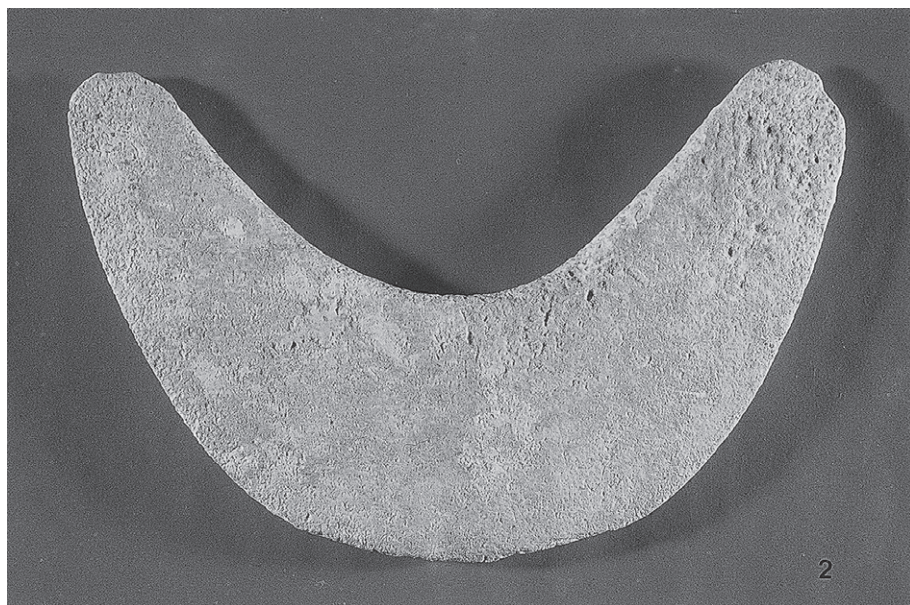


Fig. 76 – Representações lunares calcíticas em suportes de calcário, de carácter funerário da região em torno da Serra de Sintra , até Torres Vedras, de onde são exclusivas. 1 – em ídolo de secção plano convexa, da gruta artificial de Folha das Barradas, Sintra (comp. máx. - 24,4 cm); 2 – lúnula da gruta artificial nº 2 de Alapraia, Cascais (comp. máx. - 18,0 cm); 3 e 4 – lúnulas das grutas artificiais do Tojal de Vila Chã, Carenque, Sintra (comp. máx. da maior - 19,0 cm). Seg. J. L. Cardoso, Arquivo O. da Veiga Ferreira e M. Heleno.

Enfim, não são dispiciendos, nalguns casos, os aspectos formais na discussão desta questão; peças únicas, como o “ídolo-peso” da gruta do Correio-Mor (CARDOSO *et al.*, 1995), ou a grande conta amuleto de pedra verde do *tholos* da Tituaria (CARDOSO *et al.*, 1987) podem remeter para influências, ainda que indirectas, da região litoral da península anatólica (os ídolos-violino encontrados em níveis coevos da cidade de Tróia, são disso exemplo); porém, a hipótese de se tratar de uma simples convergência é, neste caso, muito provável, a ilustrar o sempre escorregadio campo dos paralelos estritamente formais....

Difusão de ideias e conceitos, veiculadas ou favorecidas por contactos comerciais, ainda muito mal conhecidos, eis o modelo que, de momento, julgamos possível e aceitável, para a explicação destes artefactos, de marcado exotismo, do Calcolítico da Estremadura, face à situação verificável no final do Neolítico. Na verdade, tais artefactos acompanham o desenvolvimento de novas soluções arquitectónicas, tanto de índole habitacional – os dispositivos defensivos – como funerária, com destaque para as já mencionadas sepulturas em falsa cúpula, ou *tholoi*, como a de Tituaria, Mafra (CARDOSO *et al.*, 1996) ou a de Pai Mogo, Lourinhã (GALLAY *et al.*, 1973), esta última constituindo, como atrás se referiu, a mais setentrional *tholos* no território português até ao presente identificada.

Claro está que esta situação não invalida a existência de expressões simbólicas de carácter regional, ainda que utilizando, como suporte, a mesma matéria-prima das anteriores: disso é prova a distribuição dos bem conhecidos “ídolos-pinha”, ou “ídolos-alcachofra” (Fig. 77).

Um estudo recente (CARDOSO, CARDOSO & GONZÁLEZ, 2001/2002), permitiu inventariar 16 exemplares, lisos ou decorados, todos da área estremenha ou suas adjacências imediatas, invariavelmente reportados a monumentos funerários, exceptuando-se dois exemplares lisos do povoado de Vila Nova de S. Pedro, ocorrência que, tal como os cilindros de calcário, nada tem de especial, pois era nos povoados que tais peças se fabricavam, sem excluir ainda a hipótese de ali existirem pequenos altares domésticos, ou comunitários. Desta forma, encontra-se documentada, na Estremadura, uma forma peculiar do culto dos mortos, e com ela, de regeneração e da vida, como convinha a oferendas funerárias. Expressão desta associação encontra-se particularmente evidente no exemplar do dólmen de Casinhos, Loures, onde o corpo da provável pinha se encontra percorrido longitudinalmente, por três serpentes, cujas cabeças convergem no ápex do objecto. Em épocas posteriores, as representações de grandes serpentes atingiram a sua máxima expressão, como nos finais da Idade do Ferro do Centro e Norte de Portugal (TAVARES, 1967), denunciando a importância destes répteis na superestrutura religiosa das populações castrejas, a ponto de existirem referências nas fontes clássicas a um “povo das serpentes”, habitando o ocidente peninsular, os Sefes, que J. de Alarcão admitiu viverem na actual Estremadura, “entre o Tejo e o Mondego ou talvez, mais limitadamente, entre aquele rio e o cabo Carvoeiro” (ALARCÃO, 1992b, p. 340).

Mais tarde ainda, representaram-se serpentes e/ou pinhas em monumentos funerários romanos da Lusitânia e numa árua dedicada a Endovélico.

É lícito, pois, ver nas duas representações idolátricas presentes na peça do dólmen de Casinhos – a pinha e as serpentes – uma raiz original muito antiga, expressiva de culto de índole funerária então vigente

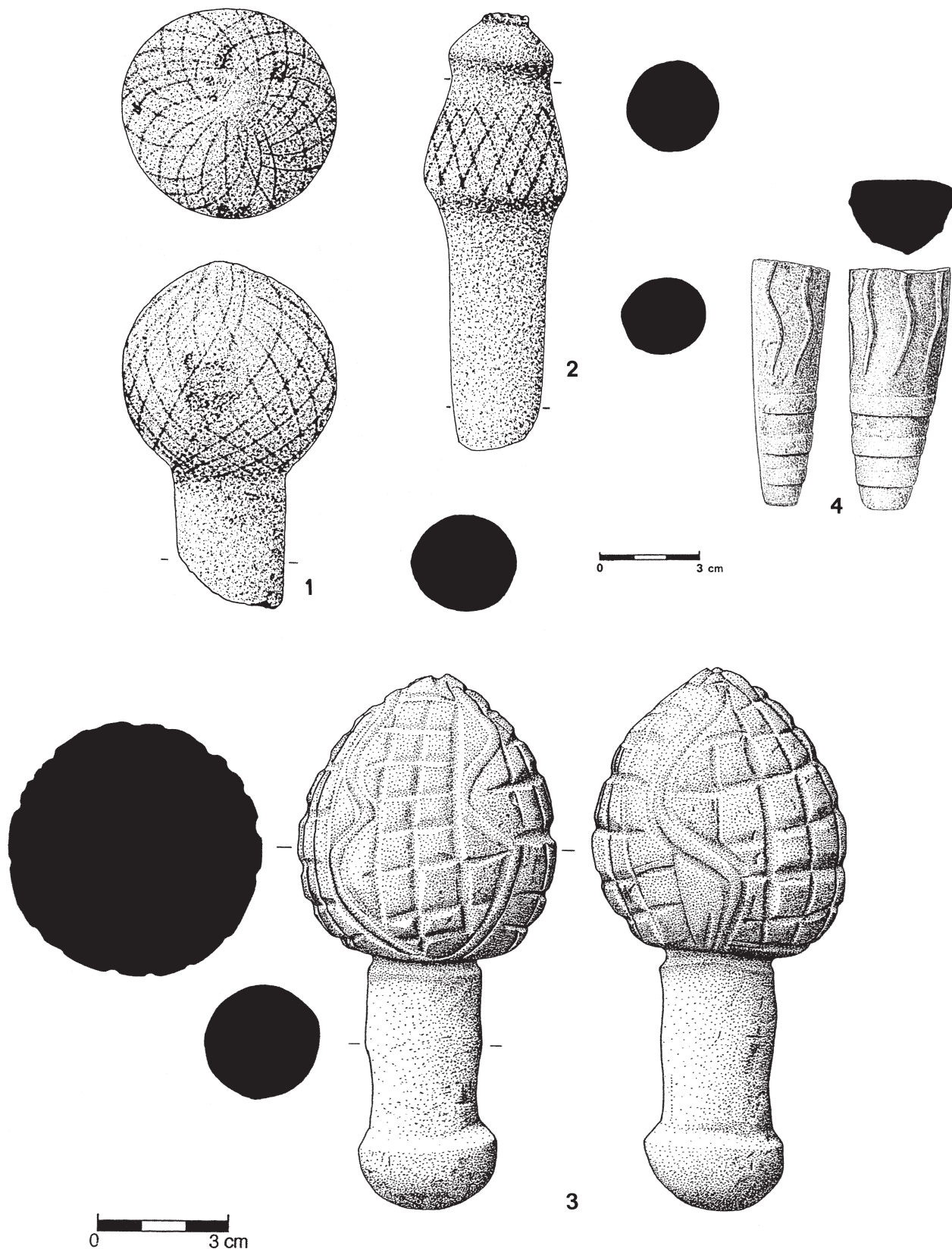


Fig. 77 – “Ídolos-pinha” calcálticos, de calcário, de carácter funerário, da Estremadura, região de onde são exclusivos (1 a 3) e extremidade inferior de ídolo de calcário de secção plano-convexa com representação provável de três ofídeos (4), também presentes num dos “ídolo-pinha” representados (nº 3). 1 e 2 – da necrópole em gruta natural da Lapa do Bugio, Sesimbra; 3 – do dólmen de Casinhos, Loures; 4 – das grutas artificiais do Tojal de Vila Chã, Carenque, Amadora. Seg. J. L. Cardoso, J. L. Cardoso e col. e V. Leisner.

em toda a actual Estremadura portuguesa, mais tarde adoptado por outras civilizações que ocuparam a região e ainda com reflexos na actualidade exactamente no mesmo território (CARDOSO, CARDOSO & GONZALEZ, 2001/2002). Esta realidade, não pode, por outro lado, ser desligada de uma outra expressão do mesmo culto, remontando também pelo menos ao Calcolítico, e circunscrito à mesma região, em torno da serra de Sintra, o “Monte da Lua”. A lua (associada à serpente), pelas fases sucessivas que exhibe, no decurso dos vinte e oito dias correspondentes ao ciclo lunar completo, é, como a pinha ou a serpente, expressão da regeneração da vida, a cuja morte (lua nova), se sucede de novo, a vida (lua cheia): o vigor desta outra expressão material do mesmo culto, associado às cerimónias fúnebres que então teriam lugar, encontra-se comprovado pelas lúnulas já atrás mencionadas, sejam recortadas em calcário, como os belos exemplares de Carenque (HELENO, 1935, Figs. 16, 17), ou em baixo relevo, como a representada no bem conhecido ídolo do monumento de Folha das Barradas, Sintra (RIBEIRO, 1880, Figs. 87, 88). São peças exclusivas de diversas necrópoles, cuja área de distribuição coincide com a dos ídolos-pinha (JALHAY & PAÇO, 1941).

Em suma: a variedade, diversidade e abundância dos ideoartefactos de Calcário encontrados na Estremadura – evidência já assinalada por outrem (GONÇALVES, 2003, p. 2029 – são mais um indicador da complexidade cognitiva atingida no Calcolítico, pelas populações que aqui habitaram, muito superior à evidência, à época, em qualquer outra.

Ambiente geral de carácter mediterrânico, prevalecente durante todo o Calcolítico na Baixa Estremadura, sem esquecer os particularismos apontados acima, são evidências irrecusáveis com paralelos em toda a bacia mediterrânea durante todo o terceiro milénio a.C. Aliás, a valorização de componente comercial na difusão da tradição arquitectónica, da metalurgia e dos objectos simbólicos, culturais e de prestígio, foi anteriormente sublinhada por PARREIRA (1990, p. 29). Paradigma de que muitas vezes eram os próprios objectos que “viajavam”, por certo mais do que quem os produzia, encontra-se corporizado pela placa de xisto de características decorativas já calcolíticas, com a representação dos olhos solares, integrados na estilização facial, encontrada acidentalmente em Chelas, às portas de Lisboa, formalmente idêntica a outra, encontrada em megálito da província de Huelva (ZBYSZEWSKI, 1957), a tal ponto que os caracteres particulares que só podem explicar-se por serem produto da mesma oficina, senão da mesma mão. As semelhanças da placa de Chelas estendem-se mais para o interior, tendo-se encontrado na *tholos* do Cerro de la Cabeza, perto de Sevilha, um terceiro exemplar do mesmo tipo (**Fig. 78**) (FERNANDEZ GOMEZ & RUIZ MATA, 1978).

3.4 – Difusionismo *versus* indigenismo nas origens do Calcolítico da Estremadura

Numa altura em que se assiste à recuperação, por parte de alguns arqueólogos, de doutrinas difusionistas de décadas passadas, depois de uma década marcadamente “indigenista” (os anos 80), vale a pena fazermos uma revisão do estado da questão. Vejamos duas recentes citações:

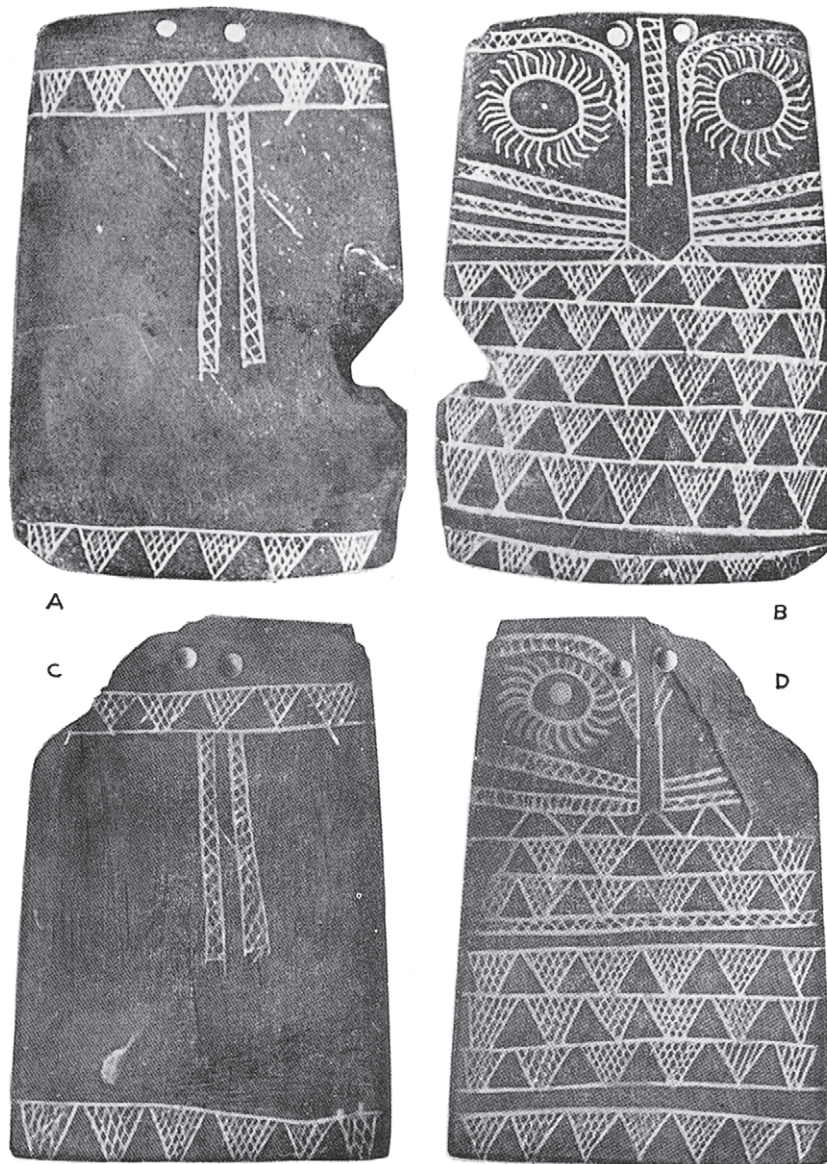


Fig. 78—Em cima: placa de xisto gravada em ambas as faces, encontrada em Chelas, Lisboa; em baixo: placa muito próxima da anterior, recolhida na sepultura 20 de Jerez de la Frontera, Huelva. A estranha semelhança entre os dois motivos decorativos, de assinalável raridade, só pode ser explicada por uma produção ou origem comuns. Comp. max. da primeira: 9,0 cm. Seg. G. Zbyszewski.

“Não se trata de uma complexa evolução social de um grupo há muito estabilizado mas da entrada maciça numa nova região de um grupo socialmente complexo e já hierarquizado” (GONÇALVES, 1993, p. 196); ou: “Não se trata, forçosamente, de uma colonização maciça e influências restritas e localizadas podem desencadear movimentos muito mais amplos, alterando os equilíbrios de forças autóctones” (*idem*, p. 202). Conclui-se que, para o autor, o processo de calcolitização da Estremadura passaria pela presença de indivíduos alóctones: nesta perspectiva, as fortalezas surgiriam, naturalmente, para a defesa das pessoas e haveres face às populações que em um estádio cultural inferior, e sem uma fixação efectiva ao território, assolariam ciclicamente tais locais de vida sedentária e estável. Tal dicotomia entre autóctones (as populações do Neolítico Final ou as suas descendentes) e alóctones, encontra-se bem explicitada em outro texto do mesmo autor (GONÇALVES, 1994a).

Esta opção do autor, após ter enunciado anteriormente, sem se decidir por nenhuma, outras hipóteses (GONÇALVES, 1988), recupera ideias que, em décadas anteriores tinham sido defendidas, como atrás se referiu, tanto por investigadores ingleses como alemães, incluindo mesmo alguns portugueses, como E. Jalhay e espanhóis, cuja máxima expressão se deve a P. Bosch-Gimpera. O seu primeiro contributo, onde enunciou de forma global, a doutrina difusionista, remonta a 1922 (BOSCH-GIMPERA, 1922), anterior portanto à obra basilar de V. Gordon Childe, que data de 1925.

No entanto, vale a pena salientar que, muito antes de Eugénio Jalhay, de P. Bosch-Gimpera e de V. Gordon Childe – um dos “pais” do difusionismo cultural a nível europeu – já em Portugal A. I. Marques da Costa advogava os mesmos princípios, com base em testemunhos calcolíticos por si exumados, designadamente a partir do achado de um alfinete de cabeça espatulada, decorada por circunferência concêntrica, no Castro de Chibanes (Palmela). Vale a pena transcrever as considerações apresentadas pelo autor sobre este peculiar ornato (**Fig. 79**) – motivo decorativo também presente em exemplar de Leceia (CARDOSO, 1980/1981, Est. 12, n.º 165) e em pequeno boião de osso da *tholos* de Pai Mogo (GALLAY *et. al.*, 1973, Est. 12, C) – por documentar à época, a actualização dos conhecimentos do arqueólogo setubalense, ilustrando um dos primeiros e mais expressivos exemplos desta doutrina em Portugal que fez escola ao longo de quase toda a arqueologia peninsular do século XX (COSTA, 1910, p. 58, 59) a par de Luís Siret, em textos também hoje considerados como “clássicos”: “O alfinete, achado em Chibanes, difere dos achados na Rotura e Alcalar em ter o osso intencionalmente tostado, para lhe dar a cor escura, e ter em cada uma das faces opostas da cabeça uma gravura, formada por dois círculos concêntricos, figura ou símbolo que não encontrei em nenhum dos objectos provenientes da Rotura ou das grutas da Quinta do Anjo.

Segundo notáveis archeologos, tanto os círculos concêntricos como a espiral, que parece derivar d’estes, procederam do antigo Egypto onde já eram usados no período anterior aos pharaos.

Do Egypto passaram taes figuras para os países banhados pelo mar Egeu. Assim apparecem os desenhos circulares em Hissarlik e tanto estes como as espiraes, em Creta, onde na época mycenense adquiriram tal desenvolvimento que caracteriza esta época.

Foi de Creta que os mesmos desenhos se propagaram pela Europa, chegando, na sua dispersão, até a Jutlandia e Irlanda, onde se vêem juntos os círculos concêntricos e as espiraes.

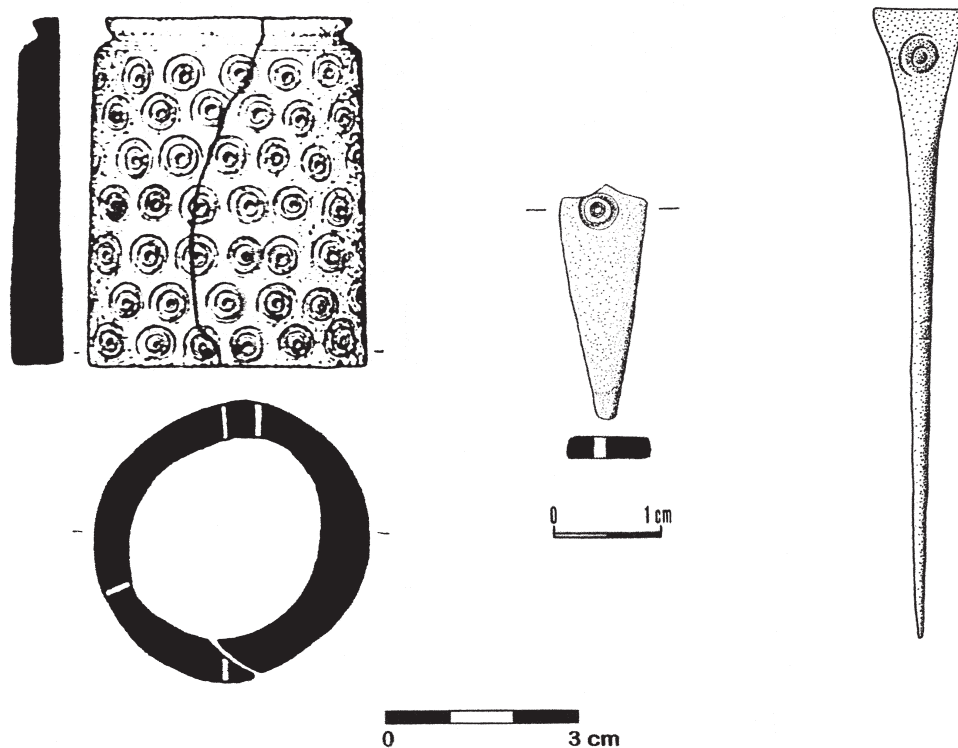


Fig. 79 – Artefactos calcólicos de osso, com representação de círculos concêntricos, atribuíveis a influências do Mediterrâneo oriental, segundo A. I. Marques da Costa. À esquerda: boião de osso da *tholos* de Pai Mogo, Lourinhã; ao centro, pente do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras; à direita, alfinete de cabeça espatulada do povoado pré-histórico de Chibanes, Palmela. Seg. G. Gally e colaboradores; J. L. Cardoso; e A. I. Marques da Costa (desenho sobre fotografia por este publicada).

Segundo uns, os ornatos espiraliformes chegaram ao Mar do Norte pela via terrestre ao longo do Elba, retrocedendo depois para o sul e passando pela Hespânia.

Segundo outros, como o Sr. Óscar Montelius, já desde a idade da pedra existia uma via ocidental e marítima, que era seguida por navegantes pré-phenícios, que assim punham o Oriente em comunicação com o Mar do Norte. As costas da antiga Lusitânia, situadas meio trajecto d'esta via, deviam ser, senão a principal, uma das suas mais importantes estações (...).

Acceptando a opinião do Sr. Montelius, também perfilhada pelo Sr. José Fortes, devia o castro de Chibanes, situado próximo do estuário do Sado, um dos melhores portos que existiam nesse caminho marítimo, receber a influencia da civilização egeana, logo que esta se começou a propagar pelos diversos países da Europa.

Admittindo, porém, que a diffusão dos desenhos circulares e espiraliformes só começou quando o seu uso attingiu o maior desenvolvimento em Creta, no período chamado mycenense ou o mais avançado da idade do

bronze, o alfinete de que estou tratando, reunindo a forma e substancia, usadas em iguaes objectos, provenientes da Rotura, com a ornamentação característica da arte mycenense, mostra que esta arte penetrou muito cedo em Chibanes; pois que appareceu aqui quando ainda não estava esquecida a antiga arte neolithica, também em pleno vigor na idade eo-metallica ou do cobre nos arredores de Setúbal, antes da expansão mais accentuada da arte mycenense”.

Continuadores directos desta aproximação teórica foram, como antes se disse, E. Sangmeister e H. Schubart, que de 1964 a 1973 dirigiram trabalhos de escavação no Zambujal. Transcrevem-se também algumas das mais expressivas afirmações que consubstanciaram o pensamento dos autores:

“Los fundadores, constructores y primeros habitantes de las fortificaciones de Vila Nova y Zambujal fueron o colonizadores del Mediterráneo oriental o, cuando menos, comerciantes en metales, compradores cuyos clientes radicaban en la zona oriental del Mediterráneo. Las piezas de tal procedencia en esta época hablan en favor de una inmigración directa, por lo menos de un pequeño grupo, el cual determinó el carácter de las fortificaciones y de muchos otros elementos culturales (...). Eran lugares de tránsito para la riqueza metalúrgica del interior” (SCHUBART, 1969, p. 203). Salienta-se, em outro estudo, o papel do Zambujal como “a production and a trade centre. We suggest that copper objects were manufactured there from ores brought to the site, these objects were then traded. The site would obviously require fortification and its situation in relation to the ocean supports this interpretation” (SANGMEISTER & SCHUBART, 1972, p. 196, 197). A presença de colonizadores perpassa ao longo destes textos, bem como a de populações indígenas, contra as quais se ergueriam tais muralhas...

O prestígio dos dois arqueólogos alemães e os espectaculares resultados dos trabalhos de campo por eles conduzidos no Zambujal, influenciaram, à época, diversos arqueólogos portugueses, que então adoptaram tais concepções difusionistas, mais tarde por si abandonadas; é o caso de C. Tavares da Silva e de J. Soares que, em 1974 integraram culturalmente vários objectos de carácter simbólico recolhidos em alguns desses povoados do seguinte modo: “De nombreux objects en os, et parfois en calcaire, dans les niveaux précambrianiforme de Rotura, de Vila Nova de S. Pedro (Vila Nova II de Savory) et de Zambujal attestent, par leurs caractéristiques, l'établissement de populations venant de la Méditerranée orientale et pratiquant la métallurgie et le commerce du cuivre. Vila Nova de S. Pedro et Zambujal sont les deux meilleurs exemples de ce type de comptoirs; d'épaisses murailles pourvues de forts bastions indiquent le degré d'insécurité dans lequel vivaient ces « colonisateurs »” (SILVA & SOARES, 1974, p. 39).

Apesar das aspas colocadas nesta última palavra, o sentido do texto é claro e mostra até que ponto, entre nós, eram então aceites tais teorias...

A última versão, muito mais mitigada que a anterior sobre a real importância dos ditos “colonizadores no Zambujal, datada de 1987, de H. Schubart e E. Sangmeister – uma das poucas vertida para português – pode decompor-se em duas hipóteses distintas, mas não incompatíveis:

“Qual a origem dos construtores das fortificações de que nos ocupamos? Qual a identidade dos seus inimigos? Alguns indícios parecem assinalar o Próximo Oriente como ponto de origem dos primeiros. Não são porém suficientes para assegurarmos que eram navegantes vindos em busca do cobre e que, ao depararem-se com a existência de minério, animaram os indígenas na sua pesquisa. Por sua vez, ao verem-se

enriquecidos graças a esta nova mercadoria poderiam ter erigido fortificações para se protegerem de grupos que consigo competissem. Poderiam ter aprendido as técnicas e as tácticas dos estrangeiros da mesma forma que deles receberam os objectos importados, ou criado imitações dos que haviam visto.

Partindo de uma mesma situação, e com algumas variantes, ambas as hipóteses são viáveis. Sem dúvida, perdura a sensação de que, com estas fortificações, algo de estranho e inteiramente novo surgiu, sendo inegável a sua semelhança com alguns povoados do Próximo Oriente” (SCHUBART & SANGMEISTER, 1987, p. 12). Assim, a segunda hipótese apresentada pelos autores, postula que as fortificações possam ter resultado de um processo de competição interno, entre grupos autóctones, o que não estaria longe da perspectiva do signatário, não fosse atribuir a grupos exógenos a responsabilidade, directa ou indirecta, pela edificação de tais fortificações, e ao cobre o *leit-motiv* da sua presença.

Note-se, ainda, que não está minimamente reconhecida, em termos arqueológicos, a coexistência, na Estremadura, de dois ou mais grupos socio-culturais distintos. Ao contrário, o próprio registo arqueológico sugere uma evolução “in situ” da formação calcolítica da Baixa Estremadura a partir das populações que aqui viviam, e pujantemente deixaram os traços da sua presença, no Neolítico Final, ao longo da segunda metade do IV Milénio, tanto em povoados, como em necrópoles (grutas naturais, grutas artificiais e monumentos megalíticos): trata-se da fase cultural que foi designada por Parede – Griippe, (SPINDLER, 1976), com base estritamente arqueográfica, a partir dos materiais recolhidos na camada basal do povoado da Parede, a que se juntaram outros, recolhidos tanto em povoados como em necrópoles, mas na maioria dos casos desprovidos de indicações estratigráficas. Acoerência dos tipos assim isolados (taças carenadas, vasos de bordo denteado, pontas de seta de base pedunculada e alfinetes de cabelo de cabeça amovível canelada ou lisa), presentes em muitas estações distribuídas por toda a Baixa Estremadura foi, desde 1983, plenamente confirmada, pelos resultados estratigráficos obtidos em Leceia, atrás referidos, a que se vieram juntar outros, mais tarde.

Num dos derradeiros contributos para a Pré-História peninsular de um dos seus mais notáveis cultores (BOSCH-GIMPERA, 1969, p. 65, 66), resumiu-se o estado da questão da integração cultural dos povos peninsular no contexto mediterrânico em que se inseriam, em termos que, ainda hoje, nos parecem actuais e que por isso merecem ser transcritos: “Almería entonces debió tener una intensa relación con las islas del Mediterráneo Occidental, en donde Malta es el puesto avanzado de la relación egeo-anatólica. A esta relación se debe el nuevo tipo de ídolo de forma humana de Los Millares (...), y, sin duda un perfeccionamiento de la técnica arquitectónica, que se manifiesta en las murallas con torres de Los Millares – que llegan a Portugal – (...) y la generalización de la falsa cúpula en los “tholoi”, sostenida a veces por una pilastra o columna.

No creemos que estos influjos representan, como creen Almagro, Arribas, Pigott, Sangmeister y otros, una “colonización” a la que, según ellos, había que atribuir los “tholoi”, con falsa cúpula, y las ciudades o grandes poblados rodeados de murallas con salientes en forma de torre como Los Millares y en Portugal Pedra do Ouro, Zambujal y Vilanova de San Pedro. Que en la cultura del Eneolítico peninsular exista la influencia de las relaciones forasteras, mediterráneas, lo hemos reconocido y de ello hemos tratado en otros lugares. Pero ni los sepulcros megalíticos son un tipo introducido por gentes forasteras – y probablemente tampoco la idea de la falsa cúpula – ni lo que hay en la península de influencia mediterránea autoriza para hablar de “colonización” propiamente dicha y se explica por

simples relaciones comerciales todo lo intensas que se quiera, pero que no revean el establecimiento en el país de “colonizadores” que en él se establecen”. Vê-se claramente como, há já 35 anos, se valorizavam os contactos indirectos, catalisados por força de relações de carácter comercial e de âmbito peninsular.

Anteriormente já foi discutida a questão do cobre – relembre-se a não correlação entre a sua presença e a construção de fortificações – e a ausência de objectos de fabrico reconhecidamente exógeno, talvez exceptuando a faca curva de Vila Nova de São Pedro, bem como a sua homóloga da Rotura; resta abordar a questão das aludidas semelhanças das fortificações peninsulares com as orientais.

O tema, no concernente aos povoados fortificados da Baixa Estremadura, foi abordado por Béatrice M. Blance (BLANCE, 1957). Do estudo referido, destaca-se a seguinte passagem:

“Destá breve análise podemos concluir que o uso dos bastiões ou cubelos com finalidade defensiva não era desconhecido na região do Mediterrâneo Oriental, se bem que não fosse coisa vulgar. Tais construções não estão, porém, confinadas a uma determinada zona, mas sim, de um modo geral, espalhadas por toda essa área. É todavia interessante verificar que, ao lado de todos os exemplos referidos de torres rectangulares, apenas as de Chalandriani e de Buhen apresentam a forma semicircular” (*op. cit.*, p. 175). Sem entrar na discussão das cronologias destas fortificações – a maioria, senão a totalidade, é ulterior aos meados do III milénio a. C., e portanto mais recentes que as fases mais antigas dos três grandes povoados fortificados Vila Nova de S. Pedro, Zambujal e Leceia – é certo que necessidades idênticas de defesa requereriam soluções técnicas semelhantes. Deste modo, aceita-se que diferentes civilizações calcólicas e da Idade do Bronze da bacia mediterrânea, ao adoptarem o uso de fortificações, ditadas por condicionantes económico-sociais específicas, recorreram a dispositivos elementares como muralhas, torres, bastiões, os quais mostrariam, naturalmente, certas semelhanças entre si. Tratar-se-ia, deste modo, de uma simples convergência formal, e mesmo essa não absoluta, visto ocorrerem, mas apenas no Mediterrâneo oriental (Mersin, Tróia II – c), torres quadrangulares e não semi-circulares, como acontece em todos os povoados fortificados peninsulares. Obviamente, não se rejeita aos três grandes povoados fortificados aludidos, um certo “ar de família”, ditado pela sua inserção em um ambiente cultural meridional e mediterrâneo, de que faziam parte integrante.... “ar de família”, aliás extensivo às grandes edificações nurágicas da Idade do Bronze da Sardenha ou talayóticas das Baleares, sem que tal possa significar mais do que a simples semelhança formal que evidenciam entre si. É, ainda, ao grande arqueólogo catalão que se pode recorrer para explicar tal situação (BOSCH-GIMPERA, 1969, p. 67):

“Alcanzada la vida sedentaria normal y comenzada una vida de tipo urbano (...), las fortificaciones primitivas para defensa de los poblados se convierten naturalmente en murallas, y ellos en fortalezas; pero en todas partes, y tanto en Los Millares como en Pedra do Ouro, Zambujal y Vilanova de San Pedro, los hallazgos revelan una cultura indígena que no deja de serlo apesar de las transformaciones singulares de sus rasgos, nunca una cultura masiva como la de los lugares de origen de las relaciones e influencias”. Tais palavras parecem, ainda, ecoar nestas outras (JORGE, 1994a, p. 459): “As semelhanças estilísticas que aglutinam muitos artefactos e arquitecturas do mundo mediterrânico não devem ser ignoradas, mas terão de ser interpretadas no âmbito de outros mecanismos difusores – interacções em larga escala – cuja natureza requer uma avaliação contextualizada (...)”.

De facto, cada povoado fortificado, mesmo os de uma mesma região cultural, embora adoptando soluções arquitectónicas comuns, ter-se-á comportado de forma independente, adaptando-se, antes de mais, às condicionantes geomorfológicas naturais que ditaram a sua própria implantação no terreno. Assim, a solução defensiva encontrada em Vila Nova de S. Pedro, com uma imponente fortificação central, é distinta da de Leceia e Zambujal, sendo estas, por seu turno, diferentes entre si, embora mais próximas do ponto de vista arquitectónico, face ao povoado anterior. Claro que o tamanho da área construída influenciava as soluções urbanísticas adoptadas em cada caso. Tal variável é directamente proporcional, como é evidente, ao número de habitantes de cada sítio. E essa simples constatação leva-nos directamente à questão de saber qual aquele número, nos povoados de maiores dimensões da Baixa Estremadura.

No caso de Leceia, o cálculo demográfico proposto por CHAPMAN (1990) conduz à estimativa de 200 habitantes, considerando a área construída e muralhada da estação (cerca de 1 ha), valor ligeiramente inferior ao obtido pela relação proposta por RENFREW (1972) para povoados do Egeu, que conduz a cerca de 300 habitantes por ha. A ser assim, Leceia teria idêntico número de habitantes de Vila Nova de S. Pedro mas menos que os do Zambujal (**Fig. 80**) (não considerando a linha defensiva mais exterior recentemente identificada, ainda muito mal conhecida). Outros cálculos, tendo presente os presumíveis circuitos defensivos ou a reconstrução das áreas potencialmente ocupadas, conduziram aos seguintes resultados:

Pedra do Ouro – 0,35 ha

Columbeira – 0,35 ha

Fórnea – 0,08 ha

Rotura – 1,2 ha

Penedo de Lexim – 0,13 ha

A média das áreas ocupadas situa-se em cerca de 0,5 ha. J. M. Arnaud (in CHAPMAN, 1990, p. 234), procurou estabelecer uma hierarquização demográfica nos povoados do sul de Portugal e do Sudoeste espanhol, com base na respectiva área ocupada; admitiram-se as seguintes relações, para os povoados calcolíticos da Estremadura:

Povoados entre 0,05 e 1,0 ha – 30 a 50 habitantes; e

Povoados entre 1,0 e 5,0 ha – 150 a 300 habitantes

Assim, os maiores povoados da Estremadura não teriam mais de 300 habitantes – salvaguardando o caso do Zambujal, ainda por esclarecer – o que está conforme às conclusões obtidas pelo métodos analíticos acima referidos. Assim, tal como é constatado por R. Chapman, a hierarquia entre povoados poderia de facto existir, sendo não só espelhada pela área ocupada por cada um deles – e por conseguinte pela sua população – mas, sobretudo, pela dicotomia entre sítios fortificados e não-fortificados. Outros cálculos, baseados no número de ocupantes de cada unidade habitacional, ou por metro quadrado de área coberta, não são aplicáveis, visto desconhecermos, em boa parte, as características e número das estruturas habitacionais que, em determinado momento existiriam no interior da área fortificada, por estas serem, em grande medida, de materiais perecíveis, que não deixaram testemunho. A grande desarmonia que se patenteia, em qualquer um dos três maiores povoados considerados, entre a imponente das estruturas de carácter defensivo e as de índole habitacional,



Fig. 80 – Plantas simplificadas dos três principais povoados calcolíticos fortificados da Estremadura. Em cima, de Vila Nova de S. Pedro, Azambuja; ao centro, do Zambujal, Torres Vedras; em baixo, de Leceia, Oeiras. Seg., respectivamente, H. Schubart; E. Sangmeister & H. Schubart; e J. L. Cardoso.

sugere que parte significativa da população viveria extramuros, procurando apenas o abrigo das muralhas no decurso de situações de maior tensão social. Esta evidência foi pessoalmente confirmada em Leceia, tendo-se observado, na década de 1970, vestígios de “fundos de cabana”, na área extramuros, na base da escarpa voltada para o vale da ribeira de Barcarena revolidos pela agricultura então ali realizada, sendo mais do que provável a identificação da mesma situação no caso de se efectuarem prospecções cuidadas, em torno do Zambujal ou de Vila Nova de São Pedro. No primeiro caso, aliás, escavações ali realizadas na década de 1990, vieram a confirmar tal situação (KUNST & UERPMANN, 1996) pela execução de sanjas ao longo da escarpa voltada para a ribeira de Pedrulhos, que corre no fundo do vale, como já anteriormente se referiu.

Para alimentar uma população de 200 a 300 habitantes, número que julgamos adequado à totalidade da população sediada em Leceia, não seria necessária uma área de captação de recursos superior à que se poderia atingir em duas horas de marcha. Dentro de tal território não se reconheceram, até ao presente, através de cartografia arqueológica (CARDOSO & CARDOSO, 1993), quaisquer núcleos activos no Calcolítico Inicial ou Pleno, susceptíveis de constituírem ameaça à segurança dos habitantes de Leceia. Idêntica afirmação é válida considerando a eventualidade de sobreposição parcial de tal território com o correspondente a outro povoado situado fora daquele limite. Com efeito, tomando como fonte segura a cartografia arqueológica disponível para o concelho de Cascais (CARDOSO, 1991), nenhum dos vários povoados calcolíticos ali assinalados atinge a importância do de Leceia. Por não se poder invocar a ameaça corporizada por um outro povoado de grandeza análoga, de expressão regional, crê-se que a construção desta fortaleza se terá devido mais a razões de ordem preventiva. A simples presença de uma fortificação com tal imponência, constituindo um marco bem evidenciado na paisagem, ao contrário de nela se dissimular, corporizaria a posse e os direitos sobre determinado território envolvente, por parte dos respectivos habitantes, servindo ao mesmo tempo como elemento dissuasor (ou intimidatório, cf. SANGMEISTER & SCHUBART, 1972, p. 197) de qualquer grupo, oriundo ou não da região, que ousasse invadir tal domínio.

Porém, ao longo dos cerca de quinhentos anos de funcionamento efectivo da fortificação, ter-se-ão verificado situações reais de conflito, como foi comprovado arqueologicamente: em estrutura de acumulação de detritos domésticos, do Calcolítico Pleno, recolheram-se restos de, pelo menos três indivíduos, insepultos, adultos e do sexo masculino, o que faz pensar na existência de uma horda atacante, que teria sido dizimada pelos defensores do povoado, cujos restos não mereceram os cuidados dispensados aos que nele viviam (CARDOSO, CUNHA & AGUIAR, 1991; CARDOSO, 1994a). Com efeito, tal situação contrasta com o destino dado aos mortos do povoado, tumulados em sepulturas dos arredores, ainda não suficientemente conhecidas.

Creemos, pois, que Leceia é um exemplo flagrante em como, na Baixa Estremadura, no decurso do Calcolítico, é possível correlacionar os conceitos tradicionais de “fortificação”, “interacção cultural” e “intensificação económica” (cf. para os dois últimos, JORGE, 1994a, p. 473 e 475). Quanto a nós, é incontornável tal interdependência: embora possa haver interacção e intensificação sem fortificação, a inversa não cremos ser possível, para a época e região em causa.

A construção destes imponentes dispositivos defensivos que constituem nela verdadeiros marcos territoriais, tem sido recentemente interpretada por S. Oliveira Jorge, tomando como ponto de partida o estudo do Castelo

Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), como verdadeiros monumentos, cujas funções residiriam, sobretudo, em aspectos da super-estrutura cognitiva e ideológica destas populações e não nas simples necessidades defensivas que eles pudessem eventualmente sentir (JORGE, 1998, e artigos sucessivos: JORGE, 2003). Tal ponto de vista foi, também adoptado por V. Oliveira Jorge (JORGE *et al.*, 2002), em artigo de síntese sobre tal matéria. Crê-se que esta é uma questão que merece discussão – sempre em bases sólidas, evitando o subjectivismo ou a simples adopção de modelos alheios. Discussão útil, mesmo que sintética, até por interessar diversos sítios pertencentes ao território da Estremadura. Sem dúvida que os grandes povoados fortificados de que se tem vindo a tratar podem ter substituído, como expressão identitária do grupo responsável pela sua construção, os grandes monumentos megalíticos funerários do período imediatamente anterior, o Neolítico Final, aliás representados na Baixa Estremadura por numerosos exemplares feitos de enormes lages calcárias, a que já antes se fez referência. Assim, é lícito admitir que as comunidades calcólicas tenham transferido tal expressão para as imponentes fortificações então construídas, como símbolos do seu prestígio e pujança, concorrendo, deste modo, para a coesão social do grupo residente, cujo poder aquelas reflectiam. Tais sítios constituíam, deste modo e num certo sentido, grandes monumentos, confundindo-se com vastos espaços públicos, mas com uma finalidade mais imediata e evidente, visto tais espaços corresponderem, antes de mais, ao refúgio dos bens e das vidas das populações que os construiu e neles parcialmente residia. Deste modo, as comunidades calcólicas, ao substituírem o esforço colectivo anteriormente investido na grande sepultura megalítica, pela fortificação e monumentalização dos lugares habitados, estavam, ainda que motivadas pelas razões objectivas imediatas acima referidas – a protecção dos bens e da própria vida – a reforçar os seus laços identitários, ligando-os à pertença de um determinado território, sentimento incontornável por parte de quem dependia, cada vez mais, do seu uso e exploração, para a sua própria sobrevivência.

É no âmbito do tudo o que foi dito anteriormente que assumem redobrada importância as considerações apresentadas por Jorge de Alarcão, em texto muito recente, ainda que respeitantes a um contexto (aparentemente) distinto, cuja transcrição se justifica (ALARCÃO, 2003, p. 109, 110): “É de todos (ou, pelo menos, de muitos) sabido que as muralhas não são (ou podem não ser) exclusivamente construídas por razões de defesa. As muralhas podem também ser construídas por razões de prestígio. Mas podemos ainda pensá-las como definidoras de um espaço de tranquilidade. Ao entrar num recinto amuralhado, o homem entraria num espaço onde se sentiria tranquilo, eventualmente sob protecção dos deuses. O espaço fora de muralhas, o para-além delas, seria o espaço onde o perigo e o insólito podiam suceder”. Adiante, o mesmo autor sublinha a dificuldade de separar espaços domésticos de espaços sagrados, admitindo que “o espaço residencial pudesse carecer de uma *encenação ad hoc* para a prática do ritual”.

Na verdade, a dicotomia no quotidiano entre o profano e o sagrado não seria, certamente, tão evidente como na actualidade: ambas as realidades estavam de tal forma entrosadas que seria impensável, agora, qualquer tentativa da nossa parte em delimitar ambos os campos; nem tal faria sentido.

Aliás, começam a conhecer-se povoados calcólicos, fortificados ou não, de forma cada vez mais insistente, tanto na Beira Baixa (Charneca de Fratel, Vila Velha de Ródão), como na Beira Alta, no Alto Douro e em Trás-

-os-Montes, denunciando a evolução económico-social *in situ* das respectivas comunidades regionais. Claro está que, nalguns casos, o extraordinário efeito cénico transmitido pelos locais onde aqueles se implantaram, faz com que seja admissível uma razão simbólica, sobreposta à mera explicação da estratégia defensiva, para a sua implantação: é o caso da Fraga da Pena, onde o investimento em estruturas defensivas foi muito reduzido, face à imponência da massa granítica de blocos naturais culminando o topo daquele alto isolado (VALERA, 2003). Também não seria dispiciendo o eventual efeito cromático produzido pelo contraste entre os calcários que constituem os paramentos de muralhados do recém-escavado e já antes mencionado povoado da Moita da Ladra, Vialonga, e o substrato basáltico. Haveria algum motivo especial para dar tão nítida preferência aos calcários, que tinham de ser transportados encosta acima, face aos blocos basálticos, abundantes no local? Ou, por outras palavras, teria o uso de calcários algum objectivo específico que justificasse tamanho dispêndio de energia, aparentemente sem um fim prático evidente? Esta questão, já atrás discutida, deverá ser ponderada face às evidências recolhidas no povoado da Penha Verde, implantado a meia encosta da serra de Sintra onde, não obstante os abundantes elementos de construção graníticos disponíveis no próprio local pertencentes ao substrato geológico, foram também preferidos os calcários. Só que, neste caso, trata-se, não de dispositivo defensivo mais ou menos monumental, mas de simples cabanas circulares (**Fig. 81**), cuja efectiva ocupação foi evidente. Neste último caso, a explicação para tão insólita preferência, ao nosso desprevenido olhar pode ter, simplesmente, uma explicação prática, residindo na regularidade dos elementos calcários, limitados por superfícies planas, sendo assim facilmente utilizados, ao contrário dos irregulares blocos graníticos, ainda que disponíveis no local em apreço.

Seja como for, assistiu-se, no centro interior e no norte de Portugal, ao longo do III milénio a.C., a uma intensificação de carácter sócio-económico, que conduziria à restrição progressiva do espaço habitado e, com ela, ao incremento da sua potencialidade defensiva (JORGE, 1990, p. 377)... era então esta a interpretação defendida pela autora citada, que corresponde, exactamente, à mesma evolução que entrevemos na Estremadura. No mesmo sentido se poderá considerar a afirmação seguinte a propósito da génese dos povoados fortificados calcolíticos da bacia do Alto Mondego (VALERA, 1994, p. 166): “Tratam-se de povoados fortificados localizados no Centro/Norte, em áreas bem no interior, obrigando à reformulação de algumas ideias tradicionalmente expostas sobre o problema dos sítios fortificados no Calcolítico. A sua interpretação como o resultado da inserção destas comunidades do interior num circuito transregional de ideias e concepções (com provável origem mediterrânica) deverá ser entendida num quadro de *mudança cultural* onde operam os fenómenos da evolução e da difusão, esta última aqui entendida como um processo cumulativo e não de substituição. A adopção do que vem de fora é vista como fazendo parte do constante processo adaptativo da comunidade, permitindo conceber a difusão como um processo de aculturação selectiva. A aceitação da influência (surja ela sob forma material ou de ideias) dependerá da sua utilidade e compatibilidade dentro da cultura receptora. A justificação para a ocorrência destas fortificações deverá, pois, ser investigada numa evolução local, procurando perceber as alterações que a sua incorporação terá provocado sobre as ideias, concepções e significados originais”.

Assim, a génese dos povoados fortificados calcolíticos da Estremadura, tal como os do Alentejo e Algarve, das Beiras, e de Trás-os Montes e Alto Douro – em suma, da globalidade das ocorrências conhecidas –

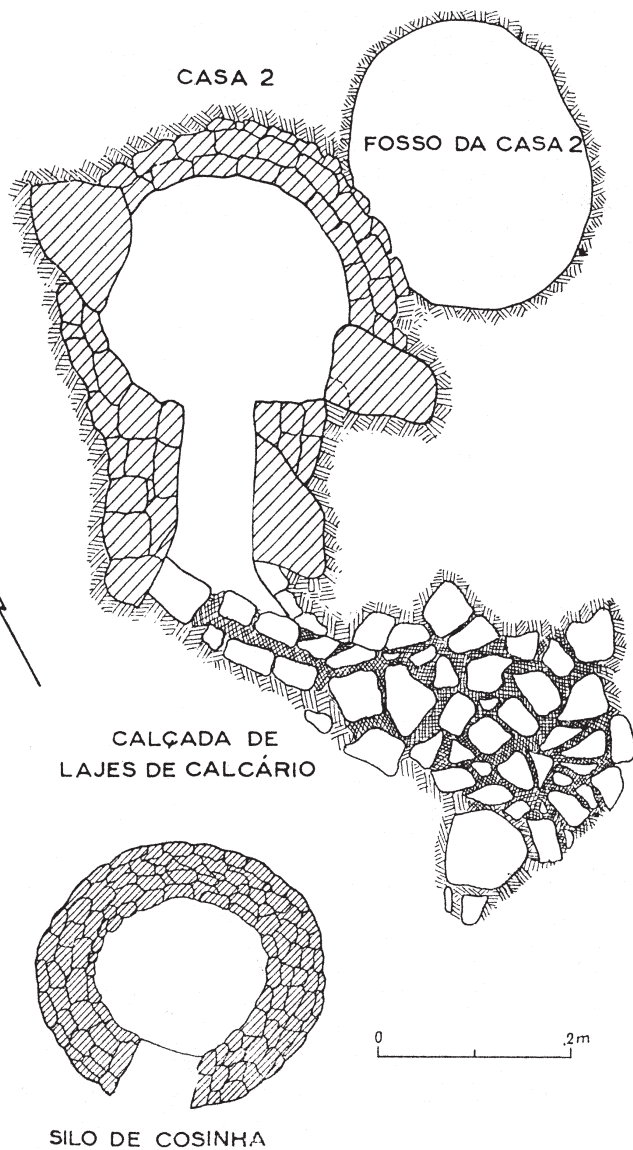


Fig. 81 – Estruturas habitacionais do povoado calcolítico fortificado da Penha Verde, Sintra. Em cima: Casa n.º 1. Em baixo: Casa n.º 2. Note-se a planta da Casa n.º 2, idêntica à dos monumentos de falsa cúpula, e a existência de um “silo de cozinha” com idêntico tipo de cobertura. Importa ainda registar o uso de elementos calcários, numa área granítica, como é a serra de Sintra. Seg. G. Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira.

resultaria da evolução interna do sistema agro-pastoril herdado do Neolítico Final: a exploração crescente de territórios, de forma cada vez mais organizada e eficiente, reforçada pela melhoria das tecnologias de produção, conduziu à ocupação e demarcação efectiva de territórios e às consequentes formas de tensão e de conflito inter-comunitárias, cada vez mais intensas. Os estímulos directos mediterrâneos, sem dúvida importantes, mas circunscritos ao Sudeste, teriam sido determinantes na introdução da metalurgia, do cobre numa fase de consolidação do sistema agro-pastoril, cuja progressão para regiões cada vez mais setentrionais, a partir da Andaluzia, parece comprovada pelas datações absolutas disponíveis. Prova disso é a tardia introdução daquela metalurgia no norte do País, e, mesmo assim, representada por número irrisório de peças, denunciando o seu carácter importado, a partir dos domínios meridionais. As populações, sediadas e repartidas por povoados-fortaleza, com o usufruto de determinadas parcelas do território, evidenciam um esboço de organização social crescentemente e hierarquizado, francamente aberto a estímulo externos, veiculados por intensas trocas comerciais de que dependia, em parte, o sucesso do grupo (bem ilustradas pela permuta de rochas duras para as tarefas do quotidiano por sílex, processo já anteriormente descrito).

O início do Calcolítico Pleno, foi situado em Leceia cerca de 2600 a.C., com base no estudo estatístico das datas de radiocarbono disponíveis (CARDOSO & SOARES, 1996). Ao nível do registo material, continua a ser a cerâmica decorada o elemento arqueográfico mais discriminante, como já o era da fase cultural anterior. Trata-se do conhecido motivo impresso ovalar, já bastas vezes mencionado ao longo desta obra, organizado aos pares (“folha de acácia”) ou formando quadrifólios (“crucífera”), totalmente desconhecidos, em Leceia, na Camada 3, correspondente ao Calcolítico Inicial, o qual foi aplicado a recipientes variados, desde as pequenas taças de paredes sub-verticais ou inclinadas, até aos grandes recipientes globulares, ditos “vasos de provisões”.

O testemunho oferecido por esta cerâmica é de reter. É notável a constância de motivos decorativos e de formas por ela evidenciadas, na região da Baixa Estremadura. Tal fenómeno terá, por certo, explicação social (ALARCÃO, 1992a), evocando intensos contactos comerciais e não comunidades fechadas e auto-suficientes, exactamente o contrário do verificado pelo mencionado autor (*op. cit.*, p. 55) em alguns castros da Idade do Ferro do Norte do País.

Por outro lado, se se aceitar a produção cerâmica como uma tarefa essencialmente feminina, a aludida constância poderá explicar-se por virilocalidade; ou seja, as mulheres tomariam a morada do marido, assegurando assim a difusão de tais cerâmicas, através de múltiplos casamentos, no interior da área cultural da Baixa Estremadura.

Os elementos fornecidos pelas escassas análises de pastas, são igualmente de reter. Embora as análises respeitem apenas às produções das cerâmicas caneladas, do Calcolítico Inicial (BLANCE, 1959), não é crível que as do Calcolítico Pleno evidenciem outras características, hipótese, aliás contrariada pela semelhança das pastas, em análise macroscópica, de um e outro dos grupos em causa. Desta forma, pode concluir-se que os elementos não plásticos obtidos na região de Sintra – onde se incluem fragmentos moídos de granito e de sienito, que só ocorrem naquela região – seriam objecto de transacção por toda a

vasta região estremenha, o que se justificaria pelas qualidades conferidas às pastas argilosas como desengordurantes. É isso que sugere a ocorrência de grãos de quartzo, de feldspato e de micas, intencionalmente adicionados às argilas disponíveis nas imediações de cada local, hipótese que, aliás está mais de acordo com o comprovado fabrico doméstico das cerâmicas, ao menos em cada povoado mais importante. Estudos recentes realizados sobre a mineralogia dos elementos não plásticos de cerâmicas campaniformes de Leceia, vieram evidenciar, uma vez mais, a presença de minerais que apontam a serra de Sintra como origem de tais elementos (CARDOSO, QUERRÉ & SALANOVA, e.p.). A evidência mais notável do fabrico doméstico da olaria é fornecida pelos restos do forno (**Fig. 82**) encontrado no interior do recinto interno de Vila Nova de S. Pedro (PAÇO, 1957). Trata-se de construção encostada a trecho do pano interno da muralha daquele recinto, de contorno semi-circular, do qual se conservava o embasamento e parte da abóbada. Perto, reconheceu-se uma profunda cavidade aberta nos calcários que constituem o substrato geológico local, totalmente preenchida por barros destinados ao fabrico de recipientes. Ao lado, ficava a cisterna, que fornecia a água indispensável às produções ali manufacturadas. Do lado externo da muralha, encontrou-se um depósito espesso e compacto, constituído por barros, carvões e cinzas: eram as varreduras oriundas do forno, limpo após cada operação de cozedura. A tipologia da única peça desenhada na referida publicação e que estaria em cozedura dentro do forno, reporta-se ao Calcolítico Inicial: com efeito, tanto a pequena forma globular como, sobretudo, a decoração reticulada que ostenta em torno da abertura, produzida por finas caneluras, é característica Calcolítico Inicial, talvez do seu momento final.

A valorização das formas e dos motivos decorativos como indicadores de influências culturais, ou tão somente de trocas transregionais encontra-se plenamente demonstrada. Além dos exemplos já referidos, entre a Estremadura e o Sudoeste, podem citar-se outros, que comprovam idêntico fenómeno na direcção Norte-Sul, e em ambos os sentidos. No sentido Norte-Sul, são de referir as cerâmicas calcolíticas decoradas “a pente”, para as quais mapa de distribuição já foi apresentado (VALERA, 1993, Fig. 8). Muito frequentes ao longo do curso português do Douro, tais cerâmicas, onde predominam os vasos esféricos, ocorrem mais a Sul, na bacia do Alto Mondego, atingindo, ainda com alguma expressão a Alta Estremadura (GONÇALVES, 1991, Fig. 7), sendo vestigiais na Baixa Estremadura (CARDOSO, 1995g). (**Fig. 83**). Os espólios cerâmicos calcolíticos dos povoados da região de Chaves – Vila Pouca de Aguiar mostram, por outro lado, numerosas influências da Estremadura, senão mesmo do Sudoeste, tanto a nível formal como decorativo. O exemplar mais frisante, recolhido no povoado de S. Lourenço, possui, até, a representação, oculada e radiada, da Deusa Calcolítica (JORGE, 1986, vol. 2, Est. CVI), tão insistentemente representada na Estremadura e no Sudeste, em variados suportes, desde placas de xisto até vasos cerâmicos, como o extraordinário e bem conhecido vaso da *tholos* do Monte do Outeiro, Aljustrel. Tais influências meridionais expressam-se também por outros indicadores, do Neolítico Final ou já do Calcolítico; atente-se no pequeno ídolo almeriense de azeviche, recolhido na anta de Corgas de Matança – Fornos de Algodres (CRUZ *et al.*, 1988/89, Est. IV, n.º 3), para além das célebres representações da mesma forma nas pinturas, a vermelho e a negro, patentes em esteio do dólmen de Pedralta, Viseu em que aquele se encontra também representado (CORRÊA, 1928). Importa salientar que esta figura é abundante, particularmente sob a forma recortada, em plaquetas de osso ou de xisto

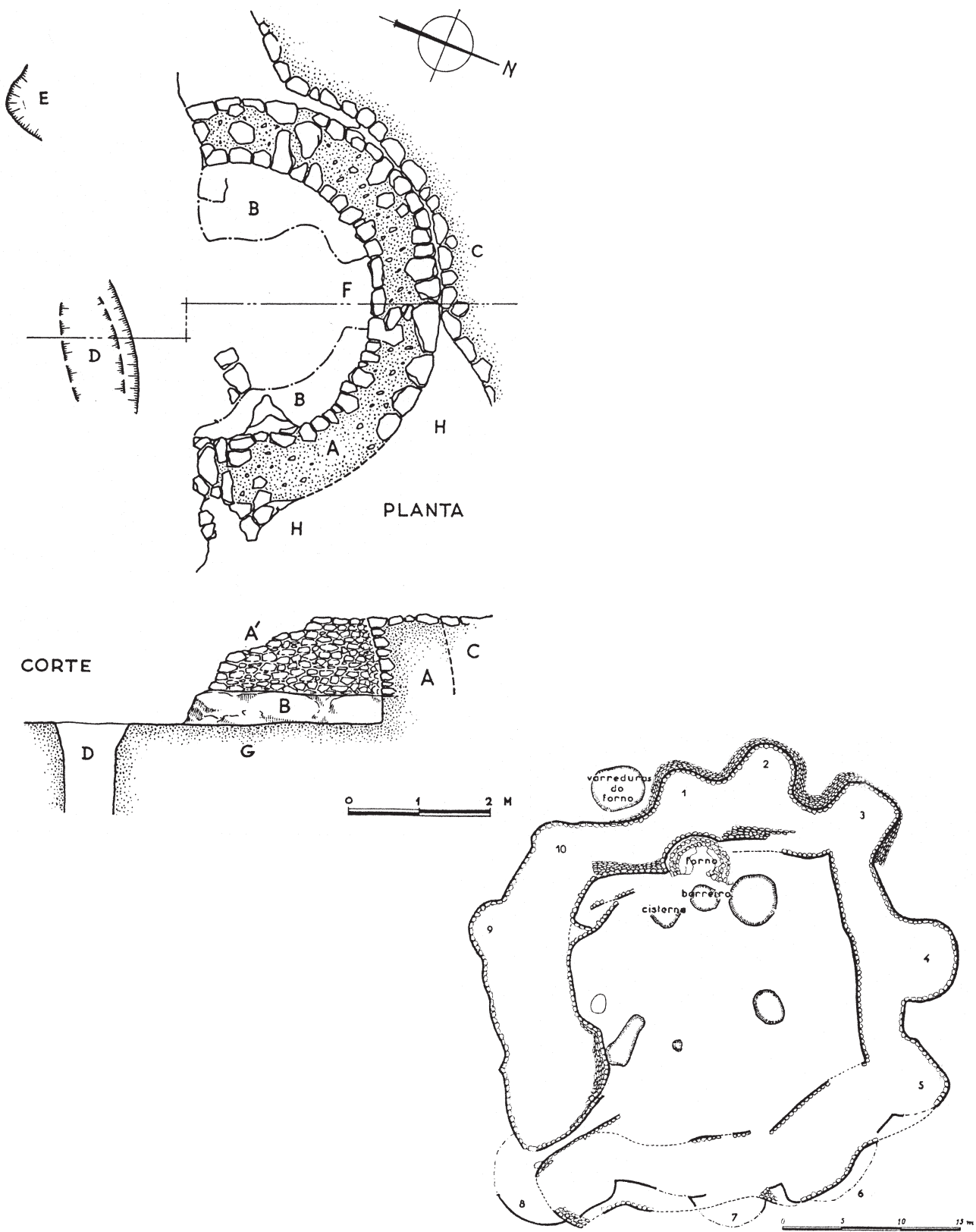


Fig. 82 – Forno de cerâmica encontrado no interior da fortificação central do povoado calcolítico de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja). À esquerda: planta e alçado da estrutura; à direita: localização do forno, da cisterna, do Barreiro e das varreduras, despejadas para o lado externo do recinto fortificado. Seg. A. do Paço.

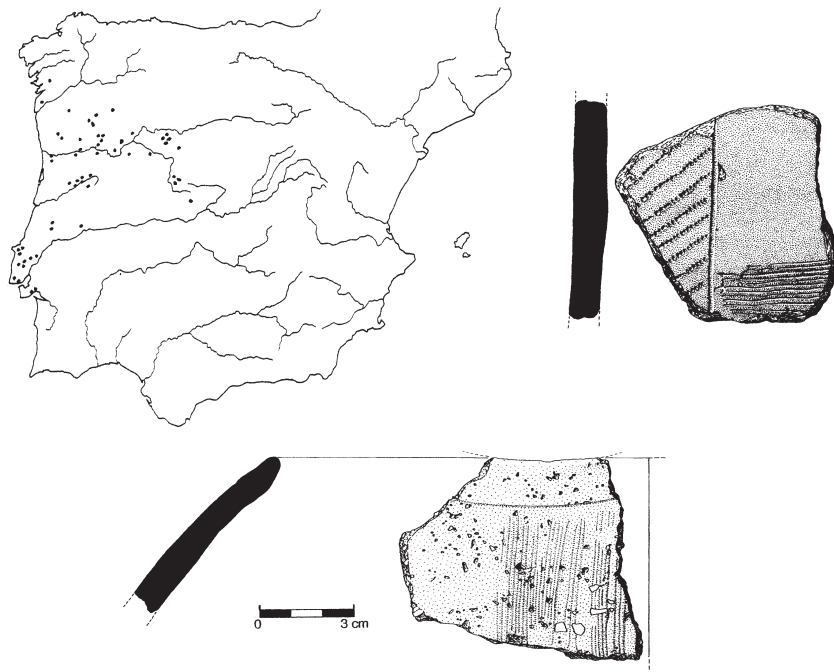


Fig. 83 – Distribuição geográfica peninsular das cerâmicas calcólicas decoradas a pente (seg. A. Valera) e exemplares da Baixa Estremadura, dos povoados de Leceia (em cima) e da Penha Verde (em baixo), seg. J. L. Cardoso.

(**Fig. 84**), em monumentos funerários da Estremadura e do Alto Alentejo, com evidentes afinidades andaluzas, aparecendo também em duas célebres placas de xisto na gruta sepulcral da Lapa do Bugio, Sesimbra (CARDOSO, 1992) (**Fig. 85**), cuja cronologia calcólica, pelo menos de uma delas parece ser indicada pela presença da bem conhecida representação facial da deusa-mãe, com olhos radiados, sobrancelhas, nariz e “tatuagens faciais”. Assim, a associação do ídolo almeriense, como entidade masculina (relacionado com o “jovem deus”, por Victor S. Gonçalves, da mitologia de algumas religiões antigas) com a da deusa mãe – afigurando-se num dos casos significativamente “aprisionado” no interior da própria placa, dentro de recorte antropomórfico nela existente – é sem dúvida elemento de relevante importância na discussão da estrutura religiosa destas populações, de evidentes afinidades mediterrâneas e orientais.

Em síntese, os fluxos culturais que percorreram a Estremadura no decurso do Calcólico seriam de origem predominantemente meridional embora se fizeram sentir outros, oriundos das áreas mais setentrionais do território português, por sua vez receptoras de estímulos de origem estremenha, sem esquecer os que eram oriundos do interior do território peninsular. Por outras palavras, todo o espaço geográfico em causa era percorrido por múltiplos fluxos, com origens muito diversas, que explicam a diversidade expressa pelo próprio registo arqueológico correspondente.

Do Calcolítico Pleno da Estremadura, são característicos os já por várias vezes mencionados vasos esféricos de armazenamento (“vasos de provisões”), providos, em torno da boca, de exuberante decoração em



Fig. 84 – Placas antropomórficas recortadas, de osso, do dólmen de Monte Abraão (Sintra) e do depósito funerário de Samarra (Sintra), representando o ídolo (masculino) almeriense. Comp. do exemplar da esquerda: 7,0 cm. Arquivo O. da Veiga Ferreira.

“folha de acácia” e em “crucífera”. A abundância destes recipientes (ditos “vasos de provisões”), é compatível com o aumento da produção agrícola, denunciando assim o sucesso de uma economia agro-pastoril ao longo de todo o III milénio a.C. na Estremadura. No instrumental lítico, merecem agora realce as numerosas lâminas ovóides de sílex, na larga maioria (senão totalidade) utilizadas como elementos de foices (**Fig. 86**), em proporção que em Leceia se afigura ser cerca de seis superior à verificada, no Calcolítico Inicial. Tal situação evidencia a inegável intensificação económica então verificada. Tais factos são expressivos da melhoria dos níveis de produção possibilitados pelo aperfeiçoamento das técnicas agrícolas, a par da introdução de novas actividades visando a exploração mais completa dos recursos, comprovada por artefactos quase ou mesmo desconhecidos no Calcolítico Inicial: trata-se dos já aludidos elementos de tear rectangulares e dos cinchos com paredes perfuradas, destinados à manufactura de derivados do leite (queijo, manteiga). A chamada “Revolução dos Produtos Secundários”, correspondendo à crescente diversificação e especialização das produções, mediante o recurso a novas técnicas e a fontes de energia animal cada vez melhor aproveitadas, estava, pois, em franca afirmação, na Baixa Estremadura, ainda no decurso do Calcolítico Pleno, em meados do III Milénio a.C., tal como acontecia, tanto no Nordeste, como no Sudoeste; para o Alto Algarve Oriental, dá-nos GONÇALVES (1991, p. 409) explícito testemunho. A presença de grãos de cereais e de macrorrestos

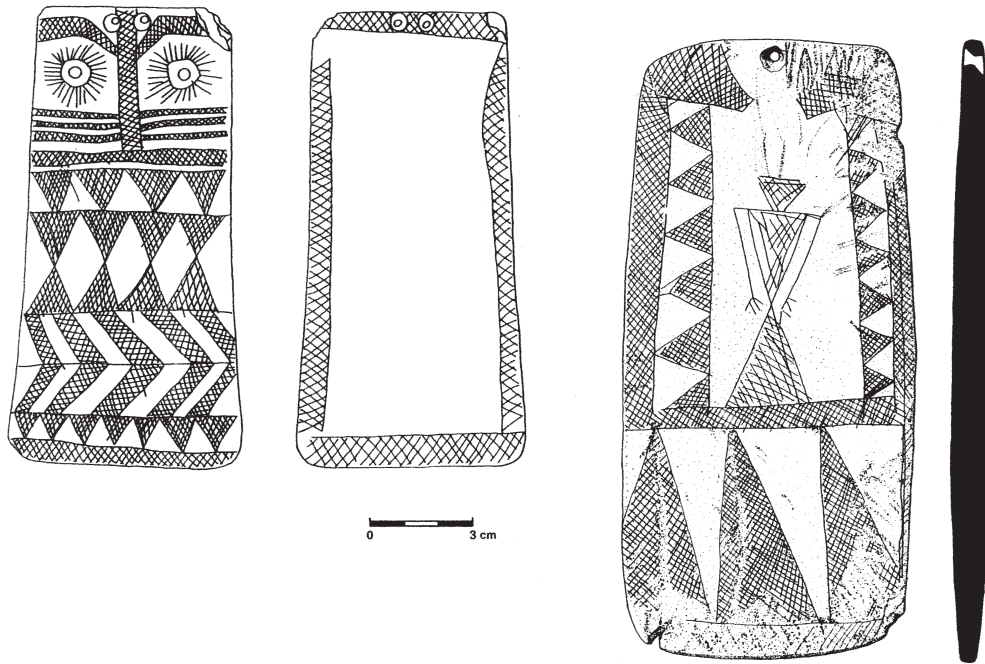


Fig. 85– Placas de xisto da necrópole em gruta natural da Lapa do Bugio, Sesimbra. À esquerda, exemplar com representação facial antropomórfica, conotada com a da deusa calcólica e um friso de quatro ídolos almerienses, na sua parte média. À direita, exemplar com cartela, de contorno antropomórfico, no interior da qual se encontra representado ídolo almeriense com representação dos braços e mãos. Seg. J. L. Cardoso.



Fig. 86– Laminas de talhe bifacial e contorno elipsoidal, do Calcólítico Inicial e Pleno do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras. Comp. do exemplar da esquerda: 6,8 cm. Seg. J. L. Cardoso.

incarbonizados de leguminosas, tanto em Vila Nova de S. Pedro (fava, trigo, cevada, linho) como da fava e trigo na Pedra do Ouro, ou de trigo na Rotura (PAÇO, 1954), atestam um policultivo Calcolítico completado pela criação de gado (bovinos, caprinos e ovinos e suínos).

Porém, apesar da introdução destas “novidades”, não se vislumbram, no restante espólio, ósseo ou lítico, alterações ou descontinuidades, comparativamente à fase cultural anterior. Os copos, no seu tamanho, acabamento e decoração clássicos, são substituídos, ainda que de forma rápida, por recipientes de forma análoga, mas de acabamento mais grosseiro e de maiores dimensões, agora decorados por motivos em “folha de acácia” e em “crucífera”. Não se confirma, pois, em Leceia, a hipótese de PARREIRA (1990), segundo a qual aos copos estaria reservado um tipo de funções diferenciadas face às restantes peças da baixela calcolítica, justificando assim a sua manutenção ao longo de todo o Calcolítico pré-campaniforme. Ao contrário, a forma clássica desaparece sem que se tenha perdido completamente a tradição do seu fabrico. Os “copos”, finos ou grosseiros, decorados por caneluras ou por outros quaisquer motivos, seriam, simplesmente, recipientes para beber, como o seu próprio nome indica. Não espanta, assim, encontrá-los residualmente ainda em contextos campaniformes, com decorações típicas destas cerâmicas (**Fig. 87**), as quais serão de seguida objecto de discussão e análise, no que à Estremadura diz respeito.

3.5 – A eclosão das cerâmicas campaniformes e o final do Calcolítico na Estremadura

Tradicionalmente, consideram-se, na Estremadura, três grupos de cerâmicas campaniformes, definidos tantos pelas formas predominantes dos respectivos recipientes, como pelas técnicas e motivos decorativos que ostentam; a tais grupos foi atribuído significado cronológico-cultural diferenciado: do mais antigo para o mais moderno, teríamos, segundo este modelo, sucessivamente, o Grupo Internacional, o Grupo de Palmela e o Grupo Inciso (SOARES & SILVA, 1974/1977) (**Fig. 88**).

Em Leceia, tal como em outros povoados estremenhos com ocupações importantes no Calcolítico Pleno, como é o caso de Vila Nova de São Pedro (**Fig. 89**), é o Grupo Internacional, representado pelas suas duas formas mais emblemáticas, ambas decoradas pela técnica a ponteadado – o vaso campaniforme “de tipo marítimo” e a çoila acampanada com decoração geométrica – que predominam, na área intramuros (CARDOSO, 1997//1998 c), conquanto representados por limitado número de exemplares (**Fig. 90**). Segundo a sequência proposta por J. Soares e C. Tavares da Silva, esta predominância é compatível com os sítios que conheceram importantes ocupações na época imediatamente anterior, representadas pelas já referidas cerâmicas do tipo “folha de acácia” e “crucífera”, do Calcolítico Pleno, citando, como exemplo, o povoado pré-histórico da Rotura. Em Leceia, nas escavações de 1990, 1993, 1995 e 1996, realizadas na área extramuros, reuniram-se, porém, novos e importantes elementos que permitiram reapreciar a questão da eclosão e desenvolvimento das cerâmicas campaniformes na região estremenha.

Com efeito, identificaram-se e exploraram-se duas estruturas habitacionais, (**Fig. 91**), de planta elipsoidal, definidas por alinhamentos de blocos, correspondentes à fixação de uma super-estrutura de materiais perecíveis, que não se conservaram. As suas dimensões máximas, segundo o eixo maior, atingem, respectivamente, os 5 e

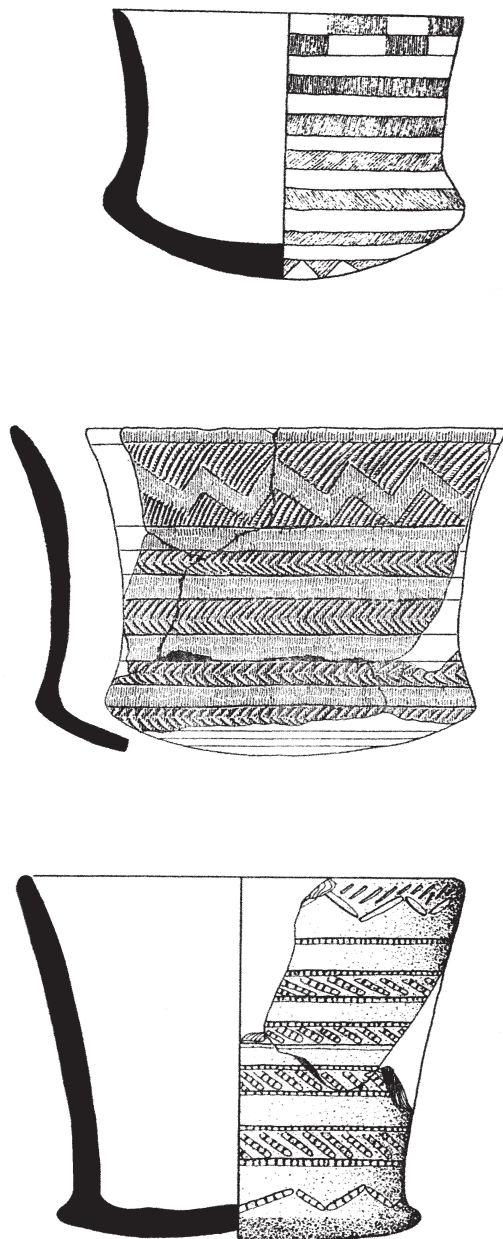


Fig. 87 – “Copos” campaniformes. Em cima, do dólmen de Montum, Melides (x0,40); ao centro, de gruta artificial indeterminada da Quinta do Anjo, Palmela (x ½); em baixo, da “Gruta Este”, gruta artificial da Quinta das Lapas, Torres Vedras (x 2/3). Seg. O. da Veiga Ferreira e col.: V. Leisner; e J. L. M. Gonçalves, respectivamente.

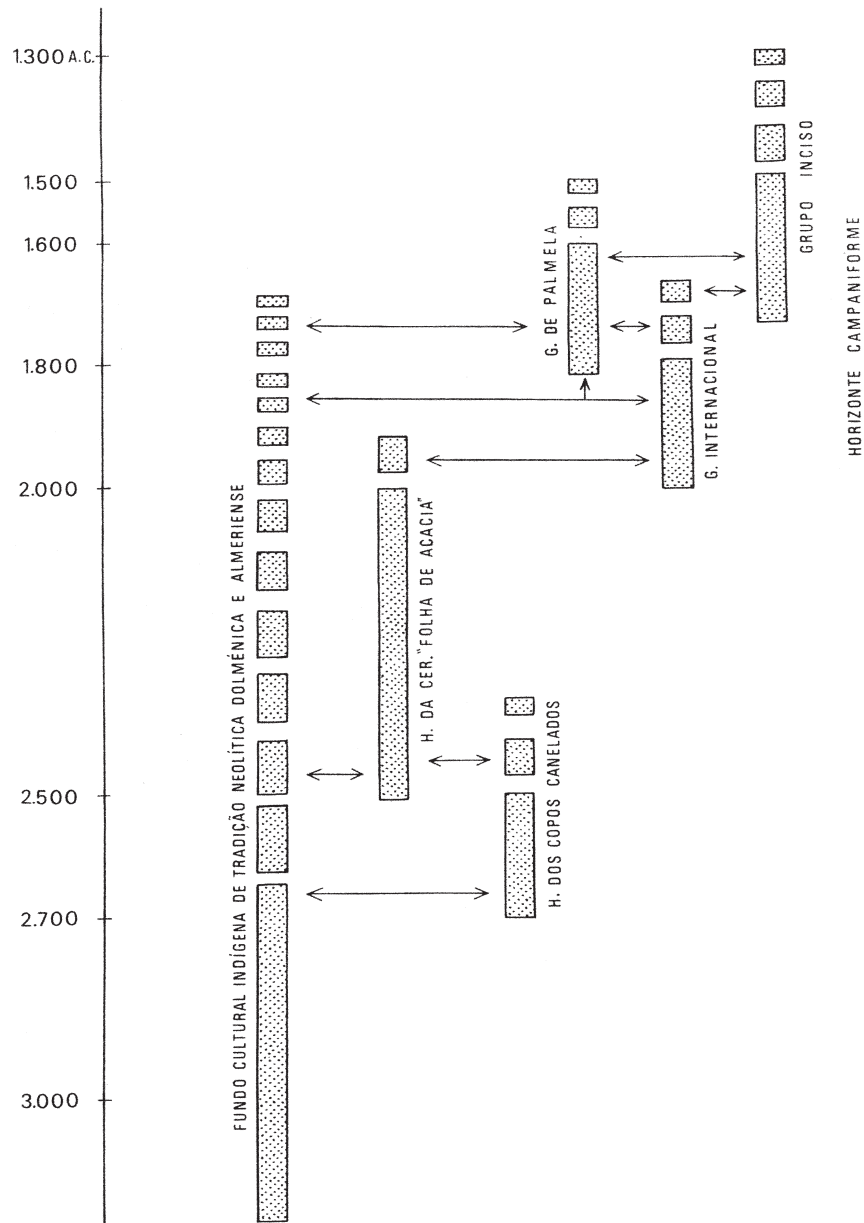


Fig. 88 – Horizontes e grupos do Calcolítico da Estremadura, seg. J. Soares e C. Tavares da Silva. Proposto em 1977, este quadro encontra-se globalmente operativo, exceptuando a cronologia absoluta indicada a qual, de facto, não ultrapassa na Estremadura cerca de 2300 a.C., correspondendo à última etapa do campaniforme, representada pelo Grupo Inciso.

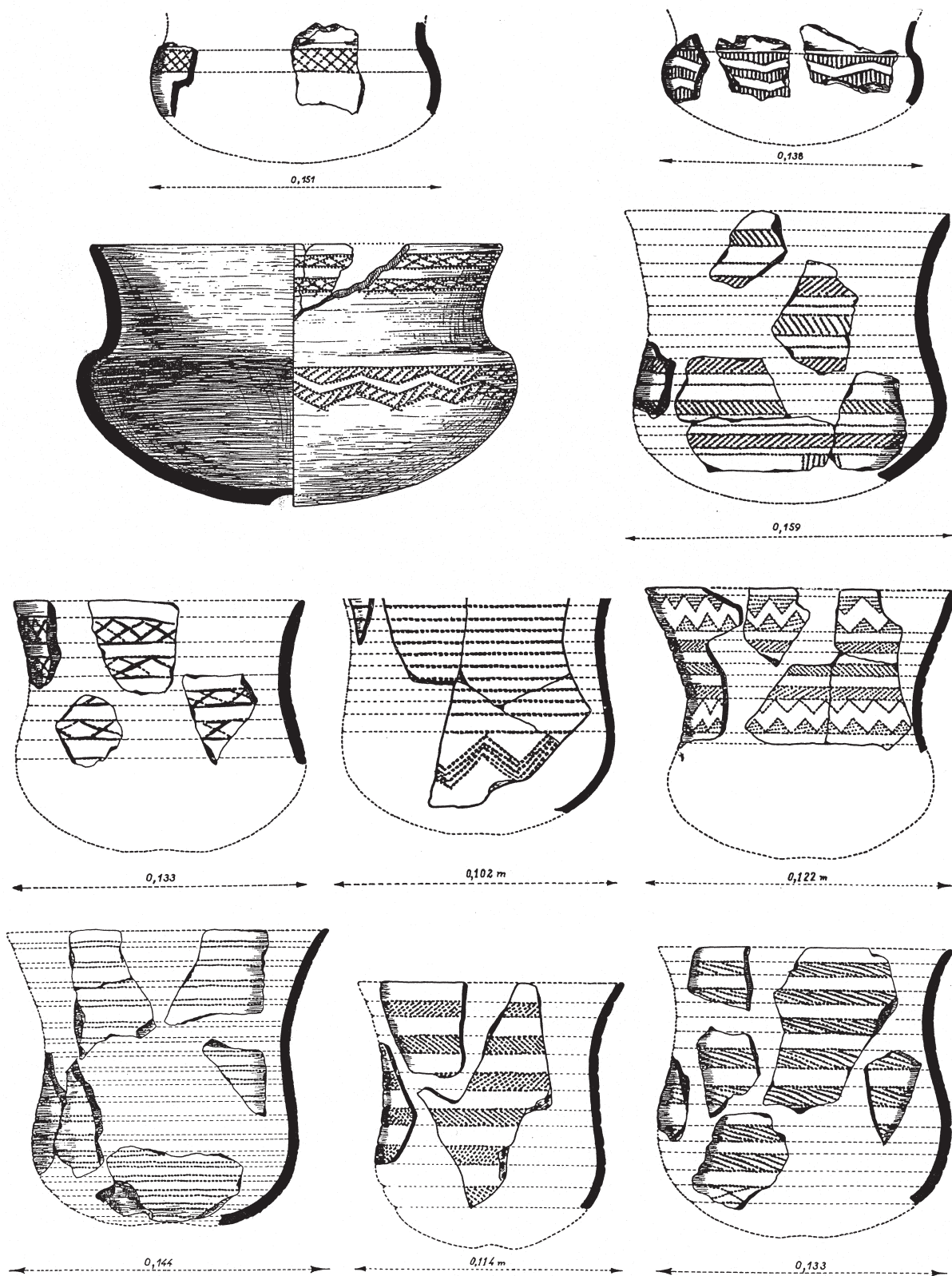


Fig. 89 – Povoado calcolítico de Vila Nova de S. Pedro, Azambuja. Vasos “marítimos” e caçoilas campaniformes, com decoração a ponteado e incisa (exemplar do canto superior direito). Seg. A. do Paço.

os 10 m. Trata-se das únicas casas de época campaniforme até ao presente identificadas e exploradas em território português. A maior destas unidades (Cabana FM), por certo de vida curta, atendendo às suas características, forneceu um conjunto de cerâmicas decoradas exclusivamente campaniformes, onde coexistiam vasos internacionais, taças de tipo Palmela e cerâmicas incisas diversas, características do terceiro e mais moderno dos Grupos campaniformes anteriormente referidos (**Fig. 92**). Tal conjunto ilustra, desta forma, a “baixela” corrente utilizada em uma unidade habitacional daquela época, pondo em causa, por um lado, a hipótese de se tratar de uma cerâmica de “prestígio” e, por outro, a ideia de os referidos grupos corresponderem a sucessão cronológica rígida, vistos fragmentos integráveis em qualquer deles ocorrerem de forma indiferenciada e em associação, coexistindo, pelo menos, num determinado intervalo de tempo. Tendo em atenção o atrás exposto, parece estar-se numa situação análoga àquela que o estudo do laboratório de radiocarbono do British Museum conduziu para as Ilhas Britânicas: coexistência dos diferentes estilos de decoração campaniformes, desprovidos “per se” de significado cronológico específico. Ao contrário, estrutura habitacional mais pequena (Cabana EN), forneceu um lote menos numeroso e mais coerente de cerâmicas campaniformes, onde as do Grupo Inciso são dominantes (**Fig. 93**), sugerindo cronologia mais moderna, a qual se encontra comprovada pelas datas de radiocarbono obtidas e adiante referidas.

Conjuntos idênticos a este, dominados pelas cerâmicas campaniformes decoradas pela técnica incisa, corporizariam, na região da Baixa Estremadura, onde ocorrem em raros contextos isolados como o do Monte do Castelo, Leceia (CARDOSO, NORTON & CARREIRA, 1996), os derradeiros momentos do Calcolítico (**Fig. 94**). Trata-se de colinas isoladas ou de simples manchas de ocupação de sítios planos ou de encosta, sem condições naturais de defesa, correspondendo à implantação de pequenas unidades agro-pastoris, do tipo “casal agrícola” e de raiz familiar, precursoras das que, mais tarde, no Bronze Final e na Idade do Ferro, viriam a multiplicar-se na mesma região (**Fig. 95**). Desta forma, a sequência tipológica para as cerâmicas campaniformes da Estremadura, proposta há mais de vinte e cinco anos, mantém-se, com as ressalvas enunciadas e, sobretudo, o ajustamento da cronologia absoluta então proposta aos resultados entretanto obtidos (CARDOSO & SOARES, 1990/1992).

No que concerne a Leceia, obtiveram-se duas datações de radiocarbono para cada uma das duas cabanas referidas. A maior, fundada directamente sobre a Camada 4, do Neolítico final, deu o resultado de 2825 - 2654 cal. a.C., para uma probabilidade de cerca de 95%; a menor, fundada em camada de derrube da fortificação, e portanto seguramente mais moderna do que o abandono desta, corresponde ao intervalo de 2629 - 2176 cal. a.C., igualmente para de 95% de probabilidade. Trata-se, pois, de resultados estatisticamente diferentes, visto não se observar qualquer sobreposição entre os dois intervalos de máxima probabilidade respectivos (Quadro 1).

No concernente ao nosso território, haverá que atender, também, a factores de ordem geográfica. O mesmo critério se aplica à interpretação da distribuição geográfica das taças Palmela, cuja máxima incidência se observa na área do Sado, estendendo-se ao baixo Tejo: para norte, diminui, a ponto de serem excepcionais na Alta Estremadura (CARDOSO, 2000d; CARDOSO, 2002). Os exemplares mais setentrionais conhecidos correspondem à taça da Gruta da Eira Pedrinha, Condeixa, decorada a ponteados (CORRÊA & TEIXEIRA, 1949, Est. V), dois fragmentos do Crasto, povoado dos arredores da Figueira da Foz, associados a uma ponta

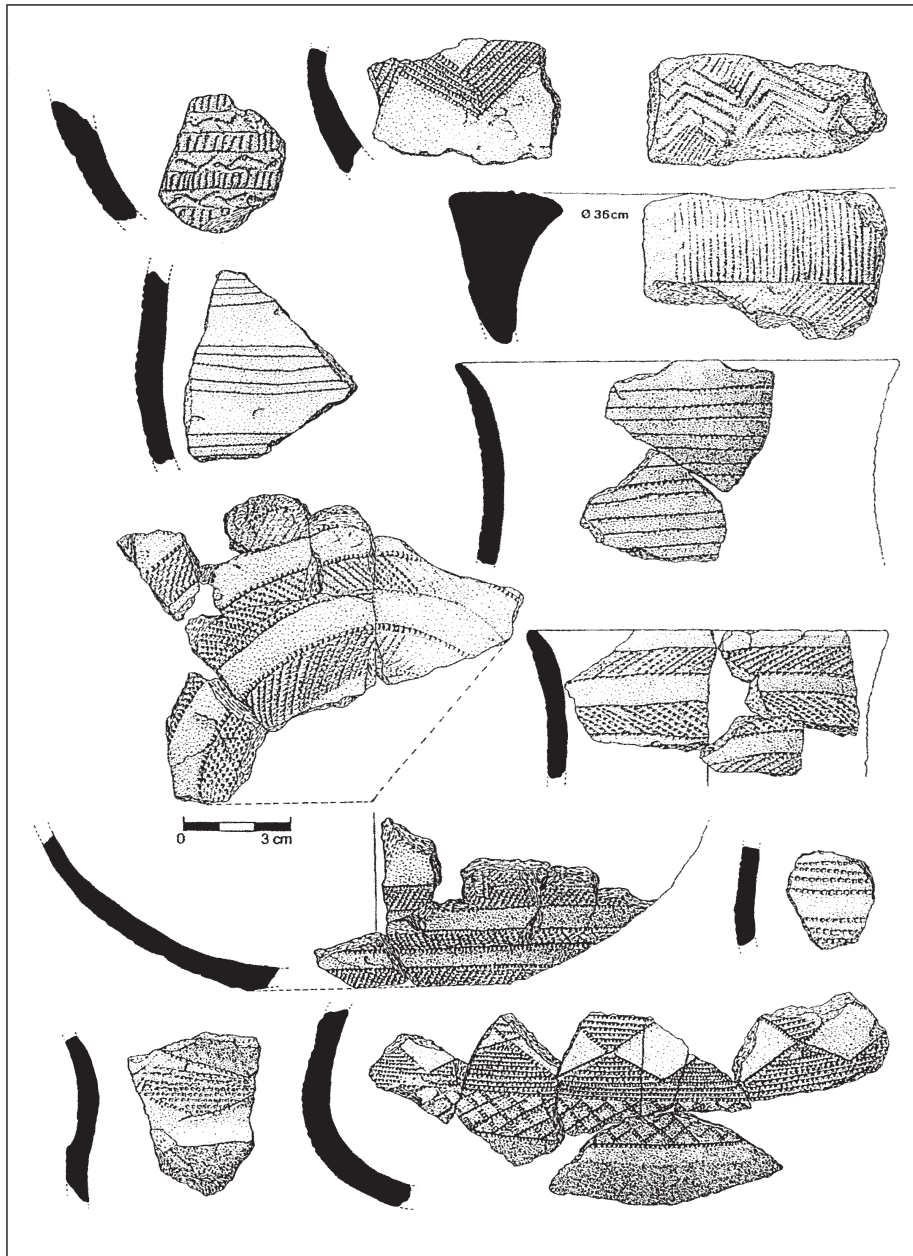


Fig. 90 – Materiais campaniformes recolhidos no espaço intramuros do povoado de Leceia, Oeiras (ver **Fig. 91**). Registe-se a predominância de decorações geométricas a pontilhado sobre as incisas e a presença de vasos campaniformes “marítimos” clássicos, acompanhados por caçoilas de perfil suave e de “ombro”. Seg. J. L. Cardoso.

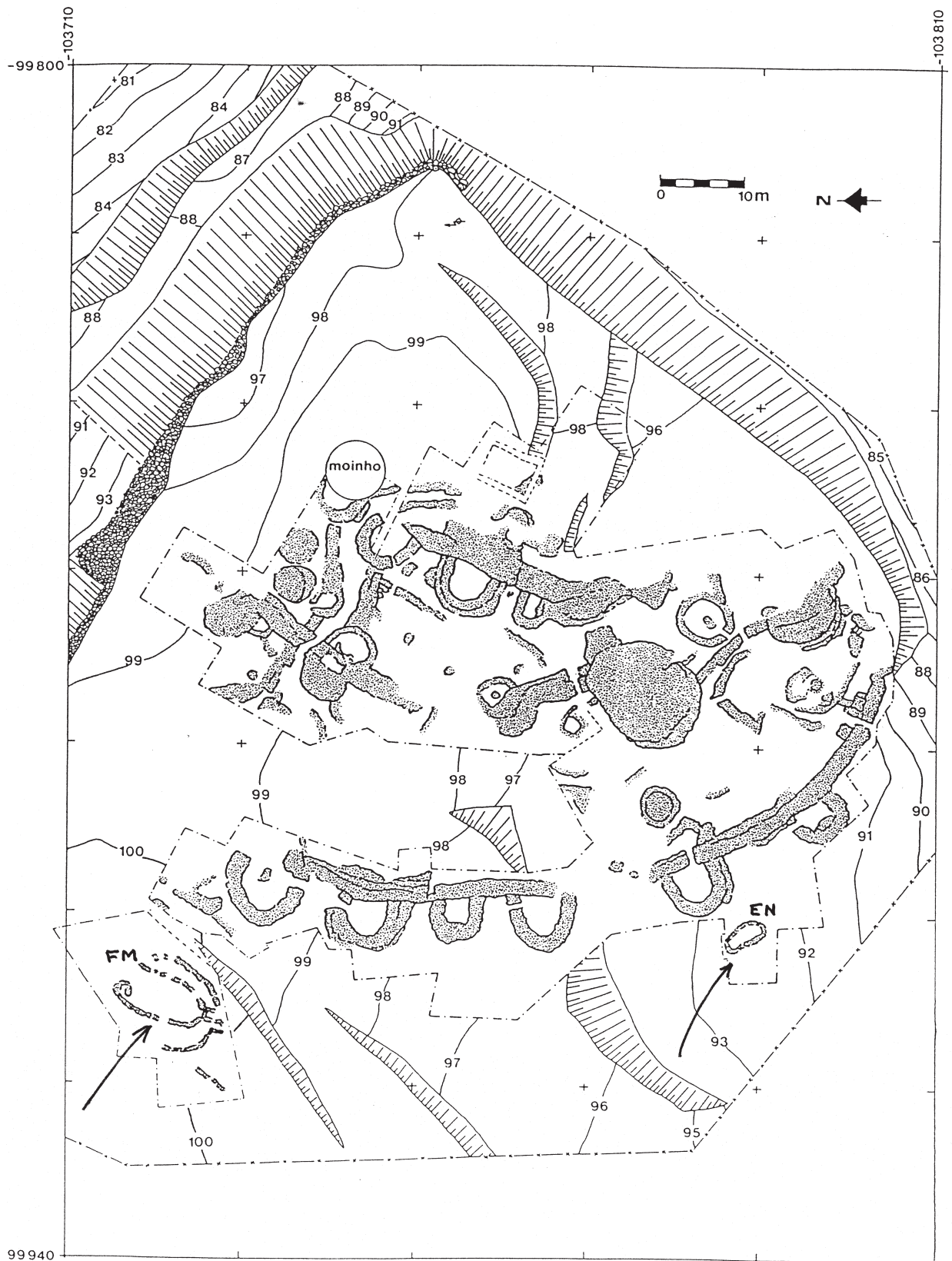


Fig. 91 – Povoado pré-histórico fortificado de Leceia, Oeiras. Planta simplificada do dispositivo defensivo, com indicação das duas cabanas campaniformes (EN e FM), escavadas na área extramuros. Seg. J. L. Cardoso.

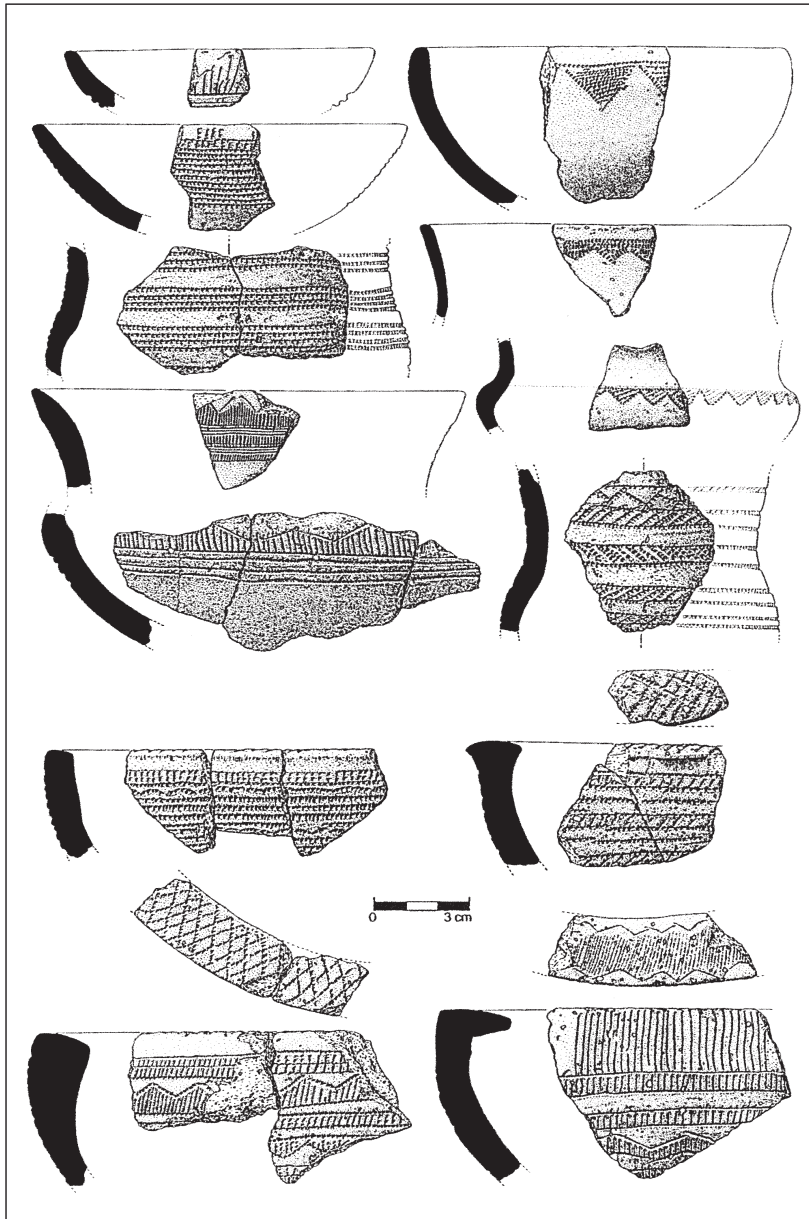


Fig. 92 – Materiais campaniformes recolhidos na Cabana FM, implantada na área extramuros do povoado de Leceia, Oeiras (ver **Fig. 91**). Note-se a presença simultânea de decorações executadas a ponteadado e incisas, bem como a ocorrência de vasos campaniformes “marítimos”, através de dois dos seus padrões decorativos usuais, o linear e o de bandas preenchidas interiormente. Seg. J. L. Cardoso.

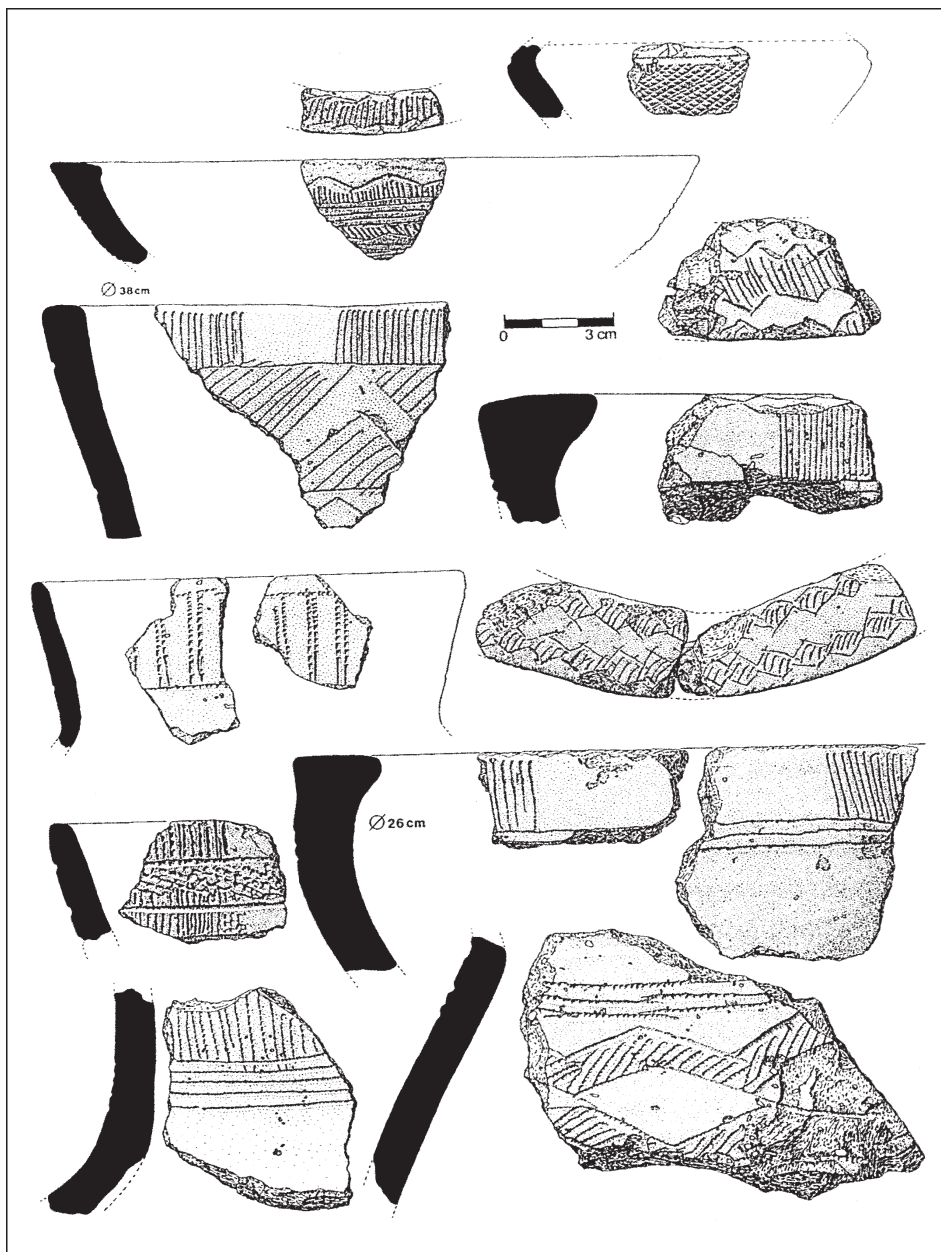


Fig. 93 – Materiais campaniformes recolhidos na Cabana EN, implantada na área extramuros do povoado de Leceia, Oeiras (ver **Fig. 91**). Note-se o predomínio das cerâmicas incisadas sobre as decoradas a ponteados e a ausência de vasos campaniformes “marítimos”. Seg. J. L. Cardoso.

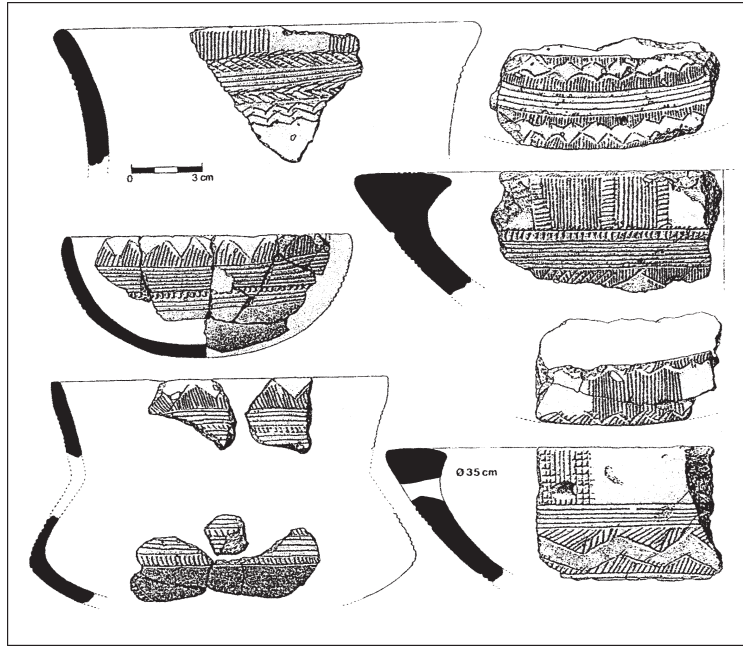


Fig. 94 – Materiais campaniformes do pequeno núcleo habitado do Monte do Castelo, Oeiras. Note-se a exclusividade das cerâmicas incisadas. Seg. J. L. Cardoso.



Fig. 95 – Implantação do sítio campaniforme do Monte do Castelo, Oeiras, em encosta suave, voltada a Sul. Foto J. L. Cardoso.

Palmela ROCHA, 1971, p. 146) e, ainda mais a Norte, os provenientes da Mamoa 1 de Chã do Carvalho, Baião, já no Douro Litoral, correspondentes a uma taça com decoração incisa associada a um vaso “marítimo” a ponteadado, a outro com decoração geométrica, também a ponteadado e a um terceiro, inciso (CRUZ, 1992, Est. XIII, XIV).

Por outro lado – e não será demais sublinhá-lo – as datas mais antigas para as cerâmicas campaniformes da Estremadura fazem recuar a sua origem para, pelo menos, o início do Calcolítico Pleno, ainda na primeira metade do III milénio a.C., época em que, no interior da fortificação de Leceia, tais cerâmicas apenas eram esporadicamente usadas, a par das formas “indígenas” decoradas.

Na verdade, a interpretação do “fenómeno campaniforme” tem sido objecto de acesa discussão, a nível internacional, não se tendo até hoje chegado a conclusões unanimemente aceites. Desde a existência de um “Beaker Folk” das teorias difusionistas, com invasões e movimentos de “refluxo”, até uma evolução local, sem estímulos externos, passando pela atribuição da utilização restrita desta sofisticada cerâmica a um grupo social dominante ou pela sua correspondência, simplesmente, a peças ditas de “prestígio”, várias têm sido as interpretações apresentadas da evidência arqueológica, não raras vezes de forma contraditória.

Os dados de observação recolhidos em Leceia permitem, como se julga, contribuir significativamente e com novos elementos para a discussão desta questão. Por volta de 2600 anos a.C., época correspondente ao início do Calcolítico Pleno, a fortificação de Leceia encontrava-se em processo de franco declínio, o qual era acompanhado da contracção do espaço habitado. Dessa fase cultural participavam cerâmicas de produção e origem local, com decoração em “folha de acácia” e em “crucífera”, surgindo, na sua etapa final, as cerâmicas campaniformes, que só ocorrem na parte superior da correspondente camada, como se verifica pelo registo estratigráfico respectivo. A evolução da ocupação do espaço intramuros no decurso do Calcolítico Pleno pode ser comparada à verificada no espaço situado no exterior da fortificação, onde se identificaram as duas estruturas habitacionais já antes referidas, nas quais as cerâmicas campaniformes são exclusivas no conjunto do espólio cerâmico decorado. Deste modo, embora a contemporaneidade entre as presenças identificadas no interior e no exterior da fortificação seja atestada pelas datas de radiocarbono disponíveis para os dois sectores em causa, o registo arqueológico é significativamente diverso, visto no interior da fortificação se continuarem a fabricar olarias com a clássica decoração em “folha de acácia” e “crucífera”, ausentes das duas unidades habitacionais campaniformes, por seu turno de cronologias diferentes.

Qual o significado cultural de tais diferenças do registo material, observada em *loci* tão próximos e, tanto quanto indicam os resultados das datas de radiocarbono, globalmente contemporâneos? Será lícito fazer corresponder as cerâmicas campaniformes presentes de forma exclusiva nas duas cabanas da zona extramuros – nomeadamente das mais antigas, correspondentes às encontradas na cabana FM – à efectiva instalação de novos grupos populacionais – não necessariamente numerosos – rapidamente mesclados com os habitantes anteriormente sediados na região? Com efeito, com a eclosão das cerâmicas campaniformes, ainda na primeira metade do III milénio a.C. na área estremenha, evidencia-se, pela segunda vez, fenómeno de difusão, por via marítima, na fachada ocidental atlântica da Europa, com dois focos principais, um situado na Bretanha e outro na Baixa Estremadura (estuários do Tejo e do Sado), sem ser possível, contudo, optar pela maior antiguidade

de qualquer deles. É o que indica a ocorrência, em ambas as regiões, de recipientes idênticos (SALANOVA, 2000), respeitando exactamente os mesmos cânones: são os vasos expressivamente designados por “marítimos”, com decorações pontilhadas do tipo AOO (“All Over Ornamented”), nas duas variantes mais comuns: a herringbone (tradução literal, “em espinha de arenque”) e a linear (**Fig. 96**). Por outro lado, a presença, na Estremadura portuguesa, formas abertas, como as taças Palmela, evoca ligações culturais ao sul peninsular, constituindo região onde se misturariam influxos mediterrâneos e atlânticos, fenómeno que passou, a partir desta época, a ser recorrentemente observado neste domínio geográfico, com particular incidência no Bronze Final, como adiante se verá.

Em abono do que se acabou de referir, é a presença de vasos “marítimos” clássicos, de excelente manufactura, como o recolhido na gruta artificial II da necrópole de Alaparaia, Cascais (**Fig. 97**), a par com formas abertas, por vezes invulgares, apenas com paralelos na bacia do Guadalquivir (El Acebuchal), como é o caso das taças com suporte, de que se conhecem dois exemplares na vizinha gruta artificial I de São Pedro do Estoril, Cascais (**Fig. 98**). Por outro lado, a excelente manufactura do vaso “marítimo” acima referido, contrasta com produções da mesma região de muito menor qualidade, tanto na pasta como nos acabamentos e técnica decorativa (**Fig. 99**), o que leva a admitir a existência de verdadeiras importações, rapidamente copiadas localmente, sem, contudo, com tal admissão se pretender situar a origem das cerâmicas campaniformes em qualquer local específico, pretensão que se afigura espúria, no estado actual dos nossos conhecimentos.

Em conclusão: aceitando-se que diferentes culturas materiais espelhem realidades culturais distintas, configura-se, em Leceia, a coexistência de duas comunidades cultural e socialmente diferentes, uma ocupando o interior da fortificação, outra estabelecida circunstancialmente no exterior dela. Assim sendo, da convivência que mantiveram entre si, teriam resultado influências mútuas. Tal coexistência, repita-se, encontra-se plenamente comprovada estratigraficamente em diversos povoados, além do de Leceia (Moita da Ladra, Penha Verde, Rotura, Zambujal, etc.). O Grupo de Palmela é, justamente, considerado como resultante da mútua influência e interpenetração de ambas as tradições, as “indígenas” e as exógenas, no campo das produções cerâmicas, a que acresce a evidente incidência geográfica das produções deste tipo de recipientes, já antes sublinhada.

Uma tão recuada época para a presença campaniforme na Estremadura, com início ainda na primeira metade do III milénio a.C., tem paralelos noutras estações do nosso território e além-fronteiras (**Quadro 1**). Por outro lado, o final do período campaniforme é, na Estremadura, anterior ao último quartel do III Milénio a. C. Esta conclusão encontra-se corroborada pela data de radiocarbono obtida no povoado do Bronze Pleno de Catujal, a qual, para um intervalo de probabilidade de 95 %, corresponde ao intervalo de 2028 - 1752 cal. a.C. (CARDOSO, 1994), época em que as produções cerâmicas campaniformes já não faziam parte do espólio recolhido.

Nestes derradeiros momentos calcolíticos, que também se poderiam designar como do Bronze Inicial, assiste-se à ocupação ou reocupação de sítios, por via de regra desprovidos de condições naturais de defesa, como é o caso do já referido Monte do Castelo, Leceia, Oeiras e de muitos mais da região, tanto de encosta, como de planície ocupado, zonas planas, como os estudados na região de Sintra (CARDOSO & CARREIRA,

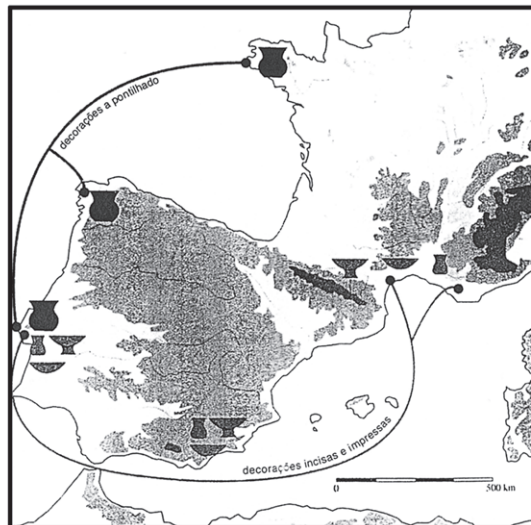


Fig. 96 – As duas correntes de difusão dos vasos campaniformes entre Portugal e França: a negro, a corrente atlântica, representada por vasos marítimos com decoração a ponteados; a cinzento, a corrente mediterrânea, representada por formas sobretudo abertas e decorações incisadas ou impressadas. Seg. L. Salanova.



Fig. 97 – Vaso campaniforme “marítimo” com decoração clássica de bandas, a ponteados, da Gruta artificial II de Alapraia, Cascais. O excelente acabamento sugere tratar-se de uma importação, rapidamente copiada localmente. Arquivo O. da Veiga Ferreira. Diâmetro da abertura: 13,0 cm.



Fig. 98— Grande taça com pé, ostentando decoração a ponteado, da gruta artificial I de São Pedro do Estoril, Cascais. Diâmetro máximo: 32 cm. Arquivo O. da Veiga Ferreira.



Fig. 99— Vaso campaniforme “marítimo”, decorado a ponteado, da gruta artificial n° 1 de S. Pedro do Estoril, Cascais. Seg. J. L. Cardoso. Diâmetro da abertura: 12,2 cm. Contrasta, pelo mau fabrico com o exemplar da Fig. 97.

1996); na região de Cascais, avulta o sítio de Freiria, implantado em encosta suave, posteriormente recuperado na Idade do Ferro e no Período Romano (escavações de Guilherme Cardoso e de José d'Encarnação). Na margem sul do Tejo, assinala-se o pequeno sítio dos Capuchos, Almada, implantado no topo da arriba fóssil da Costa da Caparica (BÜBNER, 1976). No entanto, continuam a ocupar-se os altos mais ou menos isolados, a par de pequenas elevações da região, como o Alto do Montijo, Sintra e o bem conhecido povoado de Montes Claros, Lisboa (CARDOSO & CARREIRA, 1995), infelizmente jamais explorado como merecia.

Em um deles, foi identificado isoladamente conjunto reportável ao Grupo Palmela, do qual já não fazia parte os vasos “marítimos” (**Fig. 100**) (SOARES & SILVA, 1974/1977): trata-se do pequeno povoado de Malhadas, Palmela, situado no topo de uma colina pertencente ao conjunto de relevos miocénicos da “Pré-Arrábida”.

A densidade destes pequenos sítios domésticos, concentrados na Baixa Estremadura, diminui drasticamente para norte, facto que não pode ser unicamente explicado pelo menor conhecimento do terreno.

Um desses raros sítios – descoberto na sequência das explorações de estações do Paleolítico Superior da região de Rio Maior efectuadas por Manuel Heleno – é o de Vale Comprido (CARREIRA, 1995). Embora situado já fora da área estremenha, justifica-se a sua referência, no âmbito deste estudo, já que corresponde claramente à extensão, do ponto de vista arqueológico, do panorama evidenciado pelos seus congéneres da região de Palmela – Lisboa – Sintra.

Com efeito, tal como nestes, a presença do vaso campaniforme do “tipo marítimo” é excepcional e, mesmo assim, com decorações produzidas pela técnica incisa, que é largamente predominante (33 exemplares incisos, contra apenas 13 a ponteados e 2 com técnica mista). No conjunto das formas decoradas, predominam as grandes caçoilas e as taças Palmela, tal como na maioria dos sítios da região a norte do Tejo; enfim, no que concerne aos motivos decorativos, merece destaque a presença de frisos pseudo-excisos, cuja origem mesetenha parece evidente, com paralelos em outros conjuntos portugueses da Baixa Estremadura, sempre em pequenas quantidades. No conjunto, trata-se de uma ocupação de curta duração, de uma área aberta e aplanada, e de época tardia, no quadro das manifestações campaniformes conhecidas na aludida área geográfica.

Noutros casos, com sequências estratigráficas mais longas, como o povoado da Rotura, implantado no topo de elevação calcária, identificou-se momento em que – não será demais recordá-lo – ambas as tradições cerâmicas (indígenas e campaniformes), coexistiam estratigraficamente (FERREIRA & SILVA, 1970; GONÇALVES, 1971), pelo que, até pelo critério estratigráfico, é lícito admitir o surgimento das últimas – no caso dominado pelas decorações a ponteados do Grupo Internacional – ainda no decurso do Calcolítico Pleno. Também no Zambujal, foi indicada uma derradeira fase de construção coeva das cerâmicas campaniformes.

No contexto referido, a eclosão das cerâmicas campaniformes poderá, tão-somente, ser entendida como simples moda, rapidamente copiando os artesãos locais protótipos importados – sem que seja importante discutir agora os mecanismos da difusão. As análises feitas às pastas dos fragmentos de Porto Torrão, Ferreira do Alentejo (ARNAUD, 1993), sugerem fabricos locais, aliás já indicados por SAVORY (1970) em Vila Nova de S. Pedro, que teriam resultado da imitação dos escassos exemplares verdadeiramente importados. Como o vaso campaniforme da Gruta II de Alapraia atrás mencionado.

QUADRO 1 – Datas de radiocarbono relacionadas com contextos campaniformes da Estremadura e do sudoeste de Portugal, seg. J. L. Cardoso & A. M. Monge Soares.

Ref. do Laboratório	Tipo de amostra	Contexto arqueológico	Data convencional de 14C (anos BP)	Data calibrada* Métodos de distribuição de probabilidades	
				1 σ (cal BC)	2 σ (cal BC)
Penha Verde					
W-656	Carvão	Casa 2	3420±200	<u>1968-1501</u> ; 1480-1458	<u>2282-1258</u> ; 1234-1224
ICEN-1275	Ossos	Indeterminado	4000±50	<u>2573-2513</u> ; 2508-2461	2844-2827; <u>2620-2394</u> ; 2384-2341
Leccia					
Sac-1317	Ossos	Estrutura FM	4220±50	2890-2862; <u>2812-2740</u> ; 2727-2696	2913-2849; <u>2825-2654</u> ; 2645-2621
ICEN-1241	Ossos	Casa EN	3950±90	2570-2516; <u>2506-2302</u>	2857-2818; 2666-2631; 2629-2176; 2167-2112
Zambujal					
GrN-7009	Carvão	Fase 2a	4200±40	2882-2862; <u>2812-2740</u> ; 2727-2696	2890-2850; <u>2825-2654</u> ; 2645-2621
GrN-6671	Carvão	Fase 2a	4170±55	2875-2854; 2821-2795; <u>2783-2661</u> ; 2637-2626	2884-2609; 2607-2590
GrN-7008	Ossos	Fase 2a-3c	3980±35	2560-2527; <u>2499-2458</u>	<u>2577-2400</u> ; 2373-2361
GrN-7002	Carvão	Fase 3a	4050±40	<u>2612-2552</u> ; 2545-2492	2855-2820; 2663-2635; <u>2627-2464</u>
GrN-7003	Carvão	Fase 3b	4055±40	<u>2615-2552</u> ; 2545-2492	2856-2818; 2665-2631; <u>2629-2466</u>
GrN-7004	Carvão	Fase 3b	3955±35	2561-2526; <u>2499-2464</u>	<u>2586-2452</u> ; 2422-2405
GrN-7005	Carvão	Fase 3c	4055±40	<u>2615-2552</u> ; 2545-2492	2856-2818; 2665-2631; <u>2629-2466</u>
GrN-6670	Carvão	Fase 3c/4a	4150±105	2876-2793; <u>2786-2610</u> ; 2599-2590	<u>2925-2455</u>
GrN-6669	Carvão	Fase 4b	4025±95	2858-2817; 2692-2679; 2667-2451; 2429-2403	2874-2797; <u>2781-2288</u>
GrN-7007C	Carvão	Fase 4b	3950±65	2559-2529; 2497-2392; 2387-2336	2610-2597; <u>2590-2273</u> ; <u>2254-2205</u>
GrN-6668	Carvão	Fase 4c	3625±65	2113-2088; <u>2039-1887</u>	2176-2167; 2112-1860; <u>1816-1773</u>
Porto Torrão					
ICEN-60	Ossos**	Estrato 1	4200±70		
ICEN-61	Ossos**	(campaniforme)	4230±60		
ICEN-60/61***			4220±45	2889-2863; <u>2810-2740</u> ; 2725-2698	2912-2852; <u>2823-2658</u> ; 2640-2621
Verdelha dos Ruivos					
GrN-10971	Ossos	Sepultura 2	3960±40	2557-2531; <u>2496-2450</u> ; 2442-2401; 2372-2365	2571-2515; <u>2507-2330</u>
GrN-10972	Ossos	Sepultura 3	4100±60	2862-2812; 2740-2727; <u>2696-2568</u> ; 2518-2504	2873-2798; 2779-2711; <u>2709-2488</u>
GrN-10973	Ossos	Sepultura 4	4000±35	<u>2562-2525</u> ; 2500-2466	<u>2588-2454</u> ; 2415-2407
ICEN-1242	Ossos	Indeterminado	3940±45	<u>2481-2394</u> ; 2383-2342	2564-2523; <u>2501-2287</u>
Hípoceus de Palmela					
GrN-10744	Fémur humano	Vaso "marítimo"(?)	4040±70	2850-2825; 2622-2463; <u>2622-2463</u>	2870-2803; 2773-2717; <u>2705-2399</u> ; 2376-2355
OxA-5508	Alfinete de osso de cabeça postica	Gruta 3	4050±60	2843-2827; 2652-2647; <u>2620-2469</u>	2868-2805; 2771-2719; <u>2703-2455</u> ; 2412-2409

* Calibração segundo o programa CALIB Rev. 3.0.3 de STUIVER e REIMER (1993). Os intervalos sublinhados correspondem a uma maior probabilidade.

** A mesma amostra.

*** Média ponderada.

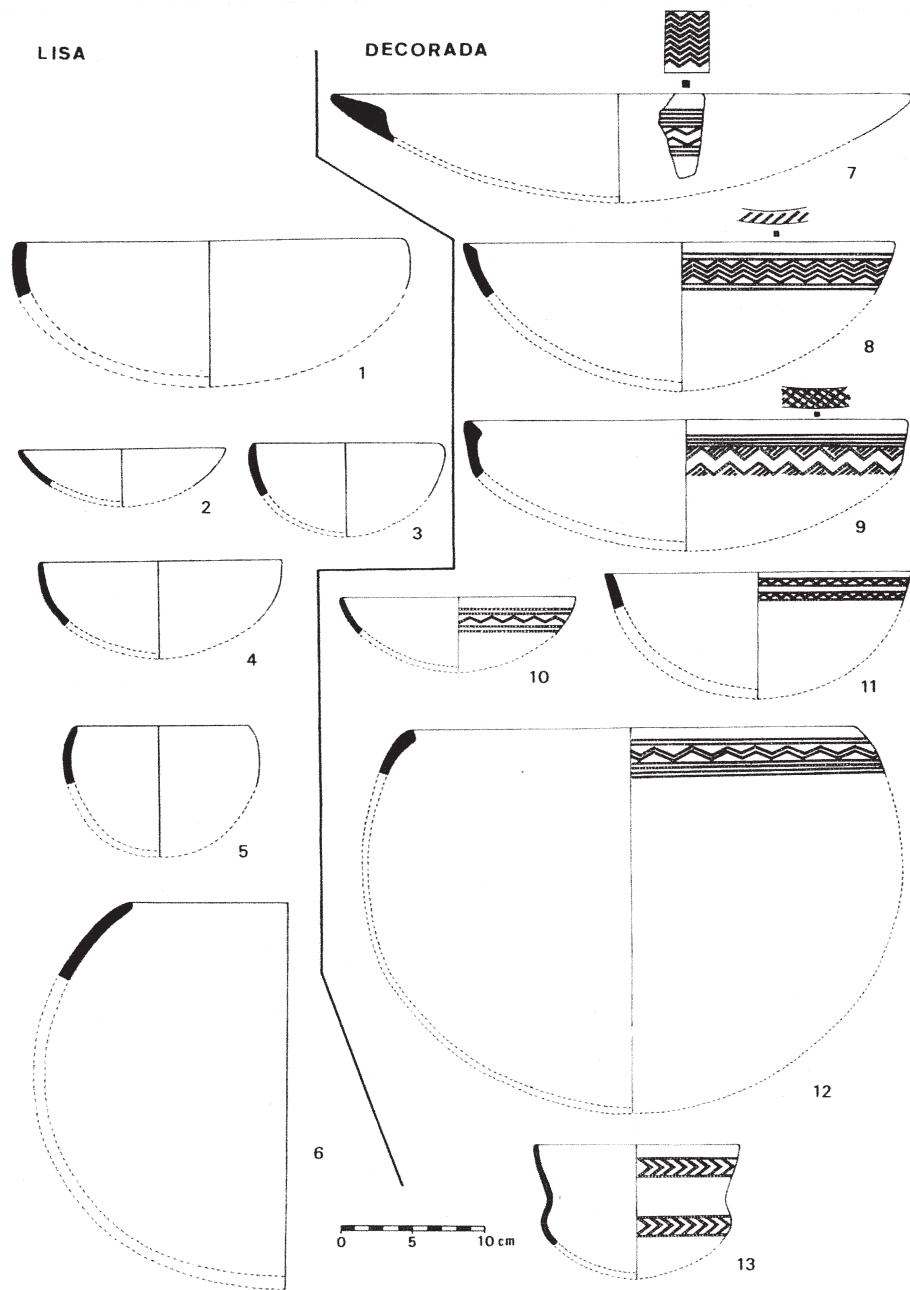


Fig. 100— Cerâmica campaniformes do Grupo de Palmela do povoado das Malhadas, Palmela. Seg. J. Soares & C. Tavares da Silva.

Por outro lado, a introdução das cerâmicas campaniformes na Baixa Estremadura não respeitou modelo uniformemente seguido. No Zambujal, as primeiras cerâmicas campaniformes datadas surgem em 4200±40 BP, 4170±55 BP e 4050±40 BP; para o intervalo de confiança de cerca de 95%, as datas acima obtidas correspondem, respectivamente a 2825-2654 cal a.C.; 2884-2609 cal a.C.; e 2627-2464 cal a.C. Aliás, tais datas são concordantes com as obtidas para contextos funerários campaniformes. Num dos hipogeus de Palmela, foi datado um fémur humano, contido, conjuntamente com uma vértebra, em vaso campaniforme “marítimo” (**Fig. 101**); o resultado obtido foi de 4040 ± 70 BP (2705-2399 cal a.C. para cerca de 95% de confiança). Também na gruta sepulcral natural da Verdelha dos Ruivos, Vila Franca de Xira – a única necrópole colectiva até ao presente conhecida em Portugal exclusivamente de época campaniforme e certamente relacionada com o povoado de Moita da Ladra, distante cerca de 1 km para Este (**Fig. 102**) – se obtiveram duas datações semelhantes: 3960 ± 40 BP; 4100 ± 60 BP; e 4000 ± 35 BP (CARDOSO & SOARES, 1990/1992), a que correspondem os intervalos, para cerca de 95% de confiança, de 2507-2330 cal a.C.; 2707-2487 cal a.C.; e 2588-2454 cal a.C., respectivamente. Deste modo, parece evidenciar-se cronologia curta para o “fenómeno” campaniforme na Estremadura, com inícios antes de meados do 3.º milénio a.C. e fim antes do último quartel do mesmo milénio.

Naquela altura, o Zambujal, como acima ficou referido, estaria em franca remodelação, vindo ainda a conhecer diversas construções defensivas. Ao contrário, em Vila Nova de S. Pedro e em Leceia, os fragmentos campaniformes exumados jaziam de mistura com derrubes da fase mais recente das desmoronadas fortificações, indicando que, em ambos os casos, aqueles dispositivos já se encontrariam francamente arruinados, aquando da presença, naqueles locais, de portadores de tais cerâmicas.

Quanto a Vila Nova de S. Pedro, A. do Paço é claro; na campanha de 1955, “verificou-se mais uma vez a carência total da cerâmica campaniforme (...). Tais cerâmicas só começam a aparecer por altura de uma camada que contém vestígios de desmoronamento de muralhas, com abundância de pedras e terras um tanto soltas” (PAÇO & SANGMEISTER, 1956a, p. 106). As referidas observações foram posteriormente confirmadas, entre outros, por V. S. Gonçalves, que também efectuou escavações no local (GONÇALVES, 1994b).

Nestes derradeiros momentos calcolíticos, situáveis no último quartel do III milénio a.C., assiste-se, como se atrás referiu, à (re)ocupação de locais, na maioria desprovidos de condições naturais de defesa, por toda a Baixa Estremadura. Muitos desses locais encontravam-se abandonados desde o Neolítico Final, denunciando uma estratégia de exploração dos recursos localmente disponíveis muito semelhante, salvaguardadas as diferenças demográficas e tecnológicas existentes. Qual o significado de tal facto? Significará que o clima de tensão generalizada, a que se assistiu ao longo do III milénio a.C. nesta mesma região e tão bem documentado em Leceia, pelos numerosos reforços das muralhas e bastiões, se tenha gradualmente ou bruscamente dissipado? Com efeito, em Leceia há provas de um declínio da qualidade das construções defensivas e, até, habitacionais, logo no início do Calcolítico Pleno; pode mesmo dizer-se que aparelhos monumentais, quase de carácter ciclópico, com blocos dos muitas centenas de quilogramas, ou mesmo de 1 ou duas toneladas, só se utilizaram na fase de fundação da fortaleza.

Não obstante, é no Calcolítico Pleno que a prosperidade desta comunidade terá atingido o seu ponto mais alto, haja em vista a abundância e características dos espólios exumados, incluindo o cobre, correspondendo à plena adopção de todas as inovações características da chamada Revolução dos Produtos Secundários, ou Segunda Revolução Neolítica. Há, deste modo, uma aparente contradição entre o desenvolvimento económico da comunidade e a necessidade defensiva, por ela sentida. Esta situação, que ainda não foi objecto de explicação adequada, não pode ser desligada, naturalmente, do abandono do modelo caracterizado pela concentração populacional em centros fortificados de desenvolvimento calcolítico de primeira grandeza, cuja desagregação terá começado logo no início do Calcolítico Pleno, pelo menos em Leceia. Por outras palavras, as comunidades calcolíticas estremenhas passam, num curto período de tempo, por via do clima de instabilidade generalizada então gerado, de administradoras de amplos territórios, para detentoras de domínios cada vez mais restritos, com fronteiras crescentemente melhor definidas (JORGE, 1994a, p. 492).



Fig. 101 – Vaso campaniforme “marítimo” decorado a ponteado de uma das grutas artificiais da Quinta do Anjo, Palmela, contendo uma vértebra e um fémur humanos. Diâmetro do vaso: 13,7 cm. Arquivo O. da Veiga Ferreira.

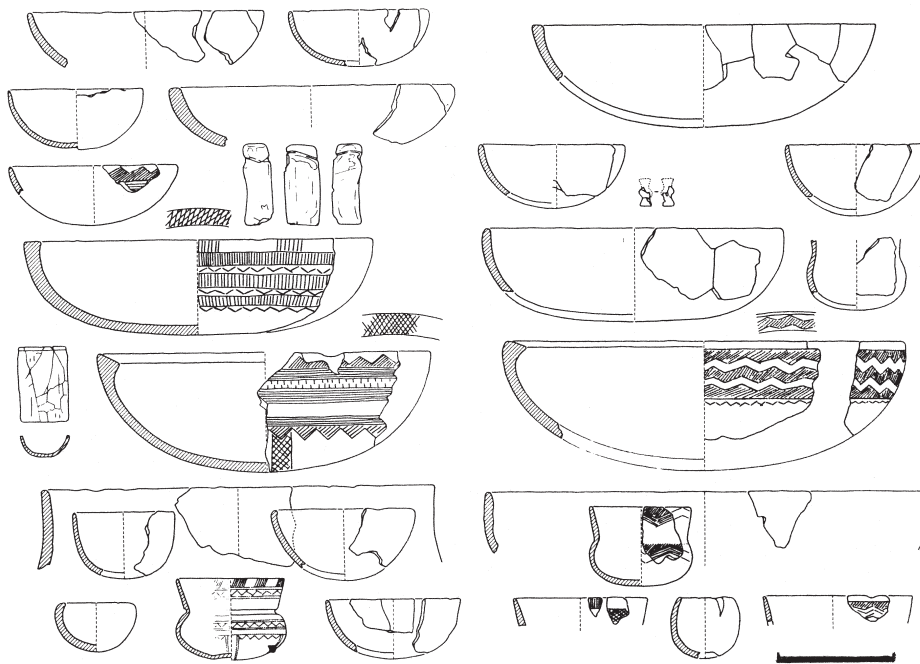


Fig. 102 – Em cima: vista da gruta natural funerária da Verdelha dos Ruivos, Vila Franca de Xira, na frente de pedra em exploração. Em baixo, espólio arqueológico, todo de características campaniformes. Seg. M. Leitão e col.

Tal foi o resultado a que conduziu uma sociedade cujas melhorias tecnológicas introduzidas no sistema produtivo, levaram ao crescimento populacional e ao superpovoamento de determinados núcleos, já de características proto-urbanas, como Leceia. Aqui, evidenciam-se espaços de carácter social (Fig. 103), vias de circulação principais (Fig. 104) e, mesmo, estruturas destinadas à acumulação de lixo domésticos (Fig. 105), visando a manutenção da salubridade (CARDOSO, 1994a), para além de zonas de trabalho especializadas, como as eiras já anteriormente referidas, ou o recinto especializado na moagem, identificado em 1998, através da inusitada acumulação de moventes e dormentes de mós manuais (Fig. 106). A breve trecho, a evolução social interna destas comunidades, caracterizada por intensa competição intercomunitária pela posse dos melhores territórios, conduziu a situações de conflito, de que ainda no Calcolítico Pleno há provas evidentes neste povoado, como atrás se referiu, sem que haja necessidade de se invocar o esgotamento de quaisquer recursos, como a fertilidade das terras, com base na tecnologia então disponível, ou alterações de ordem climática. Com efeito, a ausência de um poder centralizado teria estado na origem daquilo que foi por outros designado por “guerra endémica” – no sentido de conflitos recorrentes e generalizados – que concorreu, a prazo, para a própria destruição de tal modelo de sociedade (CARDOSO, 1998), situação agravada pelo aumento demográfico anterior, propiciado pelas melhorias então introduzidas nos sistemas de produção. Este “localismo”, que tão nefasto se viria a revelar para a sobrevivência das comunidades que o praticavam, não favoreceria, por outro lado, as actividades artesanais não ligadas à produção, como a metalurgia: “a especialização artesanal imperfeita” e a limitação da procura decorrente de um sistema económico excessivamente compartimentado, bloqueavam o desenvolvimento daquela actividade, por certos autores considerada “motora, atendendo à sua capacidade de indução de alterações estruturais na esfera produtiva e social” (SOARES & SILVA, 1995, p. 136), no contexto, mais tardio, do Bronze Pleno do sul do País.

Apartir do Calcolítico Pleno, coincidindo com a eclosão do “fenómeno” campaniforme” na Estremadura, mas dela independente, a nova ordem económico-social que então, progressivamente, se impôs, consubstanciava-se, no final do Calcolítico, no abandono quase generalizado dos antigos povoados fortificados e na multiplicação de pequenos núcleos em locais abertos, de encosta ou em pequenas colinas, onde avultam as cerâmicas campaniformes. Porém, a continuidade da ocupação de sítios com condições naturais de defesa, é-nos indicada pelos vestígios encontrados no Zambujal e em Vila Nova de S. Pedro os quais, se não chegam para admitir uma presença constante, indicam pelo menos a frequência esporádica de tais locais – então constituídos em verdadeiros amontoados monumentais de ruínas – até ao Bronze Pleno, como indicam diversos artefactos ali da Idade de Bronze, adiante tratados. Tais ocupações serão coevas, por seu turno dos raros sítios de altura identificados na Baixa Estremadura, como o de Catujal, Loures (CARDOSO, 1994; CARREIRA, 1997), fundados já na Idade do Bronze.

Assim sendo, a desarticulação da estrutura social que, na Estremadura, conduziu, paulatinamente, ao retorno a formas de povoamento vigentes nesta mesma região no Neolítico Final, visou, tão-somente, a plena libertação das capacidades produtivas, fortemente constringidas pelo modelo de desenvolvimento até então vigente e corresponderia, na realidade, a aumento da hierarquização social, associada à manutenção de um reduzido número de sítios fortificados ou à fundação de outros *ex-novo*, não necessariamente defendidos.



Fig. 103 – Grande lajeado escavado em 1990, em Leceia, do lado interno da primeira linha defensiva. Calcolítico Inicial. Seg. J. L. Cardoso.



Fig. 104 – Caminho existente na zona interna da terceira linha defensiva, escavado em Leceia, em 1989. Apresenta-se totalmente lajeado e, para vencer o desnível do terreno, possui diversos degraus. Calcolítico Inicial. Seg. J. L. Cardoso.

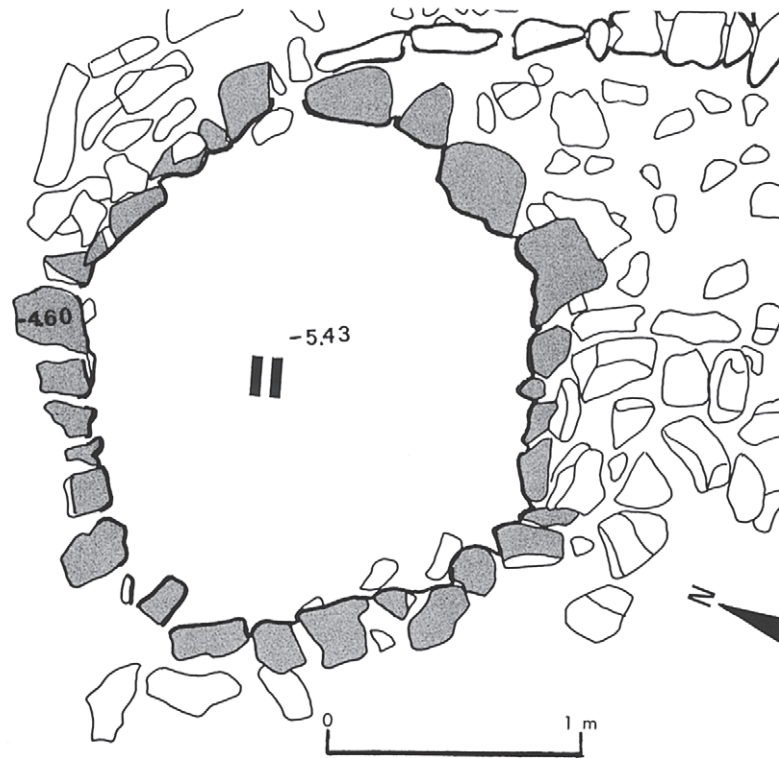


Fig. 105 – Estrutura II, do Calcolítico Pleno de Leceia, destinada ao armazenamento de detritos domésticos. Seg. J. L. Cardoso.

Nesta perspectiva, a re-emergência da fauna selvagem que se observa nos níveis campaniformes dos escassos povoados que têm sido alvo de estudos arqueozoológicos, ainda que limitados – Monte da Tumba (ANTUNES, 1987) e Porto Torrão (ARNAUD, 1993) – poderá ser interpretada como consequência do aumento das actividades cinegéticas do segmento dominante – a elite guerreira – que assim se exercitaria para as actividades bélicas. Outra hipótese, igualmente credível, seria considerar a fauna cinegética dominante em tais níveis como simples recurso alimentar de populações pouco sedentarizadas, hipótese que parece estar em contradição não só com a evolução ulteriormente verificada, no decurso da Idade do Bronze, mas também tendo presente os inúmeros “casais agrícolas” campaniformes, onde se evidencia o sucesso de uma economia agro-pastoril crescentemente especializada. Preferindo a transição gradual aos sobressaltos bruscos da mudança social, tais testemunhos corporizariam, deste modo, a passagem, paulatina, para um novo regime social, baseado na figura do “chefe”, rodeado pela elite guerreira a quem competiria a manutenção e vigilância de determinado território, hipótese aliás consubstanciada na bem conhecida panóplia guerreira campaniforme, adiante tratada. Estaríamos, então, já longe da sociedade tribal, baseada no princípio da consaguinidade, “por natureza, uma sociedade fechada e suspicaz, na qual o exclusivismo do vínculo

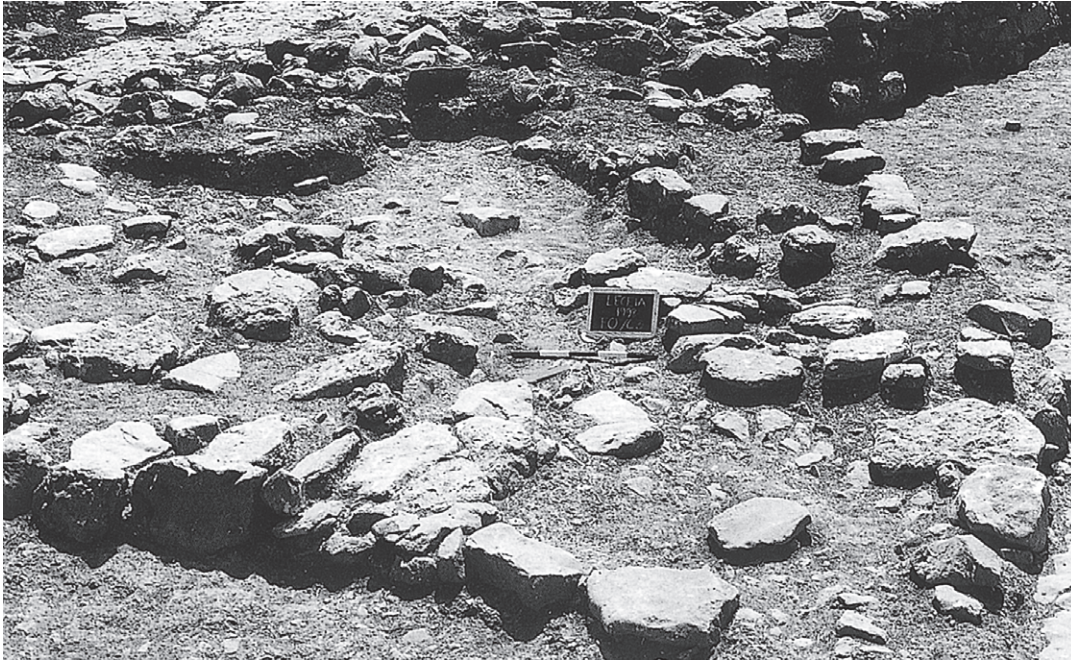


Fig. 106– Leceia (Oeiras). Embasamento de estrutura de planta elipsoidal, especializada na farinhação, como se pode concluir das numerosas mós manuais, ali recolhidas (dormentes e moventes). Calcolítico Inicial. Seg. J. L. Cardoso.

que a realiza e mantém conduz internamente à solidariedade e externamente à discórdia” (CARVALHO, 1946, p. 17-18). A transição de uma sociedade igualitária, do tipo da descrita, para uma sociedade complexa, já estratificada do ponto de vista social, como a da Idade do Bronze, foi corporizada, gradualmente, pela sociedade calcolítica tão bem representada na Estremadura. As características proto-urbanas de alguns dos seus povoados, a diferenciação intracomunitária que se entrevê nalguns deles, a franca abertura que os respectivos habitantes mantiveram com o exterior, denunciada por artefactos, do mais sofisticados aos mais simples – e, especialmente, com o mundo meridional e mediterrâneo, dele recebendo estímulos de vária ordem – fizeram da Baixa Estremadura, uma região privilegiada onde, ao longo de cerca de mil anos, se podem testemunhar as transformações internas de uma sociedade dinâmica, em permanente mutação, prenunciadora das primeiras sociedades proto-estatais do Ocidente europeu.

Foi no contexto da dinâmica de profunda mudança social, atrás caracterizado, acelerado a partir de meados do III milénio a.C., que as cerâmicas campaniformes, aparecidas pouco tempo antes na Estremadura, atingem o seu auge na região, conforme indicam os resultados radiométricos dos escassos conjuntos campaniformes datados, a que já anteriormente se fez menção (CARDOSO & SOARES, 1990/1992). A eclosão de tais cerâmicas, sem antecedentes na região é, repita-se, coincidente no tempo do processo de fissão social atrás caracterizado, mas dele independente, por este ter sido determinado por causas endógenas, inerentes à

evolução da própria sociedade calcolítica. Seja como for, com a afirmação das cerâmicas campaniformes, evidencia-se, pela primeira vez, uma difusão, por via marítima atlanto-mediterrânea, de recipientes característicos, denotando evidentes afinidades, desde a Bretanha à Sicília, correspondendo a região estremenha a um dos focos mais importantes da sua presença e irradiação, tanto para a Europa atlântica, como para o sul mediterrâneo, sem que isso signifique, forçosamente, que nela se situe a origem destas cerâmicas.

Com efeito, os autores que, desde o princípio ao final do século XX, se ocuparam dos processos explicativos da difusão das produções campaniformes no ocidente europeu, atribuíram sempre à frente atlântica ocidental da Península Ibérica um papel de primordial importância, de ligação entre os campaniformes do norte atlântico e os da frente mediterrânea europeia (SALANOVA, 2000, p. 16).

A natureza e significado de tal difusão, que o registo material disponível torna inquestionável, é uma questão que perpassa décadas de discussão e que ainda está longe de solucionada. Não sendo este o local para a aprofundar, importa todavia salientar que a plena afirmação das cerâmicas campaniformes na Baixa Estremadura, em meados do III milénio a.C., se encontra expressivamente documentada nos já aludidos povoados abertos, em zonas planas, de encostas suaves, ou no topo de pequenas colinas da região. Ali se continuariam a desenvolver actividades agro-pastoris intensivas e extensivas, em regime permanente, que caracterizam a economia destas comunidades. Assim sendo, é de admitir que o processo de intensificação económica observado anteriormente, tenha sido mesmo reforçado pelo novo modelo sócio-económico adoptado no final do Calcolítico. O seu sucesso encontra-se comprovado pela presença de artefactos de assinalável custo, de difusão supra-regional, com destaque para os exemplares de cobre, que se tornam cada vez mais numerosos e cuja manufactura, requerendo a disponibilidade assinalável de matéria-prima só possível através da aquisição, requeria a existência de excedentes económicos, resultantes da intensificação produtiva de cariz agro-pastoril: é o que indica a presença das bem conhecidas pontas Palmela, utilizadas provavelmente como pontas de seta (ou de dardo?), além de punhais munidos de lingueta de encabamento. Um dos conjuntos mais expressivos foi recolhido na sepultura cistóide individual de Montelavar (**Fig. 178**), Sintra (NOGUEIRA & ZBYSZEWSKI, 1943), infelizmente já destruída aquando da sua identificação. Tal conjunto corporiza o chamado “Horizonte de Montelavar”, inserível em época terminal do Calcolítico, ou já nos primórdios da Idade do Bronze, cujo início não é discernível do final do período anterior. Assim, pode concluir-se que, de uma produção doméstica de pequenos artefactos cupríferos, em geral destinados ao uso quotidiano (sovelas, furadores, serrotes, anzóis) se evolui para a produção de peças de aparato, de carácter bélico, no final do ciclo campaniforme, com destaque para tipos de evidente distribuição supra-regional, denotando a “internacionalização” das produções: é assim que se explicam as evidentes analogias formais verificadas entre pontas Palmela e punhais de lingueta em toda a Europa, do Tejo ao Danúbio e de Marrocos às Ilhas Britânicas.

Esta mesma realidade económica e social também explica a presença, pela primeira vez no registo arqueológico da Estremadura, de jóias auríferas, inventariadas por A. Perea (PEREA, 1991) e que se podem distribuir pelos seguintes tipos:

- Elementos de colar ou de pulseira – contas: gruta IV da Quinta do Anjo, 2 ex.; gruta artificial da Ermegeira, 9 ex.; povoado pré-histórico de Penha Verde, 1 ex.; povoado pré-histórico do Zambujal, 1 ex.;

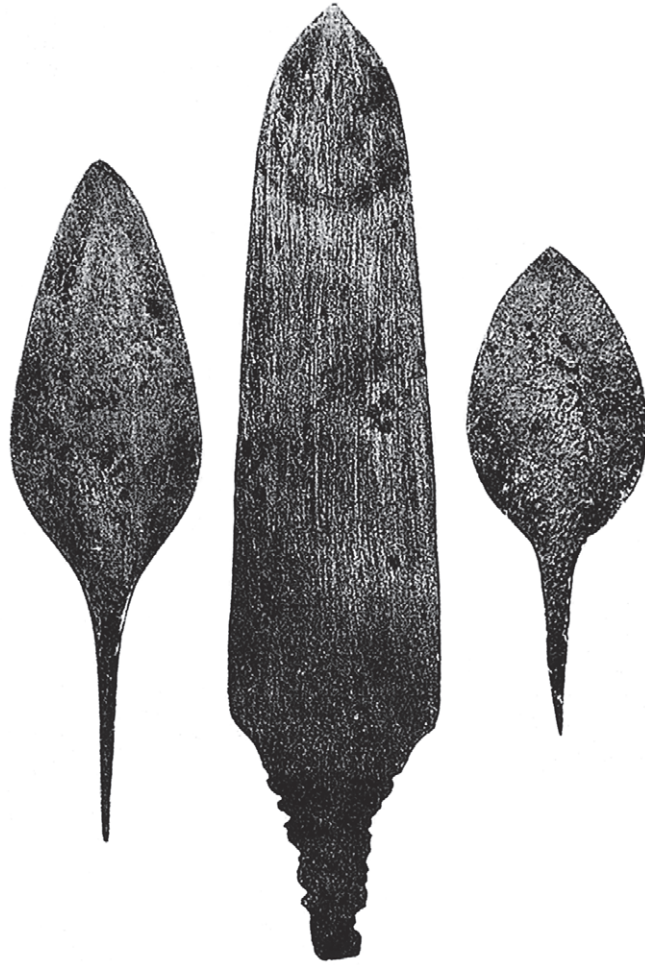


Fig. 107 – Conjunto de peças de cobre (duas pontas Palmela e um punhal de lingueta) da sepultura cistóide de Montelavar, Sintra. Seg. A. M. Nogueira & G. Zbyszewski.

- Alfinetes: um único exemplar, oriundo do povoado pré-histórico da Penha Verde (**Fig. 108**);
- Espirais: é o grupo de jóias auríferas calcíticas mais comuns, com continuidade pela Idade do Bronze. Ao Calcítico pertencem os seguintes ex.: gruta I da Quinta do Anjo, 1 ex.; gruta I de São Pedro do Estoril, 4 ex. (**Fig. 109**); gruta natural da Senhora da Luz, Rio Maior, 1 ex.; *tholos* de Barro, Torres Vedras, 1 ex. Não restam dúvidas de que, pelo menos, alguns destes exemplares foram utilizados como anéis, como se conclui pelo achado de uma falange no interior de uma destas espirais recolhida na Gruta I de São Pedro do Estoril (LEISNER, PAÇO & RIBEIRO, 1964, Est. XV, n.º 95).



Fig. 108 – Alfinete de ouro do povoado da Penha Verde, Sintra. Seg. G. Zbyszewski & O. da Veiga Ferreira. Comp. máx.: 12,5 cm.

O grupo das jóias calcólicas inventariadas por A. Perea proveniente da actual Estremadura, termina com as placas ou lâminas de revestimento, a que se podem somar as espirais helicoidais que se enrolariam em torno de hastes de madeira. Das primeiras existem referências na gruta III da Quinta do Anjo (2 ex.), na gruta natural da Cova da Moura, Torres Vedras (1 ex. incompleto); e na gruta natural de Verdelha dos Ruivos, Vila Franca de Xira (1 ex.). Desta gruta provêm também 3 fragmentos de finas tiras helicoidais de ouro, a que se juntam 2 fragmentos do monumento funerário da Bela Vista, Sintra. Recentemente, foi recolhido no povoado

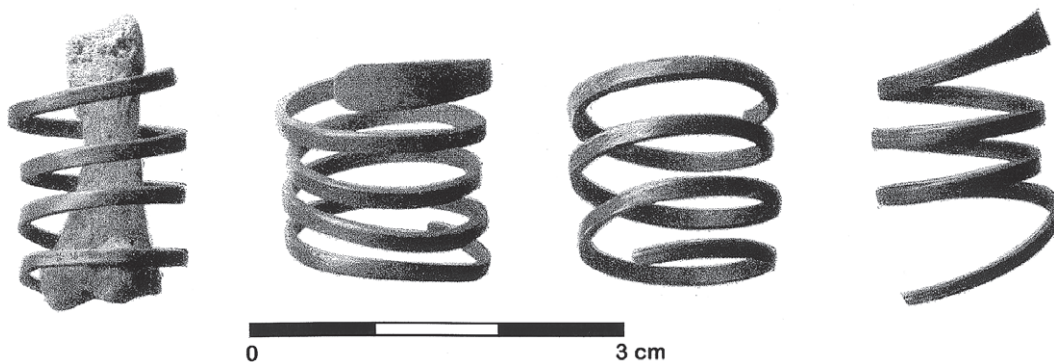


Fig. 109 – Conjunto de espirais de ouro campaniformes, da gruta I de São Pedro do Estoril, uma delas ainda com a respectiva falange, denotando a sua utilização como anéis. Seg. V. Leisner, A. do Paço & L. Ribeiro.

fortificado do Calcolítico Pleno/Final da Moita da Ladra uma destas placas, decorada a martelado e repuxado, denunciando afinidades com os motivos geométricos aplicados às cerâmicas da mesma época.

Alicia Perea inclui em época ulterior o célebre par de brincos da gruta artificial da Ermegeira, Torres Vedras (**Fig. 110**), embora considere calcolíticas as contas auríferas ali recolhidas. Não cremos existirem razões válidas para tal diferenciação; aliás, estes brincos foram incluídos no Calcolítico, ulteriormente, por outros especialistas (ARMBRUSTER & PARREIRA, 1993, p. 156, 157). Do mesmo modo, não se creê existirem razões fundadas para que algumas peças laminiformes lisas, ainda que mais sumptuosas, como é o caso do diadema aurífero de Papagovas, Lourinhã (**Fig. 111**) ou a notável gargantilha, também de ouro batido e decorada a repuxado, como os brincos de Ermegeira, recolhida na Quinta de Vale de Moinhos, Almoester (**Fig. 112**), ambas atribuídas ao Bronze Inicial (*op. cit.*, p. 40, 62) não se possam reportar a este curto período de transição, mas ainda inserível no Calcolítico, visto o Bronze Inicial não ser, quanto a nós, diferenciável desta última etapa do Calcolítico, no território português (CARDOSO, 2002). A referida gargantilha possui um paralelo muito próximo no exemplar de S. Bento de Balugães, oriundo de sepultura cistóide, conjuntamente com um braçal de arqueiro. Aliás, não se pode ignorar a excelência da manufactura do ouro nesses derradeiros momentos do Calcolítico ou de transição para a Idade do Bronze (Bronze Inicial), consubstanciados também pela conhecida tiara da cista da Quinta da Água Branca, Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo, associada a anéis de ouro, a duas espirais e a uma adaga longa, de cobre arsenical, de tipologia campaniforme (ARMBRUSTER & PARREIRA, 1993, p. 150, 151).

Foram realizadas algumas análises à composição destas jóias auríferas por A. Hartmann, que identificou manufacturas de origem mediterrânica, a par de produções locais. Contudo, tais análises não chegaram a ser confrontadas com a composição de ouros nativos peninsulares. Deste modo, e até prova em contrário – tenha-se, ainda, presente, as prováveis refundições de peças, para complicar ainda mais a validade das conclusões obtidas a partir das respectivas composições elementares – considera-se que existiam condições propícias ao fabrico destas peças na própria região. As areias auríferas do Tejo, facilmente exploráveis, bem como a presença de ouro aluvial em diversos afluentes da sua margem direita, a montante de Abrantes, permitem apoiar tal hipótese, sem grandes dificuldades, para já não falar do ouro nativo então potencialmente existente nos “chapéus de ferro” da faixa piritosa. Assim, o início do declínio dos grandes povoados fortificados, que é claramente anterior à emergência destes objectos de luxo, não poderá ser confundido com qualquer regressão económica e social, como poderíamos, ingenuamente, ser levados a admitir, numa análise mais superficial da realidade arqueológica. Ao contrário, a presença de tais peças, a par de outras, de grande difusão suprarregional à escala europeia, como são as já mencionadas pontas Palmela, os punhais de lingueta, os braçais de arqueiro (**Fig. 113**), ou os característicos botões de osso, de diversa tipologia, com perfuração em “V” (**Fig. 114**), configuram a existência de um “pacote” campaniforme de vasta distribuição, e ilustram a continuidade do processo de crescente diferenciação social, apoiado ainda pela relevância crescente das armas: com efeito, os punhais de lingueta, de comprimento crescente, evoluem para adagas e, por fim, para espadas de lingueta, de extrema raridade, como o exemplar de Pinhal dos Melos, Fornos de Algodres. Tal panóplia parece, deste modo, configurar a emergência de um segmento guerreiro, o qual se viria a afirmar na Idade do Bronze, no

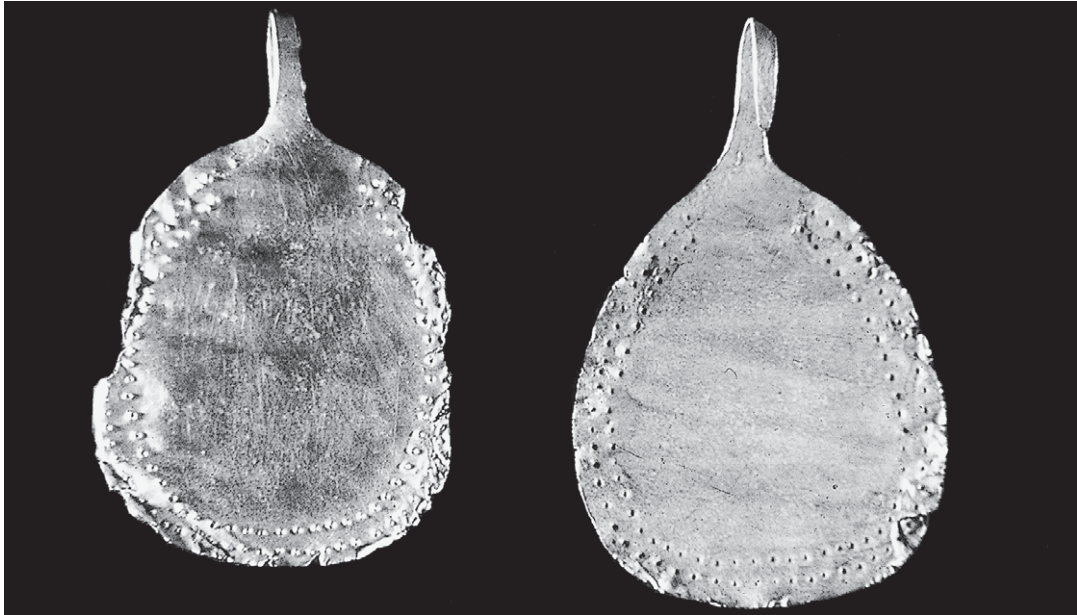


Fig. 110 – Par de brincos de ouro batido do final do Calcolítico, com decoração a repuxado, da gruta artificial de Ermegeira, Torres Vedras. Altura do exemplar da direita: 56 mm. Arquivo M. Farinha dos Santos.

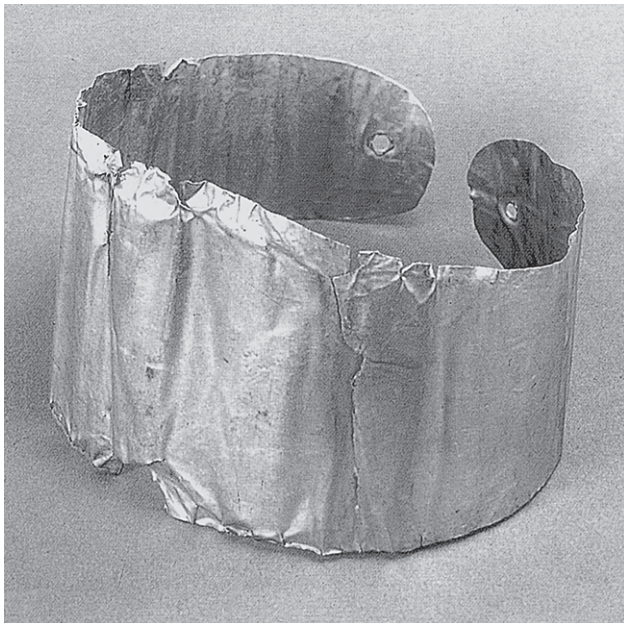


Fig. 111 – Diadema de ouro de Papagôvas, Lourinhã. Seg. B. Armbruster & R. Parreira. Esta peça apareceu ocasionalmente, no decurso de trabalhos agrícolas, conjuntamente com espiral de ouro; corresponde a uma folha aurífera laminada por martelagem simples. Diâmetro máximo: 35,0 cm.

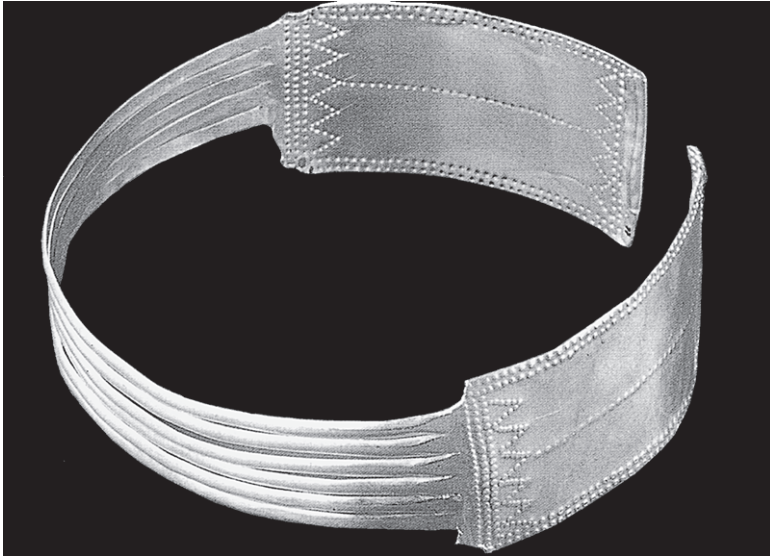


Fig. 112 – Gargantilha de ouro batido com decoração a repuçado, de carácter geométrico, de Vale de Moinhos, Almoster (Santarém). Seg. R. Parreira. Diâmetro máximo: 12,4 cm.



Fig. 113 – Dois artefactos característicos do “pacote” campaniforme. À esquerda: ponta Palmela (povoado de Leceia, Oeiras). À direita: braçal votivo de arqueiro, de arenito (gruta natural funerária do Correio-Mor, Loures). Seg. J. L. Cardoso. Comprimentos máx., respectivamente, de 8,0 e de 6,6 cm.

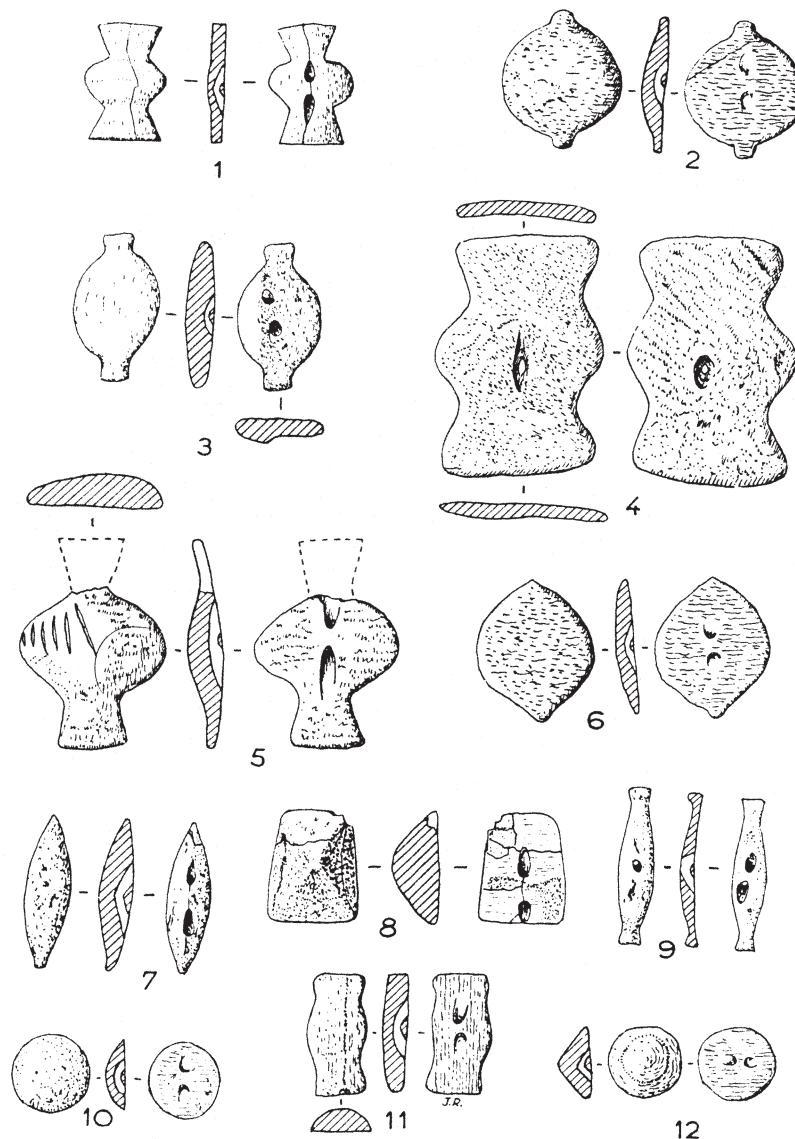


Fig. 114 – Tipos de botões campaniformes de osso polido, com as características perfurações em “V”, de estações da Estremadura: 1, 2, 4, 6, 7 a 12, das grutas artificiais da Quinta do Anjo, Palmela; 5, das grutas artificiais de São Pedro do Estoril, Cascais; 3, de um dos monumentos megalíticos de Conchadas, Odivelas; 7 a 9, do povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro, Azambuja. Seg. J. Roche & O. da Veiga Ferreira. Reduzidos a 2/3.

seio de uma sociedade que era também constituída por pastores, agricultores, comerciantes e artífices. Deve salientar-se, a este propósito, o conjunto recolhido na sepultura individual de Fuente Olmedo, Valladolid, com dez pontas Palmela, três recipientes campaniformes, todos com decoração incisa (um vaso, uma caçoila e uma taça), um punhal de lingueta, uma ponta de seta de sílex, um braçal de arqueiro e um diadema de ouro, mostrando o que seria uma tumulação masculina de um elemento da elite guerreira da época (HARRISON, 1980, p. 141), a somar ao espólio, com o mesmo significado, de sepultura cistóide da Quinta da Água Branca, Vila Nova de Cerveira (FORTES, 1906), já antes referida.

Do ponto de vista da organização social, entre outras questões, uma permanece em aberto: corresponderiam os aglomerados de pequenas dimensões e desprovidos de condições naturais de defesa, a que se fez anteriormente referência a sítios auto-suficientes, eventualmente ligados por laços de parentesco (“casais agrícolas)? Ou, ao contrário, integrariam territórios alargados, geridos por povoados mais importantes, situados em pontos estratégicos (não necessariamente de altura), ainda não cabalmente referenciados, prenunciando o modelo de territorialização do Bronze Final e constituindo, de alguma forma, sucedâneo da compartimentação calcítica do território, mas de âmbito mais alargado? No estágio actual dos nossos conhecimentos, trata-se de situação em que tais populações, dispersas nestes núcleos de raiz familiar, se integravam num espaço económico amplo, que permitiria o seu abastecimento por produtos cujos modelos respeitam a protótipos padronizados de origem (e fabrico?) supra-regional, como já anteriormente se sublinhou; esta realidade é particularmente evidente nas peças de prestígio aludidas – ouro e armas – configurando a existência de elites, aliás na imediata continuidade das que despontaram nos complexos sistemas defensivos pré-campaniformes cujo poder de compra permitia a aquisição de peças sumptuárias, suportado e alimentado por circuitos comerciais e de troca de âmbito alargado que, evidentemente, não se afiguram compatíveis com uma economia de simples subsistência, de âmbito estritamente doméstico e local.

4 – O BRONZE PLENO NA ESTREMADURA

O clássico faseamento tripartido da Idade do Bronze não se coaduna com a realidade arqueográfica observada no território português. Com efeito, o “Bronze Antigo” ou “Inicial” só é separável do Calcolítico Final, por critérios pré-definidos, como a acentuação das sepulturas individuais em cista, o aumento da importância das jóias auríferas e das armas (pontas de Palmela, adagas e, no final, espadas curtas) e o desaparecimento das cerâmicas campaniformes decoradas, substituídas por formas lisas – as quais, lembre-se, nalgumas regiões do País jamais chegaram a verdadeiramente penetrar, como é o caso do Algarve. Deste modo, considera-se mais adequado à realidade material conhecida designar tal período como Calcolítico Final e fazê-lo coincidir com curto período de transição do Calcolítico para a Idade do Bronze, situável entre 2300 e 2000 a.C., aproximadamente. A densa ocupação humana da Baixa Estremadura, representada no Calcolítico Final/“Bronze Inicial” pelos derradeiros produtos do chamado “pacote” campaniforme, contrasta com a pobreza do registo correspondente ao período imediatamente seguinte, o Bronze Pleno (CARDOSO, 1999/2000 b). Acentua-se um “apagamento” na paisagem dos povoados, a ponto de os seus vestígios, ao contrário do que se verificava no período imediatamente antecedente (os “casais agrícolas” campaniformes) serem dificilmente identificáveis no terreno. Esta realidade poderá ser o reflexo de uma efectiva quebra demográfica, talvez devida a uma degradação climática observada no decurso da primeira metade do II milénio a.C. Com efeito, foi observada nessa época no fértil vale do Guadalquivir, evolução climática no sentido de maior aridez, explicando o despovoamento daquela região (CARO, 1989). Esta realidade, porém, não pode ser invocada para explicar situação análoga na Baixa Estremadura porque não se dispõe aqui de qualquer registo que a confirme. Na verdade, apenas um local revelou, até ao presente, uma ocupação estratigraficamente isolada do Bronze Pleno: trata-se do povoado de Catujal, Loures. Implanta-se na extremidade de um esporão, limitado de ambos os lados por vales profundamente entalhados, dominando, de cerca de 100 m de altitude, o estuário do Tejo. O sítio possui, deste modo, invulgares condições naturais de defesa, de onde se descortinam vastos horizontes para Sul. Infelizmente, a estação foi quase totalmente destruída, em 1982; os materiais já publicados resultaram de recolhas de superfície e em corte estratigráfico. Ao lado de recipientes de dimensões médias a grandes, destinados ao armazenamento, ocorrem recipientes de menores dimensões, de filiação evidente no Bronze Pleno do Sudoeste, representados, entre outros, por taças de tipo Santa Vitória e vasos (“garrafas”) de colo apertado, com decoração de nervuras verticais no bojo (**Fig. 115**) (CARDOSO, 1994c; CARREIRA, 1997). O seu paralelo mais próximo corresponde ao povoado aberto do Pessegueiro, Sines, adjacente à necrópole do Bronze do Sudoeste do mesmo nome (SILVA & SOARES, 1981). Uma data

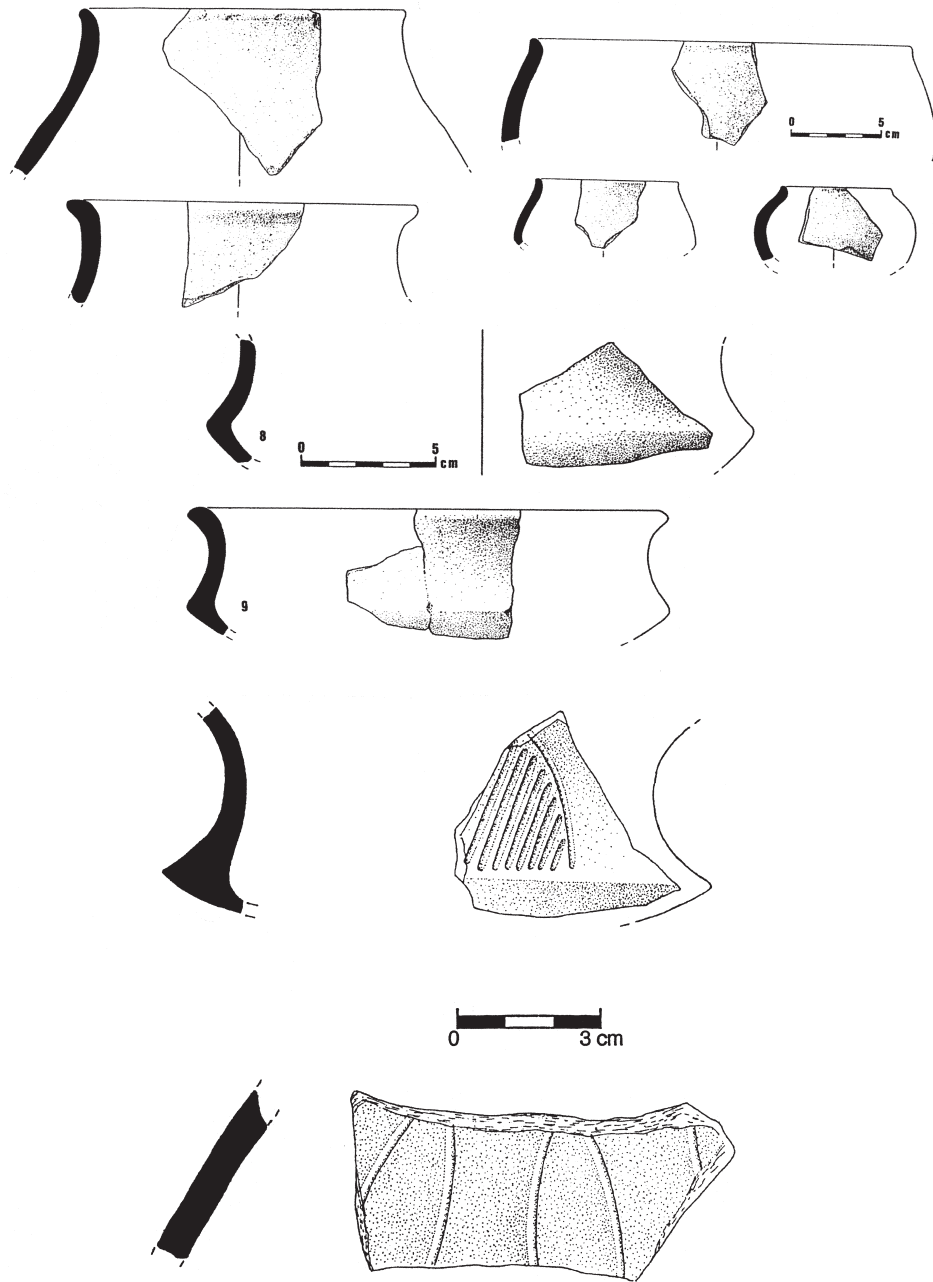


Fig. 115 – Materiais cerâmicos do povoado do Bronze Pleno de Catujal, Loures. Seg. J. R. Carreira (em cima) e J. L. Cardoso (em baixo).

de radiocarbono, efectuada em ossos humanos dali provenientes, deu o resultado, a dois sigma de ICEN – 867 – 1679-1442 cal. a.C., com intersecção na curva de calibração, em 1526 cal. a.C. Comparado com este, o resultado obtido no Catujal, sobre ossos de animais domésticos, com recurso à mesma curva de calibração (STUIVER & REIMER, 1993), é mais antigo: ICEN – 843 – 2028-1752 cal. a.C., com intersecção em 1892 cal. a.C. Este resultado indica cronologia recuada para o Bronze Pleno regional, correspondente a época em que as cerâmicas campaniformes já não faziam parte dos espólios da região, como se pode concluir pelas características do conjunto cerâmico de Catujal. Assim sendo, o fim do uso de recipientes campaniformes na Estremadura é muito anterior ao verificado no centro interior e no norte do País, onde é aceitável uma sobrevivência da produção de vasos campaniformes (incluindo o estilo “marítimo”) ainda no decurso do primeiro quartel do II milénio a.C. (SENNA-MARTINEZ, 1994 a). Outra conclusão a reter é a da maior antiguidade das taças de tipo Santa Vitória, até agora utilizadas como “fóssil director” para a fase mais tardia daquela Cultura, designada por Bronze II do Sudoeste, ou mesmo questionar – o que parece razoável – a partição entre o Bronze I e o Bronze II do Sudoeste, com base em aspectos arqueográficos que poderão ser reflexo, sobretudo, de particularismos e diferenciações de ordem geográfica, aliás bem conhecidos.

As evidentes afinidades culturais do povoado do Catujal, com o Bronze do Sudoeste, de que se poderá considerar a sua extensão mais setentrional, têm também expressão em materiais esparsos que, ao longo dos tempos, foram sendo assinalados na região em apreço (SPINDLER, 1981): um vaso de colo estrangulado, com decoração de gomos e “botões” no bojo, eventualmente acompanhado de cerâmicas lisas diversas, oriundo de sepultura aberta junto à muralha do povoado calcolítico de Pedra do Ouro, Alenquer (PAÇO, 1966; LEISNER & SCHUBART, 1966) (**Fig. 116**); uma taça da Lapa do Suão, Bombarral do tipo Santa Vitória (CÔRTEZ *et. al.*, 1972) (**Fig. 117**); e um vaso, tetramamilado, oriundo de pequena lapa natural subjacente ao povoado calcolítico de Rotura, Setúbal (CARREIRA, 1998), muito semelhante a exemplar da necrópole do Monte Novo dos Albardeiros, Reguengos de Monsaraz (**Fig. 118**), da área cultural do Bronze do Sudoeste (GONÇALVES, 1988/1989), constituem expressão de uma realidade cultural que até à publicação do povoado do Catujal, não tinha sido devidamente valorizada. Tais ocorrências, mais do que intrusões esporádicas, evidenciam uma realidade cultural que ainda se encontra longe de devidamente conhecida. Também alguns artefactos metálicos, com destaque para os punções losânguicos “alènes”, presentes em diversas estações estremenhas (**Fig. 119**), são peças de nítida filiação meridional, porém de fabricos locais ou regionais, visto serem ainda de cobres arsenicais, distintos dos exemplares do Sul da França, que são já de bronze: assim sendo, pode concluir-se que a chegada de novos tipos artefactuais, típicos da Idade do Bronze, antecipou a introdução da respectiva metalurgia (CARREIRA, 1994).

Mercê da sua posição geográfica, esta região encontrava-se também exposta aos influxos atlânticos – no seguimento dos que presidiram à difusão dos campaniformes “marítimos” pela fachada atlântica europeia – documentados pela alabarda de Baútas, Amadora (SENNA-MARTINEZ, 1994 b), de tipo atlântico, com numerosos paralelos bretões (**Fig. 120**). A sua composição, também de cobre arsenical, vem reforçar a manutenção da metalurgia do cobre no Bronze Pleno regional, adaptada a tipos que reflectem o encontro de duas áreas culturais distintas, aspecto que, doravante, constituirá um dos traços mais expressivos e ricos da realidade cultural da região.

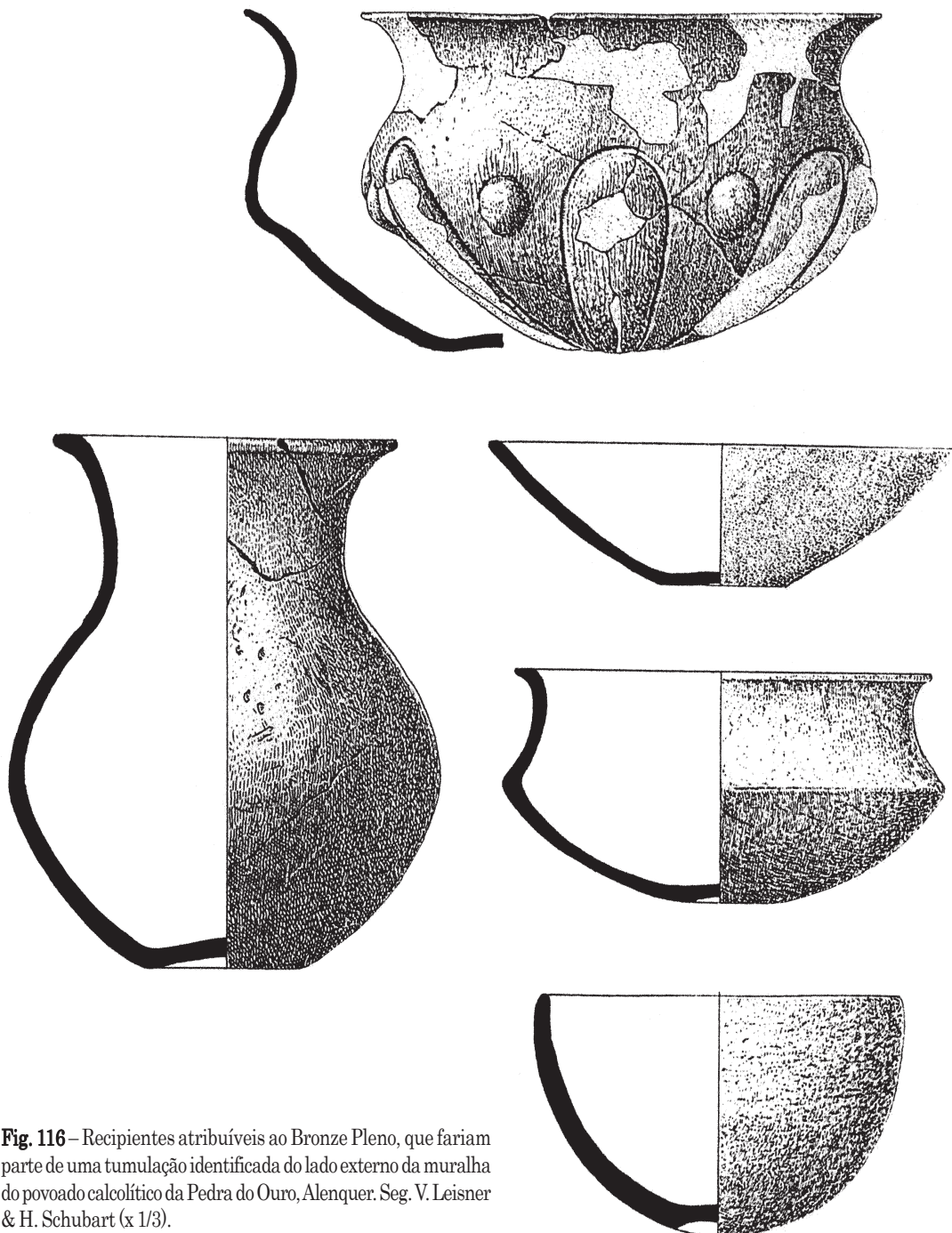


Fig. 116 – Recipientes atribuíveis ao Bronze Pleno, que fariam parte de uma tumulação identificada do lado externo da muralha do povoado calcolítico da Pedra do Ouro, Alenquer. Seg. V. Leisner & H. Schubart (x 1/3).



Fig. 117 – Taça do Bronze do Sudoeste encontrada na Lapa do Suão (Bombarral). Seg. V. Cortes e colaboradores.

As alabardas metálicas são artefactos bélicos que surgiram apenas no Bronze Pleno, acompanhando o desenvolvimento das adagas, desde o final do Calcolítico. Os contornos da empunhadura, perfeitamente marcados numa das adagas mais notáveis – o exemplar da gruta natural da Redondas, Alcobaça – como se verifica no desenho dela apresentada por M. Vieira Natividade (NATIVIDADE, 1899/1903, Est. XXVI, n.º 220) (**Fig. 121**) afasta a hipótese de se tratar de alabarda. Trata-se de peça muito elegante, de bordos levemente côncavos, marcados por esquadria decorativa, possuindo, na zona de encabamento, que é convexa, três furos

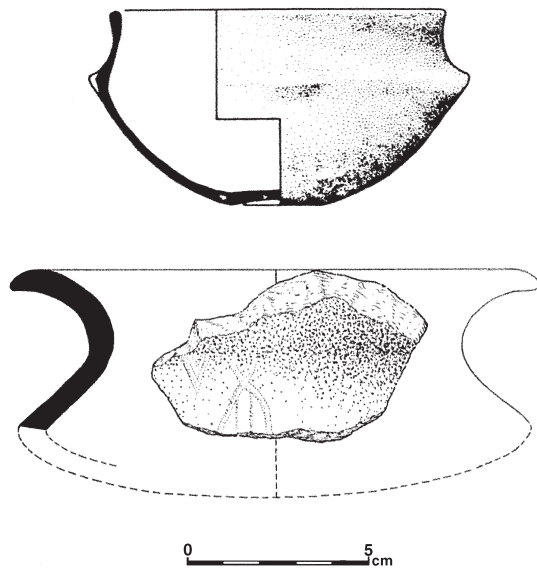


Fig. 118 – Em cima, vaso tetramamilado na carena, da Lapa da Rotura, Setúbal. Em baixo, taça do tipo “Santa Vitória” com decoração incisa de gomos na face externa, da gruta da Cova da Moura, Torres Vedras. Seg. J. R. Carreira e K. Spindler, respectivamente.

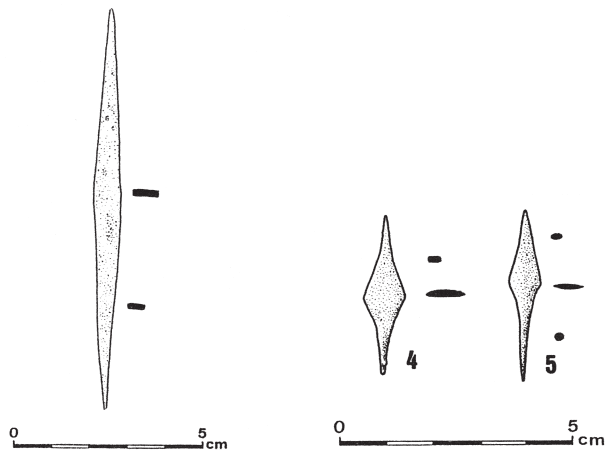


Fig. 119 – “Alênes” do Bronze Pleno da Estremadura. À esquerda: da gruta da Casa da Moura, Óbidos. À direita: do Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior. Seg. J. R. Carreira.

destinados a rebitagem do cabo. Aproxima-se, por este carácter, da adaga, também de cobre arsenical, proveniente de Óbidos (CARDOSO, 2002, fig. 258), a qual constitui forma de transição dos exemplares campaniformes (**Fig. 122**).

A adaga da gruta natural das Redondas, configura a utilização da cavidade no Bronze Pleno como espaço funerário ou ritual. Com efeito, a ocupação de grutas naturais, no Bronze Pleno era, até há pouco tempo desconhecida, embora tal fosse indicada pela ocorrência da taça da Lapa do Suão, atrás referida: a esta vieram a somar-se, mais tarde, com base na tipologia de alguns dos materiais cerâmicos exumados em antigas

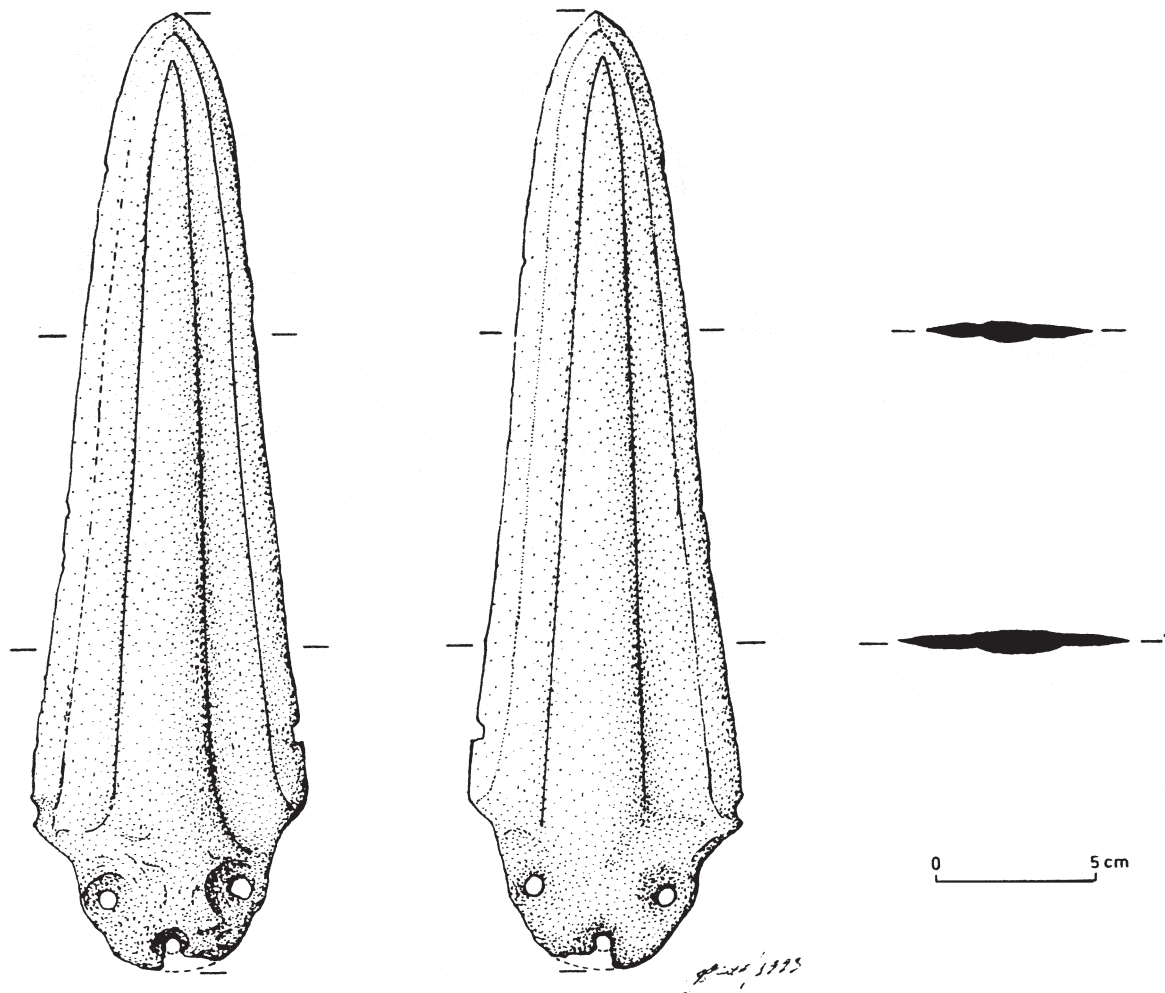


Fig. 120 – Alabarda de tipo Atlântico do povoado de Baútas, Amadora, do Bronze Pleno. Embora a sua tipologia seja já da Idade do Bronze, a análise revelou tratar-se ainda de um a peça de cobre arsenical, documentando a manutenção da tecnologia metalúrgica calcólica. Seg. J. C. de Senna-Martinez.

escavações a Lapa de Bugalheira (CARREIRA, 1996a), a Gruta de nascente do Almonda (CARREIRA, 1996b) e o Abrigo Grande das Bocas (CARREIRA, 1994), entre outras. Entre estas últimas inscreve-se também a gruta da Marmota, Alcanena (GONÇALVES, 1972), onde a associação, referida pelo autor, entre cerâmicas carenadas e ossos humanos com marcas de fogo, remete para os rituais sepulcrais, ali então decorridos (a tipologia das cerâmicas é compatível com o Bronze Pleno).

A tardia introdução da metalurgia do Bronze no território português, cerca de meados do II milénio a.C. tem paralelos em outras áreas peninsulares e pode explicar-se pela forte tradição calcólica regional, caracterizada por uma rica metalurgia do cobre arsenical; por outro lado, a dificuldade de obtenção do estanho, a partir das minas da Beira Interior e do Norte do País, cuja exploração e redes de abastecimento, no início do Bronze Pleno, ainda se não encontrariam devidamente organizadas, teria constituído também forte obstáculo. É provável, contudo, que esta situação estivesse em vias de evoluir rapidamente. Ainda no Bronze Pleno, alguns machados planos e escopros, recolhidos no povoado fortificado de Vila Nova de São Pedro, Azambuja (PAÇO, 1955; PAÇO & ARTHUR, 1956) revelaram tratar-se de verdadeiros bronzes a que se

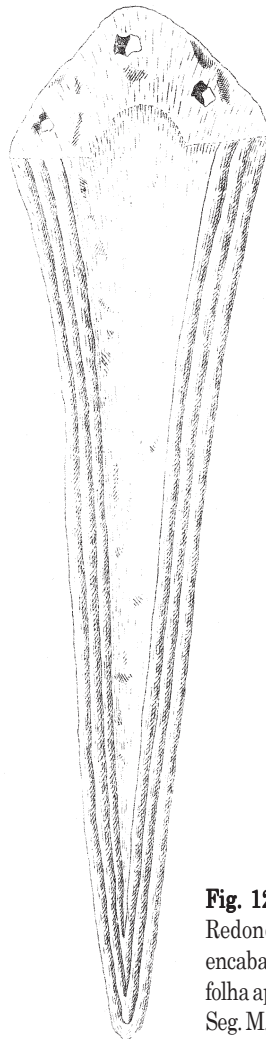


Fig. 121 – Punhal do Bronze Pleno da gruta das Redondas, Alcobaça (x ½). Possui três rebites para encabamento e ainda o contorno do respectivo cabo. A folha apresenta-se moldurada por caneluras paralelas. Seg. M. Vieira Natividade.

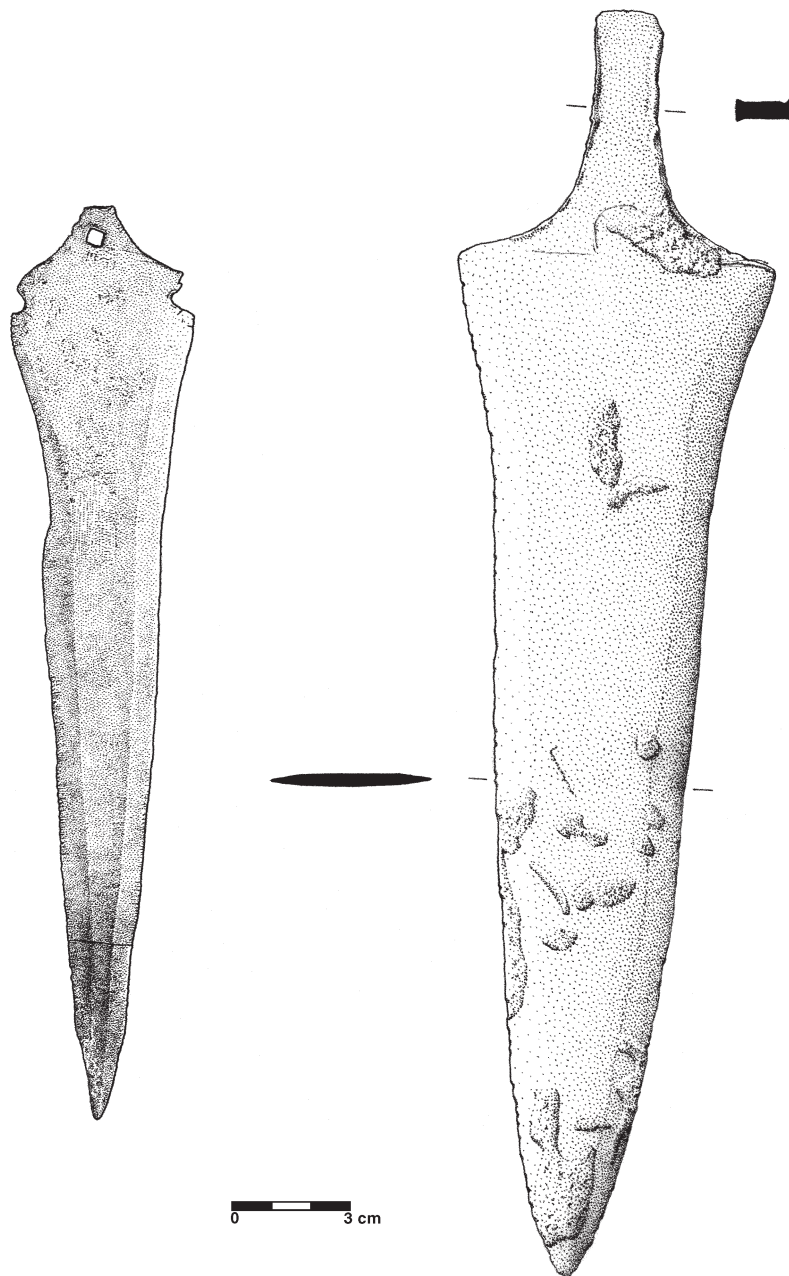


Fig. 122—Adagas de cobre do final do calcolítico, da Quinta da Romeira, Torres Novas (à direita) ou já do Bronze Pleno, de Óbidos (à esquerda). A primeira é idêntica ao exemplar da sepultura da Quinta da Água Branca, Vila Nova de Cerveira; a segunda, de lingueta incipiente com rebites, enquadra-se já na Idade do Bronze, embora seja ainda de cobre arsenical. Seg. J. L. Cardoso.

somam outros, recolhidos em Amaral, no castro da Ota, Alenquer (KALB, 1980 b) e na gruta natural sepulcral de pequenas dimensões do Correio-Mor, Loures (CARDOSO, 2003), a par de outros provenientes de áreas limítrofes, já do outro lado do Tejo (**Fig. 123**). Estes machados que, terminologicamente, se integram no “tipo

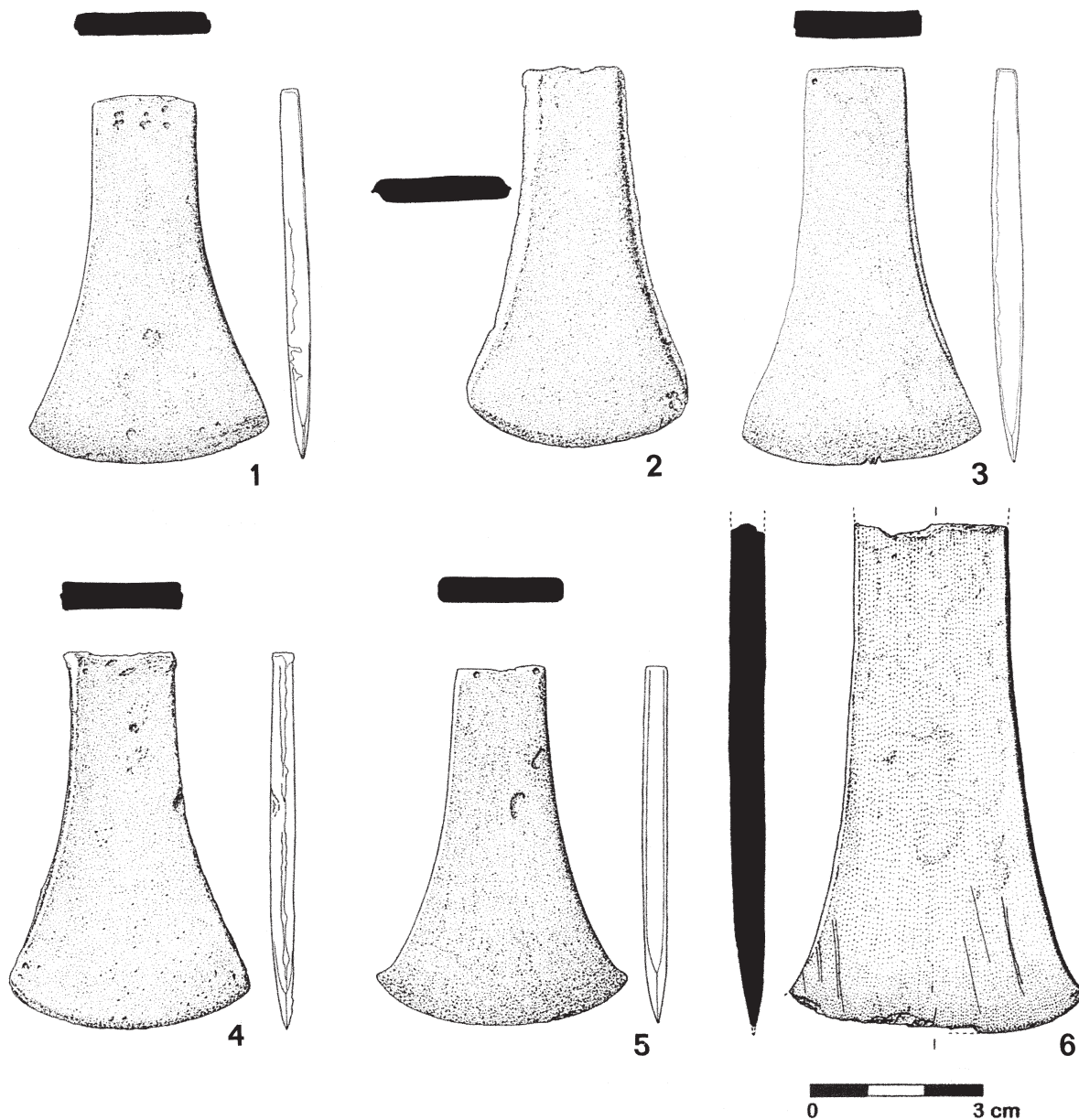


Fig. 123 – Conjunto de machados planos do Bronze Pleno da Estremadura e áreas limítrofes. 1 e 3 – Salvaterra de Magos; 2 e 4 – Muge; 5 – Vila Nova de S. Pedro; 6 – gruta do Correio-Mor, Loures. Seg. L. Monteagudo e J. L. Cardoso. Reduzidas a 1/3 (1 a 5).

Bujões / Barcelos”, diferenciam-se dos seus congéneres calcolíticos por possuírem os gumes acentuadamente convexos, formando um estreitamento do talão mais ou menos acentuado. A propósito da tardia introdução da metalurgia do bronze na região, tem interesse referir que as características pontas de seta metálicas de espigão, com ou sem barbelas laterais, do Bronze Pleno e Final, presentes na região em estudo – povoado

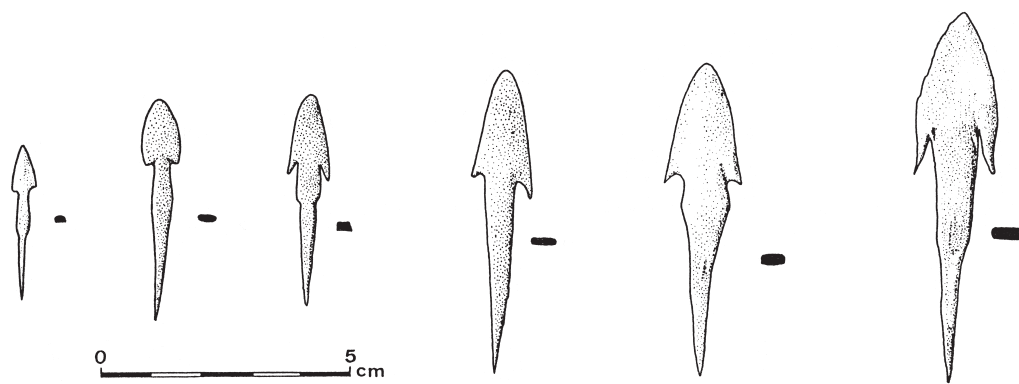


Fig. 124– Pontas de seta de cobre arsenical da Idade do Bronze, com espigão e barbelas mais ou menos desenvolvidas, do Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior. Seg. J. R. Carreira.

fortificado calcolítico do Zambujal, Torres Vedras (SANGMEISTER, SCHUBART & TRINDADE, 1971); gruta funerária da Cova da Moura (SPINDLER, 1981); dólmen do Alto da Toupeira, Loures (LEISNER, 1965); e área urbana de Sintra, rua da Padaria (CARREIRA, 1994) – são, sempre que a composição é conhecida, de cobre (SPINDLER, 1981), tal como as encontradas no Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior (CARREIRA, 1994) (**Fig. 124**). Esta situação contrasta com a composição química das peças encontradas nos povoados do Bronze Final do Sul da Beira Interior, nas proximidades dos quais existe estanho (VILAÇA, 1995). Assim, parece encontrar-se demonstrada uma progressiva utilização do bronze, neste caso suportada em tipo artefactual de evidente longevidade, com início no Bronze Pleno, como foi demonstrado pelo achado de um exemplar de cobre na necrópole da Vinha do Casão, também de cobre (GIL, GUERRA & BARREIRA, 1986) e *terminus* já na I Idade do Ferro (achado de um exemplar da Idade do Ferro no povoado do Almaraz, Almada). Estas observações são concordantes com o verificado no resto do território peninsular: aqui, o atraso da utilização das ligas binárias bronzíferas foi, pelo menos, de dois séculos relativamente ao Ocidente Europeu, devido à incipiência da exploração mineira do estanho, acompanhada da sua escassa difusão para regiões onde este não existia. Tal realidade – concordante com a observada no território português – explica a expansão da utilização do bronze, na Península Ibérica, de Norte para Sul, tendo apenas chegado ao Sudeste peninsular no fim do Bronze Médio (FERNÁNDEZ-MIRANDA, MONTERO-RUIZ & ROVIRALLORENZ, 1995).

A metalurgia do ouro encontra-se no imediato prolongamento das produções calcolíticas: continuam a produzir-se espirais auríferas, por vezes encadeadas umas nas outras, surgindo peças mais pesadas do que as anteriores, como as braceletes lisas e maciças, de secção circular, obtidas por fundição e ulterior martelagem. É a este grupo de jóias, situadas no “Bronze Antigo e Médio” por A. Perea (PEREA, 1991, Fig. 3) que pertencem os dois exemplares de Atouguia da Baleia, Peniche (PAÇO & VAULTIER, 1945) (**Fig. 125**) e o exemplar de Bonabal, Lourinhã (TRINDADE & FERREIRA, 1964), este associado a uma cadeia de oito espirais de secção circular (**Fig. 126**); correspondem, em ambos os casos, a achados fortuitos, produzidos, como é habitual, durante a lavra de terrenos agrícolas.

No concernente ao povoamento, para além do sítio de altura do Catujal, podem referir-se outros locais, também fundados *ex-novo*; entre estes, mencionam-se duas ocorrências, onde as influências meridionais já se não fazem sentir, ao contrário do Catujal, o que é explicado pela sua localização, na parte mais setentrional

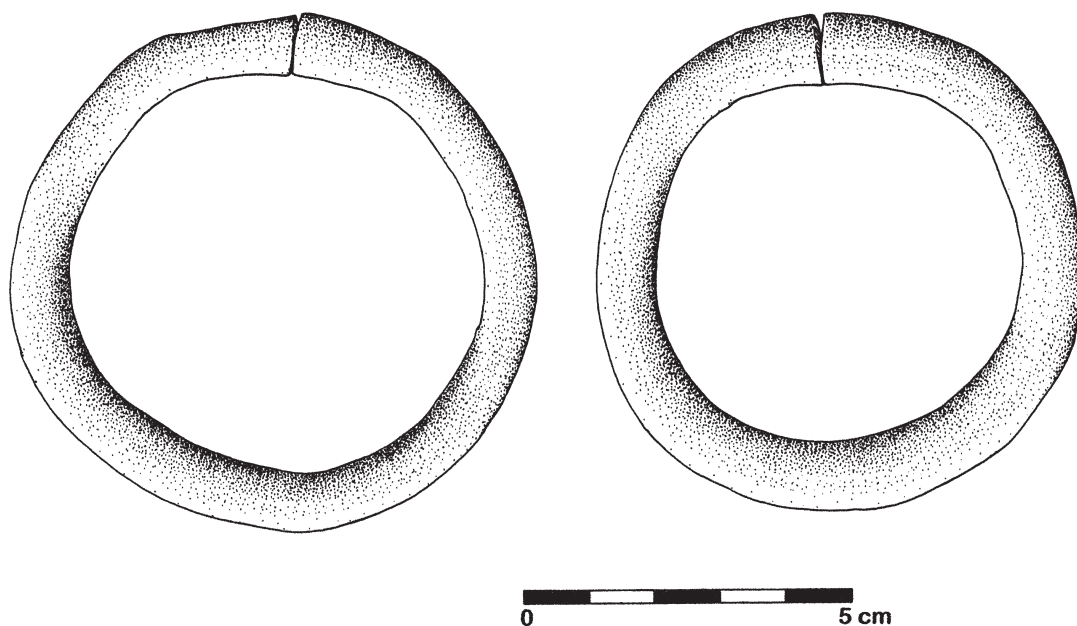


Fig. 125 – Braceletes de ouro martelado de Atougia da Baleia, Peniche. Seg. fotografia de A. do Paço.

do território em análise: trata-se do povoado do Agroal, Vila Nova de Ourém, implantado em encosta que nada individualiza da paisagem envolvente, sobre o rio Nabão (LILLIOS, 1993) e o povoado do Casal da Torre, Torres Novas (CARVALHO *et. al.*: 1999), que jaz quase sob dois metros de sedimentos, no fundo de uma discreta depressão da Serra d’Aire. No primeiro, identificaram-se diversas formas cerâmicas, desprovidas de decoração: vasos carenados, vasos tronco-cónicos, vasos de colo estrangulado e vasos de paredes direitas. Duas datas de radiocarbono, depois de calibradas, para cerca de 95% de probabilidade, indicam a primeira metade do II milénio a.C. No segundo sítio, onde os elementos decorados são excepção, ocorrem essencialmente vasos esféricos, com colo e bases planos (**Fig. 127**). Ambos parecem ter constituído assentamentos permanentes, vocacionados para uma economia agro-pastoril em clara continuidade com a praticada na região no final do Calcolítico. Mais para Sul, no concelho de Cascais, avulta o sítio de Abrizes, onde se escavou grande recinto habitacional de planta elipsoidal, atribuível ao Bronze Pleno ou ao Bronze Final (escavações inéditas dirigidas por G.Cardoso).

Em suma, apesar de ainda muito pouco conhecido, o Bronze Pleno da Estramadura configura modelo económico-social em nítida continuidade com o identificado no final do Calcolítico prenunciando, por outro lado, o padrão de exploração agro-pastoril do Bronze Final da mesma região. Como principal novidade, avulta a metalurgia do bronze, que então dava os seus primeiros passos, mesclando-se, pela primeira vez de forma nítida, influxos atlânticos (alabardas) e mediterrâneos (“alênes”), provados pela presença de artefactos



Fig. 126 – Tesouro do Bonabal, Torres Vedras. Em cima: cadeia de espirais de ouro, de secção circular; em baixo: bracelete de ouro martelado, a partir de um lingote fundido. Seg. J. L. Cardoso.

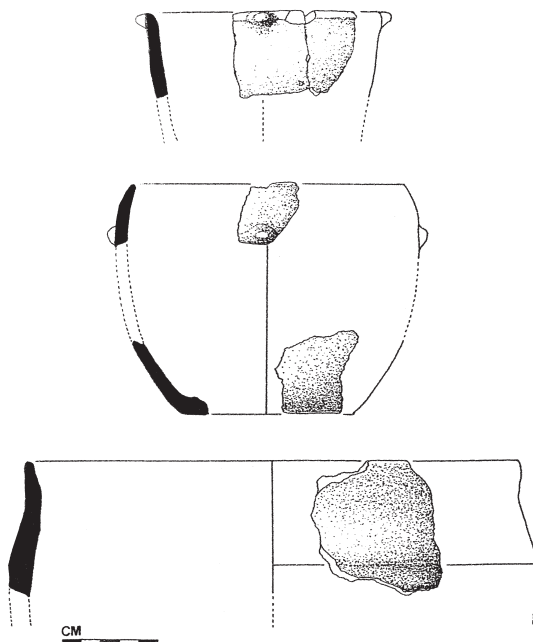


Fig. 127 – Materiais cerâmicos do povoado do Bronze Pleno de Casal da Torre, Torres Novas. 1 – vaso troncocónico invertido, com aplicação de mamilos junto ao bordo; 2 – recipiente em forma de «saco» com base plana e mamilos na parte superior do bojo; 3 – vaso carenado de colo estrangulado. Seg. A. F. Carvalho e col.

metálicos característicos daqueles dois grandes domínios geográficos. É esta realidade dual que se vai acentuar, no decurso do período seguinte, muito rico e diversificado, do ponto de vista cultural, na Baixa Estremadura: o Bronze Final.

Se a informação relativa ao povoamento é escassa, o mesmo acontece quanto às práticas funerárias. Admitindo que parte dos espólios anteriores, encontrados em grutas naturais, se possam reportar a tais práticas, ao menos em parte, ainda assim o volume de informação é claramente insuficiente. Uma das evidências mais interessantes foi registada na Lapa da Furada, gruta natural do topo da encosta meridional da Arrábida, junto da povoação de Azóia (Sesimbra). Trata-se da formação de um ossuário, com materiais oriundos de uma gruta natural existente nas proximidades, ali depositado no decurso do Bronze Pleno, conforme indica a tipologia dos materiais cerâmicos acompanhantes (CARDOSO & CUNHA, 1995). Datações de radiocarbono executadas sobre ossos humanos vieram a provar a sua cronologia dentro do Neolítico Final/Calcolítico (CARDOSO, 1997b). Deste modo, a remobilização destes restos humanos, efectuada na Idade do Bronze, pode relacionar-se com o reaproveitamento de uma gruta natural existente nas proximidades, para fins rituais ou sepulcrais, aspecto até então desconhecido no território português.

5 – O BRONZE FINAL NA EXTREMADURA

O registo arqueológico volta a estar bem documentado a partir dos inícios do 3.º quartel do II milénio a.C., correspondendo aos primórdios do Bronze Final, fase cultural que se prolonga até ao século IX a.C. ou inícios do seguinte, na região em causa. Com efeito, mercê das condições naturais antes aludidas, com destaque para a alta aptidão agrícola dos solos que se desenvolvem de Loures a Cascais e, na margem Sul, sendo embora menos propícios, de Cacilhas a Trafaria, assistiu-se à multiplicação de núcleos de carácter familiar, ou pequenos povoados abertos, dedicados à exploração agro-pastoril intensiva e extensiva, ao longo de todo o ano, como já anteriormente se verificava, desde o campaniforme.

Até o presente, o sítio melhor conhecido – servindo de paradigma aos sítios dos arredores de Lisboa – é o povoado da Tapada da Ajuda, Lisboa. Implantava-se em encosta de declive suave, entre 100 e 115 m de altitude, voltada a Sul, para o estuário do Tejo, que se descortina do local, e na imediação de linha de água, que nele antigamente desaguava (**Fig. 128**). A comunidade ali sediada, habitando casas de embasamento de alvenaria irregular, constituídas por blocos basálticos, de planta elipsoidal (**Fig. 129**) – com antecedentes locais, correspondendo às cabanas campaniformes de Leceia – dedicava-se à criação de animais domésticos (ovinos, bovinos e suínos), à recolocção intensa de moluscos e à pesca, no estuário adjacente e, excepcionalmente, à caça do veado, nos bosques que ainda existiriam nos arredores (CARDOSO *et al.*, 1986; CARDOSO, 1995). Porém, a actividade económica mais importante era a produção cerealífera, expressivamente documentada pelas centenas de elementos denticulados de foices, sobre lascas de sílex (**Fig. 130**), montadas em cabos de madeira (**Fig. 131**), também abundantes noutros povoados da região como o do Alto das Cabeças, Leião, Oeiras (CARDOSO & CARDOSO, 1996).

O volume potencial das produções (talvez sobretudo de trigo) ultrapassaria largamente as necessidades de consumo desta pequena comunidade, ali sediada entre inícios do século XIV e os finais do século XII a.C., segundo a análise estatística das cinco datas de radiocarbono obtidas (**Fig. 132**). Deste modo, a laboriosa, sedentária e pacífica comunidade da Tapada da Ajuda, como por certo muitas outras, desta região (MARQUES & ANDRADE, 1974), só poderá ser cabalmente compreendida se integrada numa super-estrutura sócio-económica organizada à escala regional, articulada em núcleos demográficos mais importantes, a partir dos quais se procedia à administração de territórios bem definidos e delimitados: em um destes se integraria a Tapada da Ajuda (ALARCÃO, 1996). Este modelo de exploração intensiva da terra prolongou-se até fase tardia do Bronze Final, como indicam as datas de radiocarbono obtidas no casal agrícola da Quinta do Percevejo, Almada, sugerindo ocupação dos séculos XI/X a.C. (BARROS, 2000); tal cronologia é compatível com a

presença de um grande vaso de colo cilíndrico, decorado no bojo por ornatos brunidos (BARROS & ESPÍRITO SANTO, 1991).

Haveria, deste modo, uma estrutura de poder político emergente, no seio de cada conjunto de casais agrícolas ou pequenos povoados, unidos eventualmente por laços de parentesco. Essa estrutura político-administrativa poderia sediar-se em sítios elevados, a partir dos quais se geriam os correspondentes territórios. Assim sendo, a emergência de povoados de altura na região, no decurso do Bronze Final na região em estudo – fenómeno também genericamente observado noutras regiões do País – é indissociável da existência de centros de poder económico-político e da afirmação das correspondentes elites, sediadas em tais locais: com efeito, a sua presença seria incontornável, até para a gestão interna dos centros demográficos de maiores dimensões, como alguns grandes povoados, com centenas ou milhares de habitantes conhecidos no Alto e no Baixo Alentejo (ALARCÃO, 1996). É nessa óptica que se pode interpretar a presença de elementos com uma posição social privilegiada e distinta no seio da comunidade, ocupando o topo do Monte do Frade (Penamacor), entre os séculos XII/XI e IX a.C. (VILAÇA, 1997), enquanto a parte indiferenciada da mesma comunidade ocuparia o território que se desenvolve a partir do sopé daquela elevação.

Na área em estudo, existem locais com características semelhantes, correspondendo a diversas elevações isoladas na paisagem, cuja ocupação remonta ao Bronze Final (apesar de não se disporem de quaisquer elementos cronométricos): para além da colina do castelo, em Lisboa – onde até agora não foram encontrados testemunhos do Bronze Final, o que não significa que não existam – salientam-se os povoados do Penedo de Lexim, Mafra (KALB, 1980 b), que anteriormente conheceu uma importante ocupação calcolítica (**Fig. 133**); Cabeço de Moinhos, Mafra (VICENTE & ANDRADE, 1971); Ota, Alenquer (BARBOSA, 1956); Castelo dos Mouros, Sintra (CARDOSO, 1997/1998 b) (**Fig. 134**); Cabeço Mouro, Cascais (CARDOSO, 1991) e Monte da Pena, Torres Vedras (MADEIRA, *et al.*, 1972; SPINDLER, 1981). Pelo menos em cinco deles foram recolhidos fragmentos de cerâmicas finas, com ornatos brunidos (**Fig. 135**), os quais, para além de se poderem associar ao quotidiano das elites, configuram uma etapa tardia do Bronze Final regional, situável entre os séculos XI e IX a.C. (Bronze Final II), compatível com a cronologia dos povoados de altura do Bronze Final da Beira Interior, onde também se recolheram fragmentos de tais cerâmicas. Com efeito, na Tapada da Ajuda, único povoado datado do Bronze Final I, não se identificou um único fragmento destas cerâmicas, apesar dos milhares de elementos compulsados. Tal não significa, porém, a existência de uma dicotomia segundo a qual os povoados de altura teriam substituído a dado momento, os povoados de encosta, ou simples “casais agrícolas”: é óbvio que é de rejeitar qualquer evolução linear nas modalidades de povoamento da região: ambas são complementares, tendo portanto coexistido, fazendo parte da mesma estratégia de ocupação, gestão e exploração dos territórios, que integravam o espaço geográfico em apreço, ao contrário do admitido recentemente (VILAÇA & ARRUDA, 2004, p. 28); Esta problemática ultrapassa, naturalmente o estrito âmbito estremenho a que se reporta este trabalho: com efeito, no Tejo médio (região de Abrantes e Mação), prolongamento natural da área em apreço, as mesmas autoras referem recentes trabalhos de prospecção e de escavação, que mostraram a existência de um povoamento de altura, representado pelo Castelo de Abrantes, Castelo Velho do Caratão (Mação) e Cabeço das Mós (Sardoal), enquanto em áreas de vale e encosta se



Fig. 128 – Vista da implantação do povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda, Lisboa (ao centro, em segundo plano). Seg. J. L. Cardoso, J. S. Rodrigues, J. Monjardino & J. R. Carreira.



Fig. 129 – Vista parcial do embasamento de grande cabana de planta elipsoidal, constituído por blocos basálticos, do povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda. Seg. J. L. Cardoso.

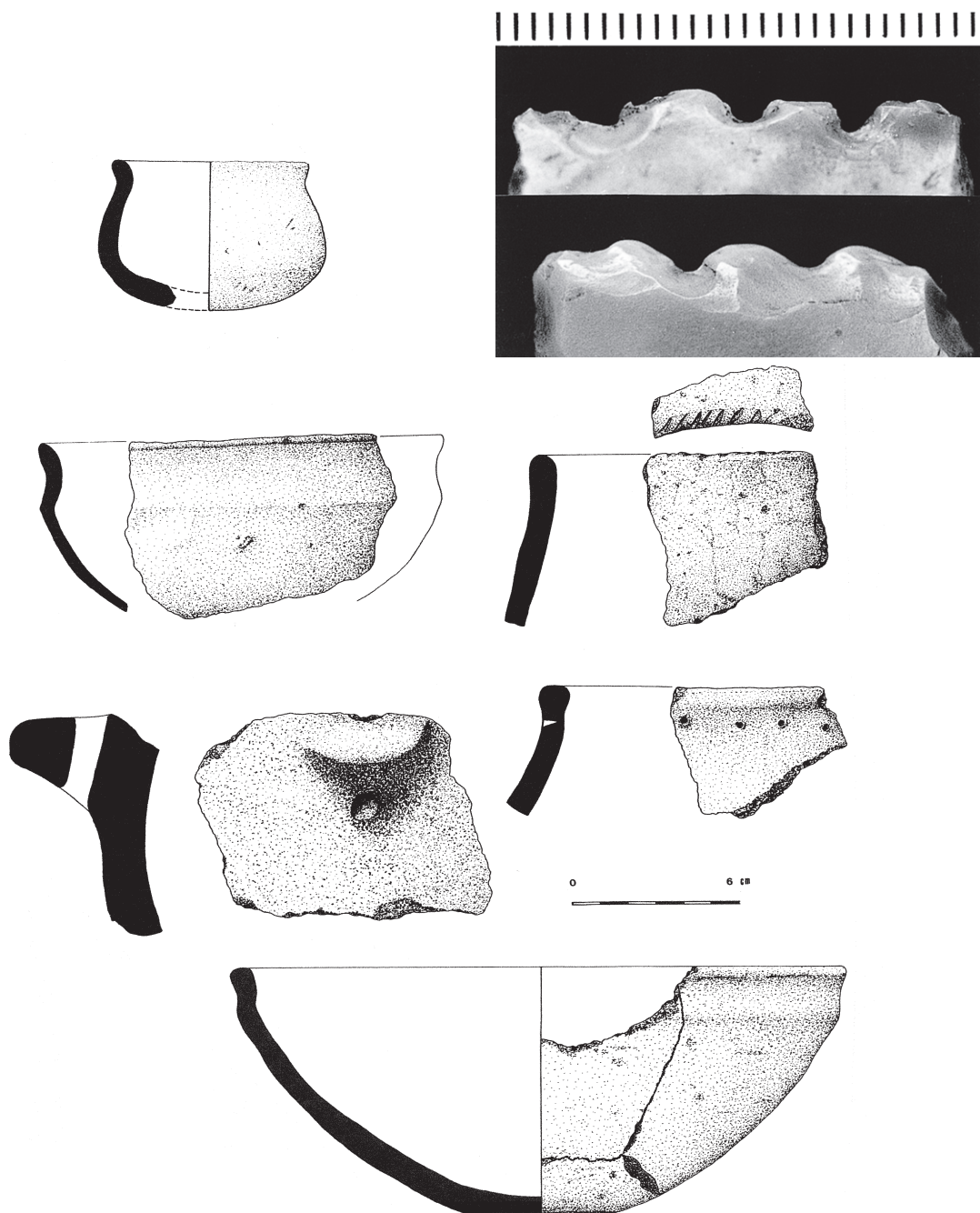


Fig. 130 – Materiais do povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda, Lisboa. Em cima, à direita: pormenor dos gumes denticulados de dois elementos de foice sobre lascas de sílex, com nítidos sinais de desgaste (escala em mm). Seg. J. L. Cardoso e colaboradores.

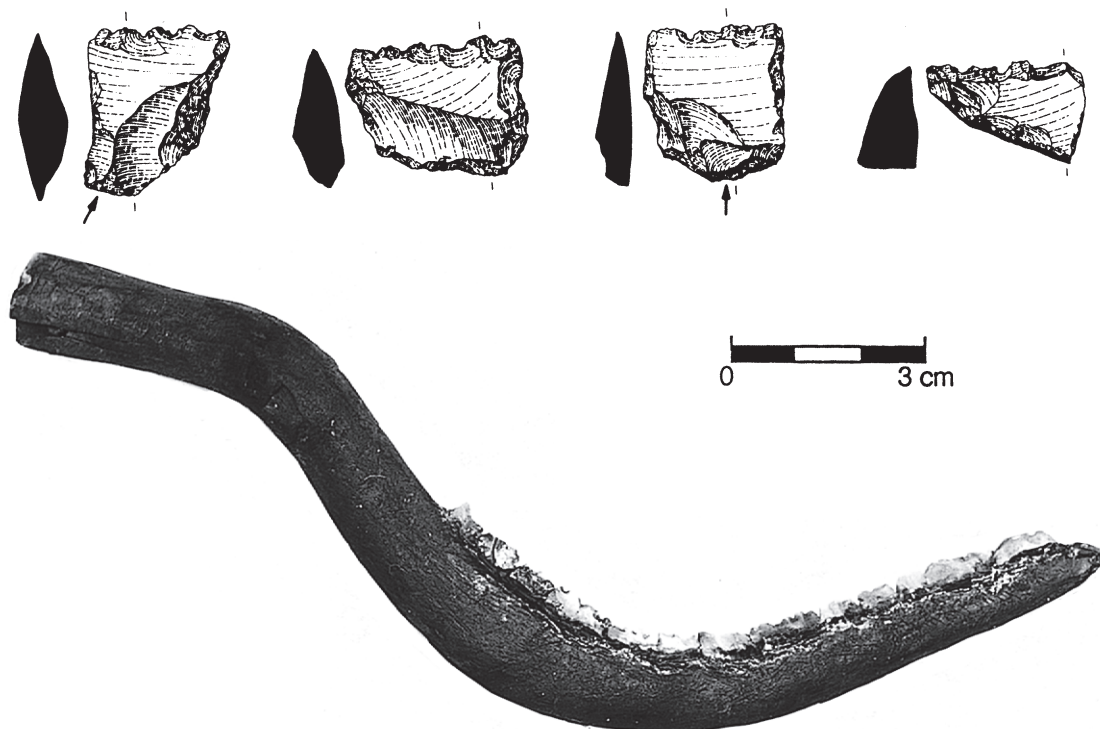


Fig. 131– Elementos de foice de sílex, do povoado do Bronze Final do Alto das Cabeças, Oeiras, seg. J. L. Cardoso & G. Cardoso, em cima e respectiva reconstituição com base em elementos homólogos recolhidos no povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda, seg. J. L. Cardoso, em baixo (reconstituição de J. Monjardino).

ocuparam sítios como a Quinta da Pedreira e Amoreira (Abrantes), Montalvo e Alcobre (Constância) (VILAÇA & ARRUDA, 2004, p. 38), não havendo quaisquer razões, de momento, para não os considerar subordinados a uma mesma estratégia de povoamento.

As cerâmicas de ornatos brunidos do Bronze Final II do grupo estremenho, também designadas por tipo “Lapa do Fumo” (a designação “tipo Alpiarça” é menos adequada, até por ser mais moderna e portanto não possuir prioridade face à anterior), integram formas abertas e fechadas (MARQUES, 1972; KALB & HOCK, 1985); quando ostentam decorações, estas, na Estremadura, apresentam-se em regra na parede externa dos recipientes, correspondendo a motivos reticulados obtidos pelo deslizamento de uma ponta romba na superfície seca antes da cozedura. Por tal razão, evidenciam uma coloração mais escura e com brilho acetinado, o que sugeriu a E. da Cunha Serrão, que primeiramente as identificou em Portugal, na Lapa do Fumo, a hipótese de corresponderem a pinturas (SERRÃO, 1958, 1959). A distribuição destas cerâmicas estende-se para o interior, ao longo do Tejo e afluentes da margem direita, até à região de Sabugal (BÜBNER, 1996) (**Fig. 136**), sendo em parte coevas do “grupo alentejano”, recentemente considerado e do “grupo da Andaluzia”, de há muito conhecido, este último com sobrevivência nos primórdios da Idade do Ferro

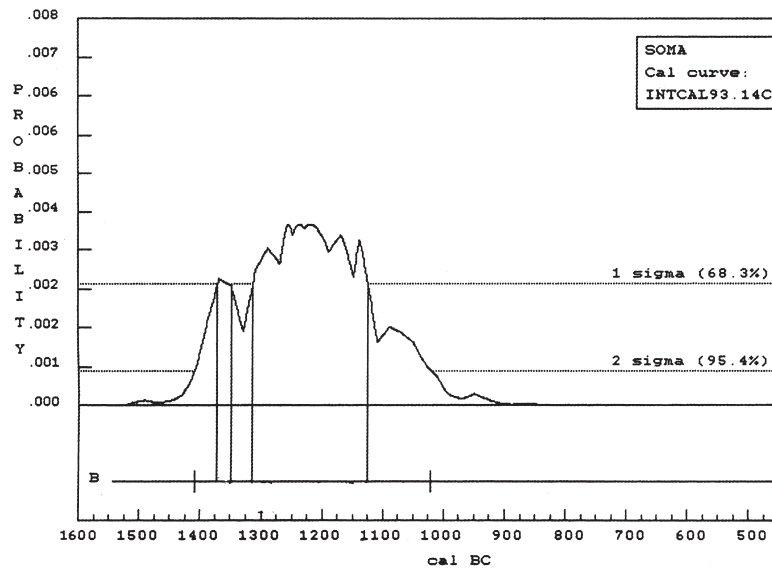
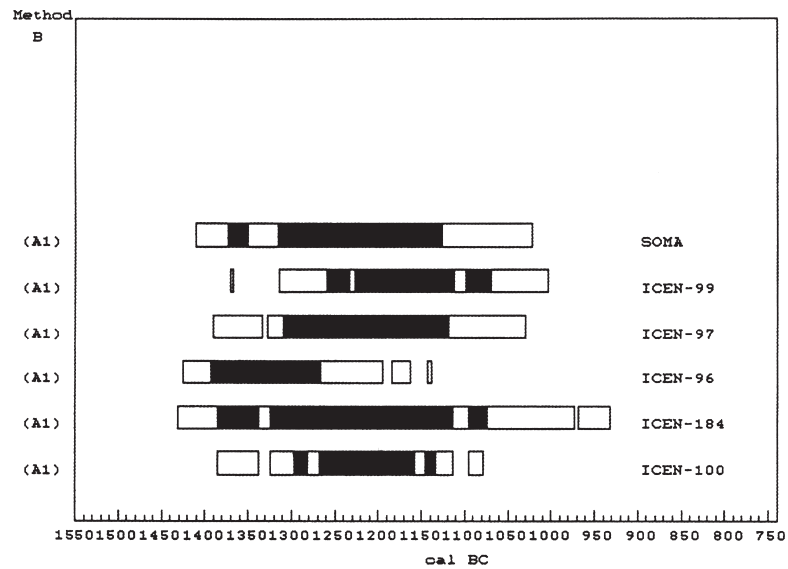


Fig. 132 – Datas de radiocarbono do povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda, calibradas a um (a negro) e a dois sigma (em cima). Em baixo: gráfico de distribuição de probabilidade das seis datas representadas calculado por A. M. Monge Soares. Seg. J. L. Cardoso.



Fig. 133 – Vista do morro basáltico do Penedo do Lexim, Mafra, onde se instalou um povoado no decurso do Calcolítico, seguido de outra ocupação no Bronze Final. Seg. J. L. Cardoso.



Fig. 134 – Fase inicial da sondagem realizada no Castelo dos Mouros (1976), aproveitando uma rechã entre blocos graníticos, ocupada no Bronze Final. Foto de R. Oliveira, cedida pelo Museu Regional de Sintra.

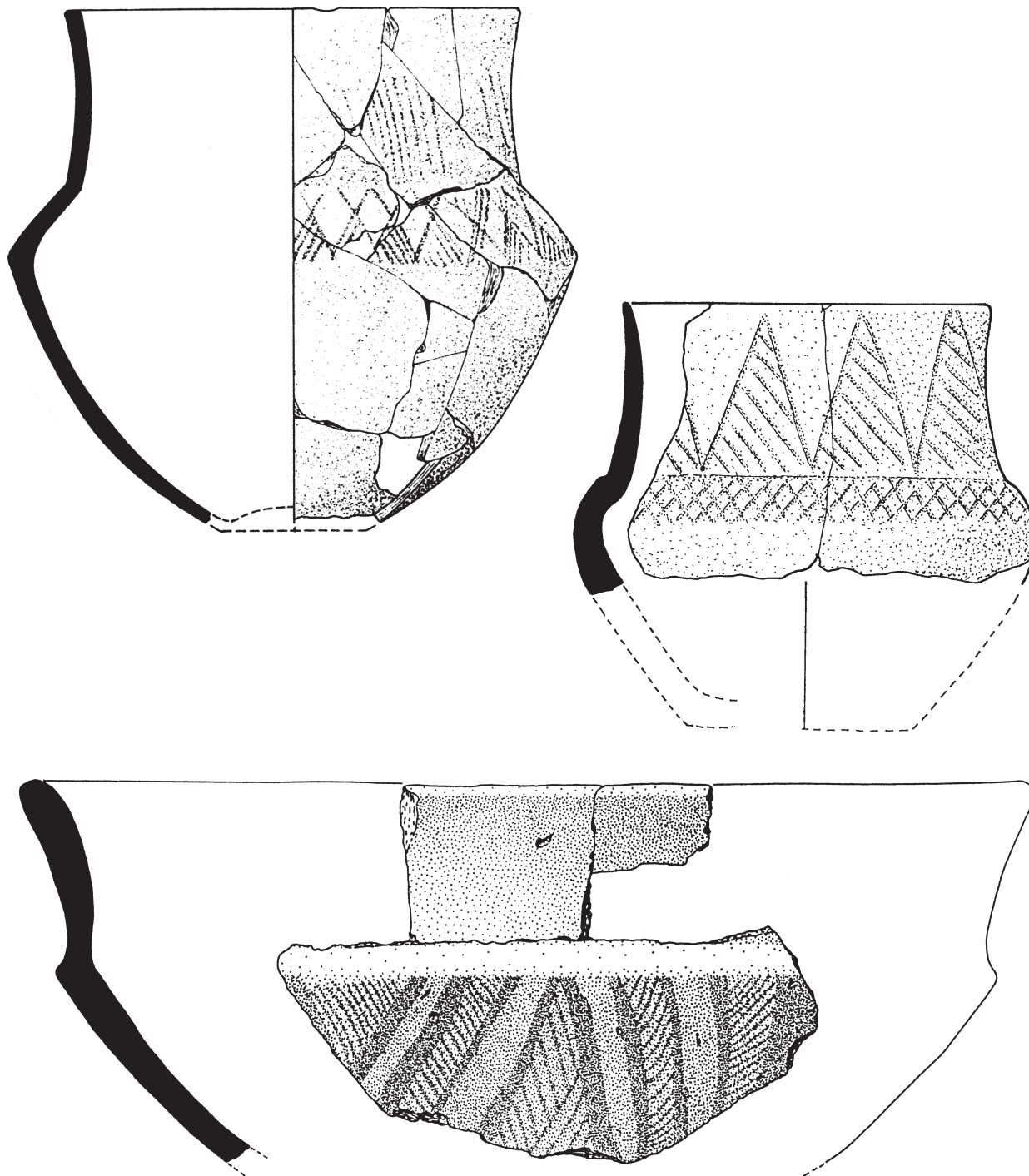


Fig. 135 – Recipientes de ornatos brunidos de povoados do Bronze Final de altura da Baixa Estremadura. Em cima, vaso de colo médio do Monte da Pena, Torres Vedras (x ½); ao centro e em baixo, pequeno vaso de colo médio do Penedo do Lexim, Mafra e taça carenada do Castelo dos Mouros ambos à escala natural. Seg. J. Madeira, J. L. M. Gonçalves, L. Raposo & R. Parreira; J. R. carreira; e J. L. Cardoso, respectivamente.

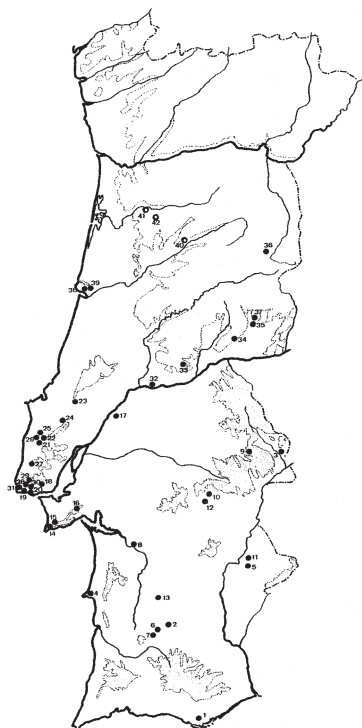


Fig. 136 – Distribuição das cerâmicas de ornatos brunidos do Bronze Final pelo território português. Notar a sua concentração na Baixa Estremadura e ao longo do vale do Tejo, até à Beira Interior. Seg. T. Bübner.

(GAMITO, 1990/1992; CORREIA, 1998), o que não acontece na Estremadura, onde a produção destas cerâmicas cessa no fim do Bronze Final II. No entanto, com uma e outra destas regiões terá havido contactos, como sugere pequena taça carenada com decoração interior, da Quinta do Marcelo, Almada (BARROS, 1998, p. 31) (**Fig. 137**), cuja presença se afigura excepcional, pelas razões supra mencionadas e evoca, de facto, as produções tartéssicas, mais modernas, do Vale do Guadalquivir.

A aludida dispersão das cerâmicas estremenhas de ornatos brunidos ao longo da bacia hidrográfica do Tejo médio e superior português pode conotar-se com a rota do estanho, o qual, oriundo das Beiras, afluía à Estremadura pela via fluvial; do mesmo modo, o cobre, oriundo dos chapéus de ferro da faixa piritosa e de numerosos jazigos disseminados do Alto Alentejo, também poderia ser transportado através do Sado até à Estremadura. O exemplo mais expressivo da confluência dos dois componentes do bronze nesta última região, é a presença de molde de arenito para fundição de foices de talão, de bronze, achado em Rocanes, Sintra (**Fig. 138**). Este topónimo está na origem da designação de foices “tipo Rocanes”, das quais COFFYN (1985) inventariou na Península Ibérica 21 exemplares (ou 23, na actualização de SILVA, 1986, a que se soma um outro, do povoado do Castelejo, Sabugal, cf. VILAÇA, 1995). Trata-se de produções típicas do centro e sul do País, com apenas duas excepções a Norte do Douro, cujo fabrico local é indicado pelo molde encontrado no castro de Álvora (SILVA, 1986, Est. V). À região ribeirinha da foz do Sado, correspondem três exemplares, de cada um dos seguintes sítios: Pedreiras e Calhariz, Sesimbra; e Fonte da Rotura, Setúbal (SERRÃO, 1966) (**Fig. 139**). A produção de foices de talão, ditas do “tipo Rocanes”, bem como as suas homólogas de alvado,

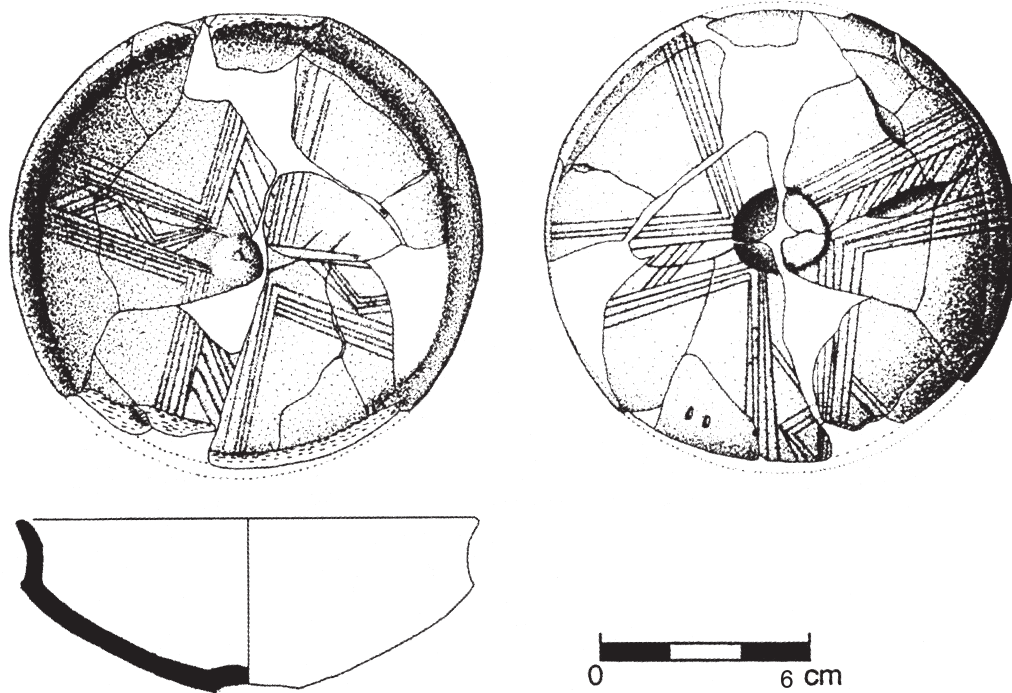


Fig. 137 – Taça decorada com ornatos brunidos em ambas as faces e com fundo umbilicado, do povoado do Bronze Final da Quinta do Marcelo, Almada. Seg. L. Barros.

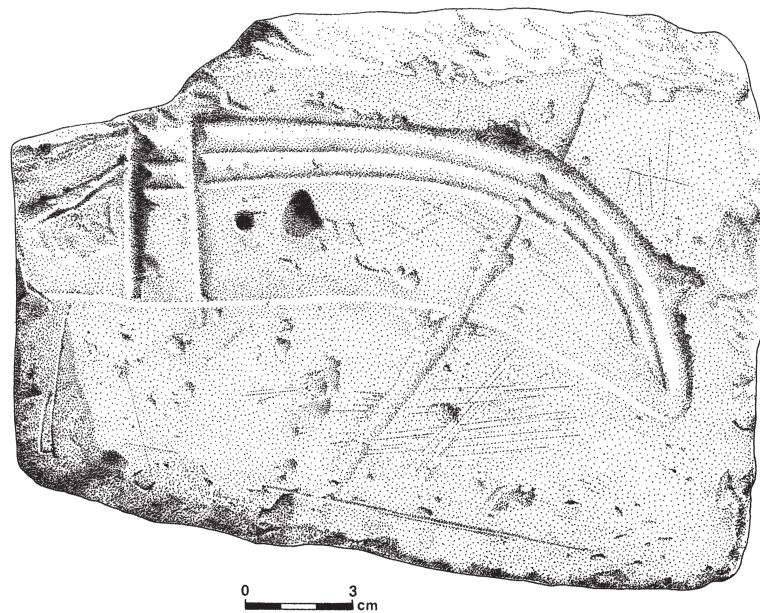


Fig. 138 – Molde para foices de talão do “tipo Rocanes”, escavado em bloco de arenito, do sítio epónimo de Casal de Rocanes, Cacém, Sintra. Seg. J. L. Cardoso.

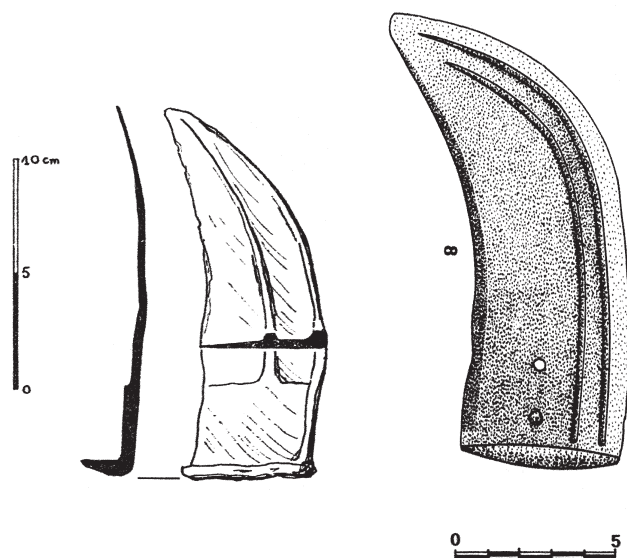


Fig. 139 – Foices de bronze de “tipo Rocanes”, da Estremadura. À esquerda: de Pedreiras, Sesimbra. À direita: exemplar obtido com o molde de Rocanes, Cacém. Seg. E. da Cunha Serrão e A. Coffyn, respectivamente.

de origem norte-atlântica pode, talvez, ainda inscrever-se no Bronze Final I, visto exemplares do segundo tipo recolhidos no castro da Senhora da Guia, Baiões, serem anteriores ao século X a.C. (inf. de J. C. de Senna-Martinez). Os exemplares de alvado são muito mais raros na área estremenha, sendo de referir o recolhido no povoado do Alto das Bocas (CARREIRA, 1994) (**Fig. 140**), o que não espanta, visto tratar-se de tipo atlântico, cuja área de maior concentração é mais setentrional. Na Estremadura, só então se teria procedido à substituição das foices de madeira com elementos denticulados de sílex, os quais, como se viu anteriormente, eram de uso generalizado ainda na etapa inicial do Bronze Final, o que se explica, por duas razões principais: a facilidade de obtenção local de sílex; e a dificuldade e, sobretudo, o custo, de obter o cobre e o estanho necessários para a confecção deste tipo de artefactos, obviamente dispendiosos.

O abastecimento da Baixa Estremadura, sobretudo a partir do século XXI a. C., tanto de estanho como de cobre, viabilizou, igualmente, a produção de outros artefactos de bronze, também de cunho marcadamente regional, como os machados de alvado e duas argolas e os de talão unifaces. Ambos coexistiram com as foices de talão, como se verifica pela presença de um machado de alvado e duas argolas em associação a uma foice de talão, no pequeno depósito de Pedreiras, Sesimbra e, já fora da área em estudo, pelo conjunto de Coles de Samuel, Soure, onde se encontram representados em associação os três tipos de peças em causa (PEREIRA, 1971).

No concernente à Baixa Estremadura, que é a que maior concentração mostra de machados de alvado, registaram-se ocorrências em cada um dos seguintes sítios (COFFYN, 1985): Abrigada e castro da Ota, ambos do concelho de Alenquer; gruta sepulcral da Cova da Moura, Torres Vedras; Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos; Cabeço de Moinhos, Mafra; Leceia, Oeiras; Lisboa; de Alfarim, Sesimbra, provêm dois exemplares,

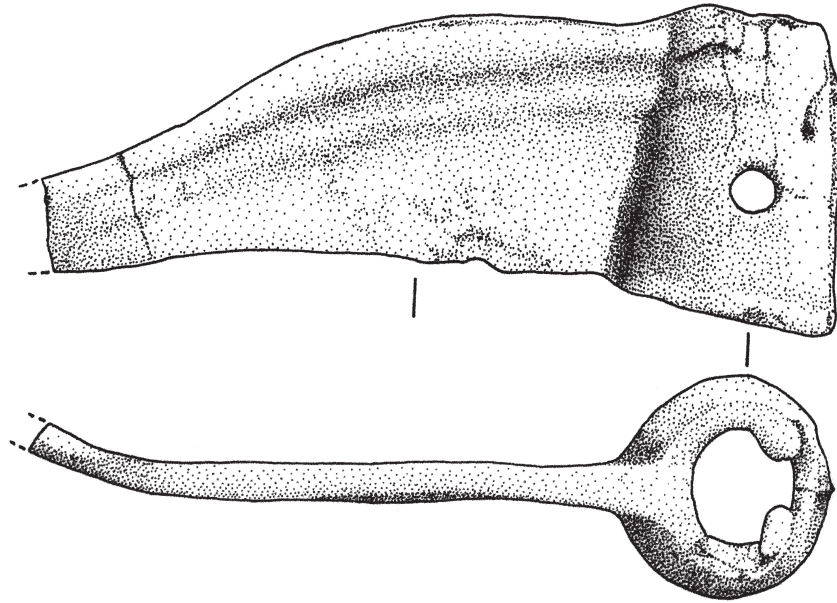


Fig. 140 – Foice de bronze de alvado, do povoado do Alto das Bocas, Rio Maior. Seg. J. R. Carreira. Tamanho natural.

um deles desprovido de anéis laterais e, outro de Pedreiras, também no concelho de Sesimbra. A esta série, deverá adicionar-se ainda um machado de alvado e dois anéis, do povoado de Penedo de Lexim, Mafra (KALB, 1980 b), o que perfaz um total de onze exemplares, só na Baixa Estremadura, dos quais se reproduzem nove (**Fig. 141**). Em comparação, os machados unifaces de talão, munidos de uma argola lateral, característicos da fachada atlântica estremenha, com penetração para o interior, ao longo do Tejo (COFFYN, 1985), são muito mais escassos, (MONTEAGUDO, 1977; KALB, 1980 b; e COFFYN, 1985): trata-se das peças dos povoados de altura de Cabeço de Moinhos, Mafra, e de Monte Sereno, Sintra provindo o machado de pequena gruta existente na encosta (PEREIRA, 1957), facto que sublinha o carácter ritual desempenhado por várias destas cavidades naturais. Alargando a distribuição geográfica dos dois tipos aludidos de machados à parte mais setentrional da Estremadura e áreas limítrofes, verificam-se ocorrências no povoado do Monte de S. Martinho (Rio Maior), na Columbeira (Bombarral) e na Cesareda (Óbidos), correspondentes a achados sem contexto, nos dois últimos casos oriundos de grutas naturais existentes na região, além do exemplar recolhido no Castro de Pragança, Cadaval. Este é sem dúvida um dos mais importantes sítios fortificados da Idade do Bronze e da Idade do Ferro da Estremadura, embora as sucessivas intervenções ali efectuadas em época antiga (séculos XIX e inícios do XX) tenham produzido, a par da erosão, fortes perturbações na eventual estratigrafia que ainda se conservasse. A tal título, basta invocar o conjunto bronzífero publicado por A. Coffyn, notável pela importância e diversidade, no qual se integram dois machados, um de talão com argola uniface, e outro, de alvado, munido também de uma argola (COFFYN, 1985, Pl. XLV).



Fig. 141 – Conjunto de machados de alvado e dois anéis, com excepção de um, no canto inferior direito, deles desprovido, oriundos das seguintes localidades: 1 – Pedreiras, Sesimbra; 2 – Arruda dos Vinhos; 3 – castro da Ota, Alenquer; 4 – Penedo do Lexim, Mafra; 5 – Abrigada, Alenquer; 6 – Alfirim, Sesimbra; 7 – Cova da Moura, Torres Vedras; 8 – Cabeço de Moinhos, Mafra; 9 – Alfirim, Sesimbra. Seg. E. C. Serrão, L. Monteagudo, P. Kalb e K. Spindler.

O mapa de distribuição do referido autor, relativo aos três grupos artefactuais em apreço – os quais, como é evidente, terão coexistido no tempo – mostra que o único domínio geográfico em que os três se sobrepõem, é a Estremadura (**Fig. 142**). Fossem ou não de fabrico local, o qual apenas se encontra provado no caso das foices de tipo Rocanes – relembre-se que até hoje não se encontrou nenhum molde de machado de alvado com duas argolas, em território português – a presença abundante, comparativamente a outras áreas geográficas, destes artefactos de produção dispendiosa, revela a capacidade económica atingida no Bronze Final II da Baixa Estremadura pelas populações que aqui viviam. Tais peças, destinavam-se tanto a utilização local como a exportação, por via marítima. A Estremadura comportar-se-ia, então, como placa giratória deste comércio

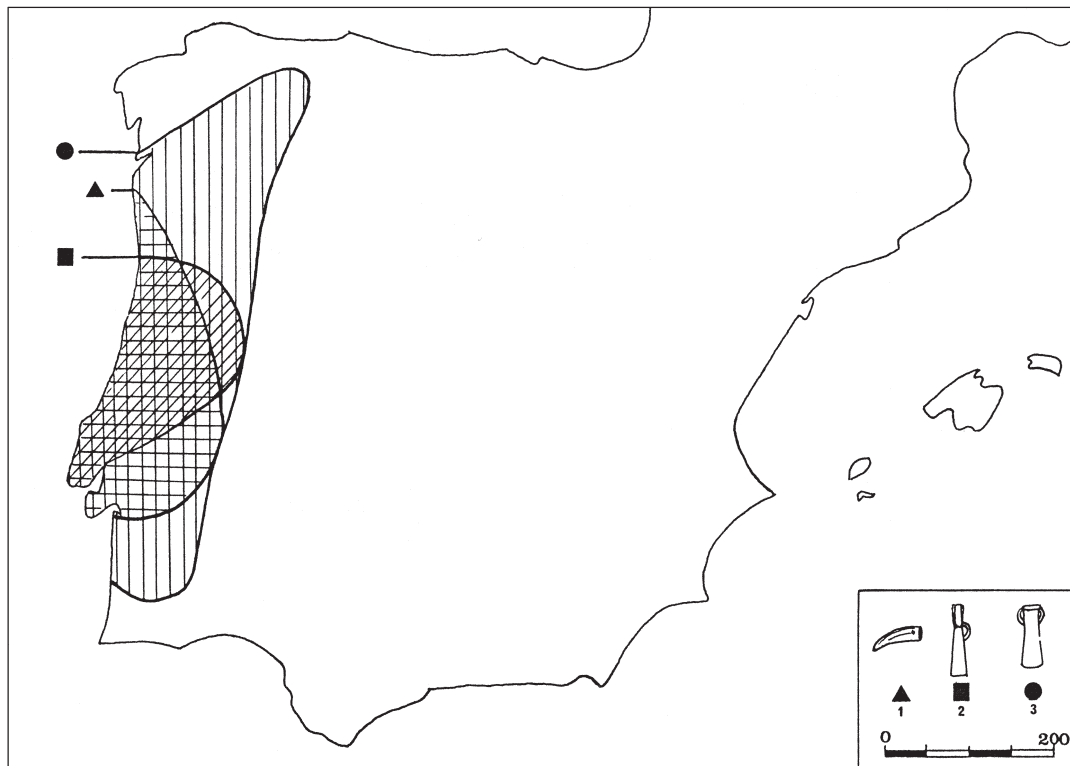


Fig. 142 – Distribuição geográfica dos artefactos característicos do Bronze Final atlântico da fachada ocidental peninsular: 1 – foices de talão do tipo Rocanes; 2 – machados de talão unifaces com um anel; 3 – machados de alvado com dois anéis. Note-se que a única área onde coexistem simultaneamente os três tipos artefactuais corresponde à actual Estremadura portuguesa. Seg. A. Coffyn.

transregional. Sem recursos naturais que justificassem, por si, só a emergência das elites por um processo de acumulação de riqueza – não se antevê que os aludidos potenciais agrícolas fossem suficientes para tal – o florescimento económico destas comunidades terá sido acentuado pela própria metalurgia do bronze e consequente comercialização por via marítima (**Fig. 143**) dos produtos manufacturados, ou das respectivas matérias-primas (KALB, 1980a). Estas, circulariam sob a forma de lingotes, provavelmente produzidos à boca da mina, como já se observava no Calcolítico. Conhecem-se alguns destes lingotes de bronze, como os recolhidos no depósito de Ervedal, Castelo Branco, de formado discoidal plano-convexo (VILLAS-BOAS, 1947; VILAÇA, 1998), os quais eram ulteriormente refundidos nas áreas habitacionais para a produção de artefactos diversos. Assim sendo, as elites regionais detentoras do poder actuariam como intermediárias na circulação de tais bens, arrecadando daí as mais-valias correspondentes.

No quadro das solidariedades comerciais atlanto-mediterrâneas então estabelecidas, a importância da Baixa Estremadura decorreria imediatamente da sua excepcional posição geográfica, servida por excelentes

ancoradouros, a começar pelos existentes na zona vestibular dos estuários do Tejo e do Sado. Assim se explicam as numerosas peças encontradas em sítios do Mediterrâneo Central (Itália, Sardenha e Sicília), inventariados por Lo SCHIAVO (1991), donde se destaca o célebre depósito do Monte Sa Idda, Cagliari

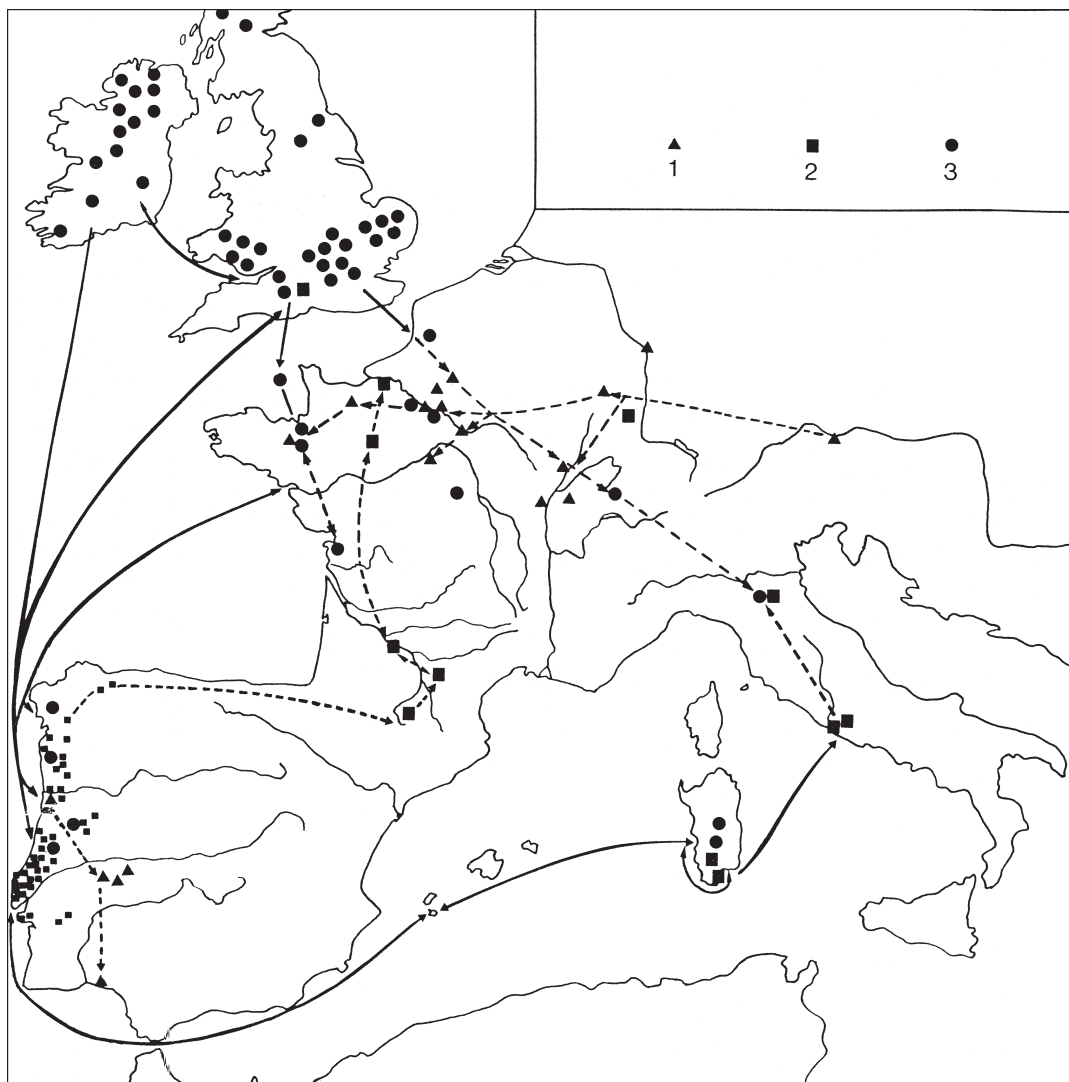


Fig. 143 – As correntes comerciais trans-europeias, no final do Bronze Final vistas através de algumas produções de artefactos de bronze, seg. A. Coffyn. 1 – Capacetes de crista; 2 – Machados de alvado e dois anéis; 3 – foices de alvado.

(Sardenha), contendo, entre outros, os três tipos artefactuais referidos: machados de talão plano e uma argola; machado de alvado e duas argolas; e foices de talão “tipo Rocanes”. (TARAMELLI, 1921) (**Fig. 144**).

Segundo Lo SCHIAVO (1991), trata-se de um conjunto essencialmente dos séculos X e IX a.C., época a que pertencem globalmente as produções homólogas peninsulares, representadas no depósito por peças importadas ou copiadas localmente, a partir de protótipos oriundos da Península Ibérica.

Outro *item* que acusa produção peninsular ocidental é o “tranchet”, também presente no depósito do Monte Sa Idda, por apenas um fragmento (TARAMELLI, 1921, Fig. 77), considerado de tipo “português” (Lo SCHIAVO, 1991). Trata-se de raro tipo artefactual, representado no território português pelos seguintes exemplares: castro da Senhora da Guia, Baiões, 2 ex. (KALB, 1978; COFFYN, 1985; SILVA, 1986); Monte do Frade, Penamacor, 1 ex. (VILAÇA, 1995); Castelo Velho do Caratão, Mação, 1 ex. (COFFYN, 1985); castelo de Arraiolos, 1 ex.; Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior, 1 ex. (CARREIRA, 1994, Fig. 11, 3; Est. 33, nº 5); e Quinta do Marcelo, Almada, 1 ex. (BARROS, 2000). Recentemente, inventariaram-se mais três ocorrências na região da Beira Interior, em Tapada das Argolas, Monte do Trigo e Cachouça (VILAÇA & ARRUDA, 2004, p. 21), evidenciando uma distribuição alargada, mas sempre escassa, estando a Estremadura apenas representada pelos dois exemplares referidos.

As armas, usadas pelo segmento guerreiro, cuja presença, para além das funções de prestígio, exteriorizando o estatuto social de quem os podia ostentar, se afigurava essencial à manutenção das regras de convivência estabelecidas, são escassas na Estremadura. No grupo dos punhais, os inventários assinalam alguns exemplares de rebites na lingueta do “tipo Porto de Mós” (**Fig. 145**). Trata-se, como as peças anteriores, de produção de cunho regional, cuja distribuição se centra na Estremadura e Beiras. Trata-se dos exemplares do Curral das Cabras, Columbeira (Bombarral), de Pragança (Cadaval), da Gruta das Lapas, (Cadaval); da Cesareda, Óbidos, do Cabeço do Jardo (Torres Vedras); do Moinho do Raposo (Alenquer), e da Lapa do Fumo (Sesimbra) (COFFYN, 1985). A mesma forma encontra-se presente no depósito sardo de Santadi (Lo SCHIAVO, 1991).

Reportam-se à área em estudo várias pontas de lança de alvado, oriundas do Penedo de Lexim, Mafra, (SOUSA, 2000), do castro da Ota (Alenquer) (BARBOSA, 1956), Alto das Bocas, acompanhado de um dos contos (CARREIRA, 1994, Est. 40, nº 2 e 3), do castro de Pragança (Cadaval) (COFFYN, 1985) e do Casal dos Fiéis de Deus (Bombarral) (VASCONCELOS, 1920a). A maioria, inscreve-se claramente no “tipo Vénat” (COFFYN, 1985), comum no litoral setentrional da Península e na Aquitânia; outras são do tipo de aletas convexas alargadas na base, com pelo menos um paralelo português em Portelas, Lagos (CARDOSO, GUERRA & GIL, 1992). Enfim, a de Pragança consubstancia um tipo caracterizado por asas convexas, sem alargamento na base, e molduradas (COFFYN, 1983, Fig. 2, nº 2) (**Fig. 146**). Neste povoado encontrou-se também uma rara ponta de alvado, talvez de dardo, com fortes barbeluras.

É significativo que as armas tenham distribuição análoga à das peças anteriores, visto provirem essencialmente de povoados de altura, a par de sítios de índole funerária ou ritual. A este segundo tipo de ocorrências se poderá reportar o achado de uma espada, obtida em dragagens junto a Cacilhas, em zona adjacente aos antigos estaleiros da Parry & Son, Ltd. Trata-se de exemplar tardio no contexto das produções do Bronze Final, com lâmina em “língua de carpa” (**Fig. 146**) (GOMES, 1992), conotável com oferenda às

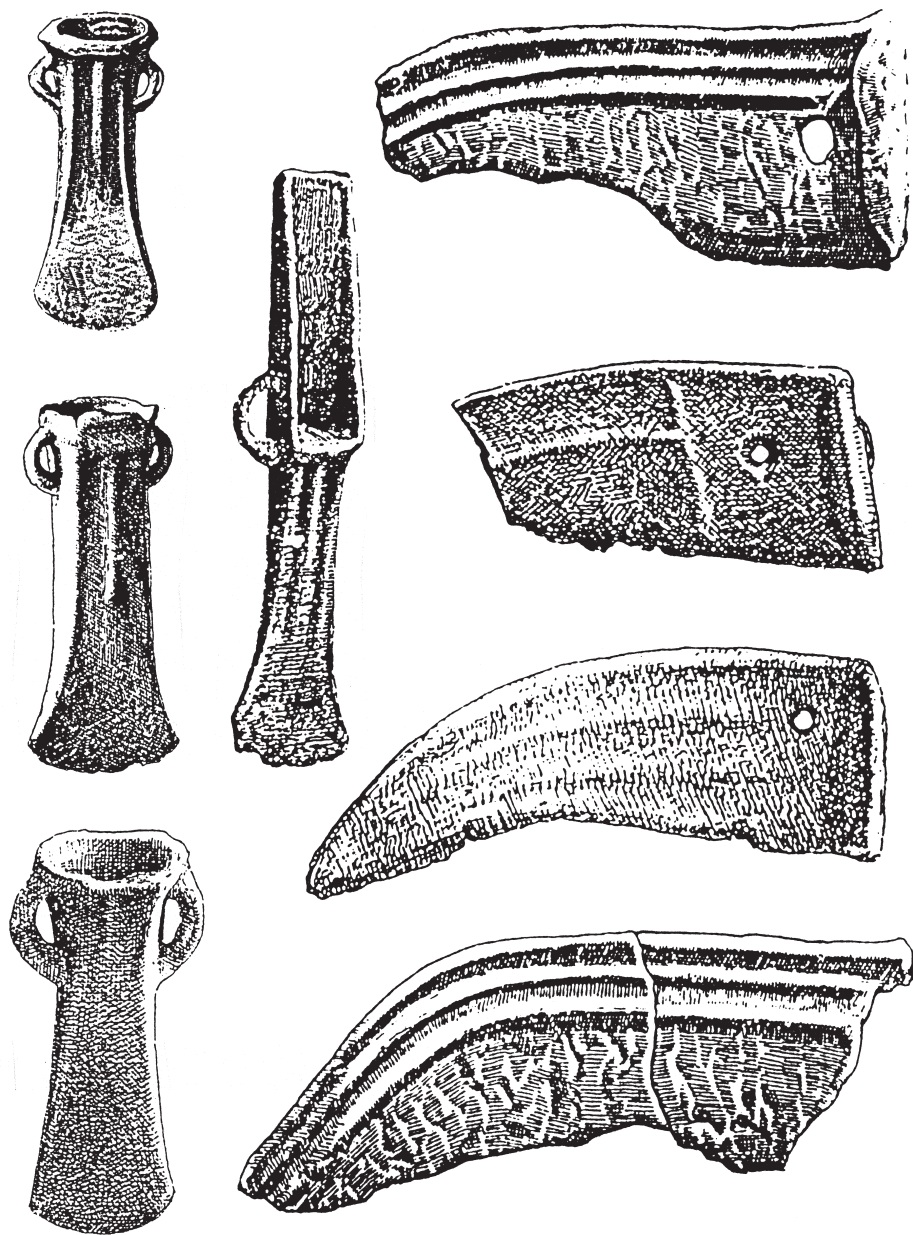


Fig. 144 – Bronzes do depósito do Bronze Final do Monte Sa Idda, Cagliari, Sardenha, de produção peninsular, provavelmente estremenha, ou de imitação local. Escalas diferentes. Seg. A. Taramelli.

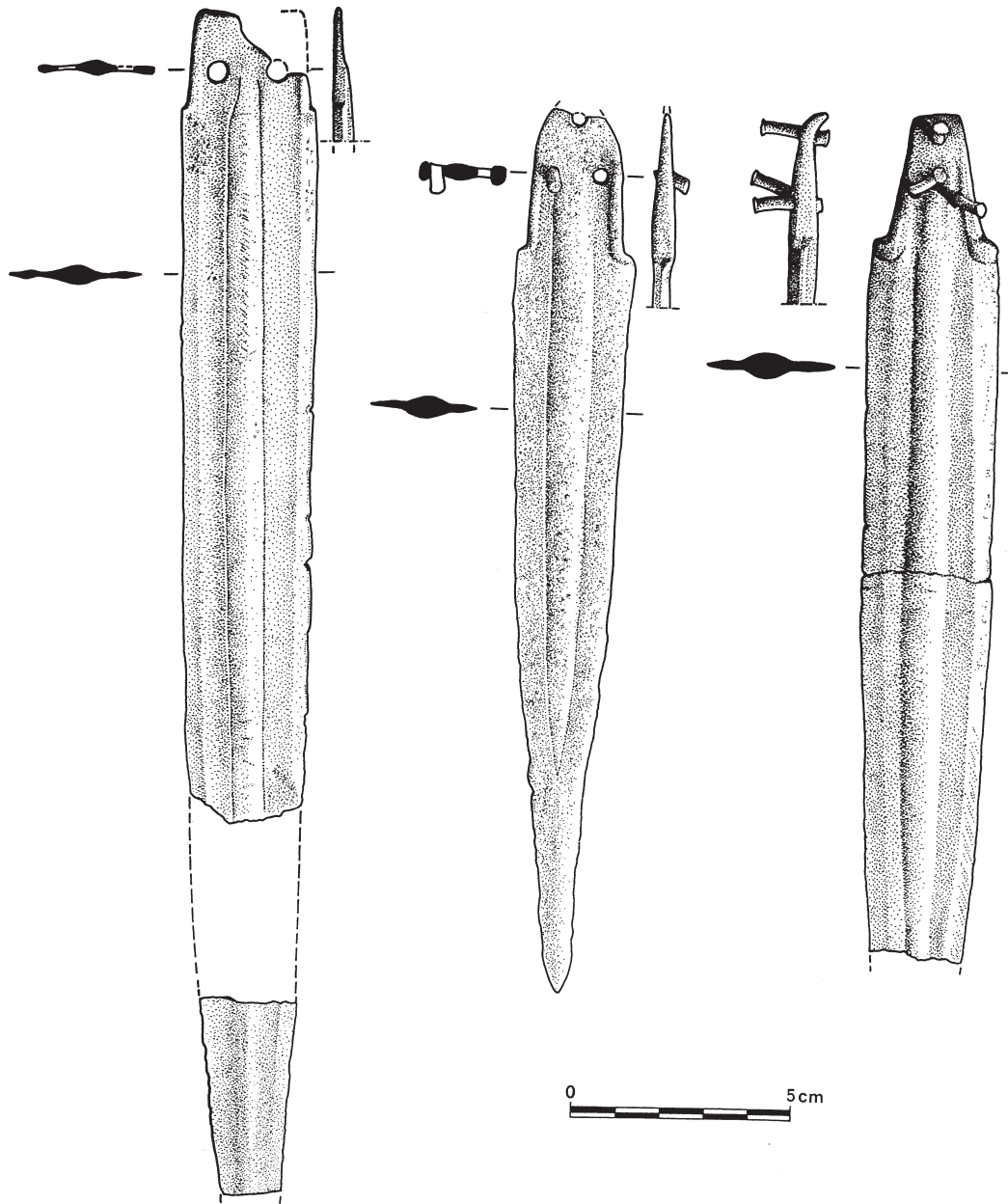


Fig. 145 – Punhais do “tipo Porto de Mós”, do Bronze Final, oriundos da região estremenha: à esquerda – da gruta das Lapas, Cadaval; ao centro – do Curral das Cabras, Columbeira, Bombarral; à direita – de Cesareda, Óbidos. Seg. J. L. Cardoso.

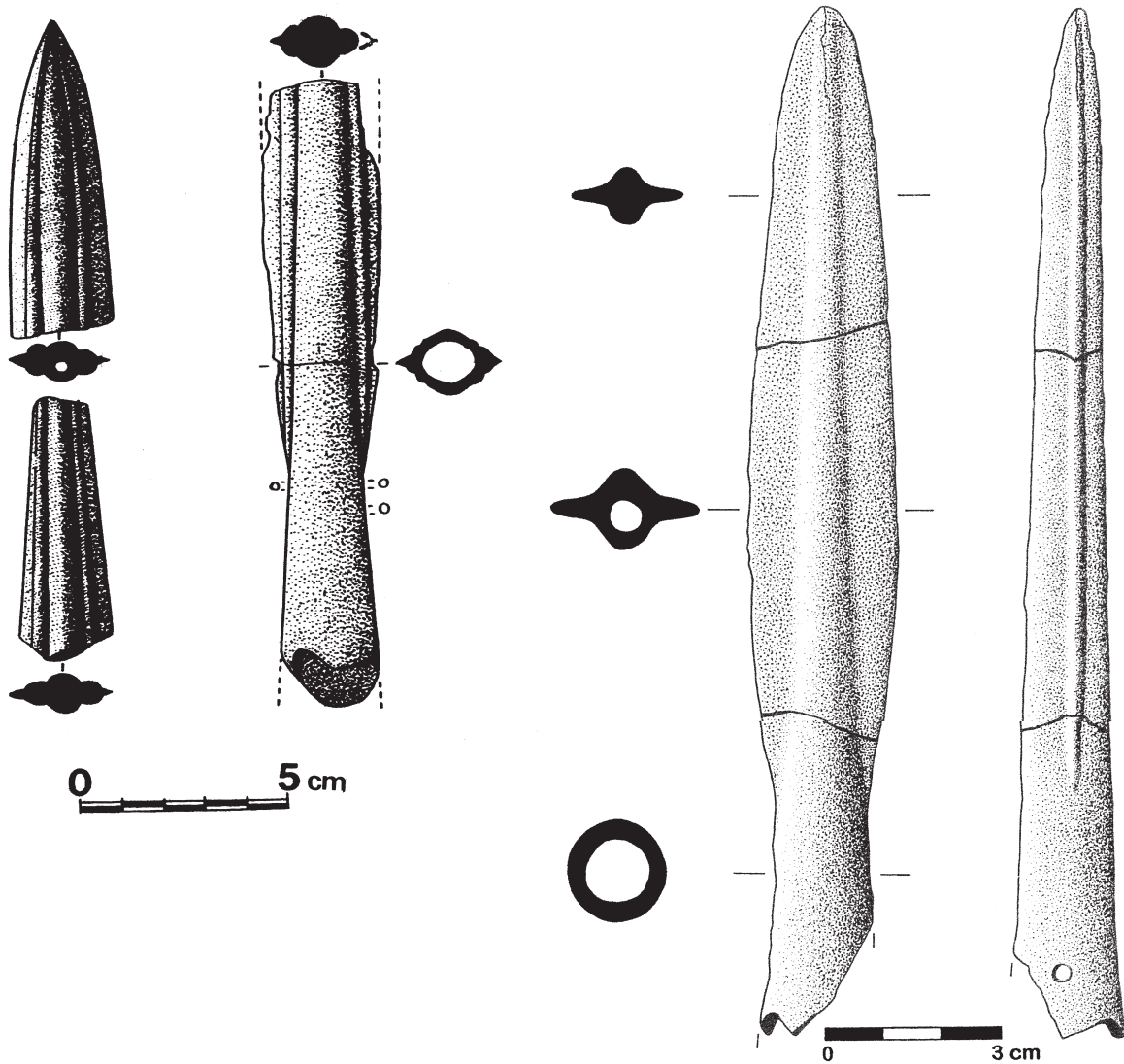


Fig. 146 – Pontas de lança de alvado do Bronze Final encontradas em sítios de altura. À esquerda, de folha moldurada, do Castro de Pragança, Cadaval e da Columbeira, Bombarral. À direita, do “tipo Vénat”, do Penedo de Lexim, Mafra. Seg. A. Coffyn e A. C. Sousa, respectivamente.

divindades aquáticas, com destaque para as espadas, culto generalizado na época, com numerosos testemunhos na Bretanha, Aquitânia, Ilhas Britânicas e Galiza, a menos que se trate, simplesmente, de objecto perdido ou, ainda, resultante de naufrágio.



Fig. 147 – Vista da ponta de Cacilhas, Almada. Em primeiro plano, ao centro, o local dos antigos estaleiros navais da firma Parry & Son, onde, no final da década de 1950, uma dragagem proporcionou o achado da espada do Bronze Final com lâmina “em língua de carpa” (à direita). Foto de J. L. Cardoso e seg. J. Alarcão, respectivamente.

Um conjunto de peças de bronze, cujo significado é controverso é o do Casal dos Fiéis de Deus, Bombarral. Encontrados ocasionalmente num terreno agrícola, numa área de 2 m² e a 1 m de profundidade, os doze objectos que o constituem, inteiros e fragmentados, incluem armas (espadas, pontas de lança) objectos de adorno (braceletes) e de uso corrente (é o caso de um machado de alvado, que se deve somar à lista dos acima elencados). Merece destaque uma espada do tipo Vénat, bem identificada pela respectiva empunhadura, (MELO, 2000) embora a lâmina se aproxime do tipo “língua de carpa”, onde seria facilmente integrada caso faltasse a empunhadura, constituindo deste modo um tipo híbrido (**Fig. 148**) (VASCONCELOS, 1920a, Est. IV). A evidente heterogeneidade do conjunto torna difícil a opção inequívoca por depósito ritual, em detrimento de um simples reserva de metal para fundição, estatuto que foi recentemente defendido para o conjunto das peças – na maioria incompletas ou fragmentadas – encontradas no castro da Senhora da Guia, Baiões, incluindo restos de pelo menos um carro votivo de bronze (SENNA-MARTINEZ, 2000, p. 131). Esta questão – depósitos rituais *versus* depósitos de fundidor – foi recentemente discutida a propósito do conjunto em causa (MELO, 2000). Sem poder, naturalmente, negar que alguns conjuntos possuam carácter, ritual – o qual parece sugerido pelas próprias condições de achado, outros, como o de Coles de Samuel, Soure (PEREIRA, 1971) sugerem depósitos de peças novas, produzidas na mesma altura, sendo constituído por seis foices do tipo Rocanes produzidas no mesmo molde, o mesmo se podendo dizer de alguns outros tipos de

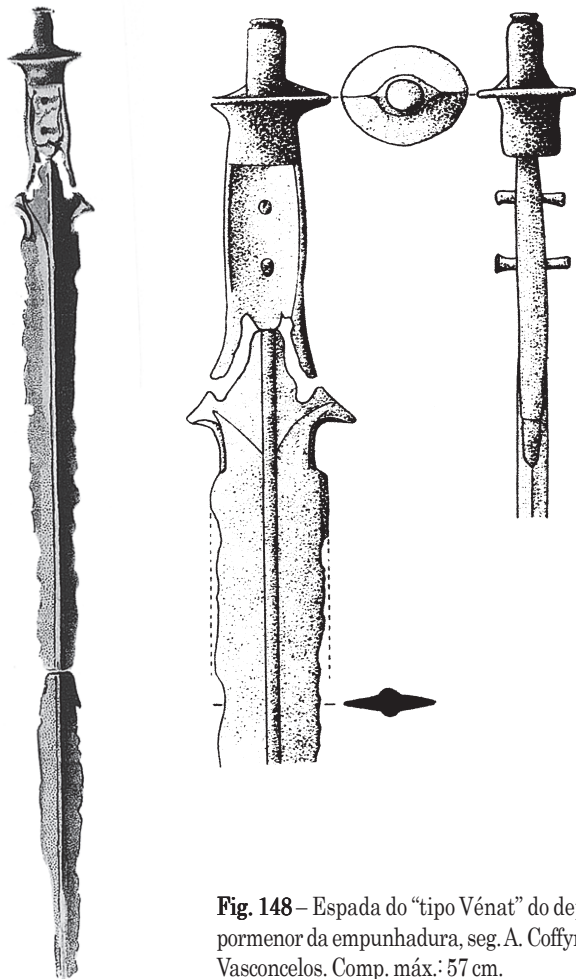


Fig. 148 – Espada do “tipo Vénat” do depósito do Casal dos Fiéis de Deus, Bombarral. À direita, pormenor da empunhadura, seg. A. Coffyn; à esquerda, o exemplar tal como se conserva, seg. J. L. de Vasconcelos. Comp. máx.: 57 cm.

artefactos que integravam o conjunto (machados de alvado e de duas argolas, braceletes): tal situação não se confunde obviamente com a heterogeneidade e mau estado dos materiais de um depósito de sucata, sendo, por outro lado, questionável o seu carácter ritual. Poderia ser um entesouramento, relacionado com o modo de produção doméstico do Bronze Final.

Casos particulares, como o do conjunto de artefactos recolhidos na Mata do Urso, Leiria, atribuído ao ferramental de um provável artesão ambulante (KALB, 1998) recolocou a velha hipótese de uma produção supra-regional por parte de artífices itinerantes: porém como ficou claramente demonstrado pelos vestígios encontrados em povoados da Beira Interior e da Beira Alta, a metalurgia do bronze fazia-se sobretudo em espaços domésticos e destinava-se, essencialmente, a consumo próprio, pelos habitantes dos aludidos povoados. Claro está que tal conclusão não invalida a presença, em tais espaços, de artífices itinerantes.

Aos argumentos que explicam o sucesso económico das populações do Bronze Final II da região estremenha, pode juntar-se a exploração de produtos de alta valia, potencialmente disponíveis na zona do estuário do Tejo: trata-se do sal, cuja exploração no Bronze Final, apesar de não se encontrar demonstrada, seria provável, à semelhança do verificado no Sudeste, nas minas de sal da região de Alicante e na Galiza (MEDEROS MARTIN, 1999) recorrendo o aquecimento da água do mar, em grandes vasos abertos, tal como poderia já ocorrer desde o Calcolítico; igualmente já explorado desde o final do Calcolítico, o ouro seria outra das matérias primas relevantes no Bronze Final e, tal como o sal, na zona ribeirinha do Tejo.

Com efeito, o sítio da Quinta do Marcelo, Almada do Bronze Final II, datado pelo radiocarbono nos séculos XI/X a.C. (bolsa 1) e IX a.C. (bolsa 2), foi atribuído a acampamento ou povoado especializado no garimpo das areias auríferas do Tejo (BARROS, 2000). Ali se recolheu o que poderá ser um recipiente para a copelação da prata, cuja metalurgia parece encontrar-se demonstrada no vizinho povoado do Almaraz (**Fig. 149**) e pilões de pedra, para o esmagamento do minério; também em abono desta actividade metalúrgica no local, a análise química revelou resíduos de ouro e de mercúrio no fundo de uma taça. A exploração do ouro realizar-se-ia, pois, tanto nas praias do estuário, como no litoral oceânico adjacente, na Adiça, sem prejuízo de também se poder efectuar em galerias abertas em arenitos consolidados do Pliocénico, como as identificadas recentemente perto de Fogueteiro (Seixal), embora de época muito posterior. Também na margem norte do estuário, junto a São Julião da Barra, o ouro foi explorado, tal como na Adiça, até ao primeiro quartel do século XIX, sendo mesmo conhecidas as quantidades obtidas (ESCHWEGE, 1830). Com este ou outro ouro se faziam as jóias auríferas, outro indicador da presença de elites no fim do Bronze Final na Baixa Estremadura. O exemplo mais notável é o colar do Casal de Santo Amaro (**Fig. 150**), encontrado cerca de 2 km a Norte da vila de Sintra, no sopé da serra do mesmo nome (PEREIRA, 1894; VASCONCELLOS, 1896). Segundo J. Leite de Vasconcelos, encontrava-se em sepultura de inumação, aproveitando espaço formado por duas bancadas de calcário, coberta por lages irregulares. A tipologia desta peça é única, agregando três elementos que, vistos isoladamente, poderão assimilar-se a colares simples maciços de ouro fundido, de secção circular, decorados por motivos geométricos a punção, rematados de ambos os lados por campânulas rebitadas. Neste âmbito, possui paralelo nos colares de Baiões (S. Pedro do Sul) e em vários achados da Estremadura Espanhola (colares do “tipo Baiões” ou “Sagrajas/Berzocana”). As extremidades dos três elementos referidos foram soldadas por fusão adicional, enquanto o fecho foi considerado como tendo sido feito a partir de um bracelete do “tipo Villena/Estremoz” (ARMBRUSTER, 1995). Ambos os tipos mencionados – colares e braceletes – são considerados de tipologia atlântica, mais marcada no caso dos colares do “tipo Sagrajas/Berzocana”, enquanto as quatro campânulas fixadas por rebitagem ao aro central, são comparáveis aos terminais dos braceletes da mesma época de Torre Vã (Ourique), cuja filiação mediterrânea é evidente (ARMBRUSTER & PARREIRA, 1993). Deste modo, o colar de Sintra é a síntese de elementos de tecnologia e tipologia muito diferentes, e também de tradições culturais distintas, exprimindo, mais do que qualquer outra peça, a realidade cultural vigente na região, nos últimos momentos da Idade do Bronze.

A quantidade de ouro disponível e em circulação nesta época, encontra-se expressivamente salientada pelo peso desta peça, com 1262 g, infelizmente hoje exposta no Museu Britânico, em Londres. Na época, o ouro

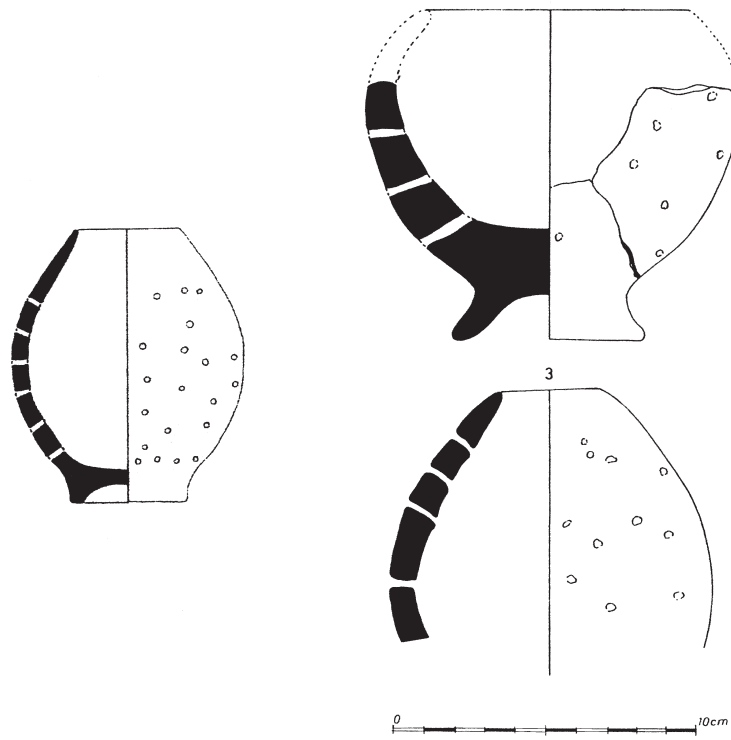


Fig. 149 – Vaso perfurado com pé anelar da estação do Bronze Final da Quinta do Marcelo, Almada (à esquerda) e vasos idênticos, do povoado metalúrgico de San Bartolomé de la Torre, Huelva, atribuídos à copelação da prata (à direita). Seg. L. Barros e D. Ruiz Mata, respectivamente. Altura aproximada do exemplar da esquerda: 14,2 cm.



Fig. 150 – Colar de ouro do casal de Santo Amaro, Sintra. Seg. A. M. Arruda. Diâmetro máximo: 13,5 cm.

abundava na Irlanda (afirmação eloquentemente demonstrada na sala principal do Museu Nacional em Dublin) e nas Astúrias, sob a forma aluvial. Esta última região foi apontada como fonte provável do tesouro de Villena, Alicante (MEDEROS MARTIN, 1999), o conjunto pré-histórico europeu mais importante de recipientes áureos, tanto em número de peças como em peso de ouro, logo a seguir à totalidade do ouro recolhido em Micenas. Porém, a ausência de análises sistemáticas de jazigos auríferos peninsulares dificulta a discussão da questão das origens do ouro, aumentada pela possibilidade de refusão de peças mais antigas (PEREA, 1991) tal como se tinha já verificado anteriormente, a propósito das peças auríferas do Calcolítico da Estremadura. Não obstante as reservas apontadas, os resultados das análises feitas a elevado número de jóias do Bronze Final da Europa atlântica (HARTMANN & SANGMEISTER, 1972) poderão servir de base para reflexão: um dos grupos auríferos isolados (Grupo N) na fachada ocidental da Península, é extremamente abundante na Dinamarca e na Irlanda, região de onde poderia ser originário (cf. KALB, 1980 a, nota 21). O fluxo aurífero de Norte para Sul encontraria, nalgumas peças do quotidiano, como as já aludidas foices de alvado, elemento abonatório, tal como, seguindo caminho inverso, se podem reportar a produções peninsulares machados de alvado, de talão unifaces e do “tipo Reguengo Grande” (Tipos 30, 36 e 42 de MONTEAGUDO, 1977) encontrados em domínios norte-atlânticos (Bretanha, Inglaterra, Irlanda e Escócia), cuja ocorrência na Estremadura se encontra representada por diversos exemplares (Fig. 151). Outros machados recolhidos na

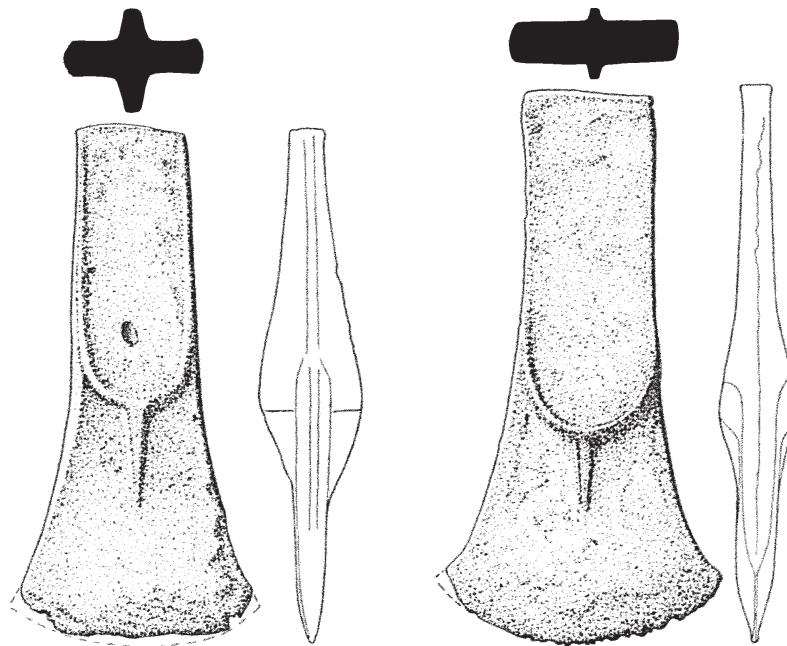


Fig. 151 – Machados de bronze do “tipo Reguengo Grande”. À esquerda, de Reguengo Grande, Lourinhã; à direita, de Santarém. Seg. L. Monteagudo (x 1/3). Machados do mesmo tipo ocorrem nas Ilhas Britânicas, evidenciando contactos entre ambas as regiões.

área em apreço, pelo contrário, remetem para influências mediterrâneas. É o caso dos exemplares de apêndices laterais, com uma ocorrência para a área em estudo registada no castro de S. Martinho, Rio Maior (**Fig. 152**). Apesar da vasta área de distribuição que os caracteriza, tal como muitos outros “ítems” metálicos da mesma época, a maioria dos autores remete as suas origens para o Mediterrâneo Oriental, sendo rapidamente copiados localmente, como atestam os treze machados registados no território português, com ampla distribuição geográfica, do Minho ao Baixo Alentejo (VILAÇA & GABRIEL, 1999). Também os machados produzidos em moldes bivalves de talão, escasseiam na Estremadura, como outras produções de cunho mais setentrional, ainda que circunscritas à Península Ibérica.

Uma das provas mais sugestivas dos contactos entre o mundo norte-atlântico e a região centro do País é representada pelas contas de âmbar báltico. Uma destas raras peças provém da bolsa 2, datada do século IX a.C. do sítio da Quinta do Marcelo (BARROS, 2000, fig. 55), embora – na ausência de qualquer análise química – possa provir igualmente do Mediterrâneo Oriental. A sua tipologia é algo distinta das duas contas recolhidas no povoado de Moreirinha, Idanha-a-Nova, cuja composição confirmou origem báltica (BECK & VILAÇA, 1995; VILAÇA, BECK & STOUT, 2002). No castro da Senhora da Guia, Baiões, encontrou-se ainda um bloco de âmbar, que sugere transformação em contas *in loco*, mais ao gosto local, o que explicaria a heterogeneidade tipológica de tais peças.

O elevado peso, já referido, do colar de Sintra, a par do seu reduzido diâmetro interno (apenas 14 cm) tornaria difícil a utilização como tal desta jóia (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1995 a): Leite de Vasconcelos tinha afastado, pela mesma razão, a sua utilização ao pescoço (VASCONCELOS, 1896). Nestes termos, a sua conotação com dote feminino, num quadro de armazenamento social da riqueza, não é incompatível com o carácter funerário atribuído ao achado. Marisa Ruiz-Gálvez Priego chamou ainda a atenção para a frequência de achados de jóias auríferas isoladas, desprovidas de contextos, em locais que, quase sempre, não se distinguem do espaço envolvente. São, por isso, frequentes as descobertas no decurso de trabalhos agrícolas, como se disse a propósito das peças de Bonabal e de Atouguia da Baleia, consideradas mais antigas. A ser assim, o achado funerário do Casal de Santo Amaro, na periferia da serra de Sintra, quadra-se bem nesta concepção, situando-se “na penumbra” produzida pela própria imponência da massa rochosa, que constituiu, desde a Pré-História, até pela sua posição geográfica, verdadeiro marco do “fim do Mundo”, adquirindo o estatuto de montanha sagrada.

Ainda conotáveis com práticas funerárias ou rituais do Bronze Final II na região em estudo, são as numerosas ocorrências de cerâmicas, acompanhadas por vezes de materiais metálicos (como os atrás referidos) em diversas grutas naturais existentes nos relevos calcários da Estremadura. O exemplo mais expressivo é o conjunto de cerâmicas de ornatos brunidos da Lapa do Fumo, Sesimbra (SERRÃO, 1958, 1959; CARDOSO, 1996a) (**Fig. 153**); e outros casos se poderiam referir, como o do Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior (CARREIRA, 1994), e o da gruta do Correio Mor, Loures (CARDOSO *et al.*, 1997/1998). Embora se não possa afastar definitivamente a hipótese de constituírem espólios funerários, ou mesmo de índole doméstica, na perspectiva de utilização das grutas como celeiros – hipótese suportada pela presença de grandes vasos de armazenamento – o facto de tais recipientes não se encontrarem associados a restos humanos (ou a cinzas, na hipótese de corresponderem a urnas de incineração), confere credibilidade à possibilidade de se relacionarem

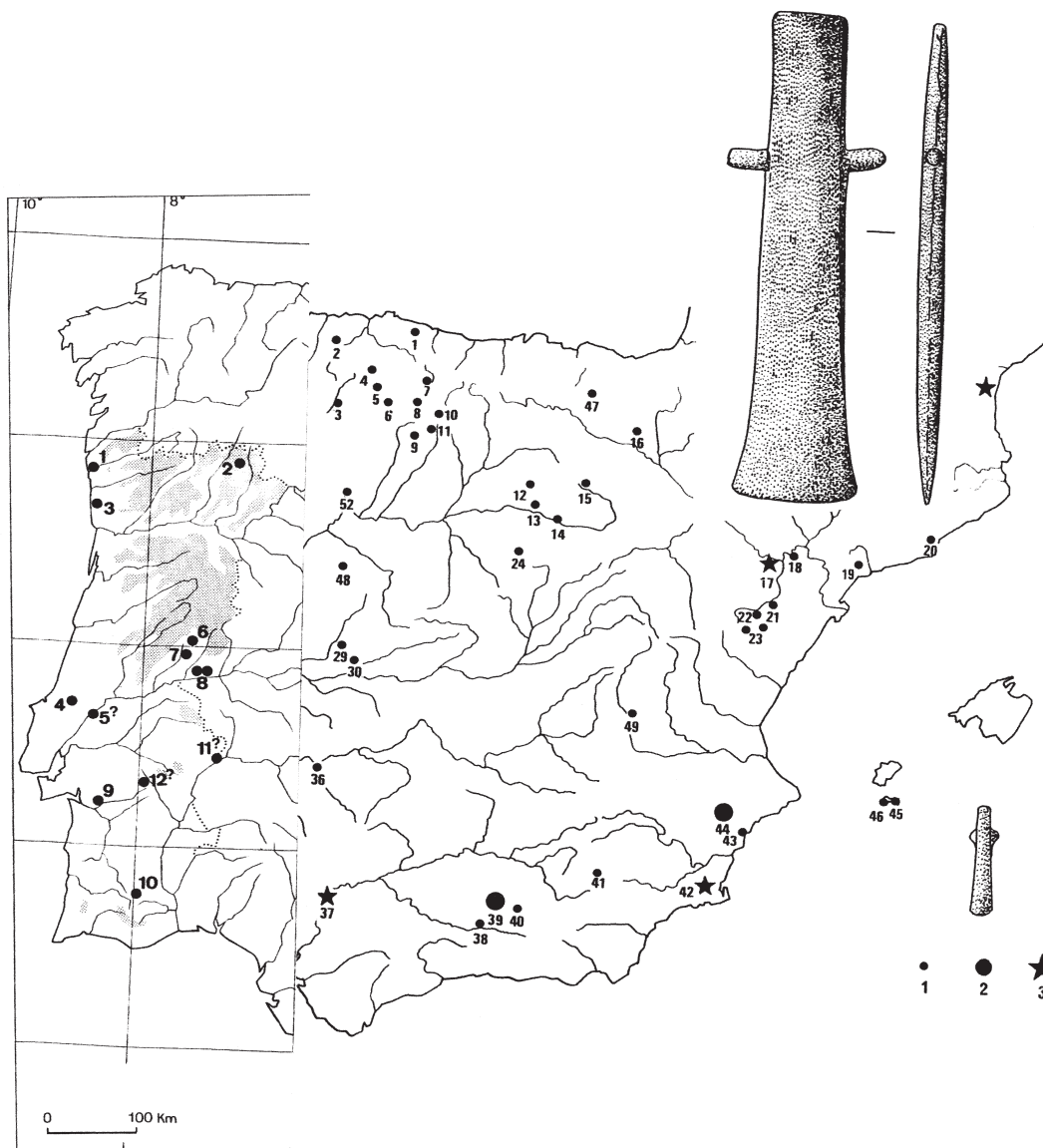


Fig. 152 – Machado de apêndices laterais do castro de São Martinho, Rio Maior (seg. A. Coffyn) e distribuição geográfica deste tipo em Espanha (seg. A. Coffyn) e no território português (seg. R. Vilaça & S. Gabriel). O n.º 4 corresponde ao machado em causa.

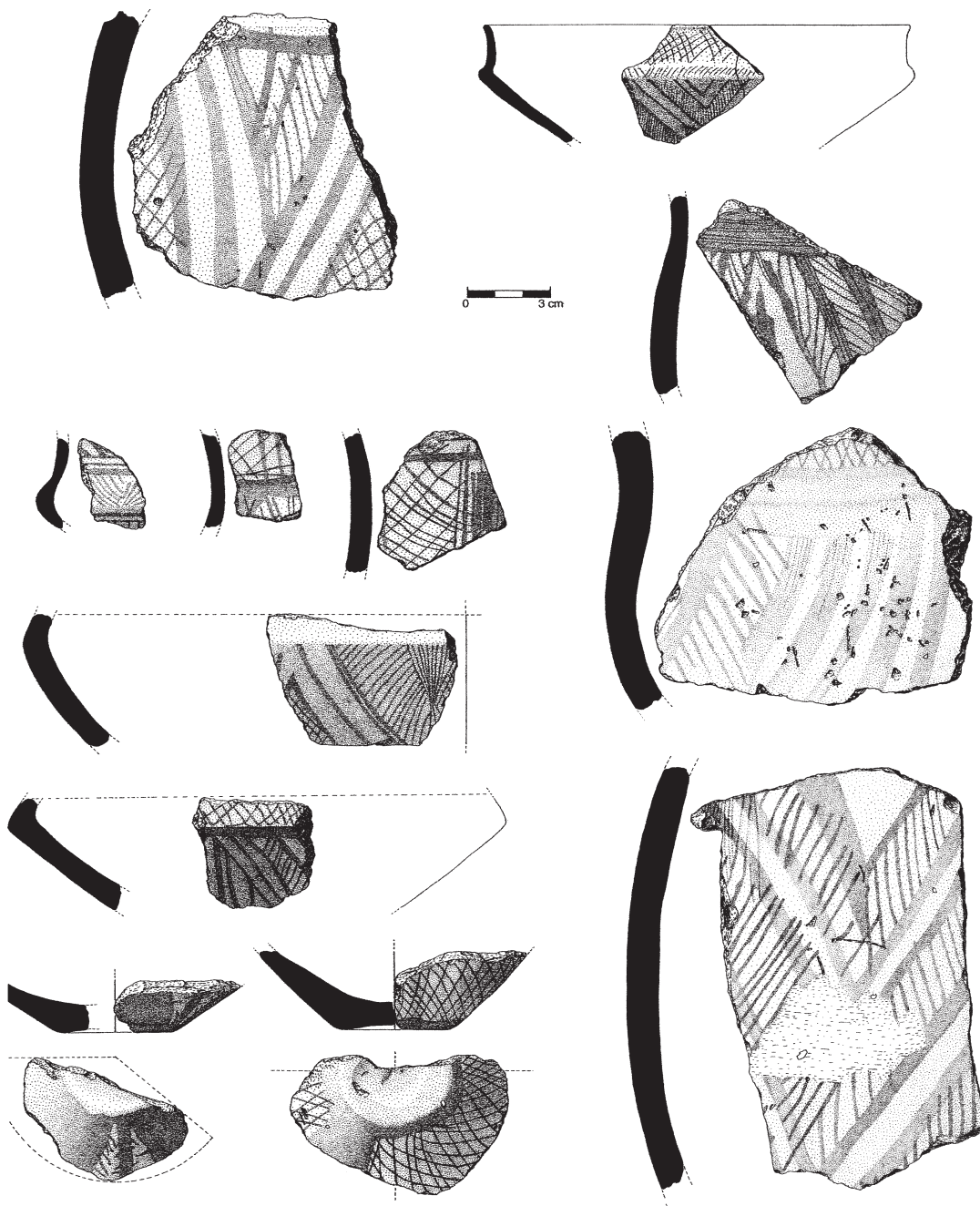


Fig. 153 – Cerâmicas de “ornatos brunidos” da Lapa do Fumo, Sesimbra. Seg. J. L. Cardoso.

com santuários rupestres, então instalados em tais cavidades. As grutas-santuário nurágicas da Sardenha, nas quais se recolheram peças de bronze, algumas de origem ou imitação peninsular (Lo SCHIAVO, 1991, Fig. 7) podem constituir elemento comparativo merecedor de reflexão, a par do já referido culto das águas poder passar pela utilização de grutas com circulação de água (COFFYN & SION, 1993); porém, nenhuma das cavidades referidas evidencia tal realidade e outras, onde aquela é evidente, não conservam testemunhos comparáveis.

Outras ocorrências de jóias auríferas associadas a contextos funerários ou rituais, reportadas ao Bronze Final, entretanto desaparecidas ou prontamente vendidas para refundição, merecem ser referidas. É o caso de duas argolas encontradas no Outeiro da Assenta (Óbidos) – que podem remontar ao Bronze Pleno, na ausência de outros pormenores – aquando da abertura da linha do caminho-de-ferro do Oeste. Félix Alves Pereira (PEREIRA, 1914, p. 138) descreveu as condições da descoberta: “Estas jóias não estavam juntas, mas tinham sido colocadas um pouco desviadas e ocultas debaixo de pedras firmes (...)”. Também em condições análogas se encontrava o conjunto aurífero de Mira de Aire (HELENO, 1935), constituído por duas brácteas de ouro, em forma de cone e o resto de um diadema de ouro laminado por martelagem, com decoração a repuxado e incisa (ARMBRUSTER & PARREIRA, 1993, p. 42, 43) (Fig. 154). Os cones, entretanto desaparecidos encontravam-se, a par do diadema, a cerca de 0,90 m de profundidade, onde mais nada apareceu, com as bases justapostas. Enfim, podem ainda referir-se outras ocorrências de jóias auríferas na região em apreço, como os dois colares de Almoester e as duas

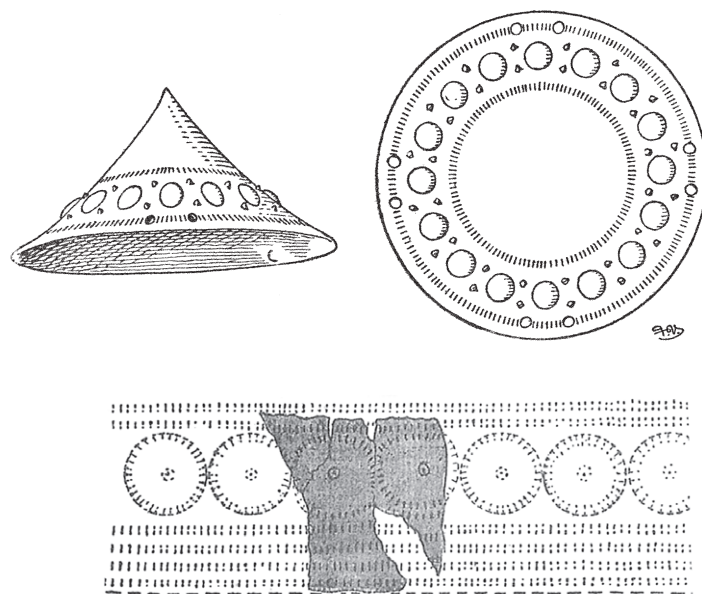


Fig. 154 – Reconstituição de uma das brácteas de ouro do tesouro de Mira de Aire (em cima) e parte de um diadema, em folha de ouro batida e repuxada, da mesma origem. Seg. M. Heleno.

braceletes dos arredores de Turquel igualmente desprovidos de contexto; ambos os conjuntos são também atribuíveis ao Bronze Final (ARMBRUSTER & PARREIRA, 1993).

Esta presença insistente de jóias auríferas subentende, para além da disponibilidade da matéria-prima, uma produção artesanal, aliás com raízes calcolíticas na região. Tal realidade foi recentemente ilustrada pela identificação de um sistema para a pesagem de produtos valiosos, onde se inclui naturalmente o ouro, constituído por unidades ponderais de bronze, de formato achatado, secção em geral bitroncocónica e contorno circular (VILAÇA, 2003). Na região em apreço, recolheram-se exemplares no Abrigo Grande das Bocas, no castro de Pragança e no povoado da Penha Verde, perfazendo a larga maioria dos achados em território português, sublinhando a importância que deteria, nesta região, a metalurgia do ouro.

Naturalmente que, face às jóias de ouro, a ocorrência de adornos de bronze, como braceletes, anéis ou fíbulas reveste-se de um significado social menor. Abundam os de braceletes simples, de secção subrectangular a sub-quadrangular, como os seis pequenos exemplares oriundos do Cabeço dos Órgãos, Alcaíça, Mafra: uma vez mais, trata-se de achado isolado, recolhendo-se as peças “entre pedras”, no referido cabeço (VASCONCELLOS, 1920; VICENTE & ANDRADE, 1971; KALB, 1980 b). A este achado, juntam-se os seis exemplares do depósito do Casal do Fiéis de Deus, Bombarral (**Fig. 155**). A abundância destas peças encontra-se expressivamente ilustrada pelos exemplares recolhidos na necrópole de incineração de Tanchoal, Alpiarça, situada entre meados do século XI e inícios do século IX a. C. (VILAÇA; CRUZ & GONÇALVES, 1999, Est. II) (**Fig. 156**). Tal como os machados e foices anteriormente referidos, estas peças atingem na Estremadura e áreas limítrofes a sua frequência máxima.

As fíbulas de cotovelo e de dupla mola inscrevem-se também na indumentária das elites do Bronze Final II. O sítio da Quinta do Marcelo, Almada (fossa 2) forneceu uma de cada tipo (BARROS, 2000, Fig. 60 e 61). A fíbula de cotovelo corresponde ao modelo cipriota, tendo nos exemplares recuperados no Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior – onde também se recolheram dois fragmentos de fíbulas de dupla mola – (CARREIRA, 1994, Est. 24, nº 10) e no depósito da ria de Huelva (ALMAGRO, 1958; RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1995 b), os seus paralelos mais próximos: o depósito da ria de Huelva foi datado no século IX a.C. pelo radiocarbono, tal como a Quinta do Marcelo (**Fig. 157**). Neste contexto, a fíbula de dupla mola da Quinta do Marcelo, afigura-se como um dos exemplares datados mais antigos, a par dos exemplares dos povoados de altura do Monte da Pena, Torres Vedras e do Castro de Pragança, Cadaval. Trata-se de modelo que COFFYN (1985, p. 267) atribuiu a origem peninsular mediterrânea, por evolução local das fíbulas em cotovelo. Fíbulas de dupla mola persistem na Idade do Ferro, tanto na vizinha estação de Almaraz, Almada (BARROS, 2000), como no castro de Chibanes, Palmela (COSTA, 1910, Fig. 515), para só mencionar dois exemplos da região, facto que, aliás tem numerosos paralelos na Andaluzia (**Fig. 158**).

Enfim, devem ainda ser referidas as numerosas argolas, utilizadas em adereços ou artefactos compósitos, além de simples anéis, apenas aplicáveis aos exemplares de menores diâmetros. Verdadeiros anéis em contextos do Bronze Final são raros, contando-se entre eles o exemplar recolhido no povoado do Monte da Pena / Barro, Torres Vedras. Ainda como elementos de indumentária, importa não esquecer os botões, dos quais se reproduz exemplar do Castro de Pragança, Cadaval (**Fig. 158**).

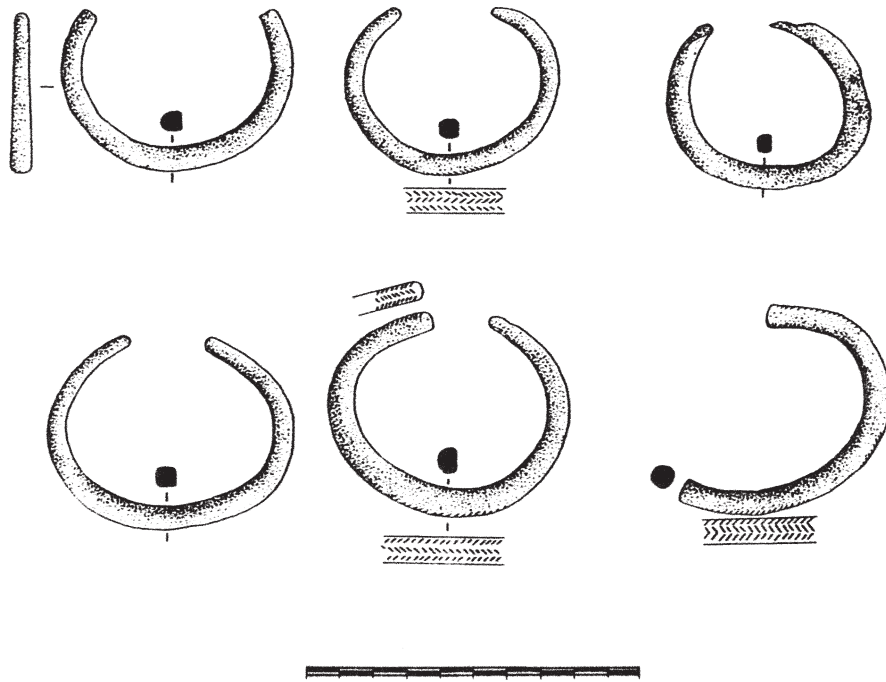


Fig. 155 – Braceletes de bronze do depósito dos Fiéis de Deus, Bombarral. Seg. A. Coffyn. Escala em cm.

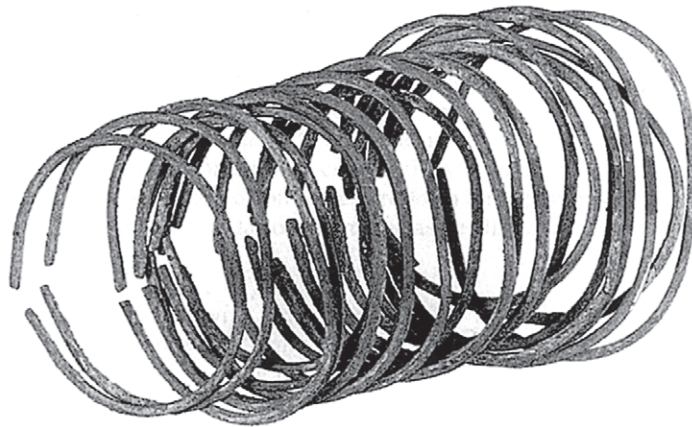


Fig. 156 – Braceletes de Bronze da necrópole de incineração do Tanchoal, Alpiarça. Seg. R. Vilaça, D. Cruz & A. H. B. Gonçalves (X0, 54).

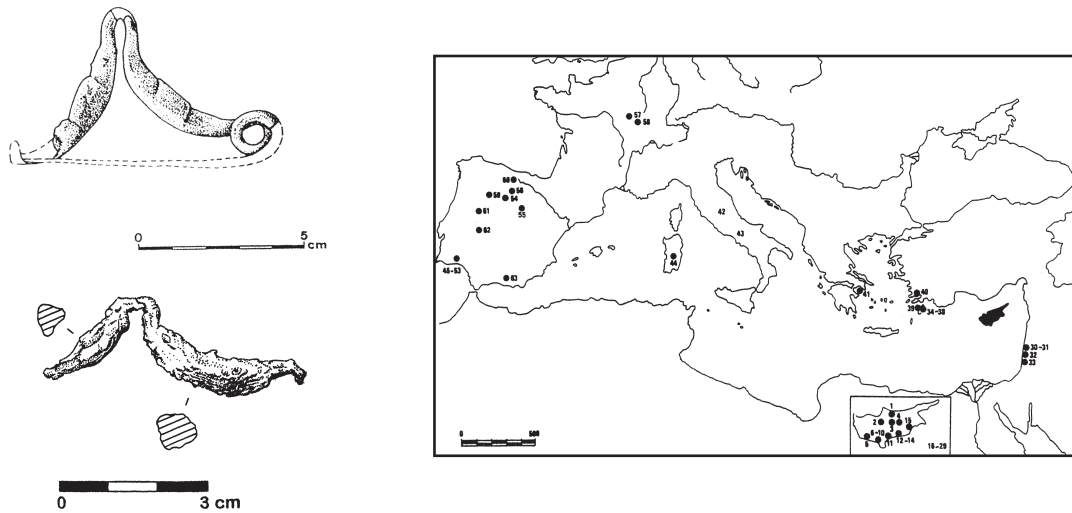


Fig. 157 – Fíbulas de cotovelo de arco moldurado e galonado (“tipo Huelva” ou “cipriota”), do Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior e da Quinta do Marcelo, Almada e respectiva distribuição geográfica (onde não constam os exemplares portugueses). Seg. J. R. Carreira e A. Coffyn & H. Sion, respectivamente. A fíbula da Quinta do Marcelo corresponde a desenho inédito, de Silvina Silvério, cedido por L. Barros, a quem se agradece.

Independentemente das razões que estejam na origem de alguns dos achados referidos – tenha-se em conta que ainda se não dispõe de modelos operativos para interpretar uma realidade muito mais complexa do que as ténues evidências materiais deixam supôr – o certo é que peças como o colar do Casal de Santo Amaro mostram o sucesso das elites do fim do Bronze Final, associadas ao culminar do estabelecimento de uma vasta rede de intercâmbios, baseados na complementaridade de interesses, expressos por pactos de solidariedade. Sendo certo que, nesta época, a importância mineira da Península se baseava na presença do cobre, a Sul, e do estanho, a Norte (**Fig. 159**) – encontrando-se o ouro mais disseminado – as alianças firmadas pelas respectivas elites regionais terão por certo desempenhado papel de primordial importância, primeiro na própria viabilização da exploração dos recursos mineiros, seguindo-se a ulterior difusão dos produtos manufacturados, acompanhada pelo seu consumo local e regional, com o conseqüente acréscimo das produções, em função, naturalmente, da respectiva procura. Assim sendo, a troca de presentes entre as elites – a que estariam subjacentes acordos mais permanentes, como matrimónios, sobretudo com a troca de esposas, cujos dotes seriam preferencialmente constituídos por jóias de ouro – destinavam-se a garantir o funcionamento das vias comerciais estabelecidas (PEREA, 1991, p. 125). A dispersão generalizada pela Península Ibérica dos braceletes do “tipo Villena/Estremoz”, seria a materialização desta realidade (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1995 a), sem que sejamos obrigados a admitir, ao contrário desta autora, a intervenção de comerciantes exógenos ao espaço peninsular. A propósito, registe-se que o depósito de bronzes de cunho atlântico de Huerta de Arriba (Burgos) foi recentemente interpretado como constituído por peças oferecidas

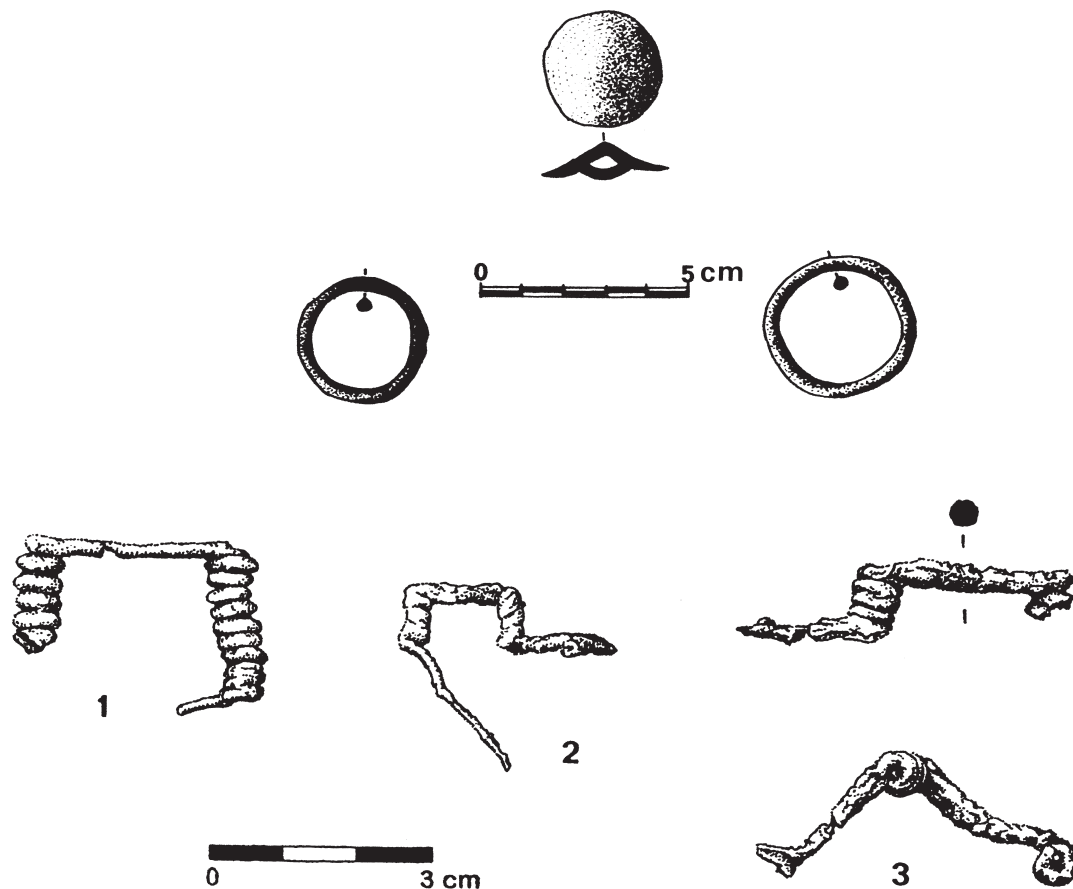


Fig. 158 – Artefactos de indumentária do Bronze Final e da Idade do Ferro da Estremadura. Em cima: conjunto de argolas e um botão de Pragança, Cadaval. Em baixo: conjunto de fibulas dupla mola, de bronze, do Bronze Final (1) da Quinta do Marcelo, Almada e do Almaraz, Almada (2 e 3), já da I Idade do Ferro. Seg. A. Coffyn (em cima) e desenhos inéditos, de Silvina Silvério, cedidas por Luís Barros, a quem se agradece (em baixo).

às elites locais, que controlavam a exploração do minério de cobre, exportado para o litoral cantábrico (DELIBES de CASTRO & FERNÁNDEZ MANZANO, 1991). Este depósito incluía um raro “item” do Bronze Final peninsular: a navalha de barba, com espigão, de contorno biconvexo. Exemplos análogos foram registados, no território português, no Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior (**Fig. 160**) e na região de Monchique (CARREIRA, 1994, p. 83). A estas ocorrências, podem somar-se mais duas, eventualmente atribuíveis à Idade do Ferro, ainda que não figuradas na publicação respectiva, correspondente ao catálogo da exposição efectuada no Museu Municipal da Figueira da Foz por ocasião do VI Colóquio sobre Línguas e Culturas Paleohispânicas: uma, provém do povoado do Crasto, Tavarede, podendo descrever-se da seguinte



Fig. 159 – Explorações concessionadas de estanho e de cobre até 1929. Seg. A. Vianna.

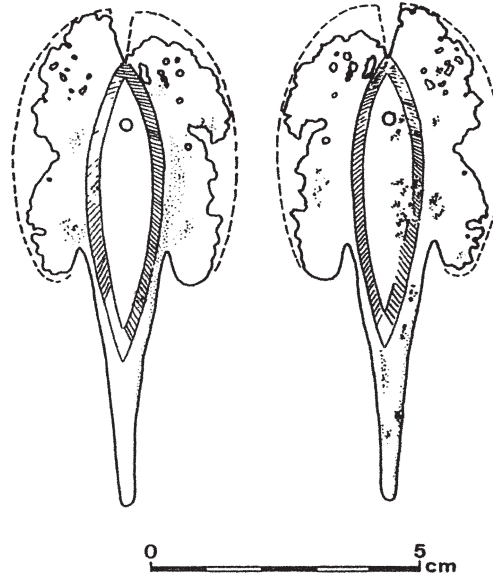


Fig. 160 – Navalha de barba do Bronze Final do Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior. Seg. J. R. Carreira.

forma, com paralelos no Hallstatt A, situável entre 1200 e 1000 a.C.: “navalha de bronze com cabo com incisões paralelas e terminando em meia lua” (PEREIRA, 1994, n.º 34, p. 38); a outra, integrável pelo seu então possuidor na “Cultura de Alpiarça”, que hoje se sabe pertencer ao Bronze Final, foi encontrada em urna cinerária, acompanhada de fíbula de bronze; porém, a tipologia de qualquer um dos três objectos não é apresentada (MARQUES, 1994, p. 69), pelo que pouco mais poderá acrescentar a seu respeito. Seja como for, os quatro exemplares de navalhas de barba conhecidos em território português revelam afinidades com o mundo atlântico e continental, com paralelos conhecidos no depósito de Huerta de Arriba (Burgos) e no norte de França, Ilhas Britânicas (PIGGOTT, 1946) e Europa Central. Ao contrário, no mundo mediterrâneo, pela mesma época, seriam utilizadas, sobretudo, as pinças depilatórias, bem representadas em contextos coevos do território português.

A capacidade económica e organizacional revelada pela obtenção, armazenamento e manufatura dos minérios oriundos de áreas geográficas tão díspares (ou ainda revelada pelo seu reprocessamento, como comprovam os depósitos de sucata bronzífera, destinada a refundição), viabilizou a abertura aos mercados mediterrâneos de produções que excederiam a procura local ou, ao menos, eram mais rentáveis se colocadas noutros mercados, de maior dimensão. A partir de certa altura, estendeu-se a essa área económica um comércio que, desde o Bronze Pleno, se afigurava essencialmente atlântico.

Que tal comércio se encontrava firmemente controlado pelas elites, nas quais o segmento guerreiro deteria um poder sobretudo dissuasório – visto o nível de conflitos armados no Bronze Final ser aparentemente baixo (Bradley, 1984, in VILAÇA, 1995, p. 419) – é evidência sublinhada pelas próprias características dos produtos dali oriundos: trata-se de produtos de luxo, usados na indumentária, até então desconhecidos dos

povos peninsulares (para além da importação de tecidos finos, cuja importância seria, por certo, relevante): fíbulas de cotovelo de modelo cipriota, como a recolhida na Quinta do Marcelo; armas (também nalguns casos integráveis no grupo de objectos de prestígio ou simbólicos); e objectos rituais de bronze. Entre estes, salientam-se os utilizados no sofisticado ritual do banquete aristocrático, de inquestionável origem no Mediterrâneo oriental, que Almagro-Gorbea (ALMAGRO-GORBEA, 1998, p. 84) não hesita em relacionar com pactos de hospitalidade estabelecidos entre as elites, de cunho sírio-palestino. Aliás, as próprias fíbulas de cotovelo teriam essa origem, já apontada por diversos autores (SCHÜLE, 1969; MOLINA GONZALEZ, 1978, p. 215), ao reportarem exemplares do Sudeste peninsular a protótipo do povoado de Meggido, fase Va, situável nos séculos XI/X a.C. O cerimonial do banquete aristocrático encontra-se, por seu turno, representado pelos ganchos para carne, e pelos grandes caldeirões de bronze, que seriam utilizados na confecção dos alimentos; tais peças atingiram a Irlanda, numa expressiva afirmação da profundidade, rapidez e extensão da difusão das ideologias a elas associadas, adoptadas pelas elites residentes nas respectivas regiões, por mais distantes que estas se situassem do fulcro original daqueles elementos (ALMAGRO-GORBEA, 1995). Por não se terem até ao presente reconhecido na área Estremenha, não serão motivo de desenvolvimento neste ensaio.

Situado na zona geográfica limítrofe deste estudo, no sítio do Reguengo do Fetal, Batalha, foram recolhidos restos de dois espetos articulados do Bronze Final (RUIVO, 1993) a que se somam outros três, encontrados na serra de Alvaiázere (KALB, 1980b), no primeiro caso aparentemente associados a um machado de alvado e duas argolas, no segundo a dois machados de talão unífaces com uma argola e um punhal. Estas peças (**Fig. 161**) podem conotar-se, como as anteriores, com a prática do banquete ritual, tendo por isso carácter semi-litúrgico. À Estremadura e áreas limítrofes correspondem, portanto, cinco espetos articulados, dos vinte e quatro inventariados por J. Ruivo. A respectiva distribuição geográfica evidencia a origem claramente atlântica deste tipo de peças, com oito exemplares registados na Bretanha e Ilhas Britânicas, contra apenas dois no Mediterrâneo: um no depósito do Monte Sa Idda, Sardenha e outro na sepultura 523 da necrópole de Amathonte, Chipre. Neste contexto, o território português afirma-se como área de produção principal destas peças, reforçando o seu papel como foco da sua correspondente difusão, tanto para o Atlântico como para o Mediterrâneo, dado o elevado número de ocorrências aqui registadas, relativamente às conhecidas naqueles dois domínios geográficos.

Como refere VILAÇA (1995, p. 418), citando Renfrew, “A troca destes bens (...) é feita num nível horizontal, isto é, entre iguais (...). Assim se pode compreender a grande dispersão de determinados *itens*, essencialmente metálicos, de feição trans-europeia e inseríveis no que Earle designou de “estilo de elite” ou “estilo internacional” (EARLE, 1989)”.

É neste contexto de intensos contactos que se verifica a introdução de peças de ferro, objecto de diversos estudos e inventários (ALMAGRO-GORBEA, 1993; RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1995c); aos seis sítios referidos pelo primeiro, ou, aos quatro admitidos pela segunda – dos quais apenas um português, o castro da Senhora da Guia, Baiões – soma-se o sítio da Quinta do Marcelo, Almada, onde três faquinhas de ferro (**Fig. 162**) ocorreram em contexto do Bronze Final (fossa de detritos 2), datado, como já atrás ficou dito, do século IX

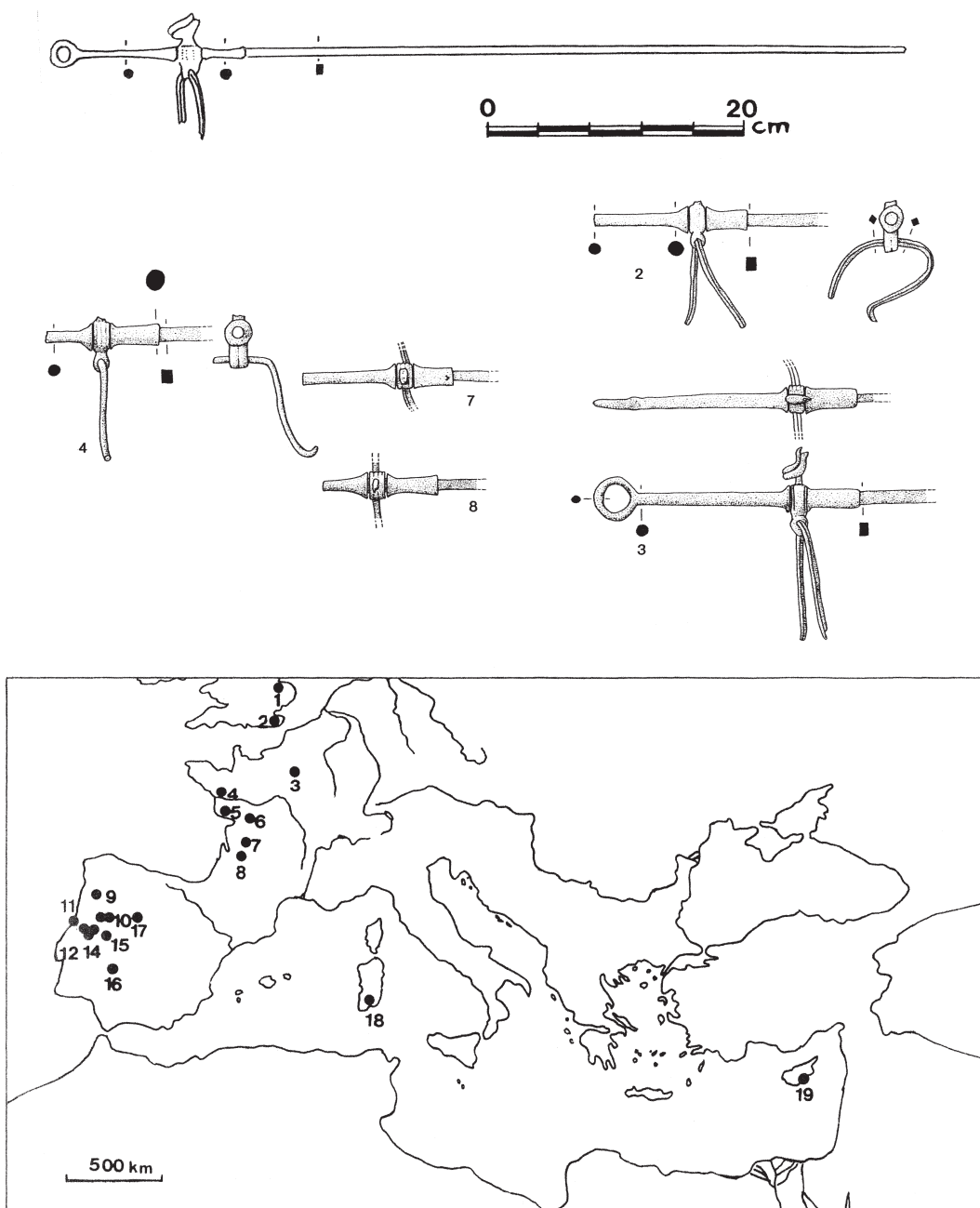


Fig. 161 – Em cima: os espetos articulados de bronze de Alvaiázere. Em baixo: distribuição geográfica dos espetos articulados do Bronze Final; note-se a particular concentração no ocidente peninsular. Aos indicados, devem adicionar-se os dois exemplares de Reguengo do Fetal, Batalha. Seg. A. Coffyn, P. Kalb e A. Coffyn & H. Sion, respectivamente, de cima para baixo.

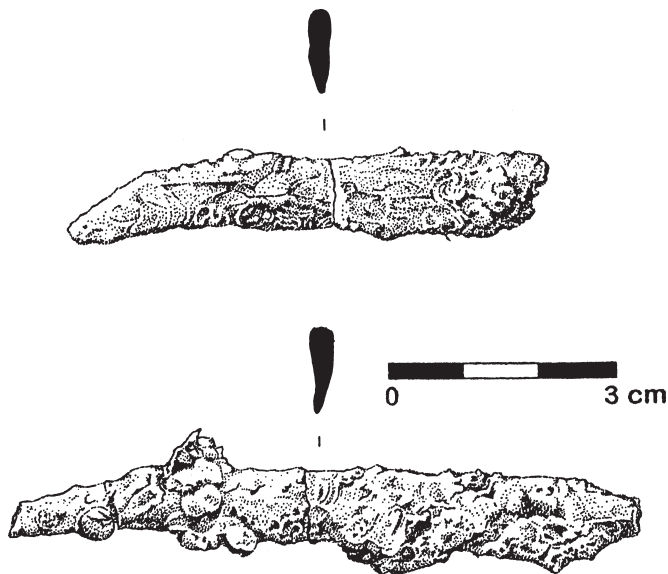


Fig. 162 – Facas de ferro da Quinta do Marcelo, Almada, obtidas a partir de folhas metálicas batidas. Desenhos, inéditos, de Silvina Silvério cedido por L. Barros, a quem se agradece.

a.C. (BARROS, 2000). Fora da área em estudo, avultam os achados dos povoados da Beira Interior estudados por R. Vilaça. Com efeito, nos povoados do Monte do Frade e de Moreirinha, datados pelo radiocarbono entre os séculos XII/XI e IX a.C., recolheram-se pequenas facas de ferro que poderiam incorporar rebites de bronze, como a do povoado de Cachouça. A presença nestes locais de peças de ferro foi considerada, inicialmente, como exemplo de importação de peças de prestígio; mas, como a referida autora salientou, a situação pode afigurar-se mais complexa, por certo em consequência da descoberta da deposição ritual de peças de bronze e de ferro na muralha do povoado do Monte do Trigo (Idanha-a-Nova), ainda inéditas (VILAÇA & ARRUDA, 2204, p. 16). O ferro poderia, assim, deter um significado simbólico, sem invalidar o cunho prestigianste associado ao seu uso (VILAÇA, 1995, p. 351).

Também a introdução do ferro na Beira Alta foi precoce, como se comprova de data radiocarbónica obtida para a ocupação mais antiga do povoado do Outeiro dos Castelos de Beijós (distrito de Viseu), entre 1310 e 1009 a.C. (para 95 % de probabilidade), a que se reporta uma lâmina de ferro de faca afalcatada (SENNA-MARTINEZ, 2000).

Estas peças, tais como as restantes portuguesas, correspondem a introduções exógenas, e, em geral, face às considerações apresentadas pelos autores acima citados, mais a *itens* sócio-simbólicos, sem deixarem de constituir artefactos funcionais, como bem demonstra o cinzel de ferro com manga de bronze, de tipologia atlântica, do castro da Senhora da Guia, Baiões, Viseu (SILVA, 1986, Est. XC, nº. 1), ou a existência de peças sidéricas que copiam modelos de bronze. Independentemente do seu uso ou finalidade, o certo é que se trata de objectos importados. Tenha-se presente, a tal propósito, que as três peças da Quinta do Marcelo, são pequenas facas, das quais a única de forma reconhecida é semelhante às duas, de gume curvo, do povoado de Moreirinha, Idanha-a-Nova, precisamente “os artefactos mais frequentes que ocorrem no Mediterrâneo

Oriental, em Chipre e na Grécia, no período de transição Bronze/Ferro, no século XII a.C.” (VILAÇA, 1995, p. 351). De facto, alguns dos exemplares orientais (BUCHOLZ & KARAGEORGHIS, 1973, Fig. 23) mostram-se idênticos aos portugueses. Tem também interesse verificar que a introdução do ferro remonta na Sardenha ao século XIII a.C., e é imputada aos contactos então havidos com os mercadores cipriotas (Lo SCHIAVO, 1991); não custa, pois, aceitar que tenham sido estes, ou, mais provavelmente, os seus intermediários sardos, ou séculos, os responsáveis pela sua introdução na Península, em momento imediatamente ulterior, hipótese que se quadra com as cronologias apresentadas.

É no âmbito destes contactos que o notável monumento da Roça do Casal do Meio, Sesimbra, deve ser encarado, como evidência ímpar da sua importância.

Com efeito, na Baixa Estremadura, esta sepultura é, sem dúvida, o mais expressivo documento dos contactos estabelecidos no Bronze Final II com o Mediterrâneo Central, de onde se proviriam alguns objectos que tinham, mais a oriente, a ilha de Chipre por centro difusor. A complexidade arquitectónica atribuída ao monumento pelos seus escavadores (SPINDLER *et al.*, 1973/1974) foi revista e substancialmente simplificada, à luz de nova interpretação dos dados da escavação, pelo signatário (CARDOSO, 2000a, p. 245). Tratar-se-ia de uma *tholos*, com corredor (*dromos*) e câmara de planta sub-circular, coberta por *tumulus* zonado, sendo a sua parte central constituída superficialmente por camada de blocos, que protegiam um núcleo de terra compactada, delimitado na sua periferia por uma coroa de blocos (**Fig. 163**). Nestes termos, não se distanciaria da solução evidenciada pelos seus congéneres calcolíticos (**Fig. 164**).

As características arquitectónicas do monumento são, pois, assinalavelmente mais simples que as descritas pelos escavadores; tal facto encontra-se na origem da sua reavaliação cronológica. A circunstância de nele não se ter encontrado um único artefacto calcolítico, pode explicar-se por ter ocorrido, antecedendo imediatamente a ocupação do Bronze Final, uma limpeza total do monumento: é o caso da *Tholos* do Cerro do Malhanito, Alcoutim, escavada sob direcção do autor, que constitui, a tal respeito, forte argumento que poderá ser invocado em apoio de tal hipótese. Com efeito, na câmara do monumento, verificou-se que, do espólio calcolítico, apenas se tinha conservado, em nível de remeximento, um pequeno escopro de pedra polida, tendo aquela parte do monumento sido totalmente esvaziada, no Bronze Final, inícios da Idade do Ferro, para a deposição de pelo menos, um indivíduo, sobre o chão primitivo, acompanhado de numerosos recipientes cerâmicos e de alguns elementos de adorno característicos daquela época (CARDOSO, no prelo). Estes resultados afiguram-se, assim, de extremo interesse para se reavaliar a época de construção da sepultura da Roça do Casal do Meio, a qual, tal como a sua congénere algarvia do ponto de vista estritamente arquitectónico, se inscreve no grupo das *tholoi*, com corredor e câmara com cobertura em falsa cúpula.

Com efeito, alguns autores, a começar pelos próprios escavadores, admitiram tratar-se de um monumento reutilizado (SPINDLER *et al.*, 1973/1974, p. 117), com base em evidências empíricas que descrevem e valorizam; segundo eles, a reutilização do Bronze Final ter-se-ia dado apenas depois de a falsa cúpula ter entrado em colapso. No entanto, não conseguiram situar nem a cronologia da construção nem a natureza e finalidade da mesma, atribuindo-lhe utilização prévia desconhecida (o que se compreende, dada a ausência de



Fig. 163 – Vista geral do monumento funerário da Roça do Casal do Meio, Sesimbra, obtida ao longo do eixo da estrutura. Em primeiro plano, o grande bloco de calcário (*stomion*) que selava a entrada do corredor do monumento (*dromos*), ao qual se sucede a câmara de planta subcircular. Arquivo O. da Veiga Ferreira.



Fig. 164 – *Tholos* da Roça do Casal do Meio, Sesimbra. Vista geral da câmara do monumento, com o respectivo corredor e a grande lage de selagem da respectiva entrada, em segundo plano. Do lado esquerdo, observa-se uma das duas tumulações efectuadas na câmara. Arquivo O. da Veiga Ferreira.

qualquer espólio anterior ao Bronze Final). Esta opinião foi perfilhada ulteriormente por outros autores, atribuindo à ocupação do Bronze Final o carácter de reutilização de um monumento de cronologia anterior (BELÉN, ESCACENA & BOZZINO, 1991, p. 237): os autores são, a tal propósito, explícitos, ao reportarem a Roça do Casal do Meio ao grupo de sepulturas onde “La información que examinamos nos ofrece también ejemplos de reutilización de monumentos de cronología muy anterior y técnica de construcción que podemos denominar megalítica.” Dois dos autores do citado artigo, mais tarde, alteraram a sua posição, declarando que “las características arquitectónicas de la construcción (...) no tienen paralelos conocidos en el mundo megalítico português del Neolítico ni del Cobre” – no que se equivocaram, ou por desconhecerem outras *tholoi* estremenhas, como a de Tituaria, Mafra, ou a de Pai Mogo, Lourinhã (BELÉN DEAMUS & ESCACENA CARRASCO, 1995, p. 108), ou provavelmente por terem seguido demasiado à letra a reconstituição arquitectónica do monumento apresentada por K. Spindler e colaboradores.

Mais matizada foi a posição de M. Almagro-Gorbea (ALMAGRO-GORBEA, 1986, p. 363), apresentando a sepultura da Roça do Casal do Meio como “de inspiración dolménica”, expressão que se afigura, em todo o caso, incoerente, pois que não explica como tal “inspiração” poderia ter vencido o longo período entre o final do megalitismo, cerca dos meados do III milénio a.C. e a cronologia do sepulcro, 1500 anos mais moderno... na hipótese de ter sido efectivamente construído no Bronze Final. Mais recentemente, o referido autor (ALMAGRO-GORBEA, 1998), admitiu tratar-se de uma criação local do Bronze Final, com paralelos tanto nas sepulturas com câmara circular e *dromos* do Mediterrâneo Central como do Mediterrâneo Oriental, cujo uso se generalizou a partir do Heládico Final II-III, nas quais os construtores do monumento se teriam inspirado directamente, na ausência de outras ocorrências comparáveis no Ocidente europeu.

O facto de ser o único sepulcro peninsular no seu género atribuível ao Bronze Final, daria desde logo que pensar: no entanto, foi exactamente esta a razão que levou a procurar em domínios geográficos extra-peninsulares a origem dos seus construtores, aliás já sugeridos pelos seus escavadores, ao estabelecerem (ainda que erroneamente) paralelo com as arquitecturas nurágicas (SPINDLER *et al.*, 1973/1974, p. 71).

Tal hipótese fora anteriormente aceite pelo signatário (CARDOSO, 2001, p. 65). Com efeito, no espólio arqueológico, a par de peças cerâmicas de produção indígena, avultam dois artefactos claramente exógenos: a fibula com enrolamento no arco (**Fig. 165**), com evidentes paralelos sicilianos (BREA, 1972, Fig. 34), e um pente de marfim (**Fig. 166**), cuja origem norte-africana é clara. Tais ocorrências justificaram, fundadamente, a hipótese de terem resultado da actividade de comerciantes com origem no Mediterrâneo Central. Para tal, importaria averiguar até que ponto existiriam nessa área geográfica sepulturas análogas que pudessem ter servido como modelo, visto as derradeiras *tholoi* micénicas remontarem ao século XIII a.C. (MYLONAS, 1957), sendo, portanto cerca de 200 a 300 anos mais antigas. Com efeito, conhecem-se referências a verdadeiras *tholoi* do Bronze Final na Sicília; a arquitectura de alguns sepulcros de Monte Dessucri, não se afastaria muito da evidenciada no monumento da Roça do Casal do Meio (BLASCO BOSQUED, 1987, p. 25). Na mesma linha se inscrevem as seguintes considerações (MALONE, STODDART & WHITEHOUSE, 1994, p. 177): “The final phases of the Late Bronze Age are typified by the site of Sant’Angelo Muxaro on the south coast, which is famous mostly for its remarkably rich tholoi tombs, dating from the Final Bronze Age to the

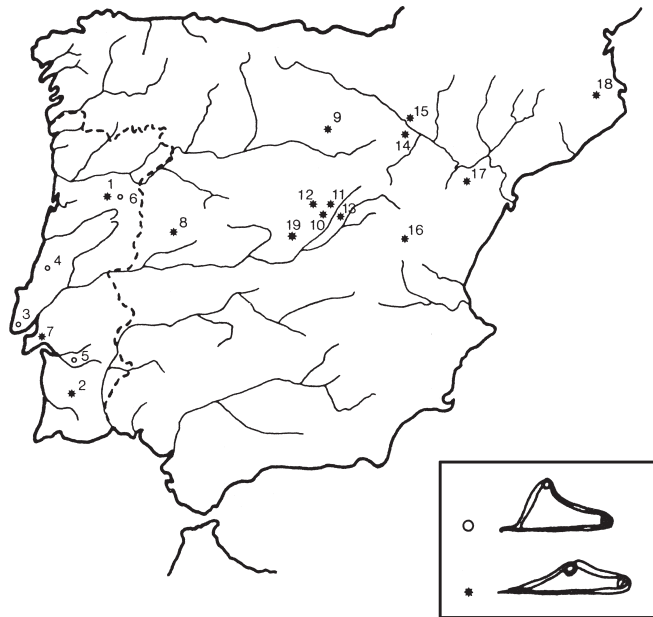
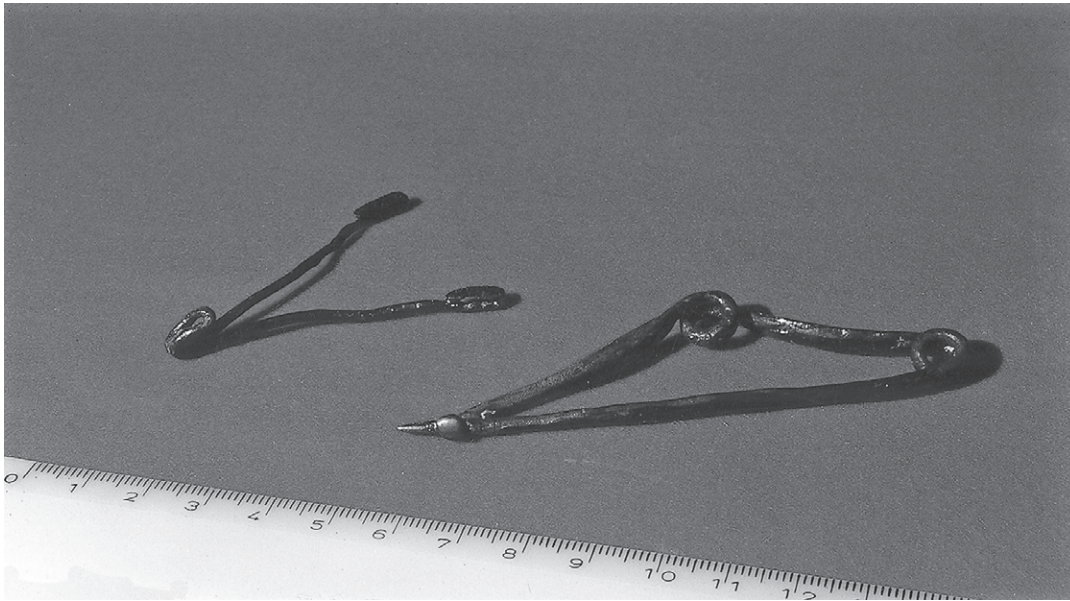


Fig. 165 – Em cima: fibula com enrolamento no arco e “agrafe” de cinto do monumento da Roça do Casal do Meio, Sesimbra; em baixo: distribuição geográfica das fibulas do mesmo tipo da encontrada na sepultura referida, na Península Ibérica, nas suas duas variantes. Arquivo O. da Veiga Ferreira e seg. S. da Ponte & J. L. I. Vaz, respectivamente.

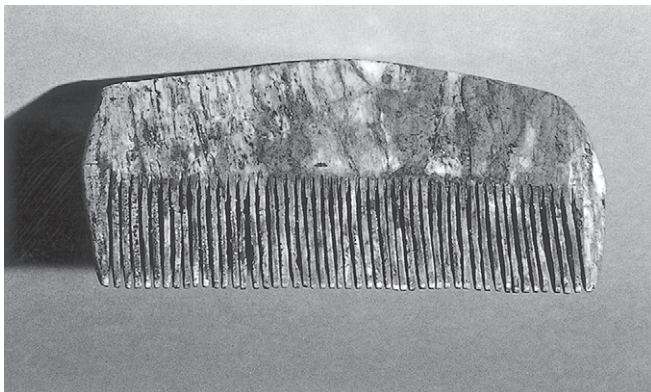


Fig. 166 – Pente de marfim do monumento da Roça do Casal do Meio, Sesimbra. Arquivo de O. da Veiga Ferreira. Comprimento aproximado: 7,0 cm.

Early Iron Age (8th-6th century BC)”; em Caltagirone, também na Sicília, reconheceu-se igualmente a presença de *tholoi*, integráveis naquele período, as quais “oferecem o maior interesse sob o ponto de vista arquitectónico e os tornam diferentes de todas as outras sepulturas sicilianas. Sob certos aspectos, podem relacionar-se com protótipos micénicos, ainda que em escala mais reduzida” (BREA, 1972, p. 162). Esta solução arquitectónica teria, deste modo, coexistido com as numerosas necrópoles sicilianas escavadas nas rochas, como a célebre necrópole de Cassibile.

No entanto, tendo presentes as observações estratigráficas dos escavadores do monumento, incluindo a observação de que “le sol avait été nettoyé préalablement pour y mettre les squelettes et que la terre balayée avait été mise dans la partie sud-est” (SPINDLER *et al.*, 1973/1974, p. 117), somadas à revisão da arquitectura do monumento, idêntica à das *tholoi* calcolíticas da região estremenha e, ainda, ao paralelo oferecido pela *tholos* do Cerro do Malhanito, parece que a hipótese de reaproveitamento de um monumento calcolítico ganha alguma credibilidade. Até porque – insiste-se – se trataria, em caso contrário, de ocorrência única no contexto peninsular. Por outro lado, as escassas informações de ordem estratigráfica que os escavadores apresentam não são, no nosso entender, suficientemente conclusivas para atribuir ao Bronze Final a construção do monumento. Com efeito, não se crê que o argumento de se terem encontrado diversos fragmentos de uma taça carenada do Bronze Final em camadas de construção do monumento deva ser excessivamente valorizado: os autores mencionam oito fragmentos, dispersos por locais muito distintos do monumento, o que configura a hipótese de corresponderem à fragmentação de um recipiente sobre uma superfície exposta. Destes, apenas um terá sido recolhido em nível de construção, ainda que se refira que provém do corredor, “entre le mur et la coupole”.

Na câmara, efectuaram-se duas tumulações – dois indivíduos adultos e masculinos, conforme as conclusões de estudo recente (VILAÇA & CUNHA, 2004) – a primeira em decúbito dorsal (sep. 1) (**Fig. 167**), a outra em decúbito lateral com pernas e braços em posição flectida, sobre pequena banquetta argilosa encostada à parede da câmara (sep. 2) (**Fig. 168**). Ritualmente, depositaram-se aos pés das duas sepulturas – sem dúvida efectuadas em simultâneo, ou separadas de curto intervalo de tempo – restos de quatro ovinos/caprinos



Fig. 167 – Pormenor da sepultura nº 1, em decúbito dorsal, realizada na câmara do monumento da Roça do Casal do Meio, Sesimbra. Arquivo O. da Veiga Ferreira.



Fig. 168 – Pormenor da sepultura nº 2, em decúbito lateral, com pernas e braços flectidos, voltada para a parede da câmara do monumento da Roça do Casal do Meio, Sesimbra, sobre uma banqueta de argila batida. Arquivo O. da Veiga Ferreira.

juvenis: a análise dos segmentos anatómicos conservados, mostra que correspondiam a nacos ricos de carne. Oferendas do mesmo tipo, talvez relacionadas com o banquete funerário, encontram-se igualmente em *tholoi* micénicas, tal como o uso de depositar os corpos em banquetas, como a observada (MYLONAS, 1948), costumes não observáveis nas *tholoi* calcolíticas da região. Tal observação concorre, assim, para atribuir origem exógena aos ocupantes documentados do monumento.

O alto estatuto social das duas personagens ali tumuladas encontra-se sublinhado pelo espólio acompanhante: à primeira, pertencia o pente de marfim já mencionado, uma pinça depilatória e um anel de bronze; à segunda, reporta-se outra pinça, de maiores dimensões, um “agrafe” de cinturão e a fíbula supracitada. Dois recipientes – um vaso de colo alto com ornatos brunidos no bojo e uma taça carenada – completavam o conjunto, sendo os únicos exemplares de produção claramente local ou regional do Bronze Final (**Fig. 169**). A requintada indumentária usada pelos dois personagens é indicada pelo agrafe de cinturão, tal como pela fíbula, objectos até então desconhecidos na região, e que pressupõem a utilização de tecidos finos, atendendo à sua fragilidade e pequeno tamanho: por outro lado, o cuidado com a própria apresentação é ilustrada pelo pente – um dos escassos marfins anteriores às importações fenícias, apesar dos braceletes de Peña Negra I, Alicante (GONZÁLEZ-PRATS, 1990) – e pelas pinças depilatórias (**Fig. 170**). Estas últimas, são muito mais que um simples objecto de cosmética, podendo associar-se ao tratamento da barba, como símbolo de estatuto e hierarquia (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1995c, p. 139), tão cultivado nas sociedades da Idade do Bronze do Mediterrâneo Oriental. O alto estatuto dos dois inumados, a par da ausência de armas – que jamais teriam feito parte do espólio do monumento, porque, a terem sido ali encontradas, teriam motivado o total remeximento da câmara, e não a violação limitada que ela evidencia – é compatível com a existência, no Bronze Final, de elites, não necessariamente guerreiras. Sendo certo que não é crível a coexistência de dois poderes no Bronze Final, um de carácter temporal, outro espiritual em tal época, é no entanto evidente que a assimilação de algumas das práticas culturais, de origem oriental, pelas elites que, na época, habitavam a Estremadura, se poderia explicar pela presença directa de indivíduos exógenos, de indiscutível prestígio social entre as populações locais. E é nesse sentido que a evidência fornecida pela Roça do Casal do Meio ganha interesse: aliás, convém recordar a descoberta de “altares” micénicos no baixo Guadalquivir (MARTIN de la CRUZ, 1992), para se perceber o que se pretendeu, em trabalho anterior, designar com a palavra “missionários” (entre aspas...), a propósito dos dois inumados em apreço (CARDOSO, 2000c).

A cronologia absoluta das duas tumulações descritas, foi recentemente determinada pelo método do radiocarbono sobre os restos humanos respectivos. Os resultados obtidos, ainda inéditos, foram: 2760±40 BP e 2820±40 BP (VILAÇA, CRUZ & CUNHA, 2004) os quais, depois de calibrados para dois sigma, pelo Eng. A. M. Monge Soares (a quem se endereça agradecimento cordial), indicam com maior probabilidade, o intervalo correspondente ao século X a. C. Este resultado corrobora as conclusões determinadas pela tipologia da fíbula, com enrolamento no arco, cujos paralelos mais próximos nos remetem para a Sicília (fíbulas de “arco serpeggiante”, cf. RUIZ-DELGADO, 1989) da fase Pantalica II/III. Já os escavadores do monumento a tinham comparado a tais exemplares, atribuindo-lhe cronologia do século X a.C. ou inícios do seguinte, que trabalhos ulteriores referindo-se à mesma peça, não alteraram (RUIZ-DELGADO, 1989): são todos unânimes

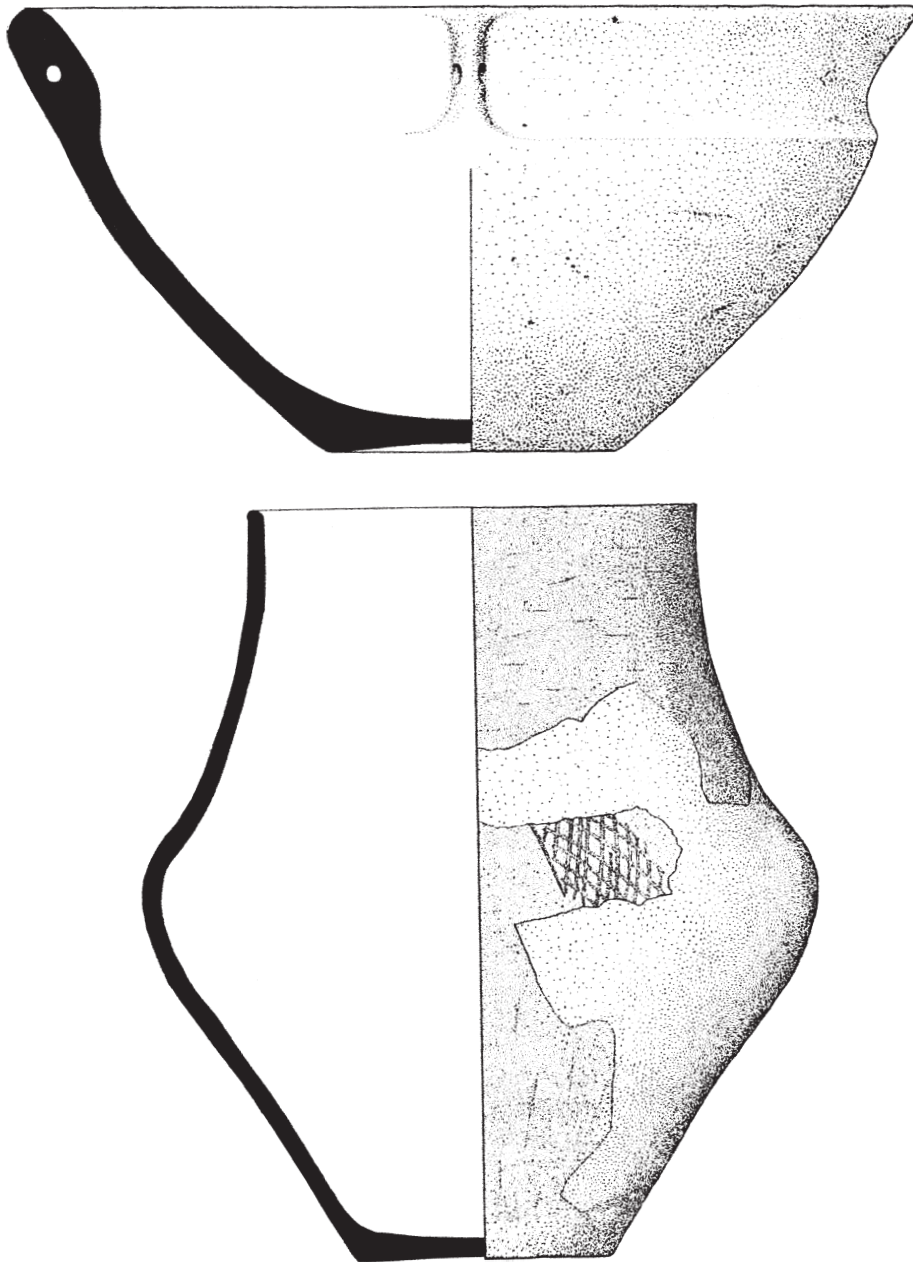


Fig. 169 – Recipientes feitos ao torno lento, de origem local ou regional, do monumento da Roça do Casal do Meio, Sesimbra, respectivamente reduzidos a $\frac{1}{2}$ e a $\frac{1}{3}$. Notar a decoração de “ornatos brunidos” patente no vaso bitroncocónico. Seg. K. Spindler, O. da Veiga Ferreira, A. de Castello Branco & G. Zbyszewski.

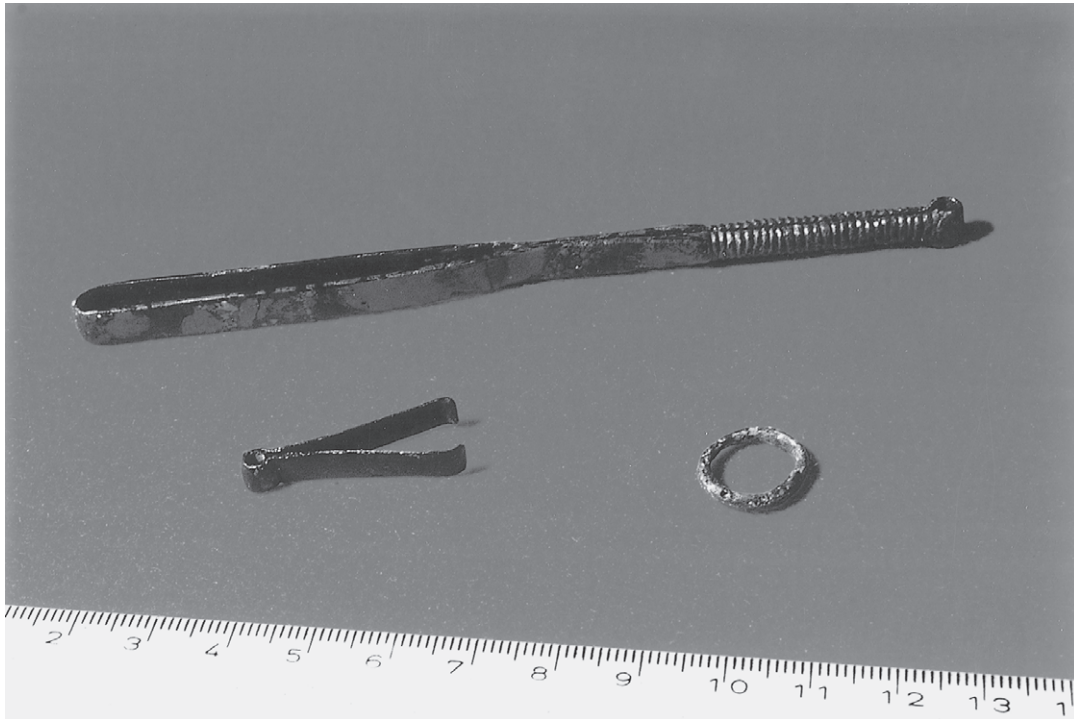


Fig. 170 – Monumento da Roça do Casal do Meio, Sesimbra: pinças depilatórias, a maior da sepultura nº 1, a menor e a argola da sepultura nº 2. Arquivo O. da Veiga Ferreira.

na sua filiação em modelos do Mediterrâneo Central, conclusão reforçada pelo facto de se tratar de peça muito rara na região (mencione-se, no entanto a existência de diversos exemplares incompletos, do mesmo tipo, do castro da Senhora da Guia, Baiões, Viseu (KALB, 1978, Abb. 10), e dos castros do Castelo dos Mouros, de S. Romão e de Santa Luzia, também da região de Viseu (PONTE & VAZ, 1989; SENNA-MARTINEZ, 2000). Aliás, a presença de fíbulas mediterrânicas no centro-interior peninsular era conhecida de há muito, pelo achado de exemplar do mesmo tipo dos referidos, no Cerro del Berrueco, Salamanca (SCHÜLE, 1969, Abb. 10), sugerindo difusão limitada pela meseta, à semelhança das jóia auríferas de grande dispersão, como os braceletes Villena/Estremoz, supra referidos. Fíbula de características análogas (Ponte 1b) situável entre a 2ª. metade do século X e finais do século VIII a.C. (PONTE, 2004) provém do castro de Curvaceiras, Alcoaça (PONTE, 1984, Fig. 1, nº 2), exemplar de idêntica cronologia, o único do tipo de “arco simples com disco em espiral” encontrado no território português cujas afinidades com exemplares italianos são evidentes para a autora. Tais factos fazem crer em verdadeiras importações do Mediterrâneo Central.

Esta realidade tem, naturalmente, expressão no monumento da Roça do Casal do Meio: os dois indivíduos ali tumulados poderão conotar-se com as elites regionais do Bronze Final II as quais, num processo de aculturação, teriam adoptado, não apenas a indumentária e formas de cuidados pessoais com origem no Mediterrâneo Central, considerados mais requintados, mas ainda as próprias práticas rituais vigentes nessa área geográfica – a começar pelas características arquitectónicas do monumento, na hipótese de ele ter sido constituído naquela época – tributárias de outras, oriundas do Mediterrâneo Oriental. Em alternativa, por serem tão evidentes os indícios exógenos, é lícito admitir (CARDOSO, 2000 b; CARDOSO, 2000 c; CARDOSO, 2001), como RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO (1998 c), que correspondam efectivamente a dois comerciantes da Sardenha ou da Sicília, estabelecidos perto da foz do Sado, hipótese que corporizaria, pela primeira vez, a presença directa de comunidades mediterrâneas, por diminutos que fossem os seus efectivos, antes da chegada fenícia.

Com efeito, em plena Arrábida identificou-se povoado de altura da mesma época – o Castelo dos Mouros (SILVA & SOARES, 1986) – cujos habitantes não custa ver relacionados com os personagens tumulados na Roça do Casal do Meio. Atendendo ao tipo de implantação dos dois sítios, é aliciante fazer corresponder ao primeiro o papel de sede da população indígena, sob a égide das elites locais. A ser assim, a evidência material disponível adquiriria outra dimensão e coerência, enfatizando a perspectiva de uma fase pré-colonial, de há muito defendida por alguns investigadores (ALMAGRO-GORBEA, 1990, 1998), para cuja existência seria incontornável a própria presença de indígenas, interagindo com comerciantes que, por via marítima, recorrentemente se estabeleciam em locais propícios do litoral adjacente: no caso, o Portinho da Arrábida.

Foi no decurso desse longo período de convivência discreta, mantida por trocas comerciais de interesse mútuo, talvez ainda iniciado na época micénica – relembrem-se, a propósito, e entre outros testemunhos do Bronze Pleno do território português, as 21 contas de pasta vítrea azul e amarela, recolhidas na cista 22 da necrópole de Atalaia, Ourique (SCHUBART, 1975, Tf. 26) – que se enformaram as elites do Bronze Final da Baixa Estremadura, tanto nos seus gostos quotidianos como nas práticas religiosas que progressivamente adoptaram. Deste processo de aculturação, resultou a criação de ambiente sócio-cultural propício ao rápido sucesso da empresa fenícia (CARDOSO, 1995 e), facilmente afirmada na área em estudo, apesar da sua posição periférica, face à brilhante civilização tartéssica, então em gestação no vale do Guadalquivir.

É no âmbito de tudo o que foi dito que a noção de “Bronze Atlântico” ganha substância. Trata-se de entidade arqueológica baseada na intensiva produção de peças de bronze e sua circulação trans-regional. Sobretudo, seriam os modelos, mais do que as peças que viajariam, sendo rapidamente reproduzidos localmente, em consequência das relações comerciais estabelecidas ao longo da frente atlântica da Europa Ocidental, desde o Bronze Pleno, com progressiva intensificação até ao Bronze Final II, situável nos séculos XI a IX a.C., altura em que tais relações se consolidaram na área mediterrânea. Tais actividades, baseadas no mútuo interesse económico e consubstanciadas pelas trocas comerciais então estabelecidas, veicularam realidades culturais específicas, que, deste modo, se difundiram a muitas regiões, mais ou menos afastadas, onde foram adoptadas pelas elites que as governavam. Originou-se assim uma nova realidade transcultural e supra-regional, de base

económica, onde se mesclavam tradições culturais e ideológicas distintas, umas de raiz atlântica, outras originárias do oriente mediterrâneo.

Acentuou-se deste modo a importância da posição geográfica privilegiada da Baixa Estremadura no âmbito de tais contactos comerciais atlântico-mediterrâneos, bem como no contexto do ocidente peninsular. Esta região detinha, também, condições particularmente favoráveis para o escoamento das correspondentes produções, nas quais foi sublinhada a importância de dois dos grandes rios peninsulares que aqui confluem com o Oceano (o Tejo e o Sado), assegurando o abastecimento do estanho, proveniente do Norte, e do cobre, do Sul. A franca exposição atlântica do seu litoral e o abrigo proporcionado à navegação oceânica pelos dois estuários principais, bem como por numerosas enseadas ao longo da costa explica, enfim, a sua relevância nas rotas comerciais marítimas.

Recorrendo à teoria locativa de Weber, de 1909 (*in* VILAÇA, 1995), o local adequado para a instalação de uma determinada indústria deverá seleccionar-se de entre aqueles que correspondam às linhas de menor esforço para o abastecimento – as quais não é forçoso corresponderem à menor distância das fontes de matéria-prima – (e por conseguinte de maior economia), sem esquecer as facilidades de escoamento das produções, a partir do local de fabrico. Convergindo as vias do estanho, do ouro e do cobre na Baixa Estremadura, de onde se fazia vantajosamente a distribuição dos produtos manufacturados, conclui-se que esta seria a área ideal para proceder à produção de bronzes, como os anteriormente referidos, seguidos da respectiva exportação, por via marítima, ainda que em pequenas quantidades (**Fig. 171**). O facto de ser esta a região do País mais rica em determinados tipos artefactuais, cuja produção local se encontra sublinhada pelas particularidades das respectivas tipologias, só reforça a veracidade do modelo proposto. Porém, como se verificou pelos inventários apresentados, trata-se de produções bronzíferas sempre em pequena escala, traduzida pelos baixos efectivos de achados; por outro lado, não se encontrou até ao presente nesta área, oficina ou povoado metalúrgico especializado, nem sequer um molde dos artefactos produzidos mais comuns e característicos: os machados de alvado e duas argolas. Com efeito, a distribuição geográfica dos moldes de artefactos de bronze mostra uma concentração no interior centro do País (VILAÇA, 1995, Fig. 76), ilustrando invariavelmente uma metalurgia doméstica e de pequena escala, destinada sobretudo a suprir as necessidades locais de cada um destes sítios. O que os diferenciava dos seus congéneres estremenhos era a possibilidade destes proverem a distribuição alargada das suas próprias produções, mercê da posição geográfica que detinham no contexto regional e transregional, ocupando lugares estratégicos no tocante às principais vias por onde se fazia o transporte e circulação das mercadorias.

Sem dúvida que a Estremadura seria, então, área geográfica onde se caldeavam as influências culturais do norte atlântico, e do sul mediterrâneo, e que, mercê da sua posição, se configurou como verdadeira “placa giratória” do comércio transregional de matérias-primas e objectos de bronze manufacturados, cuja coordenação se encontrava nas mãos de elites, permeáveis à adopção de costumes e de práticas religiosas exógenas. Aliás, a sua adopção e exteriorização por parte das elites, poderia constituir, até, mais um elemento diferenciador do seu estatuto, face ao todo social correspondente.

É essa franca abertura a estímulos culturais, especialmente mediterrâneos, por parte das elites do Bronze Final II que habitavam a Estremadura, nos primórdios do primeiro milénio a.C., que explica a presença de

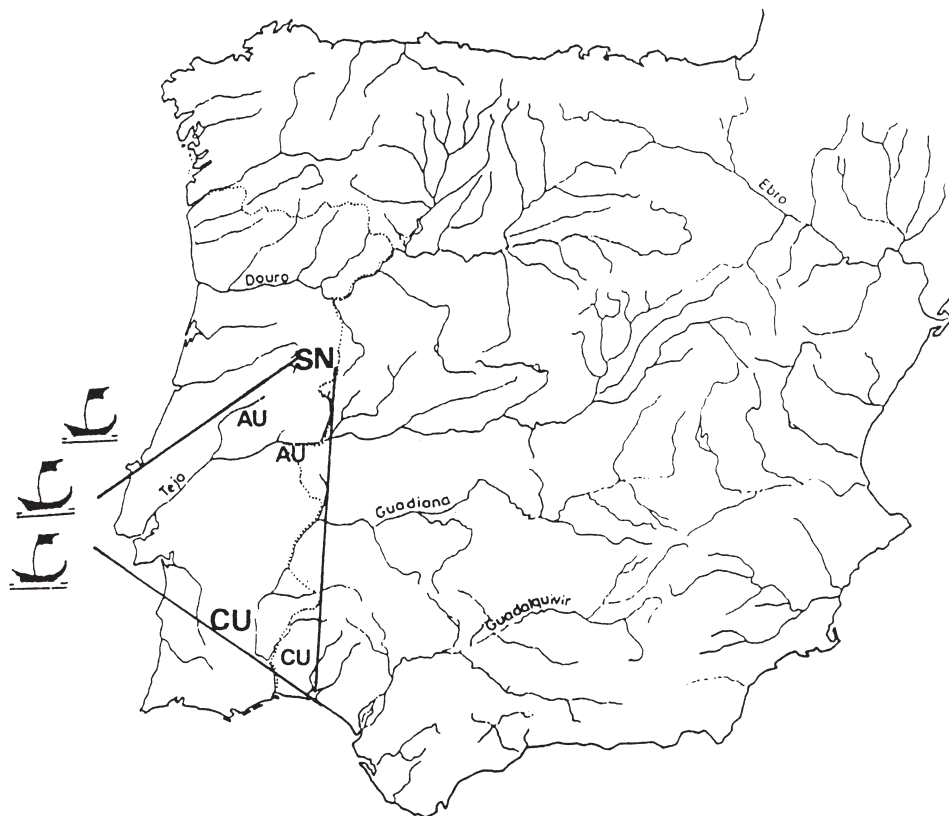


Fig. 171 – Explicação, segundo o modelo locativo de Weber, do afluxo simultâneo do estanho e do cobre à Estremadura portuguesa, seguindo da conseqüente metalurgia e ulterior exportação dos produtos manufacturados. Seg. R. Vilaça.

objectos exógenos, aqui chegados como retorno das exportações efectuadas: ambos foram objecto de análise e discussão nas páginas antecedentes.

É neste contexto que o monumento funerário da Roça do Casal do Meio ganha significado. Tratando-se ou não de uma reutilização de um monumento calcolítico, atribuível ao século X a.C., conforme a cronologia indicada pelos seus escavadores, em 1973 e recentemente confirmada por duas datas de radiocarbono, as práticas rituais denotadas pelas duas tumulações identificadas na câmara do monumento, remetem, de facto, para uma tradição fortemente mediterrânea, confirmada pela natureza dos espólios exumados.

Assim, quer se trate de duas sepulturas de comerciantes mediterrâneos, operando na zona, ou de membros das elites locais, os espólios e rituais denotam existência de contactos com o Mediterrâneo Central, numa época imediatamente anterior às primeiras presenças fenícias documentadas arqueologicamente no litoral da Península Ibérica, logo nos finais do século IX a.C., como se verá no capítulo imediato.

A Baixa Estremadura configurava-se, pois, no fim do Bronze Final, como área geográfica, económica e cultural onde se intersectavam múltiplos interesses e influências, que garantiram a sua própria individualização, afinal indissociável dessa realidade dual – o Atlântico e o Mediterrâneo – de cujo caldeamento resultou um dos traços mais essenciais e permanentes do território hoje português, subjacente à própria identidade nacional.

Nestes termos, os contributos culturais oriundos do interior peninsular detêm interesse diminuto. Já anteriormente se referiu a prática funerária da incineração, tão bem documentada nos “campos de urnas” do Tanchoal e de Meijão (Alpiarça), que podem explicar-se por uma penetração continental ao longo do vale do Tejo: tenha-se presente, a favor de tal hipótese, as tumulações em urna feitas no interior das cabanas do Bronze Final do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco) (CARDOSO, CANINAS & HENRIQUES, 1998). Recentemente, mais uma evidência da progressão daquele vector cultural até ao estuário do Tejo foi identificada: trata-se de conjunto de pequenas fossas, escavadas em calcários brandos cretácicos no sítio de Moita da Ladra, Vialonga (Vila Franca de Xira), dentro das quais jaziam grandes recipientes, muitas vezes reaproveitados, contendo cinzas e ossos humanos incarbonizados (escavações inéditas dirigidas pelo signatário e por João Carlos Caninas). A tipologia dos recipientes não deixa dúvidas quanto à sua integração no Bronze Final. Deste modo, pode concluir-se que a Baixa Estremadura formaria à época um mosaico cultural – onde não é negligenciável o contributo oriundo do “hinterland” peninsular – cujos vestígios, particularmente os de carácter funerário, passam quase sempre despercebidos, em consequência das práticas rituais adoptadas.

6 – A IDADE DO FERRO NA ESTREMADURA

No decurso de escavações efectuadas em Portugal desde os anos 80, foi documentada, de forma conclusiva, a existência de núcleos que receberam directamente produtos de fabrico oriental, através do comércio fenício, efectuado ao longo do litoral atlântico, tendo mesmo sido identificada uma verdadeira feitoria, com arquitectura fenícia oriental, em Abul, sobre a margem direita do Sado (MAYET & SILVA, 2000). Tais descobertas vieram revolucionar o “dogma”, postulado nos inícios da década de 1980, da inexistência de estabelecimentos fenícios para Oeste de Cádiz (SCHUBART, 1982). Com efeito, as características de implantação destas estações são condizentes com a intensa navegação e comércio com que estavam relacionadas. Correspondem a colinas, dominando vastos estuários, e em fácil comunicação, tanto com o litoral oceânico adjacente como com o interior, através da via fluvial respectiva – que era, conforme os casos, o Sado, o Tejo e o Mondego – propícia à circulação e ao escoamento de produtos comercializados, cuja existência era, afinal, a principal justificação para a presença, neste confim do mundo mediterrâneo, de navegadores fenícios. Aquela presença remontaria, no baixo vale do Tejo (alcáçova de Santarém) aos inícios do século VIII a.C. (ARRUDA, 1993), cronologia apoiada, de início, apenas em uma única data de radiocarbono (ICEN - 532 - 2640 ± 50 BP), a qual, depois de calibrada pela curva de Pearson e Stuiver, para cerca de 95% de probabilidade, forneceu o intervalo de 900 - 780 cal a.C.

Em estudo recente, a autora, precisou o início da presença fenícia naquele povoado indígena em inícios do VIII século a.C. (ARRUDA, 1999/2000), “aproximadamente uma geração depois da instalação na região gaditana de grupos de colonizadores provenientes da fachada sírio-palestiniana (VILAÇA & ARRUDA, 2004, p. 34, 35).

Também o conjunto de datas até ao presente obtidas no povoado do Almaraz, Cacilhas, situado em colina em forma de esporão debruçado sobre o estuário do Tejo, defronte de Lisboa (**Fig. 172**), foram objecto de estudo recente (BARROS & SOARES, 2004); tendo presente os resultados obtidos, pode afirmar-se que o estabelecimento dos primeiros fenícios na referida colina foi sincrónico da ocupação fenícia nos mais antigos estabelecimentos peninsulares, situável na segunda metade do século IX a.C., conclusão, contudo, que não é unânime (ARRUDA, e.p.).

O povoado da colina do Almaraz assume-se, no entanto, de importância excepcional no quadro peninsular, não só pela sua cronologia mas sobretudo pelas estruturas arqueológicas nele identificados e pelos materiais que forneceu. Entre aquelas, destaca-se a presença de, pelo menos, uma linha muralhada, acompanhada por um fosso protector com funções defensivas, o qual teria, em média, 6,5m de largura e 3,5m de profundidade, variando o perfil da sua secção; o fundo apresenta-se argiloso, aplanado ou percorrido por caleira, destinada ao escoamento das águas. O seu preenchimento deve ter-se verificado num curto momento, no decurso do



Fig. 172 – Vista parcial, do lado direito, da colina do Almaraz, Almada, voltada para o estuário do Tejo. No limite visível, a área habitacional já escavada, correspondente a telheiro. Mais abaixo, observa-se talude correspondente à muralha interna, a qual era acompanhada por um fosso, que se desenvolvia do seu lado externo. Foto J. L. Cardoso.

século VII a.C., conforme indicam alguns materiais pertencentes a essa época, com destaque para um escaravelho egípcio de faiança ; porém, fragmentos de cerâmica do Coríntio Médio (600-575 a.C.), mostram que a referida colmatação prosseguiu em época anterior (classificações em ARRUDA, e.p.). Um sector desta estrutura deu, no entanto materiais considerados por L. Barros e A. M. Monge Soares mais antigos, reportáveis aos finais do século IX / inícios do século VIII a.C., conforme os resultados das datações radiocarbónicas realizadas, resultantes de um processo de transporte e deposição localizados: é o caso de uma fíbula de dupla mola e ânforas dos tipos R.10.1.1.1. e 10.1.2.1. No entanto, para A. M. Arruda, tais ânforas, designadamente a primeira, poderão ascender, no máximo à 2.^a metade do século VIII a.C., em cronologia tradicional. Mas o maior volume de informação sobre a cronologia absoluta da estação deve-se a uma fossa de detritos, cujas primeiras datas de radiocarbono, bem como os materiais que continha, foram objecto de estudo anterior (BARROS, CARDOSO & SABROSA, 1993). O importante trabalho recentemente publicado, da autoria de Luís Barros e A. Monge Soares (BARROS & SOARES, 2004) permitiu estabelecer rigorosamente a sequência, desde a sua abertura, até à ulterior colmatação desta estrutura, a qual pode ser, resumidamente, descrita do seguinte modo, a qual foi relacionada com a tipologia dos materiais que nela foram sendo encontrados (**Fig. 174**):

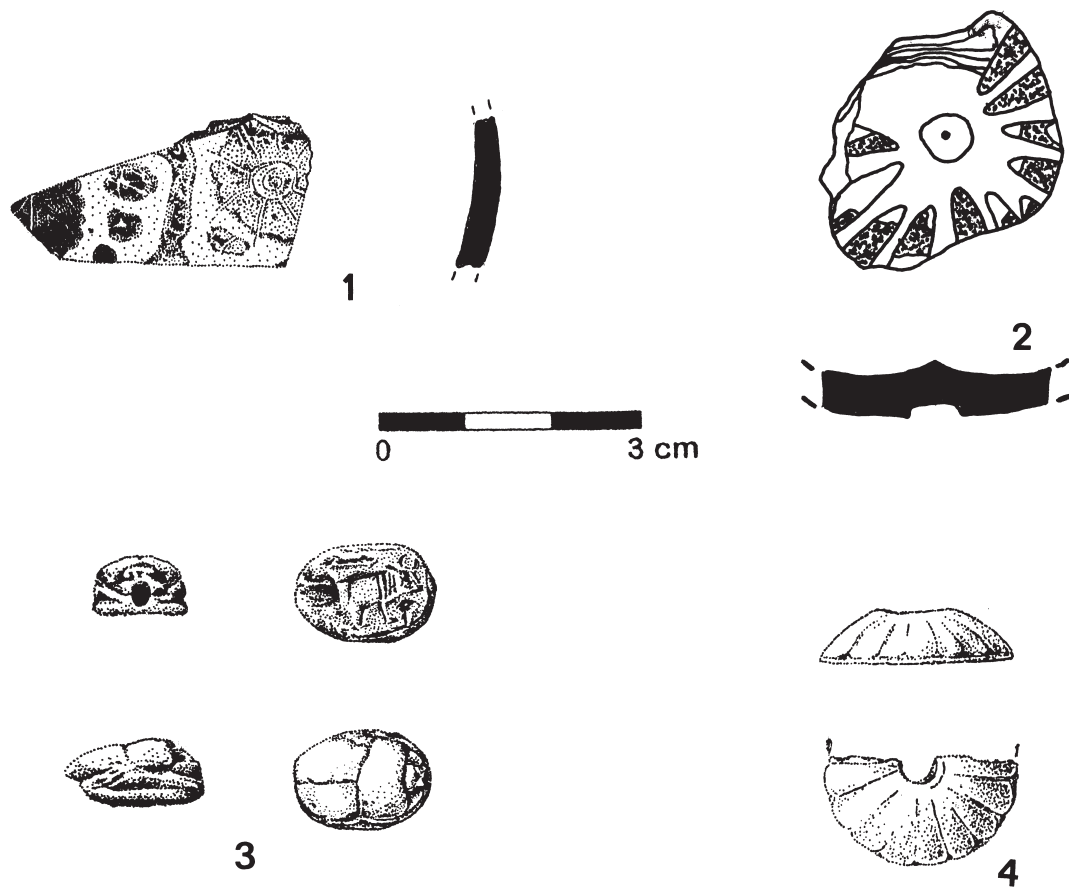


Fig. 173 – Objectos de luxo e de adorno do povoado de Almaraz, Almada 1 e 2 – Fragmentos de cerâmicas do Coríntio Médio: o da esquerda com decoração de rosetas e representação de quadrúpede, do qual se conserva uma das patas traseiras; o da direita mostra de coração radiada, a negro, sobre fundo beije (Seg. L. Barros); 3 – escaravelho de faiança egípcio com representação de bovídeo; 4 – botão em forma de flor, de marfim. 1, 3 e 4: desenhos inéditos, de Silvina Silvério, cedidos por L. Barros, a quem muito se agradece.

1 – Abertura da fossa, nas camadas miocénicas que constituem o substrato local: a sua execução cortou uma camada imediatamente mais antiga (contexto Alm 11), a qual forneceu diversos fragmentos de cerâmica de verniz vermelho (pratos e taças carenadas), taças de cerâmica cinzenta, em calote e carenadas, uma pinça de bronze e ânforas das formas R.2.1.1.1., 3.1.1.1. e 10.1.2.1.; as datas de radiocarbono obtidas situam esta primeira ocupação da Idade do Ferro nos finais do século IX / inícios do século VIII a.C.

2 – Primeira fase de enchimento da fossa (contexto Alm 12), igualmente datado pelo radiocarbono dentro dos parâmetros acima referidos. Entre os materiais arqueológicos devem destacar-se os pratos de verniz vermelho, com larguras do bordo variáveis entre 30 e 55 mm, taças carenadas de engobe vermelho, taças de cerâmica cinzenta, igualmente carenadas ou em calote, e ânforas das formas R.10.1.1.1. e 10.1.2.1.

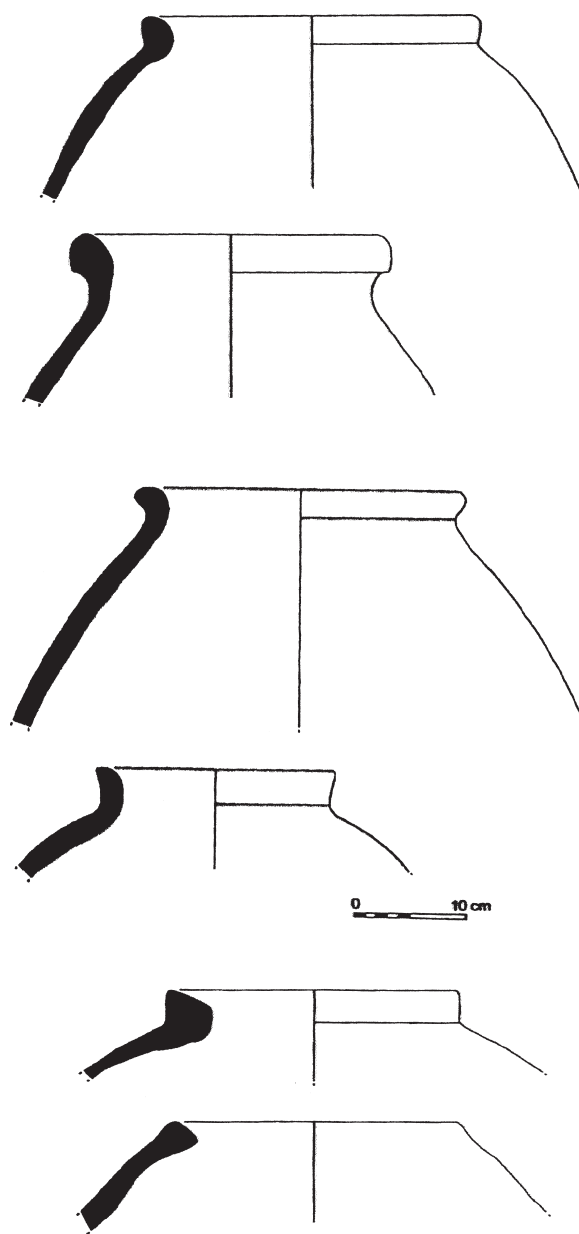


Fig. 174 – Ânforas fenícias da colina do Almaraz, Almada, provenientes dos três ambientes arqueológicos identificados na fossa de acumulação de detritos do Q U 45/3. Em cima, da camada mais antiga, anterior à abertura da fossa (finais século IX / inícios século VIII a.C.): tipos R.2.1.1.1. e 3.1.1.1.; ao centro, da camada basal do enchimento (cronologia idêntica): tipos R.10.1.2.1. e 10.1.1.1.; em baixo, da camada de enchimento mais moderna (século V / IV a.C.): tipos R.10.1.2.1. e 4.2.1.10. Cronologia segundo as datas radiométricas obtidas. (Seg. L Barros & A. M. Monge Soares).

3 – Para a parte mais recente do enchimento da fossa (contexto Alm 6) foram obtidas datas de radiocarbono, compatíveis com a tipologia do conjunto artefactual recolhido, dos séculos V/IV a.C. Entre as peças com mais relevante informação cronológica, destaca-se um fragmento de cerâmica ática, acompanhando pratos de verniz vermelho com larguras de bordo entre 29 e 76mm, taças carenadas e taças de pé (**Fig. 175**).

Estes resultados são de evidente importância, concordando com ou obtidos por Torres Ortiz sobre a antiguidade da colonização fenícia da Península Ibérica a qual, para este autor remontaria a cerca de 825 a.C., (TORRES ORTIZ, 1998). Porém, com base em critérios estritamente arqueológicos, a cronologia do Almaraz não ultrapassa os meados do século VIII a.C., reportando-se a larga maioria do material já publicado a época que não ultrapassa os meados do século seguinte (ARRUDA, e.p.), no que é concordante com a cronologia obtida em Lisboa pela mesma autora. Trata-se de tema que importa aprofundar futuramente.

Assumem a maior importância, em tais ocupações orientalizantes, as cerâmicas de engobe ou verniz vermelho, características de primeira fase da presença fenícia peninsular (SCHUBART, 1988 a). Na área de Lisboa, reconheceram-se exemplares destas cerâmicas em Almaraz e no morro da Sé de Lisboa. No primeiro daqueles sítios, os 1926 fragmentos de cerâmica de verniz vermelho já compulsados, oriundos da fossa de acumulação de detritos atrás referida, correspondem ao conjunto mais numeroso até agora estudado em Portugal (BARROS, CARDOSO & SABROSA, 1993), mas constituem uma ínfima parte do conjunto já recuperado.

A cerâmica de verniz vermelho está representada em Almaraz por um conjunto diversificado de pratos (**Fig. 176**) e, sobretudo, de taças carenadas, de paredes bicôncavas, que não têm equivalente conhecido em outra estação peninsular (**Fig. 177**). Tanto em Huelva (RUFETE TOMICO, 1988/89), como em Toscanos (SCHUBART *et al.*, 1969; SCHUBART & MAASS-LINDEMANN, 1984), no Morro de Mezquitilla (SCHUBART & NIEMEYER, 1976), ou em outros estabelecimentos fenícios peninsulares, tal forma não se encontra registada. Este facto revela a nítida diversificação das produções cerâmicas de inspiração oriental, correspondentes ao apogeu da presença fenícia peninsular, nos séculos VII e inícios do VI a.C. (em cronologia histórico-arqueológica). Deste modo, pode admitir-se que, após a introdução de formas de evidente inspiração e fabrico orientais, as técnicas de produção foram rapidamente apreendidas pelos peninsulares, que as aplicaram ao fabrico de recipientes mais ao seu gosto, necessidades ou tradições. As taças carenadas de perfil bicôncavo do Almaraz poderiam ter sido fabricadas em qualquer das feitorias fenícias ocidentais ou, mesmo, na própria área da estação. Com efeito, encontra-se documentada na estação a produção cerâmica, pelos separadores prismáticos ali recolhidos, utilizados na cozedura dos recipientes, do mesmo modo que a metalurgia está também bem comprovada.

O povoado comportar-se-ia, deste modo, como um centro produtor e distribuidor de primeira grandeza a nível regional, articulado com outros locais das proximidades onde presenças sidéricas da mesma época foram também identificadas (BARROS, 2000; ARRUDA, 1999/2000): é o caso da Quinta do Facho e Cova da Piedade, os quais, situando-se em zonas de solos francamente aptos à agricultura, poderiam ter a função principal de abastecer de produtos hortícolas, cerealíferos e frutícolas, os habitantes do primeiro daqueles sítios, cujo número não seria inferior a 3000 com base na área ocupada (ARRUDA, 1999/2000). A adequada gestão deste importante agregado humano de carácter urbano – incluindo a comercial – exigiria uma elite político-administrativa, ali sediada. De facto, é tentador atribuir a este estabelecimento carácter exógeno, de tal forma



Fig. 175 – Taça de pé saliente, de verniz vermelho, do Almaraz, Almada (em cima). Este exemplar provém do nível mais profundo do enchimento do fosso de acumulação de detritos do Q U 45/3, atribuível pelo radiocarbono à segunda metade do século IX / inícios do século VIII a.C., fotografado *in situ* (em baixo). Seg. L. Barros, J. L. Cardoso & A. Sabrosa.

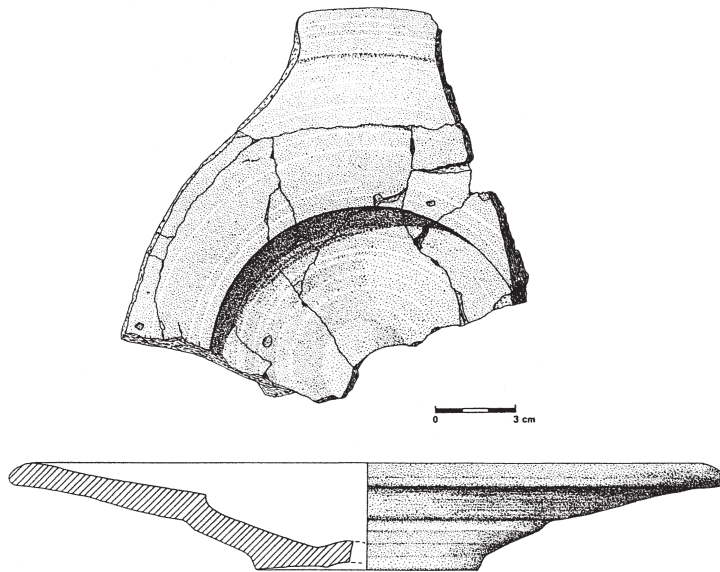


Fig. 176– Prato de verniz vermelho, de bordo largo; em cima na altura da descoberta. Seg. J. L. Cardoso (por deferência de L. Barros).

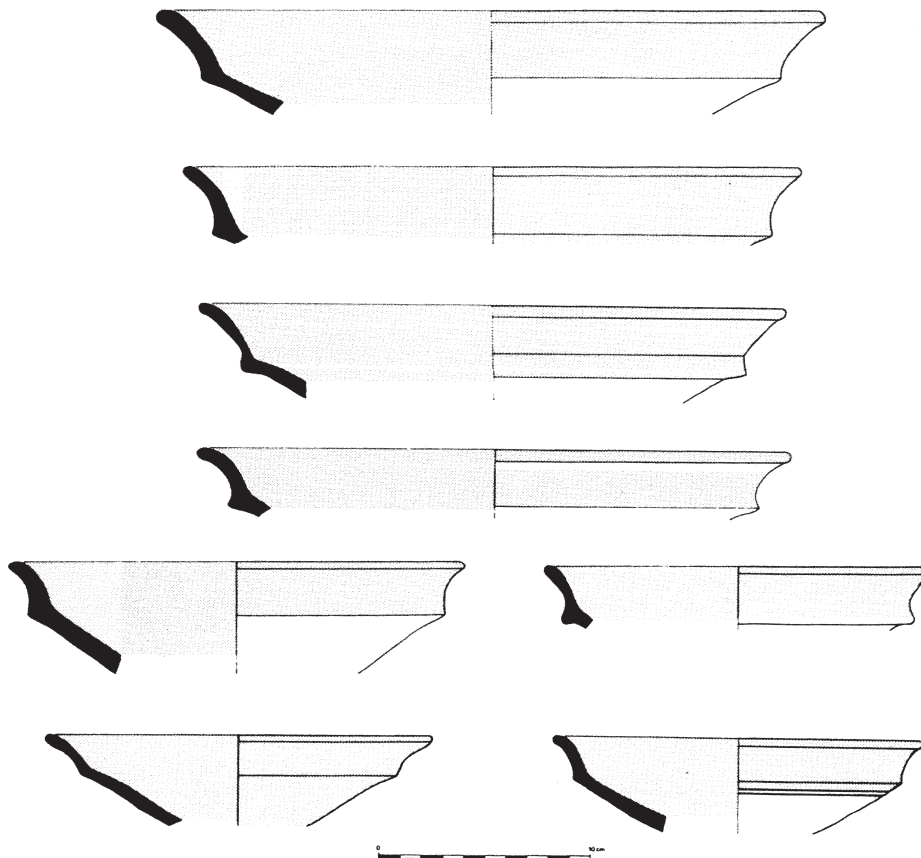


Fig. 177 – Pratos de verniz vermelho com carena e perfil bicôncavo, de produção local ou regional, da colina de Almaraz, Almada. Seg. L. Barros, J. L. Cardoso & A. Sabrosa.

é esmagadora, no conteúdo da fossa de detritos referida, a predominância de formas fenícias ou de imitação fenícia, nas quais se inscrevem também as ânforas e os *pithoi* – recipientes comuns no século VII a.C. – ou outros grandes recipientes, ornados frequentemente de pinturas em bandas policromas, vermelhas, brancas, negras e outros desenhos geométricos, como os reticulados, a que se associam os pratos de cerâmica cinzenta, nas suas diversas variantes, por vezes com grafitos incisos pós-cozedura (**Fig. 178**). A forte presença fenícia é reforçada, se se considerar a evidente semelhança das condições geomorfológicas do local, a que não faltava uma enseada na base da colina (a actual Cacilhas), propícia, ainda na actualidade, a ancoradouro, ou mesmo à acostagem de navios de assinalável calado face às condições observadas em diversos estabelecimentos fenícios peninsulares. É o caso do Cerro del Prado, na embocadura do rio Guadarranque (ARTEAGA *et al.*, 1988, Abb. 6) e de Montilla (ARTEAGA *et al.*, 1988, Abb. 5), situados no topo ou na encosta de colinas. Em

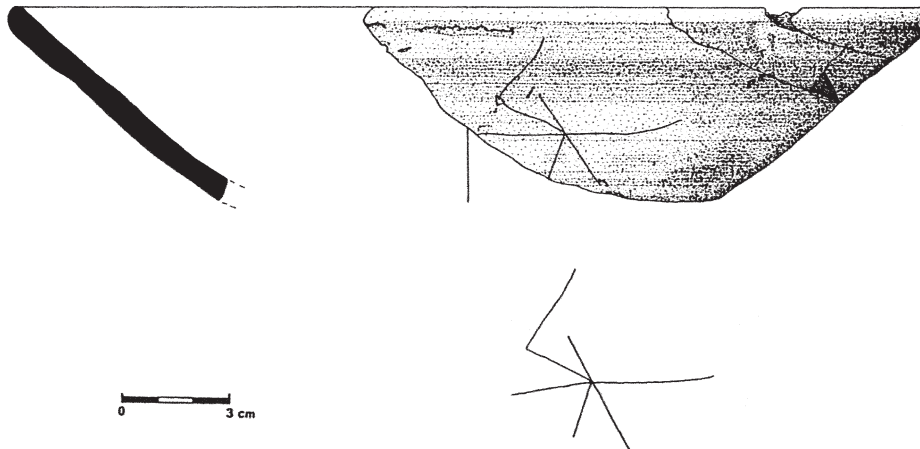


Fig. 178 – Taça de cerâmica cinzenta, de imitação fenícia, com grafito, do Almaraz, Almada. Seg. J. L. Cardoso.

extremo de esporão, como o Almaraz, implantou-se o estabelecimento fenício de rio Antas (ARTEAGA *et al.*, 1988, Abb. 3, n.º 7). Também Toscanos, estação ocupada desde o último terço do século VIII aos meados do século VI a.C., se encontra situada em pequeno promontório dominando, de 18 m de altitude, a embocadura do rio de Vélez, Málaga (SCHUBART, 1982, Fig. 8; SCHUBART, 1988 b, Abb. 1; SCHUBART, 2002). Tais paralelos reforçam, pois, as características económicas de carácter comercial do local, bem evidenciadas pelo espólio exumado, que assumiria vasta extensão edificada, com as características construções de planta rectangular, constituídas por muros com embasamento de alvenaria, que se poderia desenvolver em altura (**Fig. 179**). Aliás, entre os produtos de luxo inscreve-se, além do escaravelho de faiança egípcio, outras produções do século VII a.C., com a mesma provável origem, como é o caso de dois fragmentos de vasos de alabastro (*alabastron*) (BARROS, 2000), cuja semelhança morfológica com outras peças encontradas na Península Ibérica é de assinalar (**Fig. 180**).

Trata-se de peças comparáveis a exemplares recolhidos na necrópole de La Joya, Huelva, situável na segunda metade do século VII / 1ª metade do século seguinte, sobretudo entre 625 e 600 anos a.C. (GARRIDO ROIZ, 1970, Fig. 35) e a alguns dos exemplares do Cerro de San Cristóbal, Almuñécar, Granada (PELLICER CATALÁN, 1962, Fig. 31, n.º 1). Importa destacar a raridade de vasos de alabastro na bacia mediterrânea, destacando-se, como excepção, a Península Ibérica (GARRIDO ROIZ & ORTA GARCIA, 1978, p. 185), fora da região de origem, o Egipto (Mênfis, em particular), o que confere à Península uma vinculação directa ao Mediterrâneo Oriental. Os exemplares de grandes dimensões foram reutilizados como urnas cinerárias, na célebre necrópole de Almuñécar, enquanto os de menores dimensões – onde se integram os dois exemplares de Almaraz, que são a maioria deles – serviriam como unguentários, ou vasos para perfumes, como o recolhido por G.-E. Bonsor na necrópole de Setefilla, Sevilha (BONSOR & THOUVENOT, 1928, Fig. 32). O mesmo uso foi dado a um *alabastron* encontrado pelo mesmo no túmulo H de Acébuchal, Sevilha (BONSOR, 1899, Fig. 25).



Fig. 179 – Almaraz, Almada: Vista de compartimento de planta rectangular, constituído por paredes rectilíneas com embasamento de alvenaria. No interior do recinto, à esquerda, observa-se taça de pé, em posição, invertida, tal como foi encontrada. Foto inédita, cedida por Luís Barros, a quem se agradece.

Tal seria também a finalidade do exemplar de necrópole de La Joya, sepultura 17, com cerca de 5,0 cm de altura, embora incompleto (GARRIDO ROIZ & ORTAGARCIA, 1978, Fig. 68, nº 1). No âmbito ocidental, fora da Península Ibérica, apenas em Cartago se recolheu, na necrópole da Colina de Junon um exemplar de alabastro (SCHUBART & NIEMEYER, 1976, p. 229) o que bem evidencia o carácter excepcional de tais peças e a importância da presença oriental na Península. A pujança do comércio marítimo fenício, responsável pela chegada de tais materiais ao estuário do Tejo, encontra-se expressivamente registada por desenho grafitado de um barco, executado após a cozedura, sobre fragmento de cerâmica fenícia de verniz vermelho, encontrado em Almaraz. O barco possui uma proa levantada, dois pares de remos e a representação de um olho na proa: trata-se, sem dúvida, de uma nave fenícia, própria para a navegação oceânica. A este exemplar, soma-se outra representação, mas de embarcação para navegação fluvial, executada na pasta fresca sobre um fragmento de cerâmica comum (BARROS, 2000, p. 135). Estas duas naves têm equivalente em um outro fragmento de provável prato recolhido na baixa lisboeta, representando silhueta de nave de comércio fenício-púnica, munida de dois lemes laterais à ré (AMARO, 1995, p. 11) (**Fig. 181**), já mais tardia.

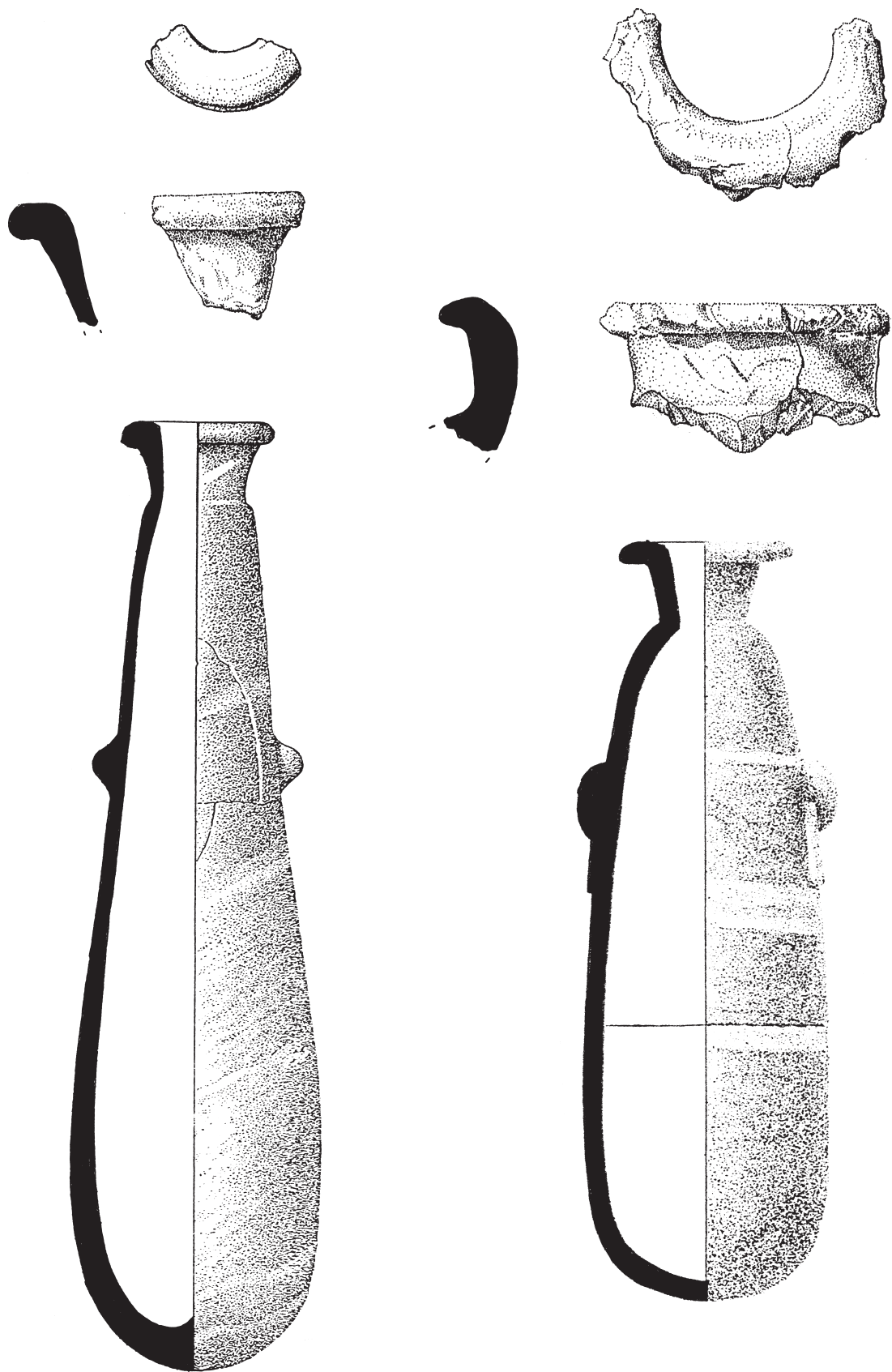


Fig. 180 – Em cima, dois *alabastron* de Almaraz (escala natural), e exemplares completos comparáveis, respectivamente das necrópoles de La Joya, Huelva (à esquerda, em tamanho natural), de Almuñécar, Granada (à direita, reduzido a 0,25). Seg. J. P. Garrido Roiz e M. Pellicer Catalán, respectivamente. Agradece-se a Luís Barros a cedência dos desenhos inéditos dos dois exemplares de Almaraz, da autoria de Silvina Silvério.

Na margem oposta do grande estuário, em pequena plataforma do morro onde se implanta a Sé de Lisboa, voltada para o Tejo, foram também recuperados vestígios de ocupação idênticos aos de Almaraz (**Fig. 182**). Os materiais exumados por Vergílio Correia (**Fig. 183**), no início do século XX, na “crasta” da Sé, incluem pratos de verniz vermelho (um exemplar com 27 mm de largura do bordo), ânforas fenícias e *pithoi* com decoração de bandas pintadas, vermelhas e negras, além de cerâmicas cinzentas e de cerâmicas comuns (CARDOSO & CARREIRA, 1993, Fig. 5, n.º 1 a 4). No conjunto, os materiais publicados indicam a primeira metade do século VI a.C. As escavações ali recentemente efectuadas vieram ilustrar tal ocupação com importante conjunto de cerâmicas fenícias, atribuído por J. L. de Matos aos séculos VIII - VII a.C. (MATOS, 1994). Porém, a revisão sistemática dos materiais recolhidos, indicou data predominantemente ulterior para esta ocupação, visto que apenas uma pequena parte do espólio classificado se pode situar em tal época (algumas ânforas e uma urna do tipo “cruz del Negro”). Infelizmente, as peças provêm de uma diminuta sondagem de 1,5m x 1,0m, que não atingiu, por razões de segurança, o substrato geológico (AMARO, 1993), embora se tenha descido a 5,5m de profundidade (**Fig. 184**). A recolha de escórias de ferro pode indicar a existência, como no Almaraz, de actividade metalúrgica no local.

Deste modo, pode dizer-se que, embora representados por escassos materiais, tanto a colina do Almaraz, como a plataforma da Sé, em Lisboa, conheceram ocupações muito antigas que, em cronologia tradicional, remontam até meados do século VIII a.C. sendo assim idênticas às de Santarém. A razão para tão remada

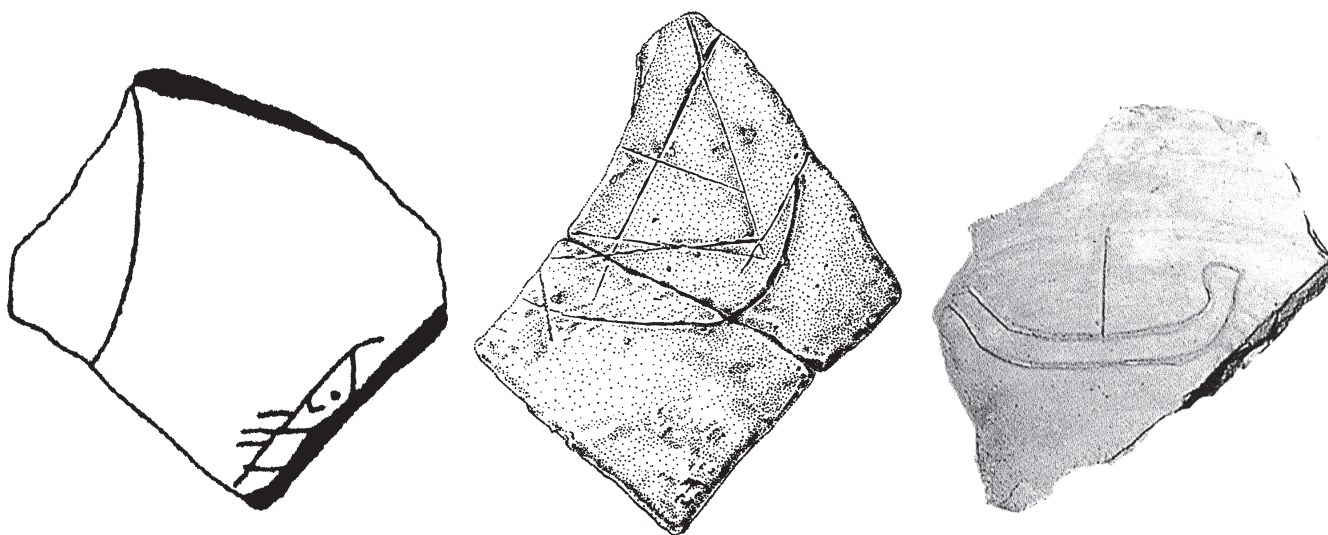


Fig. 181 – Embarcações representadas em fragmentos de recipientes cerâmicos. À esquerda, nave fenícia para navegação oceânica de Almaraz, Almada (seg. L. Barros). Ao centro, barco para navegação fluvial, de Almaraz (desenho de Silvina Silvério, cedido por L. Barros, a quem se agradece); à direita, embarcação para navegação fluvial e costeira, da Rua dos Correios, Lisboa, de época púnica, seg. C. Amaro. Escalas aproximadamente naturais.

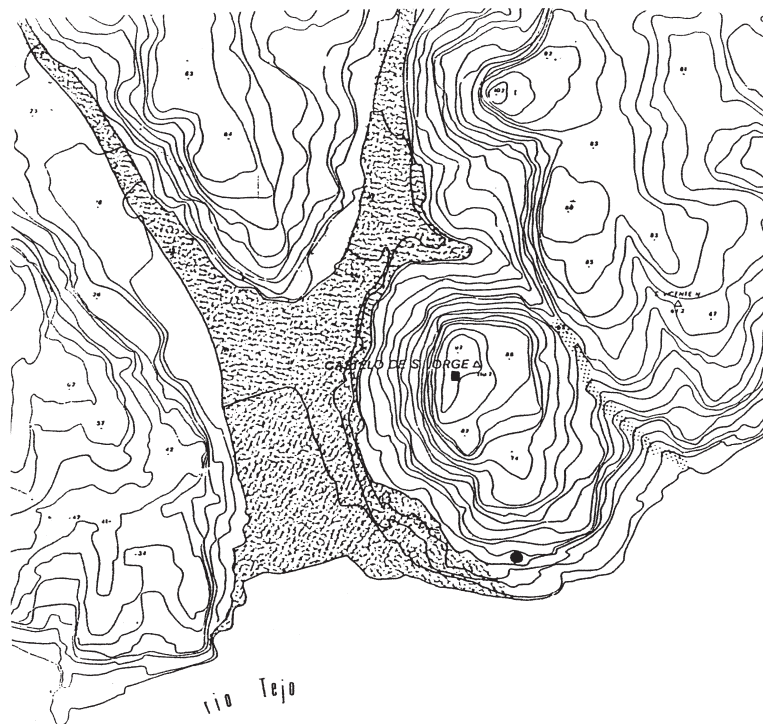


Fig. 182 – Características geomorfológicas da baixa pombalina e áreas circundantes, na Idade do Ferro. Assinala-se o local do Castelo de São Jorge e o da crasta da Sé, com círculo. A zona a sombreado corresponde a um antigo esteiro do Tejo, com prolongamento para montante pelos leitos de duas antigas linhas de água. Seg. C. Amaro.

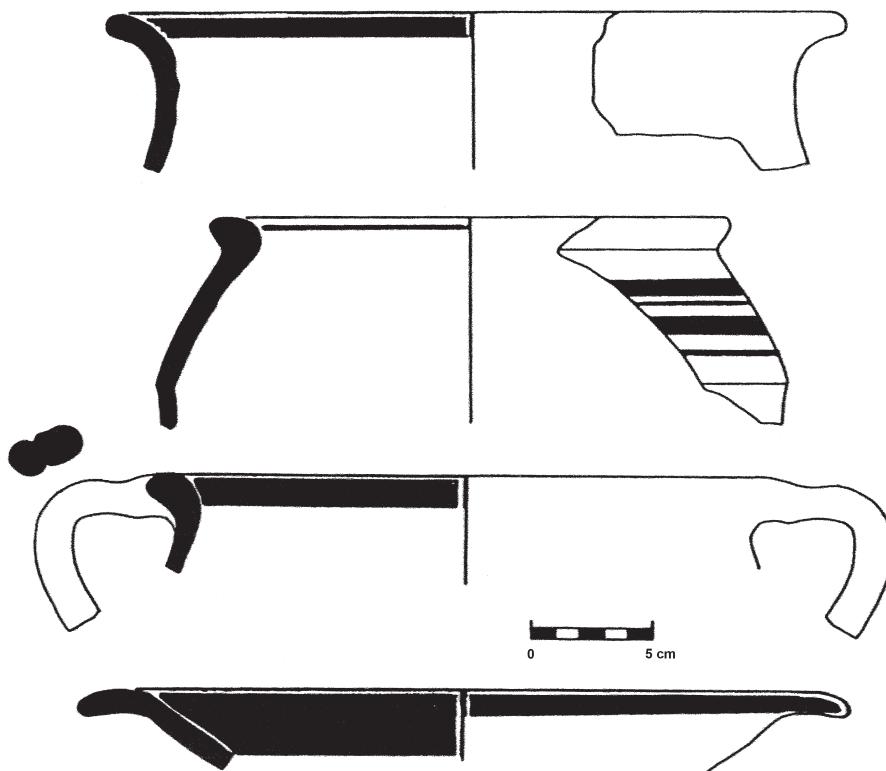


Fig. 183 – Cerâmicas da 1.ª metade do século VI a.C. recolhidas por Vergílio Correia na “crasta” da Sé de Lisboa. As faixas a negro correspondem a pinturas de bandas vermelhas e negras. Seg. J. L. Cardoso & J. R. Carreira.

presença fenícia no estuário do Tejo pode explicar pela procura do estanho das Beiras, já explorada intensamente desde o Bronze Final (ARRUDA, e.p.), a par do ouro.

Uma análise detalhada do conjunto cerâmico da Sé de Lisboa, recentemente efectuada (ARRUDA, 1999/2000), ao que parece oriundo da parte mais baixa do corte executado (entre 4,20 m e 5,50 m), correlativa do nível 6 do estudo de Clementino Amaro supra-citado, permitiu a identificação de três fases distintas na ocupação sidérica do sítio. A quase totalidade do conjunto foi fabricada ao torno: na verdade, entre cerca de 10000 fragmentos compulsados, apenas dez são de fabrico manual. As produções ao torno incluem ânforas, cerâmicas cinzentas, cerâmicas de verniz vermelho (pratos e taças), cerâmica pintada de bandas (*pithoi* e uma urna do tipo Cruz del Negro) e um conjunto de formas (pratos, taças e vasos de armazenamento do tipo *pithos*) cujas superfícies não foram objecto de tratamento (*op. cit.*, p. 116). Sobressaem as grandes semelhanças cerâmicas de verniz vermelho com o conjunto recolhido em Almaraz, reafirmando-se as características próprias e específicas destas produções, designadamente das taças carenadas, bem como a presença de taças com pés anulares ou destacados, também presentes em Almaraz, as quais, no caso do contexto lisboeta em apreço, apontam para cronologias baixas, da segunda metade do século VI a.C. em diante e que, facilmente, poderiam atingir o século seguinte (*op. cit.*, p. 426). Esta situação obriga a rever a cronologia atribuída aos exemplares homólogos de Almaraz, os quais foram reportados recentemente a época mais antiga (BARROS & SOARES, 2004).

Outra particularidade das produções de verniz vermelho de Lisboa é a presença de taças hemisféricas ou em calote, consideradas produções orientalizantes específicas do território português (Abul, Alcácer do Sal, Santa Olaia, Conimbriga e Santarém) por se afigurarem próprias aos dois sítios do estuário do Tejo.

No capítulo das ânforas, tanto em Santarém como em Lisboa ocorrem exemplares de origem gaditana que remontam ao século VIII, prolongando-se até ao século VI a.C.: é a esta época que pertencem as recolhidas em Almaraz, já antes reproduzidas. Deste modo, a sua ocorrência indica a importação de preparados piscícolas daquela região entre as referidas balizas cronológicas, o que pressupõe a existência de uma importante componente comercial nos portos de chegada.

O estudo da fauna de mamíferos recolhida nas escavações da Sé indica, em termos de quantidades de restos determinados a seguinte distribuição: oviceprinos, 49,03%; *Bos taurus*, 20,62%; *Sus* sp., 17,51%; *Cervus elaphus*, 3,11%. Os 3,11% relativos ao coelho e os 4,28% de aves indeterminadas, afiguram-se irrelevantes, em termos do aproveitamento das proteínas. Sem dúvida que, nestes termos, a dominância vai para o boi doméstico, sendo interessante salientar o papel que a caça ainda deteria na alimentação desta comunidade urbana (veado) e, excepcionalmente o auroque, representado por apenas 1 resto. Interessante é, também, a presença insistente de suínos, desconhecendo-se, no entanto, qual a quantidade imputável à espécie selvagem, no caso de ela se encontrar presente, o que não é certo, por dificuldades de diferenciação anatómica da sua equivalente doméstica.

A análise arqueozoológica, realizada pelo autor, estendeu-se também à determinação da idade de abate. Dado o contexto doméstico, não espanta que os restos de animais identificados se tenham destinado, essencialmente, à produção de carne. Assim se explica que, a maioria dos restos de ovinos/caprinos cuja idade

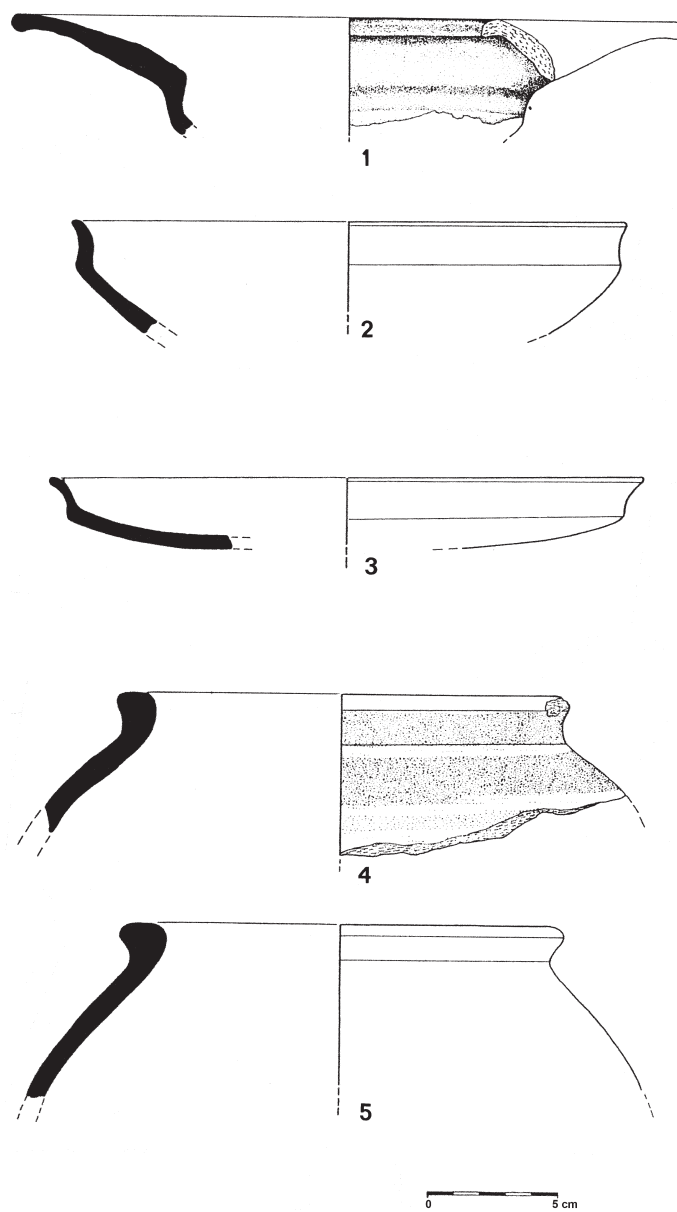


Fig. 184 – Cerâmicas orientalizantes da Sé de Lisboa: prato de verniz vermelho (1); taças de verniz vermelho (2, 3); ânforas (4, 5). Seg. C. Amaro.

foi determinada, pertençam a indivíduos jovens ou subadultos, visto corresponderem à idade ideal para abate, por terem já atingido o seu tamanho definitivo. Dois indivíduos muito velhos teriam sido conservados para reprodução ou, simplesmente, para a produção de leite. No grupo dos bovinos, mantém-se o mesmo padrão. Na fauna ictiológica, tem interesse referir a presença de uma vértebra de esturjão, cuja captura teria lugar no final do Inverno. Trata-se de espécie conhecida no Mesolítico de Muge, hoje totalmente desaparecida da região, devido à pressão antrópica e à poluição do estuário do Tejo. A sua presença, tal como a do boi selvagem, tem interesse, por documentar que, ainda nos séculos VII/VI a.C., representantes de ambos os *taxa* frequentavam a região.

A relação entre a plataforma onde se encontraram tais materiais e o alto que a domina, actualmente ocupado pelo castelo de S. Jorge, levou C. Amaro (AMARO, 1993, p. 186) a considerar a “hipótese da existência de um povoamento indígena na área do actual castelo e a instalação de um entreposto comercial na plataforma sobranceira ao rio e onde se situa a sé de Lisboa”. Tal modelo, presumia a existência de um povoado do Bronze Final, ao qual se teria sucedido outro, de fundação fenícia, coevo ou não daquele. Esta hipótese não parece confirmar-se com efeito, as escavações entretanto realizadas no alto da colina, proporcionaram um importante conjunto de cerâmicas orientalizantes, de verniz vermelho e fragmentos pintados de bandas policromas de que ainda muito pouco se sabe (ARRUDA, 1999/2000, p. 128), mas não materiais mais antigos, reportáveis ao Bronze Final. Ao contrário, em Almaraz, observou-se distribuição espacial diferenciada do espólio orientalizante, face aos testemunhos do Bronze Final, os quais se espalhavam em uma plataforma mais elevada, do mesmo esporão rochoso, em estrato muito erodido, com um máximo de cerca de 10 cm de espessura.

Não é crível que a ocupação dos dois locais tenha sido sincrónica. Com efeito, a percentagem da distribuição espacial de cerâmicas indígenas na plataforma inferior é quase sempre menor que 10%, e isto apesar de boa parte delas poderem ter derivado, por gravidade, da parte mais alta da estação, onde predominavam (BARROS, CARDOSO & SABROSA, 1993, Fig. 1). Por outro lado, dos 21947 fragmentos recolhidos na fossa de acumulação de detritos existente na plataforma inferior, já anteriormente mencionada, apenas 3,6% eram de cerâmicas manuais indígenas, percentagem que justifica, como antes se referiu, a forte componente fenícia do grande aglomerado urbano de Almaraz, e a sua não relação com o estabelecimento adjacente do Bronze Final, entretanto abandonado. É provável que o abandono do primeiro tenha resultado da atracção produzida nos seus habitantes pela instalação fenícia, rapidamente transformada em prólo urbano de primeira importância. Deste modo, a situação descrita configura-se semelhante tanto àquela com que os arqueólogos se depararam na feitoria fenícia de Morro de Mezquitilla, junto da desembocadura do rio Algarrobo (SCHUBART & NIEMEYER, 1976), como à descrita na implantada na foz do rio Guadiaro, Cádiz (SCHUBART, 1987).

Na primeira daquelas estações, os autores, depois de referirem a presença de cerâmicas calcólicas e da Idade do Bronze, incluindo formas muito tardias destas últimas, declaram (p. 102, 103): “Esta fase tardía del poblado de la Edad del Bronce en el Morro de Mezquitilla, caracterizada únicamente por escasos hallazgos, corresponde cronologicamente al establecimiento fenicio en este mismo lugar o por lo menos completamente en sus inmediaciones, según la respuesta que se dá a la pregunta de dónde estuvo la colonia fenicia. Habría

que considerar los hallazgos prehistoricos de los estratos ya fenicios como las últimas huellas del poblado primitivo o de uno contiguo.

Hay, sin embargo, otra interpretación que explicaría los fenómenos arriba descritos y a la que puede atribuíse tal vez incluso mayor verosimilitud: entre un poblado más antiguo de carácter puramente prehistórico y el establecimiento fenicio allí mismo pudo haber existido una interrupción en la continuidad. Pero hay que tener en cuenta la dificultad de demostrar por medio de una excavación la existencia de un hiatus, especialmente tratándose – como en nuestro caso – de la cima de una colina, cuya superficie ha estado muy expuesta a los procesos de erosión (...). Os autores consideram assim mais plausível, na sequência da discussão, a última hipótese por eles apresentada, aceitando que “Las ultimas construcciones de este poblado (...) podrían haber estado hace ya tiempo destruidas al establecerse una factoría fenicia sobre la cima del Morro de Mezquitilla, que entonces parecería de nuevo completamente virgen”. Estas palavras aplicam-se perfeitamente à realidade identificada em Almaraz, servindo assim para reforçar os estreitos paralelismos entre a situação aqui observada e a respeitante a alguns dos estabelecimentos fenícios do litoral do país vizinho.

Os elementos recolhidos no estabelecimento fenício da foz do rio Guadiaro, Cádiz reforçam a possibilidade de o Almaraz poder corresponder, na sua fase mais moderna, a uma estação de fundação fenícia. Também ali é nítida a diferenciação da distribuição espacial entre materiais indígenas e orientalizantes. Porém, ao contrário do caso anterior, ambos os núcleos teriam coexistido. A hipótese que H. Schubart prefere admite uma influência directa do estabelecimento fenício sobre o vizinho povoado indígena: tal hipótese encontrar-se-ia corroborada pelo facto de, ali, ocorrerem crescentemente materiais orientalizantes, a partir dos estratos médios. Este caso aplica-se, também, à situação observada no Almaraz, na hipótese de o núcleo indígena se encontrar habitado à data da chegada dos fenícios: estes poderiam perfeitamente ter estabelecido a sua feitoria em zona adjacente, considerando as boas relações que pretendiam desenvolver com os autóctones.

Num caso ou noutro, isto é, estando o núcleo indígena do Bronze Final ainda ocupado ou já abandonado aquando do estacionamento sidérico, chegaríamos à conclusão que consideramos mais aceitável: o carácter, de início exógeno, do estabelecimento da plataforma inferior do Almaraz, compatível com uma feitoria fenícia, rapidamente tornada pólo de atracção demográfico à escala regional, transformando-se numa verdadeira urbe de pendor orientalizante. Na verdade, mesmo no apogeu da cidade, dominam as produções fenícias ou de imitação fenícia e estas, a par da existência de actividades especializadas que não estariam ao alcance dos indígenas – copelação da prata, metalurgia do ferro, olaria – ilustram a forte componente exógena da urbe.

Seja como for, não será a curta distância que separa o assentamento com materiais fenícios da plataforma da Sé do Almaraz, que inviabilizará a hipótese de, também ali, se estar perante uma fundação fenícia. As feitorias fenícias de Morro de Mezquitilla e de Toscanos encontram-se separadas apenas de alguns km. Por outro lado, é de salientar que, no caso português, se trata de dois estabelecimentos situados estrategicamente em margens opostas de um grande estuário; teriam, pois, funções complementares no domínio da gestão do tráfego e do comércio fluviais. Para além de promoverem o comércio com regiões bem diferenciadas, existentes nos respectivos “hinterlands”, receberiam, sobretudo, os produtos oriundos de montante, escoados através do curso inferior do Tejo, sendo primordial, neste contexto, o papel desempenhado pelo povoado da



Fig. 185 – O rio Tejo e a sua lezíria, vistos para montante a partir do *oppidum* implantado no alto da escarpa das Portas do Sol, Santarém. Foto de B. Ferreira.

Idade do Ferro implantado no topo da escarpa que viria a ser, mais tarde a alcáçova do castelo de Santarém (**Fig. 185**), complementado por outros, como o existente em Chões de Alpompé, onde também se evidenciou ocupação documentada por ânforas fenícias do século VII a.C. (DIOGO, 1993).

Enfim, importa não esquecer que, também na embocadura do Sado, se reconheceu uma presença fenícia que, com base na cronologia arqueológica tradicional se situou nos finais do século VIII, inícios do século VII a.C.. Com efeito, na área urbana de Setúbal, tanto na Travessa dos Apóstolos, como na colina de Santa Maria, encontraram-se, em associação com produções manuais do Bronze Final, as primeiras cerâmicas fenícias, representadas por ânforas, cerâmicas cinzentas, cerâmicas de verniz vermelho, cerâmicas pintadas policromas e cerâmicas comuns, todas fabricadas ao torno (SILVA, 2001). A interação com as comunidades indígenas afigura-se, pois, de contornos muito mais evidentes que os identificados no estuário do Tejo.

Tanto o morro da Sé como o Almaraz teriam funções complementares, no quadro da via terrestre que ligaria Olisipo – topónimo que se adequaria ao de uma cidade túrdula (ALARCÃO, 1990) – a Tartesso, em quatro dias. Com efeito, o Tejo transpor-se-ia em Cacilhas, no sopé do esporão do Almaraz, tal como posteriormente se continuou a praticar na época romana (ALARCÃO, 1992), e até à actualidade.

Existiria, assim, uma relação funcional muito estreita entre a grande urbe de Olisipo, na margem norte, e o grande povoado de Almaraz, situado do lado oposto do estuário. Tão evidente é o objectivo de domínio da entrada do grande rio peninsular bem como do escoamento dos produtos que este carregava de montante, como o estanho das Beiras, que, em conjunto, ambos os sítios garantiam, que a sua articulação para ser eficazmente garantida, carecia de um poder político-administrativo de carácter regional, exercido pelas elites sediadas talvez no povoado mais importante à época, que era sem dúvida o correspondente à colina do Castelo de S. Jorge e respectiva encosta.

É essa também a perspectiva de A. M. Arruda, que considera o território ribeirinho à foz do Tejo e respectivo estuário, administrado por uma única entidade política, encontrando-se o povoamento hierarquizado em função de um único grande centro demográfico e administrativo, correspondente à grande cidade de Olisipo (ARRUDA, 1999/2000, p. 224). Nesta perspectiva, o povoamento rural da Idade do Ferro orientalizante, detectado de ambos os lados do estuário, só se justificaria se integrado numa estratégia concertada de produção dos recursos alimentares indispensáveis à manutenção da urbe olisiponense – desde cereais a legumes, e do leite a carne fresca – através de pequenos casais agrícolas, cuja existência, no entanto, só a partir de finais do século VI a.C. se torna clara, pelo que só mais adiante serão objecto de análise.

Quais os produtos que se transaccionariam nos dois centros urbanos situados de ambos os lados do estuário, o que constituíam, afinal, o principal motivo da presença fenícia nesta finisterra?

É frequente apontar a riqueza aurífera do Tejo – o próprio topónimo árabe “Al-Madan”, “a Mina”, confirmá-la. São de VASCONCELOS (1905, p. 24, 25) as seguintes palavras: “sem querer espriar-me em citações, lembrarei apenas alguns autores. Ovídio diz, nas *Metamorphoses*, II, 251: *Quodque suo Tagus amne vehit, fluit, ignibus, aurum...*

Silício Italico, nos *Punicorum* I, 155, falla do *auriferi fontis*, II, 404, das *opibus Tagi*, e em XVI, 560, tem o verso: *Qua Tagus auriferis pallet turbatus harenis...*

em Catullo, XXIX, 20, figura o *amnis aurifer Tagus*; em Juvenal, III, 54-55, lê-se:

urum Omnis harena Tagi, quodque in mare volvitur a ...

ideia que se repete mais adiante, XIV, 298-299:

...aurum

Quod Tagus... volvit...

e também se encontra em Lucano, na *Pharsalia*, VII, 755:

Quidquid Tagus expulit auri.

O ouro do rio tornou-se uma especie de logar commum nos poetas, o que não quer dizer que tambem alguns prosadores o não citassem”.

Entre eles, destaca-se Plínio o Velho, IV, 115: “O Tejo é famoso pelas suas areias auríferas”.

Tais tradições ainda recentemente tinham expressão concreta. Já anteriormente se referiu que as areias, tanto do Tejo, como das formações pliocénicas que afloram para sul da foz do Tejo, ao longo do litoral oceânico, têm uma longa história de exploração aurífera, originária no Calcolítico. Naturalmente que hoje nada subsiste daqueles trabalhos nem, tão-pouco, dos que se lhes sucederam. Na Idade Média, tais explorações constituíam uma fonte importante de abastecimento do precioso metal, gozando de privilégios especiais do Rei quem nelas trabalhasse, até finais do século XVI (os adiceiros).

Os trabalhos foram reactivados no início do século XIX e, ainda em 1832, se cunharam moedas de D. Miguel com o ouro dali extraído. Paul Choffat (CHOFFAT, 1912/13), forneceu os seguintes resultados da exploração, quando os trabalhos foram dirigidos por técnicos de nomeada, com base no estudo do Barão de Eschwege, já atrás referido (ESCHWEGE, 1830):

– Andrada (5 anos e 4 meses) - 48,609 kg;

- Vandelli (4 anos e 11 meses) - 37,160 kg;
- Eschwege (1 ano e 11 meses) - 3,878 kg.

Os montantes indicados expressam o interesse das correspondentes explorações, apenas abandonadas pelo encarecimento da mão-de-obra, que não pelo esgotamento das jazidas, situação que se manteve até o presente.

Tal riqueza teria, naturalmente, expressão em jóias produzidas durante largo período temporal, coincidente com o das correspondentes explorações. No entanto, o único conjunto estremenho de ouro reportado por A. Perea ao período orientalizante da Idade do Ferro da Estremadura provém do lugar de Outeiro da Cabeça, Torres Vedras (HELENO, 1935; PEREA, 1991, p. 142). Trata-se de uma colecção constituída por numerosos discos, com decoração de circunferências concêntricas em relevo, sendo o espaço intermédio ocupado por cercaduras peroladas impressas a punção, brincos lisos, do tipo “sanguessuga” e numerosos elementos de colar. Pertenciam ainda a este conjunto vários braceletes, em número indeterminado, vendidos antes de o Estado ter podido adquiri-los (**Fig. 186**).

Importa sublinhar a semelhança dos brincos de ouro das Passadeiras com os de Cancho Roano, Badajoz, globalmente atribuível ao século VI/V a.C. (ALMAGRO-BORBEA, 1990, Fig. 14), bem como com o par recolhido no túmulo H de ElAcébuchal, Sevilha, atribuível ao século VI a.C. (BONSOR, 1899, Fig. 7), de cobre placado a ouro, associado ao pequeno *alabastron* já referido.

Segundo o testemunho de M. Heleno sobre os achados do Outeiro da Cabeça, “No local do aparecimento continuam a encontrar-se exemplares análogos aos que acabamos de descrever. Estes são procurados nos dias de chuva, depois das terras lavadas. Numa visita que fiz às Passadeiras, surpreendi dois pesquisadores que, para não provocar reparos dos proprietários do sítio, se disfarçaram em pescadores (Vid. Est. X, fig. 35). Comprei-lhes para o Museu Etnológico, algumas argolinhas que tinham achado.” (HELENO, 1935, p. 256).

Atendendo às características do conjunto, é provável que se trate de peças da indumentária, aplicadas às roupagens de uma alta personagem feminina ali enterrada, constituindo os discos adereços fixados a um manto ou vestido luxuoso. Poderiam também corresponder a aplicações em jóia mais complexa (bracelete, p. ex.) da qual se tivessem destacado, como as placas ou os peitorais do tesouro de El Carambolo (MATA CARRIAZO, 1973, p. 146, 147), embora sejam maiores que estas (ARMBRUSTER & PARREIRA, 1993, p. 168). Tais peças têm paralelo próximo nos discos de ouro, do tesouro de São Martinho, Alcácer do Sal com diâmetros menores. Merecem também referência pela semelhança os pequenos discos de ouro associados ao colar orientalizante, brincos e outros adereços do tesouro de Baião, Cabeceiras de Basto (SILVA, 1986, Est. CXLVI).

Outro metal que poderia ser processado nos aglomerados dos primórdios da Idade do Ferro da Estremadura, além da prata (manufacturada em Almaraz, segundo informação de L. Barros, a quem se agradece), era o ferro; com efeito, foram reconhecidos testemunhos da sua metalurgia tanto em Almaraz como na plataforma da Sé, em Lisboa – à semelhança do verificado em outros estabelecimentos fenícios do litoral meridional da Península – constituindo tal prática uma das evidências mais importantes das actividades industriais praticadas pelos Fenícios (SCHUBART, 1988 a), ou pelos indígenas com quem entraram em contacto. Na verdade, se o uso de peças de ferro importadas remonta na região à época imediatamente anterior – o Bronze Final – como atrás se referiu, o segredo da nova tecnologia terá sido introduzido pelos Fenícios, sendo prontamente difundido, a partir dos principais estabelecimentos comerciais, por aqueles fundados ou frequentados.

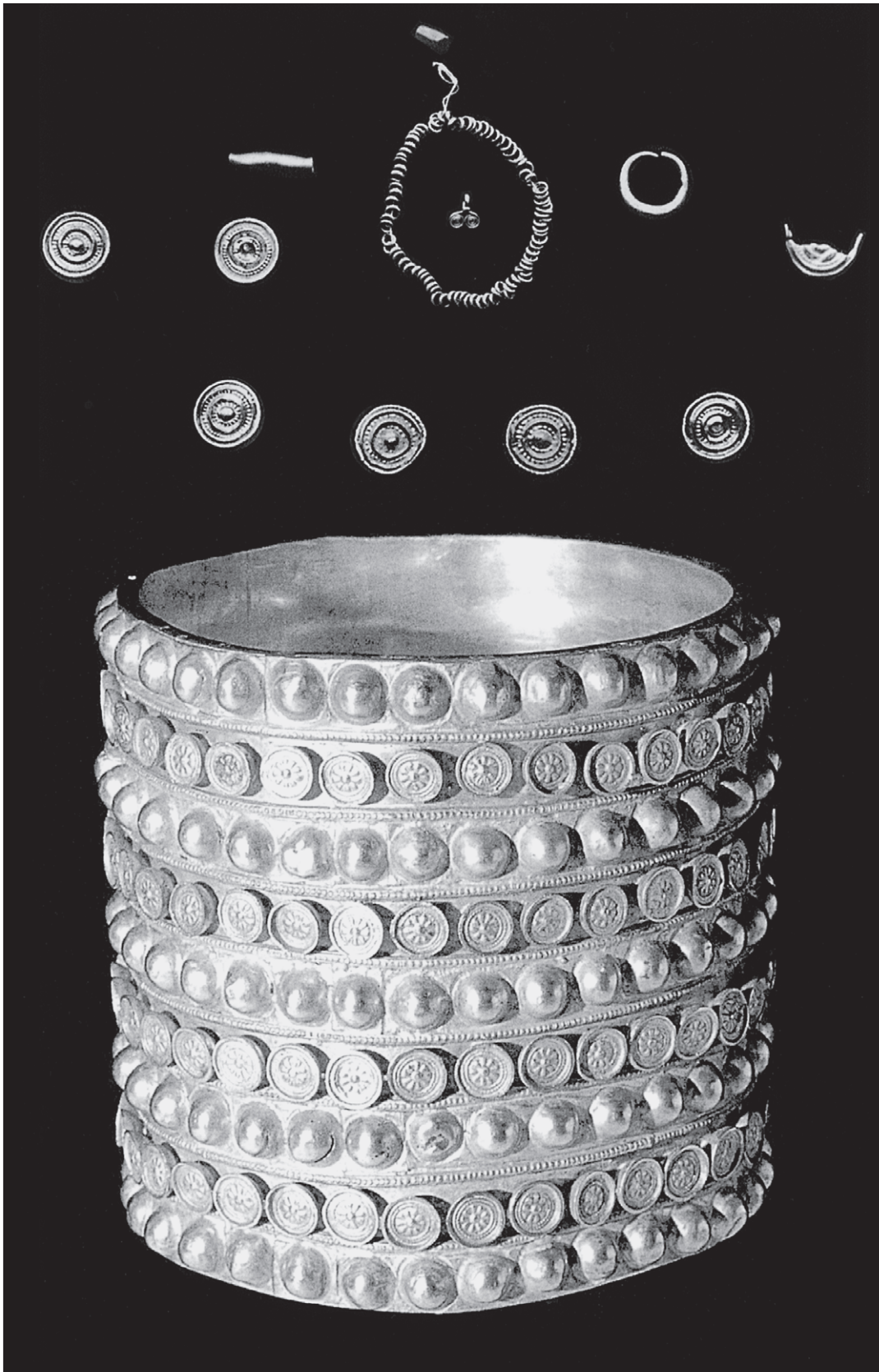


Fig. 186 – Em cima: elementos de ouro do tesouro do Outeiro da Cabeça, Torres Vedras, avultando os discos de ouro, com diâmetros entre 16 e 17 mm. Em baixo: bracelete do tesouro do Carambolo, Sevilha, com aplicação de discos idênticos, mas de menores dimensões. Seg. M. Heleno e M. Torres Ortiz, respectivamente.

O sal era outra matéria-prima de elevado valor em toda a bacia do Mediterrâneo, e que provavelmente também foi comerciada pelos fenícios. Além de poder ser exportado em bruto, o sal era indispensável à indústria de conservas e preparados piscícolas. A grande quantidade e variedade de restos ictiológicos recolhidos na fossa de acumulação de detritos do Almaraz, sugere tal possibilidade.

Enfim, a grande riqueza agro-pecuária desta região, estendida à lezíria ribatejana que com ela confina, possibilitava a produção de trigo, azeite e vinho, além de carnes, em quantidades tais que justificavam – se outros produtos não houvessem – a sua procura pelos Fenícios. Com efeito, M. E. Aubet (AUBET-SEMMLER, 1991, p. 622), declara que as produções agro-pecuárias, nas zonas mais férteis dentre aquelas com as quais os Fenícios estabeleceram contacto, seriam suficientes para justificar a sua presença. No caso que estudou, a estação do Cerro del Vilar, Málaga, a ausência de recursos mineiros na região, leva a “descartar, por conseguinte, la búsqueda y explotación de metales como uno de los móviles relacionados con las estrategias de control de recursos de los colonos fenicios del Guadalhorce. Por el contrario, una agricultura de regadío y, como complemento, la actividad ganadera bastarían por sí solas para justificar el origen de la colonia insular del Villar”. No caso do Almaraz, encontraram-se, no enchimento da aludida fossa detritos, abundantes restos de mamíferos, sendo predominantes, em termos de carne consumida, os grandes bovídeos, seguindo-se os ovinos/caprinos (BARROS, CARDOSO & SABROSA, 1993). A importância da bovinicultura foi já evidenciada em outros estabelecimentos fenícios da costa portuguesa (CARDOSO, 1993; CARDOSO, 2000f), aspecto que consideramos relevante e que tem paralelo em outros contextos orientalizantes peninsulares. Em compensação, os suídeos estão apenas presentes vestigialmente pelo javali – realidade que parece não ser corroborada pelo conjunto faunístico da Sé de Lisboa, onde é possível a ocorrência do porco doméstico, como atrás se referiu. A ausência ou marcada raridade de porco doméstico pode ser indício de presença no local de populações semitas ou semitizadas, tal qual o verificado em outros contextos fenícios peninsulares como Toscanos, embora tal situação não possa ser tomada como regra, sem que antes se disponha de um conjunto mais significativo de elementos.

Ainda sobre a importância da ganadaria no baixo vale do Tejo, recorde-se a conhecida passagem de Terêncio Varrão (117 - 27 a.C.) e de Caio Plínio Segundo (23 - 69 d.C.), segundo a qual as éguas da Lusitânia, por serem tão velozes, concebiam do vento... alusão clara à excelência destes animais, que encontrariam nas vastas campinas de Ribatejo, naquela época, como na actualidade, as condições propícias à sua existência.

Entre as culturas, salientava-se a da vinha, cuja importância se encontra evidenciada pelas análises polínicas correspondentes a sondagem efectuada em local adjacente ao sítio fortificado sidérico do Alto do Castelo, Alpiarça: cerca de 600 a.C., observa-se, no diagrama polínico obtido, um pico de *Vitis*, cuja forma muito abrupta aponta para um cultivo intencional, confirmando-se, deste modo, a menção de Estrabão, de ser esta uma região “fértil e bem revestida de vinha” (KALB & HOCK, 1988, p. 199). A cultura da vinha – também documentada em Almaraz por gráinhas (BARROS, 1998) – cuja introdução se costuma atribuir aos Fenícios, bem como a consequente produção vinícola – destinar-se-ia, sobretudo, à exportação, através da via fluvial, especialmente no trecho em que ela é facilmente navegável, pelo menos até Abrantes, por navios de pequeno calado. Tais embarcações fluviais – talvez do tipo das representadas em asses de Brutobriga, datados de cerca

de 50 a.C. (**Fig. 187**) – cidade que recentemente foi localizada na Extremadura espanhola (AMELA VALVERDE, 2004, p. 259), sendo tradicionalmente situada no vale do Tejo, cerca de Abrantes – permitiam o imediato escoamento dos produtos, tanto os produzidos localmente, como os oriundos de regiões mais interiores, como o estanho das Beiras. Com efeito, o *oppidum* de Santarém foi interpretado como entreposto do transporte do referido minério, pela via fluvial (ARRUDA, 1999/2000). Podemos, assim, concluir que a chegada dos Fenícios contribuiu para a intensificação da produção dos produtos referidos – designadamente o vinho, a carne e as conservas de peixe. De referir ainda que, no *oppidum* de Santarém, se detectou a presença, em grandes quantidades, de sementes de cevada, trigo e leguminosas (fava), em conexão directa com os perfis palinológicos obtidos no Paul dos Patudos (Alpiarça) que, na mesma época, evidenciam assinalável regressão das áreas florestadas, talvez em resultado das actividades agro-pastoris (LEEWARDEN & JANSEN, 1985), compatível com o já anteriormente referido pico de *Vitis*, relacionado com a produção de vinho.



Fig. 187– Asse de Brutobriga. No reverso, observa-se a representação de embarcação fluvial, sobreposta a peixe. Seg. A. Burgos. Tamanho natural.

Em suma: tanto as produções mineiras (sal, ouro, estanho, prata), como os excedentes da produção agro-pecuária (vinho, carne) eram susceptíveis de serem trocados por produtos comercializados pelos Fenícios, de baixo valor, mas com elevada incorporação de mão-de-obra e tecnologia.

E que produtos eram esses?

No grupo das cerâmicas, avultam, como já se referiu a propósito do Almaraz e de Olisipo, as ânforas, os *pithoi* e as cerâmicas finas, especialmente as de verniz vermelho, a maioria das quais poderia ser fabricada nas feitorias e colónias fenícias da área do estreito de Gibraltar ou da costa marroquina, ou mesmo na própria região, o que explicaria a existência de tipos desconhecidos no Mediterrâneo oriental. As ânforas e outros grandes contentores, além de poderem ser utilizados para o transporte de preparados piscícolas, do azeite e do vinho, produzidos localmente, poderiam constituir unidades de troca, tal qual o verificado na costa andaluza (PELLICER, 1979/80, p. 329).

As cerâmicas cinzentas são outro grupo que importa referir. A elevada qualidade dos exemplares exumados em Almaraz – superiores, mesmo, às verdadeiras produções fenícias que copiaram (CARDOSO, 1990) – documentam o elevado nível técnico atingido por artífices locais ou regionais que, sediados ou não em estabelecimentos fenícios, promoviam o fabrico em série de recipientes mais ao gosto local. No grupo dos

produtos metálicos do quotidiano, são de destacar as fíbulas. São agora correntes as do tipo de “dupla mola”, que vieram substituir as “de cotovelo”, do final do Bronze Final, com larga distribuição por toda a área tartéssica e de colonização fenícia, cuja cronologia se centra no século VII a.C. mas que atinge o século IX (exemplar da Quinta do Marcelo, Almada) e se estende ao século V a. C. (PELLICER, 1979/80, p. 330; ALMAGRO-GORBEA, 1973; SCHUBART & NIEMEYER, 1976, p. 226; AUBET-SEMMLER, 1989, p. 312; PONTE, 2004). Os exemplares atribuíveis à Idade do Ferro até ao presente registados na região de Lisboa provêm de Freiria, Cascais (informação de Guilherme Cardoso, que agradecemos), Casais de Vila Chã, Amadora, pertencente ao tipo Schüle 2b (PONTE, 1982/83 b) e do Almaraz (BARROS, 2000). Ainda em área interessada a este estudo, é de referir um outro exemplar, recolhido no povoado de altura e possivelmente fortificado, de Chibanes, Palmela (COSTA, 1910), cuja ocupação sidérica se tornou mais conhecida pelas produções de época púnica ali reconhecidas, adiante tratadas. No Almaraz recolheram-se também duas pulseiras de bronze, uma delas com a característica terminação em cabeças de ofídeo (Fig. 188). Tal característica – com notável perduração até época tardo-romana, foi também registada em exemplar da mesma

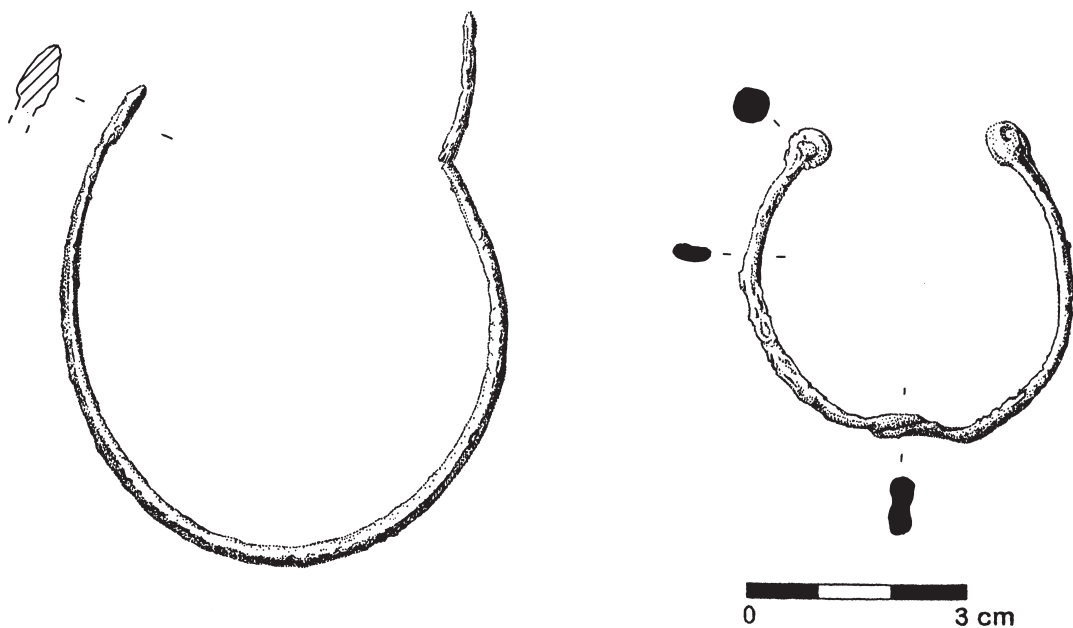


Fig. 188 – Bracelletes de bronze, com terminação em cabeça de ofídeo ou esférica do Almaraz, Almada. Desenhos inéditos de Silvina Silvério, cedidos por L. Barros, a quem muito se agradece. Note-se a emenda efectuada na segunda, em resultado da fractura do aro.

época recolhido em sepultura perto de Lagoa (BOTTO, 1899, p. 28), publicado em desenho por J. Leite de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1920c, EST. 28, Fig. 2), encontrando-se, associada a uma xorca de sanguessugas, e várias contas de pasta vítrea.

*

* *

Na segunda metade do século VI a.C., assiste-se a profunda crise nos estabelecimentos fenícios do Ocidente, bem expressa pelo abandono de alguns deles, em pleno auge da sua actividade, como Toscanos ou o Cerro del Villar (AUBET-SEMMLER, 1990, p. 41). A explicação aduzida pela autora, pressupõe uma evolução interna das características económico-sociais destas comunidades, com a deslocação dos centros económicos para zonas então periféricas, como o alto Guadalquivir. Outra é a interpretação de M. Pellicer (PELLICER, 1979/80, p. 330, 331). No decurso do século VI a.C., a importação de cerâmicas orientais já não seria tão rentável, considerando a alta qualidade das produções locais, além disso melhor adaptadas às necessidades e preferências dos seus utilizadores. Por outro lado, a quebra de importações orientais – como bem demonstra o decréscimo de ânforas fenícias no decurso da segunda metade daquele século, no cerro Macareno – resultaria, entre outras circunstâncias, da queda de Tiro, em 576 a.C. Esta explicação é, no entanto, rejeitada (AUBET-SEMMLER, 1990, p. 41), considerando que “La caída de Tiro es muy anterior a los acontecimientos de finales del siglo VI”. É ainda de reter outra hipótese, atribuindo o declínio da presença fenícia no Ocidente à exaustão das minas de prata peninsulares as quais, para continuarem em exploração, necessitariam de tecnologias à data desconhecidas (PEREIRA, 1993, p. 300). Outras explicações foram ainda aduzidas para explicar o declínio brusco das importações fenícias peninsulares. M. V. Gomes (GOMES, 1992, p. 138) invocou a migração de povos de origem continental, ou a hostilidade de outros, habitando áreas menos privilegiadas, como estando na origem do desaparecimento da brilhante cultura orientalizante do litoral meridional peninsular, no que também é contrariado (AUBET-SEMMLER, 1990, p. 41), por não se vislumbraarem provas arqueológicas de tais movimentações étnicas. M. V. Gomes invoca, ainda, a derrota dos Tartéssios, aliados ao gregos focenses, na batalha naval de Alalia, Córsega, em 535 a.C., que proporcionou o poderio cartaginês na Península Ibérica. Contudo, segundo C. Fabião (FABIÃO, 1993, p. 165), em tal confronto “não parece ter estado em causa qualquer tentativa de controle do tráfego marítimo para ocidente, como por vezes alguns têm defendido”. O mesmo autor adianta (p. 128) outras explicações: assim, o excesso da oferta da prata peninsular teria conduzido à quebra do seu valor comercial, provocando, pela sobrevalorização de outros produtos, uma crise económico-social, de que teria resultado a decadência de Tiro. Dela decorreria o abandono dos estabelecimentos tírios peninsulares, bem como o desaparecimento do reino de Tartesso, devido aos laços de dependência económica estabelecidos com aqueles.

Por crise interna, em virtude de actuações externas ou, mais provavelmente, pela conjugação de diversas causas, o certo é que o fim da brilhante cultura orientalizante tartéssia, sendo concomitante com o declínio da presença fenícia, que constituiu o estímulo indispensável para a sua formação e plena afirmação, mantém-se como uma das questões ainda por esclarecer (AUBET-SEMMLER, 1990, p. 42).

Na região de Lisboa, tais factos têm, como não podia deixar de ser, expressão ao nível do registo arqueológico. Por um lado, encontra-se bem documentada a referida ruptura do abastecimento fenício, pelo desaparecimento de um dos elementos mais característicos: a cerâmica de verniz vermelho orientalizante, cuja presença cessa no decurso do século VI a.C. Por outro lado, aos materiais característicos de uma I Idade do Ferro orientalizante, sucedem-se, a partir do século V a.C. ou dos finais do anterior – época coincidente com a chegada de ténues influências oriundas da meseta ibérica – outros, agora oriundos do Mediterrâneo Ocidental que persistem, em nítida continuidade com as anteriores. Tal situação encontra-se exemplarmente exposta no corte estratigráfico registado no castelo de Alcácer do Sal, onde as camadas da I Idade do Ferro se encontram sobrepostas por outras, com materiais de uma II Idade do Ferro, mantendo as características mediterrâneas (SILVA *et al.*, 1980/81); não é lícito, deste modo, considerar qualquer descontinuidade na ocupação, muito menos de ordem étnica.

Os elementos disponíveis para a região de Lisboa configuram, igualmente, uma continuidade da presença directa ou influência material de povos mediterrâneos. Assim, às importações fenícias e respectivas imitações, dos séculos VII e de inícios do VI a.C., sucedem-se materiais de produção púnica, também eles mesclados com fabricos locais ou regionais, mas distintos dos anteriores. Os testemunhos recuperados demonstram a continuidade das relações comerciais desta área com o mundo mediterrâneo, agora condicionadas pelo papel desempenhado pelo importante centro económico de Gades (Cádiz). Entre eles, devem mencionar-se os materiais provenientes do subsolo da baixa lisboeta. Os primeiros a serem identificados, no início do século, por Vergílio Correia, provêm da rua dos Douradores (CARDOSO & CARREIRA, 1993) e podem ainda inscrever-se no século VI a.C., sendo, desta forma, coevos da maioria dos restos exumados na plataforma da Sé, atrás mencionados (**Fig. 189**). Os materiais e estruturas recentemente exumados nas escavações das fundações da sucursal do Banco Comercial Português da Rua dos Correeiros, Rua Augusta, documentam, como o verificado na área da Sé, a nítida continuidade de ocupação da zona baixa da actual cidade. Da publicação preliminar dos notáveis trabalhos arqueológicos ali realizados, avultam as produções cerâmicas. Ainda que o conjunto se encontre longe de devidamente estudado e publicado, algumas peças podem, desde já, ser valorizadas como merecem. É o caso de um suporte de ânfora, de forma anelar, com duas marcas zoomórficas impressa na pasta fresca, assemelhando-se a bodes (**Fig. 190**); trata-se, evidentemente, de uma peça de origem púnica. Evidencia-se, deste modo, continuidade funcional no povoamento da baixa lisboeta desde os séculos VIII e VII a.C. até pelo menos o século III a.C.; enquanto a encosta da Sé era ocupada, ao longo de todo este período, pela zona residencial, na parte baixa situava-se a zona portuária, ao longo da margem esquerda de antiga enseada e junto da sua confluência com o estuário.

Um fragmento de cerâmica ática daqui proveniente é datável entre finais do século VI e o século V a.C. (ARRUDA, 1999/2000), enquanto que, no Almaraz, o fragmento recolhido na parte superior do enchimento da fossa de detritos do Q U 45/3 foi situado no século V/IV a.C. (BARROS & SOARES, 2004); ao século IV foram anteriormente reportados dois fragmentos de fundos de taças áticas do Almaraz (ARRUDA, 1997, p. 87), mas sem que se saiba se também oriundas daquela estrutura.

Porém, não é apenas nos artefactos recolhidos que as influências mediterrâneas se afirmam. As características das construções de planta rectangular, que então se desenvolveriam ao longo da praia arenosa, reforçam-nas

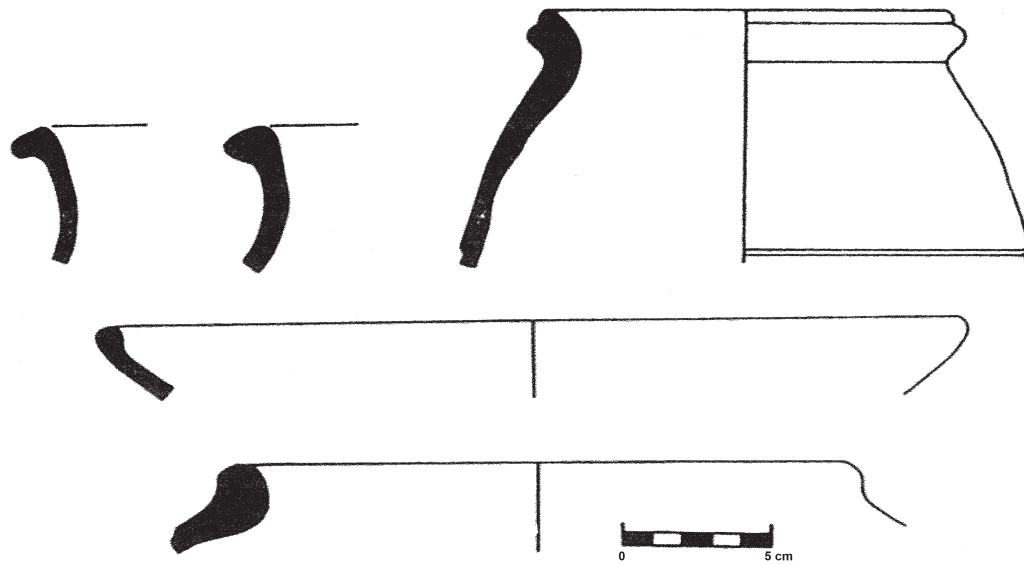


Fig. 189 – Cerâmicas da Idade do Ferro recolhidas por V. Correia na Rua dos Douradores, Lisboa. Seg. J. L. Cardoso & J. R. Carreira.

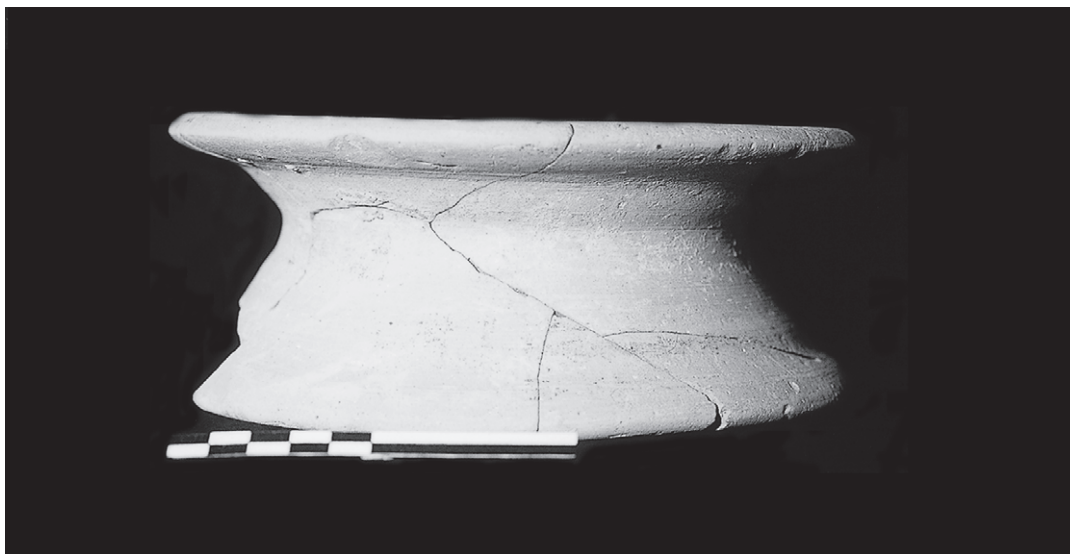


Fig. 190 – Suporte de vaso (ânfora?) de época púnica, recolhida na Rua dos Correiros, Lisboa, ostentando na face interna e adjacentes dois carimbos zoomórficos representando capríneos (?). Foto cedida por J. Bugalhão e C. Amaro, a quem se agradece.

(BUGALHÃO, 2001, Fig. 18). Trata-se de habitações e talvez de armazéns, possuindo por vezes lareiras constituídas por empedrados de grandes seixos de quartzito com marcas térmicas (**Fig. 191**), de contorno circular, inexistentes no local, mas abundantes nos terraços plistocénicos da margem esquerda do Tejo, mais para montante, o que é uma prova adicional da intensa navegação fluvial, em que tais materiais poderiam desempenhar as funções de lastro. Os embasamentos dos muros destas construções eram constituídos por blocos de calcário conquífero do Miocénico, disponíveis na zona, cuidadosamente dispostos e argamassados com barro. Com efeito, a regularidade do topo, que não ultrapassa 40 cm de altura, leva a considerar tais muretes (**Fig. 192**) como o embasamento de paredes que se desenvolveriam superiormente por blocos de argila ou taipa e que possuem nos casos anteriormente mencionados do Almaraz, equivalente directo, embora mais antigos (BARROS, 2000, p. 63). Foram aliás, as mesmas características construtivas que conduziram a idêntica conclusão sobre as habitações exumadas em Santa Olaia, Figueira da Foz em tudo semelhantes a estas (ROCHA, 1905/1908, p. 316). As coberturas das casas do subsolo lisboeta, tal como as do Almaraz, seriam de colmo ou caniços, cobertos de argila, conforme vestígios encontrados em Santa Olaia pela última investigadora da estação (PEREIRA, 1993, p. 290). Assim se poderá interpretar o fragmento exumado de cerâmica de revestimento com impressões de cana (AMARO, 1995, p. 12).

O carácter comercial, e também industrial, do conjunto, é ilustrado pela presença de um pequeno forno de caldeira circular (**Fig. 193**), sobreposto a uma das habitações anteriormente referidas, sendo-lhe, desta forma, pouco posterior. Os materiais recolhidos no seu interior correspondem a momento imediatamente ulterior ao seu abandono – não podendo, pois, relacionar-se com a sua actividade – são claramente de época púnica (**Fig. 194**): ocorrem vasos com asas de secções convexo-côncavas, com aguada branca na superfície externa. A actividade deste forno não está, portanto, relacionada com o fabrico destes recipientes cerâmicos (ARRUDA, 1999/2000, p. 128), desconhecendo-se as respectivas produções. Os materiais expostos no núcleo museológico ali existente remetem essencialmente para os finais do século VI a. C. e para o século seguinte (ARRUDA, 1999/2000, p. 128), muito embora existam materiais claramente mais modernos, já referidos atrás, reportáveis aos séculos IV/III a. C.

A presença púnica encontra-se, pois, bem comprovada no próprio subsolo de Lisboa, podendo considerar-se como extensão ocidental do comércio mediterrâneo em cujo espaço cultural a cidade se inseria. Pelo porto de Olisipo continuariam a ser escoados os produtos produzidos ou transportados ao longo do baixo Tejo desde pelo menos o Bronze Final, provenientes do “hinterland”, realidade que se acentua nos primórdios da Idade do Ferro, como atrás se deixou bem claro.

Na adjacência da cidade comercial púnica espalhavam-se, pelos férteis campos agrícolas, numerosas “granjas” ou “casais agrícolas”, sucedâneas directas das suas homólogas do Bronze Final, a que já anteriormente se fez referência. A sua presença documenta o retorno ao povoamento disperso e de pendor agro-pastoril desta região: pode concluir-se que as novas tecnologias trazidas pelos Fenícios, designadamente a possibilidade de produção de cerâmicas em série, mediante a introdução do torno rápido, ou a melhoria dos níveis de produção agrícola, decorrente da adopção de utensílios de ferro, não se repercutiram de forma evidente na estrutura económico-social destas comunidades, as quais se encontrariam inseridas, como atrás se disse, numa estrutura político-administrativa de expressão territorial, na dependência do grande pólo urbano de

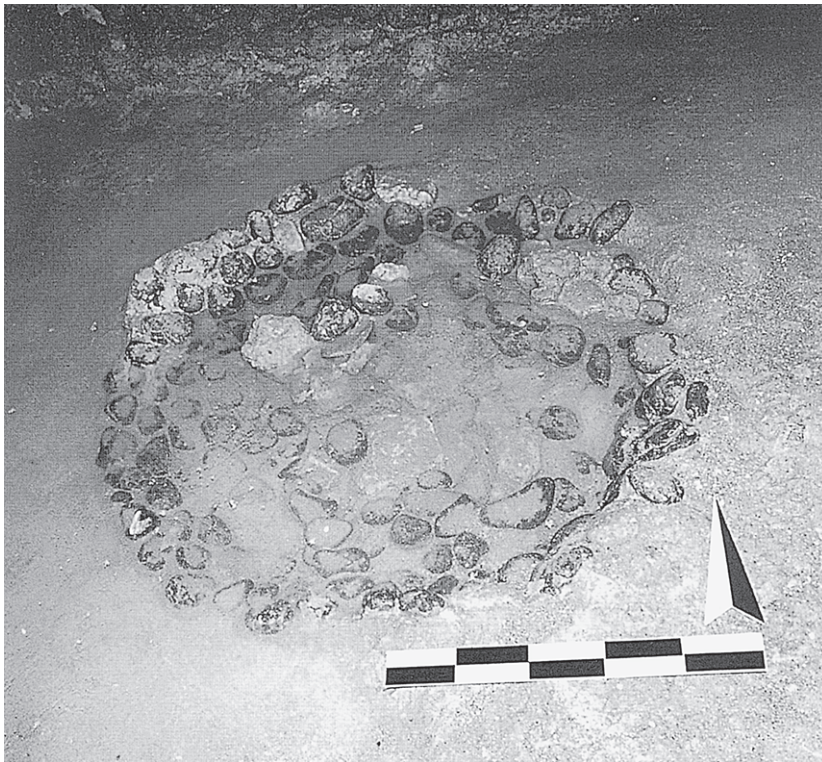


Fig. 191 – Rua dos Correiros, Lisboa. Em cima: estruturas habitacionais, cujo embasamento é constituído por muros de alvenaria argamassada, de planta rectangular; observe-se, no interior do recinto, um empedrado (estrutura de combustão) de contorno sub-circular, constituído por seixos rolados de quartzito. Em baixo: pormenor da estrutura de combustão. Seg. C. Amaro e J. Bugalhão, respectivamente.

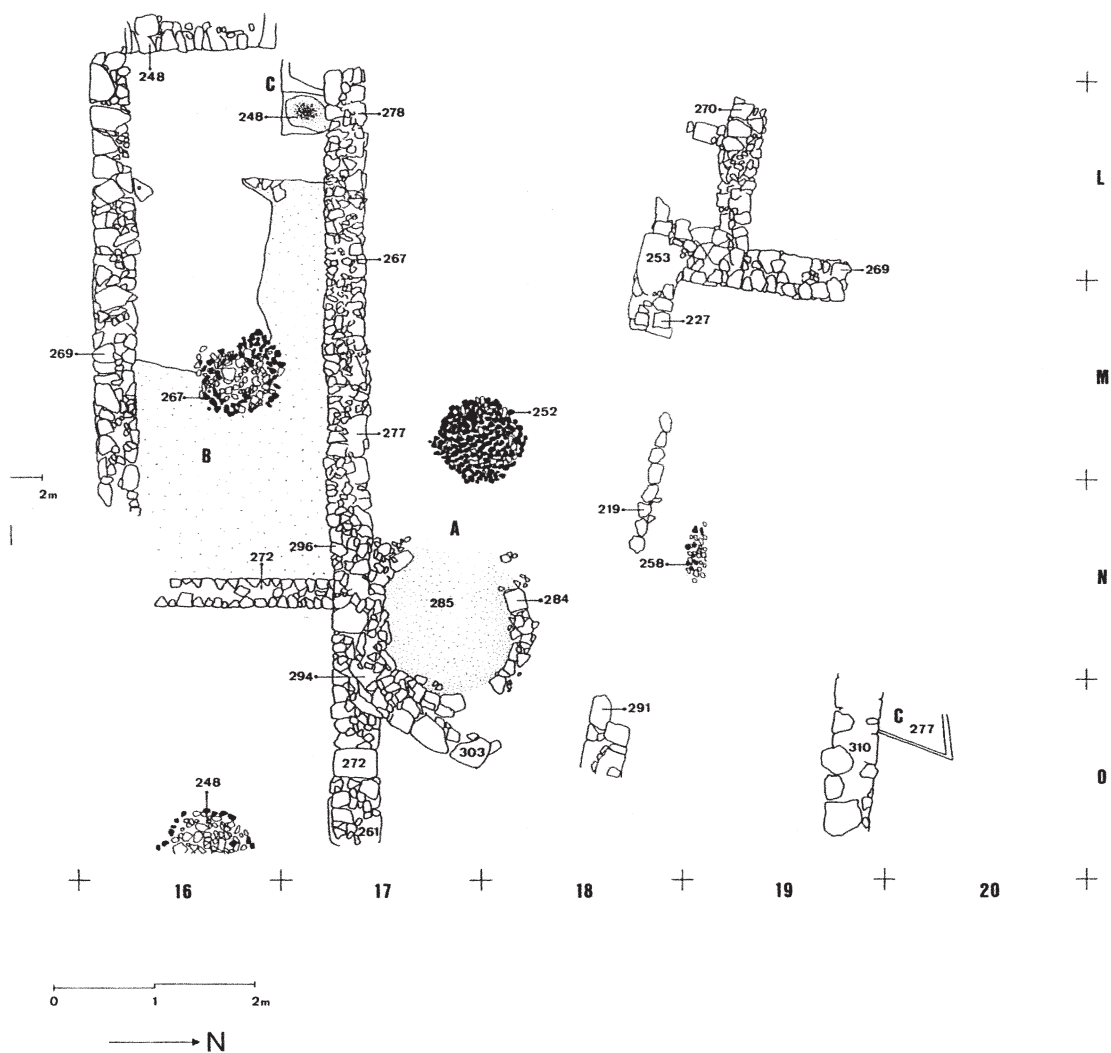


Fig. 192 – Planta das estruturas habitacionais (casas, armazéns) postas a descoberto no subsolo da Rua dos Correiros, Lisboa, pertencentes à II Idade do Ferro de influência mediterrânea. Seg. J. Bugalhão. Note-se a existência de empedrados circulares, interpretados como estruturas de combustão (termoacumuladores) e a presença de um forno, denunciado por muro circular, sobreposto às estruturas de planta rectangular.

Olisipo, o qual, desde o alto da Colina do Castelo de S. Jorge, até à baixa pombalina actual, ocuparia área próxima de 15 ha, correspondente a um número mínimo de 5000 habitantes (ARRUDA, 1999/2000, p. 129), ulteriormente modificado para 3000 (ARRUDA, e.p.). A estratificação social, já bem evidente no fim do Bronze Final, com expressão numa hierarquização do povoamento, como se verifica pela emergência dos povoados de altura, acentua-se no decurso da Idade do Ferro, com a afirmação, desta feita incontornável, de um poder político, talvez de carácter hereditário, sediado em lugares que, mercê do desenvolvimento que auferiram com o comércio fenício, se assumiram, então, como verdadeiros “lugares centrais”. A plena afirmação de Olisipo,

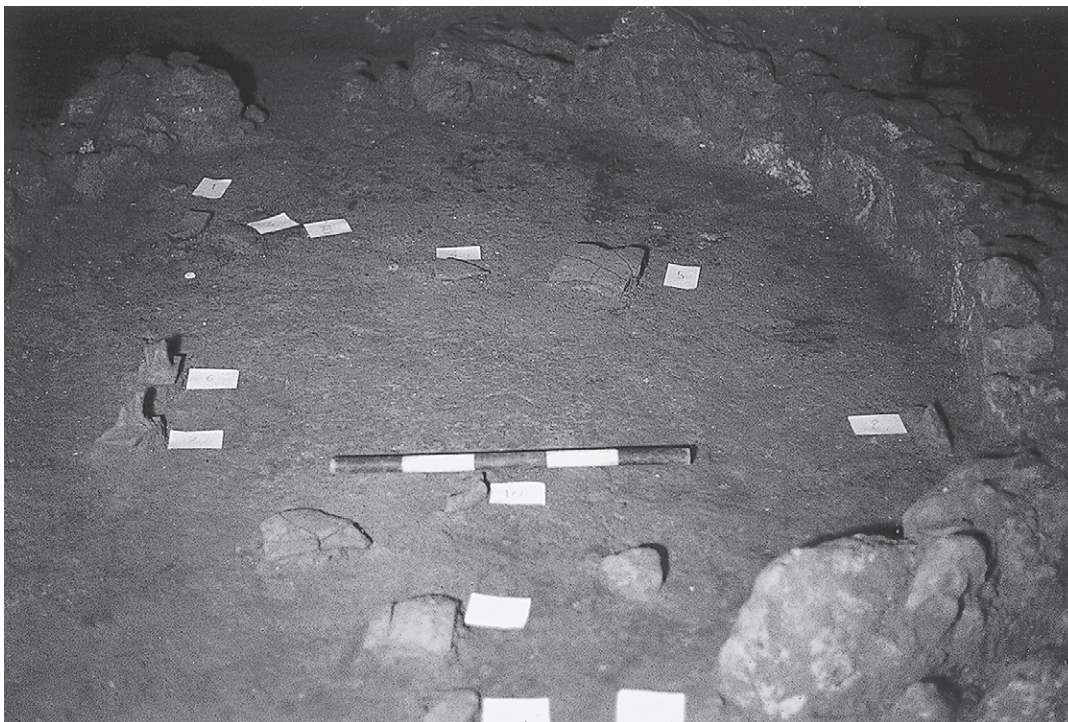


Fig. 193 – Em cima: forno de cozer cerâmica de época púnica do subsolo lisboeta (Rua dos Correeiros). As marcas a branco assinalam a presença de fragmentos cerâmicos (ver Fig. 194); em baixo: forno de cozer cerâmica do período orientalizante (finais do século VII / inícios do século VI a.C.) do Cerro de los Infantes, Jaén. Por deferência de J. Bugalhão e C. Amaro a quem muito se agradece e seg. M. Torres Ortiz.

pode corresponder, precisamente, à materialização dessa realidade. Trata-se de um processo que, embora não possa ser cabalmente demonstrado na área de Lisboa, por escassez de elementos, corresponde ao que foi verificado noutras regiões arqueologicamente melhor conhecidas.

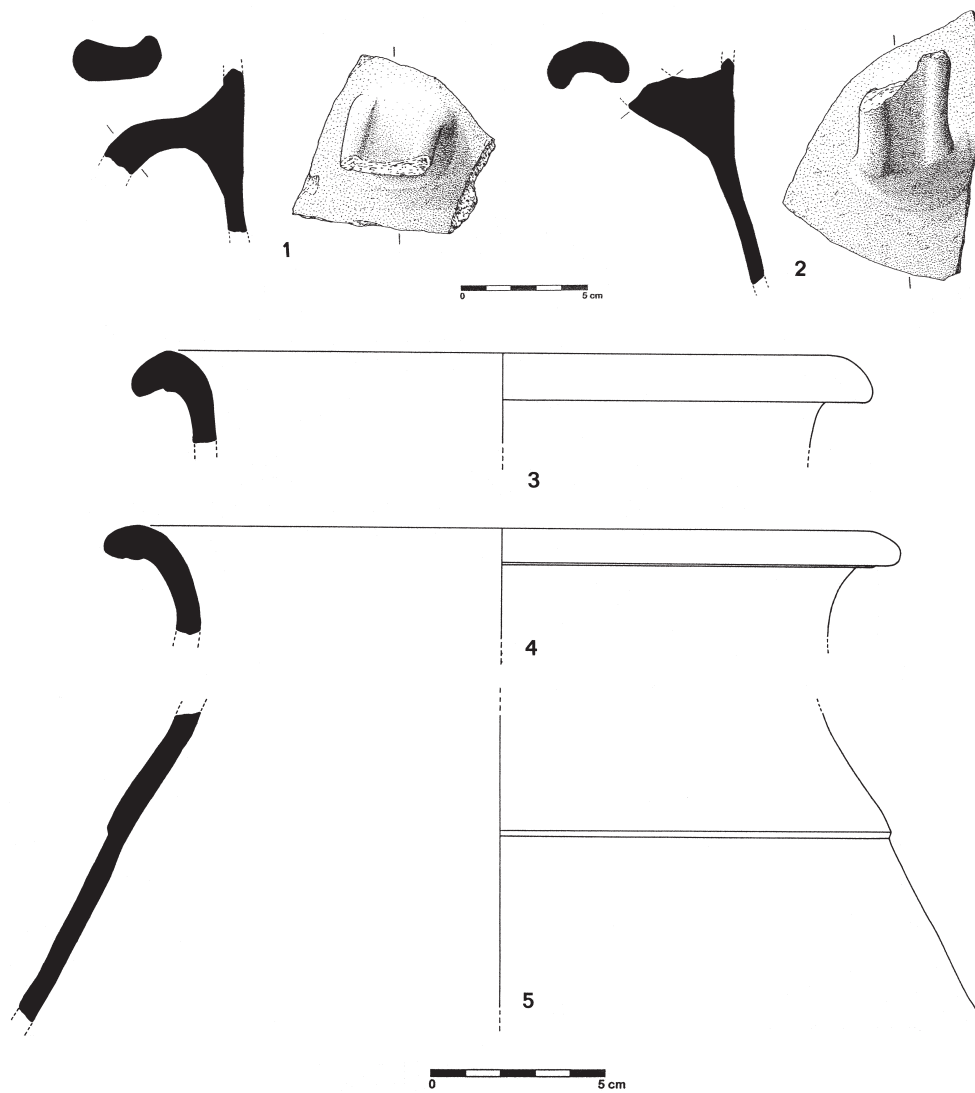


Fig. 194 – Materiais cerâmicos acumulados no interior do forno da Rua dos Correiros posteriormente à laboração deste. Alguns possuem aguada branca na superfície externa. Inéditos. Por deferência de C. Amaro e J. Bugalhão, a quem muito se agradece. Os exemplares n.ºs. 3 e 5 possuem a superfície externa com engobe branco.

Os espólios exumados nos pequenos núcleos rurais, eventualmente dependentes, ao menos em termos económicos, da grande urbe olisiponense e situados no seu território, como o dos moinhos da Atalaia, Amadora; Gamelas III e Outurela I e Outurela II, em Oeiras, denunciam o vigor da presença mediterrânea que se continuou a fazer sentir, desde o final do século VI, e no decurso de todo o século V a.C., a partir do foco difusor situado em Lisboa. Trata-se de uma expansão pelo espaço rural adjacente, já caracterizada em estudo anterior (CARDOSO, 1990). Tais unidades teriam primordialmente o papel de abastecer, tanto em produtos cerealíferos, como em legumes e carne fresca, a grande cidade, cujo número de habitantes, estimado em cerca de 3000, requeria só para o abastecimento de cereais, o cultivo de, pelo menos, 1500 ha dos bons terrenos basálticos da região (ARRUDA, 1999/2000). A descoberta e investigação dos casos mencionados foi provocada pela realização de obras, tanto a abertura de vias de comunicação (Moinhos da Atalaia, Amadora), como a construção de habitações sociais (Outurela I e II, Oeiras). Distanciadas entre si menos de 5 km, forneceram rico e diversificado espólio cerâmico, constituído por produções locais ou regionais, de onde se encontram contudo ausentes as cerâmicas de verniz vermelho. Ocorrem cerâmicas comuns, de coloração alaranjada, representados por grandes vasos de armazenamento, taças e ânforas tipologicamente integráveis no século V a.C.; as cerâmicas cinzentas finas repartem-se por taças, vasos de colo estrangulado e jarros com decorações de cordões ou ressaltos em relevo, apresentando frequentemente fino acabamento superficial e brilho acetinado, que talvez correspondam a cópias de exemplares metálicos, remetendo estas produções para uma fase da Idade do Ferro claramente pós-orientalizante (**Fig. 195**). Trata-se de grupo presente na região de Lisboa, em Conimbriga (ALARCÃO, 1974; CORREIA, 1993) e em Santa Olaia (ROCHA, 1905/1908), mas ausente no vale do Sado (Setúbal, Abul, Alcácer do Sal), facto que lhe confere evidente cunho regional, de momento limitado ao norte do Tejo. Tal conclusão é apoiada por se saber que a produção cerâmica (cerâmicas cinzentas) era independente, mesmo em povoados próximos, como Conímbriga e Santa Olaia (*in* Correia, 1993). Trata-se, em suma, de produções ainda mal caracterizadas, apesar de, por vezes, serem muito abundantes em muitos sítios da região de Lisboa (caso do “casal agrícola” de Gamelas III, Oeiras, parcialmente escavado por G. Marques e em curso de publicação pelo signatário).

A ocorrência de uma fíbula anular hispânica em Outurela I do tipo Cuadrado 9a, e de vários exemplares nos Moinhos de Atalaia entre os quais tal tipo também se encontra presente (**Fig. 196**) (CARDOSO, 1987; PINTO & PARREIRA, 1978; PONTE, 2004), reforçam a atribuição destes casais agrícolas a fase pós-orientalizante. A reforçar esta atribuição, é de referir que, nos referidos locais, além de se não registarem cerâmicas de verniz vermelho, também as cerâmicas manuais quase não fazem parte dos inventários, muito embora nos Moinhos de Atalaia se tenha comprovado uma presença campaniforme, seguida de outra do Bronze Final (infelizmente, não foi possível diferenciar estratigraficamente as três ocupações). De referir que as produções mediterrâneas podem coexistir com cerâmicas de fabrico manual, até com assinalável frequência, como se verificou no povoado de Pedrada, Almada (SILVA & SOARES, 1986, Fig. 105). Embora correspondam a pequenos locais de encosta como é o caso dos dois casais de Outurela, Oeiras (**Fig. 197**), ou de Gamelas III, ou ainda dos Moinhos da Atalaia, alguns assumem maiores dimensões, situando-se a cotas mais elevadas, embora também não fossem aparentemente defendidos (**Fig. 198**).

Entre estes, deve referir-se o povoado de Santa Eufémia, Sintra (MARQUES, 1982/83) implantado em rechã da encosta meridional do monte epónimo, dominando várzea fértil, do lado de Sudoeste, onde a agricultura seria facilmente praticável. A presença de ânforas na tradição ou aff. da F. R. 1, associadas a outras, da forma Mañá/Pascual A4 (Fig. 199), sugerem ocupação do séc. VI/V a.C. A sua implantação sugere um local de maior importância no povoamento regional, sem, contudo, se poder falar em hierarquização social dos respectivos habitantes face aos ocupantes dos casais agrícolas da área adjacente, por falta de elementos mais precisos. Ocorrem, porém, ao contrário do verificado nas estações anteriores, ainda fragmentos de cerâmica de engobe vermelho, embora em número vestigial. A cerâmica cinzenta é abundante, estando presentes (ao contrário do verificado nas duas estações anteriores), asas bífidas, de recipientes do tipo *pithei*. Embora a tipologia das ânforas recolhidas indique cronologia tardia, alguns indícios, como a escassa presença de



Fig. 195 – Jarro nervurado de cerâmica cinzenta fina, de Outurela I, Oeiras, com asa partindo do bordo e cuidado acabamento superficial, conferindo-lhe superfície lisa e brunida. Seg. J. L. Cardoso. Diâmetro máximo – 17,0 cm.

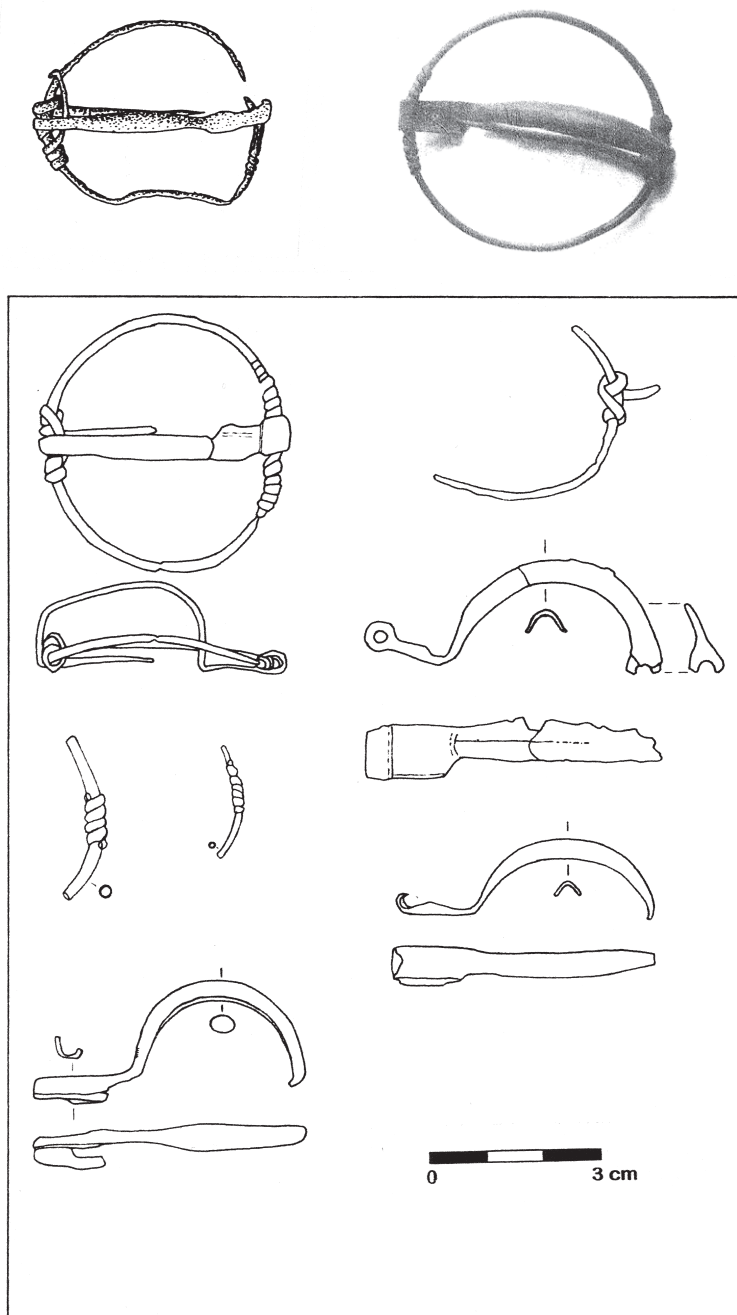


Fig. 196 – Fíbulas anulares hispánicas dos arredores de Lisboa atribuíveis aos séculos VI/V a.C. Em cima, da esquerda para a direita, do “casal agrícola” de Outurela I, Oeiras e do Alto da Toupeira, Loures. Em baixo, do “casal agrícola” dos Moinhos da Atalaia, Amadora. Seg. J. L. Cardoso, o. da Veiga Ferreira e R. Parreira & C. Vaz Pinto, respectivamente.



Fig. 197 – Área escavada do “casal agrícola” de Outurela I, Oeiras, em primeiro plano, na parte inferior de encosta basáltica voltada a sul, intensamente agricultada até época recente. Foto de J. L. Cardoso.

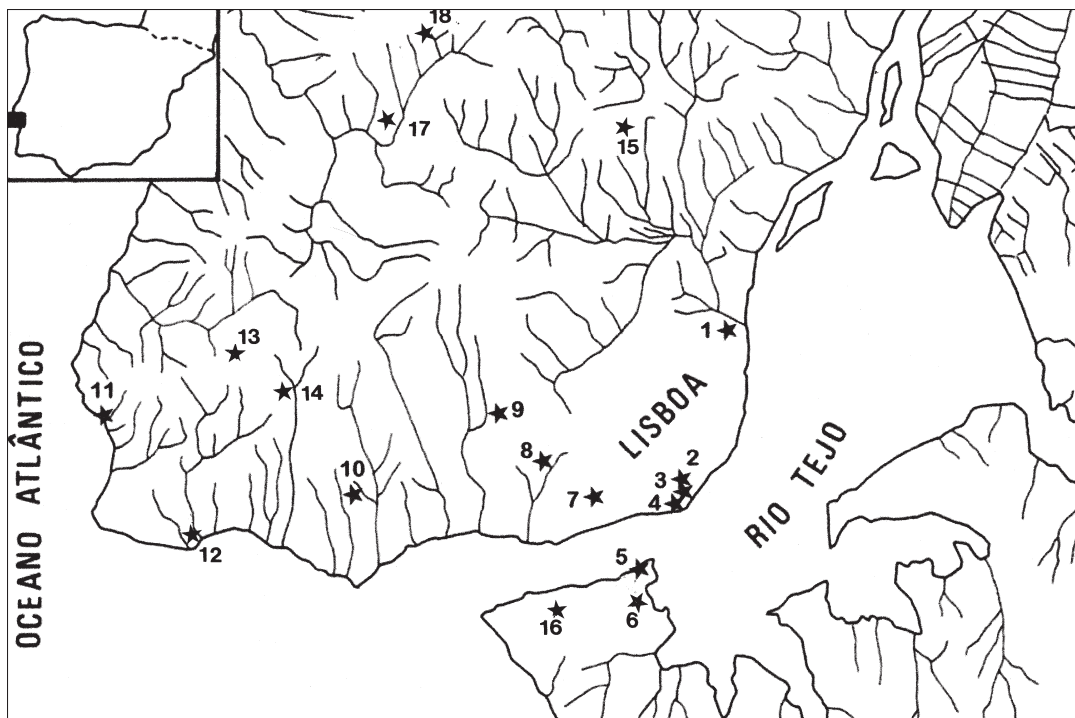


Fig. 198 – Localização aproximada das principais estações da Idade do Bronze e da Idade do Ferro da região de Lisboa, citadas no texto. 1 – Catujal; 2 – Castelo de S. Jorge; 3 – “Crasta” da Sé; 4 – Rua dos Douradores e Rua dos Correiros; 5 – Quinta do Almaraz; 6 – Quinta do Marcelo; 7 – Tapada da Ajuda; 8 – Outurela I e II; 9 – Moinhos da Atalaia; 10 – Freiria; 11 – Porto Touro/ Espigão das Ruivas; 12 – Grutas do Poço Velho; 13 – Castelo dos Mouros; 14 – Santa Eufémia; 15 – Gruta do Correio-Mor; 16 – Quinta do Percevejo; 17 – Penedo de Lexim; 18 – Cabeço dos Moinhos. Seg. J. L. Cardoso.

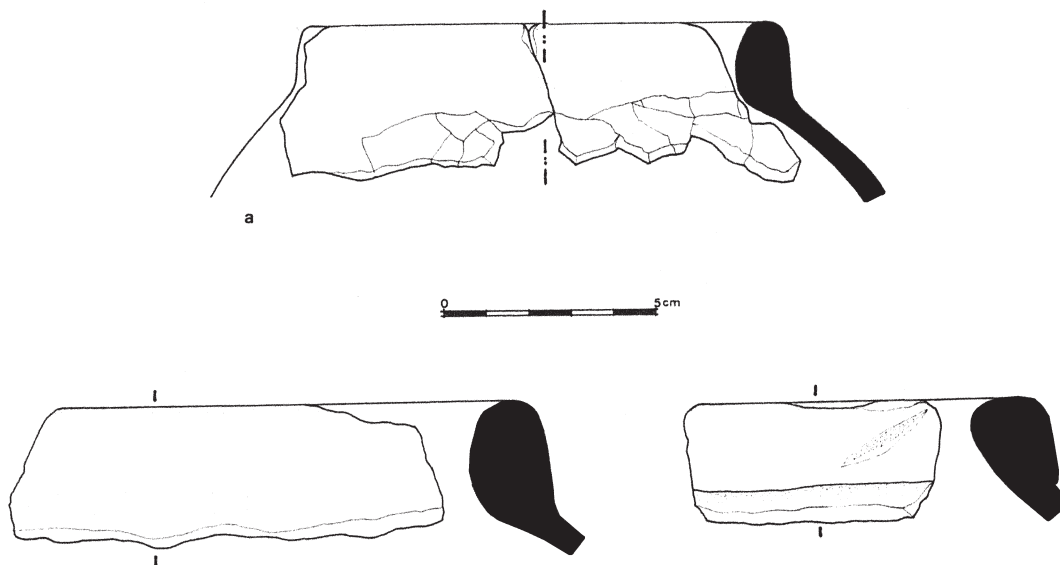


Fig. 199 – Material anfórico do povoado de Santa Eufémia, Sintra. Em cima e em baixo, à esquerda: ânforas aff. R1, de finais do século VI / século V a.C.; em baixo, à direita: bordo de ânfora Mañá / Pascual A4. Seg. G. Marques.

cerâmicas de engobe vermelho e a presença de produções manuais, com inspiração em modelos do Bronze Final, faz crer que os inícios da ocupação do local remontam aos finais do século VII, ou à primeira metade do século VI a. C. (ARRUDA, 1999/2000, p. 136). A presença sidérica nesta plataforma elevada da periferia da serra de Sintra, tem paralelo em outros locais, de topografia ainda mais vigorosa, que evidenciam reocupação nesta etapa da Idade do Ferro, quando as importações orientalizantes já tinham sido substituídas pelas de origem púnica: é o caso do sítio de S. Pedro de Caneferrim/Castelo dos Mouros (Sintra) onde apareceu um fragmento de cerâmica ática – a somar aos exemplares de Almaraz – e um fragmento de vaso vítreo de pasta azul com linhas amarelas; também o povoado de altura da serra do Socorro (Mafra), não ultrapassa o séc. VI a.C. (in VILAÇA & ARRUDA, 2004, p. 36); os espólios cerâmicos, adiante referidos, revelam ainda afinidades orientalizantes.

Freiria, no concelho de Cascais, é outro local que merece ser mencionado no âmbito de ocupação rural da Idade do Ferro em torno de Olisipo (CARDOSO & ENCARNÇÃO, 1999). Os materiais encontrados sob as construções da *villa* romana que ulteriormente se implantou naquela encosta suave de fraca visibilidade, junto de linha de água e sem condições de defesa, repartem-se por duas épocas: à mais antiga, integrável no século VI e V a.C., pertence o fecho de cinturão com três ganchos, dito de “tipo céltico” (J. C. Caetano, in ARRUDA, 1999/2000, p. 137) a par de um elemento “fêmea” deste tipo de fecho. Têm paralelos nos exemplares da necrópole de Alcácer do Sal, situados entre finais do século VI e o século V a.C. (ALMEIDA & FERREIRA, 1967) correspondendo ao tipo D3 de Cerdeño (CERDEÑO, 1978), que lhes aponta a mesma cronologia (Fig. 200). A esta cronologia pode também reportar-se a empunhadura de bronze de um espeto ritual (Fig. 201), bem como uma conta de pasta vítrea oculada, de cor amarela, azul e branca semelhante a exemplares recolhidos nos Moinhos da Atalaia e em Almaraz e outra, de pasta escura, oculada a azul. A etapa mais tardia pertence provavelmente o prótomo de leão, escultura rude, onde se evidencia a cabeça, com dentes arreganhados, feita em calcário local. Tem paralelos em exemplares de escultura ibérica, de índole funerária (CARDOSO &

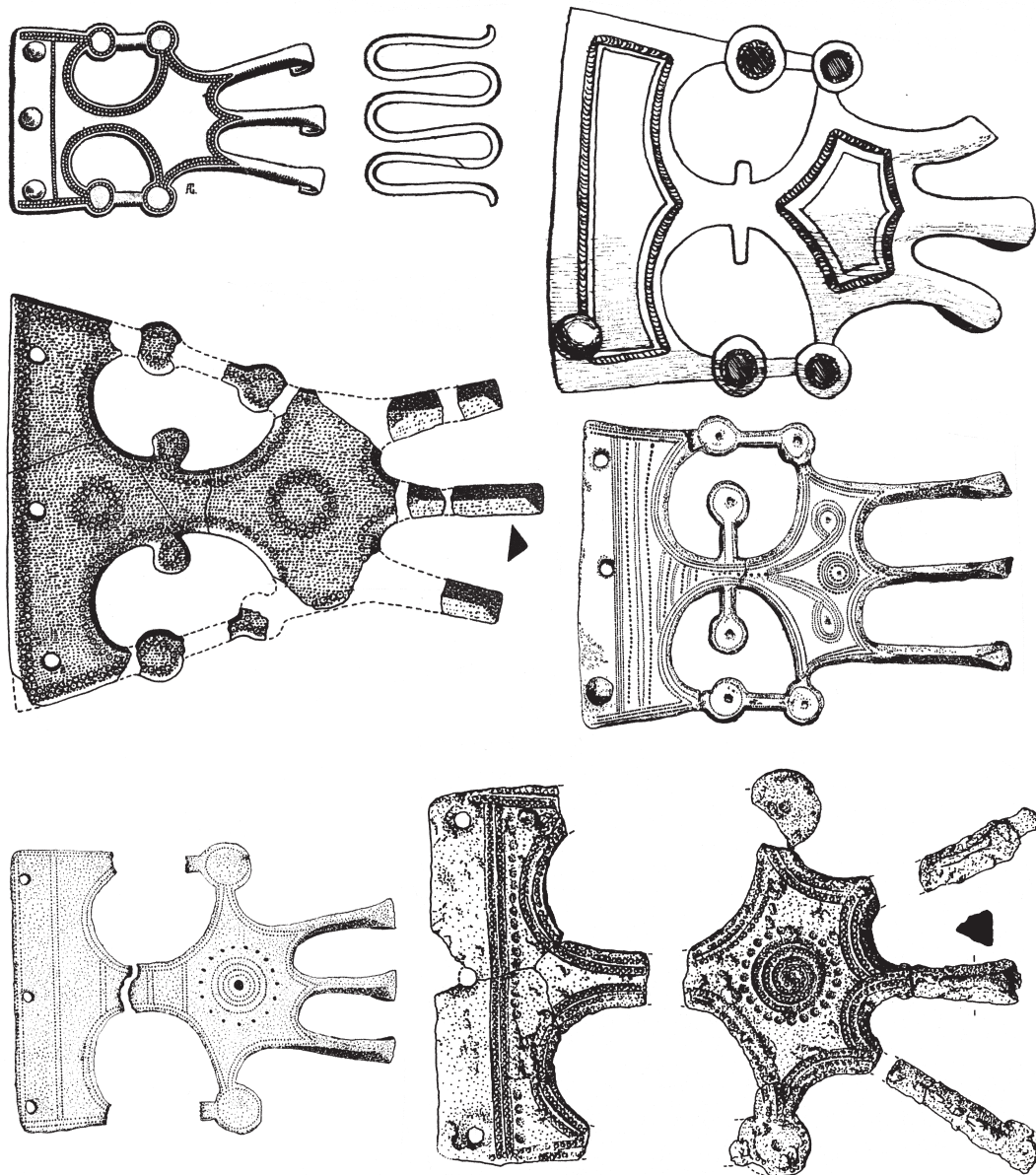


Fig. 200 – Fechos de cinturão de “tipo céltico”, Cerdeño D III; da esquerda para a direita, em cima: da necrópole de Alcácer do Sal, respectivamente seg. V. Correia e F. de Almeida & O. da Veiga Ferreira; ao centro, da necrópole de Medellín e de Segóbriga, seg. M. Almagro-Gorbea e M. L. Cerdeño; em baixo, de proveniência desconhecida e de Freiria, Cascais, seg. M. L. Cerdeño e G. Cardoso & J. d’Encarnação. Escalas diferentes. Finais do século VII – inícios do VI a.C., segundo M. M. Ruiz Delgado, ou meados do século VI e todo o século V, a.C., seg. M. Torres Ortiz.

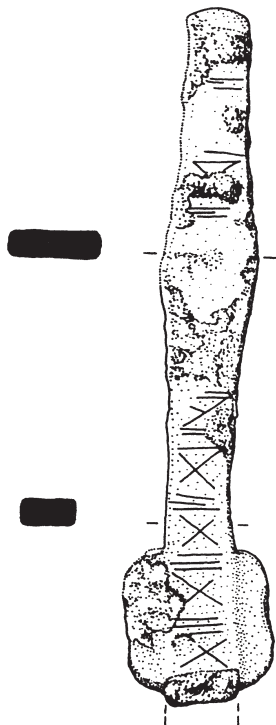


Fig. 201 – Punho incompleto de espeto de bronze de “tipo alentejano”, de Freiria, Cascais. Seg. G. Cardoso & J. d’Encarnação. Tamanho natural.



Fig. 202 – Prótomo de felino, de calcário, atribuível à Idade do Ferro. Freiria, Cascais. Seg. G. Cardoso & J. d’Encarnação. Comp. máx.: 51,0 cm.

ENCARNAÇÃO, 2000) e corresponderia a ocupação imediatamente antecedente da romanização da região (**Fig. 202**). Uma rara matriz para produção de impressões (estampilhas) em recipientes cerâmicos, pode pertencer a esta fase (**Fig. 203**) (século III a.C.).

No concernente à cerâmica, ocorrem ânforas, a par de cerâmicas pintadas de bandas e cerâmicas cinzentas finas como os pratos com fortes nervuras externas (**Fig. 203**), cujas superfícies podem ser negras e de toque metálico, os quais acompanham os jarros de fabrico idêntico, igualmente nervurados, como o recolhido em Outurela I e já atrás referido), integráveis nos séculos VI (finais) e V a. C.. Embora a implantação da estação sugira uma economia idêntica à verificada nos dois sítios rurais anteriormente caracterizados, o aparecimento do aludido fecho de cinturão de “tipo ibérico”, a par de ânforas importadas do sul peninsular, parece indicar uma maior complexidade na organização sócio-económica desta comunidade que a simples relação de estrita dependência política e administrativa da Olisipo, admitida por A. M. Arruda (ARRUDA, 2002). Tal é a opinião de R. Mataloto ao sublinhar que “a identificação de diversas fíbula, de ânforas de importação e em particular do fecho de cinturão de Freiria, poderá indicar um mundo rural mais complexo e hierarquizado, na periferia dos grandes aglomerados, como Lisboa” (MATALOTO, 2004, p. 143). Com efeito, se a fíbula ali encontrada

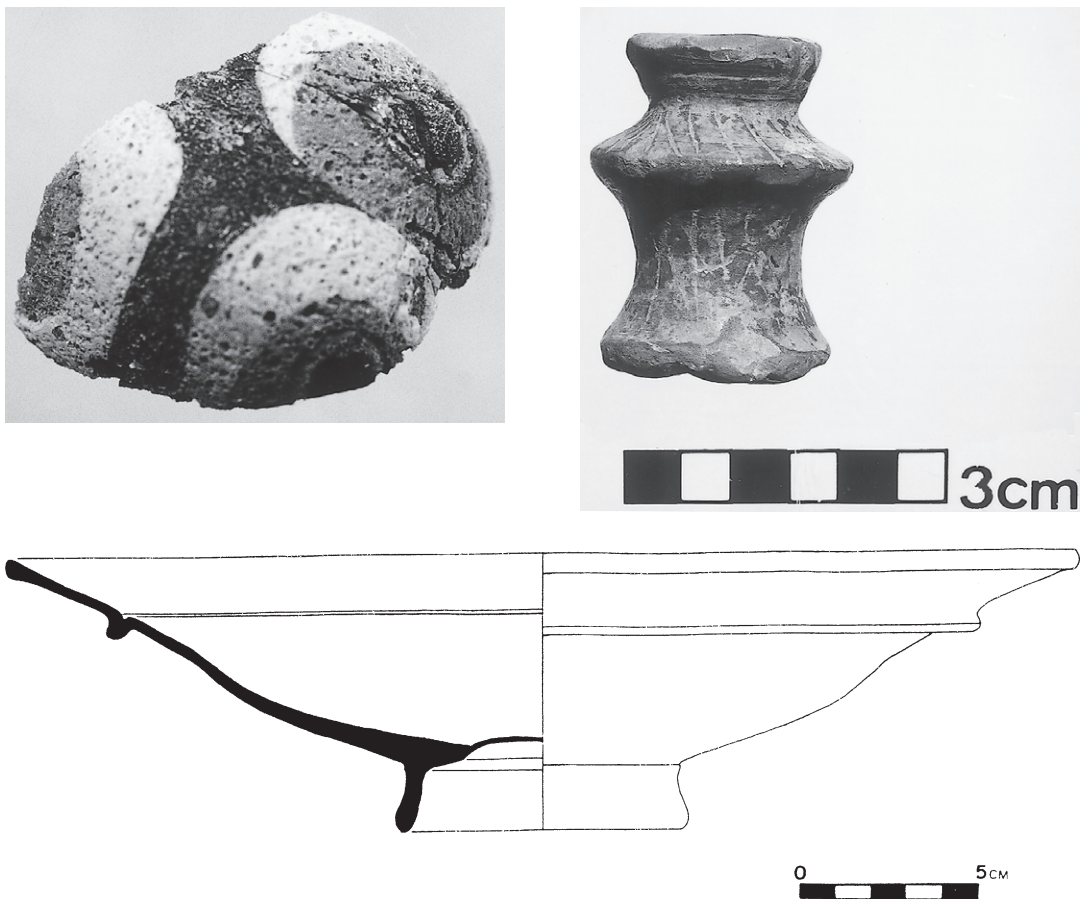


Fig. 203 – Materiais da Idade do Ferro de Freiria, Cascais. Em cima, à esquerda: conta polícroma, de pasta vítrea amarela, azul e branca; à direita: matriz circular de cerâmica cinzenta fina, decorada por canelura para, provavelmente, produzir decorações estampilhadas em recipientes cerâmicos. Fotos inéditas cedidas por Guilherme Cardoso, a quem muito se agradece. Em baixo, prato de cerâmica cinzenta fina. Seg. G. Cardoso & J. d'Encarnação.

é de evidente produção exógena, remetendo-nos para o mundo do interior peninsular, a que se soma uma rara matriz circular provavelmente para produção de decorações estampilhadas, já as contas políchromas de pasta vítrea e maioria das cerâmicas, são de clara filiação mediterrânea, configurando deste modo a reunião de elementos de origens muito culturais distintos, nesta, aparentemente, pequena e “anónima” exploração rural.

É a presença desta reunião de influências – a um tempo mediterrâneas e continentais – que se encontra também expressa nas escassas jóias auríferas reportáveis na Estremadura à II Idade do Ferro.

Na região do Bombarral recolheu-se em local ou locais indeterminados, um magnífico conjunto (FERREIRA, 1977), possivelmente de origem funerária; integra três elementos de gargantilha de ouro com aplicação por

engaste de pedras semi-preciosas em “cabochons” e decorações zoomórficas e antropomórficas, muito semelhantes às três placas do Castro de La Martela, Badajoz (BERROCAL-RANGEL, 1992, p. 144, Lám 31-1) e uma arrecada com três pingentes piriformes (ou em forma de bolota) ocós, de ouro, que, em época indeterminada, parecem terem-lhe sido acrescentados (**Fig. 204**). A arrecada é idêntica à reproduzida por A. Coelho F. da Silva (SILVA, 1986, Est. CXVIII, n.º 12). Quanto aos pingentes são semelhantes aos do colar articulado de Baião (*op. cit.* Est. CXIV) bem como às contas piriformes do colar de La Joya, sepultura 9, publicadas por J. P. Garrido (GARRIDO ROIZ, 1970). Trata-se de exemplares de nítida influência oriental.

Ao contrário, as placas de ouro batido e repuxado, com decorações granuladas, embora evoquem, pela técnica, exemplares orientalizantes, evidenciam temática relacionada com o mundo continental, culturalmente ligado aos povos célticos. Com efeito, os florões, as rosetas, os discos solares, as cabeças de felinos, as aves e até as cabeças humanas, possuem antecedentes mediterrâneos (Rhodes) mas revelam, evidentes re-interpretações próprias do mundo céltico (BERROCAL-RANGEL, 1992, p. 145), como é o caso das cabeças humanas aparentemente decepadas. As placas de Rio Maior são, evidentemente, produções importadas, tal a flagrante semelhança com as seus homólogas espanholas.

O uso destas peças seria feito em colares, sobre o peito, e a sua cronologia desenvolver-se-ia a partir dos finais do século VI a.C., atendendo aos adereços acompanhantes em forma de bolota alongada de características realistas (PEREA, 1991, p. 199, 200), presentes tanto no conjunto português como em alguns dos mesetenhos podendo desenvolver-se por todo o século V a.C. e atingir mesmo o século IV a.C. Tal é a cronologia atribuída ao conjunto do Castro de La Martela, o que possui mais semelhanças formais com as peças portuguesas.

Ainda reportados a este conjunto, O. da Veiga Ferreira reproduziu as seguintes peças: um punhal de antenas, com o punho de cobre com “incrustação” ou banho de prata e lâmina de ferro; o cabo de um espelho de bronze; três torques de prata, dois com decoração incisa e outro em fio torcido também de prata (**Fig. 205**) e um vaso de prata de fundo cónico decorado do lado interno, abaixo do bordo (**Fig. 206**). Estas peças não são compatíveis com o conjunto aurífero: o cabo de bronze de espelho, que na verdade, corresponde à pega de um *simpulum*, segundo C. Fabião (FABIÃO, 1999), pertence já ao período romano republicano; e o resto do conjunto é comparável com tal cronologia: em particular, o torques de prata de fios entrançados, tem afinidades com o mundo mesetenho, com extensão até à área estremenha, como é bem ilustrado, entre outros, pelo tesouro de Santana da Carnota, Alenquer (VIEGAS & PARREIRA, 1984). Deste modo, à falta de indicações precisas sobre o lugar de proveniência de cada um dos objectos em apreço, observados em um antiquário do Bombarral, soma-se a sua heterogeneidade, tanto do ponto de vista cultural como cronológico, o que limita muito o interesse arqueológico e científico do conjunto.

As estruturas habitacionais identificadas em Outurela I e Outurela II (CARDOSO, 1987, 1990) correspondem a casas de planta rectangular, de tipologia e técnica construtiva em tudo idênticas às da baixa lisboeta e do Almaraz, já anteriormente descritas, bem como, de modo geral, às de origem mediterrânea, sejam anteriores ou posteriores. O embasamento é de alvenaria, como naqueles casos, sendo aqui constituído por blocos basálticos não aparelhados, disponíveis localmente (**Fig. 207**). Verifica-se, pois, a manutenção da arquitectura mediterrânica, em tudo coerente com as afinidades tipológicas dos materiais exumados, ao longo da Idade do

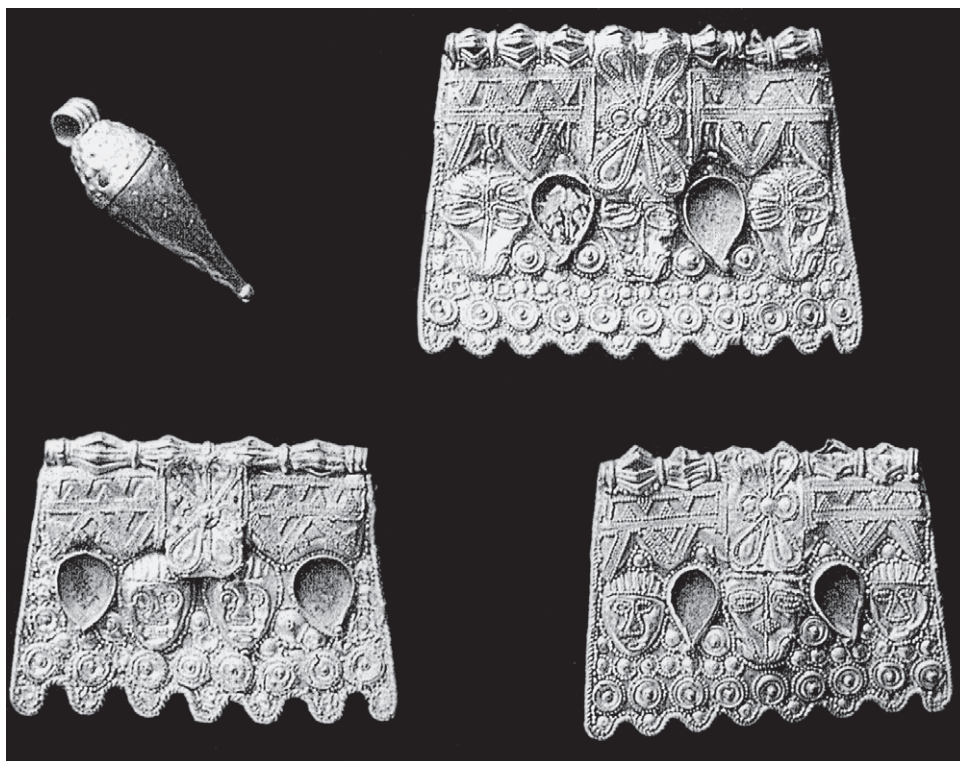


Fig. 204 – Conjunto aurífero da região de Rio Maior (em cima) e do Castro de La Martela, Badajoz (em baixo), seg. O. da Veiga Ferreira e L. Berrocal-Rangel, respectivamente.

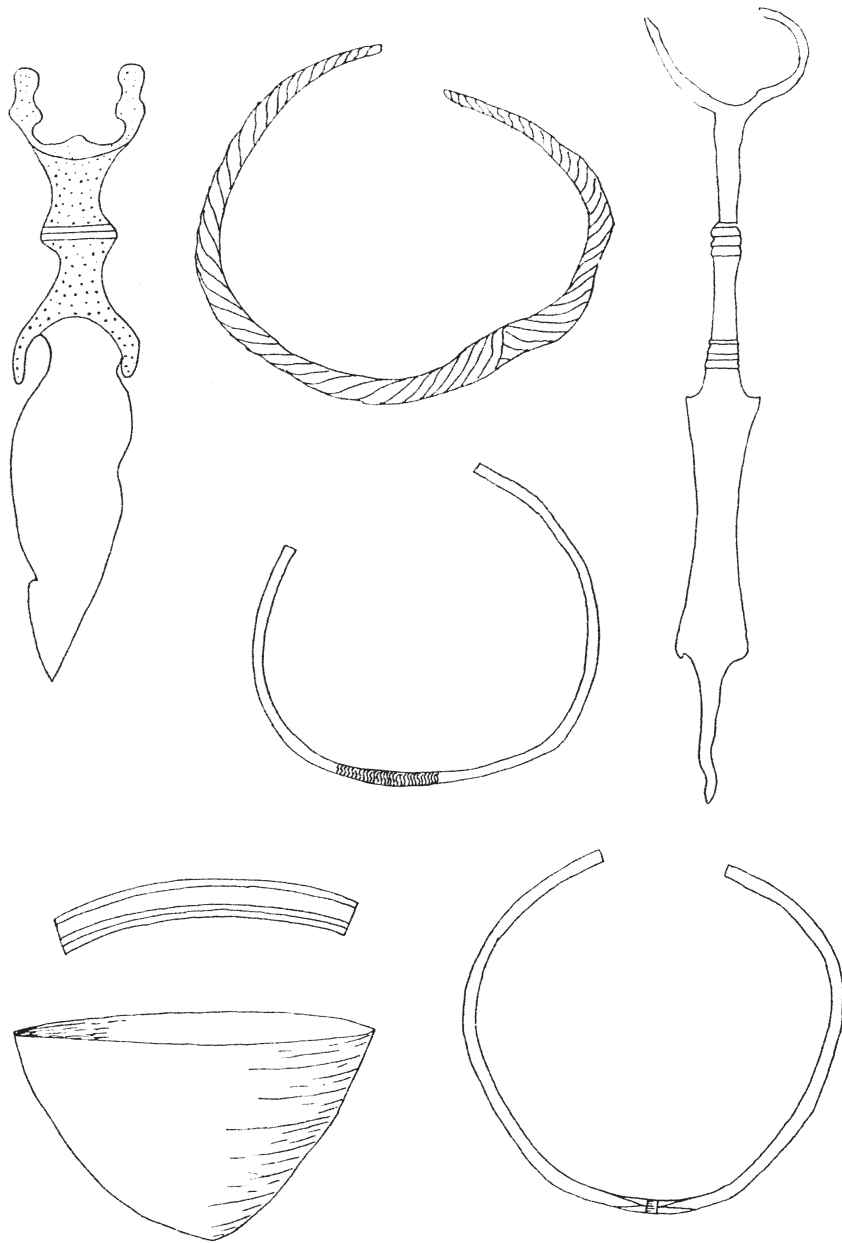


Fig. 205 – Punhal de antenas e cabo de *simpulum*, de bronze e ferro; três torques, de prata; e um vaso cónico, também de prata, dos finais da Idade do Ferro (século II/inícios do I a. C.) da região do Bombarral. Seg. O. da Veiga Ferreira. Escalas diferentes.

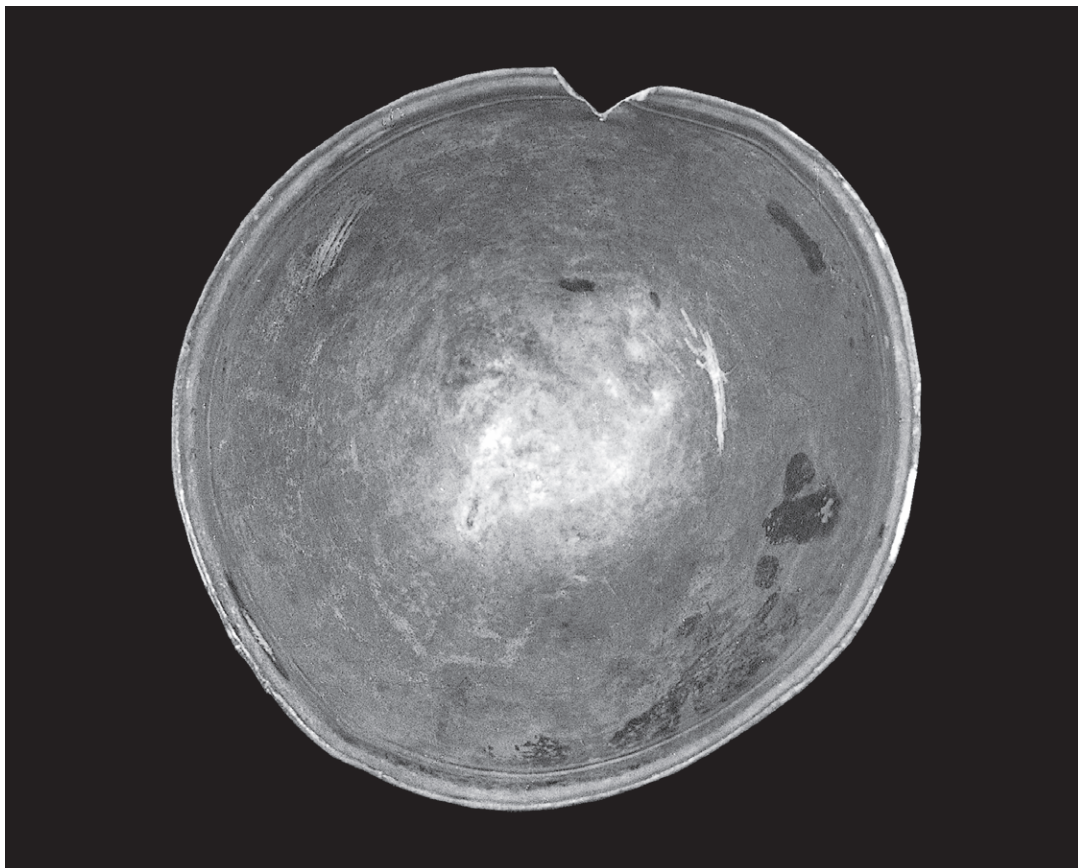


Fig. 206 – Vaso de prata, de contorno cónico, com decoração interior relevada ao longo do bordo, da região do Bombarral. Ver Fig. 205.

Ferro. Acessoriamente, observam-se zonas lajeadas, como em Outurela I ou na pequena casa de planta rectangular de Rei Mouro, Sintra (SERRÃO, 1980).

A substituição de casas de planta oval, típicas do Bronze Final da região, como a da Tapada da Ajuda, por habitações de planta rectangular, na Idade do Ferro, é uma das evidências mais interessantes da evolução material destas comunidades da região de Lisboa, com paralelos muito próximos no Baixo Alentejo. Aqui, as duas casas do povoado de Neves II, Castro Verde, dão lugar, no mesmo local, a casas de planta rectangular da Idade do Ferro, idênticas às de Outurela I e Outurela II, ou das exumadas na baixa lisboeta e em Almaraz (MAIA & MAIA, 1986). Tais casas terão antecedentes mais antigos na mesma região, corporizados pelos exemplos reconhecidos em várias estações dos concelhos de Castro Verde, Almodôvar e Ourique (BEIRÃO, 1986), com destaque para o núcleo de Fernão Vaz (CORREIA, 1999). O seu carácter mediterrâneo é



Fig. 207 – Vista parcial da área escavada no “casal agrícola” de Outurela I, Oeiras. Foto de J. L. Cardoso. Em primeiro plano, observa-se o alinhamento rectilíneo de um muro de alvenaria de blocos basálticos.

irrecusável, sendo reforçado pelos espólios encontrados, tal como se verificou na área de Lisboa. A estratégia de povoamento por elas documentada é também idêntica: tais habitações corresponderiam a pequenas comunidades, de raiz familiar, dispersas por toda a região meridional do País, de economia marcadamente agro-pastoril (CORREIA, 1996), realidade ainda recentemente ilustrada pela escavação de uma unidade rural congénere, no “monte” da Sapatoa, Redondo (MATALOTO, 2004), cuja ocupação foi situada entre o fim do século VI e a 1ª metade do século V a.C. Esta ocorrência junta-se, deste modo, a um grande e diversificado número de pequenos sítios da Idade do Ferro de características rurais, no Alentejo Central, cuja identificação só foi possível graças aos trabalhos de minimização de impactes arqueológicos decorrentes da construção do empreendimento de Alqueva. É interessante verificar que, no sítio da Sapatoa, as construções de índole habitacional também possuem as características plantas rectangulares, constituídas por embasamentos de alvenaria e muros de materiais argilosos. A pobreza dos espólios exumados sugere, porém, o *deficit* económico da região, onde a ocorrência de algumas peças aparentemente sumptuárias nas necrópoles correspondentes, mais não são que produtos fabricados em série e massivamente difundidos pelos Fenícios e, depois pelos Púnicos, e que não deverão iludir-nos quanto ao verdadeiro estatuto económico dos respectivos possuidores (FABIÃO, 1993).

A importância do comércio púnico, verificada na área de Lisboa no decurso da II Idade do Ferro e, de uma maneira mais alargada, em todo o baixo Tejo, do qual Olisipo fazia parte integrante, constituindo mesmo o seu principal e mais imediato pólo, encontra-se, entre outras provas, documentado por numismas hispano-cartagineses do último quartel do século III a.C. (FARIA, 1987), um proveniente do castro de Curvaceiras, Alenquer, outro recolhido nas escavações efectuadas no Cabeço da Bruxa, Alpiarça (KALB & HOCK, 1981/82, Est. XIII, n.º 5, 6) (**Fig. 208**). Com efeito, as cerâmicas estampilhadas da II Idade do Ferro, a que se atribuem origens continentais suas contemporâneas, da Meseta central (ARNAUD & GAMITO, 1974/77) estão, de facto, quase ausentes desta região, como seria de esperar em áreas fortemente marcadas pelo comércio mediterrâneo. Ocorrem apenas escassos exemplares, de diversas épocas, de que são exemplo os dois da lapa do Fumo e outros do castro de Chibanes, Palmela (COSTA, 1910, Est. III e IV) (**Fig. 209**); um único fragmento recolhido em Alcácer do Sal, atribuído aos séculos III/II a.C. (DIOGO & FARIA, 1987), explica-se, como os anteriores, mais por intercâmbios comerciais de carácter transregional (FABIÃO, 1993), e menos pela presença directa das populações continentais, aliás desmentida pela própria escassez de tais materiais. A norte do Tejo, a presença de cerâmicas estampilhadas da II Idade do Ferro é também excepcional: é o caso do conjunto recolhido na gruta da nascente do rio Almonda, Torres Novas (PAÇO, VAULTIER & ZBYSZEWSKI, 1947), ainda assim com alguns expressivos exemplares (**Fig. 210**).

Em trabalho recente (ARRUDA *et al.*, 1995), defendeu-se a marcada influência mediterrânea que, sem soluções de continuidade, teria dominado toda a II Idade do Ferro do sul de Portugal. A situação exposta para a região de Lisboa confirma plenamente aquela realidade. Sob este aspecto, é particularmente relevante que, entre as largas dezenas de milhar de fragmentos cerâmicos da I e da II Idade do Ferro recolhidos em Almaraz, não se tenha recolhido nenhum com decoração estampilhada, apesar da ocupação do sítio se ter prolongado até ao século III a.C. No entanto, a autora referida defende, actualmente, “um afastamento (...) da área gaditana a partir dos finais do século VI ou inícios do século V” (ARRUDA, e.p.) das estações do litoral ocidental, o qual não nos parece devidamente suportado arqueologicamente. Com efeito, na margem sul do Tejo, continuaram a construir-se estruturas rurais, explorando os recursos localmente existentes, cujos espólios indicam a sua filiação clara no mundo comercial mediterrâneo, agora de raiz claramente púnica, do século IV a.C. em diante. É o caso dos conjuntos cerâmicos recolhidos por equipa do Centro de Arqueologia de Almada em terrenos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL, no Monte de Caparica (CARDOSO & CARREIRA, 1997/1998). Trata-se de sítio de relevo muito suave, aplanado, pertencente a plataforma que culmina os relevos da margem sul do Tejo, muito semelhantes aos da margem norte, não fosse a sua menor aptidão agrícola, que justifica também a menor densidade da sua ocupação. No abundante conjunto cerâmico, recolhido à superfície, avulta a presença de produções anfóricas púnicas ou de imitação púnica, ilustrando a intensidade do comércio entre a região estuarina do Tejo e os estabelecimentos púnicos tanto da costa norte africana, como do litoral sul peninsular (**Fig. 211**). Os exemplares anfóricos tipologicamente mais relevantes possuem paralelos próximos em peças proveniente do Cerro Macareno, Sevilha, cuja informação estratigráfica permitiu situá-los entre os séculos IV/II a. C. (PELLICER, 1978).



Fig. 208 – Reverso de moeda hispano-cartaginesa de cobre, com o diâmetro de 2,3 cm, achada no Cabeço da Bruxa, Alpiarça. Anverso: cabeça de Tanit, à esquerda. Reverso: cavalo parado, voltado à direita; atrás, palmeira. Cronologia: 221-218 a.C. Seg. P. Kalb & M. Höck.

Outro grupo de peças de fabrico regional, são as já anteriormente referidas cerâmicas ditas “cinzentas”, cujas produções sem alterações formais marcadas cobre larga diacronia, do século VIII a.C. aos primórdios da dominação romana, tal como se pode inferir da sua distribuição no Castelo de Alcácer do Sal (SILVA, *et al.*, 1980/81). Neste grupo avultam, pela abundância, certo tipo de jarros, que não ocorrem no mundo orientalizante, desenvolvendo-se apenas em épocas mais recentes, entre o século III e I a.C. Enfim, alguns recipientes de cerâmica cinzenta correspondentes a taças de perfil em “S”, podem atribuir-se igualmente aos séculos III/II a.C., tal como raros fragmentos de pratos e de fundos, de pé destacado, talvez pertencentes a taças.

As chamadas “cerâmicas comuns”, apesar de constituírem um fundo indígena, sempre difícil de datar de forma precisa, parecem enquadrar-se nas balizas cronológicas anteriormente referidas. Com efeito, formas como os jarros, com as asas partindo do lábio, podem ocorrer nos séculos III/II a.C., podendo porém remontar

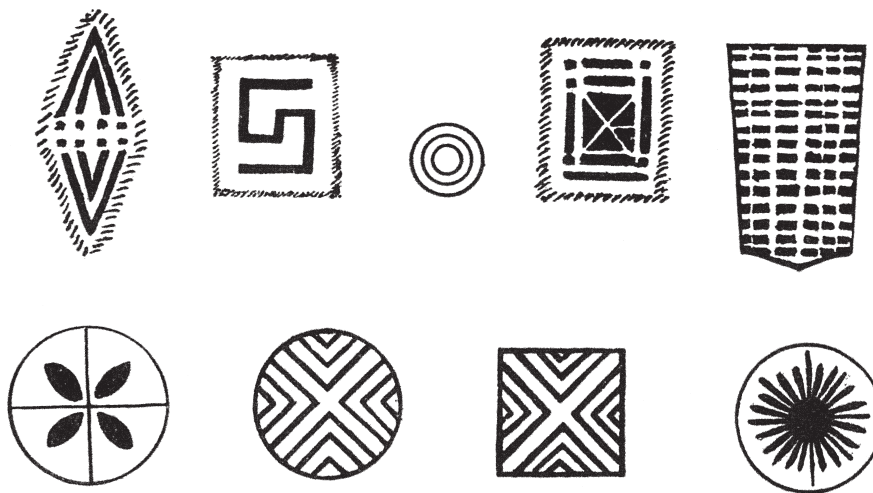


Fig. 209 – Estampilhas impressas em fragmentos cerâmicos da II Idade do Ferro do Castro de Chibanes, Palmela. Seg. A. I. Marques da Costa. Tamanho natural.



Fig. 210 – Vasos de armazenamento com decorações incisas, impressas e estampilhadas, da II Idade do Ferro. Gruta da nascente do Almonda, Torres Novas. Seg. A. do Paço, M. Vaultier & G. Zbyszewski.

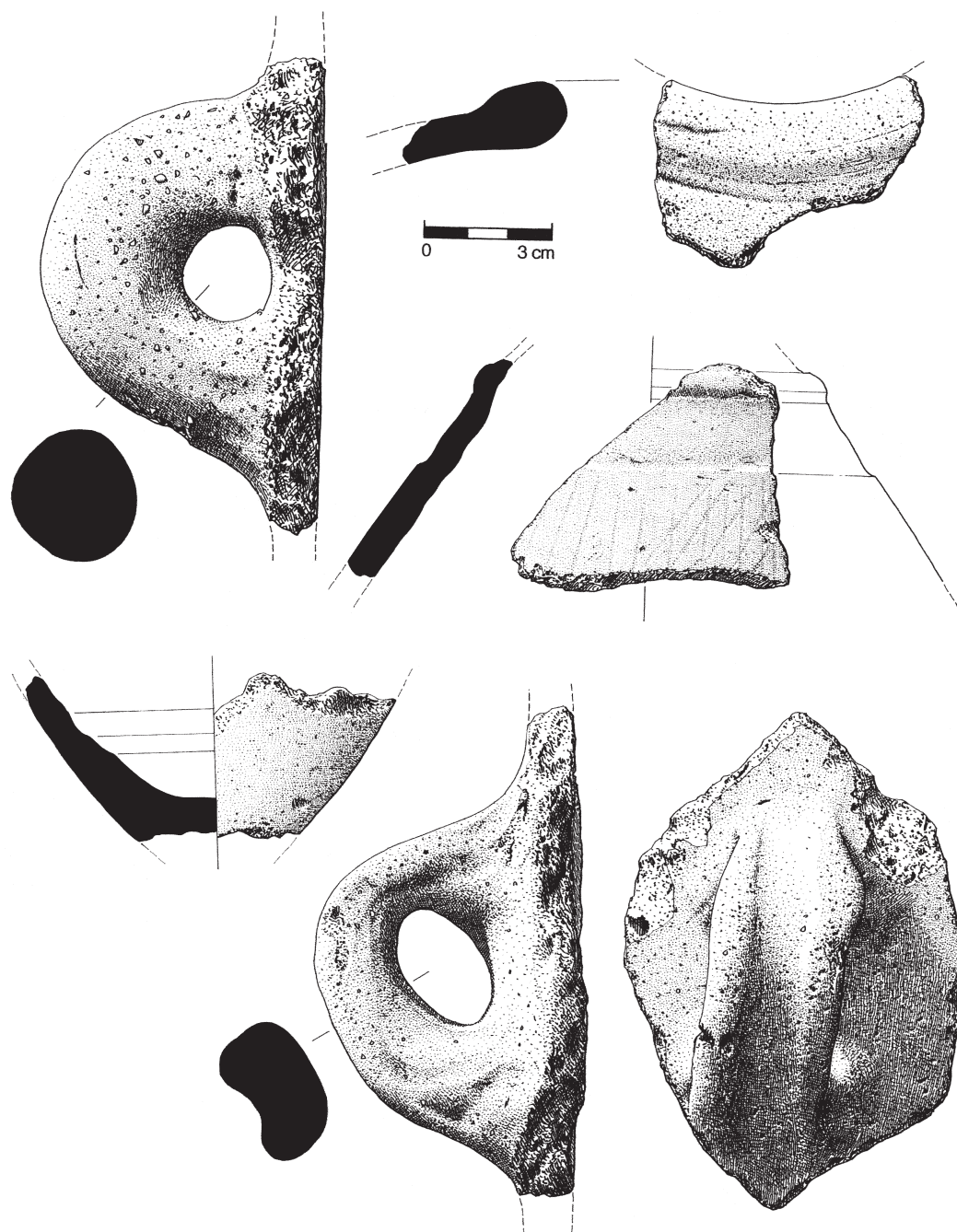


Fig. 211 – Fragmentos de ânforas de tradição ou origem púnica e jarro de cerâmica cinzenta com cordões em relevo e decoração reticulada brunida no bojo da Quinta da Torre, Monte de Caparica. Seg. J. L. Cardoso & J. R. Carreira.

aos séculos VI a.C., como o exemplar de Outurela I (CARDOSO, 1990). Outras asas, de secção convexo-concâva, talvez pertencentes igualmente a jarros, inscrevem-se em intervalo dos séculos V ao III/II a.C. É também o caso de grande pé destacado de taça de fundo côncavo, igualmente com diacronia do século IV ao II a.C. Os abundantes fragmentos de recipientes fechados de colo alto e bordo extrovertido desenvolvem-se também, em intervalo cronológico centrado nos séculos III/II a.C.

Uma peculiar asa de recipiente tipo “cesto” poderá inscrever-se entre os séculos V e III/II a.C., não destoando, portanto, do intervalo cronológico apontado.

A situação descrita configura, pois, uma ocupação da Quinta da Torre marcada por influências púnicas, mescladas com outras, muito mais ténues, de origem itálica, representadas por escassos fragmentos de ânfora do tipo Dressel I. Este período inscreve-se, pois, nos finais da II Idade do Ferro.

A ocupação da Quinta da Torre é coeva, por conseguinte, do importante centro urbano e comercial de Olisipo, ainda que os materiais ali recolhidos não possam ser comparados em pormenor com estes, por falta dos correspondentes estudos.

*
* *

O fim da Idade do Ferro da região do Tejo e Sado, situar-se-á num momento coincidente com a presença das derradeiras produções anfóricas ibero-púnicas, dos séculos III/I a.C. através do tipo Mañá C2, destinado ao transporte de preparados piscícolas, representado em diversos núcleos agrícolas a Norte do estuário do Tejo, como S. Marcos, Sintra (PIMENTA, 1982/1983; MAIA, 1978) ou Oeiras (CARDOSO, 1996b), a par das primeiras produções itálicas, representadas pela ânfora vinária Dressel 1, dos séculos III/I a.C., a par de outras. O modelar estudo realizado sobre Chibanes por A. I. Marques da Costa, nos primórdios do século XX, permitiu a reconstituição de quatro ânforas neopúnicas do tipo Mañá C2b, cuja produção se poderá situar nos séculos II – I a.C., em olarias implantadas de ambos os lados do Estreito de Gibraltar (**Fig. 212**), a par de cerâmicas estampilhadas, já atrás referidas, cerâmicas pintadas de bandas, numerosas taças hemisféricas e cossoiros. De entre os objectos metálicos, merecem destaque a presença de fíbulas de La Tène II e III, também dos séculos II – I a.C., fíbulas anulares hispânicas e asses da segunda emissão de Salacia – KETOVION, com legenda bilingue, do século I a.C. No conjunto, o espólio revela uma presença sidérica tardia, situável entre os séculos III e I a.C. (fim do período romano-republicano), a que se juntam vários exemplares de cerâmica campaniense e pré-campaniense, ulteriormente estudada por M. Delgado (DELGADO, 1971), os quais se distribuem do seguinte modo, confirmando a cronologia proposta para a ocupação do castro:

- 1 exemplar de cerâmica pré-campaniense, atribuído pela Autora à 1.^a metade do século III a.C.. Trata-se na verdade de um fragmento de fundo de taça ática de verniz negro, da forma 21 ou 22 de Lamboglia (ARRUDA, 1997, p. 87/88).

- 2 exemplares de campaniense A tardia, formas 5/7 e 36, da 1.^a metade do século I a.C. e séculos II-I a.C., respectivamente;



Fig. 212 – Ânforas neopúnicas Mañá C2b do castro de Chibanes, Palmela, reconstituídas por A. I. Marques da Costa.

- 1 exemplar de campaniense B, forma 3 (séculos II-I a.C.).
- Aestas, há ainda a registar outros exemplares, dados recentemente a conhecer (GUERRA, 2004) (**Fig. 213**).

O espólio reunido por Marques da Costa inclui ainda a tampa de uma urna de orelhetas perfurada, que havia sido atribuída pelo autor a um recipiente de pé alto e asa perfurada (COSTA, 1910, Est. V, n^o 490). A correcta identificação deste exemplar (BEIRÃO & GOMES, 1983, Fig. 14, n^o 7), de afinidades mediterrâneas e levantinas, tem equivalência apenas nas necrópoles do Galeado, Vila Nova de Milfontes e de Garvão, Ourique, respectivamente com cronologias entre o século VI e a 2.^a metade do século III a.C. Será a esta última época que o exemplar de Chibanes poderá ser reportado, denunciando uma necrópole, na adjacência imediata do castro proto-histórico. No entanto, a ocupação de Chibanes pode remontar, pelo menos, ao século VII a.C. (presença de uma fíbula de dupla mola, de bronze).

As escavações foram retomadas em 1996; dos resultados já publicados (SILVA & SOARES, 1997; Silva, 2001), e no que concerne à Idade do Ferro, tendo presente a planta levantada por A. I. Marques da Costa (**Fig. 214**), confirma-se a existência de uma muralha, em sector da cumeada voltada a nordeste, fechando o recinto,

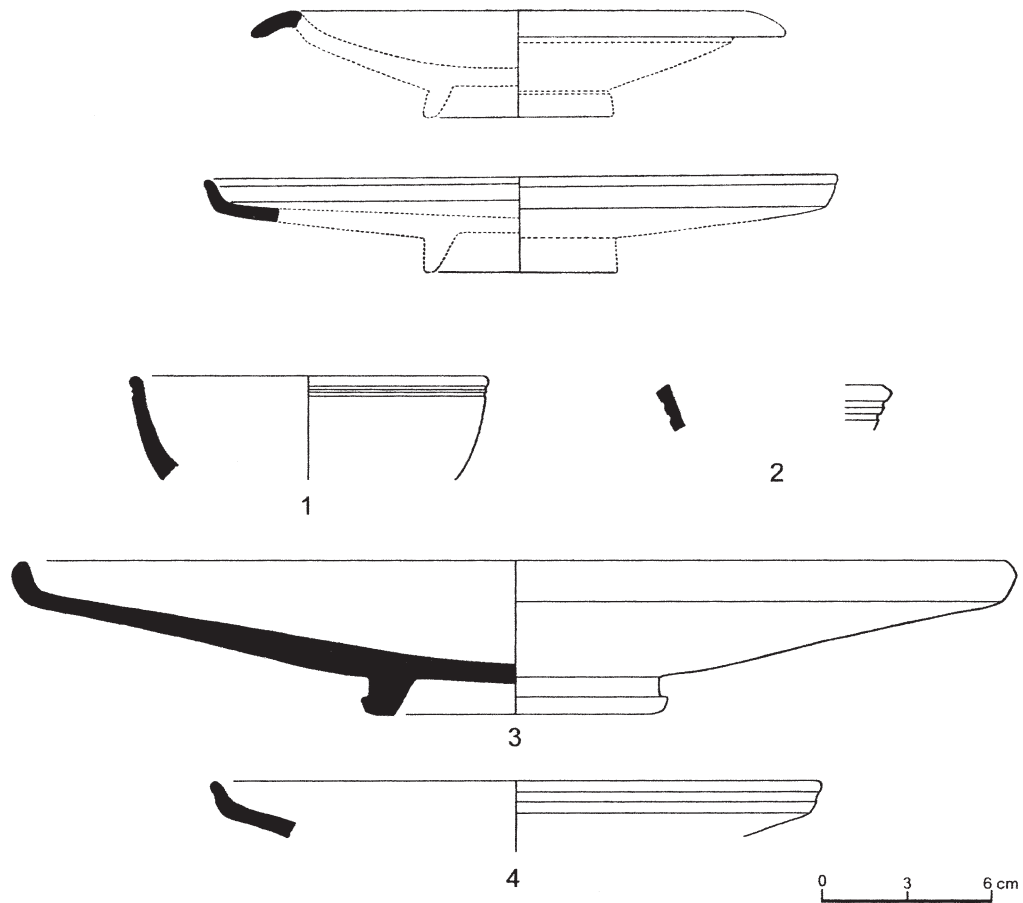


Fig. 213 – Em cima: cerâmicas campanienses A tardias do castro de Chibanes, seg. M. Delgado. Em baixo (1 a 4): cerâmicas campanienses A tardias e B, da mesma proveniência, seg. A. Guerra.

definido do lado oposto por escarpado, eventualmente também muralhado, correspondente à fase inicial de ocupação sidérica (Fase II A) a qual, confirmando os resultados da análise tipológica dos materiais recolhidos por Marques da Costa, não é anterior ao século III a.C.

As escavações evidenciaram a densa urbanização do espaço intramuros, por habitações de planta rectangular, ao longo da muralha e a ela adossadas (na parte escavada), constituídas por paredes de alvenaria argamassada e chão de terra batida (**Fig. 215**).

Mais tarde, observou-se a reorganização do dispositivo defensivo (Fases II B e II C), pertencentes aos séculos II e I a.C., e a compartimentação das casas pré-existent, mantendo-se a planta rectangular, já definida anteriormente (**Fig. 216**), com materiais de cunho marcadamente mediterrâneo; às influências púnicas (moedas,

ânforas Mañá CIIb), juntam-se as itálicas (ânforas vinárias Dressel 1, moedas, cerâmica campanienses) e ténues influências continentais, de cunho celtizante (cerâmica estampilhada, fibulas La Tène) (**Fig. 217**), configurando um período proto-romano, que corresponde à última ocupação do Almaraz. Nessa altura, esta antiga cidade conheceu uma assinalável contracção, face à área anteriormente habitada, correspondendo-lhe espólio incluindo

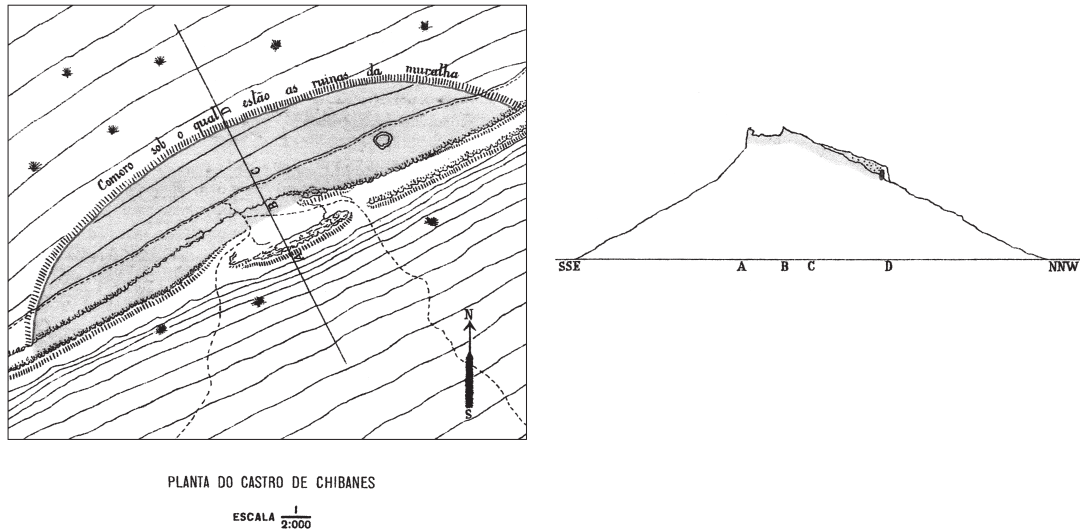


Fig. 214 – Povoado calcólico e da Idade do Ferro de Chibanes, Palmela, implantado na crista da serra do Louro. Em cima: planta e perfil topográfico; em baixo: vista da crista de relevos miocénicos, em segundo plano, onde o povoado se implanta. Seg. A. I. Marques da Costa e C. Tavares da Silva, respectivamente.

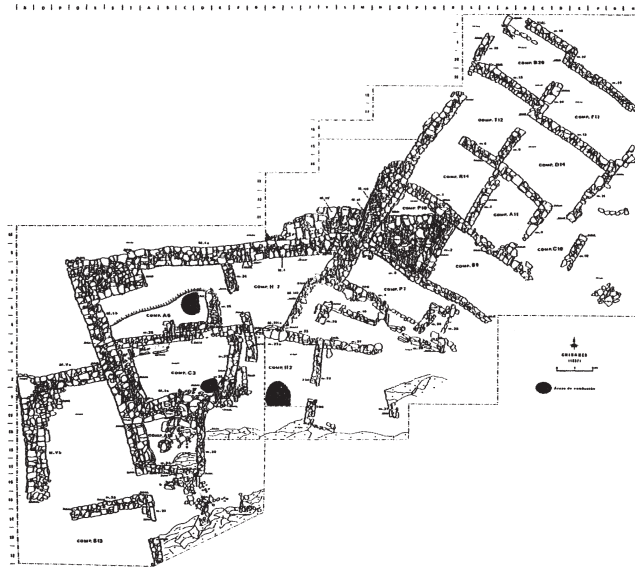


Fig. 215 – Planta da área escavada no castro de Chibanes (1997). Seg. C. Tavares da Silva J. Soares.

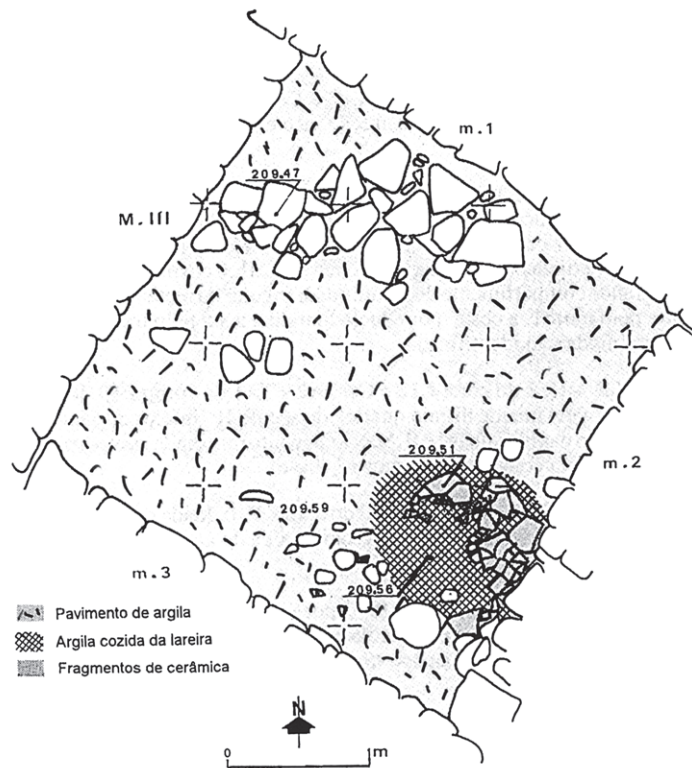


Fig. 216 – Interior de uma habitação de planta quadrangular do castro de Chibanes, Palmela (Fase IIa). Seg. C. Tavares da Silva & J. Soares.

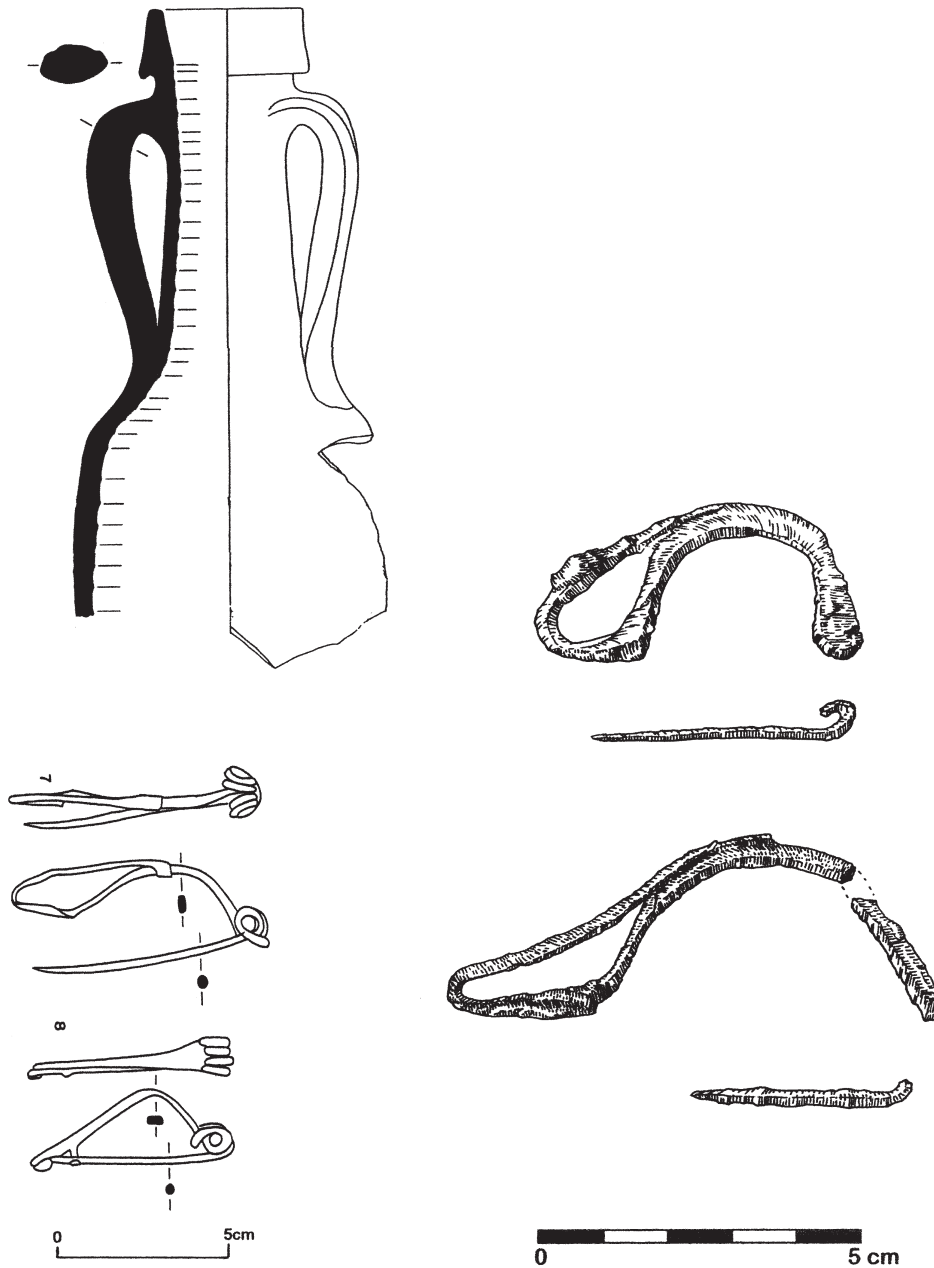


Fig. 217 – À esquerda, ânfora e fibulas da Fase IIc da ocupação do castro de Chibanes; à direita, fibulas recolhidas por A. I. Marques da Costa. Seg. C. Tavares da Silva & J. Soares e A. I. Marques da Costa (desenhos de B. Ferreira sobre fotografia).

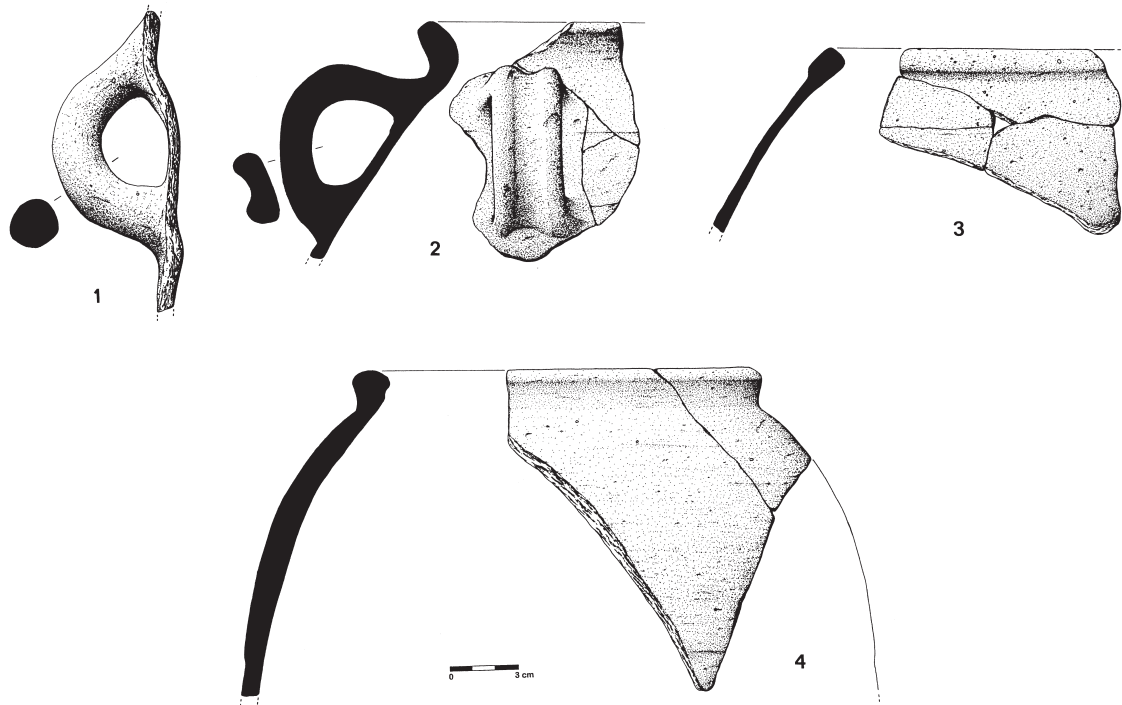


Fig. 218—Materiais da II Idade do Ferro do Castro do Socorro, Mafra, Torres Vedras. 1— Forma indeterminada; 2— Forma cf. Cancho Roano I (bordo da variante B); 3— Forma Pellicer B-C (finais do século VI a inícios do século III a.C., 4— Forma cf. Cancho Roano IA (bordo da variante A). Contexto geral atribuível ao século V a.C., afim do Santuário de Abul B. Classificações de C. Tavares da Silva, a quem muito agradecemos. Desenhos inéditos de F. Martins.

ânforas neo-púnicas do tipo Mañá C2, associadas a ânforas itálicas (Dressel 1B e C), cerâmicas campanienses B e A e raros fragmentos de *terra sigillata* itálica (BARROS & HENRIQUES, 2002).

A realidade cultural identificada recentemente em Chibanes (SILVA, 2001) correspondente à Fase II B foi interpretada como um novo horizonte cultural da II Idade do Ferro, imediatamente anterior às primeiras presenças itálicas, situado entre o século III e a primeira metade do século II a.C.. A respectiva cultura material não evidencia influências púnicas tão marcadas quanto as verificadas ulteriormente na estação, bem como as presentes na área urbana de Setúbal ou de Alcácer do Sal (escassez de cerâmica cinzenta ao torno), mas onde também as produções continentais, de cariz celtizante são deficitárias, quando comparadas com os conjuntos de Miróbriga e de Pedra de Atalaia, ambos em Santiago do Cacém. A este propósito, declaram os autores que o que neste momento sabemos acerca de Chibanes é suficiente para admitirmos a existência de um terceiro grupo estilístico na cerâmica do Ferro II da região do Baixo Sado e Alentejo Litoral (SILVA, 2001, p. 83). Configura-se, pois, a existência de um complexo mosaico cultural, ainda por conhecer nas suas causas. A derradeira fase cultural (Fase II C) corresponde a um período curto, compreendido entre o último quartel do século II e o início do século I a.C. Nesse período, observou-se remodelação do dispositivo defensivo com a construção de uma fortificação abaluartada, acompanhando as modificações verificadas ao nível da cultura

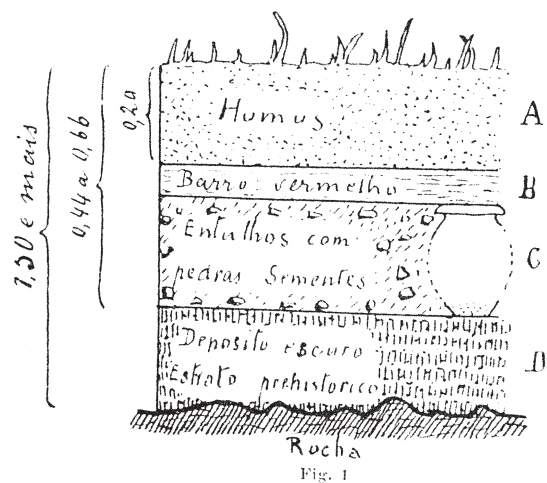
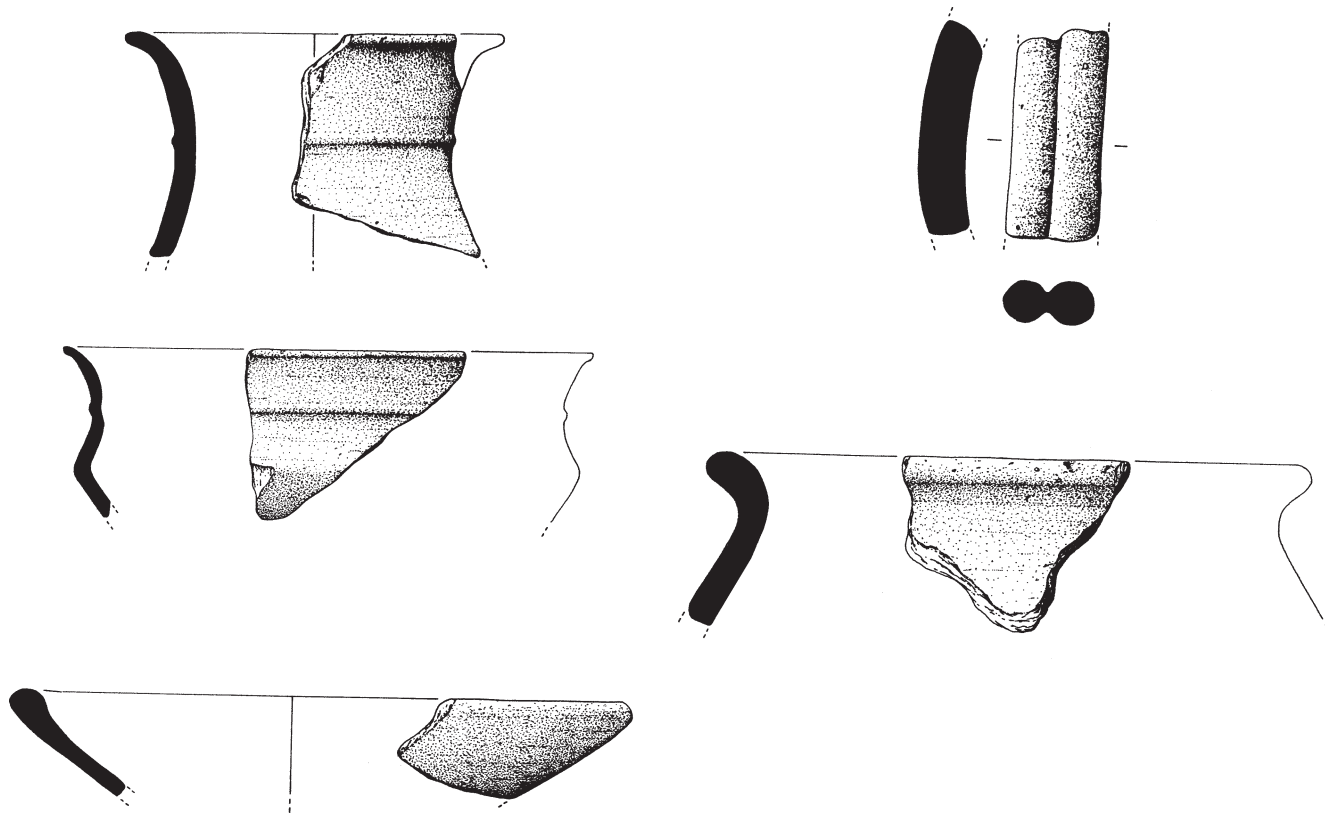


Fig. 219– Em cima: materiais da II Idade do Ferro do Outeiro da Assenta, Óbidos: cerâmicas finas, de coloração negra e castanho-chocolate, atribuíveis ao século V a.C. (ou a finais do anterior). Inéditos (desenhos de F. Martins, x 0,50). Em baixo: sequência estratigráfica definida para a estação por F. Alves Pereira, nos inícios do século XX. Notar a presença de grandes recipientes de armazenamento, da Idade do Ferro, na Camada C, associados a sementes de cereais.

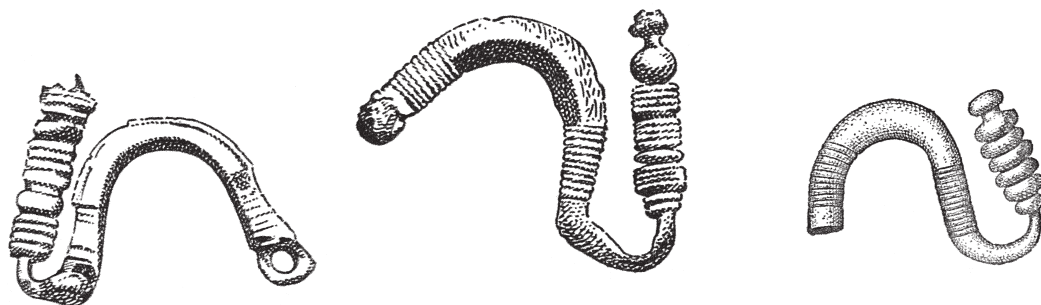


Fig. 220 – Fíbulas de “tipo transmontano” do castro de Pragança, Cadaval (à esquerda e ao centro) e da gruta da Furninha, Peniche (à direita). Segundo, respectivamente J. L. de Vasconcelos e E. Cartailhac. Escalas natural e reduzida (ex. da direita).



Fig. 221 – Lúnulas reconstituídas de Pragança, Cadaval: à esquerda, de ouro; à direita, de prata. Largura máxima do ex. de prata, 17,2 cm. Seg. M. Heleno.

material, com notório aumento das influências itálicas (cerâmicas de “paredes finas”, campanienses A e B e ânforas Dressel 1, que acompanham as do tipo Mañá C2). Esta realidade é compatível com o estacionamento, naquele momento preciso, de um contingente militar, no caso atribuível ao exército de Quinto Servílio Cepião, conforme é defendido por Amílcar Guerra (GUERRA, 2004), realidade que se encontraria, por outro lado, reflectida na toponímia do sítio, que viria a adoptar o nome de *Caepiana*, em homenagem ao filho do vencedor de Viriato, e não a seu pai, como usualmente é considerado. Na verdade, a cronologia dos materiais arqueológicos conotáveis com esta fase – ânforas Dressel 1 e Mañá C2, cerâmicas campanienses datadas da 2ª metade do século II a.C. aos inícios/I metade do século seguinte (produções A e afins) e do último quartel do século II a.C. (produções B e afins), estas últimas representadas pela grande pátera completa da **Fig. 213**,

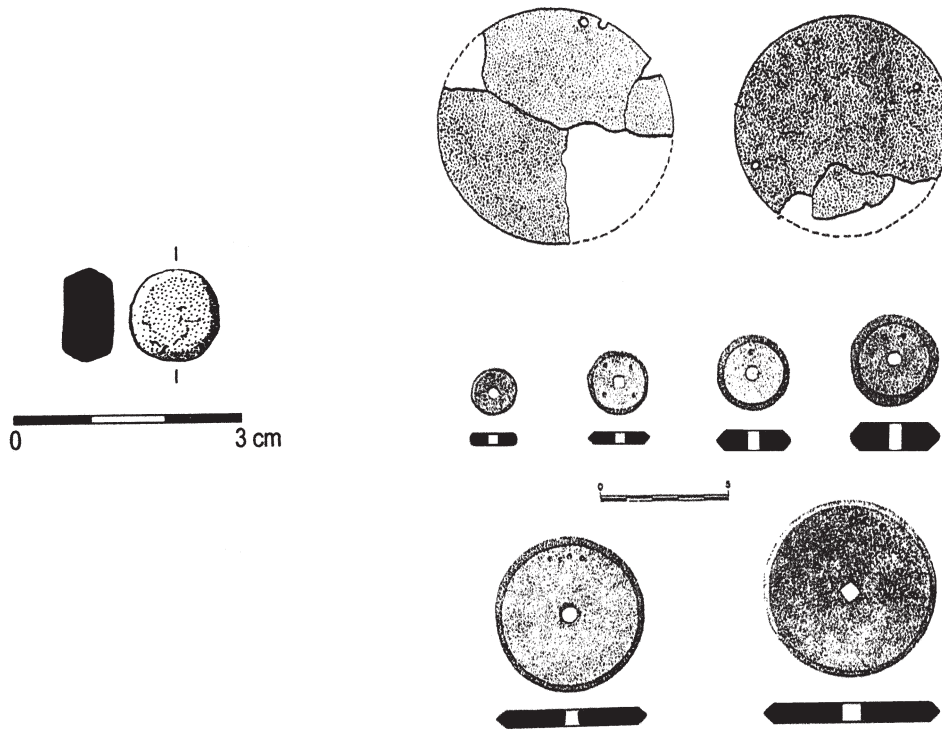


Fig. 222 – À esquerda: ponderal de bronze do povoado da Penha Verde (Bronze Final). À direita: conjunto de ponderais do santuário de Cancho Roano, Badajoz (século V a.C.), com os pratos da balança respectiva. Seg. J. L. Cardoso e M. Almagro-Gorbea, respectivamente. Este conjunto de ponderais de bronze é constituído por quatro elementos com o peso, sucessivamente crescente, de 31 g.; 63,5 g.; 148 e 301,76 g. sendo, por conseguinte, muito superiores aos das peças portuguesas, além de mais modernas. No Almaraz, encontraram-se alguns pesos de chumbo, de formato cúbico, correspondentes à sequência ponderal fenícia (inf. de L. Barros, a quem muito se agradece).

para além de denários romanos – é mais consentânea com a presença das tropas na região comandadas por aquele chefe militar em 109-107 a.C.

Na parte a norte do estuário do Tejo, algumas elevações teriam sido também então ocupadas, algumas mesmo com anterioridade. Do Cabeço dos Moinhos (Mafra), provém conjunto reportável à II Idade do Ferro, ainda inédito, que se sucede à presença de materiais do Bronze Final, atrás mencionados (*in* VILAÇA & ARRUDA, 2004, p. 36). Já em parte ao vizinho concelho de Torres Vedras pertence o Castro do Socorro, implantado no topo de um outeiro isolado, cujos materiais revelam uma ocupação dos inícios II Idade do Ferro (**Fig. 218**), com grandes recipientes de armazenamento feitos ao torno rápido, de tradição mediterrânea, cuja cronologia se centra no século V a.C. Trata-se de um sítio com ocupação desde o Bronze Final (MATIAS, 2003) e com vestígios de duas linhas muralhadas, provavelmente pertencentes à ocupação sidérica. Esta, de acordo com a autora citada, com base no estado de um conjunto seleccionado de 37 fragmentos cerâmicos, ter-se-á estendido até à Romanização, sendo o limite inferior indicado pela presença de ânforas aff. R 1.4.4.1, a par dos materiais inéditos que ora se publicam.

Mais a norte, merece referência o castro do Outeiro da Assenta, Óbidos, já anteriormente referido, implantado no alto de uma elevação situada na antiga margem de uma extensa lagoa, que correspondia ao

prolongamento, para sudeste, da actual lagoa de Óbidos. A sua fácil ligação com o litoral oceânico viabilizaria o contacto com comerciantes púnicos; isso explica a abundância de cerâmicas dessa época encontradas nas explorações ali conduzidas por Félix Alves Pereira e infelizmente ainda não publicadas como merecem, o que tem impedido a sua adequada integração cronológica-cultural. Avultam os grandes recipientes, utilizados como contentores de trigo (**Fig. 219**), cuja tipologia indica a II Idade do Ferro, acompanhados de numerosas sementes (PEREIRA, 1915), seguramente de produção local ou regional, a par de pequenos recipientes de cerâmica cinzenta fina, por vezes nervurados, com de pequenas asas bífidas, reportáveis a jarros, cronologicamente situáveis nos séculos V a.C. . Esta ocorrência é expressiva, por sublinhar a importância da economia cerealífera a nível regional, talvez destinada a comercialização, dado ser a produção regional mais susceptível de ser transaccionada. A este propósito, devem mencionar-se os cepos de âncora de chumbo, de grandes dimensões, recolhidos na Berlenga, pertencentes a navios de origem púnica, como mostram os resultados obtidos pelo radiocarbono, a partir de duas amostras de madeira recolhidas no interior de um dos cepos. Os resultados obtidos, para cerca de 95% de probabilidade, são coerentes e indicam o fim do século V/ inícios do século IV a.C. (ALVES, 1993).

Mais para o interior, avulta o importante *oppidum* de Pragança, já anteriormente referido, o qual, depois de uma importante fase de ocupação calcolítica, e de também ter conhecido a presença humana na Idade do Bronze (VILAÇA, 2003, p. 257) volta a ser habitado na II Idade do Ferro. Infelizmente excluindo a fase calcolítica, objecto de estudo recente, as restantes fases encontram-se em boa parte por conhecer adequadamente, incluindo a respectiva arquitectura: à Idade do Ferro pertencem peças de cunho marcadamente continental, como fíbulas do tipo transmontano, e diversas cerâmicas (VASCONCELOS, 1915). A cronologia daquelas fíbulas, segundo trabalho recente, pode recuar ao século VI a.C. e terminar apenas no séc. I d.C. (PONTE, 2004); no caso em apreço, será inviável recuar a sua presença mais que o séc. III a.C., por falta de elementos que suportem tal hipótese (**Fig. 220**). É a esta época que se reporta o chamado “tesouro de Pragança”. Trata-se de conjunto encontrado “no extremo da estrada que conduz ao cimo do castro, à direita” (HELENO, 1935, p. 239) constituído por uma conta e uma lúnula, de ouro, três lúnulas de prata, acompanhados de um torques e de dois vasos também de prata, um deles reduzido a porção de bordo (**Fig. 221**). As lúnulas possuem caneluras feitas por puncionamento, punctiformes e circunferências simples e concêntricas, associadas a SSS, organizados em motivos geométricos. O torques e o vaso, de colo estrangulado, são lisos. Este conjunto inscreve-se no final da II Idade do Ferro de influências continentais (célticas), tendo as lúnulas um paralelo muito próximo em exemplar de Viseu (HELENO, 1935, Est. VI, Fig. 25; SILVA, 1986, Est. CXIX, n.º 3). Os paralelos aduzidos por este último autor indicam cronologia do final da Fase II da Cultura Castreja, situável cerca de meados do século II a.C. não sendo, assim, substancialmente diferente da cronologia atribuída ao tesouro de Santana da Carnota, Alenquer e do conjunto argentífero do Bombarral, já estudado.

A metalurgia da prata, por copelação, foi introduzida na Península pelos Fenícios (ORTIZ, 2003), sendo tais peças de provável produção supra-regional, visto não existirem na Estremadura jazigos argentíferos. No entanto, importa registar os indícios que apontam para a prática desta metalurgia no Almaraz, bem como no

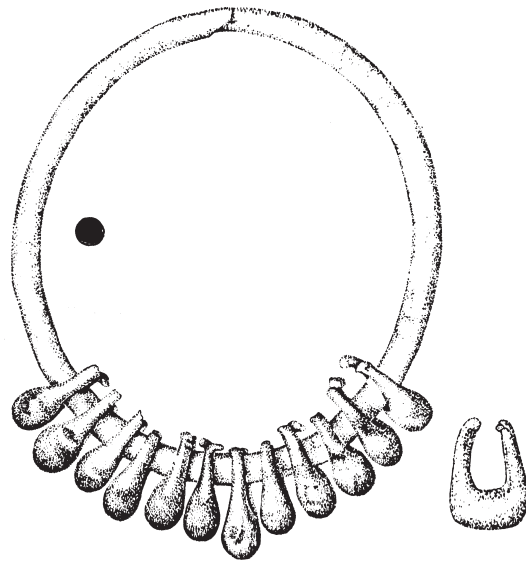


Fig. 223 – Xorca de bronze da Serra das Ripas, Alenquer, seg. J. J. Fernandes Gomes & J. B. Barreto Domingos, reduzida a 1/2.

oppidum de Santarém (ARRUDA, 1999/2000), a qual acompanharia a do ouro, como já atrás se referiu. A este propósito, importa sublinhar a existência de ponderais, desde o Bronze Final, em diversas estações estremenhas, os quais se prolongam pela I Idade do Ferro (**Fig. 222**), como os encontrados justamente no Almaraz.

Outro elemento de adorno / indumentária das populações estremenhas da II Idade do Ferro são as xorcas de sanguessugas, como o belo exemplar de bronze recolhido no decurso de trabalhos agrícolas – desprovido portanto de contexto – na Serra das Ripas, Alenquer (GOMES & DOMINGOS, 1983). Afigura-se, com as suas doze “sanguessugas” (**Fig. 223**), muito semelhante a exemplar encontrado na sepultura 22/80 da necrópole de Alcácer do Sal e atribuível ao século VI/V a.C., também com 12 elementos; estas peças detêm, porém, assinalável longevidade, podendo atingir o século I a.C., como foi demonstrado pelo achado de um elemento móvel (“sanguessuga”) no castro do Pedrão, Setúbal (SOARES & SILVA, 1973, Est. IX, n.º 68). Segundo a distribuição geográfica apresentada por J. J. F. Gomes e J. B. B. Domingos, possuem distribuição alargada pelo território português, ocorrendo, fora dele, na área mesetenha, longe portanto do Mediterrâneo, o que reforça a sua conotação com a II Idade do Ferro continental. Um dos exemplos mais frisantes é o par de xorcas (MALUQUER DE MOTES, 1957), reportado aos séculos VI/V a.C. – também com 12 “sanguessugas”, do Castro de Sanchorreja, Ávila.

A ocupação da Baixa Estremadura nos dois derradeiros séculos antes de Cristo continuou a respeitar os cânones anteriormente observáveis: avultam os sítios francamente abertos ao comércio marítimo, como é o caso do pequeno povoado fortificado do Pedrão, dominante, do alto de uma escarpa calcária, desocupada desde

o Calcolítico, o estuário do Sado. No entanto, a pequena fortificação do Pedrão, denota período de instabilidade algo acentuada, que parece confirmar-se em diversas situações conhecidas a norte do Tejo: trata-se de pequenos castros, fortificados por uma ou várias linhas muralhadas, onde a presença de materiais romanos republicanos podem ser conotados com diversas campanhas militares romanas, tal como a associada ao Castro de Chibanes, ocorrida no final do século II, início do I a.C. Nos parágrafos seguintes, serão apresentados alguns sítios, sem preocupação de exaustividade, aliás impossível, até porque boa parte destes sítios são ainda muito mal conhecidos.

É o caso do povoado de altura do Castelo, em Arruda dos Vinhos (GONÇALVES, 1997), onde ocorrem vasos de cerâmica comum, de colo alto e estrangulado e bordo extrovertido e cerâmicas do grupo das cinzentas finas, representadas especialmente por jarros com decorações reticuladas brunidas, idênticas a exemplares da Quinta da Torre (**Fig. 224**). Estas produções são acompanhadas de materiais metálicos, com destaque para duas fíbulas do “tipo transmontano” (PONTE 32a, cf. PONTE, 2004), cuja cronologia, embora de grande diacronia, no contexto da presente ocupação remete para os séculos II I a.C. correspondente a uma comunidade já em contacto com a presença romana. Em abono desta afirmação pode invocar-se não apenas a tipologia do material cerâmico, mas também o achado de uma fíbula de prata, do tipo La Tène III (grupo E de Camulodunum), situável entre o 2.º quartel do século I a.C. e o 1.ª metade do século III d.C. (classificação de S. da Ponte, citada por GONÇALVES, 1997, p. 11), possuindo semelhanças com as fíbulas do tipo Nauheim (**Fig. 225**). Este exemplar, no caso concreto, pode situar-se já no século I a.C., correspondendo a tipo utilizado pelos legionários romanos, e acompanharia vários denários, cunhados, ainda, no século II a.C.

No vizinho concelho do Cadaval encontra-se o castro de S. Salvador (Cercal), parcialmente explorado por J. L. Marques Gonçalves e, depois, por G. Cardoso, a quem se devem as informações que se seguem, que se agradecem. Trata-se de sítio implantado em elevação isolada e defendido por duas cinturas de muralhas, ainda bem conservadas, sendo perfeitamente evidentes quando vistas de longe. No interior da área melhor defendida, encontraram-se materiais de fabrico local ou regional, inseríveis nos finais da II Idade do Ferro, entre os quais cerâmicas pintadas de tradição ibérica, também reconhecidas em outras estações (Freiria), associadas a materiais romanos-republicanos. O conjunto indica ocupação curta, entre os séculos II e I a.C., tendo o local sido abandonado no tempo de Augusto. Entre os materiais romanos contam-se ânforas do tipo Dressel 1, Dressel 18 e Haltern 70, acompanhadas de fragmentos de cerâmicas campanienses A. O espólio metálico inclui, por seu lado, fíbulas anulares e do tipo transmontano.

A ocupação deste sítio, de carácter defensivo, é comparável a outras, da mesma época, conhecidas na Estremadura mas ainda muito mal conhecidas. Atestam o estado de forte insegurança conhecido na região entre os séculos II e I a.C., pode ser conotado com as operações militares do exército de Quinto Servílio Cepião (GUERRA, 2004), tendo sido rapidamente abandonadas após a pacificação romana.

Ao contrário, certas estações, como a *villa* romana de Freiria, são exemplo de notáveis permanências, até à plena Romanização, de pequenas comunidades que faziam da agricultura a sua actividade principal,

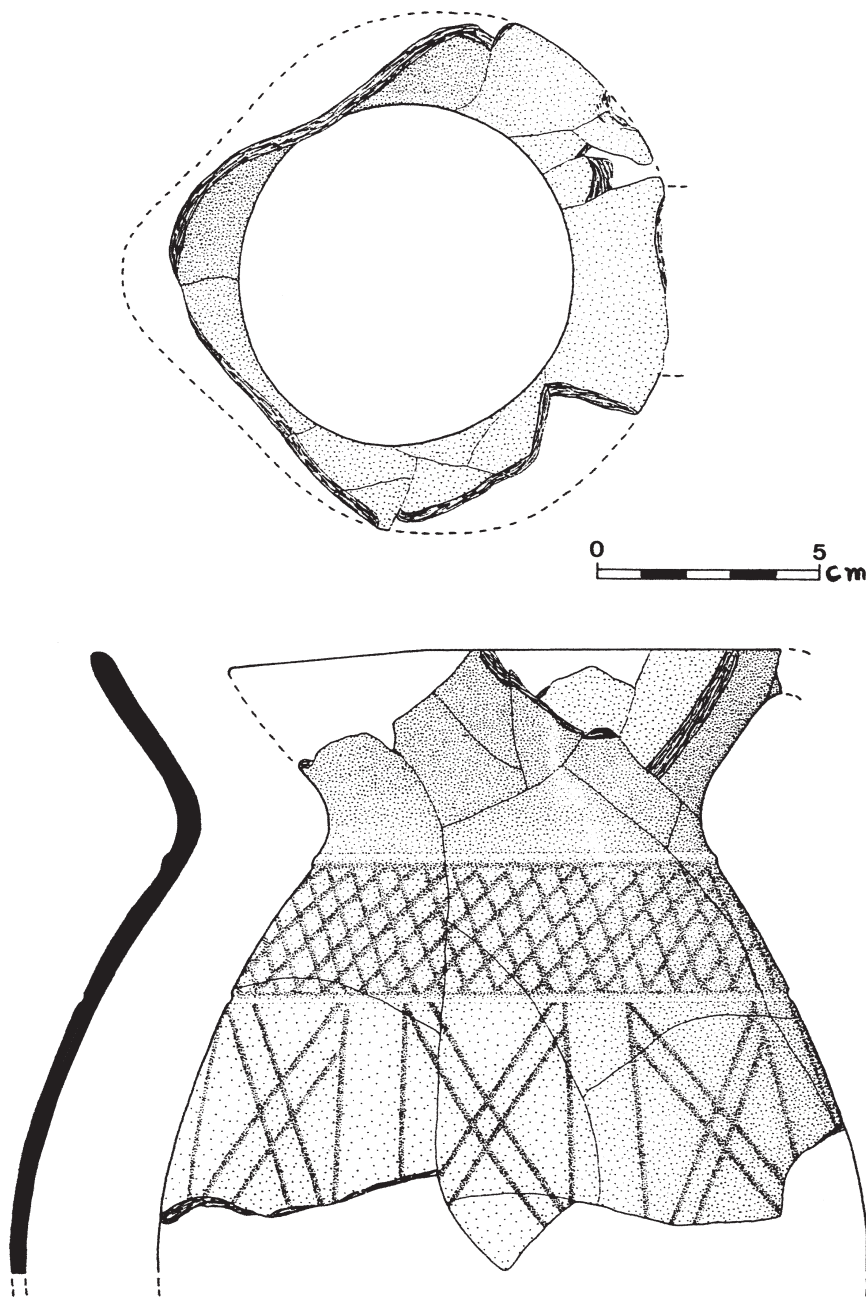


Fig. 224 – Fragmento de jarro de boca assimétrica, decorado com cordões em relevo e linhas reticuladas brunidas no bojo, do castro do Castelo, Arruda dos Vinhos. Seg. J. L. M. Gonçalves.

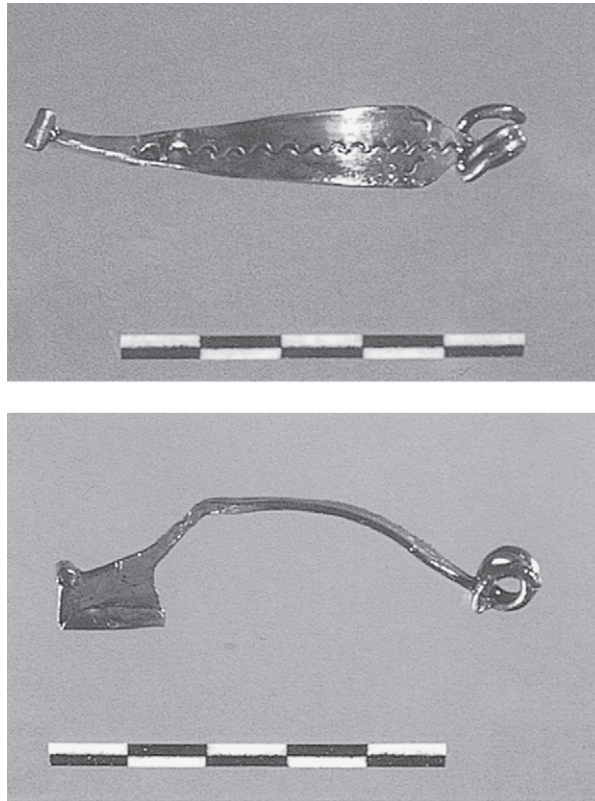


Fig. 225 – Fíbula de prata romano-republicana, do povoado do Castelo, Arruda dos Vinhos. Seg. J. L. M. Gonçalves. Escala em cm.

demonstrando que o povoamento rural romano da região ribeirinha do Tejo se efectuou em continuidade com o da Idade do Ferro; com efeito, encontra-se ali documentada uma prolongada ocupação da II Idade do Ferro, cuja fase final se encontra representada por um asse de Salacia, com a legenda IMP SAL (informação de G. Cardoso, que se agradece), topónimo que substituiu o nome indígena, cerca de 54/44 a.C., adoptado em honra de Sexto Pompeio (FARIA, 1989, p. 79). Em Areia, Cascais, que depois se viria a tornar um importante núcleo romano, foi também recolhido o arco de uma fibula da I Idade do Ferro (PONTE, 1982/83 b), que acompanhava outros materiais sidéricos e na *villa* romana de Leião, Oeiras, ainda por escavar, recolheram-se diversas asas anulares e de secção circular, de ânforas e outros recipientes, cuja tipologia pouco se alterou desde o século VIII a.C. (PELLICER, 1978) (**Fig. 226**).

O povoado do Pedrão, dominando a baixa de Setúbal e o estuário do Sado, pela sua importância, justifica maior desenvolvimento. Trata-se de sítio que foi, igualmente, recuperado na fase final da Idade do Ferro, tendo sido ali recolhidos numismas, com a legenda indígena de Ketovion (SOARES & SILVA, 1973; SILVA, SOARES & SANTOS, 1973), recolhidos conjuntamente com outros materiais do século I a.C., como asse de Gades,

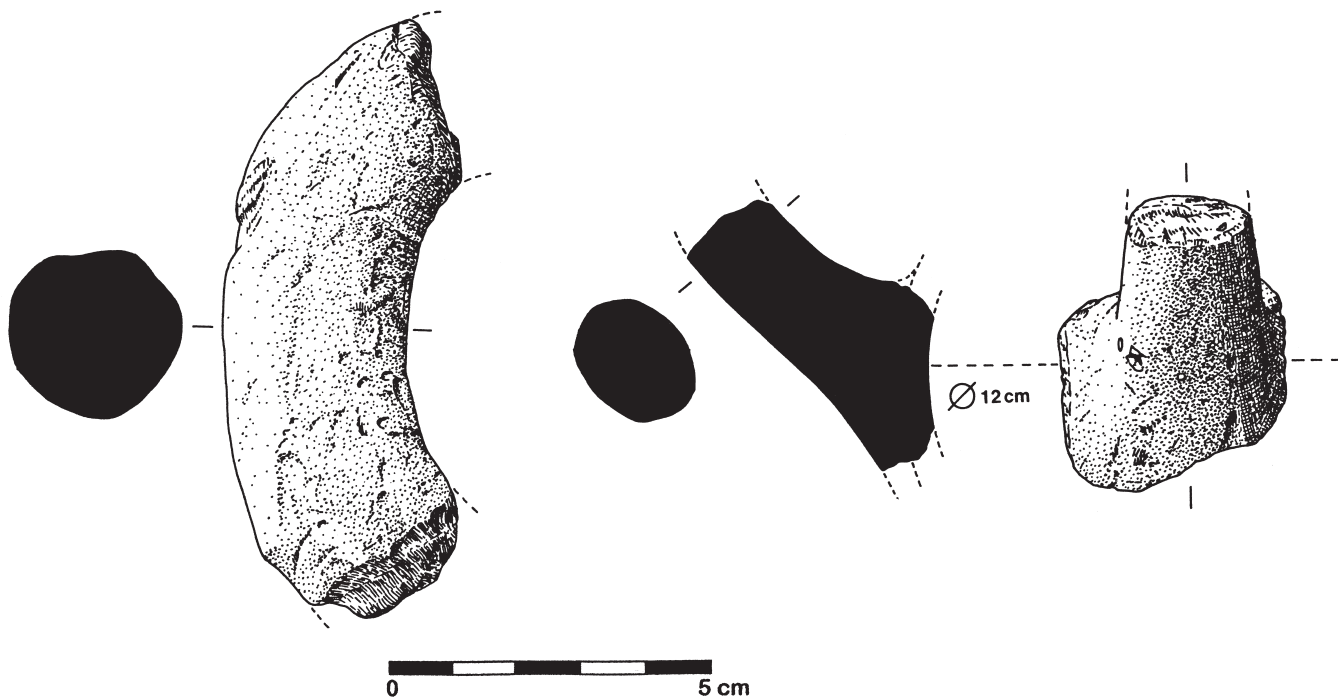


Fig. 226 – Asas de secção circular do final da Idade do Ferro da *villa romana de Leião*, Oeiras. Inéditas (desenhos de B. Ferreira).

semisse de Cástulo, denário republicano dos finais do séc. II a. C., ânforas republicanas, abundantes cerâmicas campanienses da classe B e de imitação campaniense, dos finais do séc. II e séc. I a. C., e fíbulas do tipo Nauheim, configurando o que os autores designaram por período proto-romano situável no segundo e terceiro quartéis do século I a. C.. A forte relação comercial com Gades é sublinhada pela presença de ânforas Mañá C2, como em muitos outros sítios do Vale do Tejo e Baixa Estremadura, com destaque para Santarém (ARRUDA & ALMEIDA, 1998). As habitações, de planta rectangular, com cerca de 6m por 3m, possuem lareiras com lares constituído por grandes fragmentos cerâmicos (tal como em Chibanes), e encostavam-se ao bordo de um dos lados ao recinto amuralhado, que fechava o esporão rochoso no sector de mais fácil penetração, por parte de uma horda atacante (Fig. 227).

A ocupação do Pedrão, tem de ser interpretada conjuntamente com a verificada, ao mesmo tempo, em Chibanes, atrás caracterizada. Ambos os sítios são fortificados, encontrando-se implantados em elevações com notáveis potencialidades defensivas, também observadas no povoado do Castelo dos Mouros, perto de Azeitão, (Setúbal), muito atingido pela erosão. Os três constituem talvez uma unidade económica, estreitamente ligada à foz do Sado e ao seu comércio, na segunda metade do século II e no decurso do século I a. C., já então nas mãos dos Romanos; o mesmo se verificava na foz do Tejo onde o povoado de Almaraz, ocupado no período romano-republicano que, conjuntamente com Olisipo, asseguravam o controle e exploração das rotas comerciais flúvio-atlânticas, herdadas da época fenícia e púnica. Esta realidade encontra-se expressivamente documentada pelos cepos, já de época romano-republicana, encontrados junto do Espichel (ALVES, 1993, p. 328). Mas, enquanto a grande urbe olisiponense continua a desenvolver-se no período romano – como, aliás, os sítios abertos de carácter agro-pastoril, que irão dar origem a algumas *villae* romanas da região – já a

generalidade dos núcleos fortificados, incluindo o outrora importante povoado do Almaraz, sofreram, nesta altura, definitivo abandono, coincidente com a implantação da *pax romana*.

*
* *

Face aos testemunhos de carácter habitacional, são muito escassos os testemunhos do mundo funerário e ritual referenciados na Estremadura correspondentes à Idade do Ferro, tal como já se tinha verificado no Bronze Final.

No capítulo dos objectos metálicos de carácter litúrgico, é de destacar o *oenochoe* recolhido em uma sepultura perto de Torres Vedras, conjuntamente com as asas do respectivo “braser”, que, como é sabido, corresponde à bacia de libação (Fig. 228). A este, veio recentemente a juntar-se outro exemplar, oriundo de Faião, Sintra (ALARCÃO, 1996, p. 238) (Fig. 229), o qual foi dado anteriormente como oriundo de Beja (GOMES, 1986b). Trata-se de produtos oriundos provavelmente da área tartéssica (GAMITO, 1988) onde eram produzidos a partir de protótipos orientais. Tais achados, que se inscrevem no apogeu do comércio fenício, no século VII ou inícios do VI a.C. (em cronologia arqueológica tradicional), vêm mostrar que, esta expansão foi acompanhada, por parte dos autóctones ou, ao menos, das suas “elites”, da adopção de práticas religiosas exógenas, nas quais estes artefactos desempenhariam papel relevante. Com efeito, ao contrário do afirmado por A. M. Arruda (ARRUDA, 1999/2000, p. 222) o vaso de Torres Vedras não provém de uma necrópole de cistas nem de uma sepultura de inumação, argumentos que poderiam consubstanciar a manutenção de práticas funerárias herdadas de épocas anteriores. Conforme declaram os autores da primeira publicação, a única informação disponível sobre as condições de jazida do vaso referido é que este foi achado em uma sepultura de incineração (TRINDADE & FERREIRA, 1965), cujas características arquitectónicas não são conhecidas. Recorde-se que esta prática é característica da área tartéssica. No caso do *oenochoe* de Faião desconhecem-se mesmo quaisquer elementos sobre condições do achado.

A presença de produtos sumptuários como estes ilustram a intensa interacção do importante foco civilizacional tartéssico, com uma região já então periférica como era a Estremadura portuguesa. Trata-se de uma das melhores evidências de que poderíamos dispor para ilustrar a integração ideológica das “elites” locais, expressa pela adopção de novas crenças e práticas religiosas. Com efeito, esta situação corresponde a uma das três vias ou mecanismos sócio-políticos de interacção que habitualmente se observam na Antiguidade (AUBET-SEMMLER, 1990) e que, na fachada ocidental peninsular, asseguraram o sucesso da empresa fenícia, por pouco expressivo que o fenómeno da aculturação tenha sido na região em apreço, como em outras (ALARCÃO, 1990).

O fragmento de espeto ritual de bronze encontrado em Freiria, Cascais, atrás referido e reproduzido, enquadra-se no Grupo III de Caetano Beirão, apenas representado na Estremadura: “broches à poignée bien marquée, mais non terminée en cercle, et à section rectangulaire” (BEIRÃO, 1996, p. 54). Segundo o referido autor, este grupo está representado, em território português, pelo conjunto da Serra de Todo o Mundo:

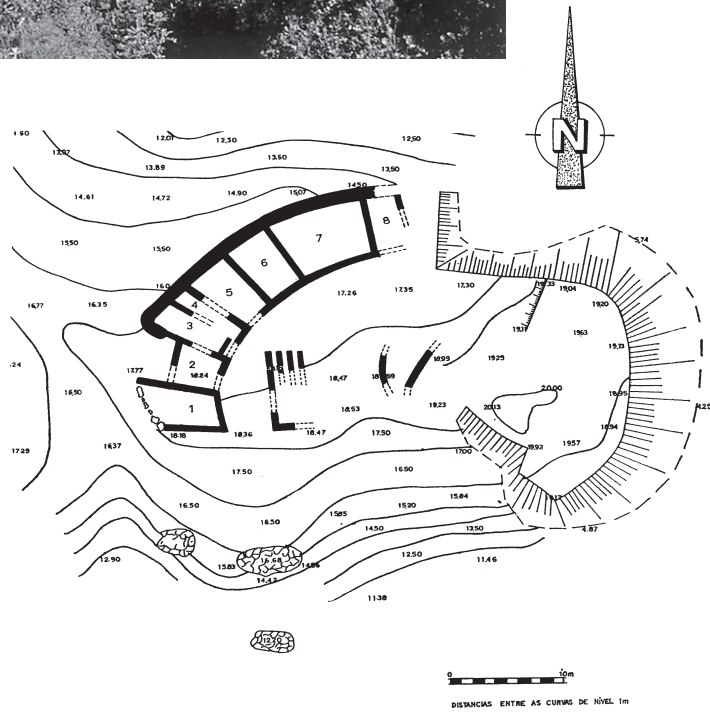


Fig. 227 – Povoado Calcítico e da Idade do Ferro do Pedrão, Setúbal. Em cima: vista do esporão rochoso, dominando a baixa aluvionar de Setúbal; em baixo: planta do povoado, com o esporão à direita e os compartimentos da Idade do Ferro, adossados ao lado interno da muralha, à esquerda. Seg. C. Tavares da Silva & J. Soares.



Fig. 228 – *Oenochoe* de bronze de Torres Vedras (à esquerda) e asas da respectiva bacia de libação (à direita), terminando as extremidades do suporte em mãos abertas. Seg. J. de Alarcão e L. Trindade & O. da Veiga Ferreira, respectivamente. Altura do jarro: 23,0 cm; comprimento máx. do suporte das asas: 25,0 cm.

Alguer, Figueiros e Painho. Trata-se de três espetos inteiros e de outros dois, de que apenas se conserva a extremidade distal (**Fig. 230**). Os exemplares inteiros provêm, respectivamente, de Painho, de Alguer e de Figueiros (ALARCÃO, 1996), localidades do concelho de Cadaval (VASCONCELOS, 1920a). Desconhece-se, em qualquer dos casos, as condições dos achados, sendo de admitir que resultem, tal como a maioria dos seus homólogos do sul do País, de achados isolados e fortuitos. A sua inserção ainda dentro da I Idade do Ferro, ou já ao início da II Idade do Ferro, é indicada pela cronologia dos escassos exemplares em que ela é conhecida, como exemplar de Fernão Vaz, Ourique (BEIRÃO, 1986, Fig. 44), cuja cronologia pode situar-se entre um momento anterior ao 2º. quartel do século VII a.C. e o 2º. quartel do século V a.C., altura em que um incêndio terá levado ao abandono do local (CORREIA, 1999). Esta cronologia é compatível com o exemplar de Freiria.

Tal qual o verificado na I Idade do Ferro, desconhecem-se também quase completamente os testemunhos sepulcrais da II Idade do Ferro na região estremenha. Neste contexto, é de destacar a necrópole do Casalão, Sesimbra (SERRÃO, 1964), na qual se escavaram cinco sepulturas de inumação individuais, correspondendo a caixas rectangulares definidas por lajes ortostáticas (**Fig. 231**). O espólio, apesar de escasso, não deixou dúvidas ao seu explorador quanto à integração da necrópole na II Idade do Ferro, a qual veio a ser recentemente confirmada pelo radicarbono, tendo-se obtido a data de 2290 ± 40 BP (SERRÃO, 1994, p. 58) sobre restos ósseos humanos.



Fig. 229 – *Oenochoe* de Faião, Sintra. Seg. J. de Alarcão. Altura máx.: 24,2 cm.

Uma gruta natural que, entre muitas outras, evidenciou ocupação sidérica – provavelmente de índole funerária – é a do Poço Velho, Cascais (CARREIRA, 1990/1992), cujo elemento mais característico é uma fibula do “tipo Acébuchal” (Ponte 9a), situável entre o século VII e VI a.C. (**Fig. 232**) e portanto ainda na I Idade do Ferro, sendo, deste modo, mais um indicador cultural das influências então sentidas na Baixa Estremadura com origem na área tartéssica.

Infelizmente, a maioria destas ocorrências ainda se não encontram devidamente conhecidas, como os materiais resultantes das escavações efectuadas na Lapa do Fumo, Sesimbra, enquanto outras, por ausência de estratigrafia, vêm a sua importância limitada. Entre estas últimas inclui-se a gruta do Correio-Mor (CARDOSO, 2003 b), onde se documentaram materiais cerâmicos diversos (**Fig. 233**). No conjunto do espólio, devem destacar-se duas facas de gume curvo, de ferro, com cabo de osso rebitado, a menor conservando ainda restos daquele (**Fig. 234**). A estas duas peças podem associar-se recipientes cerâmicos feitos ao torno rápido, tais como taças de cerâmica fina, cinzenta ou alaranjada. Estas formas acompanham, ainda, jarros de cerâmica negra de toque metálico, de superfícies muito bem acabadas, com asas bilobadas bem lançadas, cuja semelhança é evidente com o jarro recolhido no casal agrícola de Outurela I, Oeiras (CARDOSO, 1990, Fig. 12), embora a secção da asa neste último caso seja circular e não bilobada, o que sugere cronologia

menos recuada. No conjunto, estes materiais são compatíveis com o século VI ou V a.C. Facas de fio curvo e de cabo rebitado, como as encontradas no Correio-Mor (CARDOSO, 2003b, Fig. 33, n.º 6 e 7), afiguram-se de cronologia vasta, visto ocorrerem desde, pelo menos, os finais do século VII ou inícios do século VI a.C. (caso dos exemplares de Almaraz, um deles com rebites de bronze, cf. BARROS, 2000), sendo comparáveis aos materiais da necrópole de incineração da foz do rio Aljucén, Mérida (ENRIQUEZ NAVASCUÉS, 2003), até ao século V/IV a. C., como indica a cronologia da necrópole de inumação do Casalão, onde se encontrou uma faca semelhante, já anteriormente referida (SERRÃO, 1994). A comprovar a assinalável diacronia deste tipo de facas curvas de ferro, podem mencionar-se, entre outros, os achados na necrópole de incineração de La Joya, Huelva, atribuídas aos finais do século VII a.C., inícios do século VI a.C. (BLÁSQUEZ, 1975, Fig. 80; FERNANDEZ-JURADO, 1988/1989, Fig. 12), exemplares, e os da necrópole de incineração de Setefilla (AUBET, 1981). Estes exemplares teriam, por certo, significativa carga simbólica, dada a insistência com que ocorrem em contextos funerários, sem prejuízo de terem finalidade utilitária, como indica o achado de uma faca no povoado de Fernão Vaz, Ourique (BEIRÃO, 1986, Fig. 43). A produção deste tipo artefactual persiste até à romanização: é o que indica a ocorrência dos exemplares próximos, integráveis na Fase III da Cultura Castreja, de encabamento rebitado ou de alvado (SILVA, 1986, Est. XCI, n.º 1 a 9).

No decurso da II Idade do Ferro, a prática da incineração coexistia com a da inumação, no sul do País, tal como já se vinha observando anteriormente; trata-se de fenómeno explicável pela existência de tradições culturais específicas. A sepultura de incineração desta época pertence seguramente o conjunto conservado no Museu Regional de Sintra, integrando uma urna, recolhida em Pinhal dos Cochos, perto de Magoito, ainda por estudar em pormenor ilustrando, também na Estremadura, conjuntamente com a necrópole do Casalão, a coexistência de ambas as tradições funerárias.

Ao longo da Idade do Ferro, a navegação e o comércio de cabotagem no litoral atlântico, terá salientado certos acidentes litorais; alguns deles ficaram assinalados pela construção de templos, ou de pequenos santuários. Um dos raros casos em que terá sido possível documentar uma dessas situações situa-se no litoral da serra de Sintra, no Espigão das Ruivas, Cascais, pequeno rochedo isolado em forma de abrupto promontório. As escavações ali realizadas permitiram recuperar materiais da Idade do Ferro de várias épocas, bem como materiais romanos (CARDOSO, 1991, p. 31; CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 1992), talvez relacionados, segundo os autores, com um templo associado ao culto de Poseidon, ou da Lua, como sugere o topónimo de “Porto Touro” (Fig. 235).

Outro templo, talvez de fundação pré-romana, situado também sobre o mar, no Alto da Vigia, Praia das Maças, Sintra, era consagrado ao Sol e à Lua (RIBEIRO, 1982/83). Importa salientar a proximidade da serra de Sintra, na verdade, como já atrás se disse, toda ela uma montanha sagrada, cujas raízes remontam à Pré-História (culto da Lua, e das serpentes, cf. CARDOSO, CARDOSO & GONZÁLEZ, 2001/2002) (Fig. 236). O culto de divindades aquáticas, especialmente patente naquela região no decurso do Período Romano (RIBEIRO, 1983), teria, igualmente, raízes anteriores, que também não custa fazer remontar, pelo menos, à Idade do Bronze.

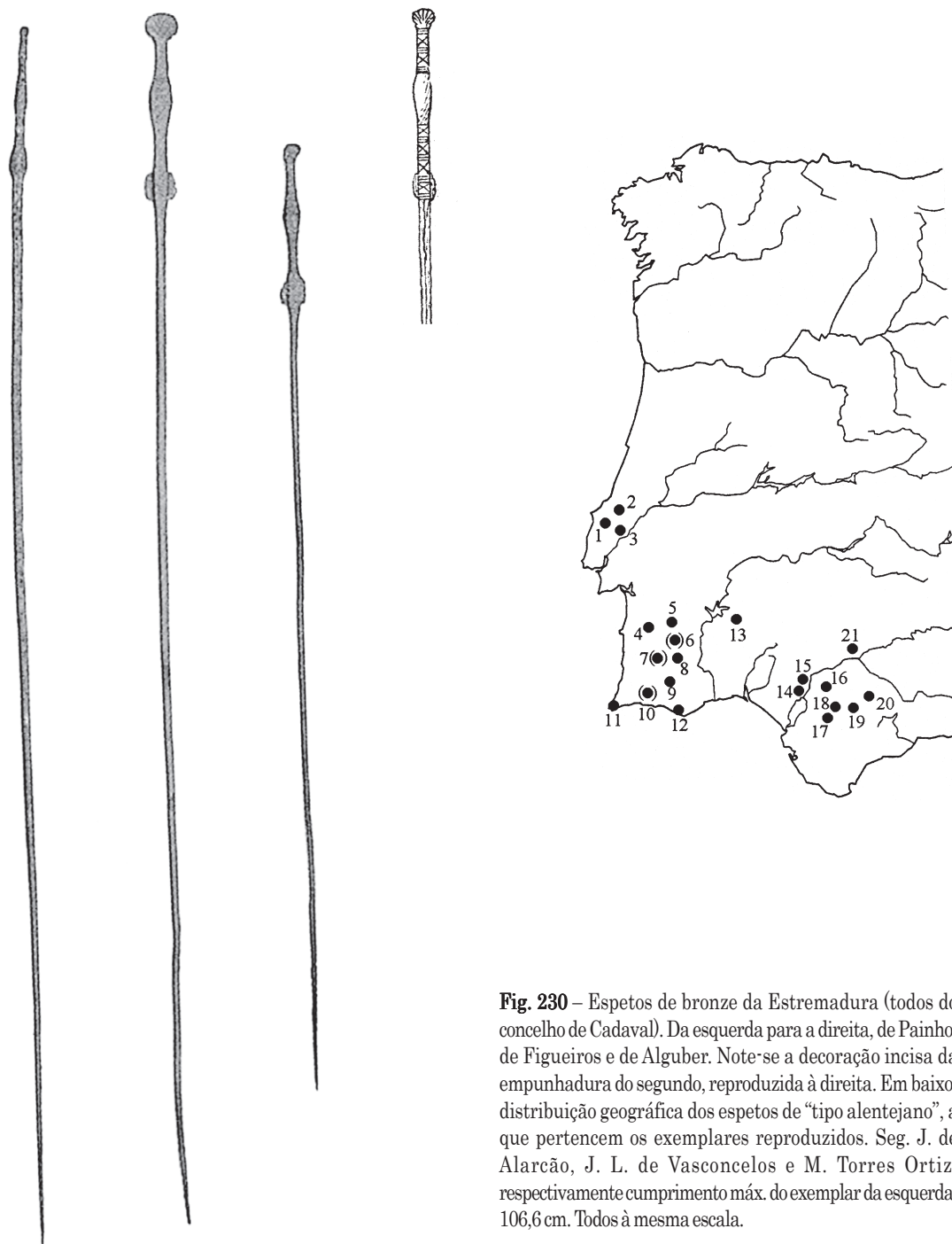


Fig. 230 – Espetos de bronze da Estremadura (todos do concelho de Cadaval). Da esquerda para a direita, de Painho, de Figueiros e de Alguber. Note-se a decoração incisa da empunhadura do segundo, reproduzida à direita. Em baixo: distribuição geográfica dos espetos de “tipo alentejano”, a que pertencem os exemplares reproduzidos. Seg. J. de Alarcão, J. L. de Vasconcelos e M. Torres Ortiz, respectivamente cumprimento máx. do exemplar da esquerda: 106,6 cm. Todos à mesma escala.

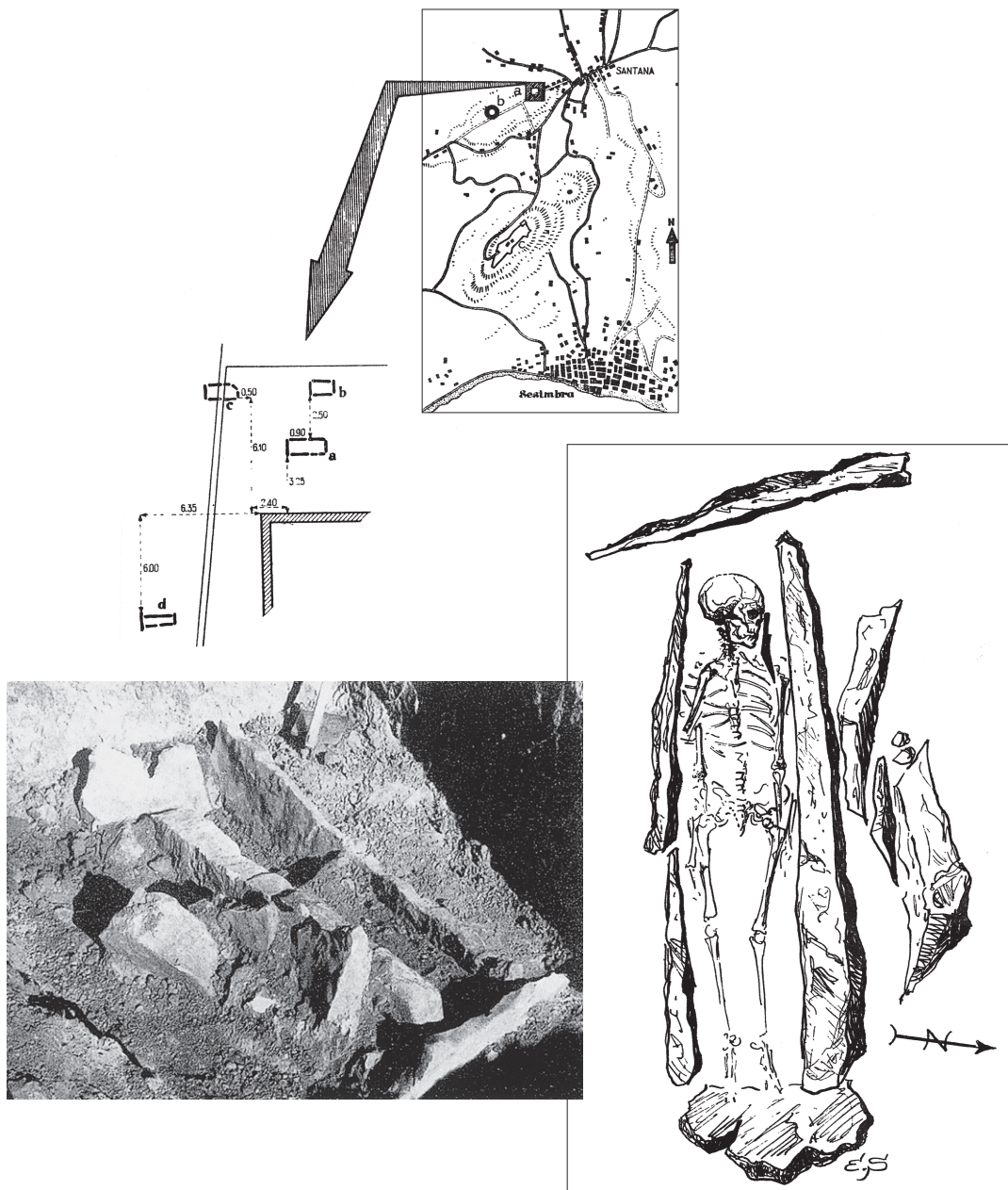


Fig. 231– Necrópole do Casalão, Sesimbra. Em cima: localização geográfica e planta da estação (note-se a orientação Este/Oeste das sepulturas, com a cabeceira do lado ocidental. Em baixo: sepultura n.º 5 (correspondente à letra “d” da planta). Seg. E. da Cunha Serrão. Observe-se a posição da faca de ferro curva do lado direito do crânio.

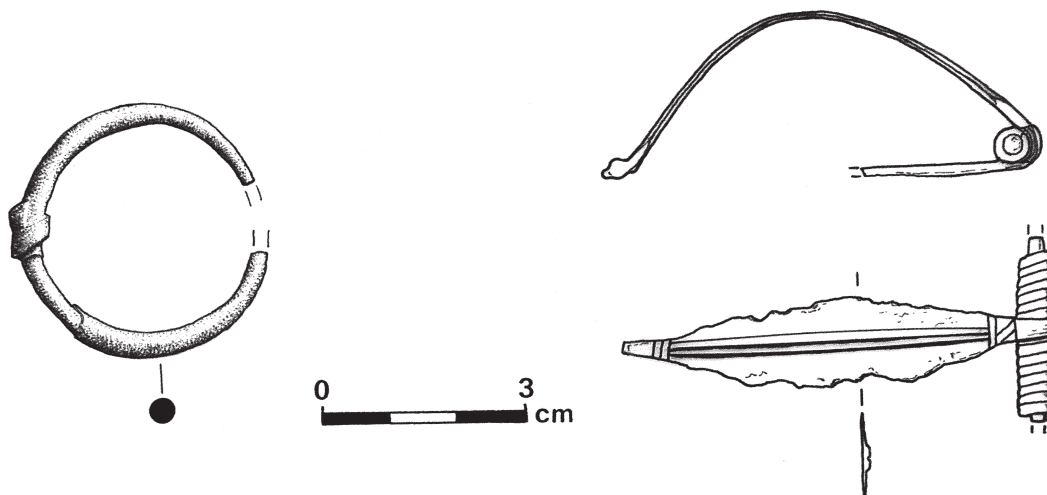


Fig. 232 – Testemunhos da ocupação da Idade do Ferro das grutas do Poço Velho, Cascais: fibula anular (à esquerda) e do tipo Acébuchal (à direita). Seg. J. R. Carreira.

São, com efeito, escassas outras provas documentais, na região em apreço, da eventual existência de santuários. Uma delas, consiste em uma pequena figura de carneiro (FERREIRA & FRANÇA, 1954; PONTE, 1982/83 a) ou de cavalo (GOMES, 1986a) – hipótese que se afigura menos verosímil – de bronze, fundida em molde, recolhida em Arraçário, junto da vila de Sintra (**Fig. 237**). O referido autor inventariou, na região sul do País, cerca de vinte estatuetas zoomórficas, predominando largamente (cerca de 50%) as representações de cabras: de carneiro, reconheceu duas e apenas uma de cavalo. O exemplar de Sintra é difícil de datar, atendendo à conhecida sobrevivência estilística de tais representações (PONTE, 1982/83 a), dificuldade acrescida nos exemplares mais estilizados, como este. De qualquer modo, integrar-se-á na II Idade do Ferro, altura em que se assistiu à vulgarização de santuários rupestres ou campestres, a partir da segunda metade do século IV a.C. Outra finalidade possível para a peça em causa poderia ser a de integrar adereço mais complexo, como parece sugerir um possível embasamento, ligando as patas dianteiras do animal. Com efeito, as peças usadas independentemente, como *ex-votos*, assentavam directamente pelas extremidades dos membros. Na hipótese de tal peça representar um carneiro (como parece sugerir as suas características, demasiado diferentes das do cavalo de Crasto Velho (da Serra da Estrela) representado por Vasconcelos (VASCONCELOS, 1920b) e ulteriormente estudado por Jorge de Alarcão (ALARCÃO, 1993), poderia relacionar-se com o culto de Atégina, o qual abrangia parte da Lusitânia e da Bética (Vasconcelos, *in* PONTE, 1982/83 a).

Outro testemunho material que importa referir, no âmbito da análise de vestígios relacionados com as práticas culturais dos povos da II Idade do Ferro da região de Lisboa, é o petróglifo de Magoito (SOUSA, 1990) infelizmente destruído pouco depois da sua identificação e registo fotográfico (**Fig. 238**). A representação principal parece constar de um orante, gravado na rocha branda.

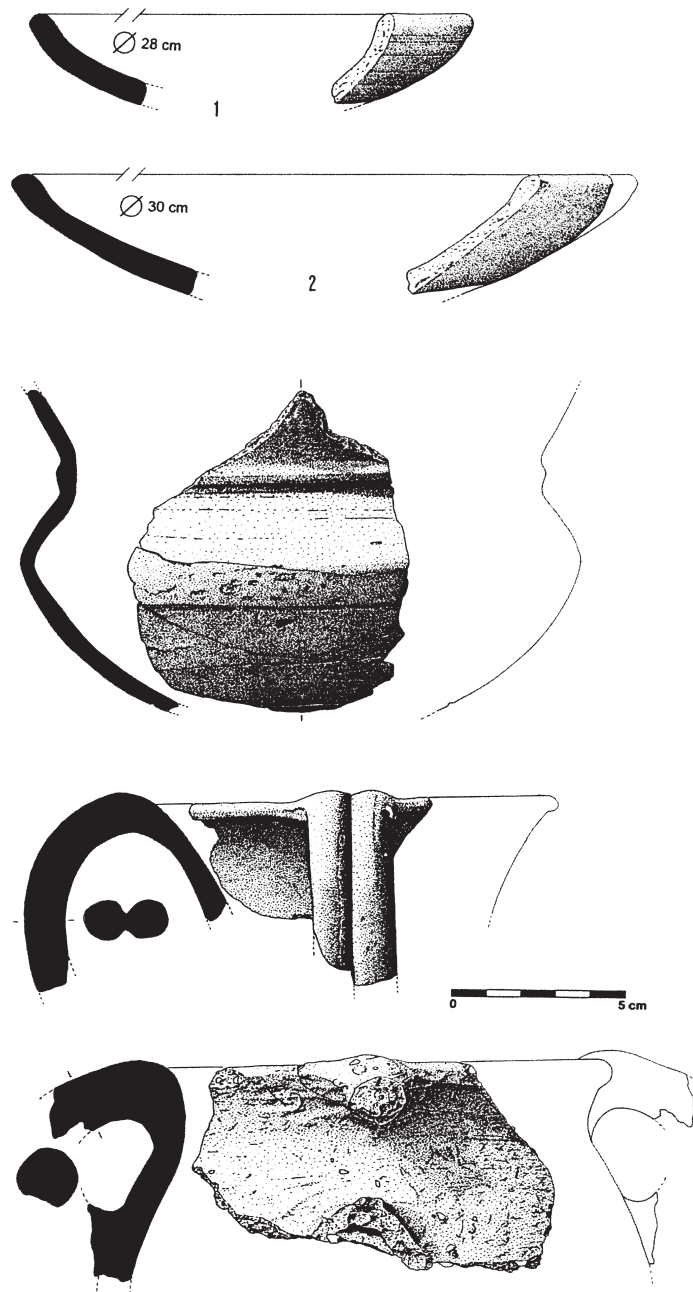


Fig. 233 – Materiais cerâmicos da Idade do Ferro da gruta do Correio-Mor, Loures. Em cima: taças de cerâmica cinzenta; ao centro: taça e jarro de cerâmica cinzenta fina, de toque metálico; em baixo, pote de cerâmica comum, afim de *pithos*. Seg. J. L. Cardoso.

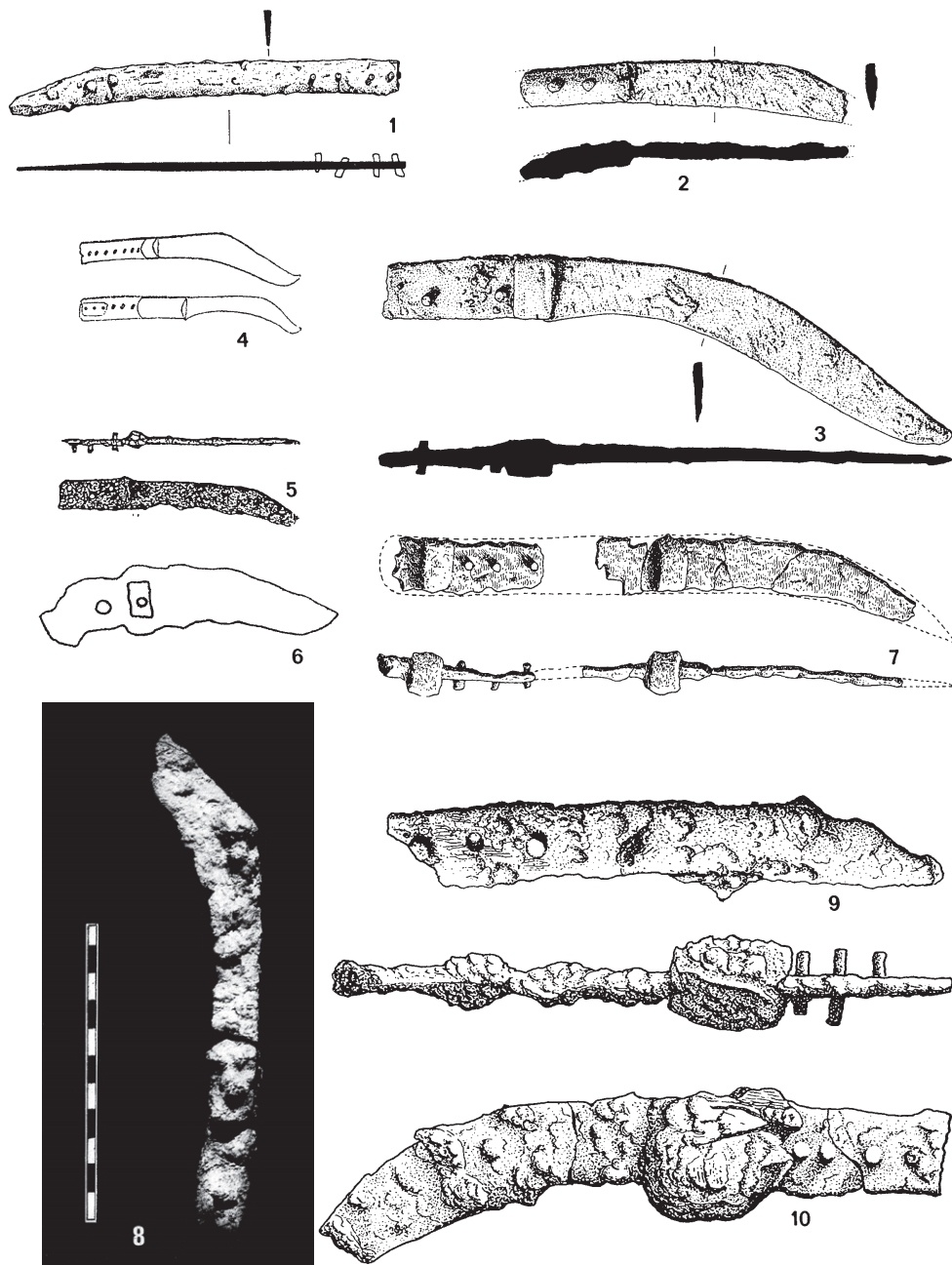


Fig. 234 – Facas curvas da Idade do Ferro (escalas diferentes). 1 – Necrópole de Setefilla, Sevilha (seg. M. Maluquer de Motes & M. E. Aubet); 2 e 3 – gruta do Correio-Mor, Loures (seg. J. L. Cardoso); 4 – necrópole de Alcácer do Sal (seg. V. Correia); 5 – necrópole do rio Aljucén, Mérida (seg. J. J. Enríquez Navascués); 6 – Cacilhas, Almada (seg. L. Barros); 7 – sepultura 7 da necrópole de La Joya, Huelva (seg. J. P. Garrido Roiz); 8 – sepultura 5 da necrópole do Casalão, Sesimbra (seg. E. da Cunha Serrão); 9 e 10 – conjuntos 11 e 12 da necrópole de Medellín, Badajoz (seg. M. Almagro-Gorbea). Note-se a existência de dois tipos principais, o primeiro com lâmina separada do cabo por engrossamento maciço, a que pertencem os exemplares portugueses; o outro, em que não se observa tal engrossamento, representado pelos exemplares da necrópole de Setefilla.



Fig. 235 – Escavações na estação de Espição das Ruivas, junto à praia de Porto Touro, Cascais, em plataforma sobranceira ao mar. Fotos cedidas por Guilherme Cardoso, a quem muito se agradece.



Fig. 236 – Santuário outrora existente sobre o mar, junto a foz da ribeira de Colares, a norte da serra de Sintra. Seg. F. d'Ollanda (in J. Segurado). A inscrição é, naturalmente fantasiosa, mas não invalida a autenticidade, nem do santuário, nem de inscrições romanas dedicadas ao Sol e à Lua, dali provenientes, transcritas no CIL II, 258 e 259.



Fig. 237 – Ex-voto de bronze, da Idade do Ferro, do Arraçário, Sintra. Seg. S. da Ponte (comp. máximo: 7,6 cm).

No entanto, tal como já se observava no domínio das práticas funerárias, também no que concerne aos aspectos rituais é nítida a influência oriental. Uma das evidências desta realidade respeita ao enterramento de cães em fossas ou entulheiras, de época fenício-púnica, como as identificadas em Almaraz, as quais foram já devidamente valorizadas (CARDOSO & GOMES, 1997; BARROS, 2000). É indiscutível o carácter ritual dos três conjuntos identificados. O primeiro é constituído por crânio, depositado horizontalmente, na base de um depósito de conchas, cujos materiais sugerem os séculos V – IV a. C., também com numerosos restos de bovídeos, ovino/caprinos e veados). O segundo conjunto corresponde a duas hemimandíbulas do mesmo indivíduo, desarticuladas e orientadas para lados opostos, mantendo-se porém juntas e sobrepostas, provenientes de um fosso com restos de mamíferos (bovídeos, ovino/caprinos, equídeos, coelhos e veados, associados a materiais arqueológicos que sugerem o século VIII a. C. Enfim, o terceiro conjunto provém de outro fosso e é constituído por um esqueleto quase completo, onde foi depositado no sentido do comprimento (**Fig. 239**), sendo acompanhado de restos de mais dois cães, cuja cronologia idêntica à do primeiro conjunto. De salientar que o crânio terá sido removido depois do desaparecimento das partes moles e dos tecidos conjuntivos, porque não se observaram quaisquer marcas de corte nas vértebras cervicais, designadamente no atlas. Aliás,

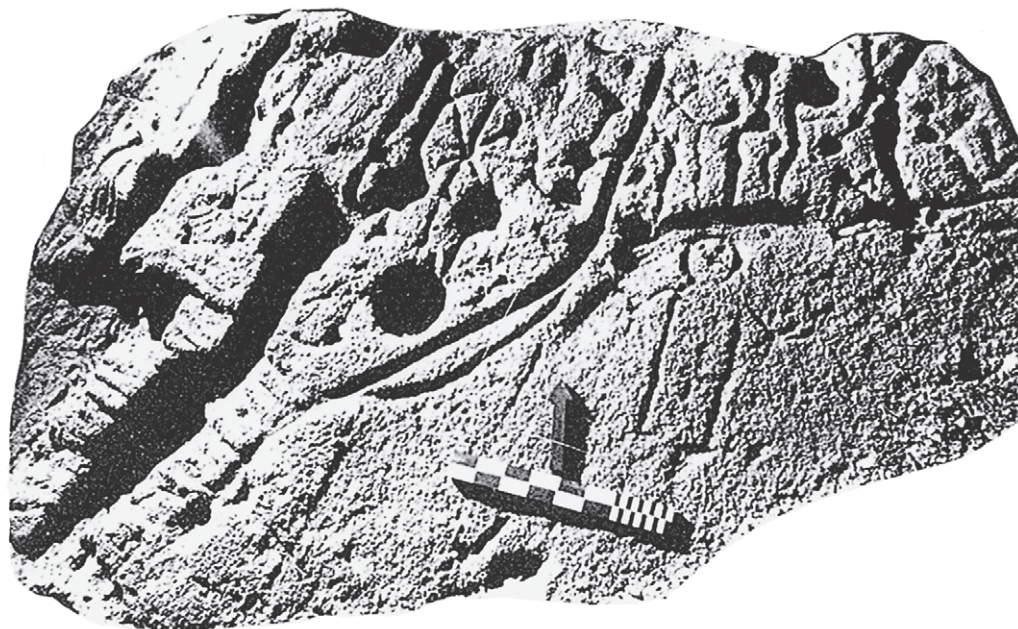


Fig. 238 – Petróglifo de Magoito, Sintra, hoje desaparecido, existente em afloramento de arenito, na parte superior da encosta voltada para o Oceano. Seg. E. M. de Sousa.

nenhum dos restos identificados terá sido consumido ou descarnado, dada a ausência de tais marcas. A presença do cão, nestes contextos, e dadas as condições dos achados, deve ser interpretada no domínio estritamente ritual, incluindo, neste caso, sacrifícios funerários ou propiciatórios, sem ignorar que mesmo nos casos em que se admitiu o seu consumo – como no povoado da Idade do Ferro do Cerro da Rocha Branca, Silves (CARDOSO, 1993), do qual provém uma vértebra que ostenta nítida marca de corte – tal consumo poderia ter também carácter ritual.

Em trabalho recente, chega-se ao ponto de correlacionar os restos encontrados em Almaraz, e na Rocha Branca, com “sacrifícios propiciatórios en relación con la fundación de las factorías” (NIVEAU & FERRER ALBELDA, 2004, notas 56 e 66), afirmação que não estamos em condições de comentar, por falta de elementos.

Em resumo: os testemunhos materiais da Idade do Ferro, cuja caracterização e interpretação constitui o objecto deste capítulo, sugerem que as condições económico-sociais das comunidades que habitavam a Baixa Estremadura, não se terão modificado sensivelmente desde o Bronze Final. É nítida a continuidade quanto à estratégia de ocupação e de aproveitamento dos recursos, de início de carácter exclusivamente agro-pastoril, que constituíam a principal fonte económica destas populações que, a partir de certa altura, tiraram partido das mais-valias comerciais, decorrentes da posição geográfica de excepção do território estremenho, face às rotas atlântico-mediterrâneas, com significativo acréscimo

em consequência da empresa fenícia, a partir dos inícios do século VIII a.C., senão mesmo desde finais do século anterior.

A identidade cultural de tais populações, durante cerca de um milénio, do Bronze Final ao início da romanização é, também, um notável exemplo de continuidade, constituindo um caso raro do sucesso atingido pela adopção ou assimilação de estímulos culturais oriundos de múltiplas áreas geográficas por parte dos habitantes de uma área já então periférica face aos grandes impulsos civilizacionais de origem mediterrânea que marcaram todo o I milénio a.C. no extremo ocidente europeu.

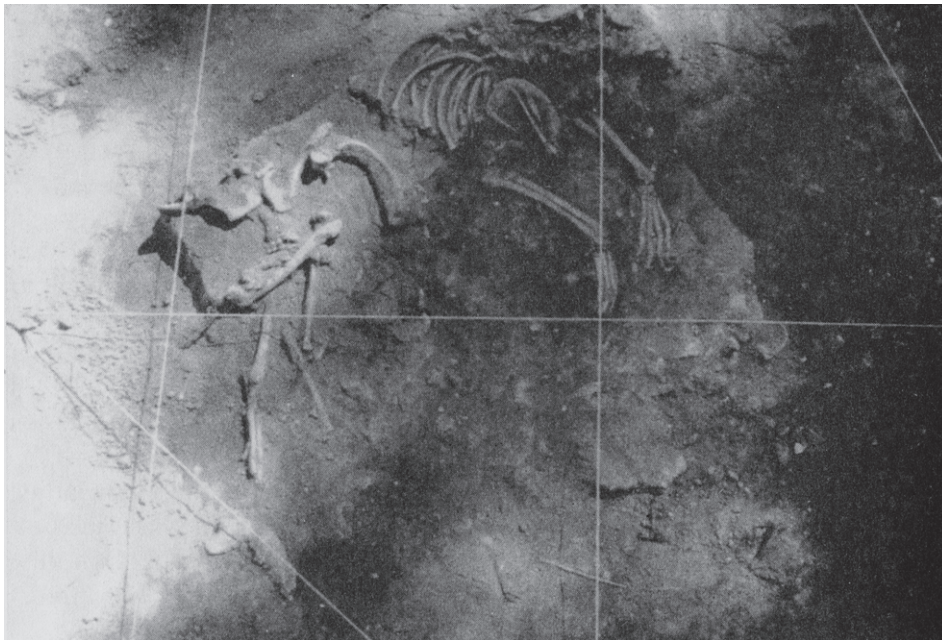


Fig. 239 – Sepultura ritual de cão doméstico, observando-se o esqueleto, desprovido do crânio, intencionalmente retirado. I Idade do Ferro. Almaraz, Almada. Seg. L. Barros.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALARCÃO, J. de (1974) - *Cerâmica comum local e regional de Conimbriga*. Coimbra: Universidade de Coimbra (Biblos. Suplemento, 8).
- ALARCÃO, J. de (1990) - Recensão bibliográfica. *Conimbriga*, 29, p. 149-153.
- ALARCÃO, J. de (1992 a) - A evolução da cultura castreja. *Conimbriga*. Coimbra. 31, p. 39-71.
- ALARCÃO, J. de (1992 b) – Etnogeografia da fachada atlântica ocidental da Península Ibérica. Paleoeologia de la Peninsula Ibérica (M. Almagro-Gorbea & G. Ruiz Zapatero, eds.). *Complutum*. Madrid. 2/3, p. 339-345.
- ALARCÃO, J. de (1993) – *Arqueologia da serra da Estrela*. Porto: Instituto da Conservação da Natureza (Parque Nacional da Serra da Estrela).
- ALARCÃO, J. de (1996) – *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- ALARCÃO, J.; DELGADO, M.; MAYET, F.; ALARCÃO, A. M. & PONTE, S. da (1976) - *Fouilles de Conimbriga. VI - Céramiques diverses et verres*, p. 3 - 17. Diffusion De Boccard. Paris.
- ALMAGRO, M. (1958) – Deposito de la ría de Huelva. *Inventaria Archeologica*, fasc. 1-4: E.1 Madrid: Instituto Español de Prehistoria/Dirección General de Bellas Artes. 39 Láminas.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1986) – Bronce Final y Edad del Hierro. La formación de las etnias y culturas prerromanas. *Historia de España*. 1. Prehistoria (F. Jordá Cerdá et al., eds.), p. 341-532. Madrid: Gredos.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1973) - *El Bronce Final y el inicio de la Edad del Hierro en la Meseta sur*. Publicación en extracto de Tesis Doctoral. Universidad Complutense. Madrid.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1977) – *El Bronce Final y el Período Orientalizante en Extremadura*. Madrid: CSIC (Bibliotheca Praehistorica Hispana, 14).
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1990) - El Periodo Orientalizante en Extremadura. *In La Cultura Tartésica y Extremadura*. Cuadernos Emeritenses. Mérida, 2, p. 85-125.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1993) – La introducción del hierro en la Península Ibérica. Contactos precoloniales en el Periodo Protoorientalizante. *Complutum*. Madrid. 4, p. 81-94.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1995) – Ireland and Spain in the Bronze Age. *In Ireland in the Bronze Age*. Dublin: Stationery Office, p. 137-148.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1998) – “Precolonización” y cambio socio-cultural en el Bronce Atlántico. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 10, p. 81-100.
- ALMEIDA, F. de & FERREIRA, O. da Veiga (1967) – Fechos e placas de cinturão, hallstáticos, encontrados em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 1, p. 81-95.
- ALVES, F. J. S. (1993) - Typologie et chronologie des jas d’ancre en plomb découverts dans les eaux portugaises. *Méditerranée*. Lisboa. 2, p. 311-328.
- AMARO, C. (1993) - Vestígios materiais orientalizantes do claustro de Sé de Lisboa. *Estudos Orientais*, 4, p. 183-192.
- AMARO, C. (1995) - *Núcleo arqueológico da rua dos Correeiros*. Fundação Banco Comercial Português. Lisboa.
- AMELA VALVERDE, L. (2004) – Sobre *Salacia* y otras apreciaciones acerca de algunas cecas de la Hispania occidental. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7 (2), p. 243-264.

- ANTUNES, M. T. (1987) - O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. IV - Mamíferos (nota preliminar). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8, p. 103-144.
- ANTUNES, M.T. & CARDOSO, J.L. (1995) – Ictiofauna do povoado pré-histórico de Leceia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 187-192.
- ARMBRUSTER, B. (1995) – O colar de Sintra. In *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder* (S. Oliveira Jorge, ed.). Lisboa: Instituto Português de Museus, p.103.
- ARMBRUSTER, B. & PARREIRA, R. (1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia – coleção de ourivesaria*. 1º. Volume: do Calcolítico à Idade do Bronze. Lisboa: Instituto Português de Museus, p.144.
- ARNAUD, J. M. (1974/1977) – Escavações no Penedo de Lexim (Mafra)/1975. Notícia preliminar. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 7/9, p. 398-404.
- ARNAUD, J. M. (1993) - O povoado calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): síntese das investigações realizadas. *Vipasca*. Aljustrel. 2, p. 41-60.
- ARNAUD, J. M. & GAMITO, T. J. (1974/77) - Cerâmicas estampilhadas da Idade do Ferro do sul de Portugal. 1- Cabeça de Vaiamonte - Monforte. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 7/9, p. 165-202.
- ARNAUD, J. M.; OLIVEIRA, V. S. & JORGE, V. de O. (1971) - O povoado fortificado neo- e eneolítico do Penedo de Lexim (Mafra). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 5, p. 97-131.
- ARRUDA, A. M. (1993) - A ocupação da Idade do Ferro da alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular. *Estudos Orientais*. Lisboa. 4, p. 193-214.
- ARRUDA, A. M. (1997) – *As cerâmicas áticas do castelo de Castro Marim*. Lisboa: Edições Colibri.
- ARRUDA, A. M. (1999/2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona: Publicaciones del Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra (Cuadernos da Arqueología Mediterránea, 5/6).
- ARRUDA, A. M. (e.p.) – O 1.º milénio a.n.e. no centro e no sul de Portugal: leituras possíveis de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 23 (em publicação).
- ARRUDA, A.M. & ALMEIDA, R.R. (1998) – As ânforas da Classe 32 da alcáçova de Santarém (campanhas de 1983-1991)- *Conimbriga*. Coimbra. 37, p. 201-231.
- ARRUDA, A. M.; GUERRA, A. & FABIÃO, C. (1995) - O que é a II Idade do Ferro no Sul de Portugal?. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35 (2), p. 237-257.
- ARTEAGA, O.; HOFFMANN, G.; SCHUBART, H. & SCHULTZ, H. D. (1988) - Geologische-archeologische Forschungen zum Verlauf der andalusischen Mittelmeerküst. *Madrider Beiträge*. Band 14, p. 107-126.
- AUBET-SEMMLER, M. E. (1981) – La necrópolis de Setefilla (Lora del Rio, Sevilla). In J. Maluquer de Motes & M^a. Eugenia Aubet, *Andalucía y Extremadura*. Barcelona: CSIC (Institución “Milá y Fontanals” e Universidad de Barcelona (Instituto de Arqueología y Prehistoria), p. 53-223.
- AUBET-SEMMLER, M. E. (1989, coord.) - *Tartessos. Arqueologia protohistorica del Bajo Guadalquivir*. Sabadell: AUSA.
- AUBET-SEMMLER, M. E. (1990) - El impacto fenicio en el interior del mediodía peninsular. *La Cultura Tartésica y Extremadura. Cuadernos Emeritenses*. Mérida. 2, p. 29-44.

- AUBET-SEMMLER, M. E. (1991) - Notas sobre las colonias del Sur de España y su función en el marco territorial: el ejemplo del Cerro del Villar (Málaga). *Atti del II Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*, 2, p. 617-626. ROMA : Consiglio Nazionale delle Ricerche.
- AUBET, M. E. (1994) - *Tiro y las colonias fenicias de Occidente*. Edición ampliada y puesta al día. Barcelona: Crítica
- BARBOSA, E. (1956) – O castro da Pedra de Ouro (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, 3, p. 75-85.
- BARROS, L. (1998) – *Introdução à Pré e Proto-História de Almada*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- BARROS, L. de (2000) – *O fim do Bronze e a Idade do Ferro no território de Almada*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa. 2 vol.
- BARROS, L. & ESPÍRITO-SANTO, P. (1991) – Quinta do Percevejo – Almada. Uma intervenção de emergência. *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1990). Lisboa. Actas, p. 333-342.
- BARROS, L. & HENRIQUES, F. (2002) – A última fase de ocupação do Almaraz. 3º. *Encontro de Arqueologia Urbana* (Almada, 1997). Actas. Almada: Câmara Municipal de Almada, p. 97-107.
- BARROS, L. & SOARES, A. M. Monge (2004) – Cronologia absoluta para a ocupação orientalizante da Quinta do Almaraz, no estuário do Tejo (Almada, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 21 (no prelo).
- BARROS, L. de; CARDOSO, J. L. & SABROSA, A. (1993) - Fenícios na margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado do Almaraz - Almada. *Estudos Orientais*. Lisboa, 4, p. 143-181.
- BOTTO, Monsenhor Cónego (1899) – *Glossário crítico dos principaes monumentos do Museu Archeologico Infante D. Henrique*. Faro: Typographic E. Seraphim.
- BECK, C. W. & VILAÇA, R. (1995) – The provenience of Portuguese archaeological amber artefacts – a case study from Moreirinha (Beira Baixa). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35 (4), p. 204-219.
- BEIRÃO, C. M. de Mello (1986) – *Une civilisation protohistorique de sud du Portugal (I Âge du Fer)*. Paris: Diffusion de Bocard.
- BELÉN DEAMUS, M. & ESCACENA CARRASCO, J. L. (1995) – Acerca del horizonte de la ría de Huelva. Consideraciones sobre el final de la Edad del Bronce en el suroeste iberico. In *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La ría de Huelva en el mundo del Bronce Final europeo* (M. Ruiz-Gálvez Priego, ed.). Madrid: Universidad Complutense, p. 85-113 (*Complutum Extra*, 5).
- BELÉN, M.; AMO, M. del & FERNÁNDEZ-MIRANDA, M. (1982) - Secuencia cultural del poblamiento en la actual ciudad de Huelva durante los siglos IX-VI a. C. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 6, p. 21-39.
- BELÉN, M.; ESCACENA, J. L. & BOZZINO, M. I. (1991) – El mundo funerario del Bronce Final en la fachada atlantica de la Peninsula Iberica. I. Análisis de la documentación. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 48, p. 225-256.
- BERROCAL-RANGEL, L. (1992) – *Los pueblos celticos del suroeste da la Peninsula Iberica*. Madrid: Editorial Complutense (*Complutum Extra*, 2).
- BLANCE, B. M. (1957) - Sobre o uso de torreões nas muralhas de recintos fortificados do 3º milénio a. C. *Revista de Gvimarães*. Guimarães. 57 (1/2), p. 169-178.
- BLANCE, B. M. (1959) - Cerâmica estriada. *Revista de Gvimarães*. Guimarães. 69 (3/4), p. 459-464.

- BLANCE, B. M. (1961) - Early Bronze Age colonists in Iberia. *Antiquity*. Londres. 35, p. 192-202.
- BLASCO BOSQUED, M. C. (1987) – Un exemplar de fibula de codo “ad occhio” en el valle del Manzanares. *Boletín Asociación Española de Amigos de la Arqueología*. Madrid. 23, p. 18-28.
- BLÁZQUEZ, J. M. (1975) – Tartessos y los orígenes de la colonización fenicia en Occidente. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- BONSOR, G. (1899) – Les colonies agricoles pré-romaines de la vallée du Bétis. *Révue Archéologique*. Paris. 35, 143 p. (separata).
- BONSOR, G.-E. & THOUVENOT, R. (1928) – Nécropole ibérique de Setefilla Lora del Rio (Sevilla). Fouilles de 1926-1927. *Bibliothèque de l'École des Hautes Études Hispaniques*. Paris. Fascicule 14, 60 p.
- BOSCH GIMPERA, P. (1922) – Ensayo de una reconstrucción de la Etnología Prehistórica de la Península Ibérica. *Boletín de la Biblioteca Menéndez y Pelayo*. Santander. 1, p. 10-50; 2, p. 104-137; 3, p. 227-277.
- BOSCH GIMPERA, P. (1969) - La Culture de Almería. *Pyrenae*. Barcelona. 5, p. 47-93.
- BREA, J. Bernabò (1972) – *Sicília*. Lisboa: Editorial Verbo.
- BÜBNER, M. A. H. Pereira (1979) - Cerâmica de importação na Estremadura Portuguesa. *Ethnos*. Lisboa. 8, p. 31-85.
- BÜBNER, T. (1996) –Acerâmica de ornatos brunidos em Portugal. *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.* (ed. J. de Alarcão). Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 66-72.
- BUCHOLZ, H.-G. & KARAGEORGHIS, V. (1973) – *Prehistoric Greece and Cyprus. An archaeological handbook*. New York: Phaidon Press.
- BUGALHÃO, J. (2001) – *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo. Núcleo arqueológico da Rua dos Correiros*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 15).
- CARDOSO, G. (1991) – *Carta arqueológica do concelho de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- CARDOSO, G. & ENCARNACÃO, J. d' (1992) - Sondagem no Espigão das Ruivas (Alcabideche, Cascais). *Al-Madan*. Almada. S. II, 2, p. 150.
- CARDOSO, G. & ENCARNACÃO (2000) – Notas sobre a ocupação proto-histórica na Villa romana de Freiria. *Revista de Gvimarães*. Guimarães. Número especial, p. 741-757.
- CARDOSO, J. L. (1980/81) - O povoado pré-histórico de Leceia (Lisboa/Portugal). Estudo da coleção do escultor Álvaro de Brée. *Revista de Gvimarães*. Guimarães. 90, p. 211-304; 91, p. 190-233.
- CARDOSO, J. L. (1987) - No estuário do Tejo, do Paleolítico à Idade do Ferro. *In Arqueologia no vale do Tejo*. IPPC/DA. Lisboa.
- CARDOSO, J. L. (1989) - *Leceia. Resultado das escavações realizadas 1983-1988*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1990) - A presença oriental no povoamento da Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo. *Estudos Orientais*. Lisboa. 1, p. 119-134.
- CARDOSO, J. L. (1992) – A lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10, p. 89-225.
- CARDOSO, J. L. (1993) - Contribuição para o conhecimento da alimentação em contexto fenício. Estudo dos restos da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais*. Lisboa. 4, p. 109-126.
- CARDOSO, J. L. (1994 a) - Comentário ao sítio arqueológico da Tapada da Ajuda. *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 192-193.

- CARDOSO, J. L. (1994 b) - Comentário ao sítio arqueológico de Outurela (Oeiras). *Lisboa Subterrânea*, p. 206. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 206.
- CARDOSO, J. L. (1994 c) – Investigação arqueológica na área de Lisboa. Os últimos dez anos. *Al-madan*. Almada. Série II, 3, p. 59-74.
- CARDOSO, J. L. (1994 d) - *Leceia 1983-1993. Resultados das escavações do povoado pré-histórico*. Estudos Arqueológicos de Oeiras (número especial). Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1994 e) - L'habitat chalcolithique fortifiée de Leceia. *Les dossiers de l'Archéologie*. Faton: Quétigny. 198: 10-15.
- CARDOSO, J. L. (1995 a) - Ocupação campaniforme do povoado de Montes Claros. *A Idade do Bronze em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 35.
- CARDOSO, J. L. (1995 b) - O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda. *A Idade do Bronze em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 48.
- CARDOSO, J. L. (1995 c) - Os povoados do Bronze Final a Norte do estuário do Tejo. *A Idade do Bronze em Portugal*, p.126. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 126.
- CARDOSO, J. L. (1995 d) - As cerâmicas de ornatos brunidos da Lapa do Fumo. *A Idade do Bronze em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 88.
- CARDOSO, J. L. (1995 e) – O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga*. Coimbra. 34, p. 33-74.
- CARDOSO, J. L. (1995 f) - O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Resultados das escavações efectuadas (1983-1993). *I Congresso de Arqueologia Peninsular* (Porto, 1993). Actas, 5, p. 115-129.
- CARDOSO, J. L. (1995 g) - Cerâmicas decoradas a pente, do Calcolítico de Leceia (Oeiras) e da Penha Verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 243-249.
- CARDOSO, J. L. (1996 a) – O Bronze Final da Baixa Estremadura e as cerâmicas de ornatos brunidos da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Sesimbra Cultural*. Sesimbra. 5, p. 6-14.
- CARDOSO, J. L. (1996 b) – O final da Idade do Ferro no Concelho de Oeiras: um contributo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 361-365.
- CARDOSO, J. L. (1997 a) – *O povoado de Leceia, sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa/Oeiras: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1997 b) – A cronologia absoluta do depósito arqueológico da Lapa da Furada – Azóia, Sesimbra: seu significado e incidências rituais e culturais. *Sesimbra Cultural*. Sesimbra 6, p. 10-15.
- CARDOSO, J. L. (1997/1998 a) – A ocupação campaniforme do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 89-153.
- CARDOSO, J. L. (1997/1998 b) – O povoado do Bronze Final do castelo dos Mouros (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 169-187.
- CARDOSO, J. L. (1997/1998 c) – A ocupação campaniforme do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 89-153.
- CARDOSO, J. L. (1997/1998 d) – A ocupação da época púnica da Quinta da Torre (Almada). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 189-217.

- CARDOSO, J. L. (1998) – O povoado fortificado pré-histórico de Leceia (Oeiras), exemplo de desenvolvimento não sustentado na Estremadura no III milénio a.C. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 16, p. 97-110.
- CARDOSO, J. L. (1999/2000 a) – Os artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 241-323.
- CARDOSO, J. L. (1999/2000 b) – Aspectos do povoamento da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 355-413.
- CARDOSO, J. L. (2000 a) – The fortified site of Leceia (Oeiras) in the context of the Chalcolithic in Portuguese Estremadura. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 19 (1), p. 37-55.
- CARDOSO, J. L. (2000 b) – A sepultura da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) no quadro dos rituais funerários da Idade do Bronze da Baixa Estremadura. *Discursos*. Lisboa. 2, p. 243-251.
- CARDOSO, J. L. (2000 c) – Na Arrábida, do Neolítico Antigo ao Bronze Final. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 14, p. 45-70.
- CARDOSO, J. L. (2000 d) – O “fenómeno” campaniforme na Estremadura portuguesa. *III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999). Porto. Actas. 4, p. 353-380.
- CARDOSO, J. L. (2000 e) – Manifestações funerárias da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze e da Idade do Ferro (II e I milénios a.C.): breve síntese. *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999). Porto. 5, p. 61-99.
- CARDOSO, J. L. (2000 f) – Fenícios e indígenas em Rocha Branca, Abul, Alcácer do Sal, Almaraz e Santarém. Estudo comparado dos mamíferos. *IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Punicos* (Cadiz, 1995). Actas: Universidad de Cadiz. 1, p. 319-327.
- CARDOSO, J. L. (2001) – A ocupação dos territórios e a exploração dos recursos na península de Setúbal, do Paleolítico ao Bronze Final. *Arqueologia e História Regional da península de Setúbal* (M. J. Ferro Tavares, A. A. Tavares & J. L. Cardoso, orgs.). Lisboa: Universidade Aberta, p. 19-47.
- CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Verbo.
- CARDOSO, J. L. (2003 a) – O uso do marfim, no território português, durante o Calcolítico: a propósito de um alfinete recolhido no povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11, p. 85-96.
- CARDOSO, J. L. (2003 b) – A gruta do Correio-Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11, p. 229-321.
- CARDOSO, J. L. (2003 c) – Ainda sobre os impropriamente chamados “ídolos de cornos” do Neolítico Final e do Calcolítico da Estremadura e do sudoeste. *Al-Madan*. Almada. Série II, 12, p. 77-79.
- CARDOSO, J. L. (2004) – Polished stone artefacts at the prehistoric settlement of Leceia (Oeiras). *Madridrer Mitteilungen*. Wiesbaden. 45, p. 1-32.
- CARDOSO, J. L. (no prelo) – Uma tumulação do final do Bronze Final/inícios da Idade do Ferro no sul de Portugal: a *tholos* do Cerro do Malhanito (Alcoutim). *Homenagem ao Professor Jorge de Alarcão*. Coimbra.
- CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. (1993) - Carta arqueológica do concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 4, 126 p.

- CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. (1996) – O povoado do Bronze Final do Alto das Cabeças (Leião, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 351-359.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1993) - Le Bronze Final et le début de l'Âge du Fer dans la région riveraine de l'estuaire du Tage. *Méditerranée*. Lisboa. 2, p. 193-206.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1995) – O povoado pré-histórico de Montes Claros (Lisboa). Resultados das escavações de 1988. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 277-298.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1996) – Materiais campaniformes e da Idade do bronze do concelho de Sintra. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 317-340.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1997/1998) – A ocupação de época púnica da Quinta da Torre (Almada). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 189-217.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (2003) – O povoado calcolítico do Outeiro de São Mamede (Bombarral): estudo do espólio das escavações de Bernardo de Sá (1903/1905). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11, p. 97-228.
- CARDOSO, J. L. & CARVALHOSA, A. Barros e (1995) - Estudos petrográficos de artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Análise de proveniências. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 123-151.
- CARDOSO, J. L. & COSTA, J. B. da (1992) – Estação pré-histórica de Barotas (Oeiras). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10, p. 229-245.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1997/1998) – A ocupação de época púnica da Quinta da Torre (Almada). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 189-217.
- CARDOSO, J. L. & DETRY, C. (2001/2002) – Estudo arqueozoológico dos restos de ungulados do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 131-182.
- CARDOSO, J. L. & FERNANDES, F. B. (1995) – Estudo arqueometalúrgico de um lingote de cobre de Leceia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 153-164.
- CARDOSO, J. L. & GOMES, M. V. (1997) – O consumo de cão, em contextos fenício-púnicos, no território português. *Homenagem ao Professor António Augusto Tavares*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, p. 89-117 (Estudos Orientais, 6).
- CARDOSO, J. L. & GONZÁLEZ, A. (2002) – Testemunhos de ocupação pré-histórica da serra da Estrela. Almadán. Almada. Série II, 11, p. 242.
- CARDOSO, J. L. & GUERRA, M. F. (1997/1998) – Análises químicas não destrutivas do espólio metálico do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras e seu significado no quadro da intensificação económica calcolítica da Estremadura. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 61-87.
- CARDOSO, J. L. & GUERREIRO, A. (2001/2002) – Presença do género *Conus* sp. no Neolítico ou Calcolítico da Estremadura portuguesa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 363-373.
- CARDOSO, J. L. & NORTON, J. (1997/1998) – A oficina de talhe do sílex do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 35-45.
- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. M. (1990/1992) – Cronologia absoluta para o Campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 8/10, p. 203-228.

- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. Monge (1996) – Contribution d’une série de datations 14 C, provenant du site de Leceia (Oeiras, Portugal), à la chronologie absolue du Néolithique et du Chalcolithique de l’Estremadura Portugaise. *Révue d’Archéométrie*. Rennes. Supplément 1996, p. 45-50.
- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C. & HENRIQUES, F. (1998) – Duas cabanas circulares da Idade do Bronze Final do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco). *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 6, p. 325-345.
- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G. & GONZÁLEZ, A. (2001/2002) – Um notável ídolo de calcário do dólmen de Casainhos (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 375-385.
- CARDOSO, J. L.; CUNHA, A. Santinho & AGUIAR, D. (1991) - o homem pré-histórico no concelho de Oeiras. Estudos de Antropologia Física. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, 85 p.
- CARDOSO, J. L.; GUERRA, M. F. & GIL, F. B. (1992) - O depósito do Bronze Final de Alqueva e a tipologia das lanças do Bronze Final português. *Mediterrâneo*. Lisboa. 1, p. 231-252.
- CARDOSO, J. L.; LEITÃO, M.; & FERREIRA, O. da Veiga (1987) - Nota acerca de uma conta -amuleto encontrada no tholos da Tituarria (Mafra). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 5, p. 89-99.
- CARDOSO, J. L.; NORTON, J. & CARREIRA, J. R. (1996) – Ocupação calcólica do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 287-299.
- CARDOSO, J. L.; QUERRÉ, G. & SALANOVA, L. (e.p.) – Bell beaker relationships along the atlantic coast: preliminary data from the fortified chalcolithic site of Leceia (Oeiras, Portugal). VII European Meeting on Ancient Ceramics EMAC’03 (Lisboa, 2003). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (em publicação).
- CARDOSO, J. L.; ROQUE, J.; PEIXOTO, F. & FREITAS, F. (1980/81) - Descoberta de jazida da Idade do Bronze na Tapada da Ajuda. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6/7, p. 117-138.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1983/1984) – O povoado calcólico de Leceia (Oeiras). 1ª. e 2ª. campanhas de escavação. *Clio/Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 41-68.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1996) – A ocupação neolítica de Leceia (Oeiras). Materiais recolhidos em 1987 e 1988. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 47-89.
- CARDOSO, J. L.; RODRIGUES, J. S.; MONJARDINO, J. & CARREIRA, J. R. (1986) - Ajazida do Bronze Final da Tapada da Ajuda. *Lisboa. Revista Municipal*. Lisboa. S. II, 15, p. 13-18.
- CARDOSO, J. L. ; LEITÃO, M.; NORTON, J.; FERREIRA, O. da Veiga & NORTH, C. T. (1995) - O santuário calcólico da gruta do Correio Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 97-121.
- CARDOSO, J. L.; LEITÃO, M.; FERREIRA, O. da Veiga; NORTH, C. T.; MEDEIROS, J. & SOUSA, P. Fialho de (1996) – O monumento pré-histórico de Tituarria, Moinhos da Casela (Mafra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 135-193.
- CARDOSO, J. L.; LEITÃO, M.; FERREIRA, O. da Veiga; NORTH, T. & NORTON, J. (1997/1998) – As cerâmicas de ornatos brunidos da gruta do Correio Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 155-167.
- CARO, A. (1989) – Consideraciones sobre el Bronce Antiguo y Medio en el Bajo Guadalquivir. *Tartessos. Arqueología Protohistorica del Bajo Guadalquivir* (M. E. Aubet Semmler, coord.). Sabadell: AUSA, p. 85-120.

- CARREIRA, J. R. (1990/1992) – As ocupações das Idades do Bronze e do Ferro das grutas do Poço Velho (Cascais). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 8/10, p. 229-245.
- CARREIRA, J. R. (1994) – A Pré-História Recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2, p. 47-144.
- CARREIRA, J. R. (1995) – O sítio campaniforme de Vale Comprido (Rio Maior, Santarém). *Al-Madan*. Almada. Série II, 4, p. 16-19.
- CARREIRA, J. R. (1996 a) – As ocupações das Idades do Cobre e do Bronze da Lapa da Bugalheira (Torres Novas). *Nova Augusta*. Torres Novas. 10, p. 91-112.
- CARREIRA, J. R. (1996 b) – Materiais da Idade do Bronze da gruta da nascente do Almonda (Torres Novas). *Nova Augusta*. Torres Novas. 10, p. 113-123.
- CARREIRA, J. R. (1997) – Catujal: um povoado da Idade do Bronze (Médio) à entrada da “ria de Loures”. Contribuição para o estudo das influências do Bronze do Sudoeste na formação do Bronze estremenho. *Vipasca*. Aljustrel. 6, p. 119-140.
- CARREIRA, J. R. (1998) – Ocupação da Pré-História Recente do Alto de Chibanes (Palmela), Setúbal. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 3/4, p. 123-213.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (2001/2002) – Agruta da Casa da Moura (Cesareda, Óbidos) e sua ocupação pós-paleolítica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 249-361.
- CARTAILHAC, E. (1886) - *Les Âges préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*. C. Reinwald. Paris.
- CARVALHO, J. de (1946) - A cultura castreja. Sua interpretação sociológica. *Ocidente*. Lisboa. 29, suplemento, 32 p.
- CARVALHO, A. F. ; BRAGANÇA, F.; NETO, F. & JUSTINO, L. (1999) – O sítio da Idade do Bronze “pleno” do Casal da Torre (Assentiz, Torres Novas). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 5, p. 63-81.
- CERDEÑO SERRANO, S. (1978) – Los broches de cinturón peninsulares de tipo céltico. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 35, p. 279-307.
- CHAPMAN, R. (1990) – *Emerging complexity. The later prehistory of south-east Spain, Iberia and the west Mediterranean*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CHILDE, G. (1925) – *The dawn of european civilization*. New York: Alfred A. Knopf.
- CHOFFAT, P. (1889) – *Étude géologique du tunnel du Rocío*. Lisbonne: Commission des Travaux Géologiques du Portugal.
- CHOFFAT, P. (1912/13) - Sur les sables aurifères, marins, d’Adiça et sur d’autres dépôts aurifères de la côte occidentale de la péninsule de Setubal. *Comunicações Comissão Serviço Geológico de Portugal*. Lisboa. 9, p. 5-26.
- CINTAS, P. (1970) – Manuel d’archéologie punique. Paris: Ed. A. et J. Picard.
- COELHO-SOARES, A. (1986) - Achados arqueológicos na vila de Odemira. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*. 1, p. 87-92.
- COFFYN, A. (1983) – La fin de l’Âge du Bronze dans le centre-Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 1, p. 169-196. Actas. Coimbra : Ministério da Educação Nacional. 2, p. 403-420.
- COFFYN, A. (1985) – *Le Bronze Final atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion de Bocard, 441 p.

- COFFYN, A. & SION, H. (1993) - Les relations atlanto-méditerranéennes. Eléments pour une révision chronologique du Bronze final atlantique. *Méditerranée*. Lisboa. 2, p. 285-310.
- CORRÊA, A. A. Mendes (1928) – A Lusitânia pré-romana. *História de Portugal* (dirigida por Damião Peres). Barcelos: Portucalense Editora. 1, p. 79-214.
- CORREIA, V. H. (1993) - Os materiais pré-romanos de Conímbriga e a presença fenícia no baixo vale do Mondego. *Estudos Orientais*. Lisboa. 4, p. 229-283.
- CORREIA, V. H. (1998) – Alto do Castelinho da Serra (Montemor-o-Novo, Évora, Portugal). A preliminary report on the excavations at the Late Bronze Age to Medieval site, 1990-1993. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 0, p. 189-244.
- CORREIA, V. H. (1999) – Fernão Vaz (Ourique, Beja). Balanço da investigação arqueológica. *Vipasca*. Aljustrel. 8, p. 23-31.
- COSTA, A. I. Marques da (1907) – Estações prehistoricas dos arredores de Setubal. Grutas sepulcraes da Quinta do Anjo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 12, p. 320-338.
- COSTA, A. I. Marques da (1910) – Estações prehistoricas dos arredores de Setubal. Appendice. Homem protohistorico. Idades do Bronze e do Ferro no castro de Chibanas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 15, p. 55-83.
- CÔRTEZ, V.; FURTADO, A.; FERREIRA, O. da Veiga; MAURÍCIO, A.; MONTEIRO, J. de Almeida (1972) – Dois vasos raros do Museu do Bombarral. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 82 (3/4), p. 231-234.
- CRUZ, D. J. da (1992) – *Amamoia 1 de Chã de Carvalhal*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra (Conimbriga/Anexos 1).
- CRUZ, J. C. M. de la (1990) - Die erste mykenische keramik von der Iberischen Halbinsel. *Praehistorische Zeitschrift*. Berlin. 65, p. 49-61.
- CRUZ, D. J. da; CUNHA, A. M. Leite da & GOMES, L. F. C. (1988/89) - Aorca de Corgas da Matança (Fornos de Algodres). *Portugalia*. Porto. Nova Série, IX-X, p. 31-48.
- DELIBES de CASTRO, G. & FERNÁNDEZ-MANZANO, J. (1991) – Relaciones entre Cogotas I y el Bronce Final atlantico en la meseta española. *Le Bronze atlantique* (Ch. Chevillot & A. Coffyn, ed.). Beynac, p. 203-212.
- DIOGO, A. M. D. (1993) - ânforas pré-romanas dos Chões de Alpompe (Santarém). *Estudos Orientais*. Lisboa. 4, p. 215-227.
- DIOGO, A. M. D. & FARIA, J. C. L. (1987) - Cerâmica estampilhada da Idade do Ferro, proveniente de Alcácer do Sal. *Arqueologia*. Porto. 16, p. 95-96.
- DRIESCH, A. v.d. & BOESSNECK, J. (1981) – Die Fauna von Zambujal. *Zambujal, die Grabungen 1964 bis 1973*, E. Sangmeister & H. Schubart. Mainz: Verlag Philipp von Zabern (Madrider Beiträge 5, Teil 1).
- EDO, M.; VILLALBA, M. J. & BLASCO, A. (1995) – La calaña en la Península Ibérica. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35 (2), p. 127-167.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1994) - “Conta de colar”. *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 204.
- ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J. J. (2003) – *Prehistoria de Mérida*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano (Cuadernos Emeritenses, 23).

- ESCHWEGE, G., Barão de (1831) – Memoria Geognostica ou golpe de vista do perfil das estratificações das diferentes rochas, de que he composto o terreno desde a Serra de Cintra na linha de Noroeste a Sudoeste até Lisboa, atravessando o Tejo até à Serra da Arrabida, e sobre a sua idade relativa. Appendice, por A. A. Vandelli. *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa. 11 (1), p. 253-306.
- FABIÃO, C. (1993) - O Bronze Final. *História de Portugal* (coordenação de José Mattoso). 1 - Antes de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, p. 79-119.
- FABIÃO, C. (1999) – A propósito do depósito de Moldes, Castelo de Neiva, Viana do Castelo: a baixela romana tardo-republicana em bronze no extremo ocidente peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2 (1), p. 163-198.
- FARIA, A. M. de (1987) - Guerras e conflitos no vale do Tejo na antiguidade: o testemunho dos tesouros monetários. *Arqueologia no vale do Tejo*. Lisboa: IPPC/DA, p. 60-61.
- FARIA, A. M. de (1989) - A numária de Cantnipo. *Conimbriga*. Coimbra. 28, p. 71-99.
- FERNANDEZ-JURADO, J. (1988/1989) – *Tartessos y Huelva*. *Huelva Arqueologica*. Huelva. 10/11 (1, 2, 3).
- FERNÁNDEZ-MANZANO, J. (1984) - Armas y utiles metalicos del Bronce final en la Meseta norte. *Studia Archaeologica*, 74, p. 5. Universidad de Valladolid.
- FERNÁNDEZ GOMEZ, F. & RUIZ MATA, D. (1982) – El “tholos” del Cerro de la Cabeza, en Valencina de la Concepcion (Sevilla). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 35, p. 193-234.
- FERNÁNDEZ CANIVELL, R.; SCHUBART, H. & NIEMEYER, H. G. (1967) – Las tumbas de cámara 2 y 3 de Trayamar en Algarrobo (Málaga). *Zephyrus*. Salamanca. 18, p. 63-77.
- FERNÁNDEZ-MIRANDA, M.; MONTERO-RUIZ, I. & ROVIRALLORENS, S. (1995) – Los primeros objetos de bronce en el occidente de Europa. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 52 (1), p. 57-69.
- FERREIRA, O. da Veiga (1953) – Os instrumentos de fibrolite do Museu dos Serviços Geológicos. *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto. 37 (1), p. 37-44.
- FERREIRA, O. da Veiga (1961) - Acerca da presença de arsénio em instrumentos primitivos, encontrados em Portugal. *Boletim de Minas*. Lisboa. 12 (separata).
- FERREIRA, O. da Veiga (1964) – Fíbula anular do Alto da Toupeira e a sua filiação na fíbulas anulares hispánicas. *Arquivo de Beja*. Beja. 20/21, p. 21-26.
- FERREIRA, O. da Veiga (1970) - La métallurgie primitive au Portugal pendant l'époque chalcolithique. *VI Congresso Internacional de Minería* (Léon, 1970). Actas. 1, p. 99-116.
- FERREIRA, O. da Veiga (1977) – Notícia de algumas estações pré e proto-históricas e objectos isolados inéditos ou pouco conhecidos. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. Série III, 83, p. 203-218.
- FERREIRA, O. da Veiga & FRANÇA, J. Camarate (1954) - Ex-voto pré-romano inédito do Museu Regional de Sintra. *Revista de Gvimarães*. Guimarães. 64 (3/4), p. 290-297.
- FERREIRA, O. da Veiga & SILVA, C. Tavares da (1970) - A estratigrafia do povoado pré-histórico da Rotura (Setúbal). Nota preliminar. *I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1969). Lisboa: Actas, 2, p. 203-225.
- FERREIRA, O. da Veiga & VIANA, A. (1956) - L'importance du cuivre péninsulaire dans les âges du Bronze.

- 4ª. Sessão do Congresso Internacional de Ciências Pré-históricas e Proto-históricas (Madrid, 1954). Zaragoza: Actas, p. 521-529.
- FONTES, J. (1916) - Sur un moule pour faucilles de bronze provenant du Casal de Rocanes. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 21, p. 337-347.
- FORTES, J. (1906) – La Sépulture de Quinta da Água Branca (Âge du Cuivre). *Révue Préhistorique*. 1 (5), p. 1-20.
- GALLAY, G.; SPINDLER, K.; TRINDADE, L. & FERREIRA, O. da Veiga (1973) – *O monumento pré-histórico de Pai Mogo (Lourinhã)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- GAMITO, T. J. (1988) - *Social complexity in southern Iberia 800-300 BC. The case of Tartessos*. BAR International Series. Oxford.
- GAMITO, T. J. (1990/1992) – A cerâmica de retícula brunida do castro dos Ratinhos (Moura). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 8/10, p. 277-297.
- GARRIDO ROIZ, J. P. (1970) - – *Excavaciones en la necropolis de “La Joya”, Huelva (1ª. e 2ª. Campañas)*. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia (Excavaciones Arqueológicas en España, 71).
- GARRIDO Roiz, J. P. & ORTAGARCIA, E. M. (1978) – *Excavaciones en la necropolis de “La Joya”, Huelva II (3ª, 4ª. y 5ª. Campañas)*. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia (Excavaciones Arqueológicas en España, 96).
- GIL, F. B.; GUERRA, F. & BARREIRA, G. (1986) – Estudo físico do espólio metálico. *A necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura, Algarve) no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste peninsular*. Lisboa, p. 129-134 (Trabalhos de Arqueologia, 2).
- GOMES, M. Varela (1986 a) – *Oenochoe* piriforme dos arredores de Beja. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*. Évora. 1, p. 49-57.
- GOMES, M. Varela (1986 b) - O touro da herdade de Corte Pereiro (Alcácer do Sal). *Trabalhos de Arqueologia do Sul*. Évora. 1, p. 59-73.
- GOMES, M. Varela (1992) – A Idade do Bronze Final. In A. C. Ferreira da Silva & M. V. Gomes, *Proto-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.
- GOMES, J. J. F. & DOMINGOS, J. B. B. (1983) – A “xorca” da serra das Ripas (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 1, p. 287-300.
- GOMES, R. Varela; GOMES, M. Varela & SANTOS, M. Farinha dos (1983) - O santuário exterior do *Escoural* (Montemor-o-Novo, Évora). *Zephyrus*. Salamanca. 36, p. 287-307.
- GONÇALVES, A. A. H. B. (1979) – Elementos de adorno de cor verde provenientes de estações arqueológicas portuguesas. Importância do seu estudo mineralógico. *Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto*. Porto. 3, p. 209-225.
- GONÇALVES, J. L. M. (1979) - Os povoados neo e calcolíticos da península de Lisboa. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. Série III, 85, p. 139-162.
- GONÇALVES, J. L. M. (1982) – O castro da Fórnea – uma fortificação calcolítica em Matacães (Torres Vedras). *Arqueologia*. Porto. 5, p. 52-55.
- GONÇALVES, J. L. M. (1990/1992) – Olelas e Pragança. Duas fortificações calcolíticas da Estremadura. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 8/10, p. 31-40.

- GONÇALVES, J. L. M. (1991) - Cerâmica calcolítica da Estremadura. *IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1990). Actas, p. 215-226.
- GONÇALVES, J. L. M. (1992) - Grutas artificiais da Quinta das Lapas (Monte Redondo - Torres Vedras). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10, p. 247-276.
- GONÇALVES, J. L. M. (1994) - Castro da Columbeira. Uma primeira fase do Calcolítico médio estremenho?. *Al-Madan*. Almada. Série II, 3, p. 5-7.
- GONÇALVES, J. L. M. (1997) - O sítio arqueológico do Castelo (Arruda dos Vinhos). *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. 3, p. 5-52.
- GONÇALVES, V. S. (1971) - *O castro da Rotura e o vaso campaniforme*. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal.
- GONÇALVES, V. S. (1972) - Uma nova necrópole da Idade do Bronze: a gruta da Marmota. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 6, p. 213-218.
- GONÇALVES, V. S. (1983/84) - Cabeço do Pé-da-Erva (Coruche), contribuição da campanha 1 (83) para o conhecimento do seu povoamento calcolítico. *CLIO/Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 69-75.
- GONÇALVES, V. S. (1988) - Sobre a estratégia do povoamento calcolítico no Alto Algarve Oriental. *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa: INIC. 2, p. 29-40.
- GONÇALVES, V. S. (1988/1989) - A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz). *Portugalia*. Nova Série. Porto: 9/10, p. 49-61.
- GONÇALVES, V. S. (1989, 1991) - *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma aproximação integrada*. Estudos e Memórias do Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa, 2. Lisboa: INIC (2 vols.).
- GONÇALVES, V. S. (1993) - Emergência e desenvolvimento das sociedades agro-metalúrgicas. *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias* (Direcção de J. Medina). Ediclube: Lisboa, p. 183-212.
- GONÇALVES, V. S. (1994a) - As sociedades camponesas da península de Lisboa (do 6º ao 3º milénio). *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 39-48.
- GONÇALVES, V. S. (1994b) - O castro de Vila Nova de S. Pedro. Um típico povoado calcolítico fortificado do 3º milénio. *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 49-51.
- GONÇALVES, V. S. (2003) - *Sítios, "horizontes" e artefactos. Estudos sobre o 3.º milénio no centro e sul de Portugal*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais (2.ª edição).
- GONÇALVES, J. L. M. & SERRÃO, E. da Cunha (1978) - O povoado do Calcolítico inicial do Alto do Dafundo - Linda-a-Velha. *III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1977). Actas, p. 75-96.
- GONZÁLEZ-PRATS, A. (1990) - *Nueva luz sobre la Protohistoria del Sudeste*. Alicante: Universidad de Alicante/ Caja de Ahorros Provincial de Alicante, 357 p.
- GONZÁLEZ-PRATS, A.; RUIZ SEGURA, E.; FUENSANTA, J. G. & SEVAROMÁN, R. (1995) - Cerámicas anatólicas en el poblado calcolítico de Les Moreres (Crevillente, Alicante, España). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35 (1), p. 133-137.
- GUERRA, A. (2004) - *Caepiana: uma reavaliação crítica de problema da sua localização e enquadramento histórico*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7 (2), p. 217-235.
- GUERRA, A. V. & FERREIRA, O. da Veiga (1968/1970) - Inventário dos monumentos megalíticos dos arredores da Figueira da Foz. *Arquivo de Beja*. Beja. 25/27, p. 45-56.

- GUERREIRO, A. & CARDOSO, J. L. (2001/2002) – Afauna malacológica encontrada no povoado pré-histórico de Leceia(Oeiras). Estudo sistemático e respectivo significado. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 89-129.
- HARRISON, R. J. (1980) – *The Beaker Folk. Copper Age archaeology in Western Europe*. London: Thames & Hudson Ltd.
- HARTMANN, A. & SANGMEISTER, E. (1972) – The study of prehistoric metallurgy. *Angewandte Chemie, International Edition*. 11, p. 620-629.
- HELENO, M. (1935) – Jóias pré-romanas. *Ethnos*. Lisboa. 1, p. 229-257.
- HERBAUT, F. & QUERRÉ, G. (2004) – La parure néolithique en variscite dans le sud de l'Armorique. *Bulletin de la Société préhistorique française*. Paris. 101 (3), p. 497-520.
- HODDER, I. (1982) - *Symbols in action. Ethnoarchaeological studies of material culture. New studies in Archaeology*. Cambridge University Press.
- HOFFMANN, G. (1990) – Zur holozäner Landschaftsentwicklung im Tal des Rio Sizandro (Portugal). *Madridrer Mitteilungen*. Mainz. 31, p. 21-33.
- JALHAY, E. (1943) - O castro eneolítico de Vila Nova de São Pedro e as suas relações com o norte africano e o Mediterrâneo oriental. *4º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências* (Porto, 1942). Actas, 8, p. 107-117.
- JALHAY, E. & PAÇO, A. do (1941) – A gruta II da necrópole de Alapraia. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 4, p. 107-140.
- JALHAY, E. & PAÇO, A. do (1945) – El castro de Vilanova de San Pedro. *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*. Madrid. 20, p. 55-141.
- JORGE, S. Oliveira (1986) - *Povoados da Pré-história recente da região de Chaves- Vila Pouca de Aguiar* (dissertação de doutoramento). Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto, 2 vol.
- JORGE, S. Oliveira (1990a) - Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia. *Nova História de Portugal* (direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), 1 - Portugal - das origens à romanização (coordenação de Jorge de Alarcão). Lisboa: Editorial Presença, p. 163-212.
- JORGE, S. Oliveira (1990b) - Resposta. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 47, p. 375-378.
- JORGE, S. Oliveira (1991) - Habitats du Néolithique et du Chalcolithique du Nord du Portugal (IV - II mill. av. J. C.). *Revista de História*. Porto. 11, p. 261-268.
- JORGE, S. Oliveira (1992) - An approach to the social dynamics of northern Portugal's Late Prehistory. *Institute of Archaeology Bulletin*. University College of London. Londres. 29, p. 97-120.
- JORGE, S. Oliveira (1994a) - Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto. Série II, 11, p. 447-546.
- JORGE, S. Oliveira (1994b) - O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-história recente do Norte de Portugal. *1º Congresso de Arqueologia Peninsular* (Porto, 1993). Porto. Actas, 1, p. 179-243.
- JORGE, S. Oliveira (1998) – Castelo Velho de Freixo de Numão (Vª. Nª. de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 6, p. 279-293.

- JORGE, S. Oliveira (2003) – Pensar o espaço da Pré-História recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica. *Recintos murados da Pré-História Recente. Mesa-redonda Internacional* (Porto, 2003). Actas. Porto: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, p. 13-50.
- JORGE, V. Oliveira (2002) – Castanheiro do Vento and the significance of monumental Copper and Bronze Age sites in northern Portugal. *Monuments and Landscape in Atlantic Europe* (Chris Scarre, ed.). Londres: Routledge, p. 36-50.
- KALB, P. (1978) – Senhora da Guia, Baiões. Die Ausgrabung 1977 auf einer Höhensiedlung der Atlantischen Bronzezeit in Portugal. *Madriider Mitteilungen*. Heidelberg. 19, p. 112-138.
- KALB, P. (1980 a) – O “Bronze Atlântico” em Portugal. *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular* (Guimarães, 1979). Actas. Guimarães. 1, p. 112-138.
- KALB, P. (1980 b) – Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal. *Germania*. 58, p. 25-59.
- KALB, P. (1998) – Produção local e relações a longa distância na Idade do Bronze Atlântico do Oeste da Península Ibérica. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 10, p. 157-165.
- KALB, P. & HÖCK, M. (1981/82) - Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrito de Santarém). Relatório preliminar da escavação de Janeiro e Fevereiro de 1979. *Portugalia*. Porto. Nova Série, 2/3, p. 61-69.
- KALB, P. & HÖCK, M. (1985) – *Cerâmica de Alpiarça*. Exposição temporária na Casa dos Patudos. Alpiarça: Câmara Municipal de Alpiarça/Instituto Arqueológico Alemão de Lisboa.
- KALB, P. & HÖCK, M. (1988) - O povoamento pré-histórico de Alpiarça. *Arqueologia*. Porto. 17, p. 193-200.
- KUNST, M. (1987) - *Zambujal. Glockenbecker und Kerbblattverzierte Keramik aus den grabungen 1964 bis 1973*. Mainz: Verlag Phillip von Zabern. (Madriider Beitrage 5.2).
- KUNST, M. (1995) – Cerâmica do Zambujal – novos resultados para a cronologia da cerâmica calcolítica. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 7, p. 21-29.
- KUNST, M. (1996) – As cerâmicas decoradas do Zambujal e o faseamento do calcolítico da Estremadura portuguesa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 257-287.
- KUNST, M. & UERPMANN, H.-P. (1996) – Zambujal (Portugal). Vorbericht über die Grabungen 1994. *Madriider Mitteilungen*. Mainz. 37, p. 10-36.
- LEISNER, G. (1945) – A cultura eneolítica do sul de Espanha e suas relações com Portugal. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII. 1, p. 11-28.
- LEISNER, V. (1961) - Vasos eneolíticos decorados no interior. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 71 (3/4), p. 407-428.
- LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter. 2 volumes.
- LEISNER, V. & SCHUBART, H. (1966) – Die kupferzeitliche befestigung von Pedra do Ouro/Portugal. *Madriider Mitteilungen*. Heidelberg. 7, p. 9-47.
- LEISNER, V.; PAÇO, A. do & RIBEIRO, L. (1964) – *Grutas artificiais de São Pedro do Estoril*. Lisboa.
- LEITÃO, M.; NORTH, C. T.; NORTON, J.; FERREIRA, O. da Veiga & ZBYSZEWSKI, G. (1978) - La céramique de la culture du vase campaniforme du Portugal. Essai de systématisation. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 63, p. 449-520.

- LEUWAARDEN, W. van & JANSEN, C. R. (1985) – A preliminary palynological study of a peat deposits near an oppidum in the lower Tagus valley, Portugal. *I Reunião do Quaternário Ibérico* (Lisboa, 1985). Actas. Lisboa: Grupo de Trabalho Português para o Estudo do Quaternário. 2, p. 225-235.
- LILLIOS, K. T. (1993) – Agroal and the Early Bronze Age of the Portuguese lowlands. *I Congresso de Arqueologia Peninsular* (Porto, 1993). Actas. 2, p. 261-281.
- Lo SCHIAVO, F. (1991) – La Sardaigne et ses relations avec le Bronze Final atlantique. *Le Bronze Atlantique* (Ch. Chevillot & A. Coffyn, ed.). Beynac, p. 213-226.
- MADEIRA, J.; GONÇALVES, J. L.; RAPOSO, L. & PARREIRA, R. (1972) – Achados da Idade do Bronze no Monte da Pena (Barro/Torres Vedras) – notícia prévia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 6, p. 207-218.
- MAIA, M. (1978) – Ânforas neopúnicas do sul de Portugal. *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1977). Actas, 1, p. 199-207.
- MAIA, M. & MAIA, M. (1986) - *Arqueologia da área mineira de Neves-Corvo. Trabalhos realizados no triénio 1982-84*. Somincor. Lisboa.
- MALONE, C.; STODDART, S. & WHITEHOUSE, R. (1994) – The Bronze Age of southern Italy, Sicily and Malta c. 2000-800 B.C. *Development and decline in the mediterranean Bronze Age* (C. Mathers & S. Stoddart, eds.). Sheffield: J. R. Collis Publications (University of Sheffield), p. 167-194 (Sheffield Archaeological Monographs, 8).
- MALUQUER DE MOTES, J. (1957) – Un interesante lote de bronce, hallado en el Castro de Sanchorreja (Avila). *Zephyrus* – Salamanca. 8, p. 241-256.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1963) – Descubrimiento de la necrópolis de la antigua ciudad de Sexi en Almuñécar (Granada). *Zephyrus*. Salamanca. 14, p. 57-61.
- MARQUES, G. (1967) – castro eneolítico de Sesimbra – notícia do seu achado. *Boletim do Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra*. Lisboa. 1, p. 10-21.
- MARQUES, G. (1972) – *Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto*. Porto: Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa, 13.
- MARQUES, G. (1982/83) - Aspectos da Proto-história do território português. II - Povoado de Santa Eufémia (Sintra). *Sintria*. Sintra. 1/2, p. 59-88.
- MARQUES, G. (1994) – Cultura de Alpiarça. *Catálogo da exposição integrada no VI Colóquio sobre Línguas e Culturas Paleohispánicas* (Coimbra, 1994). Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz, p. 65-69.
- MARQUES, G. & ANDRADE, G. M. (1974) - Aspectos da Proto-história do território português. I - Definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia* (Porto, 1973). Porto. 1, p. 125-148.
- MARTIN de la CRUZ, J. C. (1992) – La Peninsula Iberica y el Mediterraneo en el segundo milenio a. C. El Mundo Micénico. Cinco siglos de la primera civilización europea 1600-110 a.C. Madrid: Ministerio de Cultura, p. 110-114.
- MATA CARRIAZO, J. de (1973) – *Tartessos y El Carambolo*. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia.
- MATALOTO, R. (2004) – *Um “monte” da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa: ruralidade e povoamento no I milénio a.C. do Alentejo Central*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 37).

- MATIAS, C. (2003) – Serra do Socorro: uma aproximação à sua caracterização arqueológica no contexto da Estremadura. *Boletim Cultural*. Mafra. 12, p. 308-355.
- MATOS, J. L. de (1994) - As escavações no interior dos claustros da Sé e o seu contributo para o conhecimento das origens de Lisboa. *O Livro de Lisboa* (coord. I. Moita), p. 32-34. Livros Horizonte. Lisboa.
- MAYET, F. & SILVA, C. Tavares da (1993) - Presença fenícia no baixo Sado. *Estudos Orientais*. Lisboa. 4, p. 127-142.
- MAYET, F. & SILVA, C. Tavares da (1994) - L'établissement phénicien d'Abul (Alcácer do Sal). *Les Dossiers de l'Archéologie*. Faton. Quétigny. 198, p. 22-25.
- MAYET, F. & SILVA, C. Tavares da (2000) – *L'établissement phénicien d'Abul. Portugal*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- MEDEROS-MARTIN, A. (1999) – La metamorfosis de Villena. Comercio de oro, estaño y sal durante el Bronce Final I entre el Atlántico y el Mediterráneo (1625-1300 A.C.). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 56 (2), p. 115-136.
- MEIRELES, C.; FERREIRA, N. & REIS, M. L. (1987) – Variscite occurrence in Silurian formations from northern Portugal. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 75 (1/2), p. 21-27.
- MELO, A. Ávila de (2000) – Armas, utensílios e esconderijos. Alguns aspectos da metalurgia do Bronze Final: o depósito do Casal dos Fiéis de Deus. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3 (1), p. 15-120.
- MOLINAGONZALEZ, F. (1978) – Definición y sistematización del Bronce Tardío y Final en el Sudeste de la Península Ibérica. *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*. Granada. 3, p. 159-232.
- MONTEAGUDO, L. (1977) – *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*. München: C. H. Beck'sche Verlagbuchhandlung.
- MYLONAS, G. E. (1948) – Homeric and Micenean burial customs. *American Journal of Archaeology*. 52 (1), p. 56-81.
- MYLONAS, G. E. (1957) – *Ancient Micene the capital city of Agamemnon*. London: Routledge & Kegan Paul, Ltd.
- NATIVIDADE, M. Vieira (1899/1903) – Grutas de Alcobaça. Materiaes para o estudo do Homem. Relatório dos trabalhos de exploração nas diversas estações neolíticas de Alcobaça. *Portugalia*. Porto. 1, p. 433-474.
- NIVEAU, A. M. & FERRERABELDA, E. (2004) – Sacrificios de cánidos en la necrópolis púnica de Cádiz. *III Congreso Español de Antiguo Oriente Proximo* (Huelva, 2003). Actas: Diputación Provincial de Huelva, p. 63-88 (Huelva Arqueológica, 20).
- NOGUEIRA, A. M. & ZBYSZEWski, G. (1943) – Túmulo da época do Bronze. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 24, p. 95-97.
- ORTIZ, M. A. H. (2003) – Prehistoric mining and metallurgy in SW Iberia. BAR International Series, 1188. Oxford: Archaeopress.
- PAÇO, A. do (1954 a) – Castro de Vila Nova de S. Pedro. VI: campanhas arqueológicas de 1943 a 1950 (n.º 7 a n.º 14). *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 3, p. 31-80.
- PAÇO, A. do (1954 b) - Sementes pré-históricas do castro de Vila Nova de S. Pedro. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. Série II, 5, p. 281-359.
- PAÇO, A. do (1955) – Castro de Vila Nova de S. Pedro. VII – Considerações sobre o problema da metalurgia. *Zephyrus*. Salamanca. 6, p. 27-40.
- PAÇO, A. do (1957) - Castro de Vila Nova de S. Pedro. IX - forno de cozer cerâmica. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 67 (1/2), p. 83-94.

- PAÇO, A. do (1958) – Castro de Vila Nova de S. Pedro. X – Campanha de escavações de 1952 (20ª) (aditamento: campanhas de escavações de 1952, 1953 e 1954 – 16ª, 17ª. e 18ª. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. Série II, 8, p. 43-91.
- PAÇO, A. do (1959) - Castro de Vila Nova de San Pedro. XI - Nota sobre un tipo de cerámica del estrato Vila Nova I. *Ampurias*. Barcelona. 21, p. 252-260.
- PAÇO, A. do (1964) - Castro de Vila Nova de S. Pedro. XIV - Vida económica. XV - O problema campaniforme. XVI - Metalurgia e análises espectrográficas. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. Série II, 14, p. 135-165.
- PAÇO, A. do (1966) – Castelo da Pedra de Ouro. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. Série II, 16, p. 117-152.
- PAÇO, A. do & ARTHUR, M. L. C. (1952) - Castro de Vila Nova de S. Pedro. 1 - 15ª campanha de escavações (1951). *Brotéria*. Lisboa. 54 (3), p. 289-309.
- PAÇO, A. do & ARTHUR, M. L. C. (1953) - Castro de Vila Nova de San Pedro. IV - sementes pré-históricas de Linho. *Archivo de Prehistoria Levantina*. Valencia. 4, p. 151-157.
- PAÇO, A. do & ARTHUR, M. L. (1956) – “Castro” de Vila Nova de S. Pedro. Le problème de la métallurgie. *IV Congreso Internacional de Ciencias Prehistoricas y Protohistoricas* (Madrid, 1954). Actas. Zaragoza, p. 535-541.
- PAÇO, A. do & JALHAY, E. (1943) - A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro. 1 - Escavações de 1942. *Brotéria*. Lisboa. 37 (1), p. 37-59.
- PAÇO, A. do & SANGMEISTER, E. (1956a) - Castro de Vila Nova de S. Pedro. VIII - campanha de escavações de 1955 (19ª). *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 7, p. 93-114.
- PAÇO, A. do & SANGMEISTER, E. (1956b) - Vila Nova de S. Pedro - eine befestigte Siedlung der Kupferzeit in Portugal. *Germania*. 34 (3/4), p. 211-230.
- PAÇO, A. do & VAULTIER, M. (1945) – Braceletes de ouro de Atouguia-da-Baleia (Peniche). Estremadura. *Boletim da Junta de Província*. Lisboa. 10, p. 409-423.
- PAÇO, A. do; VAULTIER, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1947) – Gruta da nascente do rio Almonda. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 11 (1/2), p. 171-187.
- PARREIRA, R. (1990) - Considerações sobre os milénios IV e III a. C. no centro e sul de Portugal. *Estudos Orientais*. Lisboa. 1, p. 27-43.
- PARREIRA, R. (1995) - Aspectos da Idade do Bronze no Alentejo interior. *A Idade do Bronze em Portugal*. Lisboa: Instituto Portuuguês de Museus, p. 131-134.
- PAUTREAU, J. P.; GENDRON, C. & BOURHIS, J. R. (1983/84) - *L'Âge du Bronze en Deux-Sèvres (2500-800 av. J. C.)*. Musée de Niort.
- PELLICER CATALÁN, M. (1963) – *Excavaciones en la necrópolis púnica «Laurita» del Cerro de San Cristóbal (Almuñécar, Granada)*. Madrid : Ministerio de Educación Nacional (*Excavaciones Arqueológicas en España*, 17).
- PELLICER, M. (1978) - Tipología y cronología de las ánforas prerromanas del Guadalquivir, según el Cerro Macareno (Sevilla). *Habis*. Sevilla. 9, p. 365-400.
- PELLICER, M. (1979/80) - Ensayo de periodización y cronología tartesia y turdetana. *Habis*. Sevilla. 10-11, p. 307-333.

- PEREA, A. (1991) – *Orfebreria prerromana. Arqueología del oro*. Madrid: Consejería de Cultura de la Comunidad de Madrid/Caja de Madrid.
- PEREIRA, G. (1894) – O collar da Penha Verde. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*. Lisboa. Série II, 7 (1), p. 77-78.
- PEREIRA, F. Alves (1915) – Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 20, p. 107-155.
- PEREIRA, F. Alves (1957) - *Sintra do pretérito*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.
- PEREIRA, I. (1993) - Figueira da Foz. Santa Olaia. *Estudos Orientais*. Lisboa. 4, p. 285-304.
- PEREIRA, M. A. Horta (1971) – O esconderijo do Bronze Final de Coles de Samuel (Soure). *Arqueologia e História*. Lisboa. Série IX, 3, p. 165-181.
- PEREIRA, I. (1994) – A Idade do Ferro na foz do Mondego. Idade do Ferro. *Catálogo da exposição integrada no VI Colóquio sobre Línguas e Culturas Paleohispánicas* (Coimbra, 1994). Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz, p. 19-60.
- PIGGOTT, C. M. (1946) – The Late Bronze Age razors of the British Isles. *Proceedings of the Prehistoric Society*. London. 5, p. 121-141.
- PIMENTA, F. C. (1982/83) - Subsídios para o estudo do material anfórico conservado no Museu Regional de Sintra. *Sintria*. Sintra. 1/2, p. 117-150.
- PINTO, C. V. & PARREIRA, R. (1978) - Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro inicial a Norte do estuário do Tejo. *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1977). Lisboa. 1, p. 147-163.
- PONTE, S. da (1982/83 a) - Bronze ibérico votivo de Sintra. *Sintria*. Sintra. 1/2, p. 89-94.
- PONTE, S. da (1982/83 b) - Algumas fíbulas dos concelhos de Sintra, Cascais, Amadora e Alenquer. *Sintria*. Sintra. 1/2, p. 107-116.
- PONTE, S. da (1984) – Fíbulas do Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso (Nazaré). *Conimbriga*. Coimbra. 23, p. 87-95.
- PONTE, S. da (2004) – Retrospectiva sobre fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal. *Conimbriga*. Coimbra. 43, p. 199-213.
- PONTE, S. da & VAZ, João L. Inês (1989) – Considerações sobre algumas fíbulas de Santa Luzia (Viseu) – seu contexto estratigráfico. I Colóquio Arqueológico de Viseu. *Actas: Governo Civil do Distrito de Viseu*, p. 181-188.
- RENFREW, C. (1972) - Patterns of population growth in the prehistoric Aegean. *Man, settlement and urbanism* (P. Ucko *et al.*, eds.). Londres, p. 383-399.
- RIBEIRO, C. (1880) – *Estudos prehistoricos em Portugal. Notícia de algumas estações e monumentos prehistoricos. II – Monumentos megalithicos das visinhanças de Bellas*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- RIBEIRO, J. C. (1982/1983) – Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de L. *Ivlivs Maelo Cavdicvs*. *Sintria*. Sintra. 1/2, p. 151-476.
- RIBEIRO, J. C. (1983) - Contributos para o conhecimento de cultos e devoções de cariz aquático relativos ao território do Município Olisiponense. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. 89 (1), p. 331-369.

- ROCHA, A. dos Santos (1905/1908) - Estações pré-históricas da Idade do Ferro nas visinhanças da Figueira. *Portugalia*. Porto. 2, p. 301-359. Idem. Coimbra (1971), *Acta Universitatis Conimbrigensis*.
- RUFETE TOMICO, P. (1988/89) - Las cerámicas con engobe rojo de Huelva. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 10/11 (3), p. 11-40.
- RUIVO, J. S. (1993) - Os espetos articulados de Reguengo do Fetal (Batalha, Leiria). *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 1, p. 105-110.
- RUIZ DELGADO, M. M. (1989) - *Fíbulas protohistóricas en el Sur de la Península Iberica*. Sevilla: Publicaciones de la Universidad de Sevilla.
- RUIZ DELGADO, M. M. (1989) - Las necrópolis tartésicas: prestigio, poder y jerarquías. *Tartessos. Arqueología protohistórica del Bajo Guadalquivir* (M. E. Aubet, coord.). Sabadell: Editorial AUSA, p. 247-286.
- RUIZ-GÁLVEZ, M. (1991) - Songs of a wayfaring lad. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 10 (3), p. 277-306.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1995 a) - Depositos del Bronce Final: Sagrado o profano? Sagrado y, a la vez, profano? *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La ría de Huelva en el mundo del Bronce Final Europeo* (M. Ruíz Gálvez-Priego, ed.). Madrid: Universidad Complutense, p. 21-32. (Complutum Extra. 5).
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1995 b) - Cronología de la ría de Huelva en el marco del Bronce Final de Europa Occidental. *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La ría de Huelva en el mundo del Bronce Final Europeo* (M. Ruíz Gálvez-Priego, ed.). Madrid: Universidad Complutense, p. 79-83. (Complutum Extra. 5).
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1995 c) - El significado de la ría de Huelva en el contexto de las relaciones de intercambio y de las transformaciones producidas en la transición Bronce Final/Edad del Hierro. *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La ría de Huelva en el mundo del Bronce Final Europeo* (M. Ruíz Gálvez-priego, ed.). Madrid: Universidad Complutense, p. 129-155. (Complutum Extra. 5).
- RUIZ MATA, D. (1989) - Huelva: un foco temprano de actividad metalúrgica durante el Bronce Final. *Tartessos. Arqueología protohistórica del Bajo Guadalquivir* (M. E. Aubet, coord.). Sabadell: Editorial AUSA, p. 209-243.
- SALANOVA, L. (2000) - Mécanismes et diffusion des vases campaniformes: les liens franco-portugais. *III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Porto, 1999). Porto. Actas. 4, p. 399-409.
- SANCHES, M. J. (1992) - *Pré-história recente no planalto mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (Monografias Arqueológicas, 3).
- SANGMEISTER, E. (1995) - Kupferfunde aus den Grabungen 1964 bis 1973. *Madrider Beiträge*. Mainz. Band 5, p. 1-154.
- SANGMEISTER, E. & SCHUBART, H. (1972) - Zambujal. *Antiquity*, 46, p. 191-197.
- SANGMEISTER, E. & SCHUBART, H. (1981) - *Zambujal. Die Grabungen 1964 bis 1973*. Mainz: Verlag Phillip von Zabern. (Madrider Beiträge, Band 1, Teil 1, 2).
- SANGMEISTER, E.; SCHUBART, H. & TRINDADE, L. (1971) - Escavações na fortificação da Idade do Cobre do Zambujal/Portugal 1970. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 5: 51-96.
- SAVORY, H. N. (1968) - *Spain and Portugal*. Londres: Thames & Hudson. Com tradução portuguesa. Lisboa: Verbo (1969).
- SAVORY, H. N. (1970) - A section through the innermost rampart at the chalcolithic castro of Vila Nova de S. Pedro, Santarém (1959). *I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1969).

- Lisboa. Actas. 1, p. 133-162. Tradução portuguesa em *CLIO/Arqueologia*. Lisboa. 1 (1983/84), p. 19-29.
- SCHUBART, H. (1965) - Atalaia. Uma necrópole da Idade do Bronze no Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. 22, p. 7-136.
- SCHUBART, H. (1969) - Las fortificaciones eneolíticas de Zambujal y Pedra do Ouro, en Portugal. *X Congreso Nacional de Arqueología* (Zaragoza, 1967). Zaragoza. Actas, p. 197-204.
- SCHUBART, H. (1971) – O Horizonte de Ferradeira. Sepulturas do Eneolítico Final no sudoeste da Península Ibérica. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 81 (3/4), p. 189-214.
- SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter. 2 vol. (Madrider Forschungen, 9).
- SCHUBART, H. (1982) - Asentamientos fenicios en la costa meridional de la Peninsula Iberica. *Huelva Arqueologica*. Huelva. 6, p. 71-99.
- SCHUBART, H. (1987) - Hallazgos fenicios y del Bronce Final en la desembocadura del río Guadiaro (Cadiz). *Anuario Arqueológico de Andalucía*, 1986, p. 200-227.
- SCHUBART, H. (1988 a) - Los primeros asentamientos fenicios en las costas de la Peninsula Iberica. *Homenatge a Enrique Pla y Ballester*, p. 31-43. Valencia: Diputació de Valencia.
- SCHUBART, H. (1988 b) - Alarcón, Vorbericht über die Grabungs-Kampagne 1984 im Bereich der phönizischen Siedlung und der Befestigungsmaner. *Madrider Beiträge*. Mainz. Band 14, p. 172-188.
- SCHUBART, H. (2002) – *Toscanos y Alarcón. El asentamiento fenicio en la desembocadura del río de Vélez. Excavaciones de 1967-1984*. Barcelona: Publicaciones del Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra (*Cuadernos de Arqueología Mediterránea*, 8).
- SCHUBART, H. & MAASS-LINDEMANN, G. (1984) - *Toscanos. El asentamiento fenicio occidental en la desembocadura del río de Vélez. Excavaciones de 1971*. Madrid (Noticiario Arqueológico Hispanico, 18).
- SCHUBART, H. & NIEMEYER, H. G. (1976) - *Trayamar. Los hipogeos fenicios y el asentamiento en la desembocadura del río Algarrobo*. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia (Excavaciones Arqueológicas en España, 90).
- SCHUBART, H. & SANGMEISTER, E. (1987) - *Zambujal - Torres Vedras*. Portugal. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras.
- SCHUBART, H.; FERREIRA, O. da Veiga & MONTEIRO, J. de Almeida (1969) – A fortificação eneolítica da Columbeira – Bombarral. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 3, p. 17-35.
- SCHUBART, H.; NIEMEYER, H. G. & PELLICER CATALÁN, M. (1969) - Toscanos. La factoría paleopúnica en la desembocadura del río de Vélez. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia. (Excavaciones Arqueológicas en España, 66). Madrid.
- SCHÜLE, W. (1969) – *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter. 2 vol. (Madrider Forschungen, 3).
- SENNA-MARTINEZ, J. C. de (1989) - *Pré-história recente da bacia do médio e alto Mondego: algumas contribuições para um modelo sociocultural*. Tese de doutoramento em Pré-história e Arqueologia, 3 vol., ed. policopiada. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

- SENNA-MARTINEZ, J. C. de (1991) - The Late Prehistory of Central Portugal: a first diachronic view. *The origins of complex societies in Late Prehistoric Iberia* (K. T. Lillios, ed.). Ann Arbor, p. 64-94. (International Monographs in Prehistory, Archaeological Series, 8).
- SENNA-MARTINEZ, J. C. de (1994 a) – Entre Atlântico e Mediterrâneo: algumas reflexões sobre o Grupo Baiões/Santa Luzia e o desenvolvimento do Bronze Final peninsular. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2, p. 215-232.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. de (1994 b) – Subsídios para o estudo do Bronze Pleno na Estremadura atlântica: (1) A alabarda de tipo “atlântico” do habitat das Baútas (Amadora). *Zephyrus*. Salamanca. 46, p. 161-182.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. de (2000) – O “Grupo Baiões/Santa Luzia” no quadro do Bronze Final do Centro de Portugal. *Por terras de Viriato. Arqueologia da região de Viseu*. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu/Museu Nacional de Arqueologia, p. 119-146.
- SERRÃO, E. da Cunha (1958) – Cerâmica proto-histórica da Lapa do Fumo (Sesimbra), com ornatos coloridos e brunidos. *Zephyrus*. Salamanca. 9 (2), p. 177-186.
- SERRÃO, E. da Cunha (1959) – Cerâmica com ornatos brunidos a cores da Lapa do Fumo. *I Congresso Nacional de Arqueologia* (Lisboa, 1958). Lisboa. Actas e Memórias. 1, p. 337-359.
- SERRÃO, E. da Cunha (1964) - *A necrópole proto-histórica do Casalão - Sesimbra*. Sesimbra. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal.
- SERRÃO, E. da Cunha (1966) - Bronzes de Alfarim e de Pedreiras, Sesimbra. Subsídios para o estudo do Bronze Atlântico. *In Memoriam do Abade Henri Breuil*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2, p. 303-330.
- SERRÃO, E. da C. (1980) - A sepultura do Rei Mouro (uma estação da Idade do Ferro) - Negrais (Sintra). *Arqueologia*. Porto. 1, p. 28-35.
- SERRÃO, E. da Cunha (1983) - A estação pré-histórica da Parede. Documentos inéditos sobre estratigrafia e estruturas (Campanha de 1956). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 1, p. 119-148.
- SERRÃO, E. da C. (1994) - *Carta arqueológica do concelho de Sesimbra. Do Vilafranquiano médio até 1200 d. C.* Sesimbra. Câmara Municipal de Sesimbra.
- SILVA, A. C. F. da (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
- SILVA, C. Tavares da (1963) - *Fauna malacológica do castro da Rotura*. Setúbal: Tertúlia Cultura, Ciência e Saber.
- SILVA, C. Tavares da (1971) - O povoado pré-histórico da Rotura. Notas sobre a cerâmica. *II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1970). Coimbra. Actas. 1, p. 175-192.
- SILVA, C. Tavares da (1990) – Influências orientalizantes no Calcolítico do centro e sul de Portugal. Notas para um debate. *Estudos Orientais*. Lisboa. 1, p. 45-52.
- SILVA, C. Tavares da (1993) – Calcolítico. *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 197-233.
- SILVA, C. Tavares da (2001) – A Idade do Ferro na região do baixo Sado. Contribuições recentes. *Arqueologia e História regional da Península de Setúbal* (M. J. Ferro Tavares, A. A. Tavares & J. L. Cardoso, orgs.). Lisboa: Universidade Aberta, p. 79-100.

- SILVA, C. Tavares da & SOARES, J. (1976/1977) – Contribuição para o conhecimento dos povoados do Baixo Alentejo e Algarve. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2/3, p. 179-272.
- SILVA, C. Tavares da & SOARES, J. (1981) – *Pré-História da área de Sines*. Lisboa: Gabinete para a área de Sines.
- SILVA, C. T. da & SOARES, J. (1986) – *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (Coleção Parques Naturais, 15).
- SILVA, C. T. da & SOARES, J. (1987) - O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. 1 - Escavações arqueológicas de 1982-86 (resultados preliminares). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8, p. 29-79.
- SILVA, C. Tavares da & SOARES, J. (1997) – Chibanes revisitado. Primeiros resultados da campanha de escavações de 1996. *Volume de Homenagem ao Professor António Augusto Tavares*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, p. 33- 66 (Estudos Orientais, 6).
- SILVA, C. Tavares; SOARES, J. & SANTOS, M. Farinha dos (1973) – Moedas hispânicas do povoado do Pedrão (Setúbal). *II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1972). Lisboa. Actas, 1, p. 307-318.
- SILVA, C. T. da; SOARES, J.; BEIRÃO, C. de M.; DIAS, L. F. & COELHO-SOARES, A. (1980/81) - Escavações arqueológicas no castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6/7, p. 141-218.
- SIRET, L. (1893) – L'Espagne préhistorique. *Revue des Questions Scientifiques*. Bruxelles. Separata, 78 p.
- SOARES, A. M. Monge (1992) – O povoado calcolítico dos Três Moinhos (Baleizão, concelho de Beja). Notícia preliminar. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10, p. 291-314.
- SOARES, A. M. Monge (e.p.) – A metalurgia de Vila Nova de S. Pedro. Algumas reflexões. *Catálogo do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- SOARES, J. (1994) - L'habitat fortifié de Monte da Tumba et le Chalcolithique du sud du Portugal. *Les Dossiers de l'Archéologie*. Faton : Quétigny. 198, p. 16-21.
- SOARES, J. (2001) – O povoado pré-histórico da Ponta da Passadeira: economia ribeirinha dos IV/III milénios a.C. *Arqueologia e História Regional da Península de Setúbal* (M. J. Ferro Tavares; A. A. Tavares & J. L. Cardoso, orgs.). Lisboa: Universidade Aberta, p. 101-127.
- SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1973) – Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal). *II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1972). Lisboa. Actas. 1, p. 245-306.
- SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1974) – La poterie préhistorique. *Les Dossiers de l'Archéologie*. Faton: Quétigny, 4, p. 35-45.
- SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1974/77) - O Grupo de Palmela no quadro da cerâmica campaniforme em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 7/9, p. 102-112.
- SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1975) - A ocupação pré-histórica do Pedrão e o Calcolítico da região de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 1, p. 53-153.
- SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1992) - Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10, p. 37-88.
- SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1995) - O Alentejo litoral no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste peninsular. *A Idade do Bronze em Portugal - discursos de Poder*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 136-139.

- SOUSA, A. C. (2000) – Penedo do Lexim. Campanha 1999. *Cadernos de Arqueologia de Mafra*. Mafra. 1, 76 p.
- SOUSA, A. C. (2003) – Natureza e transformação. O penedo do Lexim e outros casos do Calcolítico estremenho. *Recintos murados da Pré-História Recente. Mesa-redonda internacional* (Porto, 2003). Actas. Porto: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, p. 177-197.
- SOUSA, E. Melim de (1990) – Núcleo de gravuras rupestres proto-históricas descoberto a N. do cabo da Roca: breve notícia. *Zephyrus*. Salamanca. 43, p. 363-369.
- SPINDLER, K. (1976) – Die Neolithische Parede-gruppe in Mittelportugal. *Madrider Mitteilungen*. Heidelberg. 17, p. 21-75.
- SPINDLER, K. & GALLAY, G. (1973) – *Kupferzeitliche Siedlung und Begräbnisstätten von Matacães in Portugal*. Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern (Madrider Beiträge, Band 1).
- SPINDLER, K. & TRINDADE, L. (1970) – Apóvoa eneolítica do Penedo Torres Vedras). *I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1969). Actas. Lisboa. 2, p. 57-191.
- SPINDLER, K.; CASTELLO-BRANCO, A. de; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da V. (1973/74) - Le monument à coupole de l'âge du Bronze Final de la Roça de Casal do Meio (Calhariz). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 57, p. 91-153.
- STUIVER, M. & PEARSON, G. W. (1993) – High precision bidecadal calibration of the radiocarbon time scale, AD 1950-500 BC and 2500-6000 BC. *Radiocarbon*. Tucson. 35 (1).
- STUIVER, M. & REIMER, P. J. (1993) - Extended 14C data base and revised CALIB 3.0 14C age calibration program. *Radiocarbon*. Tucson. 35 (1).
- TARAMELLI, A. (1921) – Il ripostiglio dei bronzi nuragici di Monte Sa Idda di Decimoputzu (Cagliari). *Monumenti Antichi*. 27, p. 5-98.
- TAVARES, A. A. (1967) – Ofiolatria. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 1, p. 97-106.
- TEIXEIRA, C. & CORRÊA, A. A. Mendes (1949) – *Ajazida pré-histórica de Eira Pedrinha (Condeixa)*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- TEJERA-GASPAR, A. (1980) - El Bronce Final del bajo Guadalquivir y su problemática. *Huelva Arqueologica*. Huelva. 4, p. 181-196.
- THADEU, D. (1965) – *Carta Mineira de Portugal na escala de 1/500 000. Notícia explicativa*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- THÉOBALD, N. (1972) - *Fondements géologiques de la Préhistoire*. Masson. Paris.
- TORRES ORTIZ, M. (1998) – La cronología absoluta europea y el inicio de la colonización fenicia en Occidente. Implicaciones cronológicas en Chipre y el Próximo Oriente. *Complutum*. Madrid. 9, p. 49-60.
- TORRES ORTIZ, M. (2002) – *Tartessos*. Madrid: Real Academia de la Historia (*Bibliotheca Archaeologica Hispana* 14).
- TRINDADE, L. & FERREIRA, O. da V. (1964) – Tesouro pré-histórico de Bonabal (Torres Vedras). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 74 (3/4), p. 271-280.
- TRINDADE, L. & FERREIRA, O. da V. (1965) - Acerca do vaso “piriforme” tartéssico de bronze do Museu de Torres Vedras. *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. Lisboa. 63/64, p. 175-183.

- VALERA, A. C. (1993) - A ocupação calcolítica da “sala 20” do Buraco da Moura de S. Romão. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 1, p. 37-53.
- VALERA, A. C. (1994) - Diversidade e relações inter-regionais no povoamento calcolítico da bacia do médio e alto Mondego. *I Congresso de Arqueologia Peninsular* (Porto, 1993). Actas. 3, p. 153-171.
- VALERA, A. C. (1996) – *O Castro de Santiago (Fornos de Algodres, Guarda). Aspectos da calcolitização da bacia do alto Mondego*. Lisboa: Câmara Municipal de Fornos de Algodres (Textos Monográficos, 1).
- VALERA, A. C. (2003) – A propósito de recintos murados do 4º e 3º Milénios a.C.: dinâmica e fixação do discurso arqueológico. *Recintos fortificados da Pré-História Recente. Mesa-redonda internacional* (Porto, 2003). Actas. Porto: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, p. 149-168.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1896) – Xorca de ouro. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 2, p. 17-24.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1905) - *Religiões da Lusitania*, 2. Imprensa Nacional: Lisboa.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1915) – *História do Museu Etnológico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1920 a) – Estudos sobre a época do Bronze em Portugal. VIII – Tesouro do Casal dos Fiéis-de-Deus. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 24, p. 193-195.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1920 b) - Hierologia lusitanica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 20, p. 270-286.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1920c) – Estudos sobre a época do ferro em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 20, p. 99-107.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1886, 1889, 1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos Prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional (Volumes 1, 3 e 4).
- VIANA, A.; ANDRADE, R. Freire de & FERREIRA, O. da Veiga (1961) – O monumento pré-histórico do Monte Velho. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 45, p. 483-492.
- VICENTE, E. P. & ANDRADE, G. M. (1971) – A estação arqueológica do Cabeço de Moinhos. Breve notícia. *II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1970). Coimbra. Actas. 2, p. 223-238.
- VIEGAS, J. R. & PARREIRA, R. (1984) – Der shatzfunde von Santana da Carnota (Alenquer/Portugal). *Madriider Mitteilungen*. Mainz. 25, p. 79-91.
- VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do povoamento da Beira Interior (centro e sul) nos finais da Idade do Bronze*. Lisboa: IPPAR. 2 vols. (Trabalhos de Arqueologia, 9).
- VILAÇA, R. (1997) – Uma nova leitura para o Monte do Frade (Penamacor). *Conimbriga*. Coimbra. 36, p. 27-44.
- VILAÇA, R. (1998) – Produção, consumo e circulação de bens na Beira interior na transição do II para o I Milénio a.C. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 6, p. 347-374.
- VILAÇA, R. (2003) – Acerca da existência de ponderais em contextos do Bronze Final/Ferro Inicial no território português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, Série IV, 21, p. 245-288.
- VILAÇA, R. & ARRUDA, A. M. (2004) – Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro. *Conimbriga*. Coimbra. 43, p. 11-45.
- VILAÇA, R. & CUNHA, E. (e.p.) – A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra): novos contributos. *Al-Madan*. Almada. 13 (em publicação).
- VILAÇA, R. & GABRIEL, S. (1999) – Nótula sobre um “machado” de apêndices encontrado em Vale Branquinho (Sobral do Campo, Castelo Branco). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2 (1), p. 127-142.

- VILAÇA, R.; BECK, C. W. & STOUT, E. C. (2002) – Provenience analysis of prehistoric amber artifacts in Portugal. *Madridier Mitteilungen*. Mainz am Rhein. 43, p. 61-78.
- VILAÇA, R. CRUZ, D. J. da & CUNHA, E. (2004) – A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra): novos contributos para o seu conhecimento. *Al-Madan*. Almada. 13 (no prelo).
- VILAÇA, R.; CRUZ, D. J. da & GONÇALVES, A. A. H. B. (1999) – A necrópole de Tanchoal dos Patudos. *Conimbriga*. Coimbra. 38, p. 5-29.
- VILLAS-BOAS, J. S. P. de (1947) – Nuevos elementos del Bronce atlántico en Portugal. *II Congreso Arqueológico del sudeste español* (Albacete, 1946). Crónica. Albacete, p. 156-162.
- ZBYSZEWSKI, G. (1957) – Comparaison entre une plaque de schiste gravée de Lisbonne et une autre de la province de Huelva. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 38(2), p. 459-463.
- ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da Veiga (1958) – Estação pré-histórica da Penha Verde (Sintra). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 39, p. 37-57.
- ZILHÃO, J. (1994) – A oficina de talhe neo-calcolítica de Casas de Baixo (Caxarias, Vila Nova de Ourém). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2, p. 35-45.

Nota final: as peças arqueológicas reproduzidas, na larga maioria dos casos a partir de obras já publicadas – cujos autores foram devidamente assinalados – encontram-se conservadas em diversas instituições, das quais se encontram referenciadas as seguintes:

– Museu Nacional de Arqueologia; Museu do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação; Museu da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto; Museu Arqueológico do Carmo (Associação dos Arqueólogos Portugueses); Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal; Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras); Museu Condes de Castro Guimarães (Câmara Municipal de Cascais); Museu Epigráfico de S. Miguel de Odrinhas (Câmara Municipal de Sintra); Museus Municipais de Almada, Amadora, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Mafra, Sesimbra e Torres Vedras.